

Germana Maria Araújo Sales

PALAVRA E SEDUÇÃO — UMA LEITURA DOS PREFÁCIOS
OITOCENTISTAS
(1826-1881)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Germana Maria Araújo Sales

PALAVRA E SEDUÇÃO — UMA LEITURA DOS PREFÁCIOS
OITOCENTISTAS
(1826-1881)

Tese apresentada ao Departamento de Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título Doutor em Teoria e História Literária, na área de Literatura Brasileira.
Orientadora: Márcia Azevedo de Abreu

Campinas/UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Vincamp
	Sa 32 p
V	EX
TOMBO BCI	55895
PROC.	16-124/03
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	19/09/03
Nº CPD	

CM00189201-9

Bill id 301167

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Sa32p	Sales, Germana Maria Araújo Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881) / Germana Maria Araújo Sales. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.
	Orientadora: Márcia Azevedo de Abreu Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Leitura - História. 2. Leitura - História e crítica - Sec.XIX. 3. Prosa(Literatura). 4. Leitores. 5. Prefácios - Coletâneas. 6. Século XIX. I. Abreu, Márcia Azevedo de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.



Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu

Profa. Dra. Marisa Philbert Lajolo

Profa. Dra. Odalice de Castro e Silva

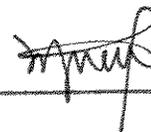
Profa. Dra. Sandra Guardini T. Vasconcelos

Prof. Dr. Nelson Schapochnik

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por GERMANY MARIA

ARAÚJO SALES

e aprovada pela Comissão Julgadora em
20/08/03.



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

12/08/2003

À minha mãe, Rosália, que me contou as primeiras histórias.

Ao meu pai, Germano (in memoriam)

Aos meus filhos, Ana Beatriz e Zeus, amor e alento em todos os momentos.

Ao meu amor, Sanclayton, grande incentivador deste trabalho.

AGRADECIMENTOS
“PARA SE LER OU NÃO LER”

São muitas as pessoas que participaram deste período de quatro anos e que devo agradecer, esperando não cometer nenhuma injustiça. Foram várias amizades conquistadas, grandes favores prestados e a convivência que tornou esta, uma das etapas mais felizes da minha vida.

Agradeço a

Minha orientadora, professora Márcia Abreu, pela inspiração que deu origem ao tema deste trabalho. Agradeço-a pela serenidade e sabedoria na forma como conduziu a orientação desta tese; por todas as sugestões, leituras incansáveis e constantes discussões que engrandeceram o trabalho. Agradeço, sobretudo, pelo crédito que ela teve em mim como aluna e companheira de trabalho, pelo apoio nas horas mais difíceis, tendo sido além de orientadora, uma amiga, ouvinte e paciente em todos os momentos, sempre solícita e incentivadora.

À professora Marisa Lajolo, pelas constantes acolhidas nas disciplinas que ministrou durante este período e que tive o prazer de ser sua aluna. Agradeço-a também pelas constantes colaborações para este trabalho tornando-se uma grande incentivadora.

Às amigas — Márcia Cabral, pela calorosa amizade com que me recepcionou no Rio de Janeiro, pelas gostosas gargalhadas, pela grande amizade que construímos e pela tradução do resumo da tese. À Milena pela revisão final da tese e pela amizade verdadeira que nos tornou tão próximas. À Célia, pelo carinho constante, pelas orações e pela amizade acolhedora. À Juliana, amiga querida que tão bem soube me ouvir nos momentos de alegrias e de tristezas. À Sandra, pelo carinho e disponibilidade constantes.

Às colegas do grupo de orientação da professora Márcia Abreu — Cristina, Hebe, Vália e Tânia, pela convivência amigável e pelos enriquecedores encontros durante os Seminários de Historiografia Literária ocorridos nestes quatro anos e também pela leitura da primeira versão da tese.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Às amigas que vieram do Norte — Fátima e Nilsa — pelos bons momentos compartilhados em Campinas, as boas risadas às sextas-feiras e o grande companheirismo.

Às amigas tão queridas, que mesmo à distância, estiveram presentes, em especial a minha amiga Liduína de Fortaleza e Beth Vidal de Belém.

Ao Hugo, colega da pós-graduação, pela leitura do texto da qualificação e pela sugestão do título desta Tese.

Às professoras Marisa Lajolo e Sandra Vasconcelos, membros da banca de qualificação, agradeço a leitura, as sugestões e as indicações bibliográficas.

Aos professores Odalice Castro, Marisa Lajolo, Sandra Vasconcelos e Nelson Schapochinik membros convidados para a banca de defesa.

À Leandra, funcionária da computação do IEL, sempre solícita e disponível para auxiliar os alunos.

Aos funcionários da Biblioteca do IEL, em especial às funcionárias — Bel e Loide, agradeço a gentileza do atendimento, a paciência e o carinho.

À Marta, bibliotecária da seção de obras raras da Biblioteca Central da UNICAMP, pela presteza com que sempre me atendeu.

Um agradecimento especial às minhas irmãs — Lúcia, Joana, Fátima, Livia e Maria José — pelo apoio incondicional, amigas e incentivadoras do meu trabalho. Aos meus sobrinhos — Denise, Lílian, Matheus, Leonardo e Júlia — companheiros nas deliciosas férias em Fortaleza.

À minha mãe pelo apoio constante, pelo carinho e pelas constantes viagens que fez à Campinas para me dar o apoio da sua presença.

Aos meus filhos queridos e ao Sanclayton que tiveram paciência em suportar minhas ausências em função da pesquisa e elaboração deste trabalho.

Finalmente, agradeço à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I - Duas palavras entre dois amores: o autor e o leitor.	
1. Um público leitor em formação.	27
1.1. Editoras e Livrarias – espaços de expansão da leitura.	47
2. Leitor: entre o real e o imaginário.	53
2.1. A leitura feminina: os <i>belos olhos pretos brasileiros</i>	56
2.2. O leitor: benévolo e benigno.	66
2.3. O leitor de olhos bem abertos.	70
2.4. Ler para entreter e distrair.	74
Capítulo II - Em cena o autor.	
1. Os primeiros passos.	77
1.1. O autor, criador e criatura.	80
1.2. A autoria feminina.	88
2. O autor, também personagem.	93
2.1. A acentuada modéstia.	94
2.2. Escrita e labor.	95
2.3. O autor amador.	97
2.4. A metáfora familiar.	99
2.5. Auto-afirmação.	100
2.6. Argumento de autoridade: o sujeito reconhecido.	106
2.7. O autor reconta e recria: “quem conta um conto aumenta um ponto”.	110
2.8. “Eu não sou eu, sou o outro”	118
Capítulo III - Histórias, Memórias, Aventuras, Vidas...	
1. Livros, leitores, romances.	121
1.2. A prosa de ficção: momentos iniciais.	132
2. Publicações brasileiras.	135
2.1. Romances: moralizar e ensinar.	147
2.2. Ficção: inventando a realidade.	148
2.3. As histórias re-contadas.	152

Conclusão	155
Bibliografia	159
ANEXOS	
Anexo I — Cronologia do romance – século XIX.	169
Anexo II — Antologia de prefácios	209

Resumo

Este trabalho é o resultado de quatro anos de pesquisas, leituras e reflexões, a fim de compreender as imagens de leitura impressas nos prefácios brasileiros do século XIX. Na leitura dos prefácios, proponho a análise de três categorias: o perfil dos leitores, a imagem do autor e a construção do gênero romanesco na primeira metade do século XIX, através do próprio discurso do escritor.

Os prefácios funcionam, também, como o lugar onde são exercidos os debates que buscam dar forma à estética romanesca que vai sendo reconhecida ao longo do século. É por meio desses prólogos que podemos acompanhar o processo longo e progressivo de alteração das imagens, opiniões e pensamentos dos romancistas e do gênero romance. Sob este ponto de vista, os prólogos dos romances do século XIX devem ser examinados como elementos da história do romance e da formação do público leitor. Através desses textos, é possível investigar como ocorreu este processo de formação.

A primeira função observada é a definição de leitor. Quem seria o leitor pretendido e/ou construído pelos romancistas do século XIX em seus prefácios? Como podemos averiguar as marcas da trajetória empreendida pelo autor a fim de seduzir e capturar um público-leitor? Será que folhetim e romances faziam parte apenas da leitura feminina ou abarcavam um grupo amplo e misto, formado por homens e mulheres?

O papel desempenhado pelo autor é a segunda função analisada neste trabalho. Nos textos dos prefácios, são apresentadas algumas caracterizações do escritor de ficção. Dentre outras funções, o escritor desempenha a tarefa de encantar o leitor através de um discurso persuasivo. Para tanto, o autor faz promessas e postula argumentações convincentes.

Por fim, a terceira e última função consiste em observar como o gênero romanesco foi tratado pelo escritor no texto do prefácio. Os prefácios se configuram também como um importante espaço de debates dos procedimentos da criação do novo gênero romanesco em terras brasileiras.

Para a composição do *corpus* da pesquisa serão analisados os prefácios de romances publicados entre 1822 e 1881; escritos por autores consagrados e romances escritos por romancistas menos conhecidos do público e pela crítica no seu valor de escritor.

Os prefácios — também chamados prólogos, advertências, proêmios, carta ao leitor, preâmbulos, discursos preliminares — que geralmente introduzem o texto do romance, assumem finalidades que vão além de uma simples introdução, configurando-se, algumas vezes, como uma forma de explicar a obra e debater questões de crítica literária. Os textos introdutórios configuram-se como parte funcional da obra, maneira de o autor se explicar, se justificar, debater idéias, queixar-se, e também seduzir o público leitor.

SUMMARY

This work is the result of four years of researches, readings and reflections, in order to comprehend the reading images printed on Brazilian prefaces in the 19th century. When reading prefaces, I suggest the analysis of three categories: profile of the readers, the image of the author and the construction of the romantic style during the first half of the 19th century, through the author's own discourse.

Prefaces also work as the place where debates are practiced, trying to shape the romantic style which has been recognized during the century. By means of these prologues, we are able to follow the long and progressive process of change of the images, opinions and thoughts of romancists and the romantic style. Under this point of view, the prefaces of the 19th century romances should be examined as elements of the history of the romantic style and the formation of future readers. Through these texts, it is possible to investigate how this formation process took place.

The first thing analyzed was the definition of reader. Who would be the target reader and/or the sculpted reader formed by the 19th century romancists in their prefaces? How can we verify the signs of the way covered by the author in order to seduce and capture the readers? Would serial publications and romances be part of the feminine universe only or would they be part of a larger mixed group of readers, men and women for example?

The role played by the author is the second analysis made in this work. In the texts of the prefaces, some characterizations of the novelist are shown. Among other roles, a writer must enrapture the reader by using a persuasive speech. In order to do so, the author makes promises and postulates valid argumentation.

At last, the third and final analysis is about how the romantic style was handled by the author in the preface. Prefaces are also important spaces to debate the procedures of the creation of the new romantic style in Brazil.

In order to produce the *corpus* of this research, it will be analyzed the prefaces of romances published between 1822 and 1881, written by renowned authors, well known by the public and critics, as well as romances written by not so famous authors.

Prefaces – also know as prologues, forewords, proems, letter to the reader, preambles, prelude – which in general, introduce the text of the romance, have purposes that go beyond a mere introduction. They are, sometimes, the way to explain the literary work and to debate questions of literary criticism. The introductory texts work as a guide to the literary work, the way the author explains and justifies herself, to debate ideas, to complain and also, to seduce the reader.

Introdução

Eu me proponho de pôr em evidência muitas grandes verdades (...) Eu posso assegurar que as verdades que eu vou falar existiram verdadeiramente, e que sua história é verdadeira nos seus principais acontecimentos.

(Paul et Virginie – Bernardin de Saint-Pierre)

Os prefácios escritos por romancistas brasileiros durante o século XIX permitem examinar um possível perfil do leitor dos anos oitocentos, contornando as linhas que desenham a imagem da leitura construída nessa época pela literatura brasileira.

Para encaminhar a discussão dessa questão, reflitamos, primeiramente, sobre a contribuição do prefácio para o texto literário.

O prefácio, quando publicado, torna-se parte essencial do texto que o segue, pois tem por finalidade estabelecer um diálogo entre autor e leitor. É também no prefácio que ocorrem as trocas de cortesias e que o autor orienta o leitor a fim de que este obtenha o maior aproveitamento possível do texto. Através desse intróito o escritor expõe seu produto, o livro, procurando atrair seu desejado interlocutor e consumidor: o leitor.

Nesse sentido, os prefácios desempenham função essencial no espaço dos romances em que estão presentes, funcionando também como área de debate e definição das idéias que começam a surgir e como composição que legitima a palavra de seus criadores. Funcionam, outrossim, como lugar onde são exercidos os debates que buscam dar forma à estética romanesca que vai sendo reconhecida ao longo do século. É por meio desses prólogos que podemos acompanhar o processo longo e progressivo de alteração das imagens, opiniões e pensamentos dos romancistas e do gênero romance até então desprestigiados. Sob este ponto de vista, os prólogos dos romances do século XIX devem ser examinados como elementos da história do romance e da formação do público leitor. Através desses textos, é possível investigar como ocorreu este processo de formação.

Na leitura dos prefácios, privilegiamos a análise de três categorias: o perfil dos leitores, a imagem do autor e a construção do gênero romanesco na primeira metade do século XIX. É através do discurso do escritor no prefácio que tais categorias são analisadas.

São objetos deste estudo tanto romances consagrados quanto não-consagrados pelas histórias literárias nacionais; romances escritos por mulheres e romances escritos por homens. Um dos principais objetivos desta pesquisa é a identificação de elementos que ajudem a construir uma história da leitura no Brasil.

A primeira função observada é a definição de leitor. Quem seria o leitor pretendido e/ou construído pelos romancistas do século XIX em seus prefácios? Como podemos averiguar as marcas da trajetória empreendida pelo autor a fim de seduzir um público-leitor? Será que folhetim e romances faziam parte apenas da leitura feminina ou abarcavam um grupo amplo e misto, formado por homens e mulheres?

Os prefácios não permitem que se identifique, com segurança, quem seriam os leitores empíricos da prosa de ficção oitocentista, mas traços do perfil destes leitores se revelam através da representação ficcional, presentes tanto nos prefácios quanto nos textos ficcionais propriamente ditos. Através do cruzamento destes textos, pode-se mapear o tipo de leitura desejada pelo escritor.

O papel desempenhado pelo autor é a segunda função analisada nesta pesquisa. Nos textos dos prefácios, são apresentadas algumas caracterizações do escritor de ficção. Dentre outras funções, o escritor desempenha a tarefa de enredar o leitor através de um discurso persuasivo, pautado por elementos da retórica. Além de tomar a clássica definição da *Retórica* como a arte de seduzir o público, no presente caso o autor almeja persuadir ou convencer o leitor, fazer-se compreender e, principalmente, dotar seu texto de credibilidade. Para tanto, o autor faz promessas, postula argumentações convincentes e articula sua fala com procedimentos afetivos, intelectuais ou moralizantes.

Todos esses atributos compõem uma técnica de expressão elaborada pelo autor para envolver o leitor, pois, de acordo com Olivier Reboul¹, o bom criador é aquele que não só elabora bem a sua fala, como também sabe para quem está dirigindo o seu discurso. Nisto consiste a arte de persuadir, função primordial da retórica. Entretanto, o bom escritor não deve se limitar aos elementos de ordem emocional, sua competência deve partir do pressuposto de que ele, enquanto produtor do texto não está sozinho. Ele cria para ir ao encontro de alguém e não somente para seduzir, ou tomar poder, como um lobo diante de um cordeiro, mas para se fazer crer e, mais que isso, para celebrar o encontro de idéias.

¹ REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Por fim, a arte da escrita, na esfera da prosa de ficção, constituiu uma descoberta para os escritores brasileiros do século XIX. Os prefácios se configuram também como um importante espaço de debates dos procedimentos da criação do novo gênero romanesco em terras brasileiras.

O romance, gênero até então marginal, não estava entre os gêneros considerados nobres, tais como a poesia e os textos clássicos. Não se supunha que o romance fizesse parte das leituras de intelectuais e eruditos, mas de pessoas frívolas e desocupadas. Diante desta imagem negativa do romance, o escritor tinha pela frente a tarefa de elevar a nova forma literária a uma posição de destaque entre os gêneros já consagrados. É no prefácio que o autor procura notabilizar o gênero romanesco.

Para fundamentar essa investigação das imagens de leitor, autor e gênero romanesco nos prefácios oitocentistas, analisam-se neste trabalho os prólogos dos romances escritos entre 1826 e 1881 — datas, respectivamente, da publicação de *Statira, e Zoroastes* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Para a composição do *corpus* da pesquisa serão analisados os prefácios dos seguintes romances, escritos por autores consagrados: *A Moreninha* (1844), *O Moço Loiro* (1845), *A Rosa* (1849), *O Forasteiro* (1855), *A Carteira do Meu Tio* (1855), *O Culto ao Dever* (1865), *Memórias do Sobrinho do meu tio* (1867), *O Rio do Quarto* (1869), *As Vítimas Algozes* (1869), *As Mulheres de Mantilha* (1871) e *A Misteriosa* (1872), de Joaquim Manuel de Macedo; *O Guarani* (1857), *Lucíola* (1862), *Escabiosa Sensitiva - outro perfil de mulher* (1863), *Diva* (1864), *Iracema* (1865), *O Gaúcho* (1870), *Sonhos D'ouro* (1872), *A Alma de Lázaro* (1872), *O Ermitão da Glória* (1873), *O Garatuja* (1873), *A Guerra dos Mascates* (1873), *Ubirajara* (1874), *Senhora* (1875), *O Pagem Negro* (1875), *Encarnação* (1877) e *Ex-Homem* (1877), de José de Alencar; *Um Casamento no Arrabalde* (1869) e *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *O Ermitão de Muquém* (1864) e *O Índio Afonso* (1873), de Bernardo Guimarães; *Innocência* (1872), de Visconde de Taunay; *Ressurreição* (1872), *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Compondo o grupo dos romances e romancistas não consagrados serão analisados os prefácios das seguintes obras: *Statira, e Zoroastes* (1826), de Lucas José d' Alvarenga; *Amor, Ciúme e Vingança* (1838), *O Aniversário de D. Miguel em 1828* (1839), *Manuel de Moraes* (1866) e *Aspasia* (1872) de J. M. Pereira da Silva; *Os Assassinos Misteriosos ou Paixão Dos Diamantes* (1839) de Justiniano José da Rocha; *O Capitão Silvestre e Frei Veloso, ou A Plantação de Café no Rio de Janeiro* (1847), de Luís da Silva de Azambuja Susano; *Divina Pastora* (1847), de Caldre e Fião; *As*

Cinzas de Um Livro (1859), de Bruno Henrique de Almeida Seabra; *D. Narcisa de Villar* (1859), de Ana Luiza de Azevedo e Castro; *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis; *Os Guayanazes* (1860), de Couto de Magalhães; *O Doutor Benignus* (1875), de Augusto Emilio Zaluar; *Angelina ou Dous Acasos Felizes* (1869), de José Joaquim Azurara; *Entre o Ceo e a Terra* (1869), de Flávio Reimar; *Os Franceses no Rio de Janeiro* (1870), de Manuel Duarte Moreira de Azevedo; *A Família Agulha* (1870), de Guimarães Júnior; *O Ninho do Beija-Flor* (1874), de Araripe Júnior; *Marabá* (1875), de Salvador de Mendonça; e *Gabriella* (1875), de J. M. Velho da Silva. Serão examinados também alguns trechos dessas obras que contribuem para ilustrar as imagens de leitor, autor e gênero romanesco.

As balizas temporais adotadas escapam aos limites convencionais estabelecidos pela maior parte das histórias literárias. Desta forma, embora *A Moreninha* e *O Filho do Pescador* sejam considerados pela crítica como os primeiros romances românticos brasileiros, antes dessas publicações já existia uma significativa produção em prosa novelística. Em 1826, foi publicada a novela *Statira, e Zoroastes*, de Lucas José d'Alvarenga marcando o início da prosa de ficção romântica brasileira. Afrânio Coutinho afirma ser essa a primeira novela que se publicou no Brasil:

Ao que tudo indica, a primeira novela que se publicou no Brasil foi *Statira, e Zoroastes* (1826), de Lucas Jose d'Alvarenga. (...) o fato é que Lucas José d'Alvarenga publicou sua pequena novela em 1826, quando nenhum outro escritor, ao que sabemos, tinha adotado esta forma literária no Brasil.²

A presença de um texto introdutório nos romances oitocentistas verifica-se desde 1826 na novela *Statira, e Zoroastes* e é comum em boa parte das obras desse período.

Esses prólogos, algumas vezes cognominados “advertência”, não são uma novidade na literatura. Seguem uma tradição antiga inaugurada pelos agradecimentos e dedicatórias, presentes nos mais diversos gêneros literários. Sabe-se que o ato de escrever um texto como introdução do livro a ser publicado era prática comum de muitos escritores, quando tinha a função de dedicar a obra a um príncipe, rei, ou alguém poderoso, que financiava a produção e autorizava a sua circulação. Além disso, o escritor esperava daquele a quem dedicava a obra um emprego ou recompensa, prática comum no período anterior à profissionalização do escritor:

(...) para um escritor do século XVII não há senão duas possibilidades. Uma é que ele seja provido de benefícios, cargos, postos, caso ele não pertença a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial. Ou ele é obrigado a entrar nas relações de

² COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966. p. 41 e 42.

patrocínio e recebe uma remuneração não imediata de seu trabalho como escritor, sob a forma de pensão, de recompensa ou de emprego. O gesto que inicia estas relações de clientela, ou de patrocínio, é o da dedicatória, um verdadeiro rito. (...) na cena da dedicatória, a mão do autor transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, um contra-dom é buscado, (...) um posto, um cargo, um emprego(...) ³

A escrita dos prefácios percorreu os séculos, modificando sua proposta em algumas circunstâncias, sobretudo quando o leitor começa a aparecer como a peça-chave para a acolhida da obra.

Esta prática é evidente já no século XVII: no *Dom Quixote* (1605/1615), de Cervantes, encontramos uma dedicatória àquele que patrocinou a edição do livro, o “*Duque de Béjar, Marquês de Gibraleão, Conde de Benalcázar y Banhares, Visconde da Puebla de Alcocer, Senhor das Vilas de Capilha Curiel e Burguilhos*”:

Em fé do bom acolhimento e honra que faz vossa Excelência a toda sorte de livros, como príncipe tão inclinado a favorecer as boas artes, maiormente as que por sua nobreza não se abatem ao serviço e produtos do vulgo, tenho determinado de trazer à luz ao Engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha, ao abrigo do claríssimo nome de Vossa Excelência, a quem, com o acatamento que devo a tanta grandeza, suplico o receba agradavelmente em sua proteção, para que à sua sombra, conquanto despido daquele precioso ornamento de elegância e erudição de que costumam andar vestidas as obras que se compõem nas casas dos homens que sabem, ouse surgir seguramente no juízo de alguns que, não se contendo nos limites de sua ignorância, costumem condenar com mais rigor e menos justiça os trabalhos alheios; que, pondo os olhos a prudência de Vossa Excelência em meu bom desejo, fio em que não desdenhará a cortesia de tão humilde serviço.⁴

Após a dedicatória, o autor escreve um prólogo ao leitor, a quem recomenda que obtenha na leitura prazer e distração, e que forneça sua apreciação por meio de julgamento indulgente. Diferentemente da dedicatória, destinada geralmente a uma só pessoa, o prefácio deste livro é destinado ao *público-leitor*:

E, pois que a vossa escritura tem por único fim desfazer a autoridade que por esse mundo e entre o vulgo ganharam os livros de cavalaria, não careceis de andar mendigando sentenças de filósofos, conselhos da Divina Escritura, fábulas de poetas, orações de retóricos, e milagres de santos; o de que precisais é de procurar que a vossa história se apresente em público escrita em estilo significativo, com palavras honestas e bem colocadas, sonoras e festivas em grande abastança, pintando em tudo quanto for possível a vossa intenção, o grave a não despreze, nem o prudente deixe de gabá-la. Finalmente, tende sempre posta a mira em derrubar a mal fundada máquina destes cavaleirescos livros aborrecidos de muita gente, e louvados e queridos de muita mais; se conseguirdes fazer quanto vos digo, não tereis feito pouco.⁵

³ CHARTIER, Roger. “O autor entre punição e proteção”. In: *A Aventura do Livro – Do Leitor ao Navegador*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 39.

⁴ SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. Prólogo. In: *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

⁵ idem.

Nesses dois textos introdutórios — *dedicatória* e *prólogo* — percebe-se uma diferença de estilo no que diz respeito à linguagem, aos objetivos e ao destinatário. Na *dedicatória*, o autor apresenta, em linguagem eloqüente, uma exacerbada demonstração de respeito, objetivando a proteção da autoridade para o acolhimento da obra que lhe é apresentada.

No prefácio, a linguagem menos formal evidencia a mudança do destinatário do texto. O diálogo com o leitor não carece de juramentos ou quaisquer mesuras para mediar o entendimento. A ambição do autor reside em oferecer ao leitor uma obra para o seu prazer.

Esta obra de Cervantes, ao apresentar os dois textos introdutórios (*dedicatória* e prefácio), permite observar a relação do autor com o mecenas e do autor com o leitor. Trata-se, segundo Chartier, de um aspecto dual que marcou as primeiras experiências da prosa moderna:

A *dedicatória* pertence às preliminares da obra ou do “paratexto”, isto é, aos textos que precedem e acompanham a obra propriamente dita. Marca-se bem, desde a página de título até as notas aos leitores, a pluralidade de destinações do texto. No Século de Ouro espanhol, nas páginas de título de *Don Quixote*, de Cervantes, (...) encontra-se uma enumeração extremamente longa de todos os títulos do protetor a quem é endereçada a obra. Em seguida, quando a idéia do mérito do autor prevalece sobre a proteção do príncipe, o equilíbrio muda. (...) É esta dualidade que caracteriza bem o ingresso do autor na idade moderna.⁶

Julga-se ser fundamental, para as discussões sobre leitura, observar as fases sucessivas da história da prosa literária e verificar que os prólogos, ainda no século XIX, funcionam como espaço de exposição da obra. Em alguns casos, convive com o prólogo a *dedicatória* destinada a uma pessoa digna de importância que, de alguma forma, tenha mediado a edição do livro.

Neste sentido, pode-se observar o romance *Tom Jones* (1749), de Henry Fielding. A existência de prefácio neste livro, como em outros tantos do romance inglês⁷, e sua função de mediador entre autor e público aparece como modelo e confirmação de uma tradição. O século XVIII marca um período importante para a história da leitura ocidental, pois é neste século que, em alguns países, o escritor começa a usufruir os ganhos da sua produção⁸. O primeiro prólogo do romance de Fielding marca esse momento de transição entre o mecenato e a profissionalização do escritor e caracteriza o mesmo aspecto dúbio construído no prêmio

⁶ CHARTIER, Roger. “O autor entre punição e proteção”. In: *A Aventura do Livro – Do Leitor ao Navegador*. op. cit., p. 41.

⁷ Sandra Vasconcelos apresenta um conjunto de prefácios em que escritores ingleses do século XVIII discutiram a prática e a leitura de um gênero de ficção que ainda não tinha definições muito precisas: o romance. In: *A Formação do Romance Inglês: Ensaios Teóricos*. USP, São Paulo, 2000. 3 v. Tese de Livre Docência.

⁸ Segundo Chartier, o século XVIII marca a época em que começam a aparecer os autores que iam viver de sua pena. In: CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro – Do Leitor ao Navegador*. op. cit.

de *Dom Quixote*, pretendendo ser uma dedicatória àquele a quem o autor solicita permissão e proteção para sua obra, ao mesmo tempo em que se dirige ao leitor, aspirando por sua benevolência e julgamento favorecedor:

Ao Honorável
GEORGE LYTTTELTON, ESQ.,
Lorde comissário do Tesouro.

Senhor,

Sem embargo da vossa constante recusa, sempre que vos tenho pedido vênias para prefixar-vos o nome a esta dedicatória, cumpre-me insistir ainda no meu direito de solicitar-vos a proteção para esta obra. (...) Recomendastes tão calorosamente o livro que vos prejaríeis, talvez, de ler o vosso nome antes da dedicatória. Com efeito, senhor, se o livro em si mesmo não vos faz envergonhar-vos das vossas recomendações, não o fará nem deverá fazê-lo nada que eu possa escrever aqui. (...) Até onde cheguei nesses bons empenhos deixo que o decida o leitor imparcial, fazendo-lhe apenas dois pedidos: primeiro, que não espere encontrar perfeição nesta obra; e, segundo, que lhe releve algumas partes se lhes faltar o pequeno mérito que espero apareça em outras.⁹

No prefácio de *Tom Jones*, embora apareça o pedido de acolhimento para alguém poderoso, pode-se perceber o aumento da importância do leitor.

De acordo com Eça de Queiroz, o prefácio é um texto essencial para a interlocução entre autor e público leitor. O romancista português discorre a respeito das singularidades distintas dessas duas palavras em seu polêmico prefácio para o livro *Azulejos* (1886) definindo que público e leitor têm representação distinta. O público seria uma formação de leitores anônimos, *azafamados*, que formavam uma leitura impessoal, enquanto o leitor seria um confidente, um amigo individual. A distinção geral apresentada por Eça de Queiroz pode ser sintetizada nos seguintes trechos do referido prefácio:

(...) o Escritor, há cem anos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto, amiga da Eloquência e da Tragédia, que ocupava os seus ócios luxuosos a ler, e que se chamava “O Leitor”; e hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca que se chama “o Público”.

Ora quando este leitor, douto, agudo, amável, bem empoado, íntimo das idades clássicas, recebia o Escritor na sua solidão letrada — o Escritor necessitava apresentar-se com reverência, e modestement courbé. É um homem culto que vai a casa de outro homem culto — e esse encontro está regulado por uma etiqueta tradicional e graciosa. (...) Tinha de haver uma apresentação condigna, solene, copiosa; e isso passava-se nesse pedaço de prosa em tipo largo, com citações latinas, que se chamava o Prefácio. Aí o autor modestement courbé, diante do Leitor acolhedor e risonho, falava com prolixidade de si, das suas intenções, da sua obra, da sua saúde; dizia-lhe doçuras, chamava-lhe pio, perspicaz, benévolo: justificava os seus métodos, citava as suas autoridades: se era novo, mostrava corando a sua inexperiência em botão: se era velho, despedia-se do Leitor à maneira de Boileau, numa pompa triste, como da borda de um túmulo. (...) Depois o Autor ia levando o Leitor pela mão através da sua obra como através de um jardim que se mostra,

⁹ FIELDING, Henry. Prefácio do romance *Tom Jones*. Paris: Julliard, 1964. 2v.

repercorrendo com gosto as áreas mais enfeitadas de erudição, parando por vezes a conversar docemente à sombra de um pensamento frondoso. Assim se formava entre ambos uma enternecida intimidade espiritual. O Leitor possuía no homem de letras um companheiro de solidão, de um encanto sempre renovado. O Autor encontrava no Leitor uma atenção demorada, fiel, crente: como Filósofo tinha nele um discípulo, como Poeta um confidente.(...) Foi então que se sumiu o Leitor, o antigo Leitor, discípulo e confidente, (...) o Leitor amigo, com quem se conversava deliciosamente em longos, loquazes Proémios: e em lugar dele o homem de letras viu diante de si a turba que se chama o Público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas.

(...) Todavia ainda hoje há Escritores que, seduzidos pela graça nobre das maneiras clássicas, quando procuram o Público com um livro amorosamente trabalhado, querem pôr nesse encontro as formas aparatosas da etiqueta de outrora. São aqueles, sobretudo, que, escrevendo delicadamente e para delicados, contam apenas com o Leitor dos velhos tempos.¹⁰

Eça de Queiroz descreve no seu texto duas situações de leitura: uma em que o autor, um ser dotado de erudição, entra em contato com um leitor descrito como “uma pessoa de saber e gosto, douto, agudo, amável, acolhedor, risonho, perspicaz, benévolo, amigo, discípulo e confidente”, diante de quem deveria se apresentar com os aparatos da etiqueta, a devida pompa, reverência e solenidade, para conduzir à leitura aquele que lê no recolhimento da sua solidão, e com quem estabelece uma terna familiaridade. Com o avanço do progresso e a chegada da modernidade, ocorre “o desaparecimento deste leitor” e surge uma outra circunstância de leitura composta pelo homem das letras e o público, a quem Eça de Queiroz denomina, de maneira irônica, de “uma multidão azafamada e tosca”. O público caminha na via oposta do “leitor íntimo”, para ele não são necessárias as cortesias e delicadezas, pois ele não lê no silêncio da solidão com a atenção e o recolhimento devidos; lê apressadamente, na aflição das ruas, sem estabelecer qualquer enlace com o texto ou com o autor que ali o conduz. Todavia, em meio à desordem do público que caminha no sentido inverso, ainda é possível encontrar o leitor dos “velhos tempos”, o companheiro dócil e amigo que estabelece com o escritor a relação amistosa prescrita nos prefácios a eles dedicados.

Observando as considerações do escritor português e a história da tradição dos prefácios, pode-se afirmar que, no século XIX, alguns escritores, inclusive brasileiros, mantinham a prática de apresentar seu romance ao leitor por meio do prefácio, em que frequentemente se encontravam palavras de gratidão dirigidas ao benévolo grupo de leitores. Os romancistas do século XIX não só destinavam sua obra ao público, como também aproveitavam para especular sobre a possível recepção de seu livro. Pode-se dizer que estes

¹⁰ QUEIROZ, Eça de. Prefácio ensaístico do livro *Azulejos*. In: BERRINE, Beatriz. *Eça de Queiroz – Literatura e Arte – uma antologia*. Lisboa: Relógio D'Água, 2000. p. 59-75.

prefácios funcionavam, ao mesmo tempo, como um tipo de dedicatória, um gesto que intensifica as relações entre autor e público. O autor não espera, então, a benevolência de um príncipe, mas a acolhida que os leitores possam dispensar à obra publicada, como exemplifica este fragmento de *Um Casamento no Arrabalde* (1869), de Franklin Távora:

Posso, portanto concluir que este livro está duplamente julgado por um homem do norte que esteve na corte, e julgado por um homem da corte que esteve no norte — duas autoridades dignas de respeito. (...) O livro não há de ser um beijo, mas também não será uma explosão.

A dinamite está longe de minha índole, conquanto esteja no caráter das cortes.

Isto mesmo melhor se provará no reter do livro, não neste que é inocente, que é filho de paixões inofensivas e ideais, que é livro para ser lido por mulheres, não meditado por homens, livro meigo, não livro severo como talvez pareça o outro.

Leia-o, leia-o o leitor, que há de dar-me razão.¹¹

De um modo geral, os textos utilizados como intróito, nos romances do século XIX, têm como estratégia principal seduzir o público e captar a benevolência do leitor. Os autores recepcionam os leitores ou leitoras na introdução do romance com falas melífluas para cativar adeptos à história que será contada. Dirigem-se a esse público como quem quer captar agrado ou favores, dando vazão a toda loquacidade num discurso sedutor, com certa dose de modéstia, esperteza e charme, para conquistar um número significativo de adeptos:

Não sei o que deva pensar deste livro; ignoro, sobretudo, o que pensará dele o leitor. A benevolência com que foi recebido um volume de contos e novelas, que há dois anos publiquei, me animou a escrevê-lo. É um ensaio. Vai despreziosamente às mãos da crítica e do público, que o tratarão com a justiça que merecer.¹²

Os prólogos funcionam ao mesmo tempo como área de confissão do autor e tentativa de sedução do leitor. Servem, ainda, como guia para a leitura. Em busca de um público solícito, leitores e leitoras são tratados com reverência pelo autor e seduzidos por ele a seguir, como discípulos, as linhas de orientação traçadas no prefácio. É o que se pode ler nas palavras de Joaquim Manuel de Macedo em seu prefácio a *O Moço Loiro*:

Espero que minhas encantadoras patricias vejam n'O moço loiro um simples e ingênuo tributo de gratidão a elas dotado; e espero também que o público, quem outrora me animou, e a quem muito devo, de tal tributo me apraza; pois sei, que sempre lisonjeiro lhe é ver render cultos aos astros brilhantes de seu claro céu, às mimosas flores de seu ameno prado. Espero ainda que meu novo filho não será lançado ao longe, como fruto verde e ingrato ao paladar... que O moço loiro será, ao menos por piedade, aceito, e compreendido. Espero mais, senhoras, que generosas sempre, perdoando as imperfeições e graves defeitos

¹¹ TÁVORA J. Franklin da Silveira. Prefácio do romance *Um casamento no arrabalde*. Rio de Janeiro, Garnier, 1903.

¹² ASSIS, Machado de. Prefácio do romance *Ressurreição* In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

d'O moço loiro, não querereis perguntar a seu débil pai - como ousas escrever? Oh! não mo perguntareis; porque há em vós bastante ardor, imaginação e poesia para sentir, que às vezes o desejo de escrever é forte, qual o instinto, que manda beber água para apagar a sede, e comer para matar a fome? que às vezes o pensamento arde, e se consome em fogo; e que então é inevitável deixar sair as chamas desse fogo...¹³

Esses estratagemas, sutilezas que cercam a linguagem dos prefácios, alongam-se igualmente no corpo do romance, quando o ficcionista insiste na façanha de conduzir seu público e instituir a prática de leitura de romances. É o que fazem os narradores de *Lucíola* e *A Mão e a Luva*, nos excertos que citamos a seguir:

Não sei se a senhora achará prazer na leitura destas cenas sem colorido, estirado diálogo entre dois atores, raro interrompido pelo mundo, que lhes atira um eco de seus rumores. Já tenho tido vezes de arrependimento depois que comeci estas páginas, que eu podia tornar mais interessantes, se as quisesse dramatizar com sacrifício da verdade: porém mentiria às minhas recordações e à promessa que lhe fiz de exumar do meu coração a imagem de uma mulher.¹⁴

(...) em 1853, uma bagatela de vinte anos que lá vão, levando talvez consigo as ilusões do leitor, e deixando-lhe em troca (usurários!) uma triste, crua e desconsolada experiência. (...)Ali mesmo lhe confiou Estêvão tudo o que havia, e que o leitor saberá daqui a pouco, caso não aborreça estas historias de amor, velhas como Adão, e eternas como o céu.¹⁵

A sineta do almoço chamou-as a outros cuidados, e a nós também, amigo leitor. Enquanto as três almoçam, relanceemos os olhos ao passado, e vejamos quem era esta Guiomar, tão gentil, tão buscada e tão singular, como dizia Mrs. Oswald.¹⁶

Não era a primeira vez que Mrs. Oswald aludia a alguma coisa que desagradava a Guiomar, nem a primeira que esta lhe respondia com a sequidão que o leitor viu no fim do capítulo anterior.¹⁷

Um leitor perspicaz, como eu suponho que há de ser o leitor deste livro, dispensa que eu lhe conte os muitos planos que ele teceu, diversos e contraditórios, como é de razão em análogas situações.¹⁸

Os prefácios — também chamados prólogos, advertências, proêmios, carta ao leitor, preâmbulos, discursos preliminares — assumem finalidades que vão além de uma simples introdução, configurando-se, algumas vezes, como uma maneira de explicar a obra e debater questões de crítica literária, desviando-se um pouco da linguagem retórica tradicional, apresentando a função metaliterária, como se pode verificar no prefácio “Bênção Paterna” do romance *Sonhos d'Ouro*, de Alencar:

¹³ MACEDO, Joaquim Manuel de. Prefácio do romance *O Moço Loiro*. 3.^a ed. São Paulo: Ática, 1979.

¹⁴ ALENCAR, José de. *Lucíola*. 12.^a ed., São Paulo: Ática, 1988. (série Bom Livro). p. 72.

¹⁵ ASSIS, Machado de. *A Mão e a Luva*. São Paulo: Ática, 1976. p. 2.

¹⁶ idem, p. 18.

¹⁷ idem, p. 24.

¹⁸ idem, p. 43.

O período orgânico desta literatura conta lá três fases: A primitiva que se pode chamar aborígine são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalsamaram a infância do povo, (...) Iracema pertence a essa literatura primitiva, (...)

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido. (...) Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem O Guarani e As Minas de Prata. (...)

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, (...) Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, (...) também nas singelas cantigas do povo é nos antigos serões da família.

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda (...) esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileira. (...) O Tronco do Ipê o Til e O Gaúcho, vieram dali: embora, no primeiro sobretudo, se note já, devido à proximidade da côrte e à data mais recente, a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro¹⁹.

Neste prefácio, por exemplo, Alencar evidencia seu projeto literário, divide-o em três períodos e exemplifica cada um deles com algumas de suas obras. Além disso, Alencar afirma que o seu projeto literário forma o verdadeiro gosto pela literatura nacional, pois a sua obra daria autenticidade à literatura brasileira. Tais considerações descritas pelo autor no prefácio foram incorporadas pelo discurso da história literária — por exemplo, no texto “Os três Alencares”, de Antonio Candido²⁰. Os textos introdutórios configuram-se como parte funcional da obra, maneira de o autor se explicar, se justificar, debater idéias, queixar-se, e também conquistar o público leitor através da retórica. É o que procuramos apresentar na análise dos prefácios distribuídos nos três capítulos que compõem esta tese.

No primeiro capítulo, observa-se as artimanhas do autor para envolver o leitor. Com o objetivo de convencê-lo, o autor utiliza no discurso prefacial o recurso retórico da promessa, através da qual procura conquistar credibilidade junto ao público. Ele constrói, nos prefácios, uma imagem de leitor e dá pistas do percurso de leitura desejado. Para chegar a este leitor dos prefácios, estuda-se o crescimento do público leitor ao longo do século XIX e as condições de leitura. Em seguida, examina-se o perfil do leitor implícito, imaginado pelo escritor da prosa de ficção, e presente nas diversas situações de leitura descritas nos enredos. A partir disso, analisa-se as diversas imagens de leitores nos prefácios e a tentativa do autor de conduzir as suas leituras.

¹⁹ ALENCAR, José. “Benção Paterna”. In: *Sonhos d’Ouro*. 2.^a ed. São Paulo: Ática, 1998 (Série Bom Livro).

²⁰ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2vls. São Paulo: Martins, 1964.

Além de construir imagens de leitores, o autor constrói também uma imagem de si mesmo. No segundo capítulo, veremos que o autor se apresenta como alguém eloqüente, conhecedor profundo da História, digno de confiança e de admiração por parte do leitor. Paradoxalmente, a modéstia é um dos artifícios utilizados com frequência nos prefácios. O escritor evidencia o excesso de trabalho para a composição do texto, nem sempre admitindo tratar-se de ficção. Paralelamente à análise dos prefácios, verifica-se outra maneira de construção da imagem do autor, por meio, por exemplo, das relações sociais e institucionais do escritor.

No terceiro e último capítulo, verifica-se os momentos iniciais e a evolução da prosa de ficção no Brasil oitocentista. Dentre as marcas que determinam a nova forma literária, examinamos o realismo formal, teoria estabelecida por Ian Watt, e o plurilingüismo de Bakhtin. Analisando os prefácios, observamos que os escritores buscavam dar legitimidade e reconhecimento ao novo gênero que aos poucos se firmava, apontando para o leitor as diversas qualidades do romance, como a moralização e a instrução.

Além dos capítulos de análise, esta tese contém dois importantes anexos: a cronologia do romance do século XIX e uma antologia dos prefácios oitocentistas, compreendidos no período entre 1826 e 1881. É importante enfatizar que a elaboração desta cronologia foi essencial para todo o desenvolvimento de pesquisa e de escrita da tese, pois só a partir dos dados coletados foi possível iniciar a caça aos romances que tinham ou não prefácios e assumir uma posição mais crítica diante da história do romance brasileiro que é contada tradicionalmente.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessária a consulta em algumas bibliotecas. Dentre eles, destaco a Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp), o acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da Unicamp, a Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), a Biblioteca da Universidade de São Paulo (USP), a Biblioteca da Universidade de Brasília (UNB) e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Com o intuito de não tornar este texto introdutório mais extenso do que deveria ser, vamos aos prefácios propriamente ditos.

Duas palavras entre dois amores: o autor e o leitor

A falsa modéstia é o último
requisite da vaidade.

(La Bruyère)

1. Um público leitor em formação.

O movimento literário do século XIX brasileiro foi fundamental para a evolução histórica e cultural do país. Dentre os acontecimentos mais marcantes, a produção e circulação de romances nacionais é um fato digno de atenção em um país onde até 1808 não eram permitidos os direitos de impressão e, após essa data, esta atividade era permitida somente à Imprensa Régia¹. Pode-se dizer que este século marca a história do livro no Brasil e o aumento substancial da população leitora e consumidora de livros, tendo em vista que, durante o período entre 1801 e 1890, o número de livrarias, somente na cidade do Rio de Janeiro, cresce de duas para quarenta e cinco².

Nesse cenário, a produção de folhetins, novelas e romances assinados por brasileiros é substancial e surpreende a partir da segunda metade do século XIX. Neste período, a publicação de prosa ficcional aponta que sete escritores publicaram mais do que quatro romances³, fato curioso para um país a respeito do qual muitos afirmavam haver “pouca gente

¹ ABREU, Márcia. “O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil Colonial”. In: *Brasil e Portugal 500 anos de enlacs e desenlacs*. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: 2000.

² HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1995. p. 45.

³ Esses dados fazem parte da pesquisa que compõe a cronologia (em anexo) da prosa de ficção brasileira em todo o século XIX. Entre os autores que publicaram acima de quatro romances, destacam-se: Carlos Júlia C. A. H. F. Von Kosenitz que publicou: *A Donzela de Veneza e a Véspera da Batalha* (1858), *Um Drama no Mar* (1863), *Roma Perante o Século* (1871), *Laura, também um Perfil de Mulher* (1873). Bruno H. de Almeida Seabra publicou *Dr. Pancrácio, Paulo, Memórias de um Pobre Diabo por Aristóteles de Souza*, Araripe Júnior publicou *A Casinha de Sapé, O Ninho do Beija-Flor, Jacinta: A Marabá, um Motim na Aldeia*, Bernardo Guimarães publicou *O Ermitão de Muquém* (1864), *Lendas e Romances, o Seminarista*, (1872) *História e Tradições da Província de Minas Gerais* (1872), *O Garimpeiro, o Índio Afonso, Escrava Isaura, Maurício ou os Paulistas em São João d’el Rei*, Joaquim Manuel de Macedo publicou *O Culto ao Dever, Memórias do sobrinho do Meu Tio, O Rio do Quarto, As Vítimas Algozes, A Luneta Mágica, A Namorada, Um Noivo e Duas Noivas, As Mulheres de Mantilha, Os Quatro Pontos Cardeais, A Baronesa do Amor*, Visconde de Taunay publicou *Scenas de Viagem, Viagem de Regresso de Mato Grosso À Corte, A Mocidade de Trajano, O retrato da Laguna, Inocência, Lágrimas do Coração, Manuscrito de Uma Mulher, Ouro Sobre Azul*, José de Alencar publicou *Cinco Minutos* em folhetim, *O Guarani e A Viúva, Cinco Minutos* editado em livro, *As Minas de Prata e Lucíola, escabiosa (Sensitiva), Diva, Iracema, o Gaúcho e A Pata da Gazela, o Tronco do Ipê, os Sonhos d’Ouro e Tã, Alfarrábios e A Guerra Dos Mascates, Ubirajara, Senhora e O Sertanejo, Encarnação*.

que lê”, pensamento expresso no relato dos viajantes que visitaram o Brasil no decorrer do século, permanecendo entre muitos estudiosos até os tempos atuais, como se constata na afirmação de Luis Felipe Ribeiro, a partir de dados colhidos na sua obra *Mulheres de Papel*:

Levando em consideração que a população do Rio de Janeiro era, em 1830, de aproximadamente 125.000 habitantes, os 400 exemplares do *Jornal do Commercio* de 1827 compreendiam 0,32% das pessoas da cidade, se cada uma adquirisse um exemplar do jornal. Ou seja, um exemplar para 312,5 habitantes. Já em 1840, a situação melhora bastante: para 137.078 habitantes, 4.000 exemplares; ou seja, um exemplar para cada 34,26 habitantes, perfazendo um total de 2,9% da população.⁴

Apoiado nesses dados, Luis Felipe Ribeiro comenta:

Estes números todos apenas confirmam que se lia muito pouco no Brasil da época.⁵

A referência de Ribeiro, contudo, não parece completamente exata, pois o que se observa é que a situação entre 1827 e 1840 “melhora bastante”⁶, segundo a informação extraída da própria enciclopédia, quando esta menciona que boa parte da população tem acesso ao *Jornal do Commercio*. Se em treze anos o jornal multiplica em dez vezes sua tiragem e passa a atender mais do dobro de leitores do que atendia quando iniciou a publicação. Pode-se considerar este um fato positivo, diante de um panorama social em que o ensino das escolas tinha um alcance limitado e o povo que a ela tinha acesso estava à mercê de dirigentes mais preocupados em *ordenar e disciplinar*, do que propriamente instruir⁷. Neste período, boa parte da população masculina ainda era escrava, o que marcava uma grande desigualdade social.

Muitos estudiosos compartilham da opinião de Luiz Felipe Ribeiro e coroam seus discursos com a célebre frase que “se lia muito pouco no Brasil da época”. Entre os discursos que advogam nesse sentido, ecoam algumas afirmações pouco positivas em torno da leitura e da educação:

Quem entre nós escreve e quem entre nós lê? (...) Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessa classe. É a regra geral⁸.

(...) da distribuição das escolas na província, resultava um ensino primário precário composto por escolas assistidas por professores despreparados, incluindo muitas escolas fantasmas que só existiam nos relatórios anuais de ensino.⁹

⁴ Apud: RIBEIRO, Luis Felipe. *Mulheres de Papel*. Niterói: EDUFF, 1996. p. 65.

⁵ idem, p. 66.

⁶ Grifo meu

⁷ VILLELA, Heloisa de O S. “O mestre escola e a professora”. In: *500 Anos de Educação No Brasil*. 2a. ed. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho & Cyntia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 107.

⁸ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. p. 13. (grifo meu)

(...) Mesmo essas moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pouco ou nada sabiam de história ou geografia, possuíam vagas noções de literatura ou cálculo (...) vivendo nos limitados horizontes domésticos, aguardando o casamento que deveria ser sua suprema aspiração.¹⁰

Os trechos acima, embora não sejam equivalentes, descrevem imagens que se complementam, apontando para o reflexo de um país que tinha escolas com um ensino precário e que a leitura era restrita a uma pequena parte da população, sendo privilégio somente dos acadêmicos, de acordo com Silvio Romero. Às mulheres era reservada somente a aspiração do casamento e o acesso que elas tinham à leitura, ainda que “reduzida”, não é levado em conta como um processo de evolução e conhecimento.

Uma outra voz que evidencia a pouca produção de livros e menor ainda a leitura entre os brasileiros, era Machado de Assis quando escrevia no *Diário do Rio de Janeiro* em 1862 e citou o movimento literário brasileiro como “dos mais insignificantes possíveis”.¹¹ Embora Machado tenha considerado o movimento literário, em 1862, como um dos mais insignificantes, com poucos livros sendo publicados, comprovei com as pesquisas realizadas para compor a cronologia do romance do século XIX (em anexo) que os números apontam para uma significativa produção literária. Entre 1822 e 1862 foram publicados, aproximadamente 138 obras de ficção, entre novelas, romances, contos ou folhetins.

Em desacordo com os discursos acima citados encontram-se registros que observam a evolução da prática de leitura entre os brasileiros nos anos oitocentos, resumindo a trajetória do leitor daquela época a partir de uma outra ótica:

Quem se esforça em considerar com mesquinha tudo o que o Brasil possui, não deve entrar na Biblioteca Nacional, pois nela se encontra um estabelecimento com que o Brasil se aproxima dos maiores países da Europa.¹²

É verdadeiramente notável o desenvolvimento que em nossa província vai tendo o gosto pela instrução.¹³

⁹ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido*. São Paulo: FFLCH-USP, 1990. (Dissertação de mestrado). (mimeo) p.97.

¹⁰ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 56.

¹¹ LAJOLO, & ZILBERMAN. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999. p. 78.

¹² KOSSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972. p. 126.

¹³ Comentário de Campos Sales na Gazeta de Campinas de 3 de janeiro de 1870. Apud, MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 101.

(...) a primeira edição do *Livro do Povo*, de Antônio Marques Rodrigues, em 1861 (...) com mais de duzentas páginas compactamente impressas, mas bem ilustradas. Ele foi tão lido por sucessivas gerações de crianças brasileiras, principalmente no Nordeste, que se tornou uma raridade bibliográfica apesar do grande número de exemplares impressos. (...) No total, parece que foram impressos trinta ou quarenta mil exemplares, tendo o autor doado mais de cinco mil a escolas.¹⁴

Crescem então as oportunidades de leitura a partir dos aumentos dos negócios de imprensa e de livros, através de várias tipografias que surgem. (...) ¹⁵

Os livros escolares também atraíam os lojistas. (...) Na Notícia do catálogo de livros, de 1811, o livreiro Manuel Antônio da Silva anuncia seu estoque, em que encontram-se livros destinados ao ensino de retórica, gramática e matemática (...) Sem dúvida, a expectativa de público, sugerida por essa bibliografia, aponta um horizonte cultural em que a mocidade se alfabetiza, (...) É esta escola elemento essencial para, através da difusão do ensino e do patrocínio da familiaridade com os livros, favorecer o estabelecimento e o fortalecimento de práticas correntes de leitura.¹⁶

Examinada desde a perspectiva dos escritores românticos, não é assim tão irremediável, grave, precária e culturalmente insatisfatória – como se poderia crer, a partir da leitura de viajantes e cronistas – a condição da leitura feminina.¹⁷

(...) não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que freqüentavam uma escola fora do ambiente doméstico tinham acesso às primeiras letras. (...) temos indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, o ensino aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal.¹⁸

Contrariamente às afirmações que negam a existência de um público leitor, percebe-se que um ponto que muito colaborou para ampliar o número do leitorado brasileiro nos anos oitocentos foram os estudos realizados no espaço doméstico. O ensino das primeiras letras não era feito exclusivamente nas escolas; também em casa, o ensino da leitura ampliava o número de pessoas que entravam em contato com livros.

Neste sentido, a narrativa ficcional colabora para ilustrar o quadro que reproduz cenas com a presença de leitores e as leituras diversificadas. Há referências à presença dos jornais entre o público, como é descrito numa cena do romance *A Moreninha* (1844):

¹⁴ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 100.

¹⁵ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p. 125.

¹⁶ idem, p. 133.

¹⁷ idem, p. 248.

¹⁸ De acordo com as informações de Faria Filho, no estado de Minas Gerais, em 1827, havia 23 escolas públicas e 170 escolas privadas. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Instrução elementar no século XIX". In: *500 Anos de Educação no Brasil*. 2ª. ed. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho & Cyntia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 144, 145, 150.

Seriam pouco mais ou menos onze da manhã, quando o batelão de Augusto abordou à ilha de... Embarcando às dez horas, ele designou ao seu palinuro o lugar a que se destinava, e deitou-se para ler mais à vontade o Jornal do Comércio.¹⁹

Os progressos da educação e a existência de leitores são sugeridos, da mesma forma, pelo narrador de *Inocência*, romance de 1872 que, num tom irritadiço comenta sobre a evolução da alfabetização feminina:

Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego!... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel...²⁰

Os livros são referidos como parte da vida cotidiana das pessoas. Assim aparece descrito no romance *Cinco Minutos* (1856) de José de Alencar:

Criamos assim um pequeno mundo, unicamente nosso (...) Quando nos sentimos fatigados de tanta felicidade, ela arvora-se em dona de casa ou vai cuidar de suas flores; eu fecho-me com os meus livros e passo o dia a trabalhar. São os únicos momentos em que não nos vemos. (...) Ela tem ciúmes de meus livros, como eu tenho de suas flores. Ela diz que a esqueço para trabalhar, eu queixo-me de que ela ama as suas violetas mais do que a mim.²¹

Os registros da leitura como uma atividade corriqueira da família, aparecem também descritos no romance *Helena* (1876), de Machado de Assis, em diversas passagens. A leitura é mencionada entre os passatempos que entretinham D. Úrsula enquanto estava convalescente:

A convalescença de D. Úrsula foi lenta, e não a houve mais rodeada de cuidados e atenções. Os dois sobrinhos não a deixaram um instante sozinha, e inventavam toda a sorte de recreio com que pudessem distraí-la: jogos de família ou leitura, música ou simples palestra íntima.²²

A leitura pode significar um desenfado para o leitor, como é citado no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, editado em 1881, mas que recria uma sociedade da primeira metade do século XIX:

A partida de Virgília deu-me uma amostra da viuvez. Nos primeiros dias meti-me em casa, a fisgar moscas, como Domiciano, se não mente o Suetônio, mas a fisgá-las de um modo particular: com os olhos. Fisgava-as uma a uma, no fundo de uma sala grande, estirado na rede, com um livro aberto entre as mãos. Era tudo: saudades, ambições, um pouco de tédio, e muito devaneio solto.²³

As situações em que a leitura se insere são corriqueiras e podem ilustrar que tipos de livros eram comuns entre os leitores daquela época, expondo à vista do leitor contemporâneo

¹⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1997. p.20.

²⁰ TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 19ª ed., São Paulo: Ática, 1991, p. 21.

²¹ ALENCAR, José de. *Cinco minutos*. p. 22.

²² ASSIS, Machado. *Helena*. São Paulo: Ática, 1990. p.42.

²³ ASSIS, Machado. *Obra Completa*. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 126.

quais exemplares compunham, possivelmente, as estantes das bibliotecas das residências familiares. Na ficção, o romance *Helena* descreve este exemplo:

Estácio fez aqui um panegírico do amigo, intercalado com observações da tia, e ouvido silenciosamente pela irmã. Vieram chamar para o chá. D. Úrsula largou definitivamente o seu romance, e Helena guardou o *crochet* na cestinha de costura.

— Pensa que gastei toda a tarde em fazer *crochet*? perguntou ela ao irmão, caminhando para a sala de jantar.

— Não?

— Não, senhor; fiz um furto.

— Um furto!

— Fui procurar um livro na sua estante.

— E que livro foi?

— Um romance.

— *Paulo e Virgínia*?

— *Manon Lescaut*.

— Oh! exclamou Estácio. Esse livro...

— Esquisito, não é? Quando percebi que o era, fechei-o e lá o pus outra vez.

— Não é livro para moças solteiras...

— Não creio mesmo que seja para moças casadas, replicou Helena rindo e sentando-se à mesa. Em todo o caso, li apenas algumas páginas. Depois abri um livro de geometria... e confesso que tive um desejo...²⁴

Se a ficção recria a realidade, observando os relatos memorialistas de alguns escritores que viveram sua juventude durante o século XIX, observa-se que a leitura preencheu a mocidade de alguns deles. No livro *Longos Serões do Campo*, obra autobiográfica da escritora baiana Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, (1843-1930), há o registro da prática de leitura corriqueira na família:

Mostrei grande facilidade para a leitura, e meus pais ficaram encantados, atribuindo aquilo a excepcional inteligência, sem levarem em conta o meu desejo de ler (...) O meu *desideratum* era ler histórias (...) Assim, foi para mim um motivo de verdadeira alegria quando me deram para ler um livro, O tesouro das meninas – o *Livro de Bonna*, como era chamado. (...) Depois passei a ler O tesouro das adultas, da mesma autora, *Mme. Leprince* de Beaumont. (...) Quando terminei os quatro tomos do *Tesouro das adultas*, tive imenso desejo de ler *Flos Sanctorum*, não ousei, porém, pedi-lo à noviça. Um dia folheando-o para ver as vinhetas que encimavam cada história de santo, disse-me ela:

— Não estrague o livro!

Foi o bastante para que me retraísse. Passei a ler outros livros.²⁵

As memórias de leitura de Graça Aranha foram narradas no seu livro *Meu próprio romance*. Neste livro, Graça Aranha relata quais as obras que mais o atraíam, o forte encantamento que a magia da leitura lhe causava e a influência dos livros na sua vida:

O meu desvio foi para os livros das estantes de meu pai. Eu os carregava comigo para o telhado da casa, para onde eu passava pela janela do meu quarto de estudos no mirante. Fechava por fora cautelosamente a janela e sentado nas telhas lia desbragadamente. (...) Era

²⁴ ASSIS, Machado. *Helena*. op. cit., p. 22.

²⁵ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *Longos Serões do Campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 70, 73, 74.

a hora, em que eu seguia, na tradução portuguesa, Dom Quixote e Sancho e vivia no mundo picaresco e tenebroso de Gil Blas.²⁶ (...) Para mim, que vinha alimentado de fábulas, de magias, de prosa poética e que tinha sede de realidade, *Gil Blas* foi regalo substancial, que me nutriu para sempre. O meu espírito ficou perpetuamente atraído pela fantasia e pelo realismo.²⁷

O repertório de leituras mencionado por José de Alencar, como aquelas que preencheram sua juventude, acrescenta mais informações acerca das obras que circulavam entre os leitores oitocentistas:

Li nesse discurso muita coisa mais: o que me faltava de Alexandre Dumas e Balzac, o que encontrei de Arlincourt, Frederico Soulié, Eugênio Sue e outros. Mas nada valia para mim as grandiosas marinhas de Scott e Cooper e os combates heróicos de Marryat.²⁸

As criações de imagens de leituras ficcionais, ou ainda as práticas de leituras apresentadas nos depoimentos memorialistas podem não reproduzir a realidade, mas não restam dúvidas de que são quadros compostos a partir de referências que podem ser consideradas verossímeis à realidade da época.

Os registros expõem as diversas formas de leituras individuais, indicando a significativa presença da leitura de prosa de ficção que fazia parte do hábito particular dos leitores do século XIX.

As descrições de cenas supostamente cotidianas em que a leitura está incluída, representada no enredo dos romances, juntamente com os registros memorialistas dos escritores da época, mostram que a leitura era uma prática comum na vida cotidiana de alguns brasileiros que viveram nos anos oitocentos.

O crescimento do leitorado brasileiro teve início no século XVIII e, com o passar do tempo, passou a ter importância essencial para a consagração do gênero romanesco. A divulgação da leitura no século XIX brasileiro, bem como sua prática, deve-se principalmente à expansão dos espaços onde são promovidos os hábitos de leituras silenciosas, como o surgimento de bibliotecas²⁹, os gabinetes de leitura³⁰ e a abertura de livrarias. Ao lado disso,

²⁶ O romance *Gil Blas* era best-seller desde o século XVIII. In: ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese Livre Docência apresentada na Universidade Estadual de Campinas.

²⁷ ARANHA, Graça. *O meu próprio romance*. Rio de Janeiro: INL, 1968. p. 553.

²⁸ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 15.

²⁹ "A Biblioteca Nacional brasileira, como se sabe, nasce com a transferência da Real Biblioteca portuguesa para o Brasil, trazida pela corte, contando um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas. Esta Real Biblioteca foi acomodada nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Primeiro de Março. Em 29 de outubro de 1810 foi transferida para um antigo convento de carmelitas, sendo esta a data oficial de sua fundação. Até 1814 era consultada apenas por estudiosos mediante prévia autorização régia, quando foi franqueada ao público, seguindo-se a tendência indicada pelos governos liberais na Europa. Desde a (re) fundação no Brasil da Real Biblioteca, em 1822, passaria a se chamar Biblioteca Imperial e Pública da Corte - seu acervo foi sempre acrescido por inúmeras aquisições, doações e "propinas", isto

inauguram-se as tipografias e editoras. Esses fatores influenciaram diretamente na história da leitura dos anos oitocentos no Brasil, culminando na expansão da leitura de jornais, revistas e da prosa de ficção (novela, folhetins, romance, crônicas), sejam em forma de livro impresso ou em folhetins publicados em jornais e revistas. Além das tipografias e editoras³¹; as tiragens de jornais e revistas, também contribuíram para a divulgação e veiculação das narrativas ficcionais (novelas, folhetins, contos, romance)³² que entretinham o público.

O jornal foi particularmente uma das formas de circulação impressas que mais difundiu a leitura. Material de fácil acesso e baixo custo³³ possibilitava que os leitores tivessem acesso a

é, a entrega obrigatória de um exemplar do que era impresso em Portugal (alvará de 12 de setembro de 1805) e também na corte do Rio de Janeiro (a partir de 12 de novembro de 1822)". In: <http://www.bn.br/>. Consultado em 19/08/2002.

³⁰ Um grupo de portugueses radicados no Rio de Janeiro fundou, em 1837, o Real Gabinete Português de Leitura, a primeira instituição portuguesa criada por imigrantes no país. In: <http://www.instituto-camoes.pt/arquivos/geral/aliancaperpr.htm>. Consultado em 19/08/2002.

Há notícias de gabinetes de leitura em outras cidades brasileiras, como o Gabinete de Leitura Porto Alegre, localizado em Porto Alegre e fundado no ano de 1871.

In: <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/vidaliteraria/gabinetes%20de%20leitura.htm>. Consultado em 19/08/2002.

A ocorrência dos gabinetes de leitura no século XIX inspirou os seguintes trabalhos acadêmicos: MARTINS, Ana Luiza. op. cit., e SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 1999.

³¹ Dentre as lojas, livrarias, tipografias ou editoras, encontram-se referências à Casa do Livro Azul (funcionou entre 1828 e 1852), à Tipografia Plancher (1824), à qual cabe o crédito de haver publicado a novela *Statira e Zoroastes*. A Livraria Villeuneuve (1836), a loja do livreiro Paula Brito (1831), a editora Garnier (1844/1934), os livreiros Lombaerts (1848), A Typografia Francesa, fundada em 1837 e vendida a Leuzinger em 1841. A editora dos irmãos Laemmer (1827), entre outras que se expandiam por todos os estados do país. In: HALLEWELL, Laurence. op.cit.

³² Ainda no século XIX as especificações do gênero romance não estavam bem definidas no Brasil. A questão desse conceito se arrastava desde o século anterior, como está demonstrada por Márcia Abreu em sua Tese de Livre Docência quando aborda a dificuldade em definir as narrativas ficcionais. Segundo Márcia Abreu, a relutância para esclarecer com precisão o que seriam "(...) estas produções que eram chamadas de: "histórias", "aventuras", "vidas", "contos", "memórias", "novelas", "romances". (...) é evidente nas acepções fornecidas pelo *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes Silva, (...) Segundo o autor, conto é "historia fabulosa" enquanto novela é "conto fabuloso de sucessos entre homens para se dar instrução moral". Novela é conto, conto é história. O termo romance embaralha ainda mais os conceitos, tomado exclusivamente na acepção antiga de "romance": "composição poética em que não ha rimas mas toantes, ou rimão-se os versos, terminando as duas vogaes ultimas delle semelhantes". Somente a partir de 1813, acresceu-se nova acepção: "novellas, contos fabulosos de amores, os quaes começarão em versos em lingua *romance*, ou vulgar, como forão". Novela, conto e romance eram, portanto, equivalentes, tendo todos caráter fabuloso, ou seja, dedicavam-se a "contar fabulas, contos, sucessos mentirosos dos tempos das Fabulas do gentilismo, ou semelhantes a esses, e posteriores; inventar, e narrar qualquer historia, que não tem a verdade por fundamento". Sem preocupação com questões formais que pudessem precisar diferenças internas aos gêneros, o que definia essa produção era seu caráter fictício, ou seja, "fingido, fabuloso", definição não isenta de um toque pejorativo, pelo recurso a termos relativos à mentira e fingimento, atitudes vistas com maus olhos em terras católicas e familiarizadas com a Inquisição. In: ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese Livre Docência apresentada na Universidade Estadual de Campinas. p. 252-253.

³³ No ano de 1822 o preço de um exemplar do *Correio do Rio de Janeiro* custava 80\$ e, no mesmo ano o livro Werther era adquirido pelo valor de 2\$400. A assinatura mensal do *Jornal do Comércio*, em 1827 tinha o valor de 640\$, enquanto a obra *Aventuras de Telêmaco* era vendida por 2\$000 no ano de 1828 e por este mesmo preço, podia-se comprar um volume de *Gil Blas*, no ano de 1830. Entre a década de 70 e 80, o preço dos livros variava entre 2\$

este material, diversificando a leitura entre leitura erudita e material popular³⁴, contribuindo efetivamente para uma multiplicação de leitores e alcançando diferentes faixas etárias em diversas camadas sociais. Regina Zilberman assinala a importância das edições de jornais possibilitada pelos avanços tecnológicos:

A tipografia deixou de ser um ofício artesanal, para se alinhar ao modelo em curso da população anônima e em série, raiz da massificação. Conseqüência dessas novidades foi a expansão de um meio de comunicação de desempenho até então discreto: o jornal. Graças à aceleração do processo de impressão, ele teve condições de se tornar diário, acompanhando o desenrolar dos fatos enquanto estes aconteciam e fazendo deles sua matéria; em virtude das novas disponibilidades tecnológicas, pôde ser produzido em grande quantidade, o que reduziu seu custo e facilitou a integração ao cotidiano burguês.³⁵

A importância da circulação dos jornais e revistas no século XIX é também referida por Ubiratan Machado:

(...) jornais e revistas estavam cada vez mais presentes e indispensáveis na vida cotidiana das pessoas letradas. A força da imprensa ia assumindo, como veículo ideal de expressão moderna.³⁶

A circulação dos textos impressos e sua divulgação por meio do aparecimento dos estabelecimentos laicos de instrução são componentes históricos fundamentais que auxiliam a construir uma história de livros e leitores. A inserção desses elementos (jornais e revistas) no meio literário favoreceu uma dinamização da leitura.

Neste panorama de expansão da leitura, coube aos gabinetes de leitura, a introdução de uma nova prática de locação de livros, processo inovador no Brasil. Os gabinetes de leitura se estabeleceram primeiramente na Europa no século XVIII e influenciaram diretamente no Brasil oitocentista. As circunstâncias históricas e sociais em que floresceram os gabinetes de leitura indicam, entre outros fatores, a expansão do mercado livreiro, culminando no crescimento do público leitor.

A diversidade dos ambientes, como os Gabinetes de Leitura, que possuíam salas de leitura ou proporcionavam a leitura domiciliar por meio do empréstimo do livro³⁷, permite comprovar a existência de uma sociedade leitora efetiva no século XIX, como assegura Ana Luiza Martins:

mil e 3\$ contos, incluindo os exemplares de escritores brasileiros, como Machado de Assis e, um volume de Macedo podia ser vendido por 5\$000. Os exemplares individuais de jornais oscilavam entre 40\$ e 120\$. In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit.

³⁴ ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: SENAC, 2001. p. 32.

³⁵ *idem*, p. 31.

³⁶ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 41.

³⁷ SCHAPOCHINIK, Nelson. op. cit., p. 15.

Coube aos Gabinetes de Leitura, o papel de consagrar a prática da locação de livros. O caráter mercantil da instituição cultural denota de início sua inserção em sociedades que prenunciavam ou confirmavam a existência de um comércio livreiro, de um público consumidor e de uma produção literária.³⁸

O aparecimento destes espaços que favoreciam o encontro do público com os livros tem início logo nos primeiros anos do século XIX. De acordo com o trabalho de pesquisa realizado por Nelson Schapochnik verificou-se, no período entre 1844 e 1861, a existência de oito gabinetes de leitura somente na cidade do Rio de Janeiro.³⁹

Ana Luiza Martins ocupou-se de investigar a existência e a proliferação dos gabinetes de leitura no Estado de São Paulo⁴⁰. Esse tipo de trabalho de investigação de catálogos e livros de assinantes permite vislumbrar algumas das preferências do público, ou ainda, usando os termos de Robert Darnton, tem a vantagem de unir “o quê” com o “quem” da leitura⁴¹, pois verifica as preferências do público leitor da época.

O hábito de ler nos anos oitocentos pode ser confirmado à medida que os gabinetes de leitura espalham-se de Norte ao Sul do país. Há registros da fundação do Gabinete de Leitura Rio-Grandense a 15 de agosto de 1846⁴². No ano de 1867 há a inauguração de mais dois novos gabinetes, no dia 29 de setembro de 1867 na cidade de Belém (PA) é inaugurado o Grémio Literário e Recreativo Português de Belém⁴³ e no Nordeste do país há notícias do Gabinete

³⁸ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 21.

³⁹ O pesquisador cita os seguintes gabinetes de leitura no início do século XIX: Gabinete Francez Portuguez de Mongie (1844), existindo por um período de cinco anos. Gabinete Francez Portuguez de Cremière (1844), vigorando por três anos. Gabinete Francez Portuguez de Desiré Dujardin ((1849-50), Gabinete Francez de Mme. Edet (1844), Gabinete Francez Portuguez de Mme. Breton (1849) com quatro anos de existência. Casa do Livro Azul, Albino Jordão (1844), atuando por quatro anos. Gabinete Francez (este gabinete existiu primeiramente nos anos de 1852-53 e reabriu novamente no ano de 1858 a 1859), Gabinete Francez de Martin (1861) ³⁹. Ainda na cidade do Rio de Janeiro foi fundado o maior e mais importante gabinete de leitura, inaugurado no dia 14 de maio de 1837, O Real Gabinete Português de Leitura. In: SCHAPOCHNIK, Nelson. op. cit., p. 21.

⁴⁰ Esta pesquisa traz à luz a existência de pelo menos sete gabinetes existentes nas províncias do estado na primeira metade do século XIX, a saber: Gabinete de Leitura Campineiro (1865), Gabinete de Leitura Iguapense (1847) instituição que viveu por aproximadamente 70 anos. Gabinete de Leitura Sorocabano (1867), Gabinete particular de Leitura de Itu (1873), Gabinete de Leitura Ubatubense (1876), Gabinete de Leitura Rio Clareense (1876), Gabinete de Leitura Tatuiense (1879) A pesquisa da Ana Luiza Martins compreende o período entre 1847 e 1890, porém aqui só estão citados os gabinetes existentes até 1881, ano que marca o recorte da pesquisa por mim realizada. In: MARTINS, Ana Luiza. op. cit.

⁴¹ DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 208.

⁴² Segundo consta, esse gabinete teria sido fundado pelo imigrante português João Barbosa Coelho juntamente com mais 21 amigos. In: <http://gmc.ucpel.tche.br/alisson/biblioteca.htm>. Consultado em 20/08/2002

⁴³ Na sua gênese, ela iria chamar-se “Gabinete Português de Leitura”, conforme a convocatória publicada no “Diário do Grão Pará”, mas, querendo um nome “mais pomposo”, nos Estatutos sancionados pelo governador provincial a denominação registrada é de Grémio Literário Português. A primeira biblioteca de Belém foi criada através da aquisição de livros no Rio de Janeiro e em Lisboa. In: <http://www.instituto-camoes.pt/actividades/estudos/gremiobellem.htm>. Consultado em 20/08/2002.

Português de Leitura no Maranhão, também em 1867⁴⁴ e do Gabinete de Pernambuco (1871)⁴⁵. Em 1875 surge na cidade de Avaré o Gabinete de Leitura de Avaré, conhecido como a primeira instituição cultural da cidade⁴⁶.

A existência de gabinetes de leitura pelo território nacional nos anos oitocentos tem grande representação para a história do leitor da época e não apenas imaginário ou hipotético. Ademais, os gabinetes de leitura foram instituições de expressiva importância num país marcado pelas absurdas desigualdades sociais, pois funcionaram como espaços de democratização da leitura, como confirma Ana Luiza Martins:

No Gabinete de Leitura encontramos todos reunidos. Lá então são identificados os agentes sociais que, não obstante transitarem por espaços diferenciados, tinham projetos comuns. A educação popular era uma delas...⁴⁷

Os trabalhos de investigação em torno dos espaços da leitura, realizados pelos pesquisadores Nelson Schapochnik e Ana Luiza Martins, abrem — não apenas para o historiador, mas também para o estudioso de literatura — a possibilidade de vislumbrar uma das maneiras como foi veiculada a leitura nos anos oitocentos no Brasil, percebendo principalmente que se lia com uma frequência maior que aquela que é frequentemente conhecida pelo senso comum. Perfezer esses caminhos possibilita comprovar a existência de leitores no Brasil do século XIX.

Robert Darnton, descrevendo os estudos franceses em torno da investigação de leitores no ensaio “História da leitura”, ressalta a importância de considerar o ambiente em que as pessoas liam:

O “onde” da leitura é mais importante do que se poderia pensar, pois a colocação do leitor em seu ambiente pode dar sugestões sobre a natureza de sua experiência.⁴⁸

Por meio do acesso público aos gabinetes foi possível identificar o perfil do leitor que frequentava aqueles ambientes, apontando suas preferências, diferenças e proximidades com a leitura:

(...) o expressivo número de “obras literárias” também confirmava a predileção dos frequentadores por um tipo de leitura recreativa, afastando o perfil desta instituição de uma

⁴⁴ HALLEWELL, Laurence. op.cit., p. 101.

⁴⁵ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p. 182.

⁴⁶ Fundado pelo mais importante líder político do Rio Novo - o alferes Manoel Marcellino de Souza Franco - popularmente chamado de Maneco Dionísio. In: <http://www.camaraavare.sp.gov.br/c%3A%20m%3A%20m%3A%20rio%20novo.htm>. Consultado em 20/08/2002

⁴⁷ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 16

⁴⁸ DARNTON, Robert. op. cit., p. 213.

sociedade de estudos ou corporação de sábios e eruditos. (...) A grande procura por revistas e jornais denota uma tendência mais imediatista de obter informação e recreação. (...) Dentre os periódicos destacam-se aqueles denominados “recreativos, científicos e litterários”.⁴⁹

As associações literárias multiplicaram-se, prestando atendimento a programas diversos que consistiam em local de lazer e no espaço de exercício literário propriamente dito e como propósito de atividade pedagógica, como fora proposto no Gabinete de Leitura de Rio Claro que se propunha a ministrar aulas no período noturno.⁵⁰ No Grémio Literário e Recreativo Português de Belém, também houve o início do ensino avulso de diversas disciplinas e, posteriormente, os cursos comerciais e o ensino primário gratuito, atividades que foram uma constante nesta instituição, permanecendo até à segunda metade do século XIX.⁵¹

A existência de um número significativo de gabinetes como núcleos de difusão cultural comprova a existência de leitores reais. Nesse sentido, o surgimento das escolas públicas e particulares corrobora para identificar uma população instruída e, possivelmente, consumidora de livros.

Os gabinetes de leitura funcionaram como uma das instâncias mais importantes para a divulgação e a propagação da leitura na sociedade oitocentista, justamente porque democratizam e socializam a prática da leitura. Na narração autobiográfica — *Como e porque sou romancista* — José de Alencar ressalta a importância dos gabinetes de leitura na vida dos estudantes daquela época:

Nessas férias, enquanto se desenrolava a rebelião de que eu vira o assomo e cuja catástrofe chorei com os meus olhos, refugiei-me da tristeza que envolvia nossa casa, na literatura amena.

Com as minhas bem poucas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas.⁵²

As bibliotecas, ao lado dos gabinetes, eram outro tipo de espaço para o desenvolvimento e prática da leitura no século XIX brasileiro. Conta-se com a existência de várias bibliotecas surgidas nesse século, como espaço laico de saber.⁵³ Eram estabelecimentos

⁴⁹ SCHAPOCHINIK, Nelson. op. cit., p. 43 e 121.

⁵⁰ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 169.

⁵¹ In: <http://www.instituto-camoes.pt/actividades/estudos/gremiobellem.htm>. Consultado em 20/08/2002

⁵² ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. op. cit., p. 15.

⁵³ Entre as bibliotecas que temos notícia de funcionamento no século XIX, uma parte localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Real (1818), ano em que foi aberta ao público. A Biblioteca Nacional (1858), contando um acervo de 100.000 volumes, a Biblioteca Fluminense (1847), com 40.000 volumes impressos e 100 manuscritos e a Biblioteca Municipal (1873). Também na cidade do Rio de Janeiro foi fundado em 1838 o Instituto Histórico Geográfico, constando de uma importante biblioteca. Fora da Corte o número de biblioteca

que, embora oferecessem a gratuidade do seu acervo, eram notadamente freqüentados por um público limitado, circunscritos a uma elite de intelectuais e eruditos⁵⁴. O acesso aos livros de grande parte das bibliotecas era restrito aos membros acionistas o que predispõe um regulamento estabelecido. O exemplo dessas restrições é descrito por Valéria Augusti, que cita o artigo I das Disposições Orgânicas do Regulamento para a Leitura da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura:

A Biblioteca do Gabinete Portugues de Leitura estará patente aos accionistas e subscriptores todos os dias de trabalho das 8 horas da manhã até as duas horas da tarde, e das 4 horas da tarde até as 9 da noite; e nos domingos e dias santos de guarda das 8 da manhã até o meio dia. No dia de natal, Domingos da Paschoa da Ressureição e do Espirito Santo, e no dia de Corpus-Christi não se abrirá o Gabinete.⁵⁵

Não obstante haver restrições de horários que poderiam dificultar a aproximação do leitor das salas das bibliotecas deve-se considerar que entre os espaços de uso e desenvolvimento da leitura, as bibliotecas funcionaram como uma extensão para o desenvolvimento do público leitor, como ressalta Valéria Augusti:

Vimos que o Rio de Janeiro assistiu, ao longo do século XIX, à proliferação de bibliotecas que não pertenciam a particulares, e que, mesmo estabelecendo restrições de acesso aos seus acervos, via de regra, pretendiam atingir uma coletividade de leitores. (...) Entretanto, dentre todos os aspectos referentes a tais instituições, interessa-nos, em particular, aquele que diz respeito mais especificamente às práticas de leitura que ali se efetivaram. Os catálogos de livrarias informam-nos sobre alguns aspectos da circulação de livros. Por meio deles, entretanto, não somos capazes de saber o que acontecia com os leitores depois de adquirirem uma obra. Não sabemos se liam sós, acompanhados, em silêncio ou em voz alta. Os catálogos de bibliotecas são, por sua vez, uma fonte privilegiada para a investigação das práticas de leitura em espaços sociais de uso coletivo, pois permitem o acesso às regras a que tais práticas foram submetidas.⁵⁶

Para que existissem leitores, fator fundamental seria a educação da sociedade, ou seja, a existência de um público alfabetizado. Neste sentido, as escolas foram um importante espaço para a educação e divulgação da leitura. Os estudos a respeito da educação brasileira no século

cresce em todo o país e há referências da fundação de uma Biblioteca na Bahia (1839) In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p.181. Tem-se notícia de uma Biblioteca de Canguçu, na cidade de Canguçu no ano de 1881. No Paraná, foi criada em 7 de março de 1857, a Biblioteca Pública do Paraná. in: <http://www.pr.gov.br/celepar/secc/bpub/apresenta.html>. Consultado em 20/08/2002. No Rio Grande do Sul foi inaugurada em 1871 a Biblioteca Popular. in: MARTINS, Ana Luisa. op. cit., p. 76-77.

⁵⁴ MARTINS, Ana Luiza, op. cit., p.27.

⁵⁵ *Catálogo dos Livros do Gabinete Portugues de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão*. Rio de Janeiro, Typographia Commercial de F de Q. Regadas, Praça da Constituição, MDCCCLVIII. Apud. AUGUSTI, Valéria. *O Romance Como Guia de Conduta: A Moreninha e Os Dois Amores*.(mimeo) Campinas, SP, 1998. Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. p. 29.

⁵⁶ AUGUSTI, Valéria. op. cit., p. 34-35.

XIX atestam que havia uma preocupação em criar leis que institucionalizassem o ensino. Luciano Mendes de Faria Lima analisa os caminhos da educação brasileira no século XIX, incluindo em sua discussão as questões relativas à necessidade de instrução de “negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres”, fragmentos da sociedade em torno dos quais se acirravam os debates nas Assembléias das Províncias, na tentativa de ordenar a educação escolar.⁵⁷ Diante de tais preocupações, a quinze de novembro de 1827, foi criada a primeira lei sobre instrução primária no período do império. A lei assegurava em seu artigo 1º.:

Em todas as escolas, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.⁵⁸

Ainda segundo Faria Lima, a lei de 1827 e todas as que a sucederam nesse período tinham como objetivo ampliar a instrução alcançando as “classes inferiores”, pois esta seria uma condição básica para a existência da nação.⁵⁹

Meu objetivo não é discutir ou entender a forma como a educação brasileira se institucionalizou nos anos oitocentos. Os dados aqui apontados são úteis somente para assegurar a existência de uma população alfabetizada, que constitui um dos fatores fundamentais para a existência de leitores. Ana Luiza Martins também avalia a importância do surgimento de escolas nas províncias de São Paulo:

(...) ser alfabetizado possibilitava a freqüência à sociedade literária, reduto de um grupo intermediário, de haveres indefinidos, mas que se fazia representar, através de uma associação própria; finalmente os desfavorecidos de bens de fortuna, sem atributos sociais que lhe conferissem qualquer representação (...).⁶⁰

O cenário cultural brasileiro começa a evidenciar mudanças logo no Império. Dentre os progressos sociais mais importantes está a abertura das escolas que funcionaram primeiramente como estabelecimentos públicos⁶¹. A criação de escolas permite mudar o panorama social dos

⁵⁷ FARIA LIMA, Luciano Mendes de. op. cit., p. 135.

⁵⁸ idem, p. 137.

⁵⁹ idem, p. 137.

⁶⁰ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 140.

⁶¹ LAJOLO & ZILBERMAN referem como exemplo de instituições públicas surgidas no século XIX o colégio Pedro I, inaugurado em 25 de março de 1838, como um estabelecimento que mescla o moderno e o tradicional e o Instituto Brasileiro em Porto Alegre em 1876, citado como estabelecimento de ensino com padrão de qualidade e como uma instituição que refletia o modelo do colégio Pedro II. In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p. 138.

O ensino se expandiu em todo o Império e em 1827, surgiram as primeiras escolas primárias no Rio Grande do Norte. Foram duas: uma pertencia à dona Francisca Josefa Câmara e a outra, a Francisco Pinheiro Teixeira. As primeiras escolas do interior surgiram em 1837: São José de Mipibu, Princesa, Goianinha, Arês, Touros, Mossoró, Acari, Apodi. Em 1834, o ensino primário foi desmembrado do secundário, e os governos provinciais passaram a manter os cursos chamados de "Humanidades" ou "Aulas Maiores". A escola Ateneu passou a funcionar no dia 3 de fevereiro de 1834 e foi fundada por Basílio Quaresma Torreão que escolheu este nome para a escola por causa

leitores, principalmente no que diz respeito ao público feminino que surge “suficientemente numeroso”, para usar as palavras de Hallewell⁶².

A presença de moças nas escolas é descrita nas memórias de Graça Aranha, quando se refere ao momento em que freqüentou uma escola de meninas que recebia também matrícula de meninos:

Quando minha mãe, sobrecarregada com a criação de novos filhos, que anualmente ia tendo, não pôde se ocupar exclusivamente de mim, resolveram mandar-me como externo a um colégio de meninas. (...) As meninas eram numerosas e os meninos, por exceção, apenas quatro.⁶³

O cotidiano escolar em que desfilavam meninos e meninas esteve da mesma forma presente na escola freqüentada por Silvio Romero na sua infância, conforme expõe Carlos Susskind no livro *Silvio Romero de corpo inteiro*:

Mas não havia só meninos no colégio. E entre as meninas.....
“Entre as meninas meigas e inocentes,
Que douraram ali aquele meio,
Havia três que a todas excediam
A filha do juiz lá da Comarca,
A do tabelião e...quem diria?
A filha do mestre-escola!”
A criançada dividiu-se em três partes, “disputando a beleza das pequenas” (...) Dela fazia, nos versos e na vida, o centro dos seus “amores infantis”.⁶⁴

A educação feminina foi decorrente de uma evolução social e histórica no país que passava por diversas transformações políticas e culturais. Neste momento, consolidava-se uma prosperidade urbana em que as festas, os prazeres da arte, a proliferação dos saraus – todos esses movimentos sociais foram importantes para despertar o interesse para a leitura. Nesse panorama, aumenta o trânsito social feminino entre os saraus; as mulheres já podiam sair à rua, ainda que acompanhadas, para visitas às amigas ou parentes.⁶⁵

A partir dessa reunião de acontecimentos, vislumbra-se o aumento dos colégios femininos que passa a ser confiada às escolas particulares destinadas exclusivamente às moças, conforme aponta Ubiratan Machado:

da versão portuguesa de Athénaion. In: http://www.tribunadonorte.com.br/especial/historia/hist_ru_14a.htm
Consultado em 27/08/2002.

⁶² HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 87

⁶³ ARANHA, Graça. op. cit., p. 547.

⁶⁴ MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Silvio Romero de corpo inteiro*. Rio de Janeiro: Ministério da educação, 1963. p. 32.

⁶⁵ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 256-257.

Na Corte, aumenta o número de colégios femininos, não mais privilégio de aristocracias endinheiradas. (...) Preparavam as moças para a vida dos salões, despertavam o interesse pela poesia e a curiosidade pelo romance (...).⁶⁶

Assim, sabe-se que a primeira escola para moças na cidade do Rio de Janeiro é inaugurada em 1816.⁶⁷ E, convém salientar que, em alguns casos, não raros, era no próprio domicílio que as moças recebiam a educação que vinha por parte das “professoras particulares”, as preceptoras, conforme Jane Soares de Almeida e Marly Gonçalves Bicalho Ritzkat:

Nas casas abastadas as jovens recebiam de professores particulares algumas noções elementares.⁶⁸

Ainda nessa temática que envolve o ensino feminino efetuado por professoras particulares, considera-se a seguinte reflexão:

As crescentes exigências de educação feminina levaram à contratação de educadoras particulares (...) exercem dentro da família uma influência quase incondicional sobre as crianças a elas confiadas, concedendo à mãe um papel apenas secundário na educação doméstica de suas filhas. O papel principal passa a ser assumido pela “*expert pedagógica*”: a preceptora.⁶⁹

Anna Ribeiro (Bahia, 1844-1930) também foi educada em casa, com uma professora particular, segundo relata em suas memórias, por volta do ano de 1853:

Tinha eu entrado nos dez anos, e um desejo ardente de aprender a ler invadiu-me. Vendo minha mãe e sua amiga Sinfronia lerem histórias, parecia-me que, nada mais almejava. Como eu apresentasse sensível melhora na vista, escreveu minha mãe um alfabeto com letras grandes e bem vivas para ensinar-me. Uma mulatinha de minha idade, destinada a ser minha ama de quarto, foi minha companheira de estudo por julgarem que assim eu não me aborreceria.⁷⁰

No contexto da educação informal funcionavam ainda e eram muito comuns as aulas executadas em espaços improvisados, geralmente na casa dos professores, espaços de educação de meninas e meninos, como relata Luciano Mendes de Faria Filho:

Os alunos e alunas dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra, e lá permaneciam por algumas horas.⁷¹

⁶⁶ *idem*, p. 256.

⁶⁷ HALLEWELL, *op. cit.*, p. 87.

⁶⁸ ALMEIDA, Jane Soares de. *op. cit.*, p. 56.

⁶⁹ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. “Preceptoras alemãs no Brasil. In: *500 Anos de Educação no Brasil*. 2a. ed. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho & Cyntia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 272.

⁷⁰ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *op. cit.*, p. 69-70.

⁷¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *op. cit.*, p. 144.

As escolas multiplicavam-se com o passar dos anos. Em 1867 funcionavam 111 escolas para o sexo feminino somente na província de São Paulo e 165 destinadas ao sexo masculino⁷², número este que não aponta uma desproporção grande.

Fundamental para a educação feminina foi o surgimento de escolas normais, que apareceram como uma necessidade e proposta na formação de professores:

O General Abreu e Lima, interessado nos problemas nacionais, publica, em 1835, o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Depois de elogiar o projeto educacional de outros países da América Latina, (...) refere-se à absoluta inexistência de qualquer programa de formação de professores. (...) A noção de que professores precisavam ser formados por escolas especializadas era nova no horizonte do século XIX, especialmente nas primeiras décadas, quando Abreu e Lima escreveu o *Bosquejo*.⁷³

No entanto, a intenção de formar professores, embora não tenha se concretizado, já estava prevista na Lei Geral do Ensino de 1827, que outorgava a cada província a responsabilidade pela “organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário”.⁷⁴ As notícias do início do funcionamento dessas escolas para formação de professores, conhecidas até hoje como escolas normais, são várias e foram registradas desde os discursos dos viajantes, como aparece citado por Debret, que confirma o ano de 1823 como início dessas escolas:

Em 1823 o governo estabeleceu no Rio de Janeiro uma escola Normal.⁷⁵

Heloisa Villela informa que a primeira escola normal a iniciar suas atividades teria sido a de Niterói, no ano de 1835⁷⁶, seguidas das escolas normais de Minas Gerais e São Paulo⁷⁷, que começam a funcionar em 1840 e da escola normal da Bahia, que inicia suas atividades no ano de 1842, após o decreto de 1834 que instituiu o funcionamento dos estabelecimentos. Nos anos 70 do século XIX foram criadas mais duas escolas normais: a Escola Normal de Porto Alegre (1870) e a Escola Normal do Rio Grande do Norte (1874)⁷⁸. Embora já existissem

⁷² MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p.96.

⁷³ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p.163.

⁷⁴ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit., p.104.

⁷⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II. São Paulo: Martins Editora, 1954. p. 20.

⁷⁶ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit., p.105.

⁷⁷ Heloísa Villela assinala como o ano de 1835 o surgimento da escola normal na província de Minas Gerais e 1846 para a escola normal de São Paulo. in VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit., p.104.

Jane Soares de Almeida refere-se ao ano de 1875 como data da inauguração da Escola Normal de São Paulo, que só passaria a funcionar efetivamente a partir de 1880. In: ALMEIDA, Jane Soares de. op. cit., op. cit., p. 62.

⁷⁸ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p.164-165. Essa Escola Normal do Rio Grande do Norte foi criada pelo presidente João Capistrano Bandeira de Melo Filho, inaugurada no dia 1º de março de 1874, funcionando numa dependência do Ateneu. In:

http://www.tribunadonorte.com.br/especial/histria/hist_m_14a.htm. Consultado em 27/08/2002.

diversas escolas normais funcionando nas províncias, a primeira Escola Normal pública na Corte Imperial foi inaugurada somente no ano de 1881.⁷⁹

A abertura dessas escolas funcionou como uma via de acesso das mulheres à instrução, o que possibilitava um investimento feminino na educação e na realização de uma profissão.⁸⁰

O público das escolas, públicas, particulares ou da educação informal ministrada em casa era composto também pelo sexo masculino, fatia significativa da porção de leitores oitocentistas. Parte dos nossos intelectuais registraram suas iniciações no mundo das letras longe das escolas, tiveram sua educação preliminar da maneira menos convencional, aprenderam a ler e escrever em casa, geralmente com a mãe ou com o pai.

Um exemplo da iniciação da leitura fora do ambiente da escola está registrado no livro de memórias de Medeiros e Albuquerque, quando descreve sua iniciação à leitura, e em outro momento da vida, aparece a figura de mais um professor particular:

Eu não fui, de modo algum, menino prodígio. Nem menino, nem homem. Mas aos quatro anos de idade sabia ler perfeitamente bem. Isso provava, não meu talento, mas o talento e o carinho de minha mãe, que, com cubos e cartões, em que havia letras e sílabas, brincando, ensinou-me alegre e rapidamente (...) Dizia-se de mim aos quatro anos, quando me queriam elogiar, que eu já lia o *Jornal do Commercio*. (...) Nessa época Silvio Romero foi meu professor de Filosofia. Dava-me aulas particulares. Meu pai lhe pedira isso (...) Fui a primeira vez. Era em Santa Teresa, na casa de Silvio.⁸¹

Graça Aranha também se refere à educação que recebera em casa:

O meu pendor para o estudo revelou-se muito cedo. Aos três anos perseguia minha mãe para me ensinar a ler. Meu pai mandou organizar na tipografia uma espécie de cartilha alfabética especialmente para mim. A professora era minha mãe. Assim como tive que aprender um ofício, também a minha primeira instrução devia ser maternal.⁸²

Concomitantemente às escolas públicas, surgiram as instituições particulares, na sua maioria católicas e outras de origem protestante⁸³, contribuições sociais necessárias para a construção do conhecimento e construção de uma história da leitura.

⁷⁹ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit., p.105.

⁸⁰ Esses ecos da educação formal encontram-se registrados por Helena Morley nas páginas do seu diário, escrito entre os anos de 1893 e 1895, narrativa que compõe o seu livro memorialista *Minha vida de menina*. “Faz hoje três dias que eu entrei para a Escola Normal. Comprei meus livros e vou começar vida nova”. In: MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26.

⁸¹ ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo – memórias (1867 a 1934)*. Edição Póstuma e Definitiva. Rio de Janeiro: Record, 1981. p.19 e 60.

⁸² ARANHA, Graça. op. cit., p. 546.

⁸³ Entre as escolas católicas destacam-se o Seminário de Olinda (1800), o Seminário Episcopal (1856), que funcionavam como escolas particulares em regime de internato. Como escolas protestantes são citadas a Escola Internacional de Campinas (1870), o Colégio para meninas (1877), funcionando em São Paulo. Entre os estabelecimentos de ensino particular há referência ao Colégio União Sorocabano, inaugurado em 1874. In: MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 81, 98-100.

Entre as instituições de formação educacional e erudita, contamos também com algumas de ensino superior que começaram a surgir logo no século XIX, a partir de 1808, em estabelecimentos isolados⁸⁴. Entre os estabelecimentos de ensino superior que surgiram nos anos oitocentos, destacam-se a Faculdade de Direito de Olinda (1827)⁸⁵, a Faculdade de Direito de São Francisco (1828)⁸⁶ em São Paulo, e a Faculdade de Direito de Recife (1827).⁸⁷

De acordo com Ana Luiza Martins, no primeiro recenseamento feito no Brasil, em 1872, o país contava com 160.000 alunos matriculados em escolas primárias e no ano de 1874 foi computado em 28.271 o número de leitores que freqüentavam bibliotecas e gabinetes.⁸⁸ Contudo, se por um lado pode-se confiar nos números que quantificam os leitores que eram assinantes potenciais dos gabinetes e garantidos leitores porque faziam a locação do livro, por outro, podemos concordar com a afirmativa de Schapochnik quando comenta a possibilidade de uma leitura compartilhada:

(...) convém insistir que o fato de ser assinante de um gabinete não excluía a possibilidade de um número maior de pessoas se beneficiar do acesso aos livros e participarem da experiência da leitura. Esta assimetria viabiliza a hipótese de que, para além da leitura individualizada, silenciosa e do isolamento solicitado pela forma do romance, a locação de livros junto a um gabinete possibilitava a prática oralizada da leitura no ambiente doméstico, que circulava em meio a uma audiência formada por sinhas e varões, mucamas e escravos, crianças e velhos.⁸⁹

O assinante que retirava o livro na biblioteca ou gabinete poderia ser o mediador para uma leitura compartilhada, em que o leitor não seria necessariamente apenas aquele que corre os olhos pelas páginas da obra, mas também o que pode ouvir, entender e viver as emoções da

⁸⁴ De acordo com Luiz Antônio Cunha em seu estudo sobre a evolução do ensino superior no Brasil, o rei D. João VI criou “cátedras isoladas”, de acordo com o modelo português, ampliando-se em 1827 e permanecendo, durante todo o império - as “cátedras” e os “cursos profissionais superiores” In: CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. in *500 Anos de Educação no Brasil*. 2a. ed. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho & Cynthia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 154-155.

⁸⁵ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 117.

⁸⁶ A Faculdade de Direito de São Paulo instalou-se inicialmente no Convento de São Francisco que, com a concordância dos frades franciscanos e pelo Decreto Imperial de 11 de Agosto de 1827, foi escolhido para abrigar os cursos jurídicos, sendo inaugurada em 1º de março de 1828. Por esta Faculdade passaram estudantes que, posteriormente, tomaram-se personalidades destacadas na vida brasileira, tais como — Ruy Barbosa, Prudente de Moraes, Castro Alves, Álvares de Azevedo, romancistas, como José de Alencar, Bernardo Guimarães, oradores como José Bonifácio, parlamentares como Joaquim Nabuco, João Mendes (pai), juristas como Pimenta Bueno, Barão de Ramalho e jornalistas como Pedro Taques de Almeida Alvin, Julio Mesquita, Rangel Pestana. In: <http://www.usp.br/fd/curiosidades/hist.htm>. Consultado em 02/12/2002

⁸⁷ Faculdade de Direito da Universidade de Recife, um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos do ensino superior no Brasil, foi criada pela Lei de 11 de agosto de 1827. Instalada em 15 de maio de 1828, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, seu curso era feito em nove (9) cátedras, seriadas em 5 anos. As aulas abriram-se a 02 de junho, com 38 estudantes matriculados no 1º ano. Em 1829 entraram 52 alunos e em 1830, havia ao todo 162. Em 1869, entre os ilustres, formaram-se Tobias Barreto, Guimarães Júnior, Araripe Júnior. Em 1870, Joaquim Nabuco. Em 1873, Silvio Romero. In: <http://www.ufpe.br/direito/fd/faculadad.html> 02/12/2002.

⁸⁸ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 75.

história que lhe é contada. Fato este que pode ser comprovado no relato de José de Alencar, no texto *Como e porque sou romancista*:

(...) Essa prenda que a educação deu-me para tomá-la pouco depois, valeu-me em casa o honroso cargo de *lector*, com que me eu desvanecia, como nunca me sucedeu ao depois do magistério ou no parlamento.

Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto e ao tempo. (...) a sala do fundo era a estação habitual da família.

Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã D. Florinda com os amigos que compareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro.

Minha mãe e minha tia se ocupavam com trabalhos de costuras, e as amigas para não ficarem ociosas ajudavam. Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e era eu chamado ao lugar de honra.

(...) Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem, ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido.

Uma noite daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes da nossa biblioteca. As senhoras, de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que rompiam-lhe o seio.

Com a voz afogada pela comoção e a vista empanada pelas lágrimas, eu também cerrando ao peito o livro aberto, disparei em pranto e respondia com palavras de consolo às lamentações de minha mãe e suas amigas.⁹⁰

A leitura dividida proporcionava encanto coletivo, para quem ouvia e para quem lia. Cenas desta prática de leitura feita em grupo são também descritas no livro autobiográfico de Anna Ribeiro, quando ela relata o prazer em dividir com sua mãe uma leitura que muito lhe agradasse e quando ouvia curiosa a leitura de jornais:

Quando uma história de um santo mais me interessava, lia em voz alta para minha mãe, e então ficava eu encantada. (...) Também ouvia com prazer a leitura, feita por Emília, de uma gazeta enviada do Rio pelo Monsenhor, A Tribuna católica. Apreciava sobretudo os folhetins, historietas repletas de princípios morais e religiosos.⁹¹

Exemplos de compartilhamento do texto em grupo familiar aparecem em cenas de romances, como em *A Mão e a Luva* (1874), de Machado de Assis e *Senhora* (1875), de José de Alencar. E, embora a prosa de ficção não estabeleça uma informação documental, são vários os fragmentos que retratam um mundo de leitura onde não só é leitor aquele que lê, mas todos os que ali escutam e partilham do andamento da história:

De noite foi à casa da tia. Achou as senhoras à volta de uma mesa; Guiomar lia, para a madrinha ouvir, um romance francês, recentemente publicado em Paris e trazido pelo

⁸⁹ SCHAPOCHINIK, Nelson. op. cit., p. 26.

⁹⁰ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. op. cit., p. 24, 27-28.

⁹¹ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. op. cit., p. 73-74.

último pacote. Mrs. Oswald lia também, mas para si, um grosso volume de Sir Walter Scott, edição Constable, de Edimburgo.

Jorge veio interrompê-las um pouco, mas só interromper, porque a leitura continuou logo depois, ajudando ele próprio a Guiomar naquela filial tarefa. Veio o chá, veio depois a hora de recolher, e a baronesa deu por findo o serão, ainda que o livro estava quase findo.

Um capítulo mais, aventurou Jorge com o livro aberto nas mãos.

A baronesa sorriu e voltou os olhos para Guiomar, a cuja conta lançou aquela dedicação do sobrinho; recusou contudo, por estar a cair de sono.

— Eu é que não me deito sem saber o resto, declarou Guiomar, levo o livro comigo.

— Ah! disse Jorge com um gesto de satisfação.⁹²

A noite havendo visitas passavam no salão; quando estavam sós, ficavam na saleta; Seixas abria um livro; Aurélia fingia escutar os trechos que o marido lia em voz alta.⁹³

A recriação do ambiente doméstico nas citações registra práticas corriqueiras da época e assinala os momentos de leitura, ocorridos geralmente à noite, proporcionando o encontro de duas ou mais pessoas, momento em que a fantasia que a leitura do romance proporcionava era democratizada.

1.1. Editoras e Livrarias – espaços de expansão da leitura.

No cenário em que a educação evoluía e os gabinetes e bibliotecas atraíam leitores, surgiram algumas livrarias na cidade do Rio de Janeiro. Conforme observou Hallewell:

Houve também um aumento lento, mas constante, no número de livrarias, que passaram de duas em 1808 para cinco em 1809, sete em 1812 e doze em 1816.⁹⁴

Referindo-se também ao crescimento do número de livrarias no estado do Rio de Janeiro Ubiratan Machado acrescenta:

Na década de 1850, o Rio já possuía 15 livrarias, a maioria delas, sobretudo as melhores, situadas nas ruas do Ouvidor e da Quintanda. Muitas eram de propriedade de franceses, como a Crémère, a belgo-Francesa, a Laemmert, a Garnier, a de Villeneuve, a de Firmin Didot. Mas a principal concorrente de Mongie, pelo menos na preferência dos intelectuais, era a Casa do Livro Azul, o mais antigo sebo da cidade e do país.⁹⁵

As livrarias foram um dos espaços que colaboraram para a divulgação e expansão da leitura, como pode-se observar a importância de uma delas nas palavras do texto memorialista de José de Alencar:

⁹² ASSIS, Machado. *Mão e a Lupa*. op.cit., p.35.

⁹³ ALENCAR, José de. *Senhora*. op. cit., p.88

⁹⁴ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p.33.

⁹⁵ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 55.

Uma das livrarias, a que maior cabedal trazia a nossa biblioteca, era de Francisco Otaviano, que herdou do pai uma escolhida coleção das obras dos melhores escritores da literatura moderna, a qual o jovem poeta não se descuidava de enriquecer com as últimas publicações.⁹⁶

Um outro local de venda de livros na cidade do Rio de Janeiro era a Casa do Livro Azul (1828)⁹⁷. Outras duas livrarias são mencionadas por Joaquim Manuel de Macedo em seu livro *Memórias da Rua do Ouvidor*. Macedo cita a loja de livros de Evaristo Ferreira da Veiga e a livraria dos Srs. Barbosa & Irmão.⁹⁸ Há notícias também de uma livraria na Bahia, a Livraria Cantilina (1835).⁹⁹ É dessa época também a expansão do comércio livreiro em São Paulo que no ano de 1855 já contava com três livrarias¹⁰⁰ e, em 1860, o editor Garnier expande seus negócios para o estado, quando inaugura a Casa Garraux (1860)¹⁰¹, considerado o maior estabelecimento livreiro de São Paulo, segundo Ana Luiza Martins.¹⁰²

Concomitantemente ao aparecimento de livrarias, e ao movimento de leitores nos gabinetes e bibliotecas, as primeiras tipografias¹⁰³ e editoras possibilitaram a circulação significativa de jornais¹⁰⁴, revistas e livros na sociedade brasileira dos anos oitocentos.

No ramo das editoras que funcionavam no século XIX, destacaram-se os estrangeiros, na maioria franceses, sendo Paula Brito¹⁰⁵ um dos brasileiros que representou o mercado editorial do século XIX, iniciando suas publicações em 1833, ampliando seus negócios em 1850 com a Typographia Dous de Dezembro, editando vários romances de autores nacionais e permanecendo no ramo até o ano da sua morte. Entre os estrangeiros citam-se a Plancher

⁹⁶ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. op. cit., p. 11.

⁹⁷ Este estabelecimento era mais conhecido como sebo para venda, troca e aluguel de livros. In: HALLEWELL, Laurence. op. cit., p.55.

⁹⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: UNB, 1988. p.84 e 136.

⁹⁹ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p.62.

¹⁰⁰ HALLEWELL informa Fernandes Sousa, a Gravesnes e Torres de Oliveira, como as três livrarias existentes nesse ano. In: idem, p. 226.

¹⁰¹ idem, p. 226.

¹⁰² MARTINS, Ana Luiza. op. cit., p. 87.

¹⁰³ As tipografias se espalharam pelo país. No Maranhão a Typographia Nacional Maranhense (1828), a Typographia Melandiana (1825) e a Typographia Constitucional (1830). Em Recife funcionaram duas tipografias: a Typographia Fidedigna (1827) e a Typographia do Cruzeiro (1829), as tipografias de Paula Brito: a Typographia Fluminense e a Typografia Imparcial, ambas datam do ano de 1833 e a Typographia Dous de dezembro(1850), entre outras tantas que surgiam em todas as províncias do país. In: HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 35, 84, 85, 97 e 116.

¹⁰⁴ Em 1808 é publicado o 1º. jornal do Rio de Janeiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1822 surge o 1º. jornal do Pará, *O Paraense* (e já era o quinto do país). Em 1847 surge o 1º. jornal do Maranhão, *O Progresso*. In: idem, p.40, 120 e 96.

¹⁰⁵ Paula Brito foi o único editor brasileiro até o final do século XIX. Criou a revista de maior duração no período, a *Marmota Fluminense*. Publicou autores do Romantismo e teve Machado de Assis como seu revisor de provas. In: ABREU, Regina. "Arqueologia de um livro-monumento: "Os Sertões sob o ponto de vista da Memória". in: http://www.casaeuclidiana.org.br/ver_texto.asp?id=14 consultado em 19/08/2002.

(1824), a Villeuneuve (1832)¹⁰⁶ e a Garnier¹⁰⁷ (1844), sendo esta última a mais afamada editora da época. A edição e vendas de livros pareciam um bom negócio, e as editoras se multiplicaram com o correr dos anos. Em 1852 surge o editor Leuzinger e o ano de 1838 marca a entrada no mercado editorial de Laemmert¹⁰⁸, que seria o principal concorrente de Garnier¹⁰⁹. A edição de obras impressas não fica restrita somente à Corte. Há notícias de um tipógrafo e editor português no Maranhão, o Sr. José Maria Corrêa Frias¹¹⁰, figura que alcançou notabilidade pelas representativas edições que produziu. Ainda no Maranhão, Belarmino de Mattos¹¹¹, um tipógrafo brasileiro, tornava ares de editor e ganhou renome no cenário editorial do Nordeste do país.

¹⁰⁶ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p.68, 75, 88,129, 158,161.

¹⁰⁷ A Livraria Garnier dividia com a Laemmert (Universal) o mercado de livros, concentrando-se na publicação de literatura. Dirigida pelo francês Baptiste Louis Garnier, seus livros eram impressos em Paris e Londres. Esta foi a editora considerada como a principal responsável pelo início do desenvolvimento editorial brasileiro. A Garnier teve a seu favor pontos importantes como pagamento regular de direitos autorais, boa remuneração aos tradutores, formação de um corpo fixo qualificado de redatores-revisores e maciço investimento em literatura, tanto européia quanto nacional. Garnier tinha forte tino comercial e era conservador não se lançando a riscos, ele priorizava a edição de autores consagrados. Garnier foi também o pioneiro e principal editor de Machado de Assis. No interior da Editora Garnier, no andar térreo, funcionavam os informais debates literários que se realizavam todas as tardes sob a liderança de Machado de Assis. As doze cadeiras que compunham a sala eram chamadas "as cadeiras dos doze apóstolos". O mestre era Machado de Assis, o único a ter lugar cativo. Os demais se revezavam entre os escritores que alcançavam consagração em diferentes períodos. Machado de Assis manteve longa liderança nessa editora. Por esse motivo, escritores que almejavam editar seus livros na Garnier disputavam a possibilidade de desfrutar das conversas de fim de tarde na editora e, na melhor das hipóteses, a condição de serem incluídos entre os "apóstolos". Numa sociedade restrita, os escritores novatos não tinham muitas opções para editar seus livros: deviam "cair nas boas graças" de Machado de Assis, ou dos poucos editores da capital. Outra forma era publicar em fascículos nos jornais da capital federal ou mesmo nas capitais mais importantes, como São Paulo. In: ABREU, Regina. op. cit.

¹⁰⁸ A Laemmert iniciou suas atividades como livraria, a Livraria Universal, em 1883. Dirigida por dois irmãos, Heinrich e Eduard Laemmert, começou a funcionar também como editora inaugurando a Typographia Universal. Entre suas publicações, a mais famosa era o Almanack Laemmert que surgiu ainda no Império como o almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro. Os Laemmert publicavam obras gerais, como dicionários, uma coleção de máximas, obras de medicina, seleção de poesias brasileiras, estudos de literatura contemporânea. Publicavam ainda livros traduzidos do francês, mas seu forte eram os originais alemães. Chegaram a editar Goethe e foram pioneiros na literatura infantil, editando, entre outros, *As Aventuras do Barão de Münchhausen*. A editora aventurou-se, também, embora em pequena escala, na edição de livros didáticos. In: ABREU, Regina. op. cit.

¹⁰⁹ A Garnier e a Laemmert eram, na verdade, duas casas editoras que, tendo iniciado suas atividades em meados do século anterior, representaram um marco no setor editorial. Foi com elas que a publicação de livros se separou da edição de jornais. In: ABREU, Regina. op.cit.

¹¹⁰ José Maria Corrêa Frias estabeleceu-se como editor em 1861, começando por editar *O Livro do Povo*, singular best-seller na época, alcançando a 5ª. edição além de outras produções, como a do primeiro romance de Aluísio Azevedo, *Uma lágrima de mulher*. Corrêa Frias não se destacou somente pelas edições que produziu, mas também porque "aperfeiçoou e desenvolveu" sua tipografia, como demonstrou na exposição industrial do Rio de Janeiro, em 1866, onde seus trabalhos foram premiados. In: NEVES, João Alves das. "José Maria Corrêa Frias, um editor português no Brasil". In: *Convergência Lusíada – Revista do Real Gabinete Português de Leitura*. N.º.10, 1993. p. 139-140. & HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 101.

¹¹¹ Belarmino de Mattos inaugurou sua tipografia no ano de 1857 e "preferia a reputação à fortuna" e em seus trabalhos é notável o bom trabalho artístico e nítida impressão. Entre as obras que produziu, teve a honra de

Todos esses elementos apontam para os indícios de que existia um público leitor na época. Entretanto, a quantificação de leitores no Brasil é um problema sério, pois o pesquisador não dispõe de cartas, diários ou outro tipo de documentação que possam formar um testemunho para saber como é que determinado romance foi lido ou recebido. Os leitores existiram e os livros circularam, mas faltam marcas que refiram ou consubstanciem a existência de leitores. Sobre a ausência dessas pistas Flora Süssekind faz a seguinte consideração:

(...) esse “primeiro leitor” de ficção no Brasil parece ter apagado a própria pista. Nenhum bilhete, poucos dados. Poucos traços para esboçar-lhe um perfil. Talvez “um perfil de mulher”. (...) Talvez outro literato. Um leitor à imagem e semelhança de quem escreve. Ou não. Talvez um frequentador da dúzia de livrarias em atividade na corte entre 1842 e 1850, talvez subscritor de algum livro ou folheto anunciado nas folhas (...) ¹¹².

Na ausência dessas cartas ou bilhetes que atestem a existência de um leitor empírico, recorro novamente à prosa de ficção ou às narrações nos livros de memórias que podem atestar a presença da leitura de romances entre as famílias brasileiras, durante o século XIX, difundindo-se indistintamente entre homens e mulheres:

Duas coisas eu gosto de fazer, escrever e ler histórias, quando encontro. Meu pai já consumiu tudo quanto é livro de histórias e romance. ¹¹³

Eu tinha sempre lido muito e de tudo na época (...) Quanto ao romance, que é a imaginação abrangendo e modelando a vida, (...) vivia à sombra dos castelos antigos reconstruídos. ¹¹⁴

(...) pela primeira vez li uma novela. Lembro-me que se chamava _ *O Menino da Mata e o seu Cão Piloto*. Gostei tanto do livro, que me ocorreu uma idéia genial: escondi o volumezinho, dizendo que eu tinha perdido, para que meu pai comprasse outro exemplar. (...) Nas férias, que eu passava no colégio, lia romances de um gabinete, (...) Lembro-me que li todos, mas absolutamente todos, os de Alexandre Dumas. Era um furor de leitura, que mal se pode imaginar. Havia dias em que devorava dois e três volumes. ¹¹⁵

Os dias seguintes correram na mesma doce intimidade. À tarde no jardim, ou admiravam juntos as flores, ou liam no mesmo livro algum romance menos interessante do que o seu próprio.

Seixas incumbia-se da leitura, e Aurélia escutava sentada a seu lado. Às vezes escutava sentada a seu lado. Às vezes, ou porque se distraísse um momento, ou por sofreguidão de antecipar a narração, reclinava-se para correr os olhos pela página, onde ia brincar um anel de seus cabelos castanhos. ¹¹⁶

publicar as *Obras póstumas* (1868-69) de Gonçalves de Magalhães, em seis volumes. In: HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 104, 105, 109.

¹¹² SÜSSEKIND, Flora. op. cit., p. 100-101.

¹¹³ MORLEY, Helena. op. cit., p.26.

¹¹⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: UNB, 1963. p. 59-60.

¹¹⁵ Esses depoimentos de Medeiros abrangem o período do 1867 (período da infância) e 1884-1889 (período da maturidade) In: ALBUQUERQUE, Medeiros e. op. cit., p. 19 e 50.

¹¹⁶ ALENCAR, José de. Senhora. op. cit., p. 108.

As diversas situações de leituras nos registros memorialistas repetem-se nas páginas da prosa de ficção oitocentista. A presença dessas presentes descrições de cenas de leituras é decorrente de uma realidade que ficou representada na ficção pelos escritores da época. A representação do leitor na ficção já foi percebida e anotada em diversos trabalhos e, resalto aqui passagens de romances que descrevem algumas situações de leitura. Dentre as diversas cenas, cito trechos do romance *Lucíola* (1862) e *A Mão e a Luva* (1874):

Chegando uma tarde vi Lúcia assustar-se e esconder sob as amplas dobras do vestido um objeto que me pareceu um livro.

— Estava lendo?

— Não, estava esperando-o.

— Quero ver que livro era.

Meio à força e meio rindo consegui tomar o livro depois de uma fraca resistência. Ela ficou enfadada.

Era um livro muito conhecido - A Dama das Camélias.

(...) O livro que ela trouxe era esse gracioso conto de Bernardin de Saint-Pierre, que todos lemos uma vez aos quinze anos, quando ainda não o sabemos compreender; e outra aos trinta, quando já não o podemos sentir. O que seduzira Lúcia foi o nome de Paulo que ela ao entregar-me o volume mostrara sorrindo. Quando eu lia a descrição das duas cabanas e a infância dos amantes, Lúcia deixou pender a cabeça sobre o seio, cruzou as mãos nos joelhos dobrando o talhe, como a estatueta da Safo de Pradier que por aí anda tão copiada em marfim e porcelana.

De repente a voz desatou num suspiro:

— Ah! meu tempo de menina!

Voltei-me para ela; as lágrimas caíam-lhe em bagas; quis atraí-la, fugiu, arrebatando-me o livro das mãos.

Escolhi outro livro para distraí-la; li a Atala de Chateaubriand, que ela ouviu com uma atenção religiosa.¹¹⁷

O que ele viu, além do perfil, dos cabelos, e da tez branca, foi a estatura da moça, que era alta, talvez um pouco menos do que parecia com o vestido roçagante que levava. Pôde ver-lhe também um livrinho, aberto nas mãos, sobre o qual pousava os olhos, levantando-os de espaço a espaço, quando lhe era mister voltar a folha, e deixando-os cair outra vez para embeber-se na leitura.¹¹⁸

Os livros parecem fazer parte do cotidiano das personagens e, a intervenção de leitores nas páginas de ficção é um reflexo da aproximação que o autor pretende ter com seu público. É com este mesmo grau de intimidade que o autor estabelece um diálogo com o leitor no texto do prefácio. Da mesma maneira como o autor se descreve como profundo conhecedor dos leitores nas páginas da ficção, ele pretende, nas linhas do prefácio, intuir qual o leitor que irá sentir-se atraído para a leitura da sua obra.

¹¹⁷ ALENCAR, José de. *Lucíola, um perfil de mulher; diva, perfil de mulher*. op. cit., 69 e 83.

¹¹⁸ ASSIS, Machado. *A Mão e a Luva*. op. cit

Acerca da presença de leitores implícitos em obras de ficção, voltemo-nos para o pensamento de Robert Darnton, que reitera a importância da análise de textos ficcionais para uma melhor compreensão do mundo da leitura com a seguinte síntese:

(...) seria possível comparar os leitores implícitos dos textos com os leitores reais do passado e, através dessas comparações, desenvolver tanto uma história, quanto uma teoria da reação do leitor.¹¹⁹

A leitura de romances, entre outras, era um exercício assíduo do público oitocentista, seja no universo masculino ou feminino. Sobre a existência desses leitores Ubiratan Machado relata:

Os brasileiros dessa época leram tudo o que desejaram: dos grandes clássicos revolucionários do século XVIII às mais recentes novidades do pensamento europeu.¹²⁰

A existência de bibliotecas, gabinetes, livreiros e editores no Brasil – e especialmente no Rio de Janeiro – como já foi referido anteriormente, permite supor que está correta a afirmação de Ubiratan Machado sobre os leitores brasileiros oitocentistas.

Tanta assiduidade ao universo dos textos ficcionais pode ser atestada através das diversas instituições responsáveis pela propagação da leitura, ou pela constante presença de leitores nas páginas da prosa de ficção; podendo ser confirmada, sobretudo, pela relevante produção de prosa de ficção durante todo o século XIX¹²¹, seja esta veiculada em forma de folhetim, novela ou livros editados em tipografias e editoras. Esta última assertiva confirma, entre tantas hipóteses, a existência de leitores dos anos oitocentos, comprovando que se existiam livros no mercado, havia um público real que não era apenas um personagem fictício veiculado no enredo da ficção.

Acredito que as suposições sobre as maneiras de ler no Brasil do século XIX possam ser analisadas e exploradas através do material de que dispomos hoje, as correspondências, as memórias, os jornais, a leitura da prosa de ficção e os prefácios. Todos esses materiais constituem fontes que possibilitam averiguar o perfil do leitor oitocentista e comprovar sua atividade de leitura.

¹¹⁹ DARNTON, Robert. *op. cit.*, p. 229.

¹²⁰ MACHADO, Ubiratan. *op. cit.*, p. 55.

¹²¹ A produção da prosa de ficção significativa no século XIX pôde ser comprovada pela pesquisa que desenvolvi para a formação de uma cronologia dessa ficção. Essa cronologia comprova uma numerosa quantidade de novelas, folhetins e romances escritos e publicados na época. Este fato, mais do que qualquer outro pode assegurar a existência de leitores, pois se havia tanta circulação de livros, jornais ou revistas que veiculavam a ficção romanceada, naturalmente havia um público consumidor desses escritos.

2. Leitor: entre o real e o imaginário.

A prosa de ficção escrita no Brasil do século XIX revelava diferentes imagens do público para quem eram escritos os folhetins, romances e novelas.

Os prefácios, escritos pelos próprios ficcionistas que viveram durante os anos oitocentos, podem ser considerados textos ensaísticos que apresentam a prosa de ficção ao leitor, apresentando reflexões e debates. Nesses textos há uma forma de interlocução particular entre autor e leitor e, decorrente desses diálogos revela-se nas entrelinhas, ou mesmo de maneira explícita, a criatura imaginada, possível leitor ou leitora, representação figurativa, projetada, a partir dos recursos desenvolvidos pelo autor no decorrer dos textos introdutórios. A presença do prefácio na obra literária importa à primeira vista como pequena introdução ao texto maior, aquele que irá seduzir, entreter e encaminhar o leitor. Não obstante esta função, o texto introdutório, na prosa oitocentista, é o momento em que o autor estabelece uma aproximação com o seu público, identifica-o, atribui-lhe papéis, oferece-lhe instruções de como ler a obra ou de como melhor compreender aquele tipo de texto diante do momento literário em que ele se encontra, e mais do que isso, concede ao leitor o poder de aprovação, outorgando-lhe autoridade. Os dispositivos usados pelo autor para identificar seu possível leitor permitem, dentre muitas hipóteses, imaginar como liam os diversos tipos de leitores para quem são escritas as obras e para quem deveriam ser vendidas.

Ancorada na reunião dos prefácios que formam o *corpus* desta pesquisa observo que há uma diversidade de pistas de quem seria esse leitor que está ilustrado e construído pelo autor. Esses sinais que causam certa inquietação permitem elaborar alguns questionamentos: Qual afinal o perfil ou a construção desse leitor proposto nos prefácios e que leitor é esse para quem se escreve e, ainda, qual a importância de discutir a leitura de romances e o público leitor no Brasil?

Pretendo encontrar a resposta para esses questionamentos por meio da junção entre o perfil do leitor idealizado nos prefácios e o que está estabelecido pela história literária e a história da leitura. Diante da leitura dos prefácios, pode-se observar a elaboração dos traços dos possíveis leitores e algumas imagens que estabeleçam correspondência entre os leitores implícitos e os prováveis leitores empíricos que passearam “seus belos olhos negros”, como disse Joaquim Manuel de Macedo, pelas páginas de um dos prefácios dos seus romances.

A elaboração de uma imagem de leitor nos prefácios oitocentistas é semelhante à definição do verbete “leitor” em dois dicionários do século XIX. No *Diccionario da Língua Portuguesa*, Antonio de Moraes Silva define o leitor como:

O lente, que lê alguma doutrina como professor, e a ensina. O que lê por curiosidade, e instrucção para outros ouvirem.¹²²

O significado de leitor em outro dicionário da mesma época não traz nenhuma alteração ou diferença em relação ao verbete de Moraes Silva:

O que lê por curiosidade, para se instruir ou para outros ouvirem; lente, professo.¹²³

Nessas definições observa-se a leitura como uma via de mão dupla em que o leitor é um sujeito que compartilha a leitura, uma lente que reflete sobre o que lê e pode ser capaz de reproduzir uma resposta ao que apreendeu pelo que foi lido. O ato de ler configura, desta forma, um conhecimento compartilhado em que convivem autor, leitor e texto para uma reprodução de conhecimento e de prazer.

Diante dos caminhos entrecruzados, Robert Darnton nos adverte para a união da diversidade histórica que determina o caminho dos leitores:

Os escritores inventaram muitas maneiras de introduzir seus leitores nas narrativas. (...) Mas toda narrativa pressupõe um leitor, e toda leitura se inicia a partir de um título inscrito no texto. O texto pode escavar a si mesmo e o leitor reagir contra a semente ou extrair novo significado de palavras familiares: daí as infinitas possibilidades de interpretação (...) a leitura ressurgiu como o fato central da literatura. (...) chegou o momento de se realizar uma união entre a teoria literária e a história dos livros. (...) Dessa maneira, seria possível comparar os leitores implícitos dos textos com os leitores reais do passado e, através dessas comparações desenvolver tanto uma história, quanto uma teoria da reação do leitor.¹²⁴

A representação do leitor nos textos prefatórios reflete a imagem de um público imaginado pelo autor e que podem caracterizar os leitores pretendidos pelo autor. Para tanto, o prefácio desempenha, entre outras, a função de estabelecer uma cumplicidade entre autor e leitor, definida em distintas maneiras de tratamento. As diversas formas de tratamento estabelecidas pelo autor para com o leitor são uma forma estratégica de alcançar um público vário, com gostos e preferências diversas.

¹²² SILVA, Antonio de Moraes *Diccionario da Língua Portuguesa*. (recompilado). Tomo 2º. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

¹²³ FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 4ª. ed. 2 vols. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeuneuve, 1859.

¹²⁴ DARNTON, Robert. op. cit., p. 228-229.

Apresentando-se como recepção ao leitor no texto, o prefácio estabelece uma interlocução com diferentes tipos de público. Desta forma, aparecem nos prefácios categorias distintas de leitura, que classificam o leitor em diversas maneiras. Os prefácios, em alguns casos, designam a leitura da ficção especificamente ao público feminino, e a imagem da mulher aparece representada pela figura da prima, da senhora, da amiga, entre outras descrições que sugerem a presença feminina. Em outras ocasiões, o prólogo sugere a partilha da leitura com um público generoso e benevolente que acolherá a obra com indulgência. Esta categoria do público benevolente engloba uma parte do leitorado qualificada como leitores ingênuos e sentimentais, com quem o autor estabelece cortesias, numa interlocução de confiança e cumplicidade.

Há ainda um terceiro grupo de leitores, classificados como eruditos e sábios, capazes de reconhecer epígrafes em alemão, citações em inglês, latim, ou francês. Capaz de combinar leitura e instrução, este público apresenta-se com condição de avaliar os escritos que lê com um olhar judicioso. Esta parte do público caracteriza uma espécie de leitor a quem o autor permite o direito de crítica e revisão da obra. Uma quarta categoria é classificada nos prefácios como os leitores que buscam nos livros o prazer do entretenimento ou diversão. Esta leitura como deleite pode ser destinada ao leitor ocioso ou ainda para aquele leitor ocupado, que possa destinar alguns minutos para obter do ato de ler o desenfado ou passatempo.

Os prefácios, avisos ao leitor, advertências e dedicatórias apresentam-se, na sua maioria, análogos na sua abordagem. O autor simula uma relação estreita com o leitor, geralmente na abertura do prefácio, é o momento em que o criador da obra e aqueles que serão seus receptores estabelecem uma relação cordial e íntima. Há outras situações em que os prólogos são destinados para algum amigo ou conhecido, ou até mesmo para um ente da família. As funções dos prefácios consistem basicamente em estabelecer uma relação de cumplicidade entre o interlocutor e o receptor, além de funcionar como um espaço em que o autor poderia responder à crítica da época, fazer reflexões sobre a obra literária entre outros objetivos. Trataremos da primeira agora, e, nos itens seguintes desenvolveremos as caracterizações da recepção da leitura feminina, do leitor benevolente, do leitor judicioso e da leitura como entretenimento e distração.

2.1. A leitura feminina: os *belos olhos pretos brasileiros*.¹²⁵

Das diversas categorias de leitores presentes nos prefácios, o grupo de leitoras femininas chama atenção pela frequência com que são mencionadas nos textos introdutórios, a presença de leitoras é efetiva no processo de evolução da prosa de ficção no Brasil. Dentro deste contexto, convém observar a citação de Ubiratan Machado:

Mulheres e estudantes formavam a maioria do público dos escritores românticos. Mulheres jovens e sonhadoras, ainda tiranizadas pela mão de ferro do *pater familias*, mas já vivendo as primeiras aventuras da libertação – como a grande aventura espiritual de ler.¹²⁶

Sabe-se que no contexto histórico e social do Brasil oitocentista, as mulheres tinham dois oponentes fortes contra sua educação: a família e a Igreja que detinha a educação no Brasil. Num primeiro plano, e em especial, a família, que, além de destinar maior atenção à educação dos filhos do sexo masculino, dificultava o acesso à leitura. Caminhando do mesmo lado, a Igreja tinha como objetivo fazer da mulher uma mãe exemplar, sendo a maternidade a principal tarefa a desenvolver, “pois cabia à mulher cuidar da casa, da família, do casamento e dos filhos”¹²⁷; além de contribuir para prevenir que os olhos femininos passassem perto das leituras, principalmente dos romances, que eram classificados como uma “obrinha inconveniente”, segundo registra Ubiratan Machado nas palavras de um padre da época¹²⁸. Este conceito em torno da educação feminina e o desejo de manter as mulheres alheias e apartadas do mundo dos homens era algo consolidado desde o Brasil colônia, permanecendo durante muitos anos do século XIX.

Acompanhando o sistema educacional feminino torna-se necessário anotar as exigências e os propósitos destinados às mulheres no início do período oitocentista:

As idéias do bispo de Pernambuco, sobre a educação feminina tinham como objetivo o aprimoramento e a maior rentabilidade das duas funções primordiais da mulher: ser a guardiã da economia doméstica e a mentora dos filhos. (...) Quanto à educação a ser ministrada (...) só aquelas destinadas à vida religiosa deveriam aprender latim e música pois as que iam viver para o marido e os filhos limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar e também coser e bordar. Tais estudos seriam mais que suficientes para o governo das suas casas.¹²⁹

¹²⁵ Expressão usada por Joaquim Manuel de Macedo no prólogo dedicado *Às Senhoras Brasileiras*. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Moço Loiro*. op. cit.

¹²⁶ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 39.

¹²⁷ HELLER, Bárbara. *Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997. (Tese de Doutorado) (mimeo) p. 120.

¹²⁸ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 40.

¹²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil – na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 22 e 24.

O favorecimento à ignorância feminina também é enfatizado nas palavras de Debret:

Desde a chegada da Côrte ao Brasil tudo se preparara mas nada de positivo se fizera em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de (...) sem saber escrever. Sómente o trabalho de agulha ocupava seus lazeres (...).¹³⁰

Embora essas mulheres pareçam ser vítimas de uma educação medíocre, como afirmam alguns historiadores¹³¹, a educação feminina começa a trilhar outros caminhos e o próprio Debret esboçaria outro conceito acerca do desenvolvimento da instrução das mulheres:

A partir de 1820 a educação começou a tomar verdadeiro impulso e os meios de ensino multiplicaram-se de tal maneira de ano para ano que já hoje, não é raro encontrar uma senhora capaz de manter uma correspondência em várias línguas e apreciar a leitura¹³², como na Europa.¹³³

Uma mulher que sabia escrever e ler poderia constituir um malefício à sociedade. Seria preciso “não dar asas às formigas”.¹³⁴ Entretanto, o acesso à leitura por parte da mulher constituiu um redirecionamento da sua vida doméstica. A atividade intelectual feminina nos anos oitocentos do Brasil começava a “criar asas” e, nas sociedades literárias da época, as mulheres tinham expressão e voz como atesta o fragmento do discurso de Ana Luísa de Azevedo Castro, pronunciado na sessão da *Sociedade Ensaios Literários*, no dia 20 de janeiro de 1866:

Senhores.

No banquete das inteligências não há sexo. A mulher pode também achar nele o seu lugar, se tem forças para penetrar os seus pórticos.

Assim, eu, senhores, protegida com esta verdade, afrontando a timidez do meu sexo, os usos de minha pátria, venho aqui misturar convosco a minha débil voz no sublime festim de que sois convivas.(...) Agora uma palavra para mim. Do humilde estado de mãe de família, de preceptora, percorro a vista pelo jardim florido da mocidade de meu sexo, e vejo, com dor, que a sua educação não completa ainda os meus desejos. Quantas inteligências, quantos talentos não se amesquinham na vida monótona que entre nós leva a família? (...)

¹³⁰ DEBRET, Jean Baptiste. op. cit., p. 17.

¹³¹ Durante 322 anos – de 1500 a 1822 –, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos indígenas e dos colonos (...) Tanto mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever (...) O sexo feminino fazia parte do *imbecillitas* *sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. Era muito comum o versinho declamado nas casas de Portugal e do Brasil que dizia: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. In: RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. “Mulheres educadas na colônia”. In: *500 Anos de Educação no Brasil*. 2a. ed. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho & Cyntia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79.

¹³² gnifo meu

¹³³ DEBRET, Jean Baptiste. op. cit., p. 18.

¹³⁴ TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. op. cit., p. 21

Desenvolvi o gosto da literatura entre as senhoras, vós dignos filhos de Pallas: exclui do seio das famílias esse passatempo perigoso dos romances, harmonia artificiosa que só deixa na sua passagem fumo empestado. Criaí um Clube para nós outras, onde cada qual leve uma produção de seu talento, onde a leitura da história, da filosofia e da moral, seja ouvida por vozes de meu sexo. (...) ¹³⁵

As mulheres passaram a constituir um grupo de leitores efetivo. Elas não só participavam de jornais ¹³⁶ e revistas da época, nos quais veiculavam suas produções literárias e funcionavam também como espaço crítico no qual as mulheres publicavam textos em que debatiam sobre sua condição feminina, como também escreviam romances. Esta produção de escritos de autoria feminina durante o século XIX ¹³⁷ constituía um dos pontos principais que comprovam a participação feminina no mundo das letras, terreno predominantemente masculino.

Esses dados comprovam que a mulher não estava satisfeita em ser somente a boa mãe e cordial esposa. Se havia sinais de produções escritas pelo punho feminino, pode-se depreender que existiam mulheres leitoras. A mulher brasileira alça conquistas, e a leitura é uma das principais formas de liberdade alcançada. Os fatos que comprovam a presença do

¹³⁵Discurso lido na sessão aniversária da Sociedade Ensaio Literários, no dia 20 de janeiro de 1866 por D. Ana de Castro e publicado na Revista Mensal da Sociedade Ensaio Literários, 1866. p. 297 – 9.

¹³⁶ Entre os jornais, destacam-se *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *O Bello Sexo*, *A Mulher* (1862), *O Domingo* (1873-1875), *O Sexo Feminino* (1873-1876 e ressurgindo em 1889), *Echo das damas* (1879), *Primavera*, revista semanal (1880), *A Família* (1888-1897), *A Mensageira*, revista (1897) *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889). In: BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T A Editores. p. 102. & HELLER, Bárbara. op. cit., p. 100-101.

¹³⁷ Entre as autoras femininas que publicaram obras em prosa durante o século XIX, destaco alguns nomes, citados em ordem alfabética, seguidos de suas respectivas obras:

Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, que publica uma das peças de seu livro - *Uma Lembrança Saudosa* (1838), e *A Filosofia por Amor* (1845).

Anna Ribeiro de Góis Bittencourt, *Suzana* (romance inédito), *A Filha de Jeptbé* (1882) e *O Anjo do Perdão* (1883).

Andradina América de Andrade e Oliveira, *O conto Cruz de Pérolas*, *Contos de Natal* e o romance *O Perdão*, todos sem data de publicação.

Beatriz Francisca de Assis Brandão, *Contos da Mocidade* (1856).

Corina Coaracy deixou o romance inédito *Matar ou Morrer* e o romance *A Rússia Vermelha*, sem data de publicação.

Emília Freitas publica o romance *O Renegado* (1890) e *A Rainha do Ignoto* (1899).

Ignez Sabino Pinto Maia, publica o romance histórico - *Alma de Artista* e o livro de memórias *Através de Meus Dias*, ambos sem data de publicação e o romance *Lutas do Coração* (1898).

Júlia Lopes de Almeida publica as obras *Traços e Luminárias* (1888), *Memórias de Marta* (1889), *A Família Medeiros* (1891), em folhetim no jornal carioca *Gazeta de Notícias* e no ano seguinte, 1892 é editado em livro em Campinas, com segunda edição em 1895. Ainda no ano de 1895, Júlia Lopes de Almeida publica em folhetim, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, *A Viúva Simões*, reeditado em livro no ano de 1897 e o romancete *O Caso de Ruth*, (1897).

Lúisa Leonardo Marques deixa inéditas as novelas: *Vencida e Azul* e publica os romances *Solidão*, *Minha Mãe*, *Canção de Amor* e *Innocente*, todos no século XIX.

Maria Benedita Câmara Borman que usou o pseudônimo de Delia, publica os romances *Aurélia* (1883); *Uma Vítima* e *Duas Irmãs* e *Magdalena* (1884), *Lésbia* e *A Estátua de Neve* (1890), *Celeste* (1893) e *Angelina* (1894).

público feminino não estão apenas nas páginas das prosas de ficção, mas também na própria história cultural do país, e um dos fatos marcantes é o processo de democratização do saber que foi oferecido pelos gabinetes de leitura, na medida em que franqueou seu espaço também para o público feminino.¹³⁸

Ainda que tenham sido escritoras de romances, é como leitoras que as mulheres aparecem com destaque na prosa de ficção dos anos oitocentos. A representação da leitora aparece marcada em alguns dos prefácios da prosa de ficção na perspectiva de que a leitora feminina seria o público previsto para a obra. Nos prefácios dos romances *Statira e Zoroastes* (1826), *O filho do pescador* (1843), *O moço loiro* (1845), *O guarani* (1857), *A família agulba* (1870) e *O Ninho do Beija-Flor* (1872), o prefácio é feito diretamente a uma figura feminina.

Joaquim Manuel de Macedo era um dos autores que mantinha uma expectativa de que suas obras tivessem maior recepção pelo público feminino. Macedo supõe que o público de leitores formado por senhoras é mais receptivo, benévolo e generoso. E, para tanto, em alguns dos seus prefácios, o autor demanda desse prezado público, sublime e de grandioso coração, que desculpe as imperfeições ainda presentes em seus textos. A dedicatória de suas obras às senhoras pode ser encontrada no prefácio do seu segundo romance, *O Moço Loiro* (1845), intitulado *Às Senhoras Brasileiras*:

Esse jovem, senhoras, - fui eu. Fui eu, que, com meus olhos de pai, a segui em sua perigosa vida, temendo vê-la cair a cada instante no abismo do esquecimento... (...) cheguei a crer, que o público a não enjeitava; e, sobretudo, que minha querida filha tinha achado corações angélicos que dela se apiedando, com o talismã sagrado de sua simpatia a levantaram mesmo muito acima do que ela merecer podia. E esses corações, senhoras, - foram os vossos. (...) Espero mais, senhoras, que generosas sempre, perdoando as imperfeições e graves defeitos d'O moço loiro, (...) Espero finalmente, que vós, senhoras, dignando-vos adotar O moço loiro, permitireis que ele, coberto com a égide de vosso patrocínio, possa obter o favor e encontrar o abrigo, que a sua irmã não foi negado (...) Consenti, pois, senhoras, que me eu atreva a dedicar-vos O moço loiro, como um primeiro e fraco sinal de reconhecimento, que há de durar sempre... (...) O moço loiro convosco se apadrinha, senhoras (...).¹³⁹

No prefácio, em que emprega sete vezes o vocativo “Senhoras”, o autor acentua duas características atribuídas às leitoras femininas: o universo familiar recriado por meio da metáfora do pai para com o filho e pela familiaridade estabelecida entre os escritores e a obra, quando o autor lhes propõe a adoção da obra; e a sentimentalidade expressa pela solicitação de

Nísia Floresta Brasileira Augusta, publica as novelas *Fany ou O Modelo das Donzelas e Daciz ou A Jovem Completa*, (1847), o romance histórico *Dedicação de uma amiga*, (1850), as crônicas *Páginas de Uma Vida Obscura; Um Passeio ao Aqueduto da Carioca* e *O Pranto Filial* (1854), *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne*, (1857).

¹³⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. op. cit., p. 15.

piedade para a leitura feita com o coração. O autor ainda ilustra o discurso com um tom de bajulação, comparando as senhoras, a quem é dedicado o romance, à antiga figura do mecenas, quando lhes dedica a obra e pede, humildemente o “vosso patrocínio”.

Nesse prefácio de Macedo destaca-se a representação de leitoras, avaliado pelo autor como um público de senhoras que tão bem acolheu *A Moreninha*:

Um ano há decorrido desde que um jovem desconhecido, sem habilitações, com fracos e limitadíssimos recursos intelectuais, (...), ofereceu à generosidade do público do Rio de Janeiro um pobre fruto de sua imaginação - *A Moreninha* - que ele amava como filha de sua alma. Esse jovem, senhoras, - fui eu. (...) ... fui eu, que (talvez ainda com vaidade de pai) cheguei a crer, que o público a não enjeitava; e, sobretudo, que minha querida filha tinha achado corações angélicos que dela se apiedando, com o talismã sagrado de sua simpatia a levantaram mesmo muito acima do que ela merecer podia. E esses corações, senhoras, - foram os vossos. Oh! mas é preciso ser autor, ao menos pequenino autor, como eu sou, para se compreender com que imenso prazer, com que orgulho eu sonhava vossos belos olhos pretos brasileiros derramando os brilhantes raios de suas vistas sobre as páginas do meu livro! Vossos lábios cor-de-rosa docemente sorrindo-se às travessuras da *Moreninha*!¹⁴⁰

Apesar da ausência de uma atenção direta ao público feminino no prefácio de *A Moreninha*, o autor aproveita-se do prólogo do seu segundo romance para justificar o bom acolhimento do seu romance, atribuindo-o à generosidade do público de leitoras. Essas leitoras são comparadas à singeleza dos anjos que podem perdoar e abraçar a dádiva que lhes é oferecida no seu *materno colo*. Para elas é oferecida a obra, confiada à sombra acolhedora de um leito materno, conforme aponta o seguinte trecho:

(...) E desde então eu senti que devia um eterno voto de agradecimento a esse público, que não enjeitara minha cara menina; e que mais justa dedicação me prendia aos pés dos seres, que haviam tido compaixão de minha filha. (...) perdoando as imperfeições e graves defeitos d'O Moço Loiro (...) possa obter o favor e encontrar o abrigo, que à sua irmã não foi negado.¹⁴¹

Na interlocução estabelecida entre o autor e o público, no prefácio do romance *O Moço Loiro*, pode-se perceber o exagero numa apresentação copiosa e solene, enredada de bajulações. Macedo refere-se ao público feminino como o grupo dotado de qualificações, que poderia receber *O Moço Loiro*, compreendendo as possíveis imperfeições, como já fora demonstrado no acolhimento à recepção de *A Moreninha*.

Também considerando o público feminino como destinatário, José de Alencar, de maneira similar a Macedo, dirige alguns de seus romances à leitora. Prefácios de três romances de Alencar colaboram para traçar o perfil da mulher brasileira letrada participando

¹³⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Moço Loiro*. op. cit.

¹⁴⁰ idem.

¹⁴¹ idem.

do mundo da leitura, para a qual o universo dos livros parecia familiar. Estas imagens estão assinaladas nos prólogos dos romances *O Guarani* (1857), *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864):

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura.¹⁴²

Envio-lhe outro perfil de mulher, tirado ao vivo, como o primeiro. (...) Dêste, a senhora pode sem escrúpulo permitir a leitura à sua neta. (...) O manuscrito é o que lhe envio agora, um retrato ao natural, a que a senhora dará, como ao outro, a graciosa moldura¹⁴³.

A senhora estranhou, na última vez que estivemos juntos, (...) Calando-me naquela ocasião, prometi dar-lhe a razão que a senhora exigia; e cumpro o meu propósito mais cedo do que pensava. (...) Escrevi as páginas que lhe envio, às quais a senhora dará um título e o destino que merecerem. É um perfil de mulher apenas esboçado. (...) De resto, a senhora sabe que não é possível pintar sem que a luz projete claros e escuros.¹⁴⁴

Os termos escolhidos pelo autor indicam que a leitura de sua obra é recomendada a um grupo de leitoras para o qual a leitura deveria ser selecionada. Os fragmentos desses prefácios de Alencar reproduzem, mais uma vez, o fato comum do oferecimento da leitura ao público feminino. As leitoras pretendidas por Alencar, no caso particular, são leitoras familiares, como a prima ou a amiga a quem chama de “senhora”, capazes de compreender e aceitar de bom grado as obras que lhes são oferecidas. Mas, além dessa familiaridade, essas representações funcionam como metonímia de uma massa maior que seria o público feminino do século XIX.

A figura feminina é referida também no romance de Teixeira e Souza, *O Filho do Pescador* (1843). O livro de ficção teria sido escrito como solicitação da sua prima Emília e, para tanto, o autor teria empregado certos cuidados, na tarefa de escrever um romance a uma senhora casada, que por sua vez o leria para toda a família. Esta preocupação consta na advertência do prefácio:

A leitura da vossa última carta me fez plenamente ver que muito produziu em vossa imaginação a leitura do meu poema ou romance - OS TRÊS DIAS DE UM NOIVADO. (...) Agora exigis de mim um romance em prosa: a tarefa é-me difícil, não pela obra em si, mas pelas pessoas a quem ele se deve dirigir, porque me dizeis que desejais um romance para vós, vosso marido, vosso filho e vossa filha! (...) Vós julgá-lo-eis. Como minha verdadeira amiga e próxima parenta, conto com vossa indulgência: quando não puderdes combinar com o meu modo de pensar, rogo-vos que não arguais sem previamente me ouvirdes. (...) Que tarefa! Um romance para uma senhora casada e mãe; para um marido e pai, e enfim para dois jovens!... (...) De quantos sei, nenhum conheci digno disto, e este de que lanço mão é só falta de outro melhor.¹⁴⁵

¹⁴² ALENCAR, José de. *O Guarani*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁴³ ALENCAR, José de. *Lucíola, um perfil de mulher; Diva, perfil de mulher*. op. cit.

¹⁴⁴ idem, grifo meu.

Assim como nos romances de Alencar, no prefácio do livro de Teixeira e Sousa a familiaridade está novamente evidenciada na imagem da prima, “amiga e confidente”. Ela é eleita não só como leitora comum, mas como leitora crítica. O texto do prefácio, construído com os costumeiros aparatos de bajulação e lisonjas intencionais, constitui a maneira habitual da interlocução com a figura feminina, fato já verificado nos prefácios do *Moço Loiro*, *O Guarani*, *Diva e Luciôla*.

A sugestão da existência de uma leitura exercida pelos olhos femininos reconstitui as feições de um público quase obscuro no tempo histórico. Os prefácios de Teixeira e Sousa, como os outros de Alencar e Macedo, sugerem a mulher como participante direta no processo de construção de um grupo de leitores, além de identificá-la como parte de um público atuante e acostumado com o exercício da leitura, inclusive com capacidade de emitir juízo crítico e de valor sobre a obra que lhe chega às mãos.

A representação metonímica da leitora feminina apresenta-se igualmente na novela *Statira e Zoroastes* (1826), de Lucas José d’Alvarenga. O prefácio desta obra apresenta como principal característica o oferecimento da obra a uma autoridade feminina. Dedicada à Imperatriz D. Maria Leopoldina, esse oferecimento assemelha-se às dedicatórias em que a figura de um príncipe ou de uma autoridade deveria estar presente na introdução do romance. Porém, aqui, a figura feminina é referida como inspiração à criação da personagem:

Senhora

O Particular Motivo de imprimir-se esta Novela, o seu contexto e objeto, a analogia que tem com as de V. M. as sublimes virtudes da Princesa Heroína, tudo isto inspirou a lembrança de dedicar a V. M. I.¹⁴⁶

A freqüente referência à leitora feminina nos prefácios demonstra ter sido esta uma personagem principal no imaginário de muitos dos nossos escritores nos anos oitocentos. No prefácio do romance *Um casamento no arrabalde* (1869), de Franklin Távora, o autor expõe o projeto de criação de uma literatura do Norte, e, depois de fazer uma apresentação detalhada do seu projeto literário, ao final do prefácio novamente surge a referência à figura feminina:

Isto mesmo melhor se provará no referido livro¹⁴⁷, não neste que é inocente, que é filho de paixões inofensivas e ideais, que é livro para ser lido por mulheres, não meditado por

¹⁴⁵ TEIXEIRA E SOUSA, Antônio Gonçalves. *O Filho do pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

¹⁴⁶ Prefácio da novela *Statira e Zoroastes* de Lucas José d’Alvarenga. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do romance de folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: editora da UNB, 1997.

¹⁴⁷ O livro a que se refere Távora neste prefácio seria a obra intitulada *O Norte*, e que seria dividida em três partes: I — Literatura; II — História; III — Política, no qual ele faria uma explanação do tema *Literatura do Norte* que era criticado, segundo o próprio autor como uma propaganda pessoal.

homens, livro meigo, não livro severo como talvez pareça o outro. Leia-o, leia-o leitor, que há de dar-me razão.¹⁴⁸

Os termos utilizados por Távora, que aludem à leitura feminina, apontam para uma limitação tanto do gênero romanesco como do público a quem ele seria destinado. Távora estabelece uma comparação do romance que era editado no momento com a obra crítica que planejava ainda publicar e classifica o romance como uma leitura destinada aos leitores com pouco interesse para a reflexão e que tivessem o gosto voltado para temas serenos para o espírito. Nessa perspectiva, Franklin Távora classifica as mulheres como a fatia principal que compõe o grupo de leitores de sua obra.

A maneira como o autor classifica o leitorado feminino, como seres de menor inteligência, dados à imaginação e ao sonho, ecoava na opinião de grande parte da sociedade, que considerava as mulheres uma categoria com capacidade intelectual limitada, seres frívolos e emotivos, o grupo ideal para a leitura de romances¹⁴⁹.

A representação de leitora feminina identificada por Távora está em desacordo às evoluções e mudanças pelas quais passava o país como o progresso tecnológico¹⁵⁰ e cultural (abertura das bibliotecas e tipografias, a difusão de jornais, a fundação do Arquivo Nacional em 1808, a regulamentação do teatro no Brasil em 1810 e a liberdade de imprensa no Brasil); e as transformações sociais e políticas que assumiram uma importância na vida privada de cada cidadão, incluindo as mulheres.

Gradativamente todas essas mudanças, históricas e sociais, influenciavam na formação de um público feminino com gosto mais refinado e com olhar crítico. Entretanto, pode-se pinçar nos prefácios escritos nos anos oitocentos referências ao público-leitor feminino, mais especificamente às mulheres para quem era viável uma leitura amena, que não requisitasse maiores reflexões e que auxiliasse na formação da moral conforme os limites estabelecidos pelos mediadores da leitura feminina, pais, maridos e a Igreja. Esses elementos de mediação da leitura feminina permaneceram ao longo dos séculos, conforme explica Chartier:

¹⁴⁸ TÁVORA, Franklin. *Um casamento no arrabalde*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

¹⁴⁹ LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CHARTIER, Roger & CAVALLLO, Guglielmo (org). *História da Leitura no mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

¹⁵⁰ Nesta época ocorreram a instalação de fábricas e manufaturas (1808), a instalação dos correios (1830), a inauguração da linha de vapores do Rio de Janeiro para a Europa (1850), a inauguração do telégrafo (1852), a criação e inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil (1854).

(...) Durante muito tempo, a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do clero (...) ¹⁵¹.

E, embora se saiba muito pouco sobre os dados relativos às práticas de leitura feminina no século XIX, a representação da mulher nos prefácios, enquanto possível leitora, como nos enredos da prosa de ficção, assinala descrições dos tipos de comportamentos cotidianos de leitoras femininas.

Em relação à imagem da leitora feminina idealizada nos prefácios, pode-se presumir que o direcionamento de romances para mulheres pode dever-se ao fato das personagens femininas presentes nos romances lhes servissem como modelo de virtude e bondade, heroínas representantes da feminilidade. A partir dessas identidades, o romance beneficiava a leitora, pois defendia o conjunto de regras que visava à preservação do caráter, conforme Sandra Vasconcelos:

Arautos da ideologia do amor romântico, os romances passaram a exercer um papel fundamental na tarefa de educação das jovens, inculcando princípios, reforçando atitudes desejáveis e realçando a virtude como principal qualidade a que elas deviam aspirar. ¹⁵²

A figura feminina ajuda a compor o grupo de leitores de romance no século XIX, representando uma diversificação das práticas de leitura e, embora não se considere que o gênero romanescos fosse destinado exclusivamente às mulheres a imagem de leitora é referida não só nos prefácios, mas no corpo das ficções da época. Os narradores oitocentistas ilustram a presença feminina em íntimo contato com os livros. ¹⁵³

A participação de personagens femininas nos romances do século XIX documenta o avanço tênue da história da leitura feminina. Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em seu livro *Mulheres de Ontem?* cita alguns romances em que há personagens femininas leitoras de obras romanescas:

A MORENINHA, O MOÇO LOIRO e a ROSA de Joaquim Manuel de Macedo. A VIUVINHA, CINCO MINUTOS, LUCÍOLA, DIVA, A PATA DA GAZELA, SONHOS D'OURO e SENHORA de José de Alencar. A MÃO E ALUVA, HELENA, IALÁ GARCIA, MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS, QUINCAS BORBA, DOM CASMURRO e MEMORIAL DE AIRES de Machado de Assis. CASA DE PENSÃO e O CORTIÇO de Aluisio de Azevedo. ¹⁵⁴

¹⁵¹ CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro*. op. cit., p. 109

¹⁵² VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. "A Formação do Romance Inglês: Ensaio Teórico." op. cit., p. 86.

¹⁵³ A presença de leitoras femininas no corpo do romance do século XIX é analisada no capítulo "Fantasiando a Leitora". In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p. 248-257, e na Tese de doutorado de HELLER, Bárbara. op. cit.

A imagem da leitora feminina do século XIX é representada em muitos dos enredos da prosa de ficção oitocentista. Marisa Lajolo e Regina Zilberman descrevem várias passagens dos textos da ficção em que as leitoras participam da cena, observando que “as frágeis leitoras brasileiras” viviam dentro de uma *cultura escrita precária*,¹⁵⁵ de acordo com os discursos dos viajantes que acentuam a deficiente educação recebida pelas mulheres. Neste sentido, apoiadas nos depoimentos dos viajantes, as autoras assinalam a demorada integração das mulheres numa “cultura elevada”. O panorama da *frágil leitora* só iria apresentar mudanças no final do século XIX, como Lajolo & Zilberman confirmam:

O panorama decorrente dos depoimentos até aqui reproduzidos sugere que o universo de leitura da mulher brasileira é dos mais restritos, no que aliás se afina bastante à sociedade em que vive. Iltrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não pareceu ter maior significado.¹⁵⁶

Lajolo & Zilberman observam que a situação da mulher brasileira dos idos anos oitocentos não era assim tão precária, pois a presença de uma moça finamente educada percorre os contos, romances e poemas escritos no período:

Examinada desde a perspectiva dos escritores românticos, não é assim tão irremediável, grave, precária e culturalmente insatisfatória – como poderia crer, a partir da leitura de viajantes e cronistas – a condição da leitura feminina. Em contos, romances e poemas, passeiam moças finamente educadas, sobretudo quando pertencem à classe superior, como a Emília, de *Dina*, (...) ou mesmo outras moças, mesmo se nascidas e criadas no campo, como a Dionísia de *Uma paixão romântica* (...) e algumas moças da classe média também recebem o mesmo lastro que, neste caso, pode representar investimento, capital de ascensão social. Neste caso, Angelina, protagonista de *O culto ao dever* (...) revela-se tão prendada quanto a rica Emília de José de Alencar.¹⁵⁷

As autoras descrevem as vias multifacetadas em que aparece a leitura feminina, entre os conceitos que condenam e valorizam o perfil da mulher face aos livros e à cultura.

As obras ficcionais manifestam a multiplicação do público feminino numa perspectiva crescente e atuante, privilegiado principalmente pela leitura de romances. A reprodução das cenas de leitura feminina na prosa de ficção ajuda a desenhar o caminho da mulher ao lado dos livros como parte do cotidiano, conforme analisa Maria Arisnete Câmara Moraes:

No movimento do texto, tentando instaurar uma ordem e a sua apropriação contrastante pelo leitor, inserem-se as práticas de leitura e as maneiras de ler das leitoras. (...) Leitoras cujos indícios dos usos dos impressos, tanto do livro quanto do jornal, são os próprios impressos impondo-se.¹⁵⁸

¹⁵⁴ BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. op. cit., p.46.

¹⁵⁵ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p. 240.

¹⁵⁶ idem, p. 245-246.

¹⁵⁷ idem, p. 248-249.

¹⁵⁸ MORAES, Maria Arisnete Câmara. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 29.

De acordo com citação de Maria Arisnete Câmara Moraes a identificação de leitoras pode ser feita independente do material escolhido por elas para ser lido, contanto fossem impressos. Desta forma, pode-se concordar que não cabe classificar se esta ou aquela leitora lê obras clássicas ou romances. O objeto privilegiado pelo leitor é o texto de que ele dispõe, independentemente da sua classificação como leitura consagrada ou não, seja este um texto lido em jornais ou livros.

2.2. O leitor: benévolo e benigno.

As novas formas de leitura ficcionalizadas na prosa de ficção brasileira e previstas nos prefácios impunham distintas classificações de leitores. Dentre as categorias em que os autores caracterizam seus leitores, registra-se o grupo dos leitores benevolentes.

Caracterizar os leitores como benevolentes é uma estratégia do autor que garante entre ele e o público o estabelecimento de uma relação cúmplice. Com esta atitude, o autor espera garantir que seu leitor se sinta lisonjeado. Entre as figuras dos leitores benevolentes, apresentam-se nos prefácios outras qualificações similares aplicadas ao leitor. Numa interlocução que remete a uma estreita relação, o autor constrói um leitor que pode ser generoso, sentimental e confidente. Esses atributos ajudam a reforçar a lisonja ao leitor. O intuito de obter benevolência é marcado na construção do texto dos prefácios como também no texto dos romances¹⁵⁹. Essa artimanha de direcionar a atenção do leitor para o texto criou categorias que auxiliam a classificação do objetivo maior: obter a benevolência do público, remetendo à categoria crítica criada pelos retóricos denominada de *capitatio benevolência*¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Sobre as interações do autor com o leitor no corpo do romance, uma ampla pesquisa já está publicada em LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. "A construção do Leitor". In: *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., Neste capítulo, cujas subdivisões qualificam os diversos tipos de leitor, classificados em (leitor desconhecido, leitor em formação, leitor mal-comportado, leitor aprendiz) as duas autoras apresentam uma discussão sobre a formação do público leitor no Brasil e descrevem cenas de obras em que o autor, através da figura do narrador, demonstra a preocupação com o leitor. São citados trechos de obras de Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, autores do século XIX que ilustram a argumentação proposta.

Ainda nesse contexto de investigação das relações do autor com o leitor representadas no enredo do romance, HELLER, Bárbara. op. cit., também discute sobre a formação do público feminino a partir de personagens femininas que surgem como efetivas leitoras.

¹⁶⁰ "A Obtenção da boa disposição (benevolentia e captatio) numa carta é uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário". In: (ANÔNIMO (de Bolonha). *The Principles of Letter-Writing*, in: *Three Medieval Rhetorical Arts*, tradução de James J. Murphy, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971, pp.05-25.) A *capitatio benevolência*, equivalente ao exórdio, pode ter a seguinte definição: "Exordium é o discurso dirigido ao ânimo do auditório para prepará-lo convenientemente para ser ouvido com

Observa-se que a retórica que engendra o discurso dos prefácios ditos *desambiciosos*, ao mesmo tempo em que qualifica o autor com adjetivos que o inferiorizam diante do público, atribui ao leitor qualidades que o enobrecem. Adjetivos como “*generoso, indulgente, curioso e benévolo*” são alguns dos adjetivos que qualificam o leitor, enaltecendo-o.

Nos prefácios em que são construídas as imagens de leitores benevolentes, ocorre uma reverência do autor perante o público. Esse tipo de prefácio corresponde a uma espécie de oferecimento da obra. O autor apresenta seu romance a um leitor que o acolherá com benevolência. Um leitor benevolente seria aquele que recebe com complacência a obra, sem críticas maledicentes e com boa vontade para acolher a leitura que lhe é oferecida.

A construção da figura de um leitor benévolo e generoso está manifestada em diversas obras da prosa de ficção do século XIX brasileiro. O leitor benevolente é aquele de quem o autor pode obter a solidariedade na leitura da sua obra. Ele encarna o modelo mais desejado do que poderia ser o leitor real:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que vos ofereço, leitor benévolo?
(...) uma coisa só tive em vista, agradecer-vos; Deus queira que o tenha conseguido¹⁶¹.

Sede indulgente, até que eu forrando cabedais de inteligência a revista e puramente a torne bela, se for possível.
Ei-la. À vossa guarda.¹⁶²

(...) Não sei o que deva pensar deste livro; ignoro sobretudo a que pensará dele o leitor. A benevolência com que foi recebido um volume de contos e novelas que há dous anos publiquei, me animou a escrevê-lo.¹⁶³

Benevolencia ou não, comunicaram-me algumas pessoas lisongeiras impressões. Nestas condições fui instado pelo amigo de que acima falei, para publicar em livro o romance, accedendo aos seus desejos, concedi-lhe a edição. (...) Se contudo houver leitor que se dê a pachorra do lançar os olhos sobre estas linhas, a sua bonhomia desculpá a puerilidade d'estas confidencias ou as faltas do livro; (...)¹⁶⁴

Nas diversas citações observadas acima, pode-se conferir que o autor deseja estabelecer um vínculo com o leitor antes ainda que ele chegue às páginas do romance propriamente dito. Ora, o autor, enquanto criador do texto, idealiza ter como recepção um

diligência". In: CAMALDULENSE, Paulo. *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, Le "Introductiones dictandi" di Paolo Camaldolese (Texto inedito del sec. XII ex.), *Studi e ricerche*.

¹⁶¹ Prefácio da novela *Os assassinos misteriosos ou a paixão dos diamantes* de Justiniano José da Rocha. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op. cit., p. 58.

¹⁶² CALDRE E FLÁO. *Divina Pastora*. 2ª. ed. Porto Alegre: RBS, 1992.

¹⁶³ ASSIS, Machado de. *Ressurreição*. op. cit.

grupo de leitores para os quais a obra desperte não só curiosidade, mas também interesse e, para tanto, esperam contar os autores com a benevolência, a indulgência e a generosidade de um público afável e receptivo.

Em alguns casos, o leitor é apresentado como benevolente quando o autor sugere sua imagem como um sujeito pouco competente. Essas imagens se correlacionam, pois o autor inexperiente ou que se julga pouco preparado para compor uma obra literária corresponde à imagem do leitor indulgente e tolerante. Essa correspondência se mostra nas seguintes passagens dos prefácios:

Dir-me-ão que o ser a minha imaginação traquinas não é um motivo plausível para vir eu maçar a paciência dos leitores com uma composição balda de merecimento e cheia de irregularidades e defeitos (...)¹⁶⁵.

(...) Offereço, portanto, ao publico o meu *primeiro* romance e nunca tive tanta necessidade da sua indulgência, nem talvez tanto direito a ella, como agora.

Sobretudo, ao ler o – Forasteiro –, não se esqueçam nunca os benignos leitores da idade que tinha o autor quando o escreveu.¹⁶⁶

(...) Resta-me, contudo, uma consoladora esperança e é: que minha falta de perspicuidade (algumas vezes voluntária) será suprimida pela penetração e sagacidade dos leitores. Eu me felicitarei infinitamente se eles, cheios daquela bondade que eu lhes desmereço, pensarem generosamente e disserem de mim o mesmo que pensava Cícero e dizia em análogas circunstâncias: “*Satis est eloquens, Qui narrat fidelissime.*”¹⁶⁷

O leitor benevolente é o que recebe uma obra possível de reparos. Neste sentido, ele ocupa o lugar do antigo mecenas que agora deu lugar ao mercado e tem na figura do leitor, o que compra ou lê os livros de uma biblioteca ou gabinete. Ao leitor cabe também o papel de divulgar a literatura produzida na época. A passagem do mecenato para o mercado será discutida com mais vagar no capítulo em que apresento a representação do autor de prosa de ficção da época¹⁶⁸.

Outra dimensão dessa benevolência por parte do público manifesta-se na construção do leitor cúmplice. O leitor cúmplice é caracterizado como alguém que tem a mais estreita familiaridade com o autor, ao qual o autor refere-se como a um amigo íntimo, em cuja relação não cabem reservas.

¹⁶⁴ ARARIPE Jr, Tristão de Alencar. *O ninho do beija-flor*. Ceará: Edictor A. M. de Souza. Typographia Constitucional, 1874.

¹⁶⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. op.cit.

¹⁶⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Forasteiro*. 2ª. ed. Garnier, 1838.

¹⁶⁷ Prefácio da novela *Statira e Zoroastes* de Lucas José d’Alvarenga. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op. cit.

¹⁶⁸ Vide capítulo II.

Conheces tu Lisboa, amigo leitor? (...) É para lá que nós marchamos hoje, meu leitor¹⁶⁹. É Lisboa o teatro da história que vou narrar-vos. (...) Visitemos a terra de nossos gloriosos avós, (...) recebamos também algumas inspirações desse país que deu ao mundo o divino Luís de Camões.¹⁷⁰

Não queremos ter segredos, nem reservas mentais convosco.¹⁷¹

Êstes volumes são folhetins avulsos, histórias contadas ao correr da pena, sem cerimônia, nem pretensões, na intimidade com que trato o meu velho público amigo de longos anos¹⁷² e leitor indulgente, que apesar de todas as intrigas que andam a fazer de mim, tem seu fraco por estas sensaborias (...) ¹⁷³.

Quero fazer ao leitor a confiança do meu achado.¹⁷⁴

Nesses termos, o autor cria um leitor cúmplice com quem divide primeiro sua experiência de escrita. Diante deste padrão, nada mais favorável ao autor senão estabelecer com seus leitores (ou com parte deles) uma relação amistosa, de confiança e amigável.

Introduzido no prefácio como participante essencial e cúmplice, o leitor também é representado pelo autor com outras características. Igualmente cúmplices são os leitores ingênuos e permissivos, aqueles que aceitam sem questionar ou julgar qualquer tipo de leitura, pois não têm grandes críticas ou considerações a fazer diante do que lêem, como também são “incapazes de estabelecer a necessária distância entre o lido e o vivido”¹⁷⁵, criando uma identificação com o que é lido:

Aceite o público estas Memórias, como obra generosa, virginal, puríssima, inspirada exclusivamente pelo amor da pátria (...) mas o público já tem aceitado e recebido tantos contrabandos, tantas falcaturias da ambição, tantos desconcertos e desatinos da inveja, tantas obras desordenadas do ódio com o nome ou em nome do amor à pátria, que, apesar da minha ingênua confissão, pode fazer igual favor a estas Memórias.

Estou em meu pleno direito exigindo tal obséquio. O público tem estômago de ema: engula e digira, pois mais esta peta.

Por que não há de o público aceitar, engolir e digerir em nome do *amor da pátria* as *Memórias do Sobrinho de Meu Tio*?

O público aceita, engole, digere — boletins do teatro da guerra recheados de mentiras, publicados por amor dos cobres, e vendidos por *amor da pátria*.¹⁷⁶

¹⁶⁹ Grifos meus.

¹⁷⁰ SILVA, J. M. Pereira da. *Manuel de Moraes, chronica do seculo XVII*. Rio de Janeiro, Garnier, 1866.

¹⁷¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Alagozes*. 3ª. ed. São Paulo: editora Scipione, 1991.

¹⁷² Grifo meu.

¹⁷³ ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.

¹⁷⁴ ALENCAR, José de. *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais; o garatuja; o ermitão da glória; a alma do Lázaro*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

¹⁷⁵ LAJOLO, Manisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. op. cit., p.26.

¹⁷⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho de meu Tio*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

Descartando o leitor enquanto um ser crítico, Macedo surpreende neste prefácio quando se apresenta com um comportamento distinto do Macedo dos anos 40, que escrevera *A Moreninha* e *O Moço de Loiro*, escritos duas décadas antes destas *Memórias do sobrinho do meu tio*. Neste prefácio assoma um autor que não mais se dirige ao público com a doçura de outrora, mas sim fala diretamente a um grupo de leitores que aceitam qualquer leitura que lhes é oferecida. Ora, esta mudança de comportamento não é à toa. Passados mais de vinte anos, a modificação vem de ambas as partes: modifica-se o autor e, conseqüentemente, os leitores.

No caso particular do prefácio da obra *Memórias do sobrinho do meu tio*, Macedo, que foi o escritor mais lido durante o final da década de 40 e início da de 50¹⁷⁷, e que gozava de situação privilegiada com a família do Imperador e bom status social, dirige-se agora aos leitores com um vestígio de rancor e ironia, classificando o público como ingênuo o suficiente para engolir qualquer publicação.

Diante das inúmeras artimanhas utilizadas pelo autor para dirigir-se ao seu leitorado, com os exageros de humildade ao falar de si, vale a pena lembrar o comentário de Machado de Assis, que, em prefácio de 1872, escreve:

A crítica desconfia sempre da modéstia dos prólogos, e tem razão. Geralmente são arrebiques de dama elegante, que se vê ou se crê bonita, e quer assim realçar as graças naturais.¹⁷⁸

De acordo com Machado de Assis, os prólogos não passavam de uma estratégia para realçar a importância da obra diante do leitor. Desta feita, o autor sempre encontra uma maneira de chamar a atenção do leitor, diversificando suas artimanhas que vão desde a esmerada modéstia à auto-afirmação da sua figura como criador da obra escrita.

2.3. O leitor de olhos bem abertos.

Contrapondo-se às imagens do leitor benevolente, cúmplice e confidente, em alguns prefácios o autor não julga necessário proceder com o rapapé e bajulação, passando a elaborar uma imagem de leitor erudito. Os leitores sábios ou eruditos são aqueles para quem o autor escreve algo que julga lhes ser útil como informação ou instrução. Ao leitor considerado sábio pelo autor é facultado o direito de suprir as lacunas deixadas pelo autor no texto. É também

¹⁷⁷ <http://www.mundocultural.com.br/literatura1/romantismo/macedo.htm>. Consultado em 20/11/2002.

¹⁷⁸ ASSIS, Machado. op. cit.

considerado erudito o leitor conhecedor de outros idiomas (sobretudo latim, francês e inglês) e, para tanto, capaz de ler as epígrafes escritas em língua estrangeira que comumente vinham inscritas no início dos prólogos e capaz também de reconhecer as referências às obras clássicas ou figuras históricas. São muitos os proêmios que abrem o texto com epígrafes em línguas estrangeiras, expressões que induzem referência a um leitor erudito. Para tanto podemos citar:

Sapientibus et Insipientibus, graecis et barbaris¹⁷⁹

A los vivos la libertad,

A los muertos la gloria.

CALDERON, *La Devoción*.¹⁸⁰

What beauties doth Lisboa first unfold!

Lord Byron, *Childe Harold*¹⁸¹

Ce livre/Tremble et palpite sous vos pieds.¹⁸²

J'en fais me désennuyer (GRESSET)¹⁸³

.....posses non meus esse liber (OVIDIO)¹⁸⁴

So villst Du treuloss von mir scheiden (SCHILLER)¹⁸⁵

O processo que ratifica a erudição do leitor é encaminhado no texto dos prefácios em que predominam referências selecionadas, encaminhadas para um receptor dotado de capacidade de selecionar e avaliar o que lê:

Apercebe pois já o nosso Leitor, que tratamos da revolução do Lamalonga de 1757, que se procurou explicar, pela alteração odiosa de um facto de pequena significação comparativamente com o que se chamou suas conseqüências: isto é, que n'um Paiz, que se desfachava do estado da natureza, onde nenhum dos seus naturaes haviam ainda lido nem a Hiliada nem á Eneida, para saberem, que por causa de uma Bella se queimara uma cidade, houve um Menelao, genuinamente Manaos, que a despeito da pretensão (não de nossa parte) da indiferença dos Indígenas pela união dos sexos, contraditoriamente fundada na autoridade de Montesquieu (Exprit dès Lois, L. 14 Cap.2) devastou, incendiou nada menos de três povoações pela simples pretensão da parte de um Sacerdote para a separação de sua amante ¹⁸⁶

¹⁷⁹ Epígrafe da novela *Statira e, Zoroastes*. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op. cit.

¹⁸⁰ SILVA, João Manuel Pereira da. Prefácio da novela *Amor, ciúme e vingança* –Silva In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op.cit.

¹⁸¹ SILVA, João Manuel Pereira da. *O aniversário de D. Miguel em 1828*. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op.cit.

¹⁸² Epígrafe do prólogo do romance *O Moço Loiro*. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Moço Loiro*. op. cit.

¹⁸³ Epígrafe da obra - *Romances e Novelas* In: NORBERTO, Joaquim. *Romances e Novelas* (Contém: *Maria ou vinte anos depois* (romance brasileiro), *Januário Garcia ou as sete orelhas* (romance) e *O Testemunho falso* (novela). Nictheroy, RJ: Typ. Flum. de Cândido Martins Lopes., 1852.

¹⁸⁴ Epígrafe do prefácio “Bênção Paterna”. IN: ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. op. cit.

¹⁸⁵ Epígrafe do romance *Aspásia*. In: SILVA, João Manuel Pereira da. *Aspásia*. Rio de Janeiro: B.L.GARNIER, Editor do Instituto Histórico, 1872.

¹⁸⁶ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Sima – romance histórico do alto Amazonas*. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1857.

Todavia se o leitor folhear estas páginas, tiver tempo de pensar, e se deixe ir cogitar na singularidade da revolução, que esteve para ensangüentar a heróica, mas pacata, cidade de São Sebastião, lembre-se da magna questão do martelinho, que por pouco não perturbou a paz maçônica, da mesma forma que outrora o hissope na igreja d'Evas.¹⁸⁷

(...) Resta-me, contudo, uma consoladora esperança e é: que minha falta de perspicuidade (algumas vezes voluntária) será suprimida pela penetração e sagacidade dos leitores. Eu me felicitarei infinitamente se eles, cheios daquela bondade que eu lhes desmereço, pensarem generosamente e disserem de mim o mesmo que pensava Cícero e dizia em análogas circunstâncias: "*Satis est eloquens, Qui narrat fidelissime*".¹⁸⁸

Nessas passagens mantém-se a cumplicidade do autor para com o leitor, pois à medida que esse leitor busca informação, ele passa a caracterizar um sujeito que tem vontade própria, sem a necessidade da condução vigilante do autor que lhe concede maturidade e independência. O autor produz a idéia de um leitor que busca através da leitura da ficção uma maneira de obter instrução:

O desejo de ir tomando mais conhecidos certos episódios da historia pátria, de lembrar factos notáveis de que rezão as chronicas, esquecidas e empoeiradas nos archivos, de emprestar ao povo os vultos venerandos dos seus antepassados, nos tem levado a buscar assumpto para nossos romances nos monumentos históricos, nas memorias da pátria, acreditando que até nos romances nesses escriptos ligeiros e imaginários, deve o leitor encontrar um echo do passado.¹⁸⁹

Faço estas advertências para ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes, não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vêzes ridículas. É indispensável escoimar o fato dos comentarios de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens.¹⁹⁰

O conjunto desses prefácios, embora escritos por autores de épocas diferentes, mostram o mesmo encadeamento de idéias que convergem para o mesmo ponto: instruir o leitor e torná-lo conhecedor da história e das memórias do passado.

Os moldes propostos pelo autor na idealização do público adquirem diferentes padrões. Valendo-se de diferentes estratégias, o autor elege o leitor seu principal interlocutor e define-o no papel de juiz. Nessa perspectiva, o leitor será o que julga o romance, capaz de avaliar o merecimento da obra, assumindo um juízo crítico, como pode-se conferir nos seguintes trechos:

¹⁸⁷ ALENCAR, José de. *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais; o garatuja; o ermitão da gloria; a alma do Lázaro*. op. cit.

¹⁸⁸ ALVARENGA, Lucas José de. op. cit.

¹⁸⁹ AZEVEDO, Moreira de. *Os Francezes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1870.

¹⁹⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara*. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1977.

Vós julgá-lo-eis. Como minha verdadeira amiga e próxima parenta, conto com vossa indulgência: quando não puderdes combinar com o meu modo de pensar, rogo-vos que não arguais sem previamente me ouvirdes.¹⁹¹

Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.¹⁹²

Bem sei que a empresa é superior às minhas forças; bom ou mau, porém aí entrego ao público o meu romance; êle que o julgue.¹⁹³

Escrevo para ser lido por aqueles que as tradições romanescas do passado enchem de interesse e de encanto a terra, que as soube guardar, perpetuando-as nos nomes dos rios, nas cruzeiras levantadas à beira das estradas, e nas capelas ermidas solitárias.

Sou neste ponto pecador velho e incontrito, mau grado certos *homens sérios* que me condenam.

Fio-me dos tais juizes, e escrevo.¹⁹⁴

Entrego-te, meu romance, meu tentamen d'escrítura, á judiciosa censura dos sábios e também ás invectivas dos zoilos.

Dependendo a illustração e glória do teu autor dos sábios, se elles sê dignarem apontar os teus erros, que nimios serão, se-lhes grato; aos zoilos vota desprezo, porque delles nada renderá em prol de quem te escreveu.¹⁹⁵

A representação do leitor como juiz abrange a figura do leitor como crítico, ele será aquele que comenta o texto, elogiando; ou localizando possíveis faltas e defeitos, partindo do pressuposto de que nenhum leitor absorve passivamente o que está escrito, conforme assinala o prefácio do romance *A Moreninha*.

Eu pois, conto que, não esquecendo a fama antiga, o público a receba e lhe perdoe seus senões, maus modos e leviandades. (...) merece a compaixão que por ela imploro, mas se lhe notarem graves defeitos de educação, que provenham da ignorância do pai, rogo que não os deixem passar por alto; acusem-nos, que daí tirarei eu muito proveito, criando e educando melhor os irmãozinhos que a Moreninha tem cá.¹⁹⁶

No trecho acima citado há uma curiosa mistura entre duas qualificações de leitor – o leitor benevolente e o leitor sábio. O autor pede ao público, no prefácio, a atenção e benignidade diante das imperfeições que a obra possa apresentar, ao mesmo tempo em que confia aos olhos dos leitores, uma avaliação desses mesmos defeitos para que assim possa corrigi-los em obras posteriores.

¹⁹¹ TEIXEIRA E SOUSA, Antônio Gonçalves. op. cit.

¹⁹² ALENCAR, José de. *O Guarani*. op. cit.

¹⁹³ GUIMARÃES, Bernardo. *Quatro romances: o ermitão de muquem; o seminarista; o garimpeiro; o índio Afonso*. São Paulo: Martins, 1944.

¹⁹⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Rosa, O rio do quarto. Uma paixão romântica. O veneno das flores*. São Paulo. Livraria Martins, s.d.

¹⁹⁵ AZURARA, José Joaquim Pereira. *Angelina ou dois casos felizes*. Rio de Janeiro: D.L. Santos, 1869.

¹⁹⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. op. cit.

É possível em um mesmo prefácio haver a constituição de duas ou mais concepções da figura do leitor. Assim sendo, o prólogo de *A Moreninha*, ao mesmo tempo em que faz um pedido para o olhar judicioso do leitor, reforça a representação da benevolência quando implora o perdão aos possíveis senões do texto.

Os prefácios permitem avaliar as possíveis relações entre autor e leitor, seus percalços, e sintetizar qual a forma escolhida pelo autor para estabelecer um diálogo com o leitor, apontando os argumentos que propiciassem o estreitamento das relações com o público até então desconhecido, com o qual seria necessário estabelecer uma familiaridade.

2.4. Ler para entreter e distrair.

Em dissonância com o leitor erudito e crítico, entra em cena uma imagem de público idealizado pelo autor cuja função é a de mero assistente, aquele para quem a leitura servirá de distração e entretenimento. Essa representação é personificada em duas figuras distintas: o leitor ocioso, para quem são destinadas as obras com a função única de entretenimento; e o leitor ocupado, que vai dedicar uma pequena parte do seu tempo à leitura do romance, pois não há tempo a perder.

Sobre a função da ficção como entretenimento e prazer correspondente à diversão, Martyn Lyons define o romance como uma antítese da literatura prática e instrutiva, pois exigia pouco do leitor e sua única razão de ser era divertir pessoas com momentos disponíveis para o lazer¹⁹⁷. Diante dessa reflexão, pode-se encontrar diversos exemplos no romance oitocentista brasileiro de obras destinadas ao divertimento. No ano de 1865, Alencar apresentava ao público seu novo romance *Iracema* (1865) e, no prólogo, sugeria uma leitura para ser feita ao embalo da rede, entre os coqueiros de sua terra natal, procurando seduzir o leitor, através de promessas de divertimento e distração:

(...) e agora repousa embalando-se na macia e cômoda rede. Abra então este livrinho, que lhe chega da côrte imprevisto. Percorra suas páginas para desenfastiar o espírito das cousas graves que o trazem ocupado (...) Escrevi-o para ser lido lá, na doce varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os mummúrios do vento que crepita na areia, ou farfalha nas palmas dos coqueiros.¹⁹⁸

¹⁹⁷ LYONS, Martyn. op.cit.

¹⁹⁸ ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Moderna, 1989.

Sabidamente, Alencar, ao escrever um romance situado no estado do Ceará, recomenda a leitura aos seus conterrâneos de uma forma que esses leitores sentissem, necessariamente, a intervenção do autor no texto. O autor escreveu o livro para ser “lido lá”, e, no caso particular, a participação vai além do preenchimento de momentos ociosos ou para desenfasiar o espírito, pois o interlocutor é convidado a integrar-se na obra, já que o cenário descrito é parte do seu cotidiano.

Igualmente com o propósito de oferecer alguma recreação ou passatempo, ou ainda entreter o leitor, a obra *A Mão e a Luva* (1874), de Machado de Assis, traz a sugestão de que poderia ser utilizada como forma de preencher o tempo disponível do leitor:

O leitor esgotará de um trago, se elas lhe aguçarem a curiosidade, ou se lhe sobrar alguma hora que absolutamente não possa empregar em outra cousa - mais bela ou mais útil.¹⁹⁹

Não são poucos os romances brasileiros que se encontram integrados ao conjunto de obras que expressam, em seus prefácios, o propósito de passatempo ou desenfado. Nessa perspectiva aparecem, entre outros, os romances *Gabriella*, de J.M. Velho, *Jerônimo Corte Real*, de João Manuel Pereira da Silva e *O Ninho do Beija-Flor*, de Araripe Júnior:

Se o livro alguma cousa valer, servirá de passatempo e desenfado por prazo breve e quem tiver a complacência de o ler.²⁰⁰

(...) escrevi este romance fundado em actos verdadeiros da história da descoberta e uso do café (...). Não dar-se pois o leitor por mal empregado hum quarto de hora que despender com a leitura d'este romance²⁰¹

O meo proposito fora apenas escrever uns tres ou quatro folhetins, e neste intuito, planejei um contosinho para diversão das leitoras da Constituição.²⁰²

Através da proposição de uma leitura diletante, os romancistas tinham como meta guiar o público através do entretenimento e da distração.

Entre as artimanhas que cercam as falas proferidas nos prefácios, algumas trazem particularidades compartilhadas por considerável número dos autores. Esses pormenores distinguem a forma de interação entre o autor e o público e funcionam como palavras de esclarecimento, justificação ou apresentação que precedem o texto da obra literária. Esses prólogos oferecem uma projeção do caminho que deve ser seguido pelo leitor inscrito no jogo

¹⁹⁹ASSIS, Machado de. *A Mão e a Luva*. op. cit.

²⁰⁰SILVA, J. M. Velho da. Prefácio do romance *Gabriella*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1875.

²⁰¹SILVA, João Manuel Pereira da. *Jerônimo Corte-Real*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840.

de sedução e acolhimento proposto pelo autor que tenta conduzir o leitor, tanto no prefácio, quanto no texto, embora a submissão deste pretendido leitor nunca seja completa.

O leitor é definido pelo autor de diversas maneiras, pois pertence a classes e grupos sociais distintos. Dentre eles, optei por analisar alguns tipos representativos – leitoras mulheres, leitores intelectualizados e público benevolente e o grupo de leitores a quem a leitura deveria servir como distração ou entretenimento. Assim, cabe ao autor remeter seu texto à recepção desejada. Ora em busca da benevolência do público, ora para alcançar uma leitura encarregada de ajuizar o texto ou simplesmente conduzir o leitor para a diversão ou passatempo.

Os procedimentos retóricos usados pelos romancistas geralmente oscilam entre o tratamento do romance como distração, ou a obra como referência histórica, ou ainda o caráter de verossimilhança. Estes são aspectos percebidos na leitura dos prefácios de romances e que ajudam a compreender a maneira como o gênero romanesco conquistou seu espaço entre o público leitor.

A história do leitor de romances brasileiros do século XIX, segundo pode-se depreender a partir da leitura dos seus prefácios, foi elaborada por meio de um amplo processo de interação, entre o público e os livros.

O autor, então, objetivava agradar o público através das diversas manifestações que envolviam imaginação, realidade e fantasia, compondo um discurso disfarçado por meio de modéstias eloqüentes.

²⁰² ARARIPE Jr, Tristão de Alencar. op. cit.

Em cena o autor.

*Oh! mas é preciso ser autor, ao menos pequenino autor,
como eu sou, para se compreender com que imenso prazer, com que
orgulho eu sonhava vossos belos olhos pretos brasileiros derramando
os brilhantes raios de suas vistas sobre as páginas do meu livro!*
(Joaquim Manuel de Macedo)

1. Os primeiros passos

A questão da autoria ou o momento em que o escritor foi investido de direitos sobre a obra literária ilustra uma parte da história dos livros e da leitura no mundo ocidental, contudo os acontecimentos que cercam as atividades de escrita não foram equivalentes em todos os países do ocidente; na Inglaterra¹, no mesmo momento em que o romance afluía, já havia escritores que recebiam ganhos financeiros pelas suas publicações. A questão da censura dos livros em Portugal, assim como em outros países europeus, foi anunciada quando a Igreja deu o primeiro alarme de que as leituras podiam produzir algum ato de heresia, e, a prática desta censura configurou-se no século XVI quando os impressores foram solicitados a submeter os manuscritos à aprovação real e se arrastou até a passagem do século XVIII para o XIX.²

A história do escritor e seu reconhecimento enquanto profissional das letras percorreu uma longa história desde os primeiros profissionais da palavra, até a história dos ficcionistas do século XIX que conta com os diversos agentes que interferem na produção do livro. O caminho traçado pelos profissionais da palavra sofre modificações e, entra em jogo “a natureza sobre o que incidem direitos autorais” e, os intelectuais da palavra passam a fazer parte de uma equação que acompanha a evolução da história do livro e seus produtores é marcada pela “mediação editorial entre autores e público”.³

¹ Segundo LAJOLO & ZILBERMAN já no século XVII, o inglês John Milton assina contrato com o editor Simmons para a publicação da obra que o tornou afamado, *Paraíso Perdido*, incluindo entre as cláusulas o valor monetário que o poeta receberia por cada edição. Essa prática na Inglaterra tem maior propagação no final do século XVIII, quando aparecem outros escritores que recebem ofertas financeiras para a publicação de suas obras. Entre eles destacam-se Hugo Blair, o crítico literário Samuel Johnson e o romancista Henry Fielding. As preocupações em torno dos direitos autorais na Inglaterra são vislumbradas na prática através de estatutos e projetos de lei que asseguravam a propriedade literária. In: *O Preço da Leitura – leis e números por detrás das letras* – São Paulo: Ática, 2001. p. 50-52.

² HALLEWELL, Laurence. op.cit, p. 3.

³ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *O Preço da Leitura – leis e números por detrás das letras*. op. cit.

De acordo com Lajolo & Zilberman, a história das relações entre editores e escritores brasileiros tem início no século XIX. Esta história, ainda segundo as duas autoras, é marcada por um processo de tensão entre os interesses dos editores e dos escritores, e do “azedamento das relações entre editor e editado”, cada um defendendo a parte que lhe cabia na história da edição dos livros — o autor buscava o reconhecimento do seu texto e a propriedade da obra, bem como obter valor digno sobre a sua produção, e, o editor, por outro lado, desejava obter o lucro e a propriedade sobre os direitos da obra.⁴

Neste sentido, grande parte dos prefácios analisados nesta tese chama a atenção para a preocupação que o escritor demonstra em fazer observações sobre a autoria, ou seja, definir os sinais que identificariam o criador da obra literária. Essas definições inscritas nos prefácios marcam uma parte documental (e histórica) da profissionalização do escritor. Esta relação que envolve a obra, o autor e o público está inserida na história do livro e nos leva a refletir sobre o contexto em que começou a aparecer a propriedade literária.

A definição da função do autor não nasce com a modernidade, o momento transitório entre o anonimato e o aparecimento do autor remonta aos séculos XVII e XVIII, problemática tematizada por Michel Foucault em seu ensaio *O que é um autor?*⁵ Foucault observa que o autor cumpre a função principal na obra que corresponde ao momento de individualização na história. O escritor torna-se o foco da expressão da obra, buscando uma unidade para a escrita num processo sucessivo para a maturidade⁶. Esta evolução está prescrita no interior dos textos, nas correspondências, ou ainda nos prólogos e advertências, fragmentos de exposição e interlocução das idéias do escritor.

Entre as possíveis definições de autor estabelecidas pelos teóricos, pareceu-me pertinente investigar qual a possibilidade de identificar a representação da figura do autor pelo próprio autor. Como se apresentavam os escritores diante do seu público? Que artimanhas ou possíveis jogos podiam estabelecer para chamar a atenção dos leitores para que fossem lidos e apreciados?

⁴ Idem.

⁵ Para a observação do autor enquanto sujeito do seu texto, Foucault aponta que o conceito de autoria é variável e evolui com o correr dos séculos, ao mesmo tempo em que observa que o valor do texto está, de certa forma, ligado ao sujeito que o produziu. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3. ed. Editora Passagens, 1992. p. 48-49.

⁶ idem, p. 53-54.

A leitura dos prólogos possibilitou observar a maneira como era concebido o papel do escritor durante a primeira metade do século XIX, examinando as mudanças que se operaram durante o Romantismo brasileiro. Atentando para as próprias descrições da imagem de autor inscritas nos textos pesquisados, foi possível criar algumas categorias de análise que possibilitaram qualificar os diversos tipos de autoria representados através da própria voz do escritor. Entre os critérios que identificam as diversas formas que o criador da obra pode aparecer para o público, observa-se, primeiramente, a imagem do autor laborioso que realiza um árduo trabalho.

Numa segunda situação, o autor aparece como aquele que busca sensibilizar os leitores pela imagem de vítima, através da metáfora familiar da obra como filho, posicionando-se na imagem emblemática do criador, do pai.

Uma terceira categoria faz oposição à modéstia comumente empregada por muitos escritores. Nesse grupo, a autoria apresenta-se primeiramente como forma de auto-afirmação, demonstrada por meio do argumento de autoridade, e, num segundo momento, como militância, demonstrada pela afirmação do autor experiente e, através da estratégia de publicidade.

A quarta estratégia consiste na denegação da autoria. O ato de negar a autoria da obra é justificado através de alguns artifícios utilizados pelo autor no decorrer do prefácio, tais como o uso de pseudônimos, a atribuição de autoria a terceiros, a apresentação da função do autor apenas como editor, tradutor ou compilador da matéria aproveitada para o enredo da obra de ficção e a figura do autor como mediador entre a oralidade e a escrita.

Em oposição à representação do autor como sujeito laborioso, há os que apresentam-se como pessoa imatura e ociosa, que cria a obra literária nas horas vagas ou ainda com o simples intuito de distrair e entreter o público.

A construção da imagem de autor encontrada nos prefácios e as diferentes características conferidas ao criador da obra literária pelo próprio autor encontra certa sintonia com a definição do termo no *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes Silva⁷. Nesse dicionário, editado ainda no início do século XIX, o verbete *autor* é definido como:

(...) a pessoa, que é primeira causa de qualquer efeito; o primeiro, que inventa. (...) o que intenta a demanda. (...) o autor d'huma nova; o que deu primeiro. (...) instituidor, fundador, inventor, descobridor, primeiro, aconselhador.⁸

⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 vol. 2ª. ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

⁸ idem. p. 234.

O autor é definido como o ser primeiro que põe à disposição do público o produto novo, no caso específico, o livro; que será ou não aprovado. Para tanto, este sujeito disputará a preferência do público e tentará conquistar um lugar de prestígio e respeito no meio literário. Sobre o criador da obra recai a responsabilidade da elaboração da nova obra e cabe a ele, como fundador, ser também o primeiro guia de condução para a boa leitura.

O verbete *autor*, segundo um dicionário dos tempos atuais, não só utiliza a mesma terminologia do dicionário de Moraes Silva, como acrescenta classificações outras que já haviam sido concebidas pelos escritores em seus prefácios. No *Novo Aurélio* encontramos a seguinte definição para o verbete autor:

A causa principal, a origem de (...) Inventor, descobridor (...) Criador, instituidor, fundador (...) Criador de obra artística, literária ou científica. (...) Dramaturgo. O autor dos seus dias. (...) O pai (ou a mãe), em relação aos filhos.⁹

Quase duzentos anos separam as duas definições aqui apresentadas, no entanto a definição do conceito permanece a mesma no que se refere à classificação de criador e inventor da obra literária. A nova consideração que surge no dicionário do século XXI diz respeito à caracterização do autor como o pai em relação aos filhos. Esta significação não compôs o verbete de Antonio de Moraes Silva, mas já era utilizada por muitos dos nossos ficcionistas quando tratavam suas obras como filhos desprotegidos que seriam lançados na vida sem um destino certo.

1.1. O autor, criador e criatura.

O sujeito enquanto autor se define historicamente na perspectiva de alguns historiadores da literatura. Para definir a literatura como produto de mercado, LAJOLO & ZILBERMAN definem o autor a partir de dois aspectos: de um lado, assoma o autor como gênio inspirado que cria a obra original e única; de outro, é a pessoa física que precisa de dinheiro para (sobre) viver.¹⁰ Nesse momento, o texto surge como “mediador entre as duas partes”¹¹, isto é, entre autor e leitor.

A situação do escritor no século XIX não era das melhores, mas também não ilustrava o quadro dos mais desfavorecidos. Os escritores estavam sempre a reclamar da baixa

⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. Editora: Nova Fronteira, 2001.

¹⁰ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. op.cit., p. 62.

remuneração do seu trabalho. No entanto há indícios de que a remuneração não seria assim tão precária, como descreve Ubiratan Machado:

Os autores também eram muito bem remunerados, quando se consideram os padrões da época. (...) Os contratos firmados com José de Alencar, a partir de agosto de 1863, garantiram ao escritor cearense cerca de 10% do preço da capa, pagos antecipadamente. (...) A princípio ajustaram a 2ª. e 3ª. edições de *O Guarani*, pelas quais o editor pagou 750\$000. Um mês depois, assinaram contrato para reeditar várias obras esgotadas de Alencar. (...) Por elas, o autor recebeu 850\$000.¹²

A prova de que a remuneração dos escritores tinha algum valor é observar que naquela época, ainda segundo dados colhidos por Ubiratan Machado¹³, no ano de 1863, uma casa com dois quartos e quintal na cidade do Rio de Janeiro, importava a quantia de 2.000\$. Este também seria o valor de uma chácara com mais de 100 mil m². Nesta mesma época, o valor de um escravo contava em torno de 800\$000. O preço de um aluguel de uma casa no Catete custava 30\$ e uma diária de um hotel em Friburgo era paga no valor de 3\$000.¹⁴

Analisando as condições e circunstâncias da posição dos escritores brasileiros no século XIX, convém destacar que quanto maior o prestígio que determinado autor viesse a ter, maior seria a possibilidade de venda dos seus livros e, conseqüentemente, maiores seriam suas chances de contratos com as editoras. Para o reconhecimento intelectual e o prestígio de um escritor, interpõe-se sua condição social, sua posição política, além do conjunto das suas faculdades artísticas. Alguns elementos contribuíram para a formação do intelectual brasileiro no século XIX. Entretanto, os escritores estavam lutando pelo reconhecimento da sua função social, subordinada às leis sociais, econômicas e políticas que, de certo modo cerceavam a produção artística. A fundação da Academia Brasileira de Letras, que ocorre no final do século XIX, é parte dessa luta pelo reconhecimento.

Para tanto, observa-se as condições sociais de alguns dos nossos escritores e verifica-se alguns aspectos da produção, recepção e divulgação do livro e o acesso do leitor à obra e a divulgação pelo mercado. A maioria dos autores da prosa de ficção brasileira circulava no meio intelectual e político. Significativo é o número de professores, jornalistas e políticos que circulavam no meio literário, principalmente entre os que alcançaram legitimação e

¹¹ *idem*, p.62.

¹² MACHADO, Ubiratan. *op. cit.*, p. 81.

¹³ *idem*, p.85.

¹⁴ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. "Remuneração do trabalho intelectual no Brasil". In: *A Formação da Leitura no Brasil*. *op.cit.*

reconhecimento, como observa Antonio Candido, quando faz referência à forma como foi composto o *corpus* do cânone literário brasileiro.¹⁵

Entre as histórias de vida de alguns dos criadores da ficção oitocentista verifica-se que parte do grupo seguiu a carreira do magistério, do jornalismo e da política, como Araripe Júnior, que além de exercer a magistratura, ocupou o posto de consultor geral da República e ainda publicou artigos em jornais da época.¹⁶ Araripe Júnior¹⁷ ocupou a cadeira de número 16 na Academia Brasileira de Letras, como fundador. Neste mesmo grupo de escritores, Bernardo Guimarães fez jornalismo e crítica literária no Rio de Janeiro, tendo exercido também o magistério, além de ter sido agraciado com uma expressiva homenagem, por ocasião da visita de Dom Pedro II a Minas Gerais, em 1881¹⁸. Bernardo Guimarães foi o patrono da cadeira número 5 da academia Brasileira de Letras.¹⁹ Na carreira do jornalismo e da política aparece outro escritor oitocentista — Luís Guimarães Júnior que exerceu igualmente o jornalismo e a carreira de diplomata, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1897²⁰, ocupando a cadeira de número 31²¹.

Outros literatos percorreram um caminho profissional semelhante. O ficcionista Júlio Ribeiro segue praticamente a mesma trajetória dos seus companheiros: foi professor e jornalista²² e também membro da Academia, sendo patrono da cadeira de número 24²³. O escritor Visconde de Taunay também ocupou cargos semelhante aos de seus pares. Taunay foi

¹⁵ Segundo Antonio Candido para compor o cânone observava-se as biografias e o conhecimento dos indivíduos que assinavam os textos literários. In: CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. II. São Paulo: Martins, 1964. p. 351.

¹⁶ MOISÉS, Massaud. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix. p. 56.

¹⁷ Araripe Júnior participou da sétima e última sessão preparatória para a formação da Academia Brasileira de Letras, realizada a 28 de janeiro de 1897, juntamente com Artur de Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Visconde de Taunay e Teixeira de Melo. A referência à participação dos escritores na Academia Brasileira de Letras, apesar da sua fundação ser posterior ao período delimitado pela minha pesquisa, deve-se ao fato de que toda história do movimento preparatório à criação da Academia foi fruto das idéias que circulavam em reuniões, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Nesses encontros, discutia-se sobre a necessidade da criação de uma agremiação que reunisse os expoentes da literatura brasileira. Segundo consta, a idéia primária teria sido lançada por um grupo de jovens escritores, dando corpo às propostas iniciais de Lúcio Mendonça e Medeiros e Albuquerque, em sucessivos encontros na redação da *Revista Brasileira*, dirigida então por José Veríssimo. Estas reuniões assumiram o caráter de sessões preparatórias e tiveram um papel decisivo na criação da Academia. In: <http://www.academia.org.br/htm> 03/12/2002.

¹⁸ <http://www.biblio.com.br/> 03/12/2002

¹⁹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras – literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 245.

²⁰ MOISÉS, Massaud. op. cit., p. 183.

²¹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit., p. 250.

²² MOISÉS, Massaud. op. cit., p. 362.

²³ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit., p. 249.

professor, político e dedicou-se também ao jornalismo²⁴. Entre os imortais, Taunay ocupou a cadeira de número 13²⁵.

Resta observar com mais detalhes dois dos escritores de prosa de ficção que se destacaram pela extensa obra que deixaram para os leitores. Primeiramente, refiro-me a Joaquim Manuel de Macedo, um dos escritores mais lidos no século XIX, que ocupou uma situação social privilegiada: foi fundador da *Revista Guanabara*, secretário e orador do Instituto Histórico, político, professor e preceptor dos filhos da princesa Isabel, além de ter lecionado História e Geografia no Colégio Pedro II e ainda ter ingressado na carreira política, tendo sido eleito deputado estadual em várias legislaturas²⁶. Macedo foi agraciado na Academia com a cadeira de número 20.²⁷

Semelhante em alguns aspectos foi a trajetória do escritor José de Alencar. Formando-se em direito em 1850, poucos anos depois tornava-se jornalista do *Correio Mercantil* e, posteriormente, no *Diário do Rio de Janeiro*, onde estreou como romancista sem muito reconhecimento pela crítica, mas com grande aceitação pelos leitores. Alencar foi eleito deputado geral pela província do Ceará, nas legislaturas de 1861-1863, 1869-1872, 1872-1875 e 1876-1877. Foi nomeado ministro da Justiça de julho de 1868 a janeiro de 1870, quando pediu exoneração do cargo, mas o objetivo do escritor cearense era o senado e, para tanto, candidatou-se a Senador em 1869, saindo vitorioso nas eleições, tendo sido o mais votado entre candidatos de uma lista tríplice. Contudo, o resultado não agradou ao Imperador D. Pedro II que, de acordo com a constituição da época, era quem indicava o nome para o cargo e, no caso, o nome de Alencar foi, então, vetado. Mesmo em face dos desagrvos que existiam entre o escritor e o Imperador, Alencar era um nome influente, e seu prestígio literário cresceu perante a crítica à medida que ascendeu na carreira literária e política.

Ocupando situação política privilegiada, não eram raras as cartas que Alencar recebia de autores que lhe solicitavam a leitura de suas obras para que, possivelmente, intermediasse uma publicação. Cito aqui alguns fragmentos dessas cartas que deixam entrever essas relações:

Meu ilustre mestre e amigo,

(...) Animo-me a pedir-lhe um favor: duas linhas acerca dos "Noturnos".

²⁴ MOISÉS, Massaud. op. cit., p. 362.

²⁵ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit., p. 247.

²⁶ MOISÉS, Massaud. op. cit., p. 413.

²⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit., p. 248.

Tremo de enleio dirigindo-me ainda uma vez à sua inesgotável bondade; mas (é forçoso dizer-lo) só a autoridade de V. Exa. Poderá escudar o meu livro aos botes da selvageria.

Já lhe devo muito, já lhe devo tudo, e mais do que tudo; os “Noturnos” sem a introdução talvez passassem despercebidos. Mas o que quer V. Exa.? Recorro com crescente segurança ao generoso espírito que de há muito admiro e venero, certo de que a uma de suas inspirações e de seu coração grandioso, mais uma vez ainda perfumará a minha vida. (...).

Amigo, criado e discípulo obscuro De V.Exa.

Luís Guimarães Júnior.²⁸

Ilmo. E Exmo. Sr.

Será talvez temeridade minha pedir a V. Exa. a quem todos proclamam competentíssimo, sua esclarecida opinião acerca duma poesia minha “Pedro II”, publicada no “Jornal do Porto”, nº. 50.

(...) Já V. Exa. vê o que me determina a importunar V. Exa., de quem sou sincero admirador e a quem todos, que conhecem o nosso famoso idioma, rendem o maior culto, como a uma das primeiras glórias literárias do Brasil.

Subscrevo-me com a maior consideração

De V. Exa.

At.º v.or & cr.º obrig.do

Antônio Teixeira de Macedo²⁹

Alencar parecia um conselheiro em quem muitos confiavam. Encontra-se na correspondência de Manuel Antônio de Almeida uma carta, datada de 13 de junho de 1861, para o escritor cearense, na qual o “Maneco”, como era chamado pelos amigos, faz uma consulta ao ilustre colega sobre um emprego:

Alencar

V. há de ter paciência de ler esta carta até o fim, por comprida e malsoante que ela lhe pareça. Trata-se de um negócio para mim da mais decidida importância, e espero das boas relações que nos ligam, que isso lhe não será indiferente. V. sabe se eu tenho ou não lutado com a vida, e se mereço dos que me são afeiçoados auxílio e proteção. É um grande favor que lhe quero pedir, mas V. deve crer que, com tudo quanto lhe vou dizer, não tenho de modo algum a pretensão [de] violentar a sua integridade: V. me servirá se a isso se não opuser o voto de sua consciência.

V. conhece a idéia da obra publicada pelo Victor Frond e pelo Ribeyrolles — *O Brasil Pitoresco*. — Pela parte até hoje conhecida pode-se desprevenidamente verificar se houve ou não consciência no trabalho e boa fé nos compromissos. Morto o Ribeyrolles, nem por isso desistiu o Frond de completar o seu plano isto é de prolongar a todo o Império o trabalho

²⁸ MENEZES, Raimundo de. *Cartas e Documentos de José de Alencar*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 145.

²⁹ idem, p. 145.

até aqui unicamente feito sobre o Rio de Janeiro. Já vê V. que é uma empresa grandiosa. Chamou-me o Frond para seu sócio, e eu não duvidei aceitar, visto a honestidade e utilidade do trabalho: a empresa é hoje, pois, de nós ambos. Sem desvanecimento creio que ela ganhou com isso: uma obra bem feita sob as vistas e direção de um brasileiro consciencioso, não pode senão adquirir maior mérito, e por consequência servir melhor a seus fins.

O plano a desenvolver será, como já fica dito, estender às demais Províncias, o trabalho até agora feito sobre a Capital.

O texto do resto da obra, como o da primeira parte, será escrito em duas línguas — francês e português. Pretendemos que a parte francesa seja escrita pelo E. Pelleton, que se fará vir da Europa, como se fez vir o Ribeyroiles; as vistas serão fotografadas pelo Frond e por mais dois dos melhores artistas, que também se farão vir de Paris, as fotografias serão depois litografadas com o mesmo esmero que as da primeira parte. À mim cabe a colheita e fornecimento de dados estatísticos e históricos, a indicação dos pontos mais importantes a tratar, a tradução do francês p.^a o português, enfim a retificação geral da obra e a inspiração do espírito que a deve dominar. Uma vez feita a grande edição, faremos tirar na Bélgica outra edição em menor formato — das chamadas: —de *chemin de fer*, para tomar o trabalho acessível a todas as fortunas e vulgarizá-lo o mais possível. Deste modo ao lado de uma bela obra de arte, como talvez não possua no mesmo gênero país algum, tiraremos a vantagem, de tomar a nossa terra conhecida na Europa, coisa como sabes Indispensável para bem servir aos interesses da nossa colonização. Não sei que Idéias V. nutre a respeito, mas quaisquer que sejam, estou certo, que V. não desconhecerá que falar com verdade à imaginação e ao espírito, é hoje um dos meios mais eficazes de que se possa lançar mão para atrair simpatias e levantar no estrangeiro o crédito do nosso país tão atroz caluniado.

Para empresa porém de sem. vulto, sabe V. muito bem que não bastam unicamente os recursos particulares; se não houver auxílio oficial nada se poderá levar a efeito. Tínhamos pensado a princípio em pedir às Câmaras um auxílio de loterias, e já se havia disposto tudo para isso, quando nos ocorreu a lei do ano passado, que acabou com esse modo de auxílio oficial. O João de Almeida Per. , que é nosso principalm.^{te} (sic) protetor, e que se tem conosco empenhado pelas promessas mais formais lembrou-se então de fazer passar na lei do orçamento deste ano um artigo autorizando o governo a prestar-nos o seu concurso. É nisto que V. nos pode prestar a maior utilidade, não só pelo seu voto simples como Deputado, mas principalmente como membro da comissão de orçamento.

Segundo as asseverações de João de Almeida o governo está disposto em nosso favor, e por promessas que nos tem sido feitas a idéia não sofrerá impugnação alguma por parte da oposição. Não trago isto para pesar sobre o seu espírito com autoridade de gênero algum, mas unicamente para pô-lo ao corrente do estado do negócio.

Já vê pois V. que tudo está bem encaminhado. Espero portanto que de sua parte não virão embarços. V. pode entender-se com o João de Alm.^{da} a respeito, e pelo que ele lhe disser conhecerá melhor a veracidade do que assevero.

Agora acrescentarei que esta empresa me oferece vantagens como não poderei esperar de outro qualquer esforço que faça. V. sabe dos meus meios: o que posso eu fazer pela carreira pública? Preciso dos empregos; estes por um lado fecham-me a porta do jornalismo, e por outro não me compensam as vantagens que perco abandonando essa carreira. Bem sabe V. que sou apenas 2.^o oficial do Tesouro, com dois contos de rs. por todo o vencimento. Não tenho pois remédio senão recorrer à indústria particular, que [é] o que até aqui me tem servido.

Não sei se V. conhece de perto o Frond: ele julga, aliás ignorando os motivos, não lhe haver inspirado grande simpatia. A este respeito nem m.^{mo} apelo para sua generosidade: sei que V. convencido da utilidade e justiça de meu pedido, não deixa de aceder a ele por motivo de ressentim.^{tos} pessoais.

Confio pois este negócio a suas mãos esperando que V. se não esqueça que fui sempre seu³⁰

Estas poucas cartas já apontam indícios da influência e importância que José de Alencar tinha na época perante seus pares e, embora o escritor tenha se queixado com frequência dos ataques da crítica, seu reconhecimento no meio literário parece incontestável.

Ao lado de Alencar e Macedo, muitos outros escritores brasileiros gozavam de uma situação social influente e até parecia que quase todos os homens das letras obrigatoriamente teriam que ter uma participação na política ou exercer uma posição renomada para adquirir reconhecimento.

O prestígio social e os títulos honoríficos coroaram vários escritores do século XIX. A grande maioria era formada em Direito, como é o caso de Araripe Júnior, Bernardo Guimarães, Luís Guimarães Júnior e Franklin Távora³¹, para citar alguns dentre tantos. Entre os notáveis há os que têm título de visconde, como foi o caso de Taunay, que ocupou também outros cargos elevados, tendo sido militar, professor e senador.³² Esta realidade da consagração, associada às condições sociais do escritor, encontra reflexo na situação apresentada por Bourdieu:

(...) Os autores que chegam a conseguir os sucessos mundanos e a consagração burguesa (a Academia especificamente) distinguem-se tanto por sua origem social e sua trajetória quanto por seu estilo de vida e suas afinidades literárias.³³

Vê-se claramente que entre os autores de romances do século XIX, um grande número passou a figurar entre o grupo dos “menores” ou da “safra mediana”³⁴, como denominou Antonio Candido. É certo que alguns publicaram apenas uma ou duas obras e dedicaram-se mais ao jornalismo, ou mesmo à carreira política. Contudo, o fato é que um outro grupo que também gozava de prestígio político e social e teve uma produção literária significativa, não alcançou o mesmo sucesso que os outros contemporâneos. Entre os que tiveram a mesma trajetória dos autores aqui já citados, João Manuel Pereira da Silva escreveu seu nome na prosa

³⁰ MENDONÇA, Bernardo de. *Manuel Antônio de Almeida – Obra dispersa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p 107-109.

³¹ MOISÉS, Massaud. op. cit., p. 55, 181, 183, 414.

³² idem, p. 413.

³³ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 249.

³⁴ CANDIDO, Antonio. op. cit., p. 201-202.

de ficção dos anos oitocentos com as obras: *Amor, ciúme e vingança* (1838), *O aniversário de D. Miguel em 1828* (1839), *Jerônimo Corte Real* (1840), *Manuel de Moraes* (1866), *Aspásia* (1872).

Pereira da Silva, assim como os demais, atuou como político, elegendo-se primeiramente deputado e depois presidindo a Província do Rio de Janeiro, além de ter sido escolhido senador. Além dos cargos políticos, Pereira da Silva foi também redator do *Jornal do Comércio*, do *Jornal dos Debates* e da *Revista Popular* e, finalmente incorporou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua estréia como escritor foi na França, como ensaísta. De volta ao Brasil, escreveu os romances já citados e da criação passou à compilação, elaborando para a Laemmert, entre 1843 e 1848, os dois volumes do *Parnaso Brasileiro*.

O reconhecimento de Pereira da Silva pela História Literária deve-se principalmente à publicação do *Parnaso Brasileiro*, e o anonimato como ficcionista repete-se entre outros tantos nomes que passaram a simbolizar a galeria dos que não lograram o mesmo sucesso. Identificando-se que a representatividade dos escritores enveredava basicamente pelas mesmas classificações, cabe questionar por que ocorreu a ausência de tantos outros? Retomando as reflexões de Pierre Bourdieu, pode-se entender que a consagração duradoura é ambígua e não oferece um princípio pautado em regras e critérios específicos:

O não-sucesso é em si ambíguo, já que pode ser percebido seja como escolhido, seja como sofrido, e que os indícios do reconhecimento dos pares, que separa os “artistas malditos” dos “artistas frustrados”, são sempre incertos e ambíguos, tanto para os observadores como para os próprios artistas: os artistas *malsucedidos* podem encontrar nessa indeterminação objetiva o meio de manter uma incerteza sobre seu próprio destino, auxiliados nisso por todos os apoios institucionais que a má-fé coletiva lhes assegura. (...) o fato de que os agentes ou as instâncias que são designados ou se designam para julgar e consagrar estão eles próprios em luta pela consagração, logo, sempre relativizáveis e contestados, assegura um apoio objetivo ao trabalho da má-fé graças ao qual os pintores sem clientela, os atores sem papéis, os escritores sem publicações ou sem público podem dissimular seu malogro servindo-se da ambigüidade dos critérios do sucesso que permite confundir o fracasso eletivo e provisório do “artista maldito” com o fracasso sem rodeios do “frustrado”.³⁵

A influência e as importantes ocupações não seriam as principais fontes para gerar sucesso literário. O mais considerável seria a relação que o autor empreendia diretamente com o leitor, o real receptor das obras, o que comprava e lia. A boa recepção de público garantia o direito de reconhecimento pelo editor, que detinha o poder de barganha, definindo assim a tiragem das obras e o retorno financeiro, ainda que este interesse fosse mascarado pela maioria.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 248.

Um bom exemplo disso é a história da edição do romance *Diva* (1864) de José de Alencar. Primeiramente o editor Garnier fez um contrato para duas edições da obra, pagando 250\$000. Tempos depois, quando Alencar já era um homem de maior prestígio, recebeu 800\$000 por uma nova edição de *Diva*, em 1870. Dois anos depois, pela edição do romance *Tiz*, Alencar obteve 2000\$000 e, em 1874, Garnier remunerou o escritor com 1.600\$000 pela publicação de *Guerra dos Mascates*.

É claro que, além do prestígio que este ou aquele autor pudesse ter, o editor, que de início não conhece o “poder de venda” das obras do escritor é natural que pague menos nas primeiras edições e mais nas obras posteriores.

Acompanhando rapidamente a evolução da prosa de ficção brasileira e a maneira como seus autores foram se firmando no mercado editorial, observa-se que todo este percurso foi marcado pelas relações que envolveram os escritores, suas relações afetivas com amigos, as relações com os editores da época e as posições políticas e sociais que ocupavam.

1.2. A autoria feminina.

A escritora, personagem oculta na história da literatura, está em cena por mais tempo do que temos conhecimento. A história de romances femininos no Brasil tem um início que coincide com o nascimento da leitora, fato decorrente da expansão da leitura e da escrita, esta por sua vez decorrente da expansão da escola, da maior aproximação da mulher com a vida social, e do acesso facilitado aos jornais e revistas da época.

Esses novos hábitos da educação feminina, antes canhestra, repercutem não só na família, mas também no meio literário. Data desta época um aumento do número de obras em prosa, principalmente as que têm uma trama sedutora como o romance e o folhetim, na qual são valorizados os episódios de aventuras, e a personagem feminina surge enquanto protagonista dos grandes dramas amorosos. A prosa de ficção apresenta uma linguagem menos pomposa e mais prosaica do que o estilo dos textos clássicos.

Após a Independência do Brasil, o público feminino que despontou como consumidor de literatura, cuja seleção da leitura passava pelo crivo do pai, do marido ou dos educadores, começa a gerar produtoras de prosa, que participavam de associações literárias e reivindicavam seus direitos através de jornais que elas mesmas organizavam, e justificavam a necessidade da instrução como uma necessidade em prol da educação dos filhos:

A incumbência de educar os filhos foi repetidamente ressaltada pelas jornalistas como uma das mais importantes tarefas femininas, para cujo desempenho foram sugeridas melhores condições educacionais. No entanto, a persistência de afirmações mais extremadas quanto a esse ponto, por parte de jornalistas com idéias mais amplas sobre o papel da mulher, de acordo com outras afirmações alhures, despertaram algumas conjecturas particulares. A educação dos filhos, para justificar a promoção educacional das mulheres, parece ter servido, por vezes, como uma tábua de salvação para as que aspiravam elevar-se intelectualmente.³⁶

A referência à presença feminina aparece nos romances oitocentistas e também em alguns dos prefácios. Se estas mulheres eram consumidoras de literatura e produtoras de uma parte dela, nasce a curiosidade em torno destas autoras que não constam no cânone literário, considerando que não há nenhum registro da produção de romances femininos nas histórias literárias tradicionais desde Silvio Romero³⁷ a Luciana Stegano-Picchio³⁸. Este silêncio incita a questionar a que se deve o esquecimento de uma produção que cresceu e engrandeceu a formação de uma literatura nacional?

As histórias literárias deixaram de incluir entre Macedo, Alencar e Machado, romancistas que ilustram a história do romance brasileiro, deixaram de fora do contexto os nomes femininos que somaram na produção de prosa de ficção e que ficaram à margem. As mulheres, no século XIX, surgem como representações literárias não só de leitoras, mas, também de escritoras de romances. Comprovar a existência de escritura em prosa de ficção com autoria feminina é um contraponto aos implacáveis historiadores e críticos da literatura que omitiram páginas fundamentais da nossa formação seja como leitores, professores, pesquisadores ou educadores. Completar as lacunas da história da autoria de prosa feminina na história da ficção do século XIX é um dos principais objetivos de muitos estudiosos, como afirma Rita Terezinha Schmidt:

A visibilidade da autoria feminina no século XIX, um dos investimentos da crítica feminista entre nós, tem colocado em evidência não somente as contradições existentes no modelo pedagógico de construção da nação e da nacionalidade brasileira, o seu caráter totalizador, uniformizador e excludente, mas também o caráter fictício de conceitos como cidadania, direitos civis, liberdade e pertencimento horizontal e universal embutidos nesse modelo (...) revisitar a nossa identidade literária e cultural escrevendo a diferença na leitura do cânone, na revisão da historiografia literária e no resgate de vozes desautorizadas, em termos de gênero mas também de outras categorias da diferença como raça e classe social, significa reescrever o nosso sentido de nação, o que necessariamente implica conjugar as

³⁶BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. op. cit., p. 161.

³⁷ Romero, Silvio. op.cit.

³⁸ STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

nossas capacidades afetivas, sociais e intelectuais na primazia a ser dada à socialidade e à responsabilidade no nosso encontro com o outro e com o passado.³⁹

É nesse sentido que a questão histórica de uma produção de literatura feminina deve ser revista, pois foi dessas mentes femininas que, já em 1840, começaram a nascer obras em prosa. Nísia Floresta Brasileira Augusta principia uma singular história literária assinada por mulheres. Em 1842, Nísia Floresta leva ao conhecimento do público o livro intitulado — *Conselhos à minha filha*, prosa didático-moralista. A obra foi publicada pela primeira vez em 1842 e reeditada em 2ª. edição em 1845 pela Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro. Em 1858 o Bispo de Mondovi fez versão para o italiano e o francês⁴⁰; e em 1859 a obra foi editada novamente em Firenze e em Mandovi. No ano de 1847, Nísia Floresta Brasileira Augusta lança mais duas produções, desta vez as novelas *Fany ou o Modelo das Donzelas* e *Daciz ou a Jovem Completa*.

Nísia Floresta tem participação particularmente ativa na literatura nacional. Seu trajeto no mundo das letras se inicia em 1831 no *Espelho das Brasileiras*, jornal dedicado às mulheres pernambucanas. Colaborou ainda no *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Brasil Ilustrado*. A autora alcançou renome internacional e, em 1848, a escritora passou a residir em Paris, comunicando-se com nomes importantes da literatura, como Victor Hugo, Saint-Hilaire, Lamartine, George-Sand, Laboulaye, e correspondendo-se também com Augusto Comte, Manzini, Garibaldi e outros notáveis. Percorreu grande parte da Europa, na Inglaterra e França, demorando-se de preferência na Itália onde frequentou cursos de Ciências.⁴¹

Oliveira Lima a define nos seguintes termos:

Mais notável mulher de letras que o Brasil tem produzido, quer pela amplitude da visão, quer pela suavidade do estylo.⁴²

Em 1843, uma nova figura feminina aparecia: a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas. Ana Eurídice, assim como Nísia Floresta, defendia a participação das mulheres nos debates políticos e lutava pela igualdade entre os sexos, intercedendo pela causa dos direitos femininos⁴³. Inscreve sua participação na literatura quando publica, em 1845, *A Filósofa por*

³⁹ SCHMIDT, Rita Terezinha. “Escrevendo Gênero, Reescrevendo a Nação”. p.10 e 15. In: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/11ritabh.htm> 27/11/2002.

⁴⁰ <http://www.secrel.com.br/jpoesia/nfloresta01b.html> 19/06/2001.

⁴¹ idem, 19/06/2001.

⁴² idem, 19/06/2001.

⁴³ ZIRBEL, Ilze. “As mulheres no Brasil: tabela ilustrativa de algumas de suas lutas e conquistas” (1827-1970). p. 3. In: <http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html> 27/11/2002.

Amor, obra que apresenta características da prosa de ficção, segundo comentário de Guilhermino César:

Voluminho delicioso, expressivo documento da época e da sensibilidade da autora. (...) Suas pequenas histórias, como a Queda de Safo, ou O Cinco de Maio, com que fecha o volume, denunciam o amaneirado filosófico comum na literatura francesa daquela fase em que começava a tomar corpo o romance ocidental. Há também certo didatismo no seu modo de apresentar tais alegorias, a que não falta sequer o vocabulário dos últimos arcades. Por outro lado, freqüentemente aparecem ali, simbolizando paixões e desejos, as entidades mitológicas que no princípio do século anterior ainda serviam aos escritores para traduzir a fatalidade das situações e dos atos humanos⁴⁴.

De acordo com as informações de Luiza Lobo, Ana Eurídice escreveu ainda uma novela em 1845, *O ramalhete; ou flores colhidas no jardim da imaginação*, de apenas 40 páginas, afeita ao gênero romântico, acompanhada de contos curtos, totalizando 78 páginas, tendo sido publicada em Porto Alegre pela Typographia de T. J. Lopes.⁴⁵

A produção feminina avança nos anos cinquenta, quando mais obras de ficção foram publicadas. Ana Luiza de Azevedo Castro, autora catarinense, publica seu romance *D. Narcisa de Villar*⁴⁶, impresso primeiramente em seriado n^o *A Marmota*, entre 13 de abril e 6 de julho de 1858, com o pseudônimo *Indígena do Ipiranga*, e publicado em livro pela editora Paula Brito no ano de 1859, com o mesmo pseudônimo.

Sobre a catarinense Ana Luíza de Azevedo Castro, considerada a primeira romancista do seu estado, sabe-se muito pouco. Foi professora, diretora escolar e membro da Sociedade Ensaio Literários, uma revista onde defendeu o direito das mulheres à educação.⁴⁷ O resgate da sua obra deve-se ao estudioso Iaponan Soares⁴⁸. O romance desta autora é uma das primeiras incursões femininas referente ao tema indianista. A obra tem valor relevante, conforme registra Marlise Groth:

Ana Luíza deixou valorosa contribuição escrevendo um romance que, através da via ficcional, pudesse também servir aos propósitos do questionamento dos preconceitos em relação à mulher, mais ainda àquela que se aventurasse à literatura, um território quase exclusivamente masculino.⁴⁹

⁴⁴ CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971. p.103.

⁴⁵ LOBO, Luiza. "A Literatura de Autoria Feminina na América Latina". p. 16. <http://members.tripod.com/~lfilipe/LLobo.html> 27/11/2002.

⁴⁶ Hoje existem mais duas novas edições do romance de Ana Luiza de Azevedo Castro publicado pela Editora Mulheres, publicados em 1997 e 2000.

⁴⁷ MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras Brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

⁴⁸ GROTH, Marlise. "História esquecida". p. 4. In: <http://www.an.com.br/2002/mar/16/0ane.htm> 27/11/2002.

⁴⁹ idem, 27/11/2002, p. 4.

Zahidé Muzart compartilha da opinião de Marlise Groth:

É um romance sobre a opressão da mulher pela família e pela sociedade, e sobre a escravidão dos índios pelos colonizadores. A escritora escolhe os oprimidos como sua principal temática: a mulher e os índios.⁵⁰

No ano de 1859, quando foi editado o romance *D. Narcisa de Villar*, Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, sob o pseudônimo *Uma Maranhense*, publicava seu romance *Úrsula*. Luiza Lobo registra que Maria Firmina dos Reis, embora tenha parentesco importante, era prima do escritor Sotero dos Reis, era pobre, mulata, solteira, e foi a primeira professora primária concursada no Maranhão. Adepta das idéias abolicionistas, acreditava que a escravidão contradizia os princípios do cristianismo, que ensinava o homem a amar o próximo como a si mesmo. Via o escravo como uma pessoa digna, capaz de sentimentos nobres, mesmo tendo vivido tantos anos sob o regime degradante do cativo. No romance *Úrsula*, a escritora denuncia a escravidão, tema importante no enredo. Este romance denunciou a violência da escravidão e incorporou reflexões de cunho social que marcariam o discurso dos abolicionistas, podendo ser considerado o primeiro romance brasileiro anti-escravagista. Sobre o romance *Úrsula*, Luiza Lobo ainda assinala:

Embora o romance ÚRSULA tenha sido produzido longe da capital, emprega uma ótica folhetinesca e europeizante, que nada fica a dever à MORENINHA (1844), de Joaquim Manuel de Macedo, e se assemelha ao idílio ingênuo e exacerbado de PAULO E VIRGÍNIA.⁵¹

As publicações de autoria feminina em prosa de ficção, seja como memórias, narrativas de viagem ou diários, timidamente acrescentam à história da prosa de ficção uma linha a cada ano. Em 1864, Josephina Neuville publica, em Lisboa, *Memórias de Minha Vida: recordações de minhas viagens*, publicado em dois volumes e considerada por Sacramento Blake como “Obra que contém trechos de ruído e de escândalo”.⁵²

As obras femininas continuam revelando-se em 1881, quando Luísa Leonardo Marques publica em folhetim a obra *Gazel*, na *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro.

⁵⁰ Prefácio escrito por Zahidé Muzart. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. 2ª. ed. Editora Mulheres, 1999.

⁵¹ LOBO, Luiza. “A Literatura de Autoria Feminina na América Latina”. p. 10. In: op.cit., 27/11/2002.

⁵²SACRAMENTO, Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. 5º. vol. p. 238.

O que pode ser percebido é que a presença feminina nos anos oitocentos, embora acanhada, foi significativa para o registro de uma evolução que se configuraria com mais vigor na segunda metade do século XIX. Essas mulheres, talvez influenciadas pelas leituras que faziam, romperam o cerco doméstico, ampliaram seus horizontes e ajudaram, ao lado dos homens romancistas, a desenhar a história do romance brasileiro. E, se sua participação não foi maior, isso se deve à opressão da sociedade masculina dominante. Esta mesma sociedade, anos depois, escreve livros de história literária e mantém a omissão de informações importantes até para sedimentar o início de uma literatura feminina, que com certeza não surgiu só no século XX. Na pesquisa que realizei em torno do romance do século XIX, foi possível verificar a ocorrência de pelo menos 30 obras em prosa ficcional assinadas por mulheres, dentro de um conjunto de pelo menos 400 textos ficcionais publicados na mesma época. A produção dessas obras acompanhou os acontecimentos históricos e os movimentos sociais que ocorriam no país e, que, conseqüentemente, influenciaram à História da Literatura feminina.

2. O autor, também personagem.

Os elementos utilizados nos prefácios e textos introdutórios para compor a representação da imagem de autor não são definições de um conceito real de autoria, mas sim artifícios utilizados pelo próprio autor para aproximar a obra do leitor.

Como um quebra-cabeça que une as peças de formas variadas para obter um só desenho, aqui se faz relevante o significado da palavra *autor* para constatar que as representações de autor e de autoria nos prefácios analisados assinalam semelhanças e diferenças com relação aos seus significados usuais. Os escritores dos anos oitocentos ofereceram um significado análogo àqueles apresentados nos dicionários. Eles descrevem, em seus prefácios, a maneira como “gostam de ver representadas sua inscrição social”.⁵³ Na verdade, uma obra ficcional é realizada, entre outros objetivos, para constituir um vínculo social, pois o autor põe à disposição do público o material do seu trabalho – seu texto, sujeito a contar ou não com boa recepção. Desta forma está organizado um exercício de poder, geralmente protagonizado pelo criador da obra, o escritor ou a escritora, estando ciente de que em sua volta existem as diversas dependências de poder e regras que podem definir sua condição.

O autor quer estabelecer uma relação de proximidade com seu leitor objetivando tornar-se sujeito “visível” e “identificável”, termos utilizados por Eni Orlandi quando estabelece a definição de autor como criador do texto escrito, enquanto um ser que deve cumprir as exigências sociais e estabelecer “uma relação com a exterioridade”.⁵⁴

São as relações sociais entre o sujeito na qualidade de produtor e autor e o público que estabelecem o sistema de poder. O escritor é o ser criador e pode se fazer representar de maneira multifacetada. É ele o responsável pela obra que apresenta aos leitores, e esta obra pode ter um caráter de inovação, desafiando valores sociais determinados, ou pode ser composta simplesmente por textos que cumpram um molde estabelecido, livrando o autor de possíveis polêmicas, estabelecendo uma relação pacífica com o público já seduzido e cúmplice.⁵⁵

2.1. A acentuada modéstia.

A primeira percepção decorrente da leitura dos prefácios é a marca dos excessos de humildade e a acentuada modéstia num discurso em que o autor quer marcar sua imagem perante o público.

O que está inscrito nos prefácios é a interlocução do autor para com o leitor e a crítica, os cumprimentos afetados de mesura e o rapapé de adulação e lisonja, a linguagem com que adocicaram seus prefácios com exageradas doses de modéstia interesseira que eram recorrentes entre a grande maioria dos prosadores, sem distinção de sexo. Os prosadores brasileiros do século XIX apresentam sempre um discurso cerimonioso com saudações eloqüentes ao leitor objetivando atrair admiradores para embarcar na leitura. As falas proferidas ao público preservam uma forma persuasiva e convincente objetivando influenciar e encaminhar os leitores. A suposta ausência de vaidade e a aparente simplicidade são comuns em grande parte dos prefácios.

Alguns prefácios traduzem uma representação semelhante no que tange ao emprego da modéstia. A reprodução desta imagem está bem marcada, por exemplo, nos romances de Joaquim Manuel de Macedo, ocupando posição de destaque em três dos romances escritos

⁵³ LAJOLO, & ZILBERMAN. “Musa Industrial”. In: *A Formação da leitura no Brasil*. op.cit., p. 63.

⁵⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 3 ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996. p. 78-79.

⁵⁵ ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: SENAC, 2001. p. 85.

pelo autor nos anos oitocentos: *A Moreninha* (1844), *O Forasteiro* (que, embora publicado em 1855, teria sido escrito cinco anos antes de *A Moreninha*, quando o autor contava apenas dezoito anos de idade) e *Os Romances da Semana* (1861). A falta de ambição e a ausência de vaidade nos romances de Macedo citados podem ser conferidas nos seguintes trechos:

Eis aí vão algumas páginas escritas, às quais me atrevi dar o nome de romance. Não foi ele movido por nenhuma dessas três poderosas inspirações que tantas vezes soem amparar as penas dos autores: glória, amor e interesse. Desse último estou eu bem acoberto com meus 23 anos de idade.⁵⁶

O romance, que agora dou luz à imprensa, é a minha primeira composição d'este gênero: tinha eu somente dezoito annos de idade, quando escrevi, cinco annos antes da *Moreninha*.

Cedo reconheci as imperfeições e os numerosos defeitos d'este meu primeiro trabalho; guardei-o muito tempo por isso.⁵⁷

Sou o primeiro a reconhecer a falta de merecimento, a pobreza de ação, e os descuidos e desmazelo de estilo que amesquinham estes pobres romances que improvisei.⁵⁸

Os romances de Macedo abusam do comedimento, isto é, em seus prefácios há o oferecimento de uma obra que ainda julga digna de concertos e imagina que os leitores podem se maçar com sua composição “balda de merecimento”, dados os excessos de defeitos que precisariam ser corrigidos.

Apresentar-se com uma certa dose de modéstia era uma maneira de intermediar o diálogo com o leitor de uma forma que o autor não parecesse um ser inatingível. Esta maneira de apresentar-se no prefácio atravessa quase todo o século, embora apareça de maneira mais sutil, como nos prefácios das obras *Pe. Belchior Pontes* (1876) e *Ex-Homem* (1877).

A modéstia era uma maneira do escritor aproximar-se do público, porém era uma forma exagerada do autor apresentar-se ao público, colocando-se numa situação de “inferioridade” acentuada, somente para chamar a atenção do leitor.

2.2. Escrita e labor.

Entre as diversas maneiras por que o autor apresenta seu texto à apreciação do leitor, há a classificação da imagem do autor que assinala a escrita à representação de um empreendimento laborioso.

⁵⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. “Duas Palavras”. In: *A Moreninha*. op.cit.

⁵⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Forasteiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1855.

⁵⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Os Romances da Semana*. 3. ed. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1873.

Entre os autores que classificam a escrita como um ato que exige dedicação, cito José de Alencar, que classifica a escrita como “labor ingrato”, pois refere-se às inúmeras revisões necessárias para que a obra obtenha um formato final e chegue às mãos do público. A representação desta idéia está exemplificada num trecho do prefácio do romance *O Guarani* (1857):

Mais do que podia fiou de si o autor. Relendo a obra depois de anos, achou êle tão mau e incorreto quanto escreveu, que para bem corrigir, fôra mister escrever de novo. Para tanto lhe carece o tempo e sobra o tédio de um labor ingrato⁵⁹

No prólogo do romance *O Filho do Pescador*⁶⁰ (1843) de Teixeira e Sousa, uma carta escrita à suposta prima Emília, percebe-se essa associação da escrita como um trabalho, que deveria ser reconhecido e remunerado. O autor enfatiza a dificuldade de produzir uma obra de valor e, associado-a a uma luta na busca pelo esmero com a linguagem e pela perfeição, como se percebe no seguinte fragmento:

Agora exigis de mim um romance em prosa: a tarefa é-me difícil, não pela obra em si, mas pelas pessoas a quem ele se deve dirigir; porque me dizeis que desejais um romance para vós, vosso marido, vosso filho e vossa filha!⁶¹

O fragmento acima revela que o autor sabe da sua responsabilidade ao escrever um romance, principalmente pelo público que ele deseja alcançar. Talvez seja possível dizer que a temeridade se dá não somente porque a obra será encaminhada para uma família, mas, principalmente, porque o novo gênero exige uma outra forma de empenho o qual os escritores da época ainda estavam exercitando e o definiam como um trabalho que exigia grande elaboração na escrita.

Entretanto, a postura de alguns escritores de se preocuparem com o aprimoramento do texto seria uma maneira sutil de atingir um público, além disso, chamar atenção para a necessidade de ser remunerado pelo trabalho empenhado na produção de um livro.

⁵⁹ ALENCAR, José de. *O Guarani*. 12. ed. São Paulo : Ática, 1986.

⁶⁰ Muitas obras foram escritas sobre a história do romance no Brasil e é lugar comum entre a maioria dos autores afirmar que o início da narrativa romanesca deu-se com *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, em 1843, ou ainda com *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, em 1844. Embora essas afirmações ocorram em fontes que merecem crédito, algumas pesquisas compreendem como princípio da ficção romanesca no Brasil a obra de Teresa Margarida da Silva Orta, *Aventuras de Diófanes* (1752), como o primeiro romance brasileiro. Esta opinião diverge das comuns, que existem nas histórias literárias e constitui um problema que merece ser investigado.

⁶¹ Teixeira e Sousa, Antônio Gonçalves. *O filho do pescador. romance brasileiro original*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

2.3. O autor amador.

Entre as multifacetadas representações através das quais o autor se apresenta nos prefácios, destaca-se o autor imaturo, tentando encantar o leitor. Verifica-se, então, o encaminhamento do texto que tem como meta guiar o público para a leitura por meio da uma fala do autor que aparece marcada pela modéstia, substantivo que pretende realçar e elevar uma suposta falta de ambição. Essa retórica é evidente em frases como as que aparecem, por exemplo, no prólogo do romance *D. Narcisa de Villar* (1859):

D. Narcisa de Villar foi escrita quando apenas tinha eu 16 anos: merece portanto que desculpeis a mediocridade da linguagem e a singeleza com que decorei as cenas.⁶²

Pretendendo persuadir o público, o autor anseia por indulgência e compreensão aos senões do romance, implora compaixão e, ao mesmo tempo, espera que este público avalie seu exercício de romancista. Da mesma forma, no prefácio de *A Moreninha*, Macedo aponta ao público as supostas falhas do livro, dizendo desejar corrigi-las futuramente nas próximas obras, que diz ser os *três irmãos* de *A Moreninha*.

A Moreninha não é a única filha que possuo: tem três irmãos que pretendo educar com esmero. (...) Eu, pois, conto que, não esquecendo a fama antiga, o público a receba e lhe perdoe seus senões, maus modos e leviandades. E uma criança que terá, quando muito, seis meses de idade; merece a compaixão que por ela imploro; mas, se lhe notarem graves defeitos de educação, que provenham da ignorância do pai, rogo que não os deixem passar por alto; acusem-nos, que daí tirarei eu muito proveito, criando e educando melhor os irmãozinhos que a Moreninha tem cá.⁶³

O discurso exposto nos prefácios dos romances *D. Narcisa de Villar* e de *A Moreninha* reproduz a voz de um autor inexperiente. A idéia de imaturidade é reforçada no prólogo do romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, enfatizando ainda a imagem do autor ignorante:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. (...) Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. (...) Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.⁶⁴

O prólogo citado acentua a idéia de humildade e subserviência. Apresentando o livro como mesquinho e humilde, de pouca valia, julgando estar o seu romance aquém das obras

⁶² CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. op. cit.

⁶³ MACEDO, Joaquim Manuel de. "Duas Palavras". In: *A Moreninha*. op.cit.

⁶⁴ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*: romance original brasileiro. Rio de Janeiro: Graf Olímpica Editora Ltda, 1975.

publicadas por escritores masculinos, percebe-se o exagerado comedimento da escritora ao falar do próprio texto.

A manifestação em justificar a escrita apoiada na “pouca idade” pôde ser constatada nos seguintes romances, entre outros: *D. Narcisa de Villar*, *A Moreninha*, *O Forasteiro* e nos *Contos sem Pretensão*, em cujos prefácios os autores se referem sempre à produção da obra durante a mocidade: “*D. Narcisa de Villar* foi escrita quando apenas tinha eu 16 anos”⁶⁵, “Eis aí vão algumas páginas escritas, às quais me atrevi dar o nome de romance. (...) acoberto com meus 23 anos de idade”⁶⁶, “tinha eu somente dezoito annos de idade, quando escrevi”⁶⁷; “Pouco vale este livro, eu o sei; são folhas destacadas (...) que a fantasia produz em plena mocidade”⁶⁸.

A pouca idade, ou a idéia de um espírito puro é um dos artifícios utilizados pelos autores como justificativas para as possíveis imperfeições da obra. A juventude poderia salvaguardar qualquer falha na composição daquele gênero que ainda não fazia parte do código das artes consagradas e da leitura de pessoas ditas instruídas⁶⁹, preservando a imagem do autor de possíveis críticas que pudessem comprometer sua representação na qualidade de intelectual.

O argumento do texto construído pelo “improviso” pôde ser observado, por exemplo, em obras: *Os Romances da Semana* de Macedo, em cujo prefácio se lê: “Sou o primeiro a reconhecer (...) estes pobres romances que improvisei”⁷⁰. Também em *A Moreninha*, Macedo justifica ao público as possíveis imperfeições da obra, a sua pouca idade e o fato de o romance ter sido escrito de um fôlego só no período de apenas um mês de férias⁷¹:

Este pequeno romance deve sua existência somente aos dias de desenfado e folga que passei no belo Itaboraí, durante as férias do ano passado.⁷²

Naturalmente que o artifício de justificar as prováveis imperfeições da obra com o pretexto da imaturidade ou ao improviso não constituem necessariamente a verdade, mas fazem parte da forma como o escritor articulava o discurso no texto do prefácio para impressionar e despertar o interesse do leitor para a obra.

Retomando um dos pressupostos retóricos, de acordo com Oliver Revier, a digressão, enquanto figura retórica, tem “como função distrair o auditório, mas também apiedá-lo”, o

⁶⁵ CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. op. cit.

⁶⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. “Duas Palavras”. In: *A Moreninha*. op.cit.

⁶⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Forasteiro*. op.cit.

⁶⁸ GUIMARÃES, Luís Jr. Prefácio do romance - *Contos sem pretensão*. Rio de Janeiro: Editora três, 1974.

⁶⁹ ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. op. cit.

⁷⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Os Romances da Semana*. op. cit.

⁷¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. “Duas Palavras”. In: *A Moreninha*. op.cit.

⁷² idem.

prefácio escrito por Macedo, no romance *A Moreninha*, acaba, neste caso, por assumir esta faceta que constitui uma marca da sua produção inicial.

A estratégia de apresentar-se sob alegação de imaturidade pode ter um efeito sobre o leitor que se deixar influenciar pela leitura deste tipo de prefácio. O leitor torna-se mais complacente quando estiver diante de uma obra em que o autor justifica ter sido construída “às pressas”, ou durante a sua juventude. As possíveis falhas que possam surgir durante a leitura serão compreendidas com mais facilidade, pois o autor já apresentara anteriormente sua justificativa, ficando ao leitor o papel de julgá-lo com menor rigor.

2.4. A metáfora familiar.

Como vimos, duas situações aparecem como justificativas comuns nos prefácios para demonstrar a inocência ou fundamentar as circunstâncias em que o texto foi escrito: a “pouca idade” do escritor para compor uma obra literária e a sua elaboração por “improviso”.

Às diversas representações da imagem de autor soma-se sua representação através da figura de pai, através do artifício da metáfora familiar. Esta simulação pode ser verificada no prefácio do romance *Divina Pastora*, de Caldre e Fião. Neste prefácio, o autor utiliza a metáfora da filha para se referir à obra e, temeroso, recomenda cuidado ao público:

Ei-la. A inocente filha do meu coração (...) Como seu pai, sozinha neste mundo, (...) Coitadinha! Como me é doloroso este apartar! (...) Sede indulgentes, até que eu forrando cabedais de inteligência a revista e paramente e a torne mais bela, se for possível.
Ei-la. À vossa guarda.⁷³

Seguindo essa mesma linha paternalista evidenciada no prólogo do romance de Caldre e Fião, a autora maranhense Maria Firmina dos Reis utiliza a mesma figura do filho no prefácio do romance *Úrsula*, objetivando, desta forma, defender sua obra das possíveis críticas que pudessem surgir:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.
Então por que publicas? perguntará o leitor.

⁷³ CALDRE E FIÃO. *Divina Pastora*. 2ª. ed. Porto Alegre: RBS, 1992.

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa — os defeitos, os achaques, as deformidades do filho — e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado.⁷⁴

A atribuição de paternidade ao autor da obra literária sustenta uma situação que reveste o escritor da figura do criador. Esta metáfora é utilizada por Henry Fielding no capítulo introdutório do livro décimo primeiro do romance *Tom Jones* (1749). Conforme Fielding, diante de toda afeição e labor do escritor para a criação da sua obra, doloroso demais seria vê-la depreciada. Finalmente sentencia:

A calúnia assacada a um livro é uma calúnia assacada ao autor; pois, assim como ninguém pode chamar a outrem bastardo sem lhe chamar à mãe de prostituta, assim ninguém pode capitular um livro de porcaria, intragável parvoíce, etc., sem tachar de estúpido o autor; o que seja embora no sentido moral apelação preferível à de vilão.⁷⁵

Fielding observa que um livro é fruto de um autor e, portanto, deve ser considerado filho do seu cérebro. Os penosos labores para a criação do texto, Fielding compara-os às penosas dores de dar à luz, ao mesmo tempo em que assemelha os cuidados na lapidação da obra com o afeto e a dedicação de um pai para com seu filho predileto, até o momento de levá-lo à maturidade e deixá-lo seguir sozinho no mundo. Daí advirá o resguardo e o excesso de zelo ao entregá-lo às mãos dos leitores e, posteriormente, expô-lo à crítica.

2.5. Auto-afirmação.

Os prefácios apresentam, como vimos, diferentes imagens do autor ao público. Contudo, nem sempre o escritor faz uso de estratégias de comedimento, humildade e simplicidade ao se apresentar e falar de si. Ele também se exhibe através da auto-afirmação, uma forma de valorizar sua obra e sua própria imagem diante dos leitores.

A representação da auto-afirmação do autor destaca-o como um ser distinto. Seria o momento em que ele quer apresentar a sua experiência como escritor e a sua valorização individual. A respeito desse argumento encontramos esclarecimento nas palavras de Foucault:

A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas (...)⁷⁶.

⁷⁴ REIS, Maria Firmina dos. Prefácio do romance *Úrsula*. op. cit.

⁷⁵ Capítulo I do Livro décimo primeiro In: FIELDING, Henry. op. cit., p. 73.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. op. cit., p. 33.

A ocasião em que o autor romântico brasileiro expressa seu valor enquanto criador da obra literária está de certa forma ligada aos progressos culturais que começam a ocorrer no país, como também a própria afirmação do escritor como um profissional.

A profissionalização do escritor brasileiro⁷⁷ está objetivamente ligada à expansão gradual e significativa de tipografias que editavam os livros de autores nacionais e ao surgimento de editoras em solo nacional. Diante do crescimento da produção de livros, é possível pensar que esta atitude de alguns ficcionistas de fazerem uso da auto-afirmação da autoria em seus prefácios seria uma espécie de argumento para convencer o público a ler suas obras, ou para convencer os editores a publicá-las, ou ainda para persuadir os críticos a elogiá-los.

De uma forma geral, os escritores foram beneficiados pelo fim da censura prévia e local em 1821, pelo fim do monopólio da impressão na capital da província e pelo rompimento dos laços entre Brasil e Portugal. Esse processo favoreceu o desenvolvimento tipográfico e o aumento no número de livrarias no país⁷⁸, ainda que precário, facilitou assim a publicação e divulgação dos autores nacionais.

A maneira como os escritores românticos manifestavam, em seus prefácios, a afirmação da autoria como uma necessidade de impor-se ao meio cultural, revela-se no texto através de alguns elementos, tais como a militância em favor de causas sociais e o argumento de autoridade.

A autoria como forma de militância, embora não seja corrente na maioria dos prefácios, aparece de forma enfática no prólogo das obras *As Vítimas Algozes* (1869) de Joaquim Manuel de Macedo, *Sonhos d'Ouro* (1872), de José de Alencar, e *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora. Os prefácios dessas obras descrevem o objetivo para o qual foram escritos os romances e, embora estejam destinados à defesa de causas diversas, os três apontam características de um discurso militante.

⁷⁷ Um estudo mais detalhado sobre a propriedade literária e as práticas profissionais dos escritores brasileiros do século XIX é realizado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman no seu mais recente livro *O Preço da Leitura*. op. cit. Nesta obra as autoras analisam “as leis e os números” que estão nos bastidores das relações dos intelectuais da época, em especial as relações entre autores e editores. Para recontar a história da profissionalização do escritor do século XIX, as autoras se valem de correspondências e documentos que auxiliam a revelar os termos em que se fazia a “mediação editorial entre autores e público”.

⁷⁸ De acordo com Hallewell, na época da independência já existiam sete estabelecimentos tipográficos no país e cerca de dezesseis livrarias. Este número cresce, em 1880 para vinte e sete livrarias e trinta e cinco tipografias.

No romance *As Vítimas Algozes* (1869), Joaquim Manuel de Macedo quer descrever em sua obra fatos que ilustram os horrores da escravidão, objetivando levar o público à reflexão sobre o fato:

Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em as já saberdes é que pode consistir o único merecimento que por ventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer. Serão romances sem atavios, contos sem fantasias poéticas, tristes histórias passadas a nossos olhos, e a que não poderá negar-se o vosso testemunho.

É nosso empenho e nosso fim levar ao vosso espírito o demorar nas reflexões e no estudo da vossa razão fatos que tendes observado, verdades que não precisam mais de demonstração obrigando-vos deste modo a encarar de face, a medir, a sondar em toda sua profundidade um mal enorme que afeia, infecciona, avilta, deturpa e corrói a nossa sociedade, e a que a nossa sociedade ainda se apega semelhante a desgraçada mulher que, tomando o hábito da prostituição, a ela se abandona com indecente desvario.

(...) Pobre escritor de acanhada inteligência, rude e simples romancista sem arte, que somente escreve para o povo, não nos animaremos a combinar planos de emancipação, nem presumidos de ciência procuraremos esclarecer o público sobre as altas conveniências econômicas, e as santas e irrecusáveis lições filosóficas que condenam a escravidão.

Como, porém, é dever de cada um concorrer a seu modo, e nas suas condições, para o desenlace menos violento desse nó terrível, e servir à causa mais melindrosa e arriscada, porém indeclinável, que atualmente se oferece ao labor e à dedicação do civilismo, pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances.

Trabalhar no sentido de tomar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.

Contar-vos-emos, pois, em pequenos e resumidos romances as histórias que vós sabeis, porque tendes sido delas testemunhas.⁷⁹

Esse prefácio apresenta o escritor como testemunha do seu tempo e da sociedade em que viveu, mostrando as chagas dessa sociedade. Como o autor não pode curá-las, faz uso do texto literário como instrumento de denúncia e de convencimento do leitor para que ele mude de atitude. O autor, como testemunha, denuncia os malogros existentes na sociedade. Aqui nesse prefácio, como nos outros em que Macedo alude à política da época, há a preocupação de associar a escrita literária como um testemunho e como um instrumento de mudança.

No prefácio de *O Cabeleira*, de Franklin Távora, o caráter militante presente (embora possa não parecer) também está relacionado a uma causa social. Oriundo de uma região periférica do país, Franklin Távora buscava identificar uma literatura regional que marcasse uma fronteira com a literatura produzida no centro-sul do Brasil. Já residindo no Rio de Janeiro, o autor descreve em seu prefácio o sentimento de um escritor vindo do “extremo

⁷⁹MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 3ª. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

norte do país” em relação à cidade fluminense, sede do governo do país e a capital onde aconteciam os principais fatos literários e culturais na época:

É tempo de cumprir a promessa extorquida pela amizade, que não atendeu às mais legítimas escusas. Essa natureza brilhante e móvel estava a cada instante convidando o meu desânimo a romper o silêncio a que vivo recolhido desde que cheguei do extremo norte do império. (...) Depois de cerca de dois anos de hesitações, dispus-me enfim a escrever estas pálidas linhas — notas dissonantes de uma musa solitária, que no retiro onde se refugiou com os desenganos da vida não pode esquecer-se da pátria, anjo das suas esperanças e das suas tristezas.

(...) Início esta série de composições literárias, para não dizer estudos históricos, com o Cabeleira, que pertence a Pernambuco, objeto de legítimo orgulho para ti, e de profunda admiração para todos os que têm a fortuna de conhecer essa refulgente estrela da constelação brasileira. Tais estudos, meu amigo, não se limitarão somente aos tipos notáveis e aos costumes da grande e gloriosa província, onde tiveste o berço.

Pará e Amazonas, que não me são de todo desconhecidos; Ceará, torrão do meu nascimento; todo o Norte enfim, se Deus ajudar, virá a figurar nestes escritos, que não se destinam a alcançar outro fim senão mostrar aos que não a conhecem, ou por falso juízo a desprezam, a rica mina das tradições e crônicas das nossas províncias setentrionais.

Depois de alguns meses de ausência, tornei a ver o Recife, esplêndida visão de teus sonhos nostálgicos.

(...) Muito se há escrito do Pará e Amazonas desde que foram descobertos até nossos dias. Que valem, porém todos os escritos e narrações de viagem a semelhante respeito? Quase nada.

(...) Mas por onde ando eu, meu amigo? Em que alturas vou divagando nas asas da fantasia? Venhamos ao assunto desta carta.

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra.

A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.

A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão.

Por infelicidade do Norte, porém, dentre os muitos filhos seus que figuram com grande brilho nas letras pátrias, poucos têm seriamente cuidado de construir o edifício literário dessa parte do império que, por sua natureza magnificente e primorosa, por sua história tão rica de feitos heróicos, por seus usos, tradições e poesia popular há de ter cedo ou tarde uma biblioteca especialmente sua.

Esta pouquidade de arquitetos faz-se notar com especialidade no romance, gênero em que o Norte, a meu ver, pode entretanto figurar com brilho e bizarría inexcedíveis. Esta verdade dispensa demonstração. Quem não sabe que na história conta ele J. F. Lisboa, Baena, Abreu e Lima, Vieira da Silva, Henriques Leal, Muniz Tavares, A. J. de Melo, Fernandes Gama, e muitos outros que podem bem competir com Varnhagen, Pereira da Silva e Fernandes Pinheiros; que o primeiro filólogo brasileiro, Sotero dos Reis, é nortista; que é nortista Gonçalves Dias, a mais poderosa e inspirada musa de nossa terra; e que igualmente o são Tenreiro Aranha, Odorico Mendes, Franco de Sá, Almeida Braga, José Coriolano, Cruz Cordeiro, Ferreira Barreto, Maciel Monteiro, Bandeira de Melo, Torres Bandeira, que valem bem Magalhães, A. de Azevedo, Varela, Porto Alegre, Casimiro de Abreu, Cardoso de Menezes. Teixeira de Melo?

(...) Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brasileiro. Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política.

Enfim não posso dizer tudo, e reservarei o desenvolvimento, que tais idéias exigem, para a ocasião em que te enviar o segundo livro desta série, o qual talvez venha ainda este ano, à luz da publicidade.

— Depois de haveres lido *O Cabeleira*, melhor me poderás entender a respeito da criação da literatura setentrional, cujos moldes não podem ser, segundo me parece, os mesmos em que vai sendo vazada a literatura austral que possuímos.⁸⁰

O escritor nordestino é considerado o primeiro a dar voz a um regionalismo que vê no Norte do país, caracterizando-o como mais puro, sem influências européias e, por esse motivo, seria essa a literatura com a possibilidade de alcançar uma temática eminentemente nacional. A militância no discurso de Távora consiste exatamente na defesa de uma literatura que representasse com propriedade e conhecimento os estados do Norte e Nordeste do país, chamada por ele de “literatura do Norte” e que fosse diferenciada pela temática. O prefácio de *O Cabeleira* pode ser considerado, assim, uma manifestação teórica das idéias do autor.

Na mesma linha de defesa das idéias teóricas e de um projeto literário, José de Alencar assina um discurso eloqüente e inflamado no prefácio do romance *Sonhos d’Ouro* (1872). Quando José de Alencar escreveu “A Bênção Paterna”, prefácio do romance *Sonhos d’Ouro*, o autor contava 43 anos e já estava consagrado pelo público leitor, ainda que não fosse devidamente reconhecido pela crítica. Nesse prólogo, além de descrever sua trajetória romanesca, Alencar se referia à postura da crítica diante da sua obra publicada desde 1856, o perfil dos seus possíveis leitores e o conceito do gênero que começava a se configurar no Brasil oitocentista: o romance. Este prefácio chamava atenção, principalmente, para as possíveis rugas existentes por parte da crítica para com sua produção literária, em contraponto com a cumplicidade que mantinha com o público leitor:

Ingrato país que é este. Ao homem laborioso, que sobrepujando as contrariedades e dissabores, esforça por abrir caminho ao futuro, ou abatem pela indiferença mal encetou a jornada, ou se êle alcançou, não a meta, mas um pouso adiantado, o motejam, apelidando-lhe a musa industrial!

(...) Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.(...) Estoutro te há de acolher com soberbo gesto de enfado, aborrecido como anda de dar notícia de tantos livros de um e mesmo autor. É prudente cortar as asas ao ambicioso para que não tome conta das letras e faça monopólio do público.(...) Outros críticos te esmagarão com augusto e tenebroso silêncio, verbis facundior, crenes de que te condenam à perpétua obscuridade, não dando sequer a notícia de teu aparecimento, como quem dêle nem se apercebe.(...) É para aquela crítica sisuda que te quero eu preparar com meu conselho, livrinho, ensinando-te como te hás de defender das censuras que te aguardam.

Versarão estas, se me não engano, principalmente sôbre dois pontos, teu pêso e tua côr. Achar-te-ão com certeza muito leve, e demais, arrebicado à estrangeira. (...)

Ora pois não te envergonhes por isto. És o livro de teu tempo, o próprio filho dêste século enxacoco e mazorral, que tudo aferventa a vapor, seja poesia, arte, ou ciência.⁸¹

⁸⁰ TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ed. Três, 1973.

⁸¹ ALENCAR, José. “A Bênção Paterna”. In: *Sonhos d’Ouro*. op. cit.

Neste prefácio Alencar chama atenção para a “crítica sisuda” que valorizava um livro pelo seu peso e tamanho e, analisava com desconfiança as obras que não guardavam semelhança com as produções estrangeiras. José de Alencar, neste texto introdutório, expõe a defesa da autenticidade da sua obra enquanto literatura nacional, além de chamar atenção para seu valor enquanto escritor brasileiro que já tinha um projeto literário construído e que era desvalorizado pela crítica que lhe dava a alcunha de “musa industrial”.

A militância é um dos sinais da afirmação do autor enquanto profissional das letras e da manifestação da literatura como uma atividade social. Esses prefácios militantes defendem uma causa, seja uma demanda social, como registra o prólogo do romance *As Vítimas Algozes*, seja um interesse intelectual, como nos prefácios de *O Cabeleira* e *Sonhos d'Ouro*. Percebe-se que os discursos desses prefácios militantes não são dirigidos apenas para uma questão literária, mas também uma questão de identidade nacional, portanto uma questão social também.

Dirigindo o olhar para a voz militante dos prefácios, pode-se perceber que este seria um dos processos de maior interação social entre o autor e o leitor, pois, nesta vertente, os escritores apresentam não apenas um diálogo, mas uma proclamação enfática das suas idéias.

O prefácio de *Vítimas Algozes*, romance escrito em 1869, em que o escritor se apresenta de maneira bem diversa dos romances adocicados da década de quarenta, chama atenção para as situações históricas do Segundo reinado⁸², apontando o reflexo de uma sociedade conivente com a permanência dos escravos.

Ainda sobre o prefácio de *Vítimas Algozes* é possível observar a presença do sistema representativo do país nos anos oitocentos⁸³ apontando para uma ideologia, segundo a qual o indivíduo deveria tomar consciência de um problema que atingia um conjunto de pessoas marginalizadas: os escravos. O discurso do prefácio alerta para uma vigilância em torno de um interesse que deveria ser comum a toda a sociedade: a defesa de direitos iguais para todos os cidadãos.

Neste período, o nacionalismo assume inúmeras formas e pode-se originar com base em diversas necessidades. Como pôde ser observado no fragmento do prefácio da obra

⁸² O período do Segundo Reinado foi de 1840 a 1889. In: <http://www.segundoreinado.hpg.ig.com.br/index.htm> consultado em 18/11/2001

⁸³ O sistema político e econômico do Brasil oitocentista era relacionado a um conjunto de títulos, comendas e patentes. “O Segundo Reinado não se compreendia sem os barões, coronéis, comendadores e conselheiros”. In: FAORO, Raymundo. Machado de Assis: *A Pirâmide e o Trapézio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. p. 39.

Vítimas Alagozes, o autor advoga em prol de uma comunidade negra que vive sob dominação, a qual era necessário tornar liberta e independente. Sabe-se que o processo do fim da escravidão foi lento: entre 1850 e 1871, não houve nenhuma medida oficial; mesmo com a Lei da Terra e a proibição real do tráfico em 1870, pouco se promoveu para o benefício da libertação dos escravos. A militância do autor é em defesa de um grupo oprimido, para impor sua liberdade, fazer valer os ideais de cidadãos como forma de sobreviver com dignidade, tendo em vista que o autor não evidencia os males da escravidão somente para os negros, mas também aos senhores.

Por sua vez, os prefácios dos romances *O Cabeleira* e *Sonhos d'Ouro* encaminham-se para uma outra via de militância, defendendo a questão literária, principalmente o romance que ainda não tinha um prestígio social elevado. Os discursos dos escritores eram encaminhados para dois pontos. De um lado, Távora defendia a produção e propagação de uma literatura regional, anunciando-se como precursor deste sub-gênero romanesco e, na linha de assegurar a identidade de uma literatura brasileira, o prefácio “Bênção Paterna”, escrito poucos anos antes da morte de Alencar, demonstra claramente a sua profunda insatisfação com a crítica e com a falta de reconhecimento para sua obra já construída. Os dois escritores achavam que a literatura seria o cimento da nacionalidade.

À época, quando as obras eram lançadas, costumavam ser escritas pequenas notas avulsas, pouco ordenadas que divulgavam a obra ou faziam sua crítica. Ao que parece, as obras de Alencar não receberam nenhuma nota elogiosa. Inconformado e irritado⁸⁴, Alencar revida, na “Bênção Paterna”, os golpes que feriram sua vaidade e desmereceram o valor da sua obra de romancista.

2.6. Argumento de autoridade: o sujeito reconhecido.

O distanciamento aparente entre o autor e o texto escrito reforça os argumentos do autor em torno dos conhecimentos sobre a Antigüidade, a História e outros assuntos diversos. Este tipo de apresentação seria, potencialmente, um distintivo aos olhos do leitor, que poderia ver o escritor como alguém erudito, instruído, sábio, conciliando o prazer de ler romances, ligado com a idéia de estar assimilando cultura. Um bom exemplo desse modelo de autor pode ser observado nas diversas epígrafes em línguas estrangeiras que introduzem alguns dos

prefácios que já foram mostradas anteriormente. Esta forma de introduzir o texto com uma citação em outro idioma é uma das maneiras do autor construir uma imagem mais valorizada diante do seu público, pois chama atenção para uma possível erudição e conhecimento.

A auto-afirmação nada mais é do que a necessidade íntima do indivíduo de impor-se ao meio, ou seja, o autor apresenta seu prólogo referendado pela leitura de algum crítico ou figura importante da época, atribuindo-lhe argumento de autoridade.

A recorrência ao argumento de autoridade pode ser observada em pelo menos dois prefácios. Em *Um Casamento no arrabalde* (1869), Távora inicia o prefácio revelando a característica que pode engrandecer a obra aos olhos do leitor:

O presente romancete, brinco da minha pena quando ela ainda queria borboletear, mereceu de Aprígio Guimarães menção honrosa na sua Opinião Nacional a que fez companhia a imprensa diária do Recife; e ao nome do finado jornalista veio juntar-se em 1878, no primeiro dos documentos inéditos que compõem o Apêndice a este livro, o nome de um escritor bem reputado, o sr. Rangel de S. Paio, cujas amabilidades deixam em grande dívida o autor do *Casamento na arrabalde*. Produção que tenho por bem fadada, porque a ninguém desagradou que eu saiba, nem mesmo dos que nela entram ainda que com outros nomes por não ficarem de todo conhecidos.

(...) dou à estampa o romance por uma razão muito simples - porque tenciono tomar conhecidos da corte, em segunda edição, as minhas produções a que ela não se deu ao trabalho de volver um olhar quando apareceram em primeira, naturalmente porque este fenômeno barbaresco se realizou em uma província.

O autor do *Casamento* tem a especial obrigação de expor a sua bagagem aos olhos de nossa polícia — literária — municipal, visto que há cinco para seis anos anda falando em um novo gênero cujo nome — literatura do norte — não pode soar bem em um mercado onde tanto abundam produtores franceses os lusos que vários tomam por modelo para sua indústria, com prejuízo da indústria nacional que não pode assim desenvolver-se e prosperar⁸⁵.

Aprígio Guimarães⁸⁶, popular na Academia pelo seu liberalismo republicano, foi teatrólogo, orador, biógrafo, diplomado em direito em 1851, professor catedrático e político, escreveu críticas, obras jurídicas e biografias, além de ser um importante jornalista da época, como leitor da obra de Távora quando ela ainda era apenas uma proposição de escrita. Essa afirmação assegura, para o ficcionista que tinha em andamento o projeto de criar a literatura do Norte, uma exposição da sua imagem enquanto intelectual das letras, bem como suas relações com uma personalidade renomada que poderia distinguir seu valor enquanto escritor, conduzindo, conseqüentemente sua obra a uma melhor impressão aos leitores.

⁸⁴ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 234.

⁸⁵ TÁVORA, Franklin. *Um casamento no arrabalde*. Rio de Janeiro, Garnier, 1903.

⁸⁶ Dr. Aprígio Justiano da Silva Guimarães (Recife 03/01/1832 - 03/09/1880) utilizava o pseudônimo de "Agnipa".

O romance de Távora é respaldado por duas figuras de prestígio na época: o Sr. Aprígio Guimarães e o Sr. Rangel de S. Paio, que reconhecem e pretendem garantir o valor literário do escritor num mercado acostumado aos modelos franceses. As referências às críticas já publicadas em jornal além de dignificar a obra também poderiam auxiliar uma satisfatória circulação no mercado.

Uma segunda obra na qual o argumento de autoridade é recorrente é o romance *Marabá* (1875), de Salvador de Mendonça. A primeira parte do prefácio observa que a obra foi inicialmente publicada em folhetins, n' *O Globo*, e posteriormente editada em forma de livro. O autor destaca que, para a publicação dessa sua primeira obra, não dispusera de tempo para “modificá-los, ou pelo menos desbastar-lhes as asperezas”⁸⁷. Para asseverar, entretanto o valor da obra, o escritor transcreve na abertura do seu livro “uma carta honrosa”, com a intenção de conferir um certo valor à obra:

E aqui, para abrir este livro com bons auspícios, transcreve o autor a carta honrosa, quase as suas credenciais, com que a munificência do grande romancista nacional lhe saiu ao encontro, exatamente quando escrevia estas linhas preliminares.

“Meu caro colega,

“Felicito-o por seu romance, que li com extremo prazer.

“Escrita no meio de graves preocupações que lhe repartiam o espirito; e sob a desagradável influencia da frieza de que a indiferença publica entre nós cerca aos que trabalham; a *Marabá* não mostra todo o quilate de sua inspiração, nem dá medida de seu talento, conhecido e provado em outras províncias literárias.

“Mas ai está o seu *amb’io*. Pode soltar as rédeas ao grifo, e deixar que ele remonte-se às serenas regiões do ideal, fugindo desses afãs mesquinhos em que nós os brasileiros, incorrigíveis pródigos, exaurimos tamanho cabedal de inteligência.

“O drama fisiológico de seu romance suscitou-me duvidas e reparos, que lhe exporei quando nos encontramos. E’ possível que se desvaneçam com a sua critica; pois ninguém conhece melhor o livro do que o autor que o escreveu, com a consciência de sua arte.

“Ha na critica um sestro intolerável. E’ o de querer que o autor não seja o próprio, mas um títere do censor, obedecendo ao seu menor gesto, ou antes adivinhando seus caprichos.

“Ponha esse pedagogo em face da natureza com o sistema de querer tudo amoldar á sua feição, e verá que disparates não surdem. Pois a inspiração é também uma natureza; e carece de toda a espontaneidade.

“Apreciei muito suas discrições; nem sóbrias a ponto de se tornarem secas; nem minuciosas e prolixas que fiquem. Poucos traços, e toques necessários para imprimir-lhes o vigoroso colorido.

“Como desenho de costumes a azafama caseira de D. Florinda é perfeita; e deu-lhe quadros de encantadora naturalidade. Acho, porém, que foi pródigo de sua riqueza. Eu si achasse um veiro como esse, havia de aproveitá-lo; e em vez de o esgotar em rápida narrativa, buscaria animá-lo com o dialogo, que você maneja com a fácil elegância, que é o realce dessa filigrana do romance.

“Aperto-lhe, pois cordialmente a mão. Infelizmente o tempo é de industria e não de arte.

“O que hoje se lê é a biblioteca de caminho de ferro. Os grandes carapetões da ciência, vestidos com a librê da fábula.

⁸⁷ MENDONÇA, Salvador de. *Marabá*. Rio de Janeiro, 1875.

“Ressurgiram os gigantes com botas de sete léguas; os anões endemoniados; mas sem os encantos das ingénuas credices daqueles bons tempos.

“Por isso, felicitando-o por seu livro, não creio que ele abra, como devia, uma senda brilhante a seus generosos esforços.

“Sou com estima“ Seu amigo e colega “J. DE ALENCAR”⁸⁸

A carta transcrita pelo autor, procura, portanto, conferir um valor à obra. A construção do argumento de autoridade verificada no romance *Marabá* de Salvador de Mendonça decorre também da leitura de uma figura de aptidões reconhecidas no meio político e intelectual, que seria o escritor José de Alencar, autor de pelo menos dezessete livros, além de sua conhecida atuação política.

A estratégia de publicidade observada nos exemplos citados tem um duplo objetivo: ao mesmo tempo em que valorizava uma representação de autoria perante o cenário intelectual, acrescenta à obra uma informação crítica, que além de engrandecê-la, também conduz os leitores que fossem atraídos pelas obras assinadas por autores supostamente notáveis.

A afirmação do autor aparece representada de maneiras variadas. Em alguns prefácios, o argumento de autoridade destaca a erudição do autor, enfatizando perante o público que seu discurso poderia ser avaliado como uma escrita experiente. Nota-se essa forma bem caracterizada no romance *Entre o Ceo e a Terra* (1869), de Flávio Reimar:

N'aquella saleta, que tão em cima ficava, encontrava eu sempre logar accommodado para a sós comigo scismar de cousas da arte, de litteratura amena, de poesia. No seio da natureza, propriamente fallando, que melhor caminho se poderia offercer ao espirito, no qual, posto á vontade, seguisse o rumo, que lhe aprouvesse, evitando rodeios, creando dedalos, ora vago, ora fixo, esfolhando um assumpto, desvendando um outro, preso a uma ideia e gyrando em torno d'ella até fatigar-se, outras vezes adejando rapido por entre os caprichos da imaginação, repartindo com a memória do coração o soffrimento de uma recordação saudosa ou o enflorcer de um riso meigo e doce, formado e extincto em um momento na superficie dos labios?⁸⁹

A auto-representação do autor como um erudito vem demonstrada da mesma forma no prefácio da obra *Os Francezes no Rio de Janeiro* (1870), de Manoel Duarte Moreira de Azevedo:

O desejo de ir tomando mais conhecidos certos episódios da historia pátria, de lembrar factos notáveis de que rezão as chronicas, esquecidas e empoeiradas nos archivos, de emprestar ao povo os vultos venerandos dos seus antepassados, nos tem levado a buscar assumpto para nossos romances nos monumentos históricos, nas memorias da pátria, acreditando que até nos romances nesses escriptos ligeiros e imaginários, deve o leitor encontrar um echo do passado.

(...) Lourenço de Mendonça foi a primeira tentativa do romance histórico, que o autor delineou e vestio com simpleza e imperfeição; e este é o segundo ensaio, cuja urdidura sahio

⁸⁸ Carta transcrita no final do prefácio do romance *Marabá*. In: MENDONÇA, Salvador de. op.cit.

⁸⁹ REIMAR, Flávio. *Entre o Ceo e a Terra*. São Luiz do Maranhão: Typografia de B. de Mattos, 1869.

da leitura das nossas antigualhas porque é lá que vamos buscar inspiração para esses nossos trabalhos, afim de caracterisarmos a índole, as tradições, os costumes do paiz em que nescemos e nos creamos, e registrar factos que recordão glorias á patria.⁹⁰

O autor experiente seria aquele que demonstrasse em sua obra sinais de conhecimento e pesquisa de fatos históricos, cuja composição teria demandado grande empenho do escritor, o qual teria se conservado mais próximo da verdadeira ocorrência dos fatos e, que estes, para tanto, referendassem a leitura da sua obra.

2.7. O autor reconta e recria: “quem conta um conto aumenta um ponto”.⁹¹

Dentre as diversas intenções declaradas nos prefácios pelos autores examino a seguir algumas imagens de ficcionistas que negam a responsabilidade da autoria da obra.

Uma primeira representação da ausência do autor como o verdadeiro “pai” da obra ficcional aparece sinalizada quando este quer apresentar-se através da imagem de um tradutor ou compilador de um manuscrito, de uma história antiga.

Para explicitar esta questão, transcrevo alguns trechos de prefácios que se referem à criação do texto ficcional, a partir da pesquisa de fatos históricos, dos quais o autor seria mero compilador. Na advertência da obra *A Alma de Lázaro* (1873) de José de Alencar; no prefácio de *O Garatuja* (1873), intitulado “Cavaco”, do mesmo autor, como também no prólogo de *O Índio Afonso* (1873), de Bernardo Guimarães, reconhece-se a figura do autor como aquele que apenas colhe os fatos que compõem o enredo:

Este alfarrábio, não o devo ao meu velho cronista do Passeio Público. É, como se disse no prólogo, uma escavação dos tempos escolásticos.

Tem ele, porém, se me não engano, o mesmo sabor de antiguidade que os outros, e ao folheá-lo estou que o leitor há de sentir o bafo de velhice, que respira das cousas por muito tempo guardadas.

Para alguns esse mofo literário é desagradável. Há, porém antiquários que acham particular encanto nestas exsudações do passado que ressumam dos velhos monumentos e dos velhos livros.⁹²

No referido tomo, à página 314, entre os parágrafos 35 e 39, apanhou o cronista fluminense pela rama os acontecimentos que puseram em tumulto a cidade. Aí se encontram até eruditas elucidações do caso jurídico, sobre o qual o Dr. Baltasar entendeu que devia emitir seu juízo.

Não é ele o único dos compiladores de notícias, que neste país se meteu a trapalhão, recheando a história com os lardos de uma erudição rançosa. Outros o excederam de muito nessa mania enciclopédica.

⁹⁰ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *Os Franceses no Rio de Janeiro*, 1870.

⁹¹ Ditado popular.

⁹² ALENCAR, José de. “Advertência”. In: *A Alma de Lázaro*, in *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

Escaparam porém ao cronista muitas particularidades, que ele descurou e que eu pude obter consultando um arquivo arqueológico, bem provido, e que tenho à minha disposição, para o estudar à vontade.

Meu arquivo arqueológico, por cautela vou prevenindo, não custou um centil aos cofres públicos, nem aspira à honra de ser comprado pelo governo do Sr. D. Pedro II, como está em voga desde a consciência até as leis, que tudo hoje em dia se vende, por atacado ou a varejo, em códigos ou empreitadas.

A minha preciosidade literária não custou nem mesmo o trabalho de andar cascavilhando papéis velhos em armários de secretarias; ou a canseira de trocar as pernas pela Europa, cosido em fardão agalooado a pretexto de representar o Brasil nas cortes estrangeiras. Que formidável "protopopéia!"

Cortejava-o eu com o respeito devido a um homem que vira dois séculos, talvez se preparava para o terceiro. A minha saudação respondia ele com em modo desconfiado, que eu não levava a mal, por compreender que o indivíduo logrado por três gerações tinha o direito de suspeitar até dos santos. O meu velho não tomava rapé, nem fumava; aborrecia a política, e não lia gazetas (...) Um dia, pois, tomei de escalada o velho, indo a ele, e dizendo-lhe sem preâmbulos:

— Seguramente o senhor anda rastejando pelos oitenta. Diluiu-se-lhe a carranca em um riso lavado.

— Os oitenta!... Onde vão eles, meu senhor? Então ainda eu me considerava rapaz: vinha a pé da Pavuna e voltava.

— E com quantos está agora?

— Ora, adivinhe!

— Oitenta e seis ou oitenta e sete.

— Oh! Oh!... Noventa.

— Não é possível!

— E três, meu senhor! Este Passeio Público que o senhor está vendo, ainda o Senhor Vice-Rei Luís de Vasconcelos não sonhava de mandar fazê-lo, nem de cá vir, que já eu estava nascido, e quando se abriu, que foi uma função para a cidade toda, também vim com minha mãe e a prima Engrácia, que já estava eu taludinho e com ponta de buço. Ora faça o senhor as contas!

— Não há dúvida; mas fique certo que ninguém acredita!...

Esta palavra pôs o remate à conquista. Daí em diante o velho me pertenceu, eu pude folhear à vontade esse volume precioso de anedotas e casos antigos.

Quando tiver folgas, irei dando à estampa o que me confiou esse marco do século passado, por cima do qual vai passando, sem o abalar nem submergir, o turbilhão do presente.⁹³

É verdade que quando estive na província de Goiás em 1860 e 1861, ouvi contar diversas façanhas do afamado caboclo; mas quando me lembrei, há pouco mais ou menos um ano, de escrever este romance, já delas me restava apenas uma vaga-reminiscência e, por isso é possível que uma ou outra tenha algum laivo de veracidade.

Para desenhar-lhe o caráter baseei-me no que em Catalão ouvia dizer a todo o mundo. Todos o pintavam com o caráter e os costumes que lhes atribuo, e era voz geral que ele só havia cometido um homicídio, e isso para defender ou vingar um seu amigo ou pessoa de família.

A descrição dos lugares também é feita ao natural, pois os percorri e observei mais de uma vez. Com o judicioso e ilustrado crítico o Sr. Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, entendo que a pintura exata, viva e bem traçada dos lugares deve constituir um dos mais importantes empenhos do romancista brasileiro, que assim prestará um importante serviço tomando mais conhecida a tão ignorada topografia deste vasto e belo país.

Por isso faço sempre passar a ação dos meus romances em lugares que me são conhecidos, ou pelo menos de que tenho as mais minuciosas informações, e me esforço por

⁹³ ALENCAR, José de. "Cavaco". In: *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais; o garatuja; o ermitão da glória; a alma de Lázaro*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

dar às descrições locais um traçado e colorido o mais exato e preciso, o menos vago que me é possível.⁹⁴

Nesses exemplos encontram-se descritas situações supostamente reais: o escritor exerceria então a tarefa de um escriba, aquele que apenas transcreve os fatos para o público. A representação do autor como um compilador ou aquele que traduziria de maneira prosaica os fatos reais ou históricos deveria agradar ao grupo de leitores que apreciassem obras históricas. Essa tópica era comum no romance europeu, como bem exemplifica um trecho do prefácio do livro décimo quarto do romance *Tom Jones*, que tem a seguinte didascália: “Ensaio destinado a provar que um autor escreverá melhor se tiver algum conhecimento do assunto sobre o qual escreve”:

A falar a verdade, exijo apenas que um homem tenha um pequeno conhecimento do assunto de que trata, segundo a velha máxima da lei *quam quisque norit artem in ea se exerceat*. Com isso apenas pode um escritor, às vezes, sair-se toleravelmente bem; e, de fato sem isso de pouco lhe valerão todos os outros conhecimentos do mundo.⁹⁵

Nas duas representações, a do tradutor e a do compilador, encontra-se o significado daquele que reúne documentos ou qualquer material escrito convertendo-os em textos com alto grau de verossimilhança.

Há ainda os prefácios em que o autor insinua que o texto do romance teria sido “traduzido” ou, quem sabe “imitado”. No prefácio, explica-se que seu propósito é escrever uma obra que seja de fácil compreensão, com efeito de torná-la atrativa aos leitores, como, por exemplo, no prefácio da novela *Os assassinos misteriosos ou a paixão dos diamantes* (1839), de Justiniano José da Rocha:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que vos ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vo-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francas, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, amplificando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só tive em vista, agradar-vos; Deus queira que o tenha conseguido⁹⁶.

Em todos os fragmentos acima citados compreende-se que o autor quer investir a obra de um valor de historicidade. A realização do ato criador remetido aos mais antigos documentos não só é justificada no corpo dos prefácios, como é sugerida pelos próprios

⁹⁴ GUIMARÃES, Bernardo. *Quatro romances: O Ermitão de Muquém; O Seminarista, O Garimpeiro, O Índio Afonso*. São Paulo: Martins Fontes, 1944.

⁹⁵ Capítulo I do Livro décimo quarto In: FIELDING, Henry. op. cit., p. 217.

⁹⁶ No *Jornal do Commercio* o autor publica esta nota, que não vem registrada quando da publicação em volume.

títulos que nomeiam as obras, ou ainda sintetizada pelos próprios títulos das obras, tais como: *O aniversário de D. Miguel em 1828*, cujo prefácio enfatiza que o romance será histórico, pois contará a história de uma das figuras reais da História de Portugal – D. Miguel. A obra *O ermitão de Muquem*, segundo o autor evidencia no prefácio trata-se de uma narração sobre a tradição real muito conhecida na província de Goiás e visa resgatar a história, os usos e costumes dos povos indígenas do Brasil que estão esquecidos. *Os franceses no Rio de Janeiro*, que tem como sub-título romance histórico, trata de uma narração de episódios da história da pátria, com o objetivo, segundo o autor ressalta no prefácio de ir lembrando os fatos notáveis que estão nas crônicas esquecidas nos arquivos e de apresentar ao povo os vultos mais importantes dos seus antepassados. *A Guerra dos Mascates* também recebe a alcunha de romance histórico, pois foi elaborado, de acordo com o relato do autor no prefácio da obra, após a descoberta de uma papelada velha, descoberta numa arca de jacarandá dos tempos antigos. Dentro de tal arca havia uma papelada digna de ser resguardada na memória do Instituto Histórico.

Entre os termos que se associam à memória histórica, podem-se citar: *alfarrábios*, palavra associada a livros antigos; *garatuja*, escrita de letras disformes e ininteligíveis e *crônica*, narração histórica de fatos ou da vida de membros da família real, enfim o modelo de uma ficção utilizado em “tempos idos”. Enfim, o autor que assoma como mero representante de uma voz dos antepassados sugere como forma de entretenimento o prazer de folhear histórias “consagradas” pelos antecessores que teriam sido reunidas a partir de “supostos” documentos antigos, como propõe a inscrição “Cavaco”⁹⁷, título do prefácio de *O Garatuja*. Os fatos históricos imprimem valor documental ao enredo e fornecem maior credibilidade ao texto de ficção.

O fato é que o autor fortalece sua imagem, confrontando-a com situações concretas e fictícias de forma a atrair o maior número de leitores que se deixem fascinar pelas suas histórias, fantasiosas ou não.

Há ainda outra maneira de o escritor se apresentar nos prefácios, negando a condição de autor da produção: indicando-se como o responsável exclusivamente pela edição do livro. O prólogo do romance *Senhora* (1875) fundamenta essa observação:

Este livro, como os dois que o precederam, não são da própria lavra do escritor a quem geralmente o atribuem (...). O suposto autor não passa rigorosamente de editor. É

⁹⁷ Cavaco pode ter como significado a demonstração de enfado ou zanga e, em contrapartida, pode exprimir uma conversa amigável, simples e despreziosa.

certo que tomando a si o encargo de corrigir a forma e dar-lhe um lavor literário, de algum modo apropriar-se não a obra mas o livro.

Em todo caso, encontram-se muitas vezes nestas páginas exuberâncias de linguagem e afoutezas de imaginação, a que já não se lança a pena sóbria e refletida do escritor sem ilusões e sem entusiasmos.

Tive tentações de apagar algum desses quadros mais plásticos ou pelo menos de sombrear as tintas vivas e cintilantes.

Mas devia eu sacrificar a alguns cabelos grisalhos esses caprichos artísticos de estilo, que talvez sejam para os finos cultores da estética o mais delicado matiz do livro.⁹⁸

No exemplo citado, Alencar refere-se a duas figuras: o autor e o editor. O primeiro, aquele que poderia ser o inventor ou criador da obra; o segundo, o responsável pela organização, impressão e distribuição da composição literária, podendo inclusive interferir no texto que está sob a sua responsabilidade, para fazer correções, objetivando cristalizar a forma e dar-lhe valor literário.

As reflexões feitas em torno da autoria no texto do prefácio destacam o escritor em contato com a realidade que previa um comércio para veicular as obras desses seres “iluminados”. Como síntese dessas relações entre autor e editor, LAJOLO & ZILBERMAN esclarecem os momentos iniciais em que as ligações entre escritor e editor tornaram-se mais estreitas:

(...) O escritor, ainda que seja um produtor de textos, não manufatura livros, de modo que da transação participa mais uma instância, o editor, este sendo o fabricante propriamente dito da mercadoria em questão. (...) Estas relações, ainda tão mal digeridas e profundamente idealizadas no interior do aparelho cultural, têm dupla mão: englobam, de um lado, o artista, indivíduo alheio ao mundo concreto da realidade prática segundo o estereótipo vigente; de outro, os segmentos diretamente envolvidos na produção e consumo de livros, agentes pragmáticos e voltados à finalidade legítima de ganhar dinheiro.⁹⁹

O percurso do escritor entre a produção dos seus textos e a circulação desses livros impressos por uma indústria gráfica segue o seguinte caminho: edição dos folhetins em jornais, implantação das tipografias e, finalmente, o aparecimento das editoras. A situação do escritor, no entanto, modifica-se graças à circulação das obras.

A negação da autoria e a auto-representação dos escritores como editores acirra a problemática em torno da autoria da obra literária, além de pôr em cena um questionamento: mas afinal a quem pertencia a obra? Talvez fosse sedutor para os leitores encontrarem-se diante de tal enigma.

⁹⁸ ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

⁹⁹ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. “Musa Industrial” In: *A Formação da Leitura no Brasil*. op. cit., p. 62.

Nas produções literárias do século XIX brasileiro, um grupo de ficcionistas define a autoria em seus prefácios através da situação que julgam mais atrativa: permanecer atrás das cortinas ou escondido nas entrelinhas. Em outras palavras, um grupo considerável de ficcionistas do século XIX afirma, em seus prefácios, que a autoria da obra seria de terceiros, não daquele cujo nome pode ser lido na capa do livro. Cito a seguir alguns trechos dos prefácios que exemplificam essa postura do autor.

Um belo dia recebi pelo seguro uma carta de Amaral; envolvia um volumoso manuscrito, e dizia: "Adivinho que estás muito queixoso de mim, e não tens razão.

"Há tempos me escreveste, pedindo-me notícias de minha vida íntima: desde então comecei a resposta, que só agora concluí: é a minha história numa carta.

"Foste meu confidente, Paulo, sem o saberes; a só lembrança da tua amizade bastou muitas vezes para consolar-me, quando eu derramava neste papel, como se fora o invólucro de teu coração, todo o pranto de minha alma."

O manuscrito é o que lhe envio agora, um retrato ao natural, a que a senhora dará, como ao outro, a graciosa moldura.¹⁰⁰

Há quinze dias pouco mais ou menos um homem de fisionomia muito agradável, apesar dos cinquenta anos de idade que devia ter, apresentou-se em minha casa: era para mim inteiramente desconhecido e não quisera anunciar-se pelo seu nome. (...) O desconhecido tirou do bolso um manuscrito que me pareceu pouco volumoso, e entregando-me disse:

Confio-lhe estes papéis; peço-lhe que os leia com atenção; não é um romance, é uma história que escrevi sem pretensão, sem atavios, sem imaginar episódio algum, para dar-lhe ou aumentar-lhe o interesse; é a mais simples, porque é a mais verdadeira das histórias. (...) Em vez de tomar para mim a glória ou a responsabilidade de um romance ou história de que não sou autor, se eu a fizer imprimir, dar-lhe-ei por introdução ou prólogo à narração do que se está passando na visita com que me honra. (...)

O desconhecido, o autor incógnito que teimou em não confiar-me o seu nome, e que até hoje não me tomou a aparecer, apertou-me a mão e retirou-se.

Respeitando este mistério, e nem mesmo procurando esclarecê-lo, cumpro a promessa que fiz, oferecendo aos leitores do *Jornal do Commercio* a muito simples história de *Angelina*.¹⁰¹

Este livro, como os dois que o precederam, não são da própria lavra do escritor, a quem geralmente os atribuem.

A história é verdadeira; e a narração vem de pessoa que recebeu diretamente, e em circunstâncias que ignoro, a confiança dos principais atores deste drama curioso.¹⁰²

Nos prefácios dos romances, *Diva* (1864), *O Culto ao dever* (1865) e *Senhora* (1875), a responsabilidade da autoria do romance é transferida a um outro alguém, e, embora o nome específico não seja mencionado, é este sujeito incógnito que responde pela autoria da história apenas "transcrita" pelos escritores que emprestam seu nome à obra de "outro", como aparece indicado nos prefácios.

¹⁰⁰ ALENCAR, José de. *Luciola, um perfil de mulher; Diva, perfil de mulher*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.

¹⁰¹ MACEDO, Joaquim Manoel de. *O culto do dever*. Rio de Janeiro, Publicação: Domingos José Gomes Brandão, 1865.

Nesses casos, o escritor acumula duas funções. Essa reflexão é sustentada pela diferença que Chartier atribui a escritor e autor:

O inglês evidencia bem esta noção e distingue o *writer*, aquele que escreveu alguma coisa, e *author*, aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto.¹⁰³

Portanto, a partir de tal definição, pode-se concluir que o autor das obras de ficção do século XIX brasileiro mantinha-se em proteção, entre nomes ocultos, pseudônimos, ou somente apresentava-se com iniciais. Artíficos que encobrem uma possível revelação e mesmo por meio da própria assinatura esconde-se o autor da prosa de ficção oitocentista. Esta seria mais uma maneira de conferir veracidade ao enredo relatado.

Ainda fugindo da identidade, o escritor aparece como o caçador, aquele que se apodera dos fatos para compor a obra escrita. Nesse processo, o autor é aquele que investiga, informa-se sobre fatos, histórias e contos, cria o enredo, e, recorrendo às palavras de Chartier, o autor dá identidade aos fatos. Assim, grande parte das publicações de obras de ficção do século XIX dedicava-se à recolha de narrações orais ou lendas do imaginário popular para construir os episódios da narrativa. Nesse processo, o escritor se autodefine como o mediador entre a oralidade e a escrita.

A recolha de fatos que pertencem ao imaginário popular confere uma estratégia de autenticidade ao texto literário. A atribuição da origem da narrativa a um relato oral de um fato que tenha consagração popular passa a ter um valor semelhante ao das lendas, que relatam as tradições, dando ao texto um caráter verossímil. Esses recursos permitem ao autor estabelecer um pacto de cumplicidade com o leitor.

Muitos são as obras de ficção nacional que remetem sua composição a uma representação oral. O “Argumento histórico” do romance *Iracema* (1865) registra a presença da oralidade no enredo da obra:

(...) a tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira. Ora, na província de Ceará, em Sobral, não só referiam-se entre gente do povo notícias do Camarão, como existia uma velha mulher que se dizia dele sobrinha. Essa tradição foi colhida por diversos escritores, entre eles o conspícuo autor da *Corografia Brasileira*.¹⁰⁴

¹⁰² ALENCAR, José de. *Senhora*. op.cit.

¹⁰³ CHARTIER, Roger. “O autor entre punição e proteção”. In: *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999. p.32.

¹⁰⁴ ALENCAR, José de. “Argumento histórico”. In: *Iracema*. São Paulo: Moderna, 1989.

Abrigando também os fatos adquiridos pela tradição, o romance de Bernardo Guimarães *O Ermitão de Muquém*, escrito em 1858 e publicado em 1864, apresenta no prefácio a afirmação de que sua história teria sido inspirada em fatos antigos:

Cumpre-me dizer duas palavras ao leitor a respeito da composição do presente romance, o qual (seja dito de passagem) repousa sobre uma tradição real mui conhecida na província de Goiás (...) consta este romance de três partes muito distintas, em cada uma delas forçoso me foi empregar um estilo diferente, (...) A primeira parte está incluída no Pouso primeiro, e é escrita no tom de um romance realista de costumes; representa cenas da vida de um homem do sertão (...) É verdade que meu romance pinta o sertanejo de há um século; (...) Aqui força é que o meu romance tome assim certos ares de poema. (...) Aqui há a realidade das crenças e costumes do cristianismo, unida à ideal sublimidade do assunto. Reclamava solene, uma linguagem como essa que Chateaubriand e Lamartine sabem falar quando tratam de tão elevado assunto.¹⁰⁵

Nos fragmentos dos prefácios apresentados acima, é possível verificar que os autores utilizam elementos da tradição para fundamentar o enredo apresentado na sua obra. Neste caso particular, duas personagens da tradição são usadas como personagens principais nas obras: o índio protagoniza o enredo do romance *Iracema* e, o sertanejo do sertão de Goiás é recriado nas páginas do *Ermitão de Muquém*.

Verifica-se, da mesma forma, a influência da oralidade na obra *As Tardes de um Pintor*¹⁰⁶, de Teixeira e Sousa, (1843):

Assim, pois durante várias tardes íamos nós ouvir a história do pintor. Era inquestionavelmente eu o que ouvia com mais atenção e interesse, e apenas chegava à minha casa escrevia tudo quanto ao pintor havia ouvido.

— Que quando for homem a escreva, e a faça publicar.

— Isto é se eu souber escrever para o público.

— Tem em suas mãos remédio para saber.

— Como assim?

— Muito bem: estude pouco; leia menos e escreva muito.

Eu, que na minha mocidade era um extremo inclinado a ouvir histórias interessantes (...).

— Contará a alguém a história que eu lhe contarei, com a condição que eu lhe impus; a saber, que aquele a quem contar a escreverá e publicará.¹⁰⁷

A afirmação de que as histórias teriam sido anteriormente contadas pelo povo indica que o enredo seria facilmente reconhecido pelo público. Neste caso, o escritor aqui representa a figura daquele que transcreve o que ouvira, o que fora contado.

Longe de encerrar as questões existentes em torno da autoria, pode-se concordar com o conceito postulado por Eni Orlandi quando assinala que o autor assume diversas posturas

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Bernardo. *Quatro romances*: op.cit.

¹⁰⁶ Nesta obra, o primeiro capítulo aparece como uma introdução explicativa de como ocorreu a inspiração para a escritura do romance.

em um mesmo texto, representando tipologias diversas “num mesmo espaço textual”. Essas múltiplas facetas marcam a heterogeneidade do discurso.¹⁰⁸

Diante dos elementos que se articulam e integram a concepção da autoria, pode-se concluir que não há uma receita que possa prescrever que este ou aquele autor vai ser bem recepcionado pela crítica ou pelo público, ou ainda terá seu nome inscrito na história do cânone. Categorias ligadas à autoria, como crítica, cânone, identidade, gênero, público leitor, editor, entre tantas, cercam a atividade da produção literária e exercem um jogo de poder; interferindo na arte de composição da narrativa e na afirmação da identidade do autor.

Os artifícios, as máscaras utilizadas pelos escritores poderiam atrair os leitores. As representações da imagem de autor contribuem para o fascínio da narrativa ficcional, da mesma maneira que se aliam ao encantamento do público. De um lado, o escritor representado por diversas imagens; do outro, o leitor, ambos idealizados e integrados no espaço possível para a realização dessa interação: o texto literário.

2.8. “Eu não sou eu, sou o outro”.¹⁰⁹

A autoria aparece, por diversos motivos, articulada por meio de disfarces. Entre esses aparece o uso de pseudônimos que se destaca como a estratégia mais comum. O autor assume, por meio do uso de pseudônimos, a posição de personagem, e, nesse caso, há de pensar-se um pouco no texto do prefácio de caráter ficcional.

Durante todo o século XIX foi comum entre os escritores publicarem suas obras sob um nome posticho. Caso reconhecido não só na ficção de autores com pouca relevância crítica, como também na obra de romancistas já consagrados, que tinham significativa circulação no mercado editorial. José de Alencar foi o campeão dos pseudônimos e, por diversas vezes, assinou seus prefácios com codinomes, tais como: G.M (iniciais com que assina *Escabiosa Sensitiva - outro perfil de mulher*)¹¹⁰, P. (inicial que assina ao prefácio do romance *Diva*), justificando que o romance nasceu da confiança feita pelo amigo Amaral. Sênio é o nome

¹⁰⁷ SOUSA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *As tardes de um pintor*. São Paulo: Editora Três, 1973.

¹⁰⁸ ORLANDI, Eni Pulcinelli. op.cit., p. 76.

¹⁰⁹ Verso do poema “7” de Mário de Sá-Carneiro. In: PAIXÃO, Fernando (org). *Poesia – Mário de Sá-Carneiro*. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 66.

¹¹⁰ A obra *Escabiosa Sensitiva - outro perfil de mulher*, escrito em 1863 por José de Alencar sob o pseudônimo de G.M., conservou-se inédito até 1915, quando foi publicado na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, Campinas, ano XIV. fasc. III. Nº. 940, em 30 de setembro de 1915.

ficção que Alencar assina o prefácio do romance — *Sonhos d'Ouro* (1872). Completando a lista de pseudônimos utilizados por Alencar, em 1877, Synerius é o nome que identifica o prefácio da obra *Ex-Homem*.

No romance *Diva*, o suposto autor da obra é identificado pela inicial P., indicando em seguida chamar-se Paulo, aquele que conta a história de uns originais que lhe teriam sido enviados pelo amigo de nome Amaral:

A G.M.

Envio-lhe outro perfil de mulher, tirado ao vivo, como o primeiro.
Deste, a senhora pode sem escrúpulo permitir a leitura à sua neta.¹¹¹

conforme descreve no prefácio.

O prefácio da obra *Escabiosa Sensitiva - outro perfil de mulher* (1863), assinado por G.M é destinado a uma senhora, a mesma a quem Alencar havia dedicado anteriormente o romance *Lucíola* (1862). A história que será contada no decorrer do romance, segundo G.M, é atribuída ao amigo Ernesto Sá, conforme se lê no suposto diálogo entre G.M. e Ernesto, reproduzido no prólogo:

Dias depois enviei *Lucíola* ao amigo que também vivera algumas horas na breve história do meu amor. A senhora já o conhece é o Dr. Ernesto Sá.

Uma tarde fui vê-lo na sua chácara.

(...) Conversamos cerca de uma hora. Eu falava, Sá ouvia. As recordações transbordavam de minha alma, fonte inexaurível que vazava para logo encher. (...) Ernesto falou. Sua voz pareceu afinar-se pelos ecos Soturnos da noite.

— Também eu tive uma paixão, Paulo. Extravagante como a tua e mais triste...- Oh! mil vezes mais... Uma paixão miserável.

— Por alguma cortesã?

— Não! exclamou com amargura no lábio. Não foi uma Camélia! Era...

Ergueu-se, correndo os olhos pelos alegretes do jardim. Quebrou a haste de uma saudade:

— Conheces esta flor?... A escabiosa?

Respondi-lhe com o gesto.

— É o símbolo da melancolia. Veste roxo Como ela. Não sentes, roçando-a de leve, o doce e aveludado deste limbo, e o perfume delicado que exala? Aspira-a de mais perto, O aroma evaporou-se; o veludo é áspero ao tato.

Falando, Sá arrancava os folíolos da saudade.

Despe-a da sua túnica aveludada. Olha! Só restam espinhos. Agora, nota como esta flor é seca. Espreme-se e não fica nas mãos a umidade sequer de uma lágrima, ou de uma gota de orvalho. Ela exauriu tudo... Entretanto, vê: a planta e que talo são esponjosos. A natureza os fez próprios para sugarem constantemente da terra o humor que não basta à sede insaciável da flor. Mísera flor! Assim foi ela, Paulo!

— Ela quem?

— Queres ouvir? Talvez te inspire um lindo volume como *Lucíola*.

Dirigiu-se a casa e voltou com uma fotografia colorida.

Recolhi para a senhora o que Sá me contou, conservando quando pude o delicado matiz

¹¹¹ ALENCAR, José de. Prefácio do romance *Diva - perfil de mulher*. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

da sua frase.

É outro perfil de mulher.¹¹²

A recorrência ao uso de pseudônimos está presente também na obra de Joaquim Manuel de Macedo, que atribui a autoria de um dos seus romances, *A Misteriosa*, a um certo Fileno. No início do prólogo do romance já aparece a justificativa:

Fileno não é o nome, é o pseudônimo de um jovem de vinte e dois anos, que há poucos dias lembrou-se de procurar-me para me pedir que escrevesse um romance de certo caso que por último lhe tinha acontecido. (...) Deste modo o senhor *Fileno* fica com toda a responsabilidade, não só dos seus feitos, como da narração deles¹¹³.

O uso recorrente de pseudônimos mantém a possível distância entre texto e autor. Essa representação ajuda a manter a incógnita da real autoria, ao mesmo tempo em que estimula a imaginação do leitor seduzido pelos caminhos enigmáticos que encadeiam a composição artística.

¹¹² ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

¹¹³ MACEDO, Joaquim Manuel de. "À Moda de Prólogo". In: *A Misteriosa*. Rio de Janeiro: Ocidente, [19-]

Histórias, Memórias, Aventuras, Vidas...

As grandes cidades precisam de espetáculos, e os povos corrompidos, de romances.

(Jean-Jacques Rousseau)

1. Livros, leitores, romances.

Acerca do romance e da sua repercussão, até hoje se buscam respostas que sejam satisfatórias para perguntas em torno do gênero que trouxe inovações ao discurso literário tradicional: a forma do romance diferiria dos clássicos gregos? onde e como teria surgido esta nova forma literária? São algumas das perguntas feitas por críticos dos séculos XIX e XX.

Contudo, a origem tanto quanto a propagação do gênero são irrelevantes para alguns estudiosos. O fato é que, indiferente à crítica, a forma romanesca se expandiu de maneira a satisfazer os anseios do público. Diante da importância que essa forma literária assumiu na vida dos leitores, da maneira como identificaram suas próprias fraquezas e alegrias com as dos personagens dos romances, discutir em qual nação teria nascido o gênero não é assunto de grande importância para alguns críticos, como Sade, que, ao defender o gênero, afirma serem irrelevantes seu tempo e lugar de origem:

Chamamos de romance a obra de ficção composta das mais singulares aventuras da vida dos homens. (...) Não é preciso, portanto, tentar procurar a origem desse gênero nesta ou naquela nação privilegiada.¹

No entanto, no instante em que começa a surgir este novo gênero, que tinha como títulos "*A história de...*", "*As memórias de...*", "*As aventuras de...*", "*A vida de...*"² e correspondia a toda essa variedade de publicações daqueles momentos iniciais, tinha como objetivo encontrar uma correspondência entre o texto literário e a realidade recriada, conforme aponta Sandra Vasconcelos:

¹ SADE, Marquês de. "Nota sobre o romance ou A arte de escrever ao gosto do público". In: *Crimes de Amor* Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 27 e 31.

² VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860* (Vertentes Inglesas) In: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/index.html> 01/10/2002 . p. 5.

(...) a variedade de publicações daqueles momentos iniciais (...) parecia pretender dar alguma verossimilhança aos relatos e torná-los mais aceitáveis pelo público leitor que colocava sob suspeita tudo o que contivesse um conteúdo ficcional.³

No espaço em que surgiu a prosa de ficção, diversas foram as reações da crítica e dos leitores. A crítica reproduzia o pensamento sobre a forma como os textos foram recebidos por uma camada de intelectuais e, identificava a leitura de romances como moralmente perigosa se comparada às leituras eruditas que ampliavam o conhecimento e aos textos religiosos que aperfeiçoavam o espírito. Márcia Abreu faz uma análise comparativa do que significava ler romances no século XVIII em relação à leitura de outros tipos de textos :

Embora fonte de inconvenientes físicos, há leituras que valem a pena, enquanto outras são unicamente perniciosas. Dentre essas, muitos incluem a leitura dos romances, tida como perigosa pois faz com que se perca tempo precioso, corrompe o gosto e apresenta situações moralmente condenáveis. A leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebe a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores.

(...) Enquanto a leitura das belas letras tem por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parece sem finalidade.⁴

Esse conceito em torno da leitura provinha das idéias pautadas por alguns eruditos que tinham como modelo para a excelência dos textos o padrão clássico, ou ainda os textos religiosos que serviam como parâmetro para avaliar a boa leitura. As leituras consideradas “benéficas”, ou que faziam parte do seleto grupo das “belas letras”, tinham como objetivo não só instruir, mas edificar o espírito. Tais considerações derivam de um conceito de literatura no qual se incluem as belas letras:

Assim, a leitura prescrita centrava-se nos textos clássicos e naqueles escritos sob sua inspiração, bem como nos tratados de arte poética e retórica, que teorizavam a produção e regulavam a recepção. O modelo de leitura funda-se no reconhecimento e não na descoberta de algo novo e individual. Leitura é, fundamentalmente, comparação e julgamento.⁵

Sabe-se que o romance tornou-se popular inicialmente na Inglaterra, através das obras de Defoe, Richardson, Fielding e Sterne e, posteriormente com Charles Dickens, as irmãs Brontë (Charlotte, Emily e Anne Brontë) e outros romancistas como Mary Elizabeth Braddon, George Gissing e Thomas Hardy, dentre tantos. Na França, o romance também ganha representatividade desde o século XVIII, quando já era um gênero de sucesso com a

³ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860*. op. cit., p. 5.

⁴ ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Tese Livre Docência apresentada na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. p. 255.

⁵ ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler: Leituras das belas letras no Brasil Colonial”. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. p. 223.

repercussão das obras de Prévost, Sage e Saint Pierre. Nos anos 30 do século XIX, o gênero se distingue com os romancistas Balzac, Paul de Kock, Eugenie Sue e, a partir dos anos 40, com Flaubert que alcança sucesso com a novela *Novembro* (1842), o romance histórico *Salambô* (1862) e o polêmico *Madame Bovary* (1857).⁶

Nesse momento do aparecimento do romance e do seu reconhecimento, o conceito da leitura de romances como algo maléfico esteve presente no imaginário de grande parte das famílias que queriam conduzir as leituras das filhas. A idéia de que a leitura de romances poderia provocar danos à alma humana também era corrente no Brasil. Nos anos oitocentos os romances eram tratados como “leitura perigosa”, pois podiam depreciar a moral, ou ainda como leitura pouco instrutiva.⁷ Esse tipo de leitura não fazia parte da biblioteca dos homens sábios e era alvo da crítica. Tal observação pode ser comprovada no prefácio que Alencar escreveu ao seu romance *Sonhos d’ Ouro*, intitulado “A Bênção Paterna”, no qual descreve a situação do romance enquanto gênero e do romancista enquanto profissional das letras:

Ainda romance! Com alguma exclamação, nesse teor, hás de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno.

Não faltará quem te acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por aí anda a fabricar romances e dramas aos feixes. Musa industrial no Brasil! Se já houve deidade mitológica, é sem dúvida essa de que tive primeira notícia, lendo um artigo bibliográfico. Não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias. E nosso atraso provém disso mesmo, e não daquilo que se vai desacreditando de antemão. Quando as letras forem entre nós uma profissão, talentos que hoje apenas aí buscam passatempo ao espírito convergirão para tão nobre esfera suas poderosas faculdades (...) Ingrato país que é este. Ao homem laborioso, que sobrepujando as contrariedades e dissabores, esforça por abrir caminho ao futuro, ou o abalem pela indiferença mal encetou a jornada, ou se ele alcançou, não a meia, mas um pouso adiantado, o apelidando-lhe a musa de industrial! Dá-te advertido, pois, livrinho; e, se não queres incorrer na pecha passando por um produto de fábrica, já sabes o meio. É não caíres no gotto da pouca gente que lê, e deixares-te ficar bem sossegado, gravemente envolto em uma crosta de pó, à espera do dente da traça ou da mão do taberneiro que te há de transformar em cartucho para embrulhar cominhos. Também encontrarás algum crítico moralista que te receba de sobrolho franzido, somente ao ver-te tio rosto o dístico fatal! Se já anunciaram às tubas que o romance desacredita quem o escreve! De minha parte perguntarás ao ilustrado crítico em quais rodas, ou círculos, como ele as chamou portuguesamente, se não consente que penetre o romance. Tenho muito empenho em saber

⁶ Hallewell atribui à França o primeiro local onde o romance tenha se tornado um gênero dominante. In: HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 139.

Sobre a representação da propagação do romance pela França e a entrada de obras em território brasileiro, Sandra Vasconcelos considera que a presença francesa ofuscou a inglesa, exercendo o papel de mediadora entre o Brasil e a Inglaterra, pois muitos dos romances ingleses que aqui chegavam eram traduzidos para o francês antes da importação. In: VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860. op. cit., p. 4.

A argumentação de Sandra Vasconcelos encontra ressonância numa passagem do romance *Sonhos d’Ouro* de José de Alencar, na qual há uma descrição da *invasão* francesa em terras brasileiras: “A literatura francesa nos invadiu; e por algum tempo foi nosso único fornecedor de idéias. Das outras apenas conhecíamos as obras-primas, os grandes poetas. Ultimamente já entramos em comércio com outras literaturas”. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d’Ouro*. op. cit., p. 91

⁷ ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. op. cit.

disso para fugir o mais longe que possa dessa latitude social. Deve de haver aí tal bafio de mofo, que pode sufocar o espírito não atreito à pieguice.⁸

O romance como leitura desprovida de maiores aprofundamentos foi descrito pelo escritor Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1862:

Pode-se dizer que nosso movimento literário é dos mais insignificantes possíveis. Poucos livros se publicam e ainda menos se lêem. Aprecia-se muito a leitura superficial e palhenta, do mal travado romance, mas não passa daí o pecúlio literário do povo.⁹

De fato Machado só iria publicar seu primeiro romance, *Ressurreição* (1872) dez anos depois do que havia escrito no *Diário do Rio de Janeiro*. E depois se consagraria como um dos grandes romancistas do século.

Acerca da prevenção contra a leitura de romances ou novelas, o Padre Lopes Gama é severo e, em um artigo escrito em 6 de maio de 1843, para o jornal *O Carapuceiro*, assevera:

Se alguma ingerência tivesse nos colégios estabelecidos em Pernambuco, eu recomendaria às Sras. Diretoras, não consentissem às suas educandas a pernicioso leitura de novelas, porque para dizer de uma vez tudo a quem bem me entende, nenhuma necessidade há de ensinar ao gato o caminho da despensa. Não faltará quem já me estranhe o muito que embirro com as tais novelas; mas não sou eu só, todos os moralistas as reprovam e entendem que são prejudiciais, mormente ao belo sexo no verdor dos anos.¹⁰

Para ratificar suas idéias, o Pe. Lopes Gama cita a Sra. Campan, em cuja obra sobre a educação de meninas se expressa o mesmo tom contrário à leitura de novelas destinadas às moças, comungando das idéias do padre:

Estas obras têm o perigo de abalar o coração e o espírito por sentimentos nascidos do poder do amor, por inclinações contrariadas e por sucessos imaginários que o talento do autor envolve de uma verossimilhança enganosa. (...) Tão sedutora pintura fere a imaginação de uma menina, e desde logo ela entra a procurar no mundo a quimérica imagem dos heróis cujas aventuras tem lido e se (o que muitas vezes acontece) o marido que lhes fora destinado não lhe oferece semelhanças com essa imagem querida, também muitas vezes acontece que a moça casada tem a desgraça de a procurar ainda.¹¹

De acordo com o Pe. Lopes Gama a leitura para edificar o espírito da moça deveria ser instrutiva e conter princípios morais. À mãe, muitas vezes, cabia a tarefa de mediar as leituras das filhas. Parte da história que narra o contato das leitoras com os livros está registrada nas memórias da escritora baiana Anna Ribeiro:

⁸ ALENCAR, José de. "Bênção Paterna". *Sonhos d'ouro*: op. cit.

⁹ LAJOLO, & ZILBERMAN. op. cit., p. 78.

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonçalves de. *O Carapuceiro: O Padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco – 1840-1845*. p. 47.

¹¹ idem, p. 47-48.

Já compreendia tudo o que lia, e minha mãe só se preocupava em evitar leituras contrárias aos princípios de moral que não cessava de inculcar-me.¹²

As várias tentativas de disseminar a idéia de que a leitura de romances ou novelas seria prejudicial ou nociva à educação feminina encontra espaço também nas próprias páginas da ficção oitocentista. De acordo com Ubiratan Machado, alguns escritores de romances precaviam as mulheres quanto aos perigos da leitura de romances; dentre eles está Bernardo Guimarães, que adverte sobre a ameaça fornecida pela emoção da leitura:

O amor ideal, alimentado pela leitura de romances e poesias, que sem escolha e sem critério lhe eram fornecidos com todas as suas exaltações febris e romanescas aberrações escaldava-lhe a imaginação já de si mesma viva e apaixonada.¹³

Em contrapartida, também aparecem nas páginas de ficção outros tipos de considerações sobre o romance, sejam para se referir a ele como simples instrumento de diversão, seja para enobrecê-lo através de alguma qualidade:

Quais são os romances preferidos? São os de complicado enredo, os magníficos, os emaranhados que não passam de ampliações de contos de fadas para crianças grandes. Não há ainda o critério estético; não sei se posso dizer assim. O leitor não se preocupa com a substância nem com a forma; a inverossimilhança é o seu ideal, quanto mais irreal melhor. Dê o senhor a um homem um bom estudo de caracteres e uma fábula bem lantejoulada que ele não hesitará um momento. Se os senhores quisessem tentar o gênero Ponson, isso sim... mas psicologias... hum! (...) Agora, eu te digo: também não vou muito com as tais psicologias. A ciência tem o seu lugar no real; o romance faz-se de sonhos e, até para o equilíbrio intelectual, acha necessária a discriminação — a cada um o que lhe cabe: ao sábio, a investigação; ao poeta, a fantasia. Cada macaco no seu galho. Eu, por exemplo, depois de um livro científico gosto de repousar em uma página de Dumas ou de Mery, como depois de umas horas de trabalho no meu gabinete, sinto-me bem no meu jardim, olhando as flores, ao fresco da tarde. É um alívio. Não posso com as tais psicologias, são quase sempre falsas — os autores não estudam caracteres, fazem-nos para as situações que imaginam.¹⁴

Nesta citação do romance *A Conquista*, de Coelho Neto, o narrador comenta que cada leitor deve procurar a leitura pela qual se sinta atraído independente de valorizar mais um ou outro tipo de leitura. A prosa de ficção oitocentista encontra defesa e valorização nas páginas da crítica, conforme palavras do Cônego Fernandes Pinheiro:

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novelas e as histórias, que tanto delectavam a nossos pais. É uma leitura agradável e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metafísicas, que aliás

¹² BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. op. cit., p. 74.

¹³ GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. Rio de Janeiro: s.d. Apud. MACHADO, Ubiratan. op.cit., p. 50.

¹⁴ NETO, Coelho. *A Conquista*. In: <http://www.biblio.com.br/Templates/CoelhoNeto/aconquista.htm>. p. 104.

escapariam à sua compreensão. Se o teatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em ação.¹⁵

Durante a fase inicial, o romance foi associado, como vimos, a uma leitura frívola e como entretenimento de pessoas desocupadas. Neste sentido alguns romances aparecem com a função de diversão, e, no prefácio, o autor orienta à leitura:

Para entreter huns dias de plena ociosidade, escrevi este romance fundado em actos verdadeiros da história da descoberta e uso do café, que tão interessante se tomou para a nossa patria. Pareceu-me o assumpto util e agradável, ainda que desviado da estrada ordinaria dos romances (a e omicos), para quem são as intrigas de amar o ente ao ponto de suas vibrações: respeitando contudo este gosto e opinião commum desenvolvida sempre n'essa especie de composições.¹⁶

Estes folhetins têm o grande mérito de se fazerem esquecer depressa no borboletear prodigioso da imprensa diária; sem deixarem sequer na passagem o traço do aerólito, ou a espuma da vaga que se desfaz com a brisa!

(...) Os tipos de que lancei mão para esses ligeiríssimos contos são grotescos e ridículos; meio único de divertir o leitor que não gosta de obituários e prefere o riso franco, rápido, efêmero, como o folhetim que lho arrancar dos lábios, à cruel e sensaborona tristeza, que é afinal de contas partilha de todos nós, os lidos e os leitores da terra!"

(...) O folhetim entra hoje de cabeça alta por toda a parte; é uma espécie de *viveur* que tem medo de duelos e provoca-os a todo momento, brinca, passeia, conversa e tira pares infatigavelmente para a contradança da alegria universal!¹⁷

Neste momento em que o gênero ainda não estava estabelecido, cabia aos escritores defendê-lo e tentar enobrecê-lo. O espaço dos prefácios funciona como um diálogo que o escritor estabelece com a crítica e com o público a fim de definir o novo gênero literário.

As questões levantadas nos prefácios que pretendem definir e enobrecer o gênero merecem atenção porque elas apontam o caminho pelo qual foi constituído o gênero romanesco. As estratégias de associar o romance a este ou àquele fato eram as armas de que os escritores dispunham para conquistar seus espaços.

Entretanto, a crítica brasileira demorou a reconhecer como válidos e significantes os romances publicados por nossos romancistas. Repetiam discursos em que elegiam os europeus e colocavam em desvantagem as produções nacionais. Dentre muitas das críticas publicadas em jornais do século XIX, cito duas de Manuel Antônio de Almeida, que exemplificam o enaltecimento dos escritores europeus:

¹⁵ J.C. Fernandes Pinheiro. "Vicentina, romance do Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo", G, III, 1855, págs. 17-20. Apud. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. II. São Paulo: Martins, 1964. p. 119.

¹⁶ SILVA, João Manuel Pereira da. *Jerônimo Corte Real*. op.cit.

¹⁷ GUIMARÃES, Luís Jr. *A Família Agulha*. Rio de Janeiro: INL, 1987.

São poucos os que escrevendo a história atingem ao ponto desejado; porque é mister ter a vista muito larga para abranger o horizonte imenso da humanidade e copiar as sombras que este ou aquele povo desenhou em sua passagem por essa extensão. São poucos, porém alguns realizam em toda a sua grandeza a missão da história. Entre esses, faço grande violência ao meu entusiasmo para dar apenas a Lamartine um lugar dos mais distintos: eu queria dar-lhe o primeiro.¹⁸

Eis-me aqui um livro sobre o qual posso escrever sem o mais leve escrúpulo. Não se trata de um nome novo, nem de uma reputação indecisa. (...) É tempo, mesmo para que se esteja a salvo daquilo que chamam ficções da escola romântica, de tomar as idéias como elas são representadas, de tomar as palavras no seu sentido próprio. Há muito que os prólogos dos livros são tidos na conta de uma página mentirosa que se escreve para engrossar o volume. (...) O talento de Bocage foi um fenômeno intelectual que raras vezes se repete; e a escola que arremeda, pensando que o copia, não se pode autorizar com aquela exceção.¹⁹

As publicações brasileiras não eram vistas com bons olhos pelos críticos, lamento constante nas linhas de José de Alencar, cuja obra *Iracema* (1867) foi alvo de severas críticas:

Não, esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tomar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.²⁰

A crítica fechava os olhos para o fato de que o romance brasileiro procurava reproduzir a feição mais próxima da realidade nacional e, conseqüentemente, mais próxima da vida do público leitor da época. Daí a justificativa de haver uma significativa produção de prosa de ficção no século XIX brasileiro, permitindo ao leitor de hoje entender como este gênero se impôs entre nós.

O discurso ecoa também em alguns dos prefácios que introduziam os romances brasileiros oitocentistas, fazendo ressoar a idéia de que o romance brasileiro deveria comparar-se ao europeu ou elevando nomes de romancistas estrangeiros como distintivo de reconhecimento:

¹⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. "A ambição de idéias; conversas com Lamartine". Publicado originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 04/01/1855. In: MENDONÇA, Bernardo. op.cit., p. 39-40.

¹⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. "Bocage e o improviso". Publicado originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 04/06/1855. In: MENDONÇA, Bernardo de. *Manuel Antônio de Almeida – Obra dispersa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p. 63-64.

²⁰ Artigo escrito sobre *Iracema* pelo Sr. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) — poeta, novelista, dramaturgo historiador, jornalista, orador e político português. Figura de grande prestígio em sua época foi professor do antigo Curso Superior de Letras em Portugal, distinto literato português. Publicado em seus *Novos ensaios críticos* (1867). In: ALENCAR, José de. Posfácio à 2ª edição de *Iracema*. p. 1.

Assim, pois, é com a maior humildade que me apresento a vós, benévolo leitor, rogando-vos animeis com o vosso acolhimento a primeira produção de meu espírito. Se realizardes as minhas esperanças, fareis desenvolver o meu talento, que se aniquilará até a última centelha com o vosso despreço. *D. Narcisa de Villar* foi escrita quando apenas tinha eu 16 anos: merece, portanto que desculpeis a mediocridade da linguagem e a singeleza com que decorei as cenas.

A *Delphina* de Madame Staël não é sem defeitos, e, entretanto ela foi recebida em Paris com estrondoso acolhimento, assim como a tímida e ingênua Clara d'Alba por simples que é de atavio, não deixou de ganhar à boa Madame Cottin, um nome ilustre na república das letras. Permiti-me contar que fareis também com que um dia seja tão favoravelmente acolhido, por seus compatriotas, o humilde e grato nome com que subscreve os seus ainda mais humildes escritos a

*Índigena do Ypiranga*²¹

Aqui há a realidade das crenças e costumes do cristianismo, unida à ideal sublimidade do assunto. Reclama, pois esta parte um outro estilo, em tom mais grave e solene, uma linguagem como essa que Chateaubriand e Lamartine sabem falar quando tratam de tão elevado assunto.²²

É provável que, se assim não fosse, mais cedo tivesse regressado aos arraiaes do Direito Romano. Não foi porém o que aconteceu. Atirei-me inconsideradamente aos mares da publicidade, devorado por um prunido de compor, escrevendo a torto e a direito, sem possuir os elementos necessários, alheio as leituras fortificantes, apenas influenciado pelo *dissolvente* dos romances de Ponson du Terrail e outros.

Ignorava ainda que, para vir a ser alguma coisa em letras, dando como admissível a *hypothese*, como bem pondera Balzac, seria preciso primeiro *varrer da cabeça o montão de tolices, que a ocupava, antes de principiar a escrever coisas com jeito*.²³

Quando o gênero ainda não tinha a devida identidade nacional, alguns autores procuravam elevar sua obra buscando comparações com os autores europeus já consagrados, conhecidos e lidos no Brasil. Um bom exemplo é o da escritora Ana Luíza de Azevedo Castro que, lançando-se como escritora, como está relatado na citação acima, compara-se a outras escritoras femininas de expressão européia para valorizar seu nome pouco conhecido na Literatura Brasileira.

Para entender uma forma que aparecia como um novo modelo de ficção, é importante conhecer algumas definições que conceituam o romance e passam a legitimá-lo. Entre os teóricos mais modernos, destaca-se Mikhail Bakhtin (1895-1975) que identifica a origem do gênero no modelo grego e nos romances de cavalaria medievais, pois já nestas obras eram costumeiras as tramas com aventuras, as descrições minuciosas de lugares e espaços e as

²¹ CASTRO, Ana Luíza de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. 2ª. ed. Editora Mulheres, 1999. Publicado primeiramente em folhetim no periódico *A Marmota*, Rio de Janeiro, de 13 de abril a 6 de julho de 1858, sob o pseudônimo de Índigena do Ipiranga. Em 1859 foi publicado por Paula Brito, Rio de Janeiro, na 1ª. edição em livro.

²² GUIMARÃES, Bernardo. *Quatro romances*. op.cit.

²³ Araripe Júnior. *O Ninho do Beija-Flor* em folhetim no *Jornal Constituição*, Fortaleza, 1874.

histórias de amor que engendram o enredo narrativo. Bakhtin identifica no terreno dos antigos clássicos a tradição estética em que se insere a prosa de ficção moderna:

Chamaremos por convenção o primeiro tipo de romance clássico (primeiro não no sentido cronológico) de “romance de aventuras de proações”. (...) assim chamado romance “grego”. (...) Nesses romances, encontraremos um tipo de tempo de aventuras profunda e meticulosamente desenvolvido, com todas as suas nuances e particularidades específicas. A elaboração desse tempo de aventuras e a técnica de sua utilização no romance são tão profundas e completas, que todo o desenvolvimento posterior do verdadeiro romance de aventuras até nossos dias não lhe acrescenta nada de substancial. (...) Os enredos desses romances revelam enorme semelhança e constituem-se essencialmente dos mesmos elementos. (...) São dadas no romance descrições às vezes detalhadas de algumas particularidades de países, cidades, construções diversas, obras de arte, usos e costumes da população (...) e outras curiosidades e raridades. Paralelamente a isso, são incluídas no romance reflexões (às vezes bastante vastas), acerca de diferentes temas religiosos, filosóficos, políticos e científicos (sobre o destino, os presságios (...) as paixões humanas, lágrimas, etc.) (...) Todos os elementos do romance, (...) sejam os de enredo, os descritivos, ou os retóricos, não são de modo algum novos: todos eles encontravam-se e foram bem desenvolvidos em outros gêneros da literatura clássica. (...) Todas as ações do romance desenrolam-se entre os dois pontos – pólos de ação do enredo – são os acontecimentos essenciais na vida dos heróis; eles trazem em si o significado biográfico.²⁴

A idéia do romance como uma decorrência dos antigos clássicos não constitui uma novidade. No século XVIII, o Marquês de Sade já postulava a filiação do romance aos gregos, apresentando as fontes originais na tradição das histórias dos deuses:

(...) foi nas regiões que primeiramente reconheceram os deuses que os romances tiveram origem (...) eis as obras de ficção a partir do momento em que a ficção se apossa do espírito dos homens. Há livros de ficção a partir do momento em que existem quimeras. (...) o nome romance outrora era dado às histórias, e que foi aplicado, depois, às ficções, o que é uma prova incontestável de que umas vieram das outras. (...) O homem está sujeito a duas fraquezas inerentes à sua existência, que a caracterizam. Por toda parte cumpre que ele reze, por toda parte cumpre que ele ame, eis a base de todos os romances: fê-lo para pintar os seres a quem implorava, fê-lo para celebrar aqueles a quem amava. (...) E como o homem rezou e amou em todas as partes do globo onde habitou, houve romances, isto é, obras de ficção que ora pintaram os objetos fabulosos de seu culto, ora os mais reais de seu amor.²⁵

Num processo de ascensão ou de desenvolvimento, a prosa romanesca misturaria gêneros ancestrais com a reformulação da figura heróica, transformando-a numa personagem mais identificável com o homem moderno e que daria prazer vicário ao leitor de romances.

A essa evolução, que se constitui sobretudo pela inserção de múltiplas vozes num mesmo gênero, pela interlocução de diálogos entrecruzados, pela presença de diferentes modalidades de escrita como cartas, diários e documentos, num mesmo espaço e até por descontinuidades cronológicas, Bakhtin deu o nome de “plurilingüismo”:

²⁴ BAKHTIN, Mikhail. “O Romance Grego”. In: *Questões de Literatura e Estética – A Teoria do Romance* - 3 ed. São Paulo: UNESP, 1993. p. 213-215.

É justamente o caráter plurilíngüe, e não a unidade de uma linguagem comum normativa, que apresenta a base do estilo. (...) Desta forma, a estratificação da linguagem literária, seu caráter plurilíngüe, é postulado indispensável (...) cujos elementos devem projetar-se sobre diferentes planos lingüísticos. (...) O romance admite introduzir na sua composição diferentes gêneros, tanto literários como extraliterários. (...) Os gêneros introduzidos no romance conservam habitualmente a sua elasticidade estrutural, a sua autonomia e a sua originalidade lingüística e estilística.²⁶

Bakhtin postula uma das teorias do romance que se enquadra à da prosa de ficção oitocentista e perdura até nossos dias, pois avalia, em amplo sentido, as características que definem a prosa romanesca.

Essas diferentes formas de texto que aparecem no romance sejam elas — cartas, diários, documentos, ou mesmo os diálogos que cruzam a narrativa, nada mais são do que a soma de relatos da vida comum do indivíduo. Neste sentido, o gênero romanesco seria a forma que mais se aproxima da descrição da vida real. Bakhtin define como plurilingüismo o encontro de múltiplas vozes na narrativa, e se aproxima do que o teórico inglês Ian Watt chama de “realismo formal”, que seria as descrições da vida comum no enredo da prosa de ficção marcada pelas interferências de textos na narrativa, tais como as cartas que têm grande significado na teoria de Watt.

Desta forma, dentre as marcas que determinam o perfil da nova forma literária, Ian Watt enumera algumas das principais peculiaridades do gênero romanesco. Primeiramente Watt chama atenção para o “realismo”, assinalando esta como a principal diferença entre a obra romanesca e a ficção anterior.²⁷ A forma realista imprimia ao romance a característica de enredos que pudessem se assemelhar com a realidade, de forma a não parecerem criação inventiva. Watt considera o realismo “a característica mais original do gênero romanesco”²⁸:

(...) esse emprego do termo “realismo” tem o grave defeito de esconder o que é a característica mais original do romance. (...) na verdade, porém, certamente procura retratar todo tipo de experiência humana e não só as que prestam a determinada perspectiva literária: seu realismo não está na espécie de vida apresentada, e sim na maneira como a apresenta.²⁹

De acordo com a premissa postulada por Watt, o realismo valida os romances ingleses de Defoe, Richardson e Fielding porque estão agregados a acontecimentos verossímeis

²⁵ SADE, Marquês de. op.cit., p. 28-31 .

²⁶ BAKHTIN, Mikhail. “O Plurilingüismo no romance”. op. cit., p. 113, 116, 124..

²⁷ WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 12.

²⁸ idem, p. 13.

²⁹ idem, p. 13.

vivenciados por personagens como Moll Flanders, que é uma ladra, Pamela, uma hipócrita, e Tom Jones, um fornicador.³⁰

Da mesma forma, há também nas obras brasileiras personagens que se enquadram nos padrões de verossimilhança, apresentando fatos cotidianos e caracterizados como seres vulneráveis — Lucíola era uma prostituta, Jorge ambicioso, Virgília adúltera e, Leôncio um explorador de escravos. Deve-se atenção especial à importância do realismo no romance pela correspondência entre a realidade e o texto da prosa de ficção, principalmente no que se refere à identificação do indivíduo com o enredo ou com as personagens, de acordo com Ian Watt:

O romance é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora. As formas literárias anteriores refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional (...) O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo partiu do romance. (...) Assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade.³¹

O romance propõe uma nova representação da realidade, o que Ian Watt chama de “tradição coletiva pela experiência individual” e isso não constitui tarefa das mais fáceis. Watt chama atenção para uma segunda e importante característica que deve estar presente na nova forma: o enredo deveria envolver situações e pessoas comuns, caracterizar identidades particulares:

Era preciso mudar muitas coisas na tradição da ficção para que o romance pudesse incorporar a percepção individual da realidade com a mesma liberdade (...) Para começar os agentes no enredo e o local de suas ações deviam ser situados numa nova perspectiva literária: o enredo envolveria pessoas específicas, e não, como fora usual no passado, tipos humanos genéricos atuando num cenário basicamente determinado pela convenção literária adequada.³²

O gênero romanescos apresentava em maior ou menor escala traços da vida comum, os que oferecem uma maior aproximação com a realidade. Nos enredos do romance foram pintadas cenas concernentes à vida íntima familiar, aos ambientes caseiros, situações rotineiras do cotidiano, quadros que expressaram o homem comum nos seus sentimentos de amor, dor, felicidade, rejeição, insegurança, e os anseios de sucesso e ambição entre tantas sensações e dramas que compõem a alma humana. Esta forma narrativa também trazia em seu enredo temas polêmicos e tabus nunca antes tratados na prosa, como a mistura de classes sociais, intrigas, trapaças, amores e desamores.

³⁰ *idem*, p. 13.

³¹ *idem*, p. 15.

³² *idem*, p. 17.

O novo gênero que chegava às mãos dos leitores contava geralmente histórias urbanas, com personagens típicas de uma cidade ou de uma região onde se desenvolve a ação, composta de personagens que reproduzem a vida com problemas comuns a todas as pessoas, criando verossimilhança e credibilidade. Das crises aos momentos de glória, das lágrimas às realizações de amor, os personagens estabelecem cumplicidade com o público que se identifica com o que lê.

1.2. A prosa de ficção: momentos iniciais.

A nova forma de ficção objetivava, então, a apresentação da vida comum. Isso se dava, sobretudo, através da construção de personagens que concentram os problemas relacionados à vida comum, que tinham nome próprio, endereço, enfim, eram seres individualizados:

(...) os primeiros romancistas romperam com a tradição e batizaram suas personagens de modo a sugerir que fossem encaradas como indivíduos particulares no contexto social contemporâneo.³³

No Brasil, o acesso dos leitores à prosa de ficção teve início primeiramente com a importação de livros que aqui chegaram na metade do século XVIII. Posteriormente, a afinidade com a leitura e (o que me faz pensar) a relativa demanda dos leitores por romances teria viabilizado as publicações de traduções e versões de folhetins europeus, feitos por brasileiros no século XIX, impressos em tipografias nacionais, que editavam alguns dos romances mais procurados.

As traduções de folhetins estrangeiros eram comuns e correntes entre os brasileiros³⁴, era uma maneira de o escritor ganhar algum dinheiro. Manuel Antônio de Almeida relata esta atividade numa carta dirigida a Quintino Bocaiúva, datada de 8 de fevereiro de 1861:

Tenho uma tradução em mais de metade; manda-me dizer se devo em todo caso remeter ao Diário, ou se será melhor ver (lembrei-me agora disto de repente) se, por intermédio de Cussen, o Jornal do Commercio a quer comprar, para não perder o trabalho. Ai vão 50\$960 da publicação que por minha ordem fez o Diário.³⁵

³³ idem, p. 20.

³⁴ Segundo Hallewell, Justiniano José da Rocha teria sido o pioneiro nas traduções, e suas publicações no Jornal do Comércio eram quase simultâneas às do jornal de Paris. In: HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 139. Entre os nomes de tradutores destaca-se Violante Atalipa Ximenes de Bivar — de origem inglesa, nasceu na Bahia e veio a falecer em 1875. Fundou o *Jornal das Senhoras* (1º periódico brasileiro escrito por mulheres). Traduziu obras de Alexandre Dumas e Goldoni, estampadas em jornais e revistas da época. In: MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1978. p. 115.

³⁵ “Correspondência – Maneco, na primeira pessoa do singular”. In: MENDONÇA, Bernardo de. *Manuel Antônio de Almeida – Obra dispersa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p 105.

A escritora Nísia Floresta também traduziu algumas obras, como um folheto original de Miss Godwin, em 1832, que tinha como título *Direito das Mulheres e injustiça dos homens*, reeditado em 1833, 1839 e 1842.³⁶

A representação ficcional do tradutor de folhetins está anotada nas páginas da ficção, como no romance *Os Sonhos d'Ouro*, de José de Alencar, quando aparece um personagem que encarna a figura do tradutor:

O livro que Ricardo traduzia era de Balzac: *Eugénia Grandet*. Esperava achar um editor para a obra-prima do ilustre romancista francês; coisa bem duvidosa.³⁷ (...) Conseguiu ao cabo de muita paciência a tradução de um folhetim, que lhe deixava uns setenta mil-réis por mês; e tivera uns dois processos policiais que, pagos mesquinamente, lhe tinham metido no bolso uma nota de duzentos.³⁸

No início do século XIX, muitas das obras de ficção publicadas em jornais e revistas eram traduções de ficções estrangeiras. Ubiratan Machado, referindo-se a um levantamento feito por J.M. Vaz Pinto Coelho, informa que entre 1830 e 1854 teria havido 74 traduções de folhetins europeus no Brasil, número que representava um percentual muito superior em relação às publicações brasileiras.³⁹ A informação de Ubiratan Machado é preciosa no sentido de que comunica a entrada de livros no país e, conseqüentemente, a existência de leitores; porém a investigação citada deixou de contabilizar todos os dados referentes à produção de prosa de ficção nacional, pois as publicações de ficção brasileira no referido período e o número de traduções são equivalentes. Estes dados podem ser comparados com as informações contidas na pesquisa de Tânia Serra⁴⁰ e também com as informações que recolhi para a elaboração da cronologia da prosa de ficção do século XIX brasileiro. (em anexo).

Entre as primeiras traduções publicadas no Brasil pode-se citar a obra *O Diabo Coxo*, de Alain René Lesage, edição da Impressão Régia, 2vols., Rio de Janeiro, 1810⁴¹, o romance *Paulo e Virginia* (traduzida em vulgar), também editado pela Impressão Régia, Rio de Janeiro, 1811, *A História de dois amantes ou o Templo de jantar*, traduzida por J.P.S.A, em 1811, impresso pela Impressão Régia; *Atala ou os Amores de dous selvagens no deserto*, traduzido e impresso pela Typographia de Manoel Antônio da Silva Serra, em 1810.

A quantidade significativa de prosa de ficção que circulava no país comprova a existência de leitores no Brasil do século XIX. Nesse sentido, as pesquisas de Márcia Abreu,

³⁶ <http://www.secrel.com.br/jpoesia/nfloresta01b.html> 19/06/2001

³⁷ ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. op. cit., p. 73.

³⁸ idem, p. 79.

³⁹ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 42 e 51.

⁴⁰ SERRA, Tânia Rebelo Costa. op. cit., p. 209-211.

que verificou os títulos de Belas Letras mais solicitados à censura portuguesa e, de Sandra Vasconcelos, que investigou a circulação de obras inglesas no Brasil durante o século XIX confirmam que havia livros de ficção circulando no Brasil nos anos oitocentos, somente no que diz respeito à importação de livros. Além da expressiva circulação de obras traduzidas, as obras nacionais também destacaram-se e, durante os primeiros sessenta anos do século XIX, conforme foi possível computar através da cronologia do romance do século XIX (em anexo), a produção de prosa de ficção assinada por autores nacionais foi em torno de mais de 400 obras.

Nessas obras advindas de terras européias foi que o leitor brasileiro teve o primeiro convívio com a forma que recriava as cenas da vida privada do homem. Eram essas as obras que abundavam nas estantes dos melhores gabinetes de leitura, como registra o depoimento autobiográfico de José de Alencar:

(...) tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas.⁴²

O contato com essas obras foi de tamanha importância que, posteriormente, nas páginas da ficção brasileira ou nos livros de memórias, também foram registradas as obras que faziam parte das práticas de leitura diária das personagens.

Na ficção brasileira, há referências às obras de Voltaire, Chateaubriand, Victor Hugo, Walter Scott, Cooper, Eugenie Sue⁴³, Charles Dickens⁴⁴ e Júlio Verne⁴⁵, Alexandre Dumas, e ainda às obras *Paulo e Virgínia*⁴⁶ de Saint-Pierre, *Manon Lescaut*⁴⁷ de Prévost, *Eugenie Grandet* de Balzac⁴⁸, *O Primo Basílio* de Eça de Queirós⁴⁹, *A Dama das Camélias*⁵⁰, *Aventuras de Telêmaco*, entre outras. Estas são algumas das obras que preenchem as estantes das residências descritas na prosa de ficção brasileira dos anos oitocentos.

Os romances citados eram lidos intensamente pelas personagens, mas não eram as obras que recriavam o espaço e o modo de vida dos brasileiros. Aos poucos foi surgindo a necessidade de criar algo nacional, escrever livros que recriassem o ambiente e o modo de viver

⁴¹ considerado o primeiro romance publicado no Brasil.

⁴² ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. op. cit., p. 15.

⁴³ ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. op. cit., p. 12 e 16.

⁴⁴ idem, p. 90.

⁴⁵ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo: Editora Três. p. 32

⁴⁶ ASSIS, Machado. *Helena*. São Paulo: Ática, 1970. p. 22.

⁴⁷ idem, p. 22.

⁴⁸ ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. op. cit., p. 73

⁴⁹ CAMINHA, Adolfo. op. cit., p. 11

do cotidiano do nosso país. Desta maneira, timidamente, a circulação da prosa de ficção de autoria brasileira teve início, em 1822, com a publicação de *Niterói: metamorfose do Rio de Janeiro*, de Januário da Cunha Barbosa⁵¹. A publicação da ficção em forma seriada era a maneira como apareciam quase todos os romances no Brasil, e foi este o modo como inicialmente o gênero romanesco foi disseminado entre os leitores brasileiros. Várias dessas obras publicadas em forma de folhetins foram editadas posteriormente sob forma de livro, o que ajudou a fomentar o mercado editorial e promover a produção de prosa de ficção de autoria nacional.

2. Publicações brasileiras.

Muitos dos primeiros folhetins brasileiros foram publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas outros jornais diários e revistas periódicas divulgaram por todo país folhetins de autores brasileiros, que pouco a pouco construíram a identidade nacional da literatura brasileira.

Entre as publicações em folhetins nas décadas de 30 e 40 dos anos oitocentos, cita-se *O Jornal do Comércio*⁵², que publicou os romances históricos *O Aniversário de D. Miguel e Religião*, *Amor e Pátria* e *Jerônimo Corte Real, crônica portuguesa do século XVI*, de João Manuel Pereira da Silva, os folhetins *A Revelação Póstuma*, *A Mãe-Irmã* (História contemporânea) e *O Enjeitado* de Francisco de Paula Brito (que assinava apenas com iniciais P.B.), todos publicados no ano de 1839.

Na situação inaugural da prosa de ficção no Brasil, muitos dos folhetinistas da época foram depois editados em livro. Um bom exemplo são os romances de José de Alencar, que contam uma importante história editorial da prosa de ficção brasileira. *Cinco Minutos*, por exemplo, foi publicado pela primeira vez em 1856, no *Jornal Correio Mercantil*, do qual Alencar era editor-chefe⁵³. Dois anos depois, em 1858, sai em livro juntamente com *A Viúvinha*, obra que anteriormente também havia saído em folhetins no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Em 1860, é publicada uma nova edição em livro de *Cinco Minutos* e, em 1865, o público teve acesso à 2ª edição, em um só volume, de *Cinco Minutos* e *A Viúvinha*. Com a obra *O Guarani* ocorre uma particular história editorial para a época — esta obra foi publicada primeiramente em folhetins

⁵⁰ idem, p. 32

⁵¹ ZILBERMAN, Regina. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

⁵² Marlise Mayer observa que “entre 1839 e 1842 os folhetins-romances são praticamente cotidianos no *Jornal do Comércio*”. In: MAYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 283.

⁵³ HALLEWELL, Laurence. op. cit., p. 141.

em 1856, sem indicação de autoria no *Diário do Rio*. Depois, no ano de 1857, o romance é publicado novamente em folhetim no jornal *Correio Mercantil* e, neste mesmo ano, é editado em livro, em quatro volumes, ainda anônimo, pela gráfica do *Diário do Rio de Janeiro*, de Nicolau Lobo Vianna. O romance *Til* foi publicado primeiramente em folhetim no jornal *A República do Rio de Janeiro*, entre 21 de novembro de 1871 e 20 de março de 1872, num total de 62 folhetins, e em 1872 foi editado em livro, voltando a ser novamente publicado no ano seguinte, em quatro volumes, pela B.L. Garnier.⁵⁴

Além dos romances de José de Alencar, muitos outros tiveram sua divulgação primeira em folhetins, antes de aparecerem em livro. Dentre estes destaca-se o folhetim *D. Narcisa de Villar*, publicado em seriado em *A Marmota*, no Rio de Janeiro, de 13 de abril a 6 de julho de 1858, sob o pseudônimo de Indígena do Ipiranga, e editado em 1859 por Paula Brito, também no Rio de Janeiro. *Memórias de um Sargento de Milícias* também foi publicado primeiramente em folhetim, sem assinatura, no suplemento *Pacotilha* do *Jornal Correio Mercantil*, de 27 de junho de 1852 a 31 de julho de 1853, em um total de 24 capítulos que “saíam apenas uma vez por semana, aos domingos”.⁵⁵ Também em folhetim, no *Jornal Constituição*, na cidade de Fortaleza, foi publicado em 1872 *O Ninho do Beija-Flor* de Araripe Júnior, sendo editado em livro em 1874 pela Tipografia Comercial, no estado do Ceará.

Diante dos vários fatores já anotados em capítulo anterior, como o surgimento dos gabinetes de leitura, bibliotecas, livrarias, entre outros espaços de divulgação da leitura, a prosa de ficção tornou-se mais acessível aos grupos de leitores, sejam esses homens, mulheres e crianças. Essa diversificação da leitura entre o público desenvolveu-se ao mesmo tempo em que ocorria o aumento e a divulgação dos materiais impressos como jornais e revistas, materiais que veiculavam, dentre outras matérias, a prosa de ficção.

Muitas obras de escritores brasileiros tiveram sua edição imediata em livro, um sinal de que o mercado livreiro no Brasil era rentável. Notoriamente, José de Alencar se revelou como um dos maiores produtores de folhetins, novelas e romances do século XIX. Entretanto, a produção literária não ficou restrita somente à cidade do Rio de Janeiro, pois muitos outros escritores surgiram no panorama nacional e publicaram livros em todas as regiões do país. Enquanto Alencar publicava na Corte, seu conterrâneo Franklin Távora escrevia romances e

⁵⁴ As informações sobre a história editorial desses livros de José de Alencar foram colhidas por MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1978. p. 16.

⁵⁵ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 46.

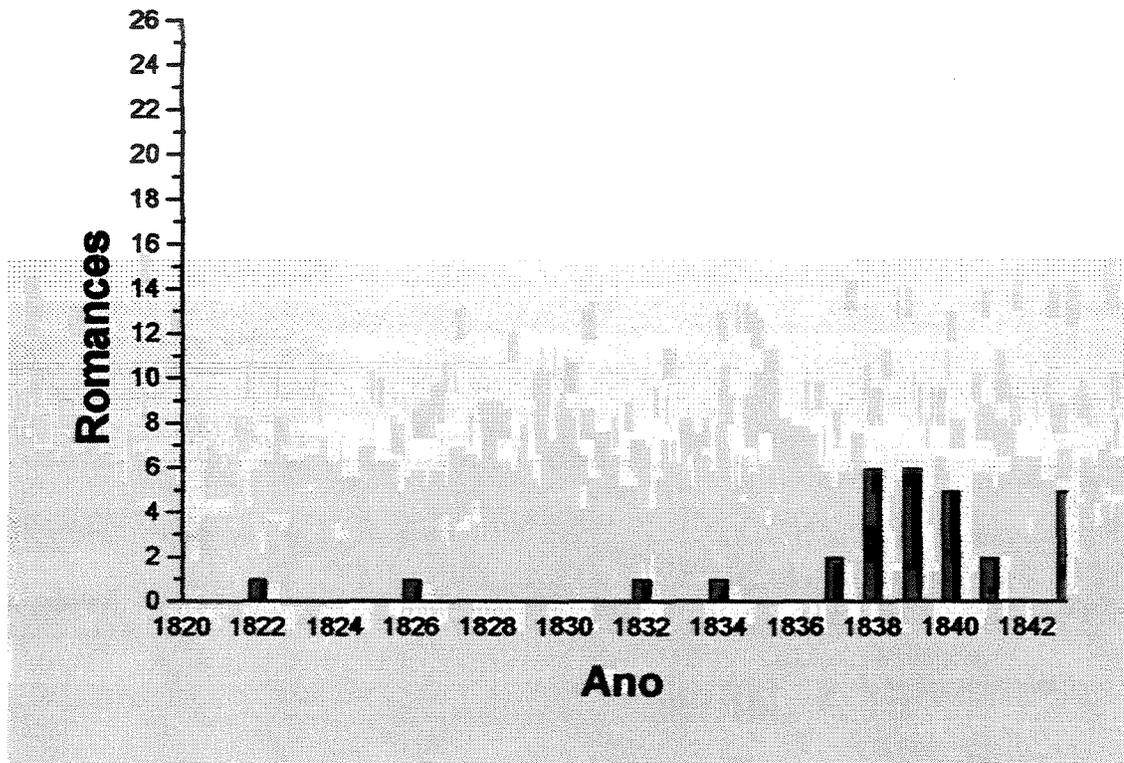
publicava em regiões mais distantes do grande movimento editorial, na época controlado pelo francês Garnier.

A prosa de ficção brasileira foi criando características próprias e alcançando ampliação visível na medida em que se expandiam as tipografias e as casas editoriais no solo nacional. O desenvolvimento e a evolução da prosa romanesca brasileira podem ser observados nos gráficos a seguir, que acompanham as publicações entre os anos de 1822 e 1881.

A elaboração dos gráficos foi possível a partir do levantamento que fiz da publicação de romances no Brasil, com o objetivo primeiro de elaborar uma cronologia⁵⁶ que nos daria um panorama das publicações de prosa de ficção impressa no Brasil no século XIX.

⁵⁶ Os gráficos foram elaborados a partir dos dados obtidos para a composição da cronologia (em anexo). Neles foram incluídos as publicações de folhetins, novelas e livros publicados por tipografias ou editoras, assim como também foram contabilizadas as obras publicadas mais de uma vez.

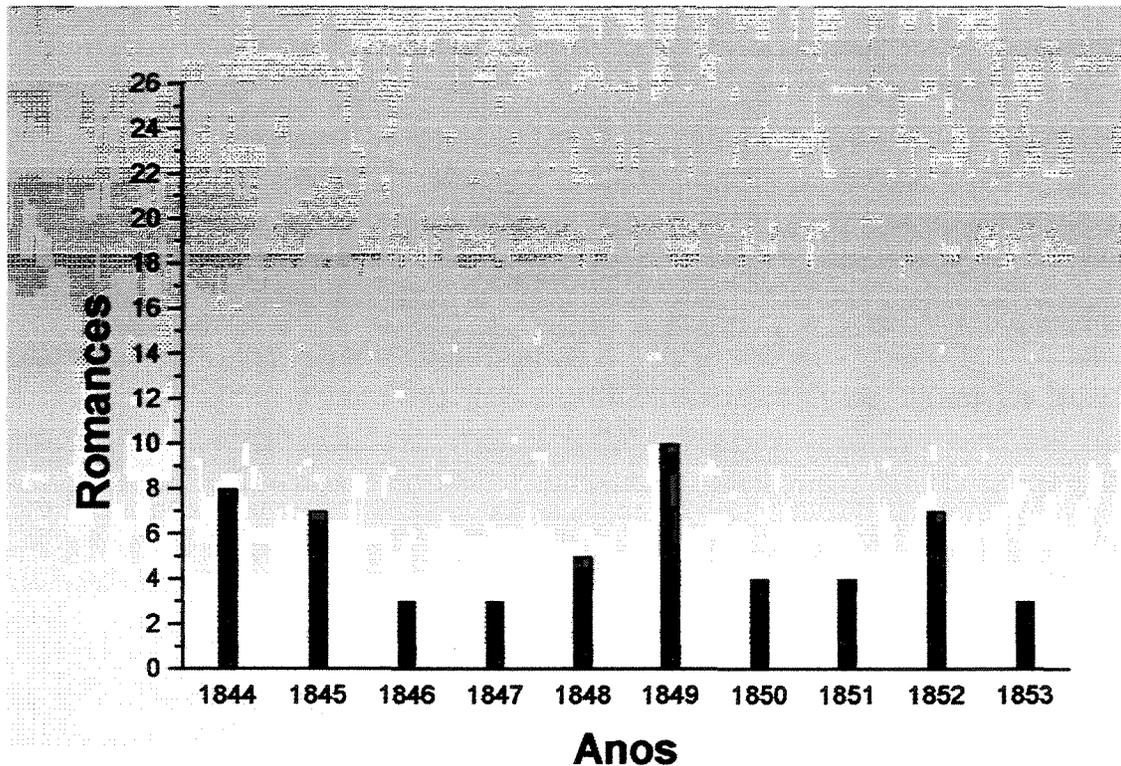
Gráfico 1 (1822-1842)



Este gráfico apresenta o início das publicações da prosa de ficção brasileira. Observa-se que a publicação nacional começa timidamente, contando com apenas dois títulos na década de 20, aumentando gradativamente. As décadas de 1830 e 1840 não apresentam um aumento significativo de títulos, que só seria observado em 1849.

As obras desse período eram publicadas geralmente em jornais ou em gabinetes de leitura e somam em torno de 22 publicações. Entre os jornais que publicaram e divulgaram a prosa de ficção de autores nacionais na época destacam-se *O Chronista*, *Jornal dos Debates*, *Jornal do Comércio*, *O Panorama*, *Despertador Brasileiro*.

Gráfico 2 (1844-1853)



No período compreendido entre os anos 40 e início dos anos 50 do século XIX, a publicação de prosa de ficção brasileira começa a se intensificar com a publicação de 60 obras entre novelas, folhetins e romances. É o período em que a literatura nacional começa a ganhar prestígio. Era o início do segundo Império, e o país contava com um Imperador afeito às artes.

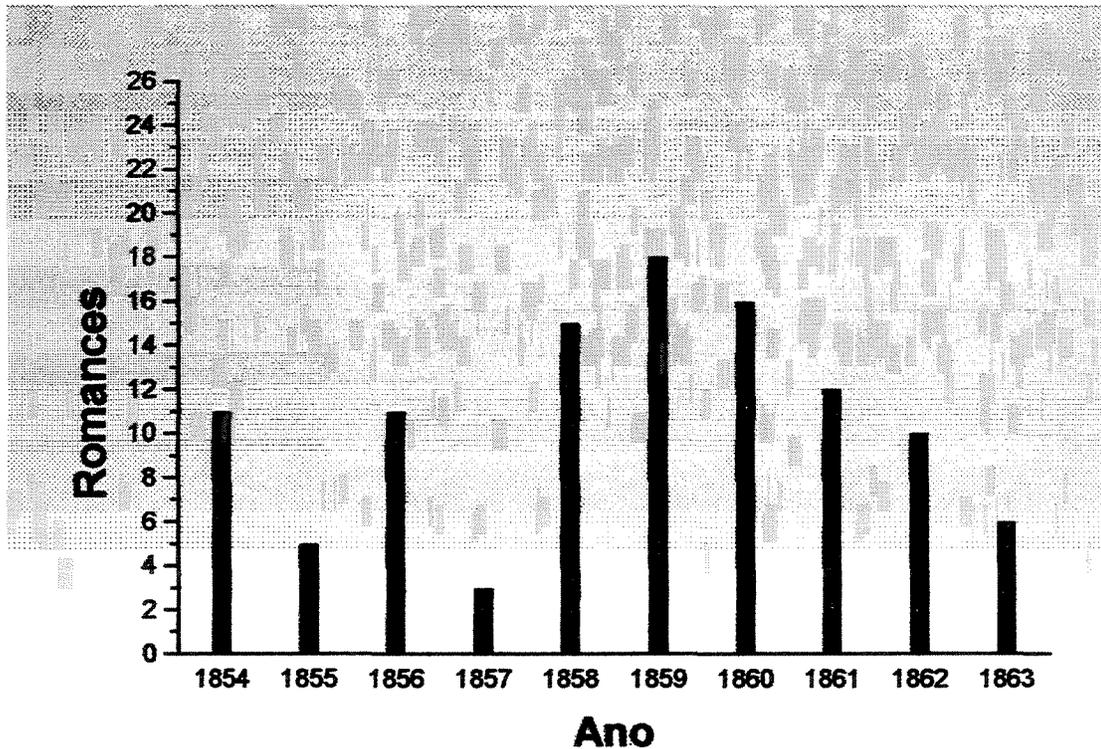
Neste período foram publicadas em torno de 51 obras em prosa de ficção, e é o momento em que “a influência dos escritores cresce, por meio dos folhetins e começa a se consolidar”⁵⁷. O comércio de livros no Brasil começou a se desenvolver, favorecido principalmente pela abertura de diversas tipografias e pela instalação, no ano de 1844, da editora B.L.Garnier, a mais importante casa editorial do país na época.

⁵⁷ MACHADO, Ubiratan. op. cit., p. 17.

Entre os jornais e revistas que contribuíram para a consolidação da prosa de ficção nesta época, destacam-se: o jornal *Arquivo Romântico*, a Revista *Minerva Brasileira*, o jornal *Gazeta Universal*, *Jornal Literário Pictoreal*, *Ostensor Brasileiro*, *O Musaico*, a revista *O Crepúsculo*, *Jornal Correio Mercantil*, o periódico *A Grinalda*, revista *Guanabara*, *Revista O Beija-Flor*, revista *Íris*, revista *O belo sexo*, *Jornal do Comércio*, jornal *O Americano*, revista *Ensaio Literários*, *Jornal do Comércio*, *Revista Literária*, jornal *O Pelotense*, *Revista Guanabara*, jornal *O Curupira*, *Jornal das Senhoras*, *Correio Mercantil*, revista *Marmota Fluminense*.

Além das publicações em periódicos, o mercado editorial começa a crescer e, além da B.L.Garnier, nesta época podem-se citar como importantes editoras e tipografias a editora Laemmert, a Tipografia Francesa, a Tipografia do Arquivo Médico Brasileiro, a Typographia Fluminense (de Cândido Martins Lopes) e a Tipografica Dous de Dezembro (de Paula Brito).

Gráfico 3 (1854- 1863)



Na década de 50 e início dos anos 60, a literatura afinal se firma e aponta números relevantes para uma produção nacional. Neste período, escritores consagrados, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Bernardo Guimarães, entre outros tantos nomes, ajudavam a construir a desejada literatura genuinamente nacional.

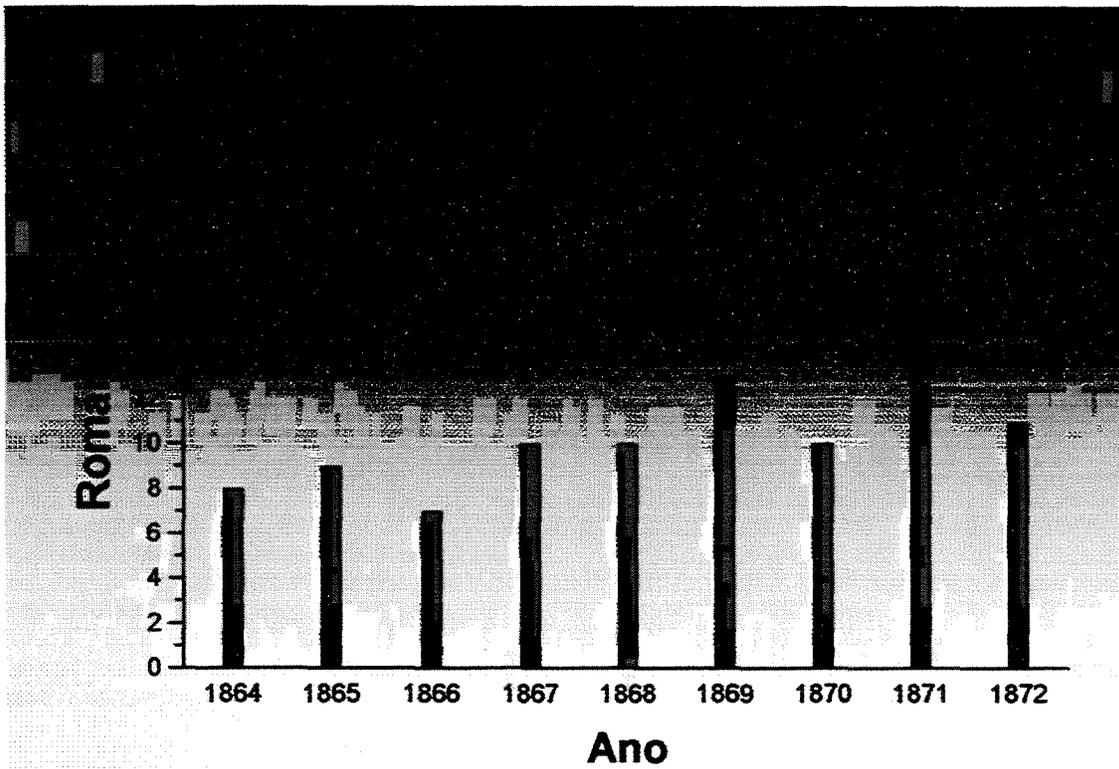
Os periódicos circulavam neste espaço de tempo por diversas províncias da nação. Dentre eles, destacam-se: a revista *Brasil Ilustrado*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Revista Literária*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *Jornal do Comércio*, *Correio Paulistano*, *Correio Mercantil*, *Jornal científico, político e literário*, *A Ilustração Luso-brasileira*, *Jornal dos Taquígrafos*, *Jornal do Commercio*, *Marmota Fluminense*, *Revista mensal do ensaio filosófico paulistano*, *Jornal Correio da Tarde*, *Jornal do Recife*, *Revista Semanal Ciências, Letras e Artes*, *Correio Mercantil*, revista *Culto à Ciência*, *Jornal Correio da Tarde*, *Mosaico*, *Jornal do Instituto Pio e Literário de Pernambuco*, *Revista Popular*, jornal *O Jardim dos Maranhenses*, *Jornal do Recife*, revista *Ensaio Filosófico*, jornal *Diário de São Paulo*, jornal *Diário de Pernambuco*, *Sul-Mineiro*, *Marmota Fluminense*.

As editoras proliferavam e, além das que já existiam nos anos anteriores, há referências

às tipografias Perseverança, Paula Brito, M. Barreto, A.J.F. Lopes.

A prosa de ficção tem finalmente grande representatividade no Brasil do século XIX, e pode-se deduzir que o público começa a prestigiar e valorizar o que é escrito no país, pois nesse período assinalado, entre 1854 e 1863, foram publicadas mais de 100 obras escritas por autores nacionais. Este número marca a expansão da prosa de ficção brasileira no período.

Gráfico 4 (1864-1872)



Neste gráfico, o crescimento da produção dos livros torna-se ainda mais evidente. Os periódicos permanecem como o mais importante meio de divulgação da prosa de ficção e como a melhor e mais prática forma de contato entre a obra de ficção e os leitores. Neste período, se intensificam, nos periódicos, as publicações da prosa de ficção.

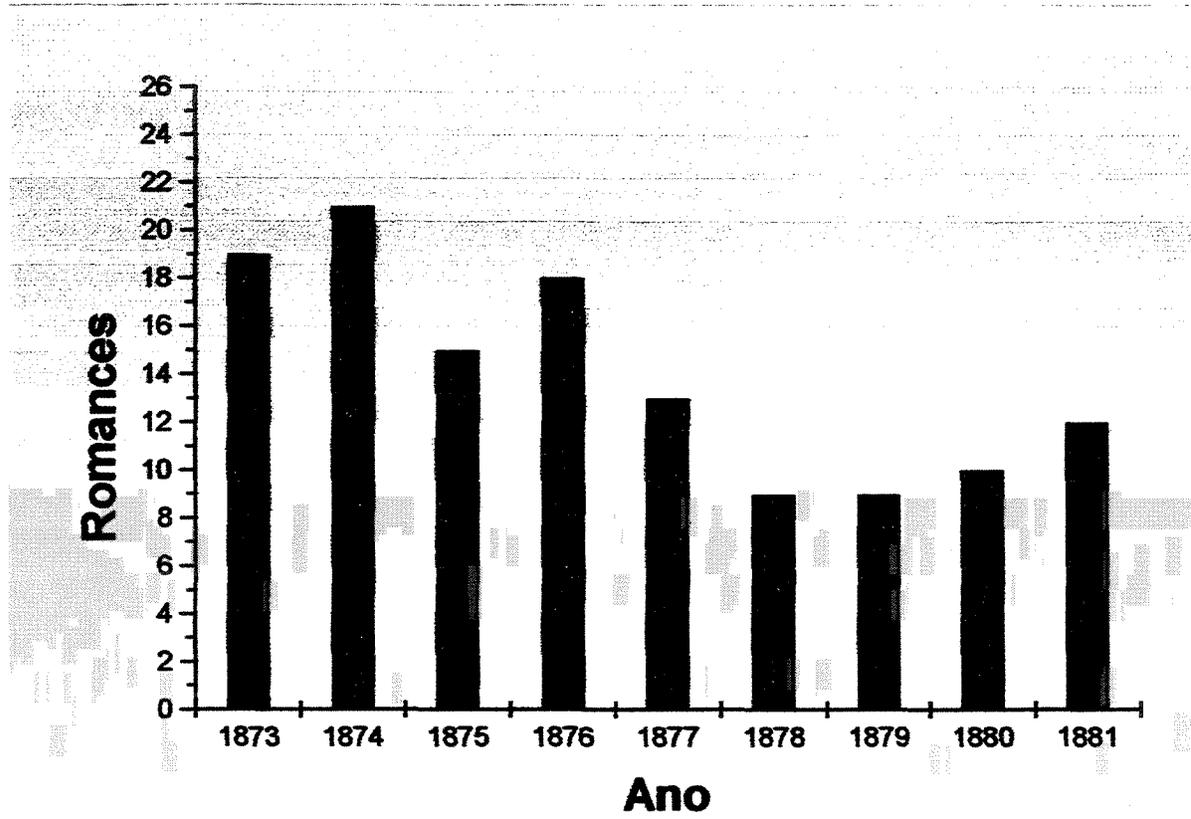
Nos nove anos que decorrem entre 1864 e 1872, aparecem publicações em prosa de ficção nos seguintes periódicos: jornal *O Mosaico*, jornal *A Situação*, *Correio Mercantil*, *Semanário Maranhense*, *Jornal das Famílias*, jornal *A República*, jornal *Diário do Gram Pará*, jornal *A Província*, *Almanaque literário*, jornal *Constituição*, *Despertador de Santa Catarina*, *A América Ilustrada*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal da Vitória*, revista *Literária*, revista *O Guarani*, revista *do Partenon Literário*, *Revista Murmúrios da Guaíba*.

A impressão de textos ficcionais aumenta também nas tipografias. Excetuando outras tipografias que já foram citadas e que ainda permaneciam no comércio livreiro, verificam-se neste período publicações pela Tipografia Comercial, Typografia Domingues Luiz dos Santos e Typografia Imperial de J. R. de Azevedo Marques. Não obstante, o mercado editorial de B. L.

Garnier intensifica-se, sobressaindo-se nas edições de livros ficcionais, isso sem verificar as ocorrências em outras áreas.

É possível identificar neste período uma produção correspondente a 125 títulos, entre primeiras edições e reedições das obras. Assim, os dados demonstram o processo de evolução quantitativa da prosa de ficção brasileira.

Gráfico 5 (1873-1881)



Quanto mais o tempo passava, melhor se tornava a situação para a prosa de ficção dos anos oitocentos. Grande parte dos escritores brasileiros já tinha uma obra literária significativa para ilustrar a produção nacional. Foi neste período – entre 1873 e 1881 - que surgiram alguns romances que debatiam no texto dos seus prefácios questões referentes ao romance, sua estrutura, ou seus projetos literários. As publicações de prosa de ficção brasileira são cada vez mais representativas, revelando mais ainda que o romance ou os folhetins não perdiam a concorrência para os gêneros chamados clássicos. O leitor brasileiro dispunha de uma quantidade significativa de obras nacionais, ao mesmo tempo em que também circulavam obras de literatura estrangeira traduzidas.

Do ponto de vista da divulgação da prosa de ficção, os periódicos eram essenciais. Além dos jornais e revistas já citados, outros periódicos eram criados, espalhados pelas províncias distantes da Corte. Os periódicos mais uma vez facilitavam a aproximação do público com a leitura, mais especificamente da prosa de ficção. Entre os jornais e revistas que

ofereciam textos em prosa de ficção aos leitores nesses nove anos apresentam-se: *Despertador de Santa Catarina*, *Diário de Pernambuco*, *Diário do Gram Pará*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Revista Brasileira*, *Gazeta de Notícias da corte*, *Gazeta da Tarde*, jornal *Pelotense Onze de Julbo*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal de modas*, *Folha Nova*, revista *O Guarani*, *A América Ilustrada*, *Revista Literária*, *Recife*, revista da *Academia Brasileira de Letras*, *Revista do Partenon Literário*, *Revista Progresso Literário*, *Ensaio Litterários*. Dentre as tipografias, destacam-se no Maranhão a *Tipografia de José Maria Correa de Frias*, e no Ceará a *Tipografia Comercial*. Entre as outras editoras que já estavam no mercado, a *B.L. Garnier* mantinha-se na liderança do mercado editorial do século XIX.

2.1. Romances: moralizar e ensinar.

Como o romance se constrói com inspiração na realidade, uma das estratégias utilizadas pelos escritores oitocentistas era fazer com que o leitor compactuasse com a semelhança entre texto e o real. Este era um dos estratagemas para captar a atenção dos leitores e valorizar a nova forma de ficção que chegava ao mercado. O romance romântico procurava assemelhar-se a uma prescrição de conduta que incitaria o leitor a se identificar com os procedimentos morais dos personagens, cujas ações fossem inspiradas pela virtude. O caráter moralizante apresentado conduzia o público a crer na possibilidade de extrair serventia ou alguma lição útil da obra. Uma série de preceitos morais são anunciados em alguns dos prefácios dos romances, como em *A Misteriosa*, de Joaquim Manuel de Macedo:

E como ainda dos mais simples *casos* se pode recolher lição, e, como segundo diz e assevera o jovem, há muitos outros *Filenos* na cidade do Rio de Janeiro, e sem contestação abundam hoje também nela certas *romanescas e maravilhosas criaturas* – aviso aos *Filenos*.⁵⁸

Esta mesma fórmula pela qual se sugere uma doutrina moral através do romance é verificada na introdução da novela *Statira e Zoroastes*. Neste romance, oferecido à Imperatriz Leopoldina, utiliza-se a imagem da realeza como exemplo ao enaltecimento da virtude:

(...) eu escolhi o método alegórico, (...) porque achava-me empenhado pela minha palavra em fazer uma Novela para certa Senhora, filha de uma das mais Ilustres Famílias de Portugal, (...) e também porque não sendo a Novela senão um discurso inventado para instrução dos homens debaixo da alegoria de uma ação, pareceu-se este meio o mais convincente de dar algumas idéias de Moral e de Política, misturando agradavelmente - útil dulci -, que recomendava Horácio.⁵⁹

O ato de inserir no romance um conjunto de procedimentos e regras para conduzir os atos humanos já estava presente nos prefácios da ficção inglesa do século XVIII. Esse procedimento tem como um dos objetivos instruir o leitor para a formação da sua virtude.

Sobre a forma de escrever romances para moralizar, chamando atenção para as virtudes humanas, Ian Watt assinala:

O aspecto moralizante da obra resume-se no ensinamento de uma ética um tanto limitada: é preciso pagar pelo vício e o crime não compensa.⁶⁰

⁵⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Misteriosa*. Rio de Janeiro: Ocidente, [19-]

⁵⁹ Prefácio da novela *Statira e Zoroastes* de Lucas José d'Alvarenga. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. op. cit.

⁶⁰ WATT, Ian. op. cit., p. 102.

De uma maneira geral, a ficção valorizava as relações humanas que eram prescritas pelas regras da boa conduta e das virtudes, com o objetivo de promover uma espécie de formação moral do público leitor. As reflexões sobre a moral antecederam a prosa de ficção, estavam presentes nos livros de máximas, que tinham como objetivo repudiar o vício e contemplar a virtude.⁶¹

2.2. Ficção: inventando a realidade.

Outro recurso frequentemente encontrado nos prefácios dos romances românticos para valorizar o gênero romanesco é a tentativa de conferir veracidade à história ficcional através da atribuição da autoria a outra pessoa, que passaria a ter responsabilidade sobre o texto. Como já foi visto, não raras vezes o autor utiliza o prefácio para dizer que foi um anônimo que lhe contou aquela história; ou atribui aquele fato à vida de um indivíduo, comumente desconhecido, que lhe teria comunicado um segredo; ou ainda diz que alguém, de identidade desconhecida e misteriosa, porém digna de consideração, ter-lhe-ia entregue uma correspondência merecedora de respeito. É o que se lê no *Culto ao Dever* de Macedo:

Em vez de tomar para mim a glória ou a responsabilidade de um romance ou história de que não sou autor, se eu a fizer imprimir, dar-lhe-ei por introdução ou prólogo a narração do que se está passando na visita com que me honra (...) O desconhecido, o autor incógnito que terminou em não confiar-me o seu nome, e que até hoje não me tomou a aparecer, apertou-me a mão e retirou-se.(...) O desconhecido tirou do bolso um manuscrito que pareceu pouco volumoso, e entregando-me disse: - Confio-lhe estes papéis; peço-lhe que leia com atenção; não é um romance, é uma história que escrevi sem pretensão.⁶²

De maneira semelhante a Macedo, José de Alencar, com a mesma preocupação de facultar ao romance elementos que possam assemelhar-se ao real, usa o artifício das cartas para atribuir veracidade ao romance *Diva*:

O romance nasceu da confidência feita por um amigo, de nome Amaral, realizada através de uma longa carta: Um belo dia recebi pelo seguro uma carta de Amaral; envolvia um volumoso manuscrito, e dizia: "Adivinho que estás muito queixoso de mim, e não tens razão.

"Há tempos me escreveste, pedindo-me notícias de minha vida íntima: desde então comecei a resposta, que só agora concluí: é a minha história numa carta.

⁶¹ Uma discussão mais detalhada acerca do romance como guia de conduta, levando em conta a abordagem dos vícios e das virtudes no corpo do texto ficcional, foi desenvolvida por Valéria Augusti em sua dissertação de mestrado (op. cit).

⁶² MACEDO, Joaquim Manuel de. *O culto do dever*. Rio de Janeiro, Publicação: Domingos José Gomes Brandão, 1865.

"Foste meu confidente, Paulo, sem o saberes; a só lembrança da tua amizade bastou muitas vezes para consolar-me, quando eu derramava neste papel, como se fora o invólucro de teu coração, todo o pranto de minha alma."

O manuscrito é o que lhe envio agora, um retrato ao natural, a que a senhora dará, como ao outro, a graciosa moldura.⁶³

Do mesmo modo, o romance *Senhora*, outro perfil de mulher alencarina, apresenta a figura de um narrador imaginário, que confidencia sua história supostamente verídica:

Este livro, como os dois que o precederam, não são da própria lavra do escritor a quem geralmente o atribuem (...). A história é verdadeira; e a narração vem de pessoa que recebeu diretamente em circunstâncias que ignoro, a confidência dos principais atores deste drama curioso.⁶⁴

Essa maneira de eximir-se da responsabilidade sobre a autoria da obra dava ao romance uma feição mais próxima do real, e parecia desejar criar no leitor a impressão de que ele estaria tomando conhecimento de uma história contada por alguém comum. Os fatos apresentados desta maneira encontram maior semelhança com a vida comum dos leitores, seja por meio dos fatos relatados ou pela identificação do leitor com alguma personagem.

Como a obra romanesca buscava ao máximo assemelhar-se à realidade, foi utilizado em muitas ficções o artifício das cartas como recurso que imprimiria credibilidade à obra literária. A partir da reconstituição de uma correspondência, o livro teria sido composto, e o autor seria apenas o seu organizador.

O recurso a uma suposta correspondência confiada ao autor teve larga circulação e, segundo Ian Watt, acentua o realismo formal, pois a carta consistiria na representação da realidade na narrativa:

(...) Mais que um diálogo a carta informal permite que o autor expresse seus sentimentos com maior sinceridade (...) a carta informal envolvia uma importante ruptura com a perspectiva literária clássica; como escreveu Madame de Staël, "os antigos nunca teriam pensado em dar essa forma a sua ficção" porque o método epistolar "sempre pressupõe mais sentimento que ação".⁶⁵

O truque do uso das cartas como originais da obra que são confiados ao escritor vem acompanhado pelos solenes pedidos de desculpas em relação aos possíveis erros de linguagem e às prováveis falhas que pudessem aparecer no texto. A correspondência geralmente é apresentada como se pertencesse a um sujeito oculto que desejasse ver sua história publicada sob a forma de romance. A alegada existência de um suposto "sujeito" compõe mais um

⁶³ ALENCAR, José de. *Diva*. Rio de Janeiro: editora Saraiva, 1959.

⁶⁴ ALENCAR, José de. *Senhora*. op.cit.

⁶⁵ WATT, Ian. op. cit., 154.

artifício para dar autenticidade à narração e oferece ao leitor a idéia de que ele estaria diante de um fato real e não de uma história originada pela imaginação do autor.

Também como estratégia para aproximar a história da realidade, os romancistas ampararam-se no argumento dos fatos históricos. Ancorados nesta idéia, vários romancistas articulam em seus romances a feição histórica e documental, para assim seduzir o leitor a enveredar na leitura. Dentre tantos exemplos do uso deste tipo de estratégia, destaca-se o prólogo de Bernardo Guimarães em *O Índio Afonso*:

(...) cumpre-me declarar o que há de real e de fictício em minha narrativa, e, em que me baseei para prestar ao Índio Afonso o caráter com que aparece em meu romance. Como se vê, o Índio Afonso é personagem real e vivo ainda. Sua figura, costumes, maneiras, tom de voz, modo de vida, são tais quais os descrevi, pois tive ocasião de vê-lo e conversar com ele.(...) A descrição dos lugares também é feita ao natural, pois os percorri e observei mais de uma vez.(...) Por isso faço sempre passar a ação dos meus romances em lugares que me são conhecidos, ou pelo menos de que tenho as mais exatas e minuciosas informações, e me esforço por dar às descrições locais um traçado e colorido o mais exato e preciso, o menos vago que me é possível. Eis o que há de real em meu romance. Se, porém, o Índio Afonso é um bandido ordinário, um facinora e ignóbil como tantos outros pouco me importa. O Índio Afonso de meu romance não é o facinora de Goiás, é pura criação de minha fantasia.⁶⁶

Nessas mesmas circunstâncias, José de Alencar manifesta, nos prólogos dos romances *O Pagem Negro* e *A Guerra dos Mascates*, ter sido a história originada de um manuscrito antigo, supostamente documental. Assim atesta o prefácio de *O Pagem Negro*:

O livro que publicamos revela esse arcano que o orgulho da família selou por muito tempo. Ele foi tirado de um artigo manuscrito latino, descoberto há anos em um velho contador de jacarandá, que se supõe ter pertencido ao Mosteiro de São Bento.⁶⁷

Situação semelhante é descrita na advertência que antecede a obra *Guerra dos Mascates*:

Alinhavou-se esta crônica sobre uma papelada velha, descoberta de modo bem estúrdio. (...) Era o manuscrito de uma crônica inédita da Guerra dos Mascates. (...) Esta advertência, bem se vê que era imprescindível, para evitar certos comentários. Não faltariam malignos que julgassem ter sido esta crônica inventada à feição e sabor dos tempos de agora, como quem enxerta borbulha nova em tronco seco; não quanto à trama da ação, que versa de amores, mas no tocante às cousas da governança da capitania.⁶⁸

O caráter documental também é utilizado como recurso em duas obras de Pereira da Silva: *Manuel de Moraes* e *Aspásia*. No prefácio do romance *Manuel de Moraes*, que tem como título “Duas Palavras”, o autor explica ao leitor quais os fundamentos inspiradores da sua história:

⁶⁶ GUIMARÃES, Bernardo. Quatro romances. op. cit.

⁶⁷ ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

⁶⁸ ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates: crônica dos tempos coloniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

Encontra-se na Biografia lusitana do abade Diogo Barbosa uma sucinta notícia de Manuel de Moraes, nascido em São Paulo (Brasil), pelos fins do século XVI, ou princípios do XVII; autor de uma História da América, que se perdeu inteiramente, e de uma memória em pró da aclamação d'el-rei D. João IV^o (...) Parece pois evidente que se não poderá jamais esboçar um estudo biográfico e regular acerca de Manuel de Moraes, por lhe faltarem os elementos precisos que ilustrem e aclarem a fisionomia, vida e feitos de um varão tão distinto, e cuja existência é todavia incontestável.

No desejo, porém de torna-lo conhecido dos leitores, e de pôr a limpo a sua original e extravagante personalidade, (...) A crônica de Corte real terá assim uma imitação na de Manuel de Moraes. Compreendia aquela a pintura da nação e da sociedade portuguesa durante os últimos dias de D. Sebastião até o jugo castelhano. Encerrará esta a descrição dos sucessos ocorridos durante o século XVII em São Paulo e nas missões jesuíticas de Guairá; em Pernambuco e nas guerras dos Holandeses; nos Países Baixos e na emigração dos judeus portugueses; em Portugal e no predomínio sangrento da Inquisição.

Confundir-se-ão no mesmo quadro a história real e a imaginação aventureira. Não é este o ramo mais popular da moderna literatura, a fórmula mais estimada pelo público da atualidade?⁶⁹

O prefácio da obra *Aspásia* aponta um suposto diálogo entre autor e leitor, em que o primeiro apresenta um romance que não tem por objetivo a diversão ou o entretenimento, afirmando ser o enredo tão real quanto *a água rebenta do rochedo*. Assim sendo, sugere o caminho que o público deve dar à leitura daquela obra, o que se pode comprovar no prefácio a seguir, transcrito por inteiro:

Leitor!

Se procuras n'este livrinho peripécias dramáticas, lances de aventuras, cenas interessantes, surpresas de situações, sucessos imprevistos ou episódios pitorescos, que te agucem a curiosidade e entretendam as horas vagas e ociosas da vida, fecha-o imediatamente, e atira-o para longe de ti.

Si intentas por outro lado descobrir fatos verdadeiros e reais trazidos agora á lume da imprensa, menor te não será a decepção (...).⁷⁰

O percurso de leitura sugerido pelo escritor neste prefácio é conduzir os leitores para a descoberta de fatos verdadeiros. O autor chama atenção que a leitura desse romance somente poderia interessar aos que apreciassem as narrativas que têm fundamento histórico e, não despertam interesse ao público que procura à leitura diversão ou entretenimento.

A respeito do suporte histórico do romance, oportunas são as palavras do historiador e ficcionista romântico português Alexandre Herculano, quando desenvolve um raciocínio sobre a intrincada dicotomia veracidade/verossimilhança:

Novela ou história – qual destas coisas é mais verdadeira? Nenhuma, se afirmarmos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharem

⁶⁹ SILVA, João Manuel Pereira da. *Manuel de Moraes, chronica do seculo XVII*. op. cit.

⁷⁰ SILVA, João Manuel Pereira da. *Aspásia*. op. cit.

esse caráter com pincel firme, o noveleiro pode ser mais verídico do que o historiador. (...) Então de um dito ou de muitos ditos ele deduz um pensamento, ou muitos pensamentos.⁷¹

De acordo com Herculano estabelecer se a ficção é verdadeira, tanto quanto a história, dependerá da perspectiva de quem afirma. A ficção poderá ser verdadeira e fiel à História, dependendo dos fatos que serão relatados e, em alguns casos, segundo Herculano, o “noveleiro” poderá ainda ser mais fiel à realidade que o próprio historiador.

2.3. As histórias re-contadas.

Outro recurso que provavelmente facilitaria a aproximação do leitor com a narrativa seria o oposto à realidade, ou seja, a recorrência a fatos lendários. Esse argumento é proposto em alguns dos prefácios, como no romance *Ubirajara*, em que o autor introduz o prefácio alertando os leitores para o caráter lendário da história:

Este livro é irmão de Iracema.
Chamei-lhe de lenda como ao outro. Nenhum título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena.⁷²

Em seguida, ainda no mesmo prefácio, o leitor é alertado de que, para obter melhor compreensão da leitura do romance, deve conhecer os fatos da tradição brasileira e ler com desconfiança os textos dos cronistas que não apresentam a verdade histórica na sua autenticidade, mas sim velada por uma certa censura:

Quem por desfastio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar entre outras coisas a magnanimidade que ressumbra no drama selvagem e forma-lhe o vigoroso relevo (...) Faço estas advertências para ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes, não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vezes ridículas. É indispensável escoimar o fato dos comentários de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens.⁷³

Abrigando também os conhecimentos adquiridos pela tradição, o romance de Bernardo Guimarães, *O Ermitão de Muquem*, escrito em 1858 e publicado em 1864, apresenta no prefácio a justificativa de que o enredo estaria inspirado em fatos antigos decorrentes de ensinamentos da tradição:

⁷¹ HERCULANO, Alexandre. *A Velhice*. In: *O Panorama*. Apud Hugo Lenes Menezes. *Literatura, História e Metalíngua: um olhar sobre a ficção de Alexandre Herculano*. (mimeo) Unicamp, 1997. Tese de Mestrado.

⁷² ALENCAR, José de. *Ubirajara*. op.cit.

⁷³ Idem.

Cumpre-me dizer duas palavras ao leitor a respeito da composição do presente romance, o qual (seja dito de passagem) repousa sobre uma tradição real mui conhecida na província de Goiás (...) consta este romance de três partes muito distintas, em cada uma delas forçoso me foi empregar um estilo diferente, (...) A primeira parte está incluída no Pouso primeiro, e é escrita no tom de um romance realista de costumes; representa cenas da vida de um homem do sertão (...) É verdade que meu romance pinta o sertanejo de há um século; (...) Aqui força é que o meu romance tome assim certos ares de poema. (...) Aqui há a realidade das crenças e costumes do cristianismo, unida à ideal sublimidade do assunto. Reclamava solene, uma linguagem como essa que Chateaubriand e Lamartine sabem falar quando tratam de tão elevado assunto.⁷⁴

As histórias em que estavam inspirados os romances podiam ser lendárias ou, em alguns casos, serem histórias da tradição oral como na obra *As Tardes de um Pintor*⁷⁵, de Teixeira e Sousa, escrita em 1843. O primeiro capítulo é uma introdução em que o autor informa ao leitor como teve conhecimento do episódio narrado nas páginas seguintes do livro:

Assim, pois durante várias tardes íamos nós ouvir a história do pintor. Era inquestionavelmente eu o que ouvia com mais atenção e interesse, e apenas chegava à minha casa escrevia tudo quanto ao pintor havia ouvido.

— Que quando for homem a escreva, e a faça publicar.

— Isto é se eu souber escrever para o público.

— Tem em suas mãos remédio para saber.

— Como assim?

— Muito bem: estude pouco; leia menos e escreva muito.

Eu, que na minha mocidade era um extremo inclinado a ouvir histórias interessantes (...) — Contará a alguém a história que eu lhe contarei, com a condição que eu lhe impus; a saber, que aquele a quem contar a escreverá e publicará.⁷⁶

As mudanças históricas e culturais também foram refletidas nas obras que procuraram recriar fatos históricos como uma forma de preservar a memória. Neste caso, o escopo da ficção era a História, mas as obras não seriam consideradas históricas, pois apenas partiam dos fatos acontecidos para a elaboração do enredo. Aqui cabe compreender os limites entre História e ficção, pois as obras que recontam casos acontecidos, ainda que sejam verdadeiramente históricos não podem ser considerados como documento. O entendimento desta questão é bem definido por Pierre-Louis Rey quando explica o conceito de História e romance:

Mais quelle soit an riguer, l'Histoire est récit ou directement tributaire du récit, em quoi elle s'apparente aux genres narratifs dont fait partie le roman. À la limite, on ne trouvera de différences qu'extrinsèques entre un livre d'Histoire et un roman: semblables dans leur écriture leur organisation, leur influence sur l'imagination du lecteur, ils se distingueront l'un de l'autre en raison du pacte proposé par l'écrivain au lecteur où en

⁷⁴ GUIMARÃES, Bernardo. *Quatro romances*. op. cit.

⁷⁵ Nesta obra, o primeiro capítulo aparece como uma introdução explicativa de como ocorreu a inspiração para a escritura do romance.

⁷⁶ SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *As Tardes de Um Pintor*. São Paulo: editora Três, 1973.

réfêrence à une réalité peut-être sujette à caution. Um romancier soucieux de se documenter est plus crédible qu'un historien falsificateur.⁷⁷

Como é possível verificar, a fronteira é tênue entre os romances ditos históricos e os que não têm essa pretensão. Nesse aspecto, muitas obras da prosa de ficção do século XIX são manifestações evidentes de fatos que se desenvolviam no decorrer da história do país. São comuns os romances que recuperam em seus enredos cenas da vida urbana, apresentando uma galeria de personagens que incorporam estereótipos cotidianos da época. Frutos dessas inspirações surgiram muitos dos romances de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis, para citar entre tantos. Em *A Moreninha*, *Senhora ou Helena*, é habitual encontrar, recriadas, as cenas familiares, o conjunto representativo dos escravos, os enlaces amorosos e a descrição dos saraus e festas. Fatos diversos que compõem o mundo social e cultural dos anos oitocentos e podem permitir uma reconstrução do ambiente e dos costumes oitocentistas.

O romance como veículo de recriação da realidade, cujo interesse reside na busca da verossimilhança, alimentando ao mesmo tempo o espírito histórico e as descrições minuciosas do cotidiano, formava a noção que encadeava a ficção do século XIX. Sobre a função desses movimentos reais ou figurados em torno dos quais se emolduram os romances, Antonio Candido aponta a importância:

O eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa. Há nele uma espécie de proporção áurea, um "número de ouro" obtido pelo ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime.⁷⁸

Seja para edificar a moral, seja como forma de instrução, como passatempo ou entretenimento nas horas de folga, o romance surgiu como uma opção de leitura que caiu no gosto do público. Lendo os prefácios das obras de ficção brasileira produzidas entre 1822 e 1881, encontra-se um leque de categorias que podem classificar o romance de diversas maneiras para que se possa legitimá-lo ou outorgar autoridade a um gênero que não gozava de prestígio. Apontar um valor para o romance leva seus autores a estabelecerem um constante discurso em defesa da sua utilidade. Desta maneira, os autores defendem, cada um à sua maneira, o texto que oferecem ao público.

⁷⁷ REY, Pierre-Louis. *Le Roman*. Paris, Édition Hachette, 1992. p.11.

⁷⁸ CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*. op. cit., p.111.

Conclusão

*Andei pelo passado através de papéis. Papéis antigos, saídos de sótãos, com aspecto velho...
(Lilian Maria de Lacerda)*

A última etapa?

Sempre que se começa uma história há muito que contar. Das buscas entre os papéis, entre as vidas de homens e mulheres já mortos, tanta descoberta, tanta vida ainda por desvendar, tantas imagens para decifrar.

Enveredei no sentido contrário dos anos e do tempo e descobri alguns detalhes recônditos ainda não investigados.

As teses, geralmente, são relatos de uma estafante pesquisa percorrida no longo/pequeno espaço de quatro anos. No caso particular, eu diria que meu trabalho é propriamente o relato de uma leitura, algumas apreciações de leitora e pesquisadora que avalia o envolvimento singular que só os romances proporcionam. Entre o aprendizado teórico, a busca incansável do material para a constituição do corpus e a elaboração de um trabalho acadêmico, o caminho da pesquisa foi desenvolvido. A conclusão de uma tese de Doutorado não constitui um fim, mas o início de uma aprendizagem e a abertura para um caminho de mudanças e investigação constantes.

Como muitos leitores, eu antipatizava com os prefácios, eles pareciam sempre enfadonhos, cansativos e achava que a ausência da leitura destes textos introdutórios não causaria dano algum à leitura. Ao longo da pesquisa percebi (e espero convencer outros leitores) que os prefácios são importantes, instigantes, cheios de mistério e de retórica, dotados de teorias e de estratégias de sedução e de convencimento. O meu consolo, quando introduzi-me por este estudo, foi descobrir que eu não era a única a ter ignorado os prefácios, mas que também a crítica também passou ao largo¹ dessa moldura preciosa do texto da prosa de ficção.

¹ PRADO, Raquel de Almeida. *Perversão da retórica, retórica da perversão*. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 10.

Não busquei apresentar uma definição contundente de prefácio, nem mesmo desvendar um tesouro. Meu objetivo consistiu propriamente em ler com atenção e paixão os prefácios da prosa de ficção brasileira, procurando entender que esses textos introdutórios são a porta de entrada para uma possível cumplicidade entre o autor e seus leitores, pois cumprem, dentre tantos papéis, “a função de diminuir a distância entre o texto representado e o texto oferecido à leitura”.²

Também é importante acentuar que o propósito deste trabalho não foi criar uma hierarquia entre obras consagradas e não consagradas ou entre grandes escritores e outros que possam ser considerados secundários. Não levei em conta questões valorativas, apenas observei os interesses e as necessidades dos escritores das obras de ficção.

Como remate final, não pretendi traçar uma disposição geral de todo o período, mas fazer alguns recortes, acompanhando alguns modelos, observando figuras diversas que entremeavam semelhanças e compunham as linhas relevantes.

O mais importante de ressaltar nesta conclusão é que o século XIX, antes pouco conhecido e agora um pouco mais explorado por mim, ainda permanece como um longo caminho a ser percorrido. As questões que aqui se colocaram contribuem para o início de uma jornada a ser explorada. Ao fim, chego à conclusão de que tudo principia e que a realização da história do romance no século XIX ainda está por ser escrita.

Os caminhos para a realização de uma pesquisa são geralmente marcados pelas surpresas e comigo não poderia ser diferente. Cada descoberta foi mais inovadora que a outra, e o fato de procurar identificar se os textos dos prefácios pronunciavam um discurso real ou imaginário ficou mais importante do que eu mesma supunha, diante da confirmação de que as histórias dos romances e dos prefácios se cruzam e formam uma rede que une ficção, textos introdutórios e a própria História.

Pela argumentação dos prólogos o autor, o leitor e obra formam uma cooperação mútua. O diálogo entre autor e leitor, através dos textos introdutórios estabelece vínculos, marca preferências, acentua as semelhanças. É o tom confessional, assinalado pela primeira pessoa, o *eu* criador, que permite o estreitamento das relações entre autor e leitor, entre os quais se estabelece um jogo, um pacto de cumplicidade, em que leitor e autor representam um determinado papel, cabendo ao leitor seguir as vias apontadas pelo autor.

² idem, p. 25.

Por meio dos prefácios o autor pretende tudo. Ele quer influir na educação do leitor oferecendo-lhe instrução. Ele deseja guiar a leitura, convencendo o leitor a incorporar as idéias defendidas no texto. Ele almeja moralizar, ensinando o que é virtude e os descaminhos do vício. Para tanto, o maior desejo do autor resume-se na sedução do público, tornar-se lido, amado e ter sua obra encaminhada para o sucesso.

Todos esses anseios se colocaram para os romancistas porque se encaminhavam para uma questão central: estreitar os laços com o público e aproximar-se das questões que se referiam ao cotidiano da vida dos homens.

Os prefácios, cartas de advertência dos romances, registraram a construção e a evolução do gênero romanesco, e, embora não ofereçam um grande fôlego teórico, são textos que ajudam a contar um extenso período da história do romance brasileiro. Mesmo sem se configurar como um modelo de reflexão teórica, os textos introdutórios da prosa de ficção brasileira dos anos oitocentos estão entremeados de comentários que apontam, pelos olhos do ficcionista, a imagem da construção narrativa, a representação do leitor e a reprodução do perfil do autor.

Os prefácios podem ser considerados como o mais amplo espaço em que o autor pôde defender e divulgar o romance, pois de todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram para edificar a prosa de ficção ao longo do século XIX, os textos introdutórios, foram sem dúvida, o espaço de reflexão e contribuição para ressaltar a importância do gênero. Neste caso, muitas das idéias descritas nos prefácios colaboraram para formar um argumento representativo para a valorização do romance.

Pode-se pensar que tudo o que estava escrito em tantos prólogos, advertências, cartas ao leitor, pudesse ter um caráter dispensável. No entanto, prefiro confiar que no momento em que a história literária ainda está sendo escrita, esses textos podiam ser considerados como instrumento de debate e como alternativa para o público identificar a fala do escritor.

A história do romance no Brasil foi marcada por dois momentos principais. O primeiro diz respeito ao processo de interação entre a figura do leitor e o texto ficcional. Era o momento em que se definia a intimidade do leitor com as personagens, com os enredos construídos. O segundo seria o momento de expectativas em que o escritor começa a vislumbrar a possibilidade da profissionalização dos homens das letras, coincidindo também com o aumento na produção e circulação da prosa de ficção.

Aos escritores da época parecia natural a divulgação de um gênero que já tinha repercussão em diversos países. No período que marcou a evolução do gênero romanesco, o espaço do prefácio, das introduções, das advertências, ou qualquer texto que fosse apresentado antes da própria história que iria ser contada, passou a constituir o espaço de auto-afirmação do escritor e de sua obra, perante a crítica e o público.

Os prefácios podem ser identificados como um registro generoso deixado pelos romancistas. Isto permite aos leitores curiosos dos tempos modernos, testemunhar alguma das faces do cenário literário, apresentando as relações que ilustraram, nas suas linhas e entrelinhas, as *relações perigosas e afetuosas* entre autor e público que permeavam o espaço romanesco nos anos oitocentos.

E eu, que era avessa aos prólogos, deixei-me encantar e seduzir por sua retórica e acreditar que esses textos introdutórios podem realmente enlaçar a fiel relação entre autor, leitor e o texto ficcional.

BIBLIOGRAFIA.

1. Romances, memórias, auto-biografias.

ALENCAR, José de. *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais; o garatuja; o ermitão da gloria; a alma do laçaro*. 3. ed. Rio de Janeiro : Jose Olympio, 1955.

_____. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. *Encarnação e Diva*. São Paulo: Clube do Livro, 1949.

_____. *O gaúcho*. Rio de Janeiro, José de Aguillar. 1958.

_____. *O guarani*. 12. ed. São Paulo : Ática, 1986.

_____. *Guerra dos mascates: crônica dos tempos coloniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.

_____. *Iracema*. São Paulo: Moderna, 1989.

_____. *Luciola, um perfil de mulher; diva, perfil de mulher*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

_____. *Senhora*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

_____. *Sonhos d'ouro*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.

_____. *Ubirajara*. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1977.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

ALVARENGA, Lucas José de. Prefácio da novela *Statira e Zoroastes* de. In: SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do romance de folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: editora da UNB, 1997.

ARANHA, Graça. *O meu próprio romance*. Rio de Janeiro: INL, 1968.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, vol. I e II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar , 1994

_____. *Helena*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *A Mão e a Luva*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1976.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *Longos Serões do Campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BOCCACCIO, Giovanni. Proêmio do romance *Decamerão*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

CALDRE E FLÁO. *Divina Pastora*. 2ª. ed. Porto Alegre: RBS, 1992.

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. 2ª. ed. Editora Mulheres, 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II. São Paulo: Martins Editora, 1954.

- DEFOE, Daniel. Prefácio do romance *Moll Flanders*. São Paulo: Abril Cultural, 1990.
- FIELDING, Henry. Prólogo do romance *Tom Jones*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- GUIMARÃES, Bernardo. Quatro romances: *o ermitão de muquem; o seminarista; o garimpeiro; o índio Afonso*. São Paulo: Martins, 1944.
- GUIMARÃES, Luís Jr. *A Família Agulha*. Rio de Janeiro: INL, 1987.
- _____. *Contos sem pretensão*. Rio de Janeiro: Editora três, 1974.
- KOSSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins editora, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- LACLOS, Choderlos. *Ligações Perigosas*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A luneta mágica*. São Paulo: Circulo do Livro, 1987.
- _____. *A Moreninha*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1997.
- _____. *A Misteriosa*. Rio de Janeiro: Ocidente, [19-]
- _____. *As Mulheres de Mantilha*: romance histórico. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1966.
- _____. *As Vítimas Algozes*. 3ª. ed. São Paulo: editora Scipione, 1991.
- _____. *Memórias da Rua do Ouvidor Brasília*: Ed. UNB, 1988.
- _____. *Memórias do Sobrinho de meu Tio*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.
- _____. *O culto do dever*. Rio de Janeiro, Publicação: Domingos José Gomes Brandão, 1865.
- _____. *O Moço Loiro*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. *O Forasteiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1855.
- _____. *Os Romances da Semana*. 3. ed. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1873.
- _____. *Rosa, O rio do quarto. Uma paixão romântica. O veneno das flores*. São Paulo. Livraria Martins, s.d.
- _____. *Romances da semana* 4ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- MENDONÇA, Bernardo de. *Manuel Antônio de Almeida – Obra dispersa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1991.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: UNB, 1963.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*: romance original brasileiro. Rio de Janeiro: Graf Olímpica Editora Ltda, 1975.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Júlia ou A Nova Heloísa*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.
- SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.
- SAINT-PIRRE, Bernardin de. *Avant-Propos* do romance *Paul et Virginie*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur.
- SEABRA, Bruno. *Paulo*. Rio de Janeiro: editora três, 1973.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Manuel de Moraes, chronica do seculo XVII*. Rio de Janeiro, Garnier, 1866.

_____. *Aspásia*. Rio de Janeiro: B.L.GARNIER, Editor do Instituto Histórico, 1872.

SILVA, J. M. Velho da. *Gabriella*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1875.

SOUSA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *As tardes de um pintor, ou, As intrigas de um jesuíta*. São Paulo: Três, 1973.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 19ª ed., São Paulo: Ática, 1991.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ed. Três, 1973.

_____. *Um casamento no arrabalde*. Rio de Janeiro, Garnier, 1903.

Zaluar, Augusto Emílio. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994.

2. Teoria Literária, Crítica Literária, Histórias Literárias, História da Leitura.

ABREU, Márcia. *Diferenças e desigualdades: preconceitos em leitura*. In: Marildes Marinho (org.) *Ler e Navegar*. Espaços e percursos da leitura. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB, 2001.

_____. (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

_____. *O Caminho dos Livros*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese Livre Docência apresentada na Universidade Estadual de Campinas.

_____. *O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil Colonial*. In: *Brasil e Portugal 500 anos de enlases e desenlaces*. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: 2000.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

AUGUSTI, Valéria. *O Romance Como Guia de Conduta: A Moreninha e os Dois Amores*. (mimeo) Campinas, SP, 1998. Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

AZEVEDO, Sânzio de. *Aspectos da Literatura Cearense*. Fortaleza, Edições UFC, 1982.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio De Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T. A Queiroz, 1989.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROCA Brito. *Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil – na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetim no Brasil: 1830 a atualidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A Formação do Romance Inglês: Ensaio Teórico*. São Paulo: USP, 2000. 3 v. Tese Livre Docência apresentada na Universidade de São Paulo – USP. (mimeo)

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain*. Paris: Minuit, 1985.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina. *Fim do Livro, Fim dos Leitores?* São Paulo: Ed. Senac, 2001.

3. Dicionários e Antologias.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

CRUZ, Walter Monte da. *Catálogo bibliográfico mato-grossense*. Cuiabá: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, 1980.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1978.

MOISÉS, Massaud. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras Brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

OLIVEIRA, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Célebres*. Lisboa: Lello & Irmão editores, 1981.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do romance de folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: editora da UNB, 1997.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Os Precursores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

TELES, Gilberto Mendonça. *Prefácios de Romances Brasileiros – Das origens ao modernismo*. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica, 1986.

ANEXOS

CRONOLOGIA DO ROMANCE DO SÉCULO XIX

AC = Antonio Candido AB = Alfredo Bosi AFC = Afrânio Coutinho
 BLS = Barbosa Lima Sobrinho DMC = Dicionário de Mulheres Célebres
 GC = Guilhermino César JRM = José Ramos Tinhorão LMP = Lúcia Miguel Pereira
 LH = Laurence Hallewell LP = Livro de prefácios MM = Massaud Moisés
 MYM = Máio Ypiranga Monteiro OC = Obras Completas
 OR/BC = Obras Raras/Bibli.Central/Unicamp YJN= Yasmin Jamil Nadaf
 RM = Raimundo de Menezes SA= Sânzio de Azevedo
 SB = Sacramento Blake TS = Tânia Serra RZ = Regina Zilberman ZM = Zahidé Muzart

Data	Escritos e Publicação no Brasil	Influência estrangeira e comentários gerais da obra
1822	Januário da Cunha Barbosa ¹ lançou NITERÓI: metamorfose do Rio de Janeiro (RZ)	
1826	Lucas José d' Alvarenga ² publica a novela STATIRA, E ZOROASTES, Rio de Janeiro. (AC) RM informa 1830 a data de publicação. (RM, p. 28)	“Afrânio Coutinho afirma ser essa a 1ª novela que se publicou no Brasil. Novela dedicada a S.A A Imperatriz do Brasil. Rio de Janeiro, pela Tipografia de Plancher” (AFC) “Observa-se à semelhança com o romance pastoral ASTRÉE (1607-1624), de Honoré d'Urfé”. (TS)
1832	Joaquim Norberto ³ publica JANUARIO GARCIA ou AS SETE ORELHAS. (TL)	
1834	Januário da Cunha Barbosa publica a sátira (comédia política) A RUSGA NA PRAIA GRANDE OU O QUIXOTISMO DO GENERAL DAS MASSAS (RM)	
1837	João Manuel Pereira da Silva ⁴ publica UM PRIMEIRO AMOR. Publicado no “Gabinete de Leitura” de 22 de outubro de 1837, com assinatura “Pereira da Silva” e LUÍSA Publicado no “Gabinete de Leituras” de 22 de outubro de 1837, com assinatura “Pereira da Silva”.	

¹ JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA (nasceu no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1780 e faleceu a 22 de fevereiro de 1846)

² LUCAS JOSÉ D' ALVARENGA (nasceu em Sabará, MG, em 1768 e faleceu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1831).

³ JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA SILVA (nasceu no Rio de Janeiro em 1820 e faleceu na mesma cidade, em 1861) (AB) (nasceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820 e faleceu em Niterói a 14 de maio de 1891) (RZ)

⁴ JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA (nasceu em Iguazu, RJ, em 30 de agosto de 1817 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1898) (Temístocles Linhares informa Paris o local de falecimento do escritor JMPS)

	(BLS)	
1838	<p>Ana Eurídice Eufrosina de Barandas⁵ escreve uma das peças de seu livro, intitulada UMA LEMBRANÇA SAUDOSA, Rio de Janeiro (GC)</p> <p>***</p> <p>João Manuel Pereira da Silva publica AMOR, CIÚME E VINGANÇA (Novela Brasileira). Publicada no "Museu Universal", vol.II, de 1838 a 1839, págs. 141-146, com a assinatura "Pereira da Silva". (BLS)</p> <p>***</p> <p>Firmino Rodrigues da Silva⁶ publicou os escritos OS TRÊS DESEJOS e MARIANA em <i>O Chronista</i>, com as iniciais F.R. da S. e UM SONHO no Gabinete de Leitura de 7 de janeiro de 1838, com a assinatura "Rodrigues da Silva". (BLS)</p> <p>***</p> <p>Reproduzido UM PRIMEIRO AMOR, de João Manuel Pereira da Silva no <i>Jornal dos Debates</i> de 18 de janeiro de 1838, com as iniciais P.S. (BLS)</p>	<p>"Evoca a sua infância passada em Belmonte e refere o ardor da luta entre farrapos e caramurus". (GC)</p>
1839	<p>João Manuel Pereira da Silva publica o romance histórico O ANIVERSÁRIO DE D. MIGUEL (RZ informa 1828) (AB informa 1825 a data desta novela p. 101). No <i>Jornal do Comércio</i> do Rio de Janeiro, de 16 a 22 de janeiro de 1839, Tipografia Villeneuve. (JRT)</p> <p>Ainda João Manuel Pereira da Silva publica o romance histórico — RELIGIÃO, AMOR E PÁTRIA (RZ) sob as iniciais P. da S. e P.S., no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro, nas edições dos dias 12,13,14,15 e 16 de março de 1839. (JRT, p. 50)</p> <p>***</p> <p>Justiniano José da Rocha publicou o romance OS ASSASSINOS MISTERIOSOS, OU A PAIXÃO DOS DIAMANTES. (TL) novela histórica com as iniciais J.J.R., Rio de Janeiro</p> <p>***</p> <p>Francisco de Paula Brito⁷ publicou A REVELAÇÃO PÓSTUMA no <i>Jornal do Comércio</i> de 9 de março de 1839, com iniciais P.B. Publicou A MÃE-IRMÃ (História contemporânea) no <i>Jornal do Comércio</i> de 10 de abril de 1839, com as iniciais P.B. e O ENJEITADO, no <i>Jornal do Comércio</i> de 28 e 29 de março de 1839, ainda com as iniciais P.B. (BLS)</p>	<p>"Tachado de romance histórico, apesar de suas 36 páginas apenas" (TL)</p> <p>"De 29 páginas, publicado primeiro em folhetins no <i>Jornal do Comércio</i>, e que era a história de um joalheiro paranóico fixado em Paris, partidário de mania pouco recomendável de assassinar os seus clientes". (TL)</p> <p>***</p> <p>"(...) tem características específicas do romance-folhetim, tais como o mistério, as peripécias, a vingança. O próprio Justiniano diz, no entanto, que é uma tradução livre do francês".(TS)</p> <p>O escrito O ENJEITADO foi anunciada como novela brasileira em opúsculo, pelo preço de 240 réis o exemplar, editada pela tipografia do próprio <i>Jornal do Comércio</i>. (BLS)</p>
1840	<p>João Manuel Pereira da Silva publica o romance histórico JERÔNIMO CORTE REAL, crônica portuguesa do século XVI. (RZ) (AB informa 1839 a data desta novela p. 101) sob as iniciais JMPS, a 11 de janeiro no <i>Jornal do Comércio</i>. conferir</p>	

⁵ ANA EURÍDICE EUFROSINA DE BARANDAS (nasceu em Porto Alegre, em 1819)

⁶ FIRMINO RODRIGUES DA SILVA (nasceu em Niterói em 1816 e faleceu em 1879)

⁷ FRANCISCO DE PAULA BRITO (nasceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1809 e faleceu a 15 de dezembro de 1861, 14 dias após a morte de Teixeira e Souza, de quem sentiu sobremodo a morte e regressou do cemitério já adoentado) (RM, p. 132)

	<p>***</p> <p>Varnhagen⁸ publica O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, crônica do fim do século XV (RZ). Em <i>O Panorama</i>, Rio de Janeiro (JRT, p. 51)</p> <p>***</p> <p>O SEDUTOR, novela sem indicação de autoria, mas atribuída a João José de Souza e Silva, no <i>Despertador Brasileiro</i>, Rio de Janeiro (JRT, p. 50)</p> <p>***</p> <p>Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva⁹ publica HERÓIDES DE OLÍMPIA E HERCULANO, JOVENS BRASILEIROS ou O TRIUNFO CONJUGAL. (TS)</p>	<p>“Carvalho e Silva está entre os seguidores de Bocage, poeta que conheceu em Portugal quando lá esteve estudando Direito. Foi ele também quem escreveu o primeiro Hino Nacional Brasileiro. (...) HERÓIDES DE OLÍMPIA E HERCULANO, JOVENS BRASILEIROS ou O TRIUNFO CONJUGAL mostra uma mistura de influências. Romance epistolar, de nítida mensagem moral didática.”(TS)</p>
	<p>***</p> <p>João José de Souza e Silva Rio¹⁰ publicou as novelas VIRGINIA OU A VINGANÇA DE NASSAU e O SEDUCTOR no <i>Despertador Brasileiro</i> (SB, v. 3^o p. 470)</p>	
1841	<p>Varnhagen publica MOSTEIRO DE BELÉM (RZ)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Norberto publica a novela AS DUAS ÓRFÃS (AB)</p>	
1843	<p>Teixeira e Sousa¹¹ publica o romance O FILHO DO PESCADOR, ROMANCE ORIGINAL BRASILEIRO (AB)</p> <p>***</p> <p>Antônio Deodoro de Pascual¹² publica a novela LA AMERICANA Y LA EUROPEA, no <i>Liberal</i>. (SB)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Norberto publica MARIA OU VINTE ANOS DEPOIS. (TL) Na <i>Minerva Brasiliense</i>, RJ, no. 11 de 1^o de abril de 1844, pp319 a 328. (TS) Tinhorão informa 1844 a data dessa publicação. (JRT, p. 51)</p> <p>***</p> <p>Luís da Silva de Azambuja Susano¹³ publica UM ROUBO NA PAVUNA (romance histórico), Rio de Janeiro. (RM/TS)</p> <p>***</p> <p>Publicação de UM PRIMEIRO AMOR, de João Manuel Pereira da Silva, dessa vez sem assinatura, na <i>Folhinha dos Lindos Contos, para 1843</i>, editada pela Tipografia Laemmert. (BLS)</p>	<p>“Antonio Candido considera-o um “romance-relâmpago”. (TS)</p>

⁸ FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN (nasceu em São João de Ipanema, SP, em 17 de fevereiro de 1816 e faleceu em 29 de junho de 1878)

⁹ OVÍDIO SARAIVA DE CARVALHO E SILVA (nasceu em Parnaíba, PI no ano de 1787, e morreu no Rio de Janeiro em 1852)

¹⁰ JOÃO JOSÉ DE SOUZA E SILVA RIO (nasceu no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1810 e faleceu a 12 de agosto de 1886)

¹¹ ANTÔNIO GONÇALVES TEIXEIRA E SOUSA (nasceu em 1812, Cabo Frio e faleceu em 1861, RJ)

¹² ANTÔNIO DEODORO DE PASCUAL (nasceu em Castella-a-Nova, reino da Espanha, em julho de 1822, firmou residência no Rio de Janeiro em 1852 e naturalizou-se cidadão brasileiro. Faleceu em 1874 ou 1875)

¹³ LUÍS DA SILVA AZAMBUJA SUSANO (nasceu no RJ, a 20 de agosto de 1791 e faleceu a 16 de agosto de 1893 (?) em Vitória, ES)

1844	<p>Joaquim Manuel de Macedo¹⁴ publica o romance A MORENINHA, Rio de Janeiro (AB) SB data de 1847 e 1868 edição póstuma.</p> <p>***</p> <p>Teixeira e Sousa publica AS TARDES DE UM PINTOR OU AS INTRIGAS DE UM JESUÍTA (AB) Temístocles Linhares informa 1847 a data de publicação. Tinhorão informa a publicação desta obra em 1847, no <i>Jornal Arquivo Romântico</i>. (JRT, p, 54)</p> <p>***</p> <p>Domingos José Gonçalves de Magalhães publica AMÂNCIA, na revista <i>Minerva Brasiliense</i>, Rio de Janeiro, nos números 9 e 10 do 1º. vol., de março. Publicada em março no vol. OPÚSCULOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS, Rio de Janeiro, B.L.Garnier, de pp. 347 a 391 (JRT, p, 51)</p> <p>***</p> <p>Carlos Emilio Adet¹⁵ publica o romance AMÉLIA, na revista <i>Minerva Brasiliense</i>, no. 15, de 1º de junho de 1844, a no. 20 de 15 de agosto de 1844, tomo 2º, pp 455,517 e 615 e seguintes, Rio de Janeiro. (JRT, p, 52) E UM OFÍCIO DE DEFUNTO E UMA BÊNÇÃO NUPCIAL. na <i>Revista Minerva Brasiliense</i>, Rio de Janeiro. In: Os precursores do conto brasileiro. Org. Barbosa L. Sobrinho. (TS)</p> <p>***</p> <p>Vicente Pereira de Carvalho Guimarães publicou o ROMANCEIRO BRASILICO, Rio de Janeiro. (SB, v. 7, p. 388)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Norberto publica CHEGADA DE LONDRES E VINDO DE PARIS, no <i>Jornal Gazeta Universal</i>, Rio de Janeiro, (JRT, p, 52)</p>	<p>"O gosto do puro romanesco é importado (Scott, Dumas, Sue...)" (AB)</p> <p>***</p> <p>"Apesar de constituir um conto longo, ou, no máximo, uma novela, a intenção do autor era estreitar com AMÂNCIA no novo gênero do romance romântico".(JRT, p, 51) Para Antonio Candido AMÂNCIA pode ser considerada uma "fórmula muito usada no Romantismo: o amor é um conjunto de complicações que põem os amantes à prova, a fim de melhor recompensá-los, ilustrando sempre o triunfo da virtude". (AC, Formação, 2º vol. p, 125)</p> <p>***</p> <p>"História de salvação de uma moça ameaçada pela concupiscência do padrasto"(JRT, p, 52) "Esse romancete evidencia bem o gosto romântico pelo dramático-sentimental. O tom é todo o do exagero, tanto no comportamento dos heróis e dos vilões quanto no uso do estilo ornado que caracterizará maior parte da nossa ficção romântica."(TS)</p> <p>***</p> <p>"1º tomo 148 pags. É pelo autor dedicado ao príncipe D. Luiz, Conde de Aquila. Redigiu com João José Moreira". (SB)</p>
1845	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance O MOÇO LOIRO, Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>Ana Eurídice Eufrosina de Barandas publica A FILÓSOFA POR AMOR, Porto Alegre.(GC)</p>	<p>"Voluminho delicioso, expressivo documento da época e da sensibilidade da autora. (...) Suas pequenas histórias, como a Queda de Safo, ou O Cinco de Maio, com que fecha o volume, denunciam o amaneirado filosófico comum na literatura francesa daquela fase em que começava a tomar corpo o romance ocidental. Há também certo didatismo no seu modo de apresentar tais alegorias, a que não falta sequer o vocabulário dos últimos arcades. Por outro</p>

¹⁴ JOAQUIM MANUEL DE MACEDO (nasceu em Itaboraí, RJ, 1820 e faleceu em 1882, RJ)

¹⁵ CARLOS EMILIO ADET (nasceu em Paris a 1 de janeiro de 1801 e faleceu a 30 de outubro de 1867)

	<p>lado, freqüentemente aparecem ali, simbolizando paixões e desejos, as entidades mitológicas que no pincípio do século anterior ainda serviam aos escritores para traduzir a fatalidade das situações e dos atos humanos” (GC)</p> <p>***</p> <p>JERÔNIMO BARBALHO BEZERRA, romance histórico, publicado sem indicação de autoria no <i>Ostensor Brasileiro, Jornal Literário Pictoreal</i>, de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira Rio de Janeiro. (JRT, p. 52)</p> <p>***</p> <p>Vicente Pereira de Carvalho Guimarães publica A CRUZ DE PEDRA, A GUERRA DOS EMBOABAS (romance histórico) e JERÔNIMO BARBALHO BEZERRA (romance histórico), todos no <i>Ostensor Brasileiro</i>, RJ. (TS)</p> <p>***</p> <p>Segunda edição do romance A MORENINHA de Joaquim Manuel de Macedo pela Tipografia Francesa. (LH, p. 142)</p>	<p>“O romance é passado no Rio de Janeiro do Séc. XVII, quando da revolta de 1660, liderada por Jerônimo Barbalho Bezerra. O <i>Ostensor Brasileiro</i> era publicado aos sábados sem indicação de data”. (JRT, P, 53.)</p> <p>***</p> <p>“Havia na obra a preocupação indianista e o gosto dos temas populares”(RM) localizado no Real Gabinete, RJ. “A CRUZ DE PEDRA foi publicada antes no <i>Romanceiro</i> (SB, v7, p. 388)“Jeronymo Barbalho Bezerra foi o primeiro romance histórico publicado no Brasil, diz o autor”. (SB, v7, p. 388)</p>
1846	<p>Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake¹⁶ publica o romance DOUS CASAMENTOS. Bahia, no <i>Musaico</i>. (SB) (JRT) informa 1844. No <i>Musaico</i>, Salvador, BA, entre janeiro e outubro. (JRT, p. 53)</p> <p>***</p> <p>Manoel Carigé Baraúna¹⁷ 2º. publica as novelas EUGENIA: novella bahiana, no <i>Crepúsculo</i>, tomo III, p.10 a 28 e JÚLIA: novella bahiana, na mesma revista, mesmo tomo, p. 47, 60 e 75. (SB, v. 6. p. 44))</p>	
1847	<p>Caldre e Fião¹⁸ publica DIVINA PASTORA¹⁹ – 2 vls, novela rio-grandense, Rio de Janeiro (GC) O 1º. volume lançado em 1847 e o 2º no início de 1848. (TL)</p> <p>***</p> <p>Nísia Floresta Brasileira Augusta publica as novelas FANY OU O MODELO DAS DONZELAS e DACIZ OU A JOVEM COMPLETA, Rio de Janeiro (ZM)</p> <p>***</p> <p>Luís da Silva de Azambuja Susano publica O CAPITÃO SILVESTRE E FREI VELOSO, OU A PLANTAÇÃO DE CAFÉ NO RIO DE JANEIRO (romance histórico), RJ: Laemmert. (TS)</p>	<p>“O primeiro romance rio-grandense de que se tem notícia”. (GC)</p> <p>“Novelas dedicadas às jovens estudantes de seu colégio. Nesses escritos encontram-se desde conselhos de como as meninas devem se comportar, os deveres esperados de uma filha, histórias de cunho didático-moralista, até minunciosas e ricas explanações acerca da história da condição feminina em diversas civilizações e em diferentes épocas” (ZM)</p>

¹⁶ AUGUSTO VITORINO ALVES SACRAMENTO BLAKE (nasceu na Bahia a 2 de novembro de 1827)

¹⁷ Manoel Carigé Baraúna (nasceu na Bahia em 1823 e faleceu poucos anos depois de formado)

¹⁸ JOSÉ ANTONIO DO VALE (acrescentou posteriormente o apelido CALDRE E FLÃO nasceu em Porto Alegre a 22 de agosto de 1813 e faleceu em São Leopoldo a 20 de março de 1876)

¹⁹ Novela rio-grandense, Rio de Janeiro, Tip. Brasileira de F.M. Ferreira, 1847, 2 tomos, com 188 e 200 pgs. Ressalte-se que dessa obra, considerada perdida, não se conhece até agora nenhum exemplar.

1848	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance DOIS AMORES, Rio de Janeiro (AB) No <i>Jornal Correio Mercantil</i>, do Rio de Janeiro, a partir de 4 de março de 1848. (JRT, p, 54)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Teixeira e Sousa publica GONZAGA OU A CONJURAÇÃO DE TIRADENTES (1848-51) (AB) 2 vls. Temístocles Linhares informa 1849-1851 como data de publicação.</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Pedro de Figueiredo²⁰ publica, sob o pseudônimo de Abdalah-el-Kratif, A CARTEIRA. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José Antônio do Vale Caldre e Fião publica IMERISA no periódico <i>A Grinalda</i>, Rio de Janeiro, de 23 de julho a 20 de agosto. (JRT, p, 54)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco Bonifácio de Abreu²¹ publica TERESINA (romance em verso), BA. (RM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Lançamento do 2º. vol. do romance DIVINA PASTORA de Caldre e Fião (TL)</p>	
1849	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance ROSA, Rio de Janeiro (AB) na Revista <i>Guanabara</i>, do Rio de Janeiro, de 1º de dezembro de 1849 a meados de 1850. Publicado no mesmo ano de 1849 pela mesma Revista <i>Guanabara</i> como volume de abertura da <i>Biblioteca Guanabarensis</i>, Rio de Janeiro, Tipografia do Arquivo Médico Brasileiro. (JRT, p, 54)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Justino de Figueiredo Novais²² publica O FILHO DO PROCURADOR ou PESCADOR (SB, v. 5. P, 275) ou A VÍTIMA DO AMOR FILIAL, "romance original" na Revista <i>O Beija-Flor</i>, do no. 20, de 18 de agosto, a no. 29, de 20 de outubro, num total de 20 capítulos. (JRT, p 54) Publicou no mesmo periódico os romances PEDRO DE AGUIAR e AS FLÓRES DE UMA CORÓIA. (SB, v. 5 p, 275)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Joaquim da Rosa²³ publica A FEITICEIRA, na revista <i>Íris</i>, Rio de Janeiro. (RM) (JRT, p, 54)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Lourenço da Silva Araújo e Amazonas²⁴ publica AMÉLIA in <i>O belo sexo</i>. Pernambuco. (TS)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Joaquim José Teixeira²⁵ publicou MATTA-ESCURA, em folhetim no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro. (SB. V4. p. 180)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Caldre e Fião publica O CORSÁRIO, Rio de Janeiro. (TL e GC) no jornal <i>O Americano</i>, do Rio de Janeiro, de 24 de janeiro de 1849 a fins de 1851, sob a indicação de "O corsário, romance brasileiro em oito quadros".</p>	

²⁰ ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO (nasceu na vila Iguarassú, Pernambuco, a 22 de maio de 1822, e faleceu a 21 de agosto de 1859)

²¹ FRANCISCO BONIFÁCIO DE ABREU (nasceu na Vila da Barra, BA, a 29 de novembro de 1819 e faleceu no Rio de Janeiro a 30 de julho de 1887)

²² JUSTINO DE FIGUEIREDO NOVAIS (nasceu no Rio de Janeiro a 11 de junho de 1829 e faleceu a 20 de maio de 1877)

²³ ANTÔNIO JOAQUIM DA ROSA (nasceu em São Roque, SP, em fins de 1820 e faleceu a 26 de dezembro de 1886)

²⁴ LOURENÇO DA SILVA ARAÚJO (nasceu na Bahia a 9 de agosto de 1803 e faleceu no em 4 de maio de 1864)

1850	<p>Nísia Floresta Brasileira Augusta publica DEDICAÇÃO DE UMA AMIGA (romance histórico), Niterói, 2 vol e (SB/ ZM)</p> <p>***</p> <p>Antônio Joaquim Ribas²⁶ publicou HISTÓRIA DOS PAULISTAS nos <i>Ensaíes Literários</i> de São Paulo. (SB)</p> <p>***</p> <p>Antônio Victor de Sá Barreto²⁷ publica o romance TALIORATO, Pernambuco. (SB)</p> <p>***</p> <p>Joaquim José Teixeira publicou A SOBRINHA DO CÔNEGO - Romance original, no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro. (YJN, p. 380)</p> <p>***</p> <p>Antônio Joaquim da Rosa publica A ASSASSINA (romance de costumes) publicada na <i>Revista Literária</i> a partir do Ano I, no. 8, de 14 de novembro de 1850. (JRT, p. 55)</p>	<p>“É uma obra que, há muitos anos, escreveu o conselheiro Ribas, e que apenas um fragmento foi publicado em outubro de 1850. Depreende-se que o autor completou a obra, pelo modo, por que se exprime a redação desta revista: “extraí da História dos paulistas (M.S) pelo senhor doutor Ribas o fragmento, que aí publicamos: o nome do autor é seu maior elogio e os que lerem, poderão apreciar o critério do historiador, e a ilustração de literato”(SB)</p> <p>“nesta obra se desenvolve a tese da influência da localidade natal sobre o moral do homem em seus atos da vida prática”</p>
1851	<p>Publicado a 1ª. ed. em livro do romance O CORSARIO²⁸ de Caldre e Fião, pela Tipografia Filantrópica do Rio de Janeiro. Novamente publicado em folhetins pelo <i>Jornal O Pelotense</i>, de Pelotas, Rs, a partir de outubro de 1851. (JRT, p, 55)</p> <p>***</p> <p>Cândido Batista de Oliveira publica LÚCIA DE MIRANDA, romance histórico ambientado no Brasil de 1532, na <i>Revista Guanabara</i>, no. 9. Provavelmente de julho de 1851. (JRT, p,55)</p> <p>***</p> <p>Pereira da Nóbrega²⁹ publicou OS ASSASSINOS E O ADULTÉRIO. (TS)</p> <p>***</p> <p>Justino de Figueiredo Novais publica o romance DOUS LOUCOS, Rio de Janeiro, 120 pags,. (SB. V, 5, p. 275)</p>	<p>“Abrange um quadro psicológico, moral e histórico, de grande envergadura. (...) Toma um episódio que foi comum nas costas do Sul – o naufrágio de navios veleiros, na altura do Tramandai”. (GC)</p> <p>“O assunto do 2º. romance é da história de Portugal e sobre o episódio de Alcacerkebir” (SB)</p> <p>“Totalmente integrado com a tendência didática e moralizante do Romantismo, o autor constrói sua novela em torno de um crime e seu julgamento público(...) não foi publicado em periódico, mas tem a estrutura narrativa para necessária para tal.”(TS)</p>
1852	Joaquim Norberto publicou ROMANCES E NOVELAS	

²⁵ JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA (nasceu no Rio de Janeiro a 27 de agosto de 1811 e faleceu a 1º de janeiro de 1885) Usava o pseudônimo de Papagaio. (RM, p. 674)

²⁶ ANTÔNIO JOAQUIM RIBAS (nasceu no rio de Janeiro a 28 de abril de 1820)

²⁷ ANTÔNIO VICTOR DE SÁ BARRETO (nasceu em Pernambuco)

²⁸ Existe um exemplar deste romance na biblioteca particular de Olyntho Sanmartin, que possui uma preciosa coleção de autores rio-grandenses.

²⁹ JOSÉ HIGINO SODRÉ PEREIRA DA NÓBREGA (nasceu no Rio de Janeiro e aí morreu em 1855) (TS)

<p>(RZ) Nictheroy, RJ: Typ. Flum. de Cândido Martins Lopes. OR - Microfilmada (Contém: MARIA OU VINTE ANOS DEPOIS (romance brasileiro), JANUÁRIO GARCIA OU AS SETE ORELHAS (romance) e O TESTEMUNHO FALSO (novela) (TS)</p> <p>***</p> <p>Antônio Deodoro de Pascual publica a novela THE TWO FATHERS, 3 vols. Nova York. (SB)</p> <p>***</p> <p>Justino de Figueiredo Novais publica UMA ZOMBARIA DO DESTINO "romance brasileiro", no <i>O Curupira</i>, Jornal Literário e Instrutivo. (JRT, p. 56) e AMOR E ÓDIO no mesmo jornal. (JRT, p.56)</p>	<p>"Apesar da indicação de romance, trata-se de pequena novela ambientada no Rio de Janeiro de 1846 quando, segundo o próprio autor, "pela primeira vez, no Teatro de São Pedro, houve bailes mascarados." (JRT,p.56) O romance AMOR E ÓDIO teve sua publicação interrompida no 5º. capítulo. Um artigo sob o título "Romance", publicado no mesmo jornal, e assinado pelo autor, Justino de Figueiredo Novais, dá a entender que a interrupção do romance deveu-se a pressões por parte de leitores e autoridades. É que o escritor contava a história de uma moça de 17 anos, Maria Leonor, deflorada por um capitão Castelo Branco, desejoso de vingar-se do pai da jovem, e que foge à responsabilidade invocando o Art. 17 do Código Penal de deixar as famílias "expostas aos ataques dos libertinos a quem o capricho da fortuna tem colocado na classe dos abastados, ou ricos". (JRT,p.56)</p> <p>***</p>
<p>***</p> <p>Joana Paula Manso de Noronha³⁰ publica em folhetim o romance histórico MISTÉRIOS DEL PLATA, no <i>Jornal das Senhoras</i>, entre 24 de janeiro e 4 de abril. (ZM)</p> <p>***</p> <p>Manuel Antônio de Almeida publica MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS em folhetim no <i>Correio Mercantil</i>, de 27 de junho de 1852 a 31 de julho de 1853. (LH, p. 147) Publicado, sem assinatura no suplemento <i>Pacotilha</i> do <i>Jornal do Correio Mercantil</i>, do Rio de Janeiro, em um total de 24 capítulos. (JRT, p. 55)</p> <p>***</p> <p>Teixeira e Sousa publica MARIA OU A MENINA ROUBADA na <i>Marmota</i>, a 1º. de setembro de 1852 a fevereiro de 1853 Na <i>Marmota Fluminense</i>, no. 295, de 10 de setembro de 1852, a no. 341, de 18 de fevereiro de 1853, em total de 36 capítulos, sendo o último não numerado e intitulado "conclusão". (JRT, p. 55)</p>	<p>Segundo nota da autora, ela começou a esboçar este romance na Filadélfia, em 1846, e o concluiu na fortaleza de Gravatá, onde residiu cinco meses, em fins de 1849. (ZM)</p> <p>***</p> <p>É considerado o primeiro folhetim brasileiro de destaque. (LH, p. 147)</p>

³⁰ JOANA PAULA MANSO DE NORONHA (nasceu na Argentina, em 26 de junho de 1819, em 1848 torna-se cidadã brasileira. Faleceu em 1875)

<p>1853</p>	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance VICENTINA, Rio de Janeiro (AB) Tinhorão informa 1854 o ano da 1ª. publicação na <i>Revista Marmota Fluminense</i> – Jornal de Modas e Variedades de Paula Brito, no. 450 de 7 de março a no. 532 de 19 de dezembro de 1854. 1ª. edição em livro pela Empresa Tipografica Dous de Dezembro de Paula Brito, 3 vols, em 1854. (JRT, p. 57)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Maria Firmina dos Reis³¹ provavelmente iniciou a escrever um álbum de recordações, visto ser esta a data do 1º. texto. Foi publicado em 1975 por Nascimento Filho.</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Justino de Figueiredo Novais publica FERNANDO E MARGARIDA, no <i>O Curupira</i> do no. 18, de 6 de fevereiro de 1853 a no. 25 de 25 de março de 1853, Rio de Janeiro, no. 18 ao no. 25. (JRT, p. 56)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Teixeira e Sousa publica A PROVIDÊNCIA (AB), romance original, RJ, (SB). No <i>Correio Mercantil</i>, RJ,</p>	<p>“No nº. 518 de 31 de outubro de 1854 há a seguinte nota na primeira página: “Vicentina (valsa) – O sr. Antônio Xavier da Cruz Lima lendo os 2 vols da Vicentina —que publicamos em folhetim, tão encantado ficou dela que compôs logo uma primorosa valsa para piano, e dedicando-a ao nosso talentoso romancista , o sr. Dr. Macedo, ofereceu à redação da Marmota que dará brevemente – grátis – aos seus assinantes e acionistas” (JRT, p. 57)</p> <p>“O <i>Album</i> é composto de pequenos textos, a maioria versando sobre a dor da partida (...) O tom que domina o “Album” é o elegíaco e (...) tem também teor de diário íntimo com anotações não só dos seus estados d’alma, mas ainda pequenos fatos como, por exemplo, em 11 de janeiro de 1860, a mudança de casa, em 1862, a adoção de um órfão recém-nascido que faleceu um ano depois” (ZM)</p> <p>“Romance histórico ambientado no Rio de Janeiro”. (JRT, p. 56)</p>
<p>1854</p>	<p>Teixeira e Sousa publica A PROVIDÊNCIA (AB), romance original, RJ, 5 vols. na Tipografia de M. Barreto. (TS)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Nisia Floresta Brasileira Augusta publica PÁGINAS DE UMA VIDA OBSCURA; UM PASSEIO AO AQUEDUTO DA CARIÓCA; O PRANTO FILIAL. Crônicas, na <i>Revista Brasil Ilustrado</i>. Rio de Janeiro (ZM/SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Deodoro de Pascual publica A MULHER em folhetins no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José de Alencar publica a crônica AO CORRER DA PENA³² (OC. Vol IV)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Joaquim da Rosa publica A ASSASSINA (romance de costumes) (RM) em livro, antes publicada</p>	<p>“Publicado em livro pela Tipografia de M. Barreto, Rio de Janeiro, aproveitando a composição em duas colunas do folhetim do jornal, e englobando os cinco tomos ou fascículos em que se dividiu a história” (JRT, p. 57)</p> <p>“Considerado o primeiro romance paulista teve sua edição em livro pela Tipografia Imp.</p>

³¹ MARIA FIRMINA DOS REIS (nasceu na Ilha de São Luís, MA em 11 de outubro de 1825 e faleceu em 1917 em Guimarães)

³² O cronista Alencar em folhetins do *Correio Mercantil*, do RJ, de 03/09/1854 e no *Diário do Rio de Janeiro*, entre 07/10 e 25/11/1855.

³³ Luiz Pereira da Silva (nasceu em Ipiabas, município de Valença, RJ em 1º. de janeiro de 1837)

	<p>na <i>Revista Literária</i> a partir do Ano I, no. 8, de 14 de novembro de 1850. E depois de publicado em livro foi republicada no <i>Diário Mercantil de São Paulo</i> de 2 a 28 de outubro de 1886. (JRT, p. 55) E A CRUZ DE CEDRO no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro e em livro. No ano de 1900 volta a ser publicado em folhetim pelo jornal <i>Correio Paulistano</i>, São Paulo. (JRT, p. 55)</p> <p>***</p> <p>Luiz Pereira da Silva³⁵ publica a novela OS DESTERRADOS, Rio de Janeiro, 40p. (SB)</p> <p>***</p> <p>O romance histórico JERÔNIMO CORTE REAL, crônica portuguesa do século XVI de João Manuel Pereira da Silva é reimpresso como livro por Cruz Coutinho. (LH p. 141)</p> <p>***</p> <p>1ª edição em livro do romance VICENTINA, de Joaquim Manuel de Macedo pela Empresa Tipografica Dous de Dezembro de Paula Brito, 3 vols. (JRT, p. 57)</p>	<p>Constit. De J. Villeneuve & C. Rio de Janeiro, 106 páginas" (JRT, 57) Com carta prefácio de Júlio Ribeiro (RM)</p>
1855	<p>Varnhagen publica SUMÊ, lenda mito-religiosa americana (RZ)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance O FORASTEIRO, (escrito aos 18 anos, cinco antes de A MORENINHA. (RM) A CARTEIRA DO MEU TIO (AB) e A BOLSA DE SEDA. (LP) Rio de Janeiro.</p> <p>***</p> <p>Publicação póstuma de NOITE NA TAVERNA de Álvares de Azevedo³⁴.</p>	
1856	<p>José de Alencar³⁵ publica em folhetim CINCO MINUTOS (AB) no jornal <i>Correio Mercantil</i>, do qual Alencar era editor chefe, durante o mês de dezembro (LH p. 141); e os romances BORBOLETA s/d, A ROCEIRA – romance que começou a ser publicado com o título O FAZENDEIRO. (SB) e O GUARANI (anônimo), em folhetins no <i>Diário do Rio</i>. (RM, p. 16)</p> <p>***</p> <p>Teixeira e Sousa publica AS FATALIDADES DE DOUS JOVENS. RECORDAÇÕES DOS TEMPOS COLONIAIS (AB) 3 vols (SB).</p> <p>***</p> <p>Beatriz Francisca de Assis Brandão³⁶ publica CONTOS DA MOCIDADE 1º Vol, Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Francisco Pinheiro Guimarães³⁷ publica O COMENDADOR no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro. (JRT) de 24 de abril a 29 de maio de 1856 (TS)</p> <p>***</p> <p>Lindorf França publica A CONFISSÃO DO MORIBUNDO no <i>Jornal científico, político e literário</i>, São</p>	<p>"O Romantismo de Alencar é, no fundo, ressentido e regressivo como o de seus amados e imitados avatares, o Visconde François-René de Chateaubriand e Sir Walter Scott" (AB)</p>

³⁴ ÁLVARES DE AZEVEDO (nasceu em São Paulo a 12 de setembro de 1831 e faleceu a 25 de abril de 1852 no Rio de Janeiro)

³⁵ JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR (nasceu em Mecejana, Ceará em 1829 e faleceu em 1877, RJ)

³⁶ BEATRIZ FRANCISCA DE ASSIS BRANDÃO (nasceu em Vila Rica, MG em 1779 e faleceu em 1860)

³⁷ FRANCISCO PINHEIRO GUIMARÃES FILHO (nasceu no Rio de Janeiro a 24 de dezembro de 1832 e faleceu nesta mesma cidade a 5 de outubro de 1877 - Macedo registra 1876) (RM)

	<p>Paulo. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Casimiro José Marques de Abreu³⁸ publica o romance CAROLINA em <i>O Progresso</i>, Lisboa, nos 351-52 de 12 e 13 de mar/1856. (RM, p. 4). E o romance CAMILA (memórias de viagem), publicado em <i>A Ilustração Luso-brasileira</i>, Lisboa, Tip.A.J.F. Lopes, Vol. 1, pp 204-05, 209-10 e 217-18 (RM, p. 4) In: O conto romântico. Orgs. E. Cavalheiro/Mário da S. Brito. (TS)</p> <p>***</p> <p>Varnhagen publica CARAMURU (romance histórico brasileiro), RJ. (RM) TS informa 1859 a data de publicação.</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance O FIM DO MUNDO no <i>Jornal do Comércio</i>, Rio de Janeiro. (LP)</p>	
1857	<p>José de Alencar publica A VIUVINHA publicada em folhetim no Diário do Rio de Janeiro, e O GUARANI (AB) em 4 volumes sem o nome do autor (RM, p. 16). Esta obra foi publicada a primeira vez em folhetim no jornal <i>Correio Mercantil</i> e, no mesmo ano foi impresso na forma de livro pela gráfica do <i>Diário do Rio de Janeiro</i>, de Nicolau Lobo Vianna. (LH, p. 141)</p> <p>***</p> <p>Nísia Floresta Brasileira Augusta publica ITINENERAIRE D'UN VOYAGE EN ALLEMAGNE, narrativa de viagem, Paris. Traduzido para o português em 1982 (depois de mais de cem anos em língua estrangeira) (ZM)</p> <p>***</p> <p>Lourenço da Silva Araújo e Amazonas publica SIMÁ, (romance histórico do Alto Amazonas) (TS) Pernambuco (MYM)</p>	<p>“Não realiza simples relatos de viagens. Descreve com riqueza de detalhes as cidades, as igrejas, os museus os parques, as bibliotecas e monumentos, detendo-se nos tipos humanos e comentando tudo o que observava”. (ZM)</p>
1858	<p>Ana Luísa de Azevedo Castro³⁹ publica D. NARCISA DE VILLAR em seriado em <i>A Marmota</i>, Rio de Janeiro de 13 de abril a 6 de julho de 1858, sob o pseudônimo de Indígena do Ipiranga. Em 1859 foi publicado por Paula Brito, Rio de Janeiro, em edição. (ZM)</p> <p>***</p> <p>Manuel Antônio de Almeida⁴⁰ publica MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>Carlos Júlia Cristiano Adalberto Henrique Fernando Von Koseritz⁴¹ A DONZELA DE VENEZA e A VÉSPERA DA BATALHA, Rio Grande. (GC)</p> <p>***</p> <p>Carlos Eugênio Fontana⁴² publica O HOMEM MALDITO, e CENAS DA VIDA, Rio Grande. (GC)</p> <p>***</p>	<p>“No final do romance a autora empregou o motivo da proximidade consanguínea que estava na moda: Paulo e Virgínia, Atala e Chactas, bem como Sab e Carlota, de Gertrudis de Avellaneda, escritora cubana do século XIX” (ZM)</p> <p>“Manuel Antônio de Almeida é um discípulo de Balzac, não só pela felicidade com que desenvolvia as situações, mas também pela exuberância do seu temperamento”(RM, apud. Ronald de Carvalho. P. 24)</p>

³⁸ CASIMIRO JOSÉ MARQUES DE ABREU (nasceu na Barra de São João, Vila de Capivari, província do RJ, a 4 de janeiro de 1839 (Souza da Silveira) ou 1837 (Artur da Mota) e faleceu a 18 de outubro de 1860)

³⁹ ANA LUÍSA DE AZEVEDO CASTRO (nasceu em São Francisco do Sul, SC em 1823 e faleceu no Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1869)

⁴⁰ MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA (nasceu no Rio, 1831 – Vapor “Hermes”, nas costas da Província do Rio de Janeiro, faleceu em 1861)

⁴¹ CARLOS JÚLIA CRISTIANO ADALBERTO HENRIQUE FERNANDO VON KOSERITZ (nasceu em Dessau, capital do ducado de Anhalt, Alemanha, a 7 de junho de 1830 e faleceu em Porto Alegre, a 30 de maio de 1890. Veio para o Brasil engajado na força estrangeira contratada para auxiliar nossas armas contra Rosas)

⁴² CARLOS EUGÊNIO FONTANA (nasceu em Pelotas, a 4 de novembro de 1830. Ignora-se a data em que faleceu)

	<p>Bruno Henrique de Almeida Seabra⁴³ publica o romance jocoso DR. PANCRACIO ou quadros da vida de um estudante, na <i>Marmota Fluminense</i> (SB) TS informa 1859 a data de publicação.</p> <p>***</p> <p>Antônio Joaquim de Macedo Soares⁴⁴ publica O FOLHETIM DO DOMINGO no <i>Correio Paulistano</i> (SB)</p> <p>***</p> <p>Antônio Pedro de Figueiredo publica UMA VINGANÇA DE NOVA ESPÉCIE, MOTIVADA POR UMA MULHER e O PASSADO E O PRESENTE (apreciável escrito de estilo mimoso e natural, de 15 de agosto de 1858) (SB)</p> <p>***</p> <p>Braúlio Jaime Moniz Cordeiro publica O ÚLTIMO DIA DE UM CARRASCO, no <i>Jornal dos Taquígrafos</i>, Rio de Janeiro. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Luis da Silva de Azambuja Susano publica A BAIXA DE MATIAS (romance histórico, romance brasileiro, jurídico), RJ. (RM)</p> <p>***</p> <p>Cyrillo Eloy Pessoa de Barros⁴⁵ (como aparece no SB) publica RODOLFO, OU LOUCO ASSASSINO, Pernambuco. (Na <i>Marmota Fluminense</i> a partir de 30 de agosto de 1853, RJ) (TS) e a novela ADELAIDE, Pernambuco (TS) SB informa Rio de Janeiro como local da publicação.</p> <p>***</p> <p>José da Rocha Leão⁴⁶ publica TYPOS DE ROMANCES: por Leo Junius, Rio de Janeiro, 238 págs. Contém este livro: A CRUZ DE FOGO, O LIVRO DO SEPULCRO, AS MULHERES PERDIDAS, escrito este que foi antes publicado no <i>Jornal do Commercio</i> e depois em 1859, na <i>Marmota</i>. (SB)</p> <p>***</p> <p>Publicação em um só volume dos romances A VIUVINHA e CINCO MINUTOS. (RM, P. 16)</p>	<p>“Conto fantástico cheio de incidentes chistosos, pedaços descritivos de um poeta natural e gracioso, ânsias de mortal desassossego, um escrito enfim que refocila o espírito e faz rir e chorar ao mesmo tempo. É a carteira de 6 de agosto de 1858.”(SB)</p>
1859	<p>Ana Luísa de Azevedo Castro publica em romance D. NARCISA DE VILLAR, anteriormente publicado em folhetim.</p> <p>***</p> <p>Maria Firmina dos Reis publica ÚRSULA publicado por o pseudônimo Uma Maranhense, São Luis com novas edições em 1975, 1988, Rio de Janeiro (ZM)</p>	<p>“Presença de elementos góticos (o romance gótico que floresceu desde o século XVIII), tais como a perseguição da heroína, o</p>

⁴³ BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA SEABRA (nasceu no Pará a 6 de outubro de 1837 e faleceu na Bahia a 8 de abril de 1876)

⁴⁴ ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES (nasceu na vila de Maricá, Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1838)

⁴⁵ CYRILLO ELOY PESSOA DE BARROS (nasceu na Bahia e faleceu no RJ pelo ano de 1877)

⁴⁶ JOSÉ DA ROCHA LEÃO (nasceu no Rio Grande, RS em 25 de setembro de 1823)

⁴⁷ ANTÔNIO TELLES DA SILVA CAMINHA DE MENEZES (nasceu em Torres-Vedras, Portugal, a 22 de setembro de 1790 e faleceu em Lisboa, a 8 de abril de 1875)

⁴⁸ BRAULIO JAYME MONIZ CORDEIRO (nasceu no Rio de Janeiro a 31 de janeiro de 1829)

⁴⁹ CARLOS EUGÊNIO FONTANA (nasceu na cidade de Pelotas, RS a 4 de novembro de 1830)

⁵⁰ VICENTE FÉLIX DE CASTRO (nasceu em Silveiras, SP, em 1822. Faleceu em data ignorada) (RM)

⁵¹ FRANCISCO ANTÔNIO DA LUZ (nasceu em São Paulo e faleceu em Ubatuba, SP, a 3 de setembro de 1889)

<p style="text-align: center;">***</p> <p>Teixeira e Sousa publica em edição MARIA OU A MENINA ROUBADA (AB) romance original, Rio de Janeiro. Saiu duas vezes na <i>Marmota</i>, a 1ª. de setembro de 1852 a fevereiro de 1853; a 2ª. de outubro de 1858 até 1860. Saindo em edição em 1859. (SB) Na <i>Marmota Fluminense</i>, no. 295, de 10 de setembro de 1852, a no. 341, de 18 de fevereiro de 1853, em total de 36 capítulos, sendo o último não numerado e intitulado “conclusão”. (JRT, p. 55)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Nísia Floresta Brasileira Augusta publica SCINTILLE D’UN ANIMA BRAZILIANA (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Joaquim de Macedo Soares publica NININHA, romance de costumes acadêmicos, na <i>Revista mensal do ensaio filosófico paulistano</i> (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Telles da Silva Caminha de Menezes⁴⁷ publica ÚLTIMOS MOMENTOS DA RAINHA D. ESTEPHANIA (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Braulio Jayme Moniz Cordeiro⁴⁸ publica A BIBLIOTECA DAS MULHERES 2 Vols, Rio de Janeiro - o 1º. volume. Contém cinco romances e o 2º. um com o título “A FILHA DO COLETOR OU O AMOR FILIAL”. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Bruno Henrique de Almeida Seabra publica AS CINZAS DE UM LIVRO: episódio contemporâneo, Rio de Janeiro.(SB). (TS)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Carlos Eugênio Fontana⁴⁹ publica o romance O HOMEM MALDITO, Rio Grande (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Vicente Félix de Castro⁵⁰ publica FLOR DA SERRA ou OS DOIS CASAMENTOS, no <i>Jornal Correio da Tarde</i>, Rio de Janeiro. (JRT, p.59).</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco Magnard publica O PRIMO CEGO, no <i>Jornal do Recife - Revista Semanal Ciências, Letras e Artes</i>. (JRT, p. 59)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Casimiro José Marques de Abreu publica A VIRGEM LOURA (páginas do coração), prosa, publicado no <i>Correio Mercantil</i>, Rio de Janeiro, n.º. 334, ano XIV, pp 1-2. (RM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco Antônio da Luz⁵¹ publica o romance</p>	<p>assassinato do par amoroso, a loucura dos assassinos com a decorrente conversão e reclusão em convento” (ZM)</p> <p>“Foi dado à estampa na ilustração luso-brasileira, e daí transcrito para o parlamento de 15 de novembro de 1859” (SB)</p> <p>“Publicado a partir de 9 de setembro de 1859, nos rodapés das pp. 3 e 4, “de maneira a poder ser recortado e dobrado para fazer livro, sistema que seguiremos de hoje em semelhantes publicações e que oferece aos nossos assinantes a vantagem de poderem ter, no fim de cada ano, nunca menos de seis volumes de 200 páginas cada um”. (JRT, p.59-60)</p> <p>Há uma publicação das Obras Completas de Casimiro de Abreu, RJ, H. Garnier.</p>
--	--

	ALBERTO, São Paulo. (TS/RM) *** Republicação da obra TYPOS DE ROMANCES de José da Rocha Leão, na <i>Marmota</i> . (SB) conferir	
1860	José de Alencar publica, em livro, CINCO MINUTOS (AB) *** Florêncio Carlos de Abreu e Silva ⁵² publica o romance A QUEBRA DO JURAMENTO <i>Revista Culto à Ciência</i> , São Paulo (GC) *** José Vieira Couto de Magalhães publica OS GUALANAZES OU A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO, (conto histórico sobre a fundação de São Paulo) (SB), São Paulo (RM) *** Antônio Luiz Ramos Nogueira ⁵³ publicou CONTO MISTERIOSO, São Paulo. (SB) *** Vicente Félix de Castro publica HORTÊNCIA ou OS AMORES DE UM PINTOR, no <i>Jornal Correio da Tarde</i> , Rio de Janeiro, de 22 de novembro de 1859 a 3 de janeiro de 1860. e ELISA ou A FILHA DO MISTÉRIO, no <i>Mosaico</i> , (primeiro jornal de Guaratinguetá, SP) de fins de 1859 a início de 1860. (JRT, p. 60) *** Francisco Antônio da Luz publica A CRUZ PRETA no <i>Jornal Correio Paulistano</i> , São Paulo, de fins de 1859 a início de 1860. (JRT, p. 60) *** Manuel Pinto Damasco publica a novela CONFIDÊNCIAS DE RAMIRO no <i>Jornal do Instituto Pio e Literário de Pernambuco</i> , Recife. (JRT, p. 60) *** Manuel Duarte Moreira de Azevedo ⁵⁴ publica os romances A ARCA DA FAMÍLIA, AMOR DE MÃE, POR UM TRIZ, (RM, p. 77), HONRA E CIÚME (RM, p. 77) ou HONRA E CRIME na Tip. Paula Brito, RJ (TS) e MADALENA na <i>Marmota Fluminense</i> (TS) ou MAGDALENA, na <i>Marmota e Filhinhas</i> de A Gonçalves Guimarães (RM, p. 77) e nas <i>folhinhas de A Gonçalves Guimarães</i> (SB) *** Cirilo Elói Pessoa de Barros (como aparece na TS) publica O ANEL PRETO, Rio de Janeiro (TS) *** José da Rocha Leão publica OS LIBERTINOS E TARTUFOS DO RIO DE JANEIRO: polygraphia por Leo Junius, Rio de Janeiro, 131 págs. (SB) *** Duarte Paranhos Schutel ⁵⁵ publica A MASSAMBU na <i>Revista Popular</i> , Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1860 a 1º. de maio de 1861. A 1ª. ed. em livro saiu em 1988, ed. da UFSC - Movimento - INL, 1988. (JRT, p. 60)	“Publicada de janeiro de 1860 em diante, “ocupando várias edições”, segundo informação de Luiz do Nascimento, in Vol. 5, p. 128 de sua <i>História da Imprensa Pernambucana</i> ” (JRT, p. 60)

⁵² FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA (nasceu em Porto Alegre e faleceu no Rio de Janeiro, em 1882) (SB)

⁵³ ANTÔNIO LUIZ RAMOS NOGUEIRA (nasceu em São Paulo)

⁵⁴ MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO (nasceu em São João de Itaboraí, RJ e faleceu em 1903)

⁵⁵ DUARTE PARANHOS SCHUTEL (natural da cidade do Desterro, capital de Santa Catarina)

1861	<p>Maria Firmina dos Reis publica no <i>Jornal O Jardim dos Maranhenses</i>, o romance indianista GUPEVA⁵⁶. (ZM)</p> <p>***</p> <p>Antônio Manoel Fernandes 2^o.⁵⁷ publica o romance PAULO E FLORA, São Paulo. (SB, v. 1. P, 250)</p> <p>***</p> <p>Xavier Eyma publica FRANCINA, <i>Jornal do Recife</i>. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Teodomiro Alves Pereira publica o romance GENESCO, Rio de Janeiro, Tip. Perseverança.</p> <p>***</p> <p>Inácio Manuel Álvares de Azevedo⁵⁸ publica A MORTE DE ALINDA (TS) ou A MORTE DE ARMINDA (RM) na <i>Revista Ensaios Filosóficos</i>, Rio de Janeiro (TS) e em 1862 in (RM)</p> <p>***</p> <p>Vicente Félix de Castro publica MISTÉRIOS DA ROÇA, Guaratinguetá. (TS/RM)</p> <p>***</p> <p>Francisco Antônio da Luz publica o romance SACRIFÍCIO, São Paulo. (TS/RM)</p> <p>***</p> <p>João Adolfo Ribeiro da Silva⁵⁹ publica o romance CARLOS (TS). RM informa RJ, 1874. Antes foi publicado em folhetim no <i>Jornal do Recife</i>, Recife, PE e no jornal <i>Diário de São Paulo</i>, São Paulo. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Leonel Martiniano de Alencar⁶⁰ publica o romance A SONÂMBULA DE IPOJUCA. (TS/RM)</p> <p>***</p> <p>José Luiz Monteiro de Souza⁶¹ publica o romance UMA PHASE DA VIDA no <i>Correio Paulistano</i>. (SB)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica OS ROMANCES DA SEMANA.</p> <p>***</p> <p>João Antônio de Barros Júnior⁶² publica o romance EMÍLIA. (RM, p. 101)</p>	<p>“Gupeva é o índio. (...) o seu nome sai do poema CARAMURU. Com leve inspiração em ATALA, de Chateaubriand” (ZM)</p> <p>“É sua estréia de autor antes de matricular-se na faculdade de direito” (SB, v.1. p, 150)</p>
1862	<p>José de Alencar publica o romance AS MINAS DE PRATA e LUCÍOLA (AB)</p> <p>***</p> <p>Franklin Távora⁶³ publica o romance OS ÍNDIOS DO JAGUARIBE (AB) no <i>Jornal Diário de Pernambuco</i>, do Recife. (JRT, p. 61)</p>	

⁵⁶ Republicado em 1863, no jornal *Porto Livre* e no jornal literário *Eco da Juventude* e em 1975, por José Nascimento Filho em *MARLA FIRMINA – FRAGMENTOS DE UMA VIDA*, MA. (ZM)

⁵⁷ ANTÔNIO MANOEL FERNANDES (nasceu em Santos, São Paulo)

⁵⁸ INÁCIO MANUEL ÁLVARES DE AZEVEDO (nasceu em Niterói, RJ a 17 de maio de 1844 e faleceu a 23 de julho de 1863, com 19 anos)

⁵⁹ JOÃO ADOLFO RIBEIRO DA SILVA (nasceu em Sobral, CE, a 13 de abril de 1841 e faleceu nesta mesma cidade em 8 de fevereiro de 1884)

⁶⁰ LEONEL MARTINIANO ALENCAR (Barão de Alencar. Filho de José de Alencar. Nasceu no RJ a 18 de novembro de 1830 e faleceu nesta mesma cidade a 26 de março de 1921)

⁶¹ JOSÉ LUIZ MONTEIRO DE SOUZA (nasceu em São Vicente de Paula, município de Araruama, RJ em 1840 e faleceu a 5 de maio de 1868)

⁶² JOÃO ANTÔNIO DE BARROS JÚNIOR (nasceu no Rio de Janeiro a 26 de novembro de 1836 e faleceu em Curitiba a 11 de novembro de 1912)

⁶³ FRANKLIN TÁVORA (nasceu em Baturité, CE, em 13 de janeiro de 1842 e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1888)

	<p style="text-align: center;">***</p> <p>Jovita Duarte e Silva⁶⁴ publica EULÁLIA (romance original catarinense) Santa Catarina (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Bruno Henrique de Almeida Seabra publica o romance PAULO, Rio de Janeiro. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Guimarães Júnior⁶⁵ publica o romance LÍRIO BRANCO, Rio de Janeiro. (obra do autor) (OA)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Luiz Maria Vidal⁶⁶ (ano de falecimento) publica o romance LYSANDRO OU AS DUAS HEROÍNAS: cenas da vida familiar de Minas Gerais. Romance brasileiro, 250p. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José Maria Vaz Pinto Coelho da Cunha⁶⁷ publica LOSACASSANGE: conto americano, Rio de Janeiro, 68 págs. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José da Rocha Leão publica A CRUZ DE FOGO no <i>Sul-Mineiro</i>. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa⁶⁸ publica o romance O AMOR FATAL. (RM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Publicação (póstuma) da 2ª. edição da obra MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS. (RM)</p>	<p>"O autor dedicou esse romance a Machado de Assis. Contam que, encontrando-se com Machado de Assis, na rua, Guimarães Júnior interpelou-o, dizendo-lhe que estava na gráfica o livro Lírio Branco, que era dedicado ao grande mestre, e que um exemplar lhe seria enviado pela casa responsável pela edição. Machado de Assis recebeu de fato o romance e num artigo publicado no Rio de Janeiro afirmou serem essas páginas "as primeiras de um talento legítimo, inexperiente, caprichoso, que poderia vir a ser água mais tarde, mas que não passava ainda de um beija-flor galante e brincalhão, todo asas, todo travessuras, todo sede de aromas e de mel".</p>
1863	<p>Carlos Júlia Cristiano Adalberto Henrique Fernando Von Koseritz publica a novela UM DRAMA NO MAR, Rio Grande. (GC)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Joaquim Felício dos Santos publica ACAYACA (romance indígena) Rio de Janeiro (SB, v. 4. p. 128)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Beatriz Francisca de Assis Brandão publica BAZAR VOLANTE, Rio de Janeiro (1863/1867) (SB)</p>	

⁶⁴ JOVITA DUARTE E SILVA (natural de Santa Catarina, aí faleceu a 20 de maio de 1875)

⁶⁵ LUÍS CAETANO PEREIRA GUIMARÃES JÚNIOR (nasceu no Rio de Janeiro a 17 de fevereiro de 1845 e faleceu em Lisboa a 17 de maio de 1898)

⁶⁶ LUIZ MARIA VIDAL (natural de Barbacena e faleceu em 1862)

⁶⁷ JOSÉ MARIA VAZ PINTO COELHO DA CUNHA (nasceu em Sabará, MG em 19 de maio de 1836 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1894)

⁶⁸ FRANCISCO GAUDÊNCIO SABBAS DA COSTA (nasceu no Maranhão a 5 de dezembro de 1829 e faleceu em outubro de 1874) (RM) Pseudônimo Golondron de Bivac.

⁶⁹ MANUEL LUIZ FERNANDES DA ROCHA (nasceu no Rio de Janeiro em 1815 e faleceu a 11 de janeiro de 1861)

	<p>***</p> <p>José de Alencar escreve, sob o pseudônimo de G.M o fragmento ESCABIOSA SENSITIVA - OUTRO PERFIL DE MULHER. (OC)</p> <p>***</p> <p>Manuel Luiz Fernandes da Rocha⁶⁹ publica o romance AUGUSTO E OLIMPIA: romance brasileiro, 72 págs. (SB)</p> <p>***</p> <p>O romance A CARTEIRA DO MEU TIO de Joaquim Manuel de Macedo é publicado no Jornal <i>A Imprensa de Cuiabá</i> - periódico político, mercantil e literário de Cuiabá, nos N^{os} . 205, 207 e 211 (em janeiro de 1863) (YJN, p. 312)</p>	<p>Conservou-se inédito até 1915, quando foi publicado na <i>Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas</i>, Campinas, Ano XIV, fasc. III, n^o. 40 em 30 de setembro de 1915. (OC)</p>
1864	<p>Bernardo Guimarães⁷⁰ publica o romance O ERMITÃO DE MUQUÉM, escrito em 1858 (AB)</p> <p>***</p> <p>José de Alencar publica o romance DIVA (AB)</p> <p>***</p> <p>Josephina Neuville⁷¹ MEMÓRIAS DE MINHA VIDA: recordações de minhas viagens, 2 vols.Lisboa (SB)</p> <p>***</p> <p>Nisia Floresta Brasileira Augusta publica TROIS ANS EN ITALIE, SUIVIS D'UN VOYAGE EN GRÈCE, narrativa de viagem, Paris em dois volumes, de 1864 e 1872 (ZM)</p> <p>***</p> <p>Xavier Pinheiro⁷² publica A DESVENTURADA, no <i>Mosaico</i>, periódico da Sociedade Instrutiva da Bahia. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Vicente Félix de Castro publica MISÉRIAS DA ACTUALIDADE. São Paulo, Typografia Imperial de J.R. de Azevedo Marques. (OR/BC)</p> <p>***</p> <p>Claudino de Abreu publicou A DOIDA (romance original brasileiro). (TS)</p> <p>***</p> <p>O romance histórico JERÔNIMO CORTE REAL, crônica portuguesa do século XVI de João Manuel Pereira da Silva apareceu como edição pela editora Garnier. (LH p. 141.)</p>	<p>“Obra que contém trechos de ruído e de escândalo”(SB)</p> <p>“Continua inédito em língua portuguesa. E TROIS ANS EN ITALIE é interessante, por que contém anotações do ano anterior à unificação italiana, a descrição da luta, dos sentimentos populares, do clima revolucionário e ainda nos revela a admiração da autora pelos líderes Garibaldi e Azeglio, com quem se correspondeu durante algum tempo” (ZM)</p> <p>“Bastante revisto a partir da série original”. (LH p. 141.)</p>
1865	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance O CULTO AO DEVER, Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>José de Alencar publica o romance IRACEMA (AB) Publicação da 2ª edição, em um só volume dos romances</p>	

⁷⁰ BERNARDO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES (nasceu em Ouro Preto, MG, em 1825 e faleceu na mesma cidade em 1886)

⁷¹ JOSEPHINA NEUVILLE (nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1833 e mudou-se para Lisboa em 1838 ou 1839, onde ficou residindo definitivamente)

⁷² JOSÉ PEDRO XAVIER PINHEIRO (nasceu na Bahia a 12 de outubro de 1822 e faleceu no Rio de Janeiro a 20 de outubro de 1882) (RM)

	<p>A VIUVINHA e CINCO MINUTOS. (RM, P. 16) Publicação da 2ª edição do romance AS MINAS DE PRATA, em 6 vols. (RM, p. 16) ***</p> <p>Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa publica O CÃOZINHO, no <i>Jornal A Situação</i>, São Luís, Ma. (novela incompleta). (JRT) ***</p> <p>Claudino de Abreu publicou IRÍNIA. (TS) ***</p> <p>Luiz Pereira da Silva publica SCENAS DO INTERIOR (quadro de costumes): romance original brasileiro, Rio de Janeiro, 208p (SB) ***</p> <p>O romance O ERMITÃO DE MUQUÉM de Bernardo Guimarães é publica do pelo editor Garnier. (LH, p. 142)</p>	
1866	<p>Franklin Távora publica o romance A CASA DE PALHA (AB) ***</p> <p>João Manuel Pereira da Silva publicou MANUEL DE MORAES, crônica do século XVII (RZ) Temístocles Linhares informa 1840 a data de publicação. ***</p> <p>Publicam⁷³ o romance A CASCA DA CANELEIRA (Steeple-Chase) "Por uma boa dúzia de Esperança". São Luiz, s/e. (TL) ***</p> <p>Claudino de Abreu publicou O ENJEITADO INFELIZ (novela brasileira) (TS) ***</p> <p>Gentil Homem de Almeida Braga⁷⁴ (com o pseudônimo de Flávio Reimar) publica ROMANCE POR UMA DÚZIA DE ESPERANÇAS. (RM) ***</p> <p>1ª. ed. em livro pela B.L.Garnier do romance histórico JERÔNIMO CORTE REAL, crônica portuguesa do século XVI João Manuel Pereira da Silva, "emendada e expurgada" pelo autor (JRT, p. 51) ***</p> <p>2ª. edição do romance GENESCO de Teodomiro Alves Pereira, Tip. Perseverança, Rio de Janeiro.</p>	<p>"Escrito em parceria por um grupo de onze escritores bastante conhecidos nas letras maranhenses (...) decidiram ocultar-se sob pseudônimo". (TL)</p>
1867	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance MEMÓRIAS DO SOBRINHO DO MEU TIO, Rio de Janeiro (AB) ***</p> <p>Sátiro Severo⁷⁵ começou a publicar a novela RETRATOS DA ÉPOCA, Arcádia (GC)</p>	

⁷³ Nomes dos autores, precedidos de seus pseudônimos, que aparecem na folha de rosto do livro:

FLÁVIO REIMAR - GENTIL HOMEM DE ALMEIDA BRAGA
 PIETRO DE CASTELLAMER - JOAQUIM SERRA
 PEDRO BOTELHO - RAIMUNDO FIGUEIRAS
 JAMES BLUMM - TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO
 NICODEMUS - F. SOTERO DOS REIS
 JUDAEL DE BABEL - MANED - A HENRIQUES LEAL
 STEPHENS VAN-RITTER - FRANCISCO DIAS CARNEIRO
 GOLODRON DE BIVAC - F. G. SABBAS DA COSTA
 IVAN ORLOFF - CAETANO C. CASTANHEDE
 CONRADO ROTESKI - JOAQUIM DE SOUZA ANDRADE

⁷⁴ GENTIL HOMEM DE ALMEIDA BRAGA (nasceu em São Luís do Maranhão a 25 de março de 1835 e faleceu a 25 de julho de 1876 em São Luís) Pseudônimos: Flávio Reimar, G. Homem, Anselmo de Peliot. (RM, p. 125)

	<p>***</p> <p>Adolfo Caminha⁷⁶ deixou inacabados os romances ÂNGELO e O EMIGRADO (RM, p. 150)</p> <p>***</p> <p>Revocata Heloísa de Mello⁷⁷ publica DIÁRIO DE PELOTAS: propriedade de Ernesto A. Gernsgross, Pelotas. (SB)</p> <p>***</p> <p>Augusto Emílio Zaluar publica CONTOS DA ROÇA, Rio de Janeiro (SB)</p> <p>***</p> <p>Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa publica JACY (Lenda Maranhense), no <i>Semanário Maranhense</i>, São Luís, Ma. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Antônio Manoel Fernandes 2º. publica no <i>Jornal Litterario O Lyrio</i>, do qual foi fundador e redactor, os romances AMOR E DÓR e UM LENÇO s/d, Santos. (SB, v.1. p. 251)</p> <p>***</p> <p>José Alves Visconti Coaracy⁷⁸ publicou o romance JOVITA OU A VOLUNTÁRIA DA MORTE: romance histórico. Rio de Janeiro, 91 pags. (SB, v. 4. p. 280.)</p>	<p>Pseudônimo: Félix Guanabario. (RM, p. 150)</p> <p>“Sob o pseudonymo de Luciliano, publicou pequenos contos no mesmo jornal”. (SB, v.1.)</p> <p>Pseudônimos: J.C., Gryphus, D. Fuas, Tan-Tan, Gonzales Coques, Sphinx e V. Cy. (RM, p. 194)</p>
1868	<p>Aurélio Veríssimo de Bittencourt⁷⁹ publica UM CASAMENTO POR AMOR (RM, p. 114)</p> <p>***</p> <p>Joaquim José de França publica EM UMA GÔNDOLA, <i>Correio Mercantil</i>, 26/6/1868 (SB)</p> <p>***</p> <p>Bruno Henrique de Almeida Seabra publica MEMÓRIAS DE UM POBRE DIABO POR ARISTÓTELES DE SOUZA, Rio de Janeiro. (SB) sob o pseudônimo de Aristóteles de Sousa. (TS) (RM) informa 1869.</p> <p>***</p> <p>Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa publica JOVITA e OS AMIGOS (romance maranhense) (TS) no <i>Semanário Maranhense</i>, São Luís, Ma. (JRT) e sob o pseudônimo de Golodron de Bivac, publicou o romance O AMOR FATAL, que era encimado pelo título geral de HORAS DE LEITURA, escolhido pelo autor para a publicação de diversas obras suas. São Luís, ed. José Mathias. (TL)</p> <p>***</p> <p>João Zeferino Rangel de S. Paio publica AMORES DE UM FRADE, no <i>Jornal da Vitória</i>, Espírito Santo. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica LOURENÇO DE MENDONÇA (episódios dos tempos coloniais), Rio de Janeiro. (RM, p. 77)</p>	

⁷⁵ SÁTIRO SEVERO (“Sabemos apenas que começou a publicar sua novela, a qual ficou incompleta, por ter seguido o autor para a Guerra do Paraguai”) (GC)

⁷⁶ ADOLFO FERREIRA CAMINHA (nasceu em Aracati, CE no dia 29 de maio de 1867 e faleceu tuberculoso em 1º de janeiro de 1897, aos 30 anos de idade)

⁷⁷ REVOCATA HELOÍSA DE MELLO (nasceu no Rio Grande do Sul a 31 de dezembro de 1860 e faleceu a 18 de janeiro de 1945) (RM)

⁷⁸ JOSÉ ALVES VISCONTI COARACY (nasceu em Jurujuba, Niteroy, a 21 de novembro de 1837 e faleceu nesta cidade a 13 de dezembro de 1892, alguns meses depois de sua esposa Corina de Vivaldi Coaracy, tão profundo foi para ele o golpe da perda) (RM informa com mais precisão Icarai (Niterói) como o local do seu falecimento)

⁷⁹ AURÉLIO VERÍSSIMO DE BITTENCOURT (nasceu em Jaguarão a 1º de outubro de 1849 e faleceu em Porto Alegre a 23 de agosto de 1919) (RM)

	<p>***</p> <p>Joaquim Felício dos Santos publica o romance OS INVISÍVEIS (narrativa histórica) (TS)</p> <p>***</p> <p>Edição póstuma do romance A MORENINHA de Joaquim Manuel de Macedo (SB)</p>	
1869	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance O RIO DO QUARTO, AS VÍTIMAS ALGOZES e A LUNETÁ MÁGICA Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>Apolinário Porto Alegre⁸⁰ publica o romance OS PALMARES (MM e GC)</p> <p>***</p> <p>Franklin Távora publica a novela UM CASAMENTO NO ARRABALDE (AB)</p> <p>***</p> <p>Clodomiro Paredes publica O CHAPÉU (GC)</p> <p>***</p> <p>Bonfim Sobrinho publica MÁRIO OU AS AVENTURAS DE UM VOLUNTÁRIO, no jornal <i>Constituição</i>, Fortaleza. (inacabado) (JRT)</p> <p>***</p> <p>José Joaquim Pereira Azurara publica o romance ANGELINA OU DOIS ACASOS FELIZES, Rio de Janeiro, Typografia Domingues Luiz dos Santos.</p> <p>***</p> <p>Flávio Reimar (pseudônimo de Gentil Homem de Almeida Prado) publica ENTRE O CÉU E A TERRA, São Luiz do Maranhão. (OR/BC) Reminiscências, fantasias, contos, e pontos e traços e meias tintas, (RM, p. 125)</p> <p>***</p> <p>Claudino de Abreu publicou AS RUÍNAS DO PASSADO. (TS)</p> <p>***</p> <p>Júlio César Leal⁸¹ publica CENAS DA ESCRAVIDÃO. Maceió. (TS)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Norberto publica LENDAS E ROMANCES. (ST/RM)</p> <p>***</p> <p>Luiz Ramos Figueira⁸² publica o romance - AMORES DE UM VOLUNTÁRIO: romance da actualidade, dedicado a José de Alencar, Rio de Janeiro, 167p. (SB)</p>	<p>“Romanceando um quilombo do Norte, aquele que por sua denodada resistência às armas do branco passou a simbolizar a altivez e heroicidade do negro, o escritor seguiu muito de perto as pegadas estilísticas de Alencar” (GC)</p>
1870	<p>José de Alencar publica os romances O GAÚCHO [publicado em 2 vols. Pela B.L. Garnier. (RM, p. 16)] e A PATA DA GAZELA (AB) Publicado pela B.L. Garnier. (RM, p. 16)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance A NAMORADEIRA Rio de Janeiro (AB) e NINA no</p>	

⁸⁰ APOLINÁRIO PORTO ALEGRE (nasceu na cidade de Rio Grande a 29 de agosto de 1844 e faleceu em Porto Alegre a 23 de março de 1904)

⁸¹ JÚLIO CÉSAR LEAL (nasceu na Bahia a 6 de fevereiro de 1837 e faleceu no RJ a 22 de novembro de 1897)

⁸² Luiz Ramos Figueira (nasceu em Angra dos reis, RJ em 1843 e faleceu em Guarakissava, PR em 27 de setembro de 1894)

	<p><i>Jornal das Famílias</i>, Rio de Janeiro (JRT)</p> <p>***</p> <p>José Bernardino dos Santos publicou A DOUDA (escrito em 1868 e publicado diariamente para o folhetim de um dos jornais de Porto Alegre) e BATALHA DE AQUIDABÁ, ambos na <i>Revista Marmírios da Guaíba</i>. (GC)</p> <p>***</p> <p>Machado de Assis publica CONTOS FLUMINENSES. (OC. Vol II)</p> <p>***</p> <p>Guimarães Júnior publica HISTÓRIAS PARA GENTE ALEGRE: A FAMÍLIA AGULHA e D. CORNÉLIA HERCULANA (Um perfil político). Rio de Janeiro. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica OS FRANCEZES NO RIO DE JANEIRO (romance histórico). (RM, p. 77)</p> <p>***</p> <p>Manuel Luiz Fernandes da Rocha publica o romance ISABELLA: romance original brasileiro, Rio de Janeiro. (SB)</p>	
1871	<p>José de Alencar publica o romance O TRONCO DO IPÊ (AB) pela B.L. Garnier em 2 vols. (RM, p. 16) e publica TIL em folhetim no <i>Jornal A República do Rio de Janeiro</i>, de 21 de novembro de 1871 a 20 de março de 1872, num total de 62 folhetins) (JRT)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica os romances UM NOIVO E DUAS NOIVAS e AS MULHERES DE MANTILHA, Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>Bernardo Guimarães publica LENDAS E ROMANCES (AB)</p> <p>***</p> <p>Visconde de Taunay⁸³ publica o romance A MOCIDADE DE TRAJANO (AB) sob pseudônimo de Silvio Dinarte, e LE RETRAITE DE LAGUNE, Rio de Janeiro. Nova edição em Paris, 1879 e em 1874 traduzida e publicada no Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Carlos Júlia Cristiano Adalberto Henrique Fernando Von Koseritz publica ROMA PERANTE O SÉCULO, Porto Alegre. (GC)</p> <p>***</p> <p>Constantino José Gomes de Souza⁸⁴ publica o romance O DESENGANO, Rio de Janeiro.</p> <p>***</p> <p>Joaquim José de França publica AMOR COM AMOR SE PAGA, RJ (Bibl. UNB)</p> <p>***</p> <p>João Salomé Queiroga⁸⁵ (pseudônimo: O poeta do Serro) publica MARICOTA E O PADRE CHICO (lenda do</p>	<p>“(…) Não passou de certa mediana; não teve a força, o calor, a lucidez dos artistas de boa</p>

⁸³ ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY (nasceu no Rio em 1843 e faleceu nesta mesma cidade em 1899)

⁸⁴ CONSTANTINO JOSÉ GOMES DE SOUZA (nasceu em Sergipe, em 1827 e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1875)

⁸⁵ JOÃO SALOMÉ QUEIROGA (nasceu no Serro, MG, em 1810 ou em Diamantina, MG, em 1811 e faleceu de emoção em Ouro Preto, MG, onde era juiz de direito a 25 de agosto de 1878, ao ser nomeado desembargador da Relação do Recife)

	rio São Francisco, romance brasileiro) Rio de Janeiro. (RM p. 555)	seiva; porém possuiu o instinto local e popular. (...) Todas as sua produções traziam o sinete deste estado emocional. (...) Em seus livros destacam-se quatro espécies de lirismos: pessoal, popular, lendário e satírico” (RM)
1872	<p>Antônio Deodoro de Pascual publica ESPOSA E MULHER: romance brasileiro (RZ) Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>José de Alencar publica os romances OS SONHOS D'OURO e TIL (AB) (publicado anteriormente em folhetim no Jornal <i>A República do Rio de Janeiro</i>, de 21 de novembro de 1871 a 20 de março de 1872, num total de 62 folhetins) (JRT) e escreve a ALMA DO LÁZARO (OC)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance OS QUATRO PONTOS CARDEAIS e a MISTERIOSA, (RM) Rio de Janeiro (AB)</p> <p>***</p> <p>Machado de Assis⁸⁶ publica o romance RESSURREIÇÃO (AB)</p> <p>***</p> <p>Visconde de Taunay publica o romance INOCÊNCIA (AB)</p> <p>***</p> <p>Bernardo Guimarães publica os romances O SEMINARISTA, HISTÓRIA E TRADIÇÕES DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS e O GARIMPEIRO (AB)</p> <p>***</p> <p>Apolinário Porto Alegre publica o romance O VAQUEANO (MM e GC)</p> <p>***</p> <p>Lobo da Costa⁸⁷ publica o romance ESPINHOS D'ALMA (GC)</p> <p>***</p> <p>José Vieira Couto de Magalhães publica DEZOITO MIL LÉGUAS NO INTERIOR DO BRASIL, Rio de Janeiro (RM)</p> <p>***</p>	<p>“Não esqueçamos que o autor de INOCÊNCIA, das narrativas de guerra e viagem, d' A RETIRADA DA LAGUNA, é também autor d' UM MANUSCRITO DE MULHER, OURO SOBRE AZUL, NO DECLÍNIO, isto é um continuador de Macedo (a quem dedica o livro de estreia) e do Alencar mais ameno de certos romances de costumes” (AC)</p> <p>“O SEMINARISTA está na linha do romance passional e retoma, com menos poesia, o esquema final de Herculano, no EURICO. Bernardo acentua os traços de sensibilidade, sublimadas por Herculano”(AB) “O SEMINARISTA é o EURICO brasileiro”, escreve Dilermando Cruz, para indicar a sua filiação no combate contra o celibato clerical” (AC apud Dilermando Cruz, Bernardo Guimarães, pág 160)</p> <p>“O VAQUEANO, espécie de Robin Hood dos pampas, vivem uma situação que, lembrando a de INOCÊNCIA, remonta a ROMÉU E JULIETA: nem falta o suicídio dos heróis, cada um a seu modo”(MM)</p>

⁸⁶ JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS (nasceu no Rio em 1839 e faleceu nesta cidade em 1908)

⁸⁷ FRANCISCO LOBO DA COSTA (nasceu em Pelotas a 12 de junho de 1853 e faleceu a 19 de junho de 1888) (RM)

	<p>Araripe Júnior⁸⁸ publica o romance A CASINHA DE SAPE (RM, p. 60) e publica O NINHO DO BEIJA-FLOR, em folhetim no <i>Jornal Constituição</i>, Fortaleza. (JRT)</p> <p>***</p> <p>Carneiro Vilela publica A MULHER DE GELO - PERFIL DO SÉCULO XIX e LAURINHA - CRÔNICA DE OLINDA, novelas publicadas sem assinatura, mas que é atribuída a Carneiro Vilela por Luiz do Nascimento na sua HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO, e a novela O ESQUELETO NA <i>América Ilustrada</i>, Recife. (JRT)</p> <p>***</p> <p>João Manuel Pereira da Silva publica ASPASIA, Rio de Janeiro, data da edição. OR/BC. Temístocles Linhares informa a existência desse romance s/d. (TL)</p> <p>***</p> <p>Guimarães Júnior publica CONTOS SEM PRETENSÃO. (obra do autor)</p> <p>***</p> <p>José Tito Nabuco de Araújo⁸⁹ publicou o romance ZARIA (RM, p. 62)</p> <p>***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica CRIMINOSOS CÉLEBRES (episódios históricos), Rio de Janeiro. (RM, p. 77)</p> <p>***</p> <p>Carneiro Vilela publica NOIVADOS ORIGINAIS - HISTÓRIAS HISTÓRICAS, na <i>América Ilustrada</i>, que será posteriormente publicada com o título FANTASIAS, (JRT)</p>	
1873	<p>Bernardo Guimarães publica o romance O ÍNDIO AFONSO (AB)</p> <p>***</p> <p>Colimério Leite de Faria Pinto publica o romance ALBERTINA, Pelotas (GC)</p> <p>***</p> <p>Carlos Júlia Cristiano Adalberto Henrique Fernando Von Koseritz publica LAURA, TAMBÉM UM PERFIL DE MULHER, Porto Alegre (GC)</p> <p>***</p> <p>Visconde de Taunay publica o romance LÁGRIMAS DO CORAÇÃO. MANUSCRITO DE UMA MULHER (AB)</p> <p>***</p> <p>Constantino José Gomes de Souza publica A FILHA SEM MÃE, Rio de Janeiro (SB) e O GRUMETE (romance marítimo), em folhetins</p> <p>***</p> <p>Antônio Luiz von Hoonholtz⁹⁰ publica A CORVETA DIANA: romance marítimo, original brasileiro, Manaus.</p>	

⁸⁸ TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE JÚNIOR (nasceu em Fortaleza, CE a 27 de junho de 1848 e faleceu no Rio de Janeiro a 29 de outubro de 1911) Pseudônimos: Alferes Cosme Velho, Oscar Jagoanhara, Cosme Velho, Martim Moreno, Tomé de Sousa, Antônio Maria, Padre Antônio Pereira da Silva. (RM, p. 59)

⁸⁹ JOSÉ TITO NABUCO DE ARAÚJO (nasceu no Rio de Janeiro a 4 de janeiro de 1832 e faleceu a 25 de junho de 1879)

⁹⁰ ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ (nasceu no Rio de Janeiro a 9 de março de 1837)

⁹¹ ANTÔNIO VICTOR DE SÁ BARRETO (nasceu na província de Pernambuco)

⁹² FRANCISCO QUIRINO DOS SANTOS (nasceu na fazenda dos pais, Campinas, SP a 14 de junho de 1841 e faleceu em São Paulo, capital a 6 de maio de 1886)

	<p>Foi também publicado no <i>Despertador de Santa Catarina</i> e no <i>Diário de Pernambuco</i> em folhetim. (SB) ***</p> <p>Antônio Victor de Sá Barreto⁹¹ publica ITUZAINGO: história da campanha de 1827. Pernambuco (SB) ***</p> <p>Machado de Assis publica HISTÓRIAS DA MEIA NOITE. (MM) ***</p> <p>José de Alencar publica ALFARRÁBIOS (O ERMITÃO DA GLÓRIA e O GARATUJA) pela B.L. Garnier, em 2 vols. (RM, p. 16), A GUERRA DOS MASCATES (AB) e A NETA DO ANHANGUERA (OC. Vol. III) e publica o romance TIL em 4 vols. Pela B.L. Garnier. (RM, p. 16) ***</p> <p>Carneiro Vilela publica FANTASIAS, anteriormente publicada com o título NOIVADOS ORIGINAIS - HISTÓRIAS HISTÓRICAS, na América Ilustrada em 1872, Recife e INAH - HISTÓRIA DE TRÊS DIAS na revista América Ilustrada, Recife. Posteriormente publicada em folhetim no <i>Jornal Diário do Gram Pará</i>, Belém, PA em 1879, e, ainda em Recife no <i>Jornal A Província</i>, em 1895.(JRT) ***</p> <p>Apolinário Porto Alegre publica o romance FEITIÇO DE UNS BEIJOS, Porto Alegre, 1873. (SB) ***</p> <p>Francisco Quirino dos Santos⁹² publica o romance A NOVA LOUZÃ in <i>Almanaque literário</i> de São Paulo. (RM) ***</p> <p>José Alves Visconti Coaracy publica o romance O AMOR QUE MATA, Rio de Janeiro, 72 pags. (SB) ***</p> <p>José Tito Nabuco de Araújo publica o romance MIMI. (RM, p. 62)</p>	<p>“Faz parte da Biblioteca Brasileira”(SB, v. 4.) “Afastando-se da atividade jornalística, trabalhou até o fim da vida para a livraria de Garnier, como tradutor, organizador de edições e revisor literário. Traduziu romances de Georges Ohnet, obras de Flamarion, Paulo Montegazza, Emilio Castellar, Tolstoi. Colecionou e organizou a 1ª. ed. Das Obras Completas de Fagundes Varela. (RM, p. 194)</p>
1874	<p>José de Alencar publica o romance UBIRAJARA (AB) ***</p> <p>Apolinário Porto Alegre publica o romance LULUCHA na revista O Guarani, a contar do n.º. 2, I, julho. (GC) ***</p> <p>Machado de Assis publica o romance A MÃO E A LUVA (AB) ***</p> <p>Carlos Ferreira⁹³ publica HISTÓRIAS CAMBIANTES (Contos), São Paulo (GC) ***</p> <p>Vítor Valpério⁹⁴ publicou a novela MÃE DE OURO e</p>	

⁹³ CARLOS AUGUSTO FERREIRA (nasceu em Porto Alegre a 24 de outubro de 1844 e faleceu no Rio de Janeiro a 12 de fevereiro de 1913)

	<p>PAI FELIPE (contos), na <i>Revista do Partenon Literário</i>, 2ª série (GC)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>João da Cunha Lobo Barreto Filho⁹⁵ e Damasceno Vieira publicam UMA PÁGINA DA VIDA DE DOIS ESTUDANTES, <i>Revista do Partenon</i>. (GC)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Damasceno Vieira publica LÚCIA, ARMANDO: contos. Nos ensaios literários (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Araripe Júnior publica o romance O NINHO DO BEIJA-FLOR, Tipografia Comercial, Ceará (RM, p. 60)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Augusto Francisco Aleixo dos Santos Breves⁹⁶ publica PÁGINAS DA MOCIDADE: MEMÓRIAS DE ALBERTO. ALBERTINA II. Rio de Janeiro. (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Duarte Leite da Silva publica AMALDIÇADAS LÁGRIMAS, sob o pseudônimo de Júlio Rosalvo, no <i>Jornal do Pilar</i>, Pilar, AL. (JRT)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Carneiro Vilela publica A MENINA DE LUTO na revista <i>A América Ilustrada</i>, Recife. (JRT)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Antônio Pinheiro Lobo de Menezes Jurumenha publica A ORFÃZINHA, "romance de costumes cearenses", na <i>Revista Literária</i>, Recife. (JRT)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Hugo Leal⁹⁷ publica os romances ROSA BRANCA e O SEMINARISTA (RM).</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa publica o romance histórico A REVOLTA, São Luís e ROSINA 18...., São Luís. (RM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José Alves Visconti Coaracy publicou o conto A MÁSCARA DE GESSO, Rio de Janeiro. (RM, p. 180) ?</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Edição póstuma da obra AS FATALIDADES DE DOUS JOVENS. RECORDAÇÕES DOS TEMPOS COLONIAIS de Teixeira e Sousa (SB)</p>	
1875	<p>José de Alencar publica os romances - SENHORA em 2 vols. Pela B.L. Garnier. (RM, p. 16) e O SERTANEJO (AB) e escreve O PAJEM NEGRO (publicado na <i>Revista da Academia Brasileira de Letras</i>, RJ, ano II, nº. 5, julho de 1911. (OC Vol III)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Bernardo Guimarães publica o romance ESCRAVA ISAURA (AB)</p> <p style="text-align: center;">***</p>	

⁹⁴ VÍTOR VALPÍRIO (nome literário de ALBERTO COELHO DA CUNHA, natural de Pelotas, onde viveu e faleceu)

⁹⁵ JOÃO DA CUNHA LOBO BARRETO FILHO (nasceu em Porto Alegre em 1853 e faleceu a 1º. de dezembro de 1876)

⁹⁶ AUGUSTO FRANCISCO ALEIXO DOS SANTOS BREVES (nasceu no Arrozal, município do Pirahy, a 4 de agosto de 1845)

⁹⁷ HUGO VIEIRA LEAL (nasceu em São Luís do Maranhão a 21 de julho de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro a 16 de março de 1883) Pseudônimos: Mme. Vate e Lord Percy.

⁹⁸ BENJAMIN FRANKLIN DE ALBUQUERQUE LIMA (nasceu em Pernambuco)

⁹⁹ JOSÉ MARIA VELHO DA SILVA (nasceu no Rio de Janeiro a 3 de março de 1811 e faleceu a 1º. de junho de 1901)

	<p>Visconde Taunay publica o romance OURO SOBRE AZUL (AB) ***</p> <p>Vitor Valpírio publicou A FILHA DO CAPATAZ na <i>Revista do Partenon Literário</i>, 2ª série (GC) ***</p> <p>Constantino José Gomes de Souza (ano da morte) publica o romance O CEGO (publicação pós-morte) ***</p> <p>Apolinário Porto Alegre publica o romance O CRIOLO DO PASTOREIO. Porto Alegre, 1875. (SB) ***</p> <p>Araripe Júnior publica o romance JACINA: A MARABÁ (crônica do século XVI (SB), São Luís (RM, p. 60) ***</p> <p>Augusto Emílio Zaluar publica o romance O DOUTOR BENIGNUS, Rio de Janeiro. (SB) ***</p> <p>Benjamin Franklin de Albuquerque Lima⁹⁸ publica LEMBRANÇAS DE UMA VIAGEM AO NORTE: pretensões a prosa. Rio de Janeiro. (SB) ***</p> <p>Salvador de Mendonça publica MARABÁ – ROMANCE BRAZILEIRO, Rio de Janeiro. (OR/BC) ***</p> <p>J.M. Velho da Silva⁹⁹ publica GABRIELLA – ROMANCE BRAZILEIRO, Rio de Janeiro. (BC/OR/ACMS) 2ª. ed. RJ, 1886. (RM) ***</p> <p>João Adolfo Ribeiro da Silva publica o romance PSYCHE: romance ao luar, Fortaleza (RM) ***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica HOMENS DO PASSADO (crônica dos séculos XVIII e XIX) Rio de Janeiro. (RM, p. 77)</p>	<p>“Considerado o primeiro romance científico brasileiro (1875), O DR. BENIGNUS é uma viagem fantástica à maneira de Júlio Verne e Camille Flammarion”. (nota do editor)</p>
1876	<p>Joaquim Manuel de Macedo publica o romance A BARONESA DO AMOR (AB) ***</p> <p>Machado de Assis publica o romance - HELENA (AB) ***</p> <p>Franklin Távora publica o romance O CABELEIRA (AB) ***</p> <p>Argemiro Cícero Galvão¹⁰⁰ publica o romance A FILHA DO ESTANCIEIRO, Porto Alegre. Seguido de outro O ANEL E A CARTA, sob pseudônimo de Ataliba Vale. (GC) ***</p> <p>Damasceno Vieira publica a narrativa HISTÓRIA DE AMOR (romance de costumes rio-grandenses) Porto Alegre (SB) ***</p> <p>Bruno Henrique de Almeida Seabra (ano de falecimento) deixou inéditos o romance histórico A HELOÍSA AMERICANA; O BARÃO, O COMENDADOR E O</p>	

¹⁰⁰ ARGEMIRO CÍCERO GALVÃO (nasceu no Rio Grande do Sul em 1859)

	<p>FRADE: typos burlescos; O ROMANCE DE UM SCEPTICO.(SB)</p> <p>***</p> <p>Argemiro Cícero Galvão publica A FILHA DO ESTRANGEIRO, Porto Alegre (SB)</p> <p>***</p> <p>Júlio Ribeiro publica PADRE BELCHIOR PONTES. Romance Histórico Original. (livro de prefácios)</p> <p>***</p> <p>Júlio Cesar Leal publica o romance AMOR COM AMOR SE PAGA, Pernambuco.(RM)</p> <p>***</p> <p>Hugo Leal publica os romances A CRUZ, LAURITA, A ENJEITADA, PLEBÉIA E POBRE e LUCRÉCIA. (RM)</p> <p>***</p> <p>Joaquim José Teixeira publicou o livro - ROMANCES, contendo as seguintes obras: MATTA-ESCURA, ANGELICA, AS AVENTURAS DE BRAZ, A SOBRINHA DO CÔNEGO. (SB, v. 4. p. 180)</p>	
1877	<p>José de Alencar publica o romance - ENCARNAÇÃO (AB) em folhetins na <i>Folha Nova</i> (RM, p.16) e de janeiro a março publica EX-HOMEM. (OC)</p> <p>***</p> <p>Bernardo Guimarães publica o romance MAURÍCIO OU OS PAULISTAS EM SÃO JOÃO D'EL REI (AB)</p> <p>***</p> <p>Narcisa Amália de Campos¹⁰¹ publica O ROMANCE DA MULHER QUE AMOU, Rio de Janeiro (SB)</p> <p>***</p> <p>Luiz Alves de Oliveira Belo¹⁰² publica a 2ª ed. Do romance OS FARRAPOS, Rio de Janeiro (editado a 1ª vez em folhetim, mas não consta a data). (GC)</p> <p>***</p> <p>Araripe Júnior publica o romance UM MOTIM NA ALDEIA (RM, p. 60)</p> <p>***</p> <p>Alfredo Bastos publica DIVERSOS FOLHETINS no <i>Jornal do comércio</i> de 1877 a 1879. (SB)</p> <p>***</p> <p>Bernardo Taveira Junior¹⁰³ publica o romance CELIO na <i>Revista Progresso Literário</i> e o romance histórico SCENAS TRÁGICAS, na mesma revista. (SB)</p> <p>***</p> <p>José do Patrocínio¹⁰⁴ publica o romance MOTA COQUEIRO OU A PENA DE MORTE (RM)</p> <p>***</p> <p>Constantino José Gomes de Sousa publica O CEGO, Rio de Janeiro. (RM)</p>	<p>Este romance foi reeditado mais duas vezes, a 3ª sem data e a 4ª em 1896. O último exemplar pertence a Othello Rosa) GM e RM, p. 106)</p> <p>Esta obra é escrita à vista de documentos autênticos que esclarecem pontos da nossa História.” (SB)</p>

¹⁰¹ NARCISA AMÁLIA DE CAMPOS (nasceu em São João da Barra, RJ, a 3 de abril de 1852 e faleceu em 24 de junho de 1924, RJ. Não há referência da autora como ficcionista no ensaio de Sylvania Pelegino Paixão, publicado no livro *ESCRITORAS BRASILEIRAS DO SÉC. XIX*, org. Zahidé Muzart. Apenas refere-se à publicação do livro de poemas NEBULOSAS e da sua contribuição como ensaísta, omitindo o romance citado por Sacramento Blake)

¹⁰² LUIZ ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELO (nasceu em Porto Alegre em 1851 e faleceu no interior do estado do Rio, em 1914)

¹⁰³ BERNARDO TAVEIRA JUNIOR (nasceu no Rio Grande do Sul em 1836)

¹⁰⁴ JOSÉ DO PATROCÍNIO (nasceu em Campos dos Goitacases, RJ, a 9 de outubro de 1853 e faleceu no RJ a 29 de janeiro de 1905)

	<p>***</p> <p>Manoel Comélio Moreira¹⁰⁵ publica o romance A CRUZ DO PICÚ, nos <i>Ensaio Litterários</i>, coleção de trabalhos da sociedade deste título, Rio de Janeiro, p.9 a 31. (SB)</p> <p>***</p> <p>José da Rocha Leão publica o romance OS AMORES DA BRAZILEIRA – leitura cor de rosa, Rio de Janeiro. (SB)</p>	
1878	<p>Franklin Távora publica O MATUTO (AB)</p> <p>***</p> <p>Joaquim José de França publica FOLHETINS – Biblioteca da <i>Gazeta de Notícias</i>, Rio de Janeiro (é uma reprodução de 23 folhetins publicados nessa Gazeta) (SB)</p> <p>***</p> <p>Adolpho Pereira Pinheiro¹⁰⁶ publica MEMÓRIA SOBRE O SONDOGRAPHO DO 1º TENENTE ADOLPHO PEREIRA PINHEIRO, (opúsculo) Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Araripe Júnior publica o romance O REINO ENCANTADO (RM, p. 60) (crônica sebastianista), Rio de Janeiro (SB) no folhetim da <i>Gazeta de Notícias</i> (YJN, p. 397), LUISINHA (RM) (romance de costumes cearenses) (SB) e O RETIRANTE (cenas da seca de 1845) (RM, p. 60) no <i>Vulgarizador</i>, Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Affonso José dos Santos¹⁰⁷ publica o romancete POBRE QUANDO VÊ MUITA ESMOLA da coleção CONTOS FAMILIARES, no <i>Diário de Notícias</i>, 1878. (SB)</p> <p>***</p> <p>Augusto de Castro¹⁰⁸ publica CARTAS DE UM CAIPIRA, folhetins em estilo humorístico, que saíram no <i>Jornal do Comércio</i>, expirando em 5 de janeiro de 1878. (SB)</p> <p>***</p> <p>Bernardo Taveira Junior publica JOANINHA: romance original, O ENGEITADO: romance original e, na <i>Revista Progresso Literário</i>. (SB)</p> <p>***</p> <p>Joaquim Manuel de Macedo publica MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR (RM).</p>	
1879	<p>Bernardo Guimarães publica os romances A ILHA MALDITA e O PÃO DE OURO (AB)</p> <p>***</p> <p>Franklin Távora publica SACRIFÍCIO (AB)</p> <p>***</p> <p>Gabriela de Jesus Ferreira França¹⁰⁹ publica o romance MARIA DO PATROCÍNIO OU O PATROCÍNIO DE NOSSA SENHORA, Rio de Janeiro (SB)</p> <p>***</p> <p>Colimério Leite de Faria Pinto publica MEUS SERÕES¹¹⁰ (romancetes), Pelotas (SB)</p>	

¹⁰⁵ Manoel Comélio Moreira (nasceu no Rio de Janeiro em 14 de fevereiro de 1853 e faleceu em 26 de dezembro de 1888)

¹⁰⁶ ADOLPHO PEREIRA PINHEIRO (natural do Rio de Janeiro, nasceu em 7 de fevereiro de 1851)

¹⁰⁷ AFFONSO JOSÉ DOS SANTOS (nasceu na Bahia a 16 de dezembro de 1857)

¹⁰⁸ AUGUSTO DE CASTRO (nasceu no Rio de Janeiro)

¹⁰⁹ GABRIELA DE JESUS FERREIRA FRANÇA (nasceu no Rio de Janeiro)

¹¹⁰ Dezesete romancetes, quase todos publicados em jornais, na seguinte ordem: Lavinia, 1872; Um suicida, 1873; A Viggem do Cemitério, Um Phantasma, Uma história séria, todos em 1874; Amor macarrônico e Um Don Juan, 1875;

	<p>***</p> <p>Carlos Jansen publica a novela de costumes rio-grandenses PATUÁ, publicada na <i>Revista Brasileira</i>, tomos I e II, 1979/80 (GC) tomo 2º, 3º. (SB)</p> <p>***</p> <p>Alfredo Bastos publica FANTASIA, Rio de Janeiro (SB)</p> <p>***</p> <p>José do Patrocínio publica OS RETIRANTES em folhetins da <i>Gazeta de Notícias</i>.</p> <p>***</p> <p>Aluísio Azevedo¹¹¹ publica UMA LÁGRIMA DE MULHER, Tipografia de José Maria Correa de Frias, São Luís, MA. (RM, p.72)</p> <p>***</p> <p>Carneiro Vilela publica novamente INAH - HISTÓRIA DE TRÊS DIAS em folhetim no <i>Jornal Diário do Gram Pará</i>, Belém, PA, (JRT)</p>	<p>“Volume que consta de uma série de folhetins antes publicados” (SB, v.1. p, 52)</p>
1880	<p>Josepha Águeda Felisberta de Oliveira¹¹² publica O DEVER, Recife, (opúsculo moral, doutrinário) (SB)</p> <p>***</p> <p>Paulo Marques escreveu os romances ALAÍSA e VERDADEIROS MISTÉRIOS DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro (GC)</p> <p>***</p> <p>José Bernardino Bormann publica o romance O MARECHAL DUQUE DE CAXIAS; FOTOGRAFIA MILITAR, Rio de Janeiro (GC)</p> <p>***</p> <p>Ernesto Jaó¹¹³ publica O CAÇADOR DE AVESTRUZES, Alegrete (GC)</p> <p>***</p> <p>Machado de Assis publica MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS na <i>Revista Brasileira</i> (SA)</p> <p>***</p> <p>Alfredo Elisardo¹¹⁴ da Silva publica OS SUICIDAS, Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Alfredo Bastos publica o romance A MADRASTA, 300pags, Rio de Janeiro (SB, v.1. p, 52)</p> <p>***</p> <p>Antônio Valentim da Costa Magalhães publica o romance O ESQUISITÃO, na <i>Gazeta de Notícias</i> da corte de 22 de novembro de 1880 (SB)</p>	<p>“Influência de Zola e de Eça, reconhecíveis” (AB)</p> <p>“Não obstante ter o autor apenas 18 anos, consta no romance raptos, tentativas de envenenamento, duelos e narcotizações” (SB)</p> <p>***</p> <p>“Este romance foi antes publicado no <i>Cruzeiro</i>, jornal de cuja redação fez parte” (SB, v. 1. P, 52)</p> <p>Foi antes publicado no <i>Cruzeiro</i> (SB)</p>
1881	<p>Franklin Távora publica LOURENÇO (AB)</p>	<p>“No tratamento da matéria, parece ter sofrido influência marcada d’ O MONGE DE CISTER, através do qual emprega a técnica bifocal de Scott. (...) Távora obedece a esta técnica, sobretudo em O MATUTO e</p>

Ostília e A Calúnia, 1876; A pena de morte e O mundo se acaba, em 1877; A herança do poeta, Em Veneza, em 1878; Um conto de Hoffmann, Quadros da vida e Uma história sem título, 1879. (SB)

¹¹¹ ALUÍSIO AZEVEDO (nasceu em São Luís, MA, em 1857 e faleceu em Buenos Aires, 1913) Pseudônimos: Pitribi, Luinho, Geroflê, Semicúpio dos Lampiões, Acropólio, Vítor Leal, Rui Vaz, Aliz-Alaz, e Asmodeu. (RM, p. 72)

¹¹² JOSEPHA ÁGUEDA FELISBERTA DE OLIVEIRA (nasceu em Pernambuco em fevereiro de 1864. Matriculou-se em 1880 na faculdade de Medicina de Nova York)

¹¹³ ERNESTO JAÓ (é natural do Rio Grande do Sul) (SB)

¹¹⁴ ALFREDO ELISARDO DA SILVA (nasceu na Bahia)

<p>*** Luísa Leonardo Marques publica o romance GAZEL, em capítulos, na <i>Gazeta da Tarde</i>, do Rio de Janeiro (ZM) saindo o último capítulo a 21 de abril. ***</p>	<p>LOURENÇO. (AC)”.</p>
<p>Aluísio Azevedo publica o romance O MULATO, Tipografia do Pais. (RM, p. 72) ***</p>	<p>“Os momentos de maior fermentação desta nos meios citadinos foram pontuados por uma vigorosa narrativa realista de tintas satíricas: o Satyricon de Petrónio, o Decameron de Boccaccio, as histórias de Diderot, os romances de Thackeray e Balzac, os contos de Maupassant e de Tchêcov” (AB)</p>
<p>Machado de Assis publica em livro o romance - MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS (AB) ***</p>	
<p>Paulo Marques publica VÊNUS OU O DINHEIRO, em folhetins no <i>Jornal Pelotense Onze de Julho</i> e após em livro, Pelotas 1885 (GC) ***</p>	<p>“Assimilando um pouco de Comte, saiu a dizer-se seu discípulo pelas páginas d’O Arauto das Letras. Leu e releu Zola, e, movido por um fervor que se lhe percebe no estilo ágil, compôs o romance mais atrevido de quantos se publicaram no século passado, em terras do Rio Grande.” (GC)</p>
<p>Francisco Coelho Duarte Badaró¹¹⁵ publica FAUTINA (cenas da escravidão), Rio de Janeiro (SB) ***</p>	<p>“É um trabalho apropriado a desenvolver os sentimentos nobres no coração das crianças” (SB)</p>
<p>Nicolau Jobim¹¹⁶ publica APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA FREGUESIA DO LIMOEIRO: memória oferecida ao Instituto Archeológico e geográfico alagoano (SB) ***</p>	<p>“Foi publicado na <i>Gazeta da tarde</i>” (SB)</p>
<p>Gabriela de Jesus Ferreira França publica CONTOS BRAZILEIROS 1ª. série: O livro de Antônio. Rio de Janeiro (SB) ***</p>	
<p>Affonso José dos Santos publica o romancete ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA... da coleção CONTOS FAMILIARES, no Bahia. (SB) ***</p>	
<p>Alfredo Bastos publica o romance A MATRÍCULA, na <i>Gazeta da Tarde</i>, Rio de Janeiro (SB) ***</p>	
<p>Arthur Barreiros¹¹⁷ publica o romance BELLESA INVISÍVEL, na estação, <i>jornal de modas</i>. (SB) ***</p>	
<p>Manoel Francisco Dias da Silva¹¹⁸ publica o romance - FLOR E MARTYRIO, Rio de Janeiro. (SB)</p>	

¹¹⁵ FRANCISCO COELHO DUARTE BADARÓ (natural de MG)

¹¹⁶ NICOLAU JOBIM (natural da província de Alagoas)

¹¹⁷ ARTHUR BARREIROS (nasceu no Rio de Janeiro a 29 de dezembro de 1858)

¹¹⁸ MANOEL FRANCISCO DIAS DA SILVA (nasceu Niterói a 28 de janeiro de 1844)

1882	<p>Anna Ribeiro de Góis Bittencourt publica o romance A FILHA DE JEPHÉ (ZM) ***</p> <p>Nísia Floresta Brasileira Augusta publica o livro CONSELHOS À MINHA FILHA, Rio de Janeiro (ZM) ***</p> <p>Aluísio Azevedo publica o folhetim MISTÉRIOS DA TIJUCA, na <i>Folha Nova</i> (RM, p. 72) chamado em 2ª edição GIRÂNDOLA DE AMORES (AB) e MEMÓRIAS DE UM CONDENADO, também em folhetim na <i>Gazetinha</i>, saindo a 3ª edição no ano de 1902 com o título de A CONDESSA DE VÉSPER, (RM) ***</p> <p>Nicolau Jobim publica HISTÓRIA DA ANADIA, Maceió. (SB) ***</p> <p>Revocata Heloísa de Mello publica FOLHAS ERRANTES: fantasias em prosa, Rio de Janeiro. (SB) ***</p> <p>Constantino da Costa Pereira¹¹⁹ publica A NAMORADEIRA no <i>Almanak Litterário Pernambucano</i> de 1882 (SB) ***</p> <p>Joaquim José de França publica NA ROÇA (cenas de romance) No <i>Globo Ilustrado</i>, no. 12, 19/03/1882 (SB) ***</p> <p>Garcia Redondo¹²⁰ publica O ATENTADO DA RUA DE SÃO LEOPOLDO, Santos (RM) ***</p> <p>Araripe Júnior publica o romance XICO MELINDROSO (RM, p. 60) ***</p> <p>Alfredo Elisardo da Silva publica O FRUCTO DE UM CRIME, Rio de Janeiro. (SB) ***</p> <p>Antônio Valentim da Costa Magalhães publica QUADROS E CONTOS. Rio de Janeiro (SB) ***</p> <p>Lúcio de Mendonça publica O MARIDO DA ADÚLTERA. (próprio livro) ***</p> <p>Machado de Assis publica PAPÉIS AVULSOS. (AB) ***</p> <p>Pedro Américo de Figueiredo publica O HOLOCASTO, Florença. OR/ACMS ***</p> <p>Antônio Manuel Fernandes publica o romance PONTAL DA CRUZ. (RM) ***</p> <p>Clóvis Beviláqua¹²¹ publicou ROMANCETO A LÁPIS. (RM)</p>	<p>“Acham-se neste livro colecionadas diversas narrativas alegres” (SB)</p>
1883	Anna Ribeiro de Góis Bittencourt publica o romance O	

¹¹⁹ CONSTANTINO DA COSTA PEREIRA (natural do Piauí)

¹²⁰ MANUEL FERREIRA GARCIA REDONDO (nasceu no Rio de Janeiro a 7 de janeiro de 1854 e faleceu em São Paulo a 6 de outubro de 1916)

¹²¹ CLÓVIS BEVILÁQUA (nasceu em Viçosa, CE a 4 de outubro de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro a 26 de julho de 1944)

¹²² FRANCISCO DE PAULA PIRES (nasceu em Pelotas no ano de 1846, ignora-se a data do falecimento)

¹²³ MARIA BENEDITA CÂMARA BORMAN (nasceu em Porto Alegre em 25 de novembro de 1853 recebendo o nome de MARIA BENEDITA BORMAN DA CÂMARA LIMA e faleceu no Rio a 23 de julho de 1895)

	<p>ANJO DO PERDÃO, Salvador: <i>Gazeta de Notícias da Bahia</i> (SB) (ZM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Bernardo Guimarães publica o romance ROSAURA, A ENJEITADA (AB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Francisco de Paula Pires¹²² publica QUADROS HORRIPILANTES (narrativas), Pelotas, 1883 (GC)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Maria Benedita Câmara Borman (Délia)¹²³ publica o romance AURÉLIA (ZM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Aluísio Azevedo publica CASA DE PENSÃO em folhetins na <i>Folha Nova</i> (RM, p. 72) e O CORUJA em <i>A Gazetinha</i> (SA)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Joaquim José de França publica DOUS PROVEITOS EM UM SACO, RJ. (Bibl. UNB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Corina Coaracy publica o romance A RÚSSIA VERMELHA (SB)</p>	<p>"ROSAURA, passado em São Paulo, é bem mais interessante, refletindo experiências da mocidade e pondo em cena companheiros como Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa. Vindo mais tarde, porém, e possuindo menos exacerbação dramática, não pôde superar a sólida posição d'A Escrava Isaura, que relegou para a sombra"(AC)</p> <p>"Instruído na doutrina de Comte, admirava ao mesmo tempo, de cambulhada, Littré e Spencer, por lhe servirem aos ideais naturalistas, em oposição ao sensualismo de Locke, ao espiritualismo de Leibniz, ao idealismo de Arnauld. Cita Zola, gaba o paralelo que este fizera de Hugo e Littré, para concluir que este último, e não o poeta, era o maior homem do século" (GC)</p> <p>"Presente em sua vida, a música e a ópera, (...) estão também presentes em seus livros" (ZM)</p>
<p>1884</p>	<p>Machado de Assis publica HISTÓRIAS SEM DATA (AB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Aluísio Azevedo publica o romance CASA DE PENSÃO em livro na Tipografia de Santos & Cia (RM, p. 72) e FILOMENA BORGES (AB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Maria Benedita Câmara Borman publica os romances UMA VÍTIMA, DUAS IRMÃS, MAGDALENA, Rio de Janeiro (GC) (ZM)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Damasceno Vieira publica O CASAMENTO DE SARA (folhetim em nove capítulos). (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>Gabriela de Jesus Ferreira França publica ERNESTINA OU SCENAS DA VIDA CONTEMPORÂNEA. Niterói (SB)</p> <p style="text-align: center;">***</p> <p>José do Patrocínio escreve o romance PEDRO ESPANHOL em folhetins na <i>Gazeta da Tarde</i>. (?)</p>	<p>"Madalena, do livro do mesmo nome, tem uma vida melancólica enquanto toca ao piano valsas de Chopin. Já Lúcia, em UMA VÍTIMA, estremece ao ouvir a ópera Lucia di Lammermor onde a personagem, como ela, se sacrificara pela família. Diana, em DUAS IRMÃS, (...) escutava enlevada La hebreu". (ZM)</p>

	<p>***</p> <p>Júlio César Leal publica o romance CASAMENTO E MORTALHA, Pernambuco (RM)</p> <p>***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica Musa Popular, Rio de Janeiro. (RM, p. 77)</p> <p>***</p> <p>Paulo Marques republica VÊNUS OU O DINHEIRO, em livro, Pelotas. (GC)</p>	
1885	<p>Joaquim José de França publica ECHOS FLUMINENSES: série de folhetins, n'º <i>Paiz</i> (SB)</p> <p>***</p> <p>Virgílio Várzea publica TROPOS E FANTASIAS (contos em prosa) (SB)</p> <p>***</p> <p>Júlio Ribeiro publica CARTAS SERTANEJAS. (livro de prefácios)</p>	
1886	<p>Francisca Senhorinha da Motta Dimiz¹²⁴ publica o romance A JUDIA RACHEL, (romance de costumes) Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Antônio Bezerra¹²⁵ publica HORAS DE RECREIO - coleção de folhetins. (RM, p. 111)</p> <p>***</p> <p>Antônio Joaquim da Rosa publica A ASSASSINA (romance de costumes), republicada no <i>Diário Mercantil de São Paulo</i> de 2 a 28 de outubro de 1886. (JRT)</p>	
1887	<p>Aluísio Azevedo publica O HOMEM Tipografia de Adolfo de Castro Silva & Cia. (RM, p. 72)</p> <p>***</p> <p>Pardal Mallet publica o romance O HÓSPEDE e MEU ÁLBUM, Pernambuco (GC)</p> <p>***</p> <p>Adolfo Caminha publica a novela JUDITE E LÁGRIMAS DE UM CRENTE (SA)</p> <p>***</p> <p>Maria Firmina dos Reis publica o conto A ESCRAVA. Republicado em 1975 (ZM)</p> <p>***</p> <p>Damasceno Vieira publica ECOS DE PARIS (coleção de folhetins). Porto Alegre (SB)</p> <p>***</p> <p>José de Alencar publica o romancete LEMBRA-TE DE MIM – servindo de introdução aos NOTURNOS de Luiz Guimarães Jr. Págs III a XXIII. Publicado na <i>Folha do Domingo</i>, 10 de abril de 1887, Rio de Janeiro. (SB)</p>	<p>“Aproximou-se mais, estilisticamente, de Raul Pompéia”(GC)</p>
1888	<p>Raul Pompéia¹²⁶ publica o romance O ATENEU (AB)</p> <p>***</p> <p>Xavier Marques¹²⁷ publica UMA FAMÍLIA BAIANA</p>	<p>“Raul Pompéia formou seus ideais artísticos à sombra de Flaubert, dos Goncourt e dos parnasianos”. (AB)</p> <p>***</p> <p>“O regionalismo de Xavier Marques está</p>

¹²⁴ FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ (natural de S. José d'El-Rei, MG)

¹²⁵ ANTÔNIO BEZERRA DE MENEZES (nasceu em Quixeramobim, CE a 21 de fevereiro de 1841 e faleceu em Fortaleza a 28 de agosto de 1921) Pseudônimo André Camaúba. (RM, p. 111)

¹²⁶ RAUL POMPÉIA (nasceu em Angra dos Reis, RJ, em 1863 e faleceu no Rio de Janeiro em 1895).

	<p>(AB)</p> <p>***</p> <p>Inglês de Sousa¹²⁸ publica O MISSIONÁRIO (AB)</p> <p>***</p> <p>Pardal Mallet publica o romance O LAR, (romance naturalista). Rio de Janeiro (GC)</p> <p>***</p> <p>Júlio Ribeiro publica A CARNE (romance dedicado a Émile Zola), Rio de Janeiro (RM)</p> <p>***</p> <p>Damasceno Vieira publica NOITES DE VERÃO (contos) Porto Alegre (RM)</p> <p>***</p> <p>Júlia Lopes de Almeida publica TRAÇOS E LUMINÁRIAS, Lisboa (contos de mais fôlego) (SB)</p> <p>***</p> <p>Lourenço Ferreira da Silva Leal¹²⁹ publica O SUPPLICIO DE UM MARIDO: romance brasileiro, Rio de Janeiro. (SB)</p>	<p>permeado de tons românticos, apontando influências de Bernardim de Saint-Pierre e de Chateaubriand e o filtro linguístico que foi de José de Alencar” (AB)</p> <p>Pseudônimos: Jalinto, Filinto de Almeida e Eila Worms. (RM, p. 23.)</p>
1889	<p>Xavier Marques publica PRAIEIROS – JANA E JOEL (AB)</p> <p>***</p> <p>Júlia Lopes de Almeida¹³⁰ publica MEMÓRIAS DE MARTA, em folhetim na extinta <i>Tribuna Liberal</i> do Rio de Janeiro. (ZM)</p> <p>***</p> <p>Manuel de Oliveira Paiva publica em folhetim do <i>Libertador</i> o romance A AFILHADA, publicado postumamente em São Paulo, em 1961 (SA) (AB)</p> <p>***</p> <p>João Mendes da Silva¹³¹ publicou o romance O CAMPEIRO RIO-GRANDENSE, Porto Alegre (GC)</p> <p>***</p> <p>Damasceno Vieira publica URUGUAIANA (RM)</p> <p>***</p> <p>Carlos Augusto Ferreira¹³² publicou romance A PRIMEIRA CULPA, São Paulo. (SB)</p> <p>***</p> <p>Antônio Bezerra publica NOTAS DE VIAGEM AO NORTE DO CEARÁ. (RM, p. 111)</p>	
1890	<p>Maria Benedita Câmara Borman publica os romances -</p>	

¹²⁷ FRANCISCO XAVIER FERREIRA MARQUES (nasceu em Itaparica, BA, em 1861 e faleceu em Salvador em 1942).

¹²⁸ HERCULANO MARCOS INGLÊS DE SOUSA (nasceu em Óbidos, PA, em 1853 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1918)

¹²⁹ LOURENÇO FERREIRA DA SILVA LEAL (nasceu em 30 de agosto de 1850)

¹³⁰ JÚLIA VALENTINA DA SILVEIRA LOPES DE ALMEIDA (nasceu no Rio de Janeiro a 24 de setembro de 1862 e faleceu em 30 de maio de 1934)

¹³¹ JOÃO MENDES DA SILVA (passou a assinar-se João Mendes de Taquari, nasceu em 1846 (estimativa) e faleceu em 29 de abril de 1898, como professor público na cidade de Taquari. Nos romances usou o pseudônimo de Heráclito)

¹³² CARLOS AUGUSTO FERREIRA (nasceu em Porto Alegre em 1846)

¹³³ EMÍLIA FREITAS (nasceu em Aracati, CE, em 11 de janeiro de 1855 e faleceu em Manaus em 18 de outubro de 1908)

¹³⁴ RODOLFO MARCOS TEÓFILO (nasceu em Salvador, BA a 6 de maio de 1853 e faleceu em Fortaleza a 2 de julho de 1932) (RM)

¹³⁵ PEDRO LUIZ OSÓRIO FILHO (nasceu em Bagé em 1854)

¹³⁶ Manuel da Mota Monteiro Lopes (nasceu em Pernambuco em 11 de janeiro de 1867)

	<p>LÉSBIA (GC) e A ESTATUA DE NEVE em folhetim de <i>O País</i> (RM, p. 123) *** Aluísio Azevedo publica os romances O CORTIÇO, O CORUJA, O ESQUELETO (em colaboração com Bilac) (AB) Aluísio Azevedo também publica MISTÉRIOS DA CASA DE BRAGANÇA, na Tipografia da Gazeta de Notícias, sob o pseudônimo de Vitor Leal. (RM, p. 72) *** Emília Freitas¹³³ publica O RENEGADO, Fortaleza (ZM) *** Adolfo Caminha escreve e publica o romance NO PAÍS DOS IANQUES no <i>Diário do Ceará</i> baseado em anotações de 1886, e editado em volume em 1894, Rio de Janeiro (SA) *** Rodolfo Teófilo¹³⁴ publica A FOME (AB) *** Pedro Osório¹³⁵ publica o romance O PODER DA CARNE em folhetins no <i>Quinze de Novembro</i>. A edição em livro foi feita pelo mesmo jornal. (GC) *** Damasceno Vieira publica ATRAVÉS DO RIO DA PRATA (impressões de viagem) Porto Alegre (RM) *** Araripe Júnior publica o romance DIRCEU, Rio de Janeiro (SB) *** Manuel da Mota Monteiro Lopes¹³⁶ publica o romance A DAMA DE SANGUE, Recife, dois volumes. (SB)</p>	<p>No livro O CORTIÇO a vida carioca dos cortiços do Rio de Janeiro aparece nesse livro em toda sua nudez, fotografada com absoluta autenticidade (...) num conjunto panorâmico que assombra. O público já se deliciara com esse gênero de literatura à Émile Zola. (LMP, apud, RM, p. 72) A obra MISTÉRIOS DA CASA DE BRAGANÇA é de parceria com Coelho Neto, Olavo Bilac e Pardal Mallet, que usavam o mesmo pseudônimo (RM, p. 72) *** “É interessante acrescentar que Brito Broca, tratando justamente de NO PAÍS DOS IANQUES, afirmou que esse livro “constitui um dos primeiros depoimentos de escritor brasileiro sobre os Estados Unidos, motivo bastante para nos despertar interesse. Mas a obra em questão deve ser considerada também uma das primeiras manifestações de nossa literatura de viagem. Quem antes de 1894 havia escrito algum trabalho no gênero com expressão literária”^{291,137} (In:SA)</p>
1891	<p>Manuel de Oliveira Paiva escreve o romance D. GUINDINHA DO POÇO que só será publicado postumamente, em São Paulo, o primeiro em 1951/1952¹³⁸ (AB) *** Júlia Lopes de Almeida publica A FAMÍLIA MEDEIROS, em folhetim no jornal carioca <i>Gazeta de Notícias</i>, de 16 de outubro a 17 de dezembro de 1891. Rio de Janeiro (ZM)</p>	
1892	Machado de Assis publica o romance QUINCAS	

¹³⁷ Antes de 1894 Nísia Floresta Brasileira Augusta publica ITINENERAIRE D'UN VOYAGE EN ALLEMAGNE e TROIS ANS EN ITALIE, SUIVIS D'UN VOYAGE EN GRÈCE, narrativas de viagem, ambas publicadas em Paris, respectivamente em 1857 e 1864/67, 2vol)

¹³⁸ O próprio Bosi cita as duas datas como publicação do romance

	<p>BORBA (AB)</p> <p>***</p> <p>Júlia Lopes de Almeida publica A FAMÍLIA MEDEIROS em edição, Rio de Janeiro. (SB: Campinas, 1892 e 2ª. ed. em 1895) (ZM)</p>	
1893	<p>Adolfo Caminha publica o romance A NORMALISTA, Rio de Janeiro (SA)</p> <p>***</p> <p>Maria Benedita Câmara Borman publica o romance CELESTE, cenas da vida fluminense Rio de Janeiro (GC)</p> <p>***</p> <p>Coelho Neto¹³⁹ publica A CAPITAL FEDERAL (AB)</p> <p>***</p> <p>Gonzaga Duque¹⁴⁰ publica DONA DA CASA, (sob o pseudônimo de Silvino Júnior)</p> <p>***</p> <p>Virgílio Várzea publica a novela ROSE CASTLE na Gazeta de notícias, Rio de Janeiro (RM) – 1883 (SB)</p> <p>***</p> <p>Afonso de Assis Figueiredo Celso¹⁴¹ publica MINHA FILHA e o IMPERADOR NO EXÍLIO (RM)</p> <p>***</p> <p>Leonel Martiniano de Alencar publica BELLA: romance de costumes brasileiros em folhetim de um jornal do Rio de Janeiro. (SB)</p> <p>***</p> <p>Luiz Carlos da Silva Lisboa publica o romance A INDIANA, Aracaju (SB)</p>	
1894	<p>Maria Benedita Câmara Borman publica o romance ANGELINA (ZM)</p> <p>***</p> <p>Aluísio Azevedo publica o folhetim A MORTALHA DE ALZIRA, na Fauchon & Cia, Rio de Janeiro (RM, p. 72)</p> <p>***</p> <p>Afonso de Assis Figueiredo Celso publica a novela LUPE e NOTAS E FICÇÕES (RM)</p> <p>***</p> <p>Olavo Bilac¹⁴² publica CRÔNICAS E NOVELAS, Rio de Janeiro (RM, p. 113)</p>	
1895	<p>Adolfo Caminha publica o romance BOM-CRIOULO e escreve TENTAÇÃO (SA)</p> <p>***</p>	<p>“Adolfo Caminha encontrou no Realismo e, mais ainda, no Naturalismo, o clima adequado à expansão de sua arte e ao desabafo pleno de sua índole e de suas mágoas. (...) ainda um puro romântico nos primeiros livros, somente na escola de Flaubert e, mais ainda, na de Zola, chegará ao nível de sua obra máxima”</p>

¹³⁹ HENRIQUE MAXIMIANO COELHO NETO (nasceu em Caxias, MA, 1864 e faleceu no Rio de Janeiro em 1934)

¹⁴⁰ LUÍS GONZAGA DUQUE ESTRADA (nasceu no Rio de Janeiro a 21 de junho de 1863 e faleceu a 8 de março de 1911)

¹⁴¹ AFONSO DE ASSIS FIGUEIREDO CELSO (nasceu em Ouro Preto, MG a 31 de março de 1860 e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de julho de 1938)

¹⁴² OLAVO BRÁS MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC (nasceu no Rio de Janeiro a 16 de dezembro de 1865 e faleceu a 28 de dezembro de 1918) Pseudônimos: Ângelo Bitu, Arlequim, Asmodeu, Astoreth, B., Belial, Bob, Brás Patife, Fantásio, Febo-Apolo, Jaime de Ataíde, Juvenal, L., Flaminio, Lilith, Marcos, Nemrod, O, OB., O Diabo Coxo, O Diabo Vesgo, Olavo Oliveira., Olívio Bivar, Oswald, Otávio Bivar, Oswald, Pe-Ho, Pierró, Pif-Paf, Puck, Pulcinello, Tartarin-Le, Songeur e Vítor Leal)

	<p>João Manuel Pereira da Silva publica MEMÓRIAS DO MEU TEMPO 1º. vol. (RZ) ***</p> <p>Aluísio Azevedo publica O LIVRO DA SOGRA (AB) ***</p> <p>Júlia Lopes de Almeida publica em folhetim na <i>Gazeta de Notícias</i>, Rio de Janeiro, A VIÚVA SIMÕES, Lisboa (reeditado em romance em 1897) (ZM) ***</p> <p>Coelho Neto publica os romances MIRAGEM e O REI FANTASMA (AB) ***</p> <p>Rodolfo Teófilo publica OS BRILHANTES (SA) ***</p> <p>Garcia Redondo publica CARÍCIAS (viagem pelo país da temura e botânica amorosa) Rio de Janeiro. (RM) ***</p> <p>Virgílio Várzea publica MARES E CAMPOS (SB) ***</p> <p>Afonso de Assis Figueiredo Celso publica o romance UM INVEJADO (RM) ***</p> <p>Júlio César Leal publica o romance A CASA DE DEUS, Rio de Janeiro (RM) ***</p> <p>Pedro Rabello¹⁴³ publicou A ALMA ALHEIA (contos) ***</p> <p>Segunda publicação do romance - SONHOS D'OURO de José de Alencar pela B.L. Garnier em 2 vols. (RM, p. 16) ***</p> <p>Aluísio de Azevedo publica o romance O CORUJA pela B.L. Garnier. (RM, p. 72) ***</p> <p>Carneiro Vilela publica novamente INAH - HISTÓRIA DE TRÊS DIAS em Recife no <i>Jornal A Província</i>, em 1895.(JRT)</p>	<p>(SA)</p> <p>Entre 1882 e 1895, o escritor vive exclusivamente da pena, escrevendo sem interrupção. (AB, p. 187). No ano de 1895 Aluísio de Azevedo é nomeado Vice-Cônsul e daí por diante cessa a carreira literária, não publicando mais nenhum livro. Vendeu sua propriedade literária a H. Garnier por dois contos de réis. (RM, p. 72)</p>
1896	<p>Júlia Lopes de Almeida publica LIVRO DAS NOIVAS, Rio de Janeiro (trata a autora da economia doméstica e de outros assuntos de que deve ser instruídas a esposa e a mãe) (SB) ***</p> <p>Machado de Assis publica VÁRIAS HISTÓRIAS (MM) ***</p> <p>Afonso de Assis Figueiredo Celso publica GIOVANINA (romance dialogado)</p>	

¹⁴³ PEDRO RABELLO (nasceu no Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1868 e faleceu no dia 27 de dezembro de 1905, no Rio de Janeiro)

	<p>***</p> <p>José Pompeo de Albuquerque Cavalcante¹⁴⁴ publica o romance AS MINAS DO CARIRI – deste romance o filho do autor Júlio P. C. Albuquerque, em 1896 publicou um capítulo na <i>Notícia</i> e a 18/08/1898, outro capítulo no <i>Debate</i>. (SB)</p> <p>***</p> <p>É publicado o romance O CORTIÇO de Aluísio de Azevedo pela B.L. Garnier. (RM, p. 72)</p>	
1897	<p>É publicado postumamente o romance TENTAÇÃO de Adolfo Caminha, com data de 1896, escrito em 1895 (SA)</p> <p>***</p> <p>Rodolfo Teófilo publica MARIA RITA (SA)</p> <p>***</p> <p>Coelho Neto publica o romance INVERNO EM FLOR (AB)</p> <p>***</p> <p>João Mendes da Silva publica os romances O SERTANEJO RIO-GRANDENSE e ÍNDIA RIO-GRANDENSE, Porto Alegre (GC)</p> <p>***</p> <p>Alcides Maya¹⁴⁵ publica PELO FUTURO (LMP)</p> <p>***</p> <p>Nestor Vitor¹⁴⁶ publica SIGNOS (AB)</p> <p>***</p> <p>Xavier Marques publica BOTO & CIA, reeditado como O FEITICEIRO.</p> <p>***</p> <p>Júlia Lopes de Almeida publica O CASO DE RUTH (romancete) no <i>Almanak da Gazeta de Notícias</i> (SB)</p> <p>***</p> <p>Valentim Magalhães¹⁴⁷ publica o romance FLOR DE SANGUE, Rio de Janeiro (RM)</p> <p>***</p> <p>Luiz de Carvalho Osório publica O SEGREDO: romance original, Araras. (SB)</p> <p>***</p> <p>Luiz Carlos da Silva Lisboa publica o romance O REI DOS BEOCHOS (SB)</p> <p>***</p> <p>O romance INOCÊNCIA de Visconde de Taunay é publicado no jornal <i>O Republicano</i>, Cuiabá, entre 12 de dezembro de 1897, nos N^{os}. 218, 219 e 221 no dia 23 de dezembro do mesmo ano. (YJN, p. 339)</p>	<p>“O romance ÍNDIA RIO-GRANDENSE parece ter sido escrita com o fim de dar origem lendária à escolha do local em que hoje ergue a cidade de Taquari” (GC)</p> <p>Consta neste livro que se censuram dous soberanos que o Brasil teve. (SB)</p>
1898	Coelho Neto publica o romances O MORTO, O	

¹⁴⁴ JOSÉ POMPEO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE (nasceu no Ceará em 10 de abril de 1839 e faleceu em 14 de julho de 1891)

¹⁴⁵ ALCIDES MAYA DE CASTILHOS (nasceu em São Gabriel, RS em 1878 e faleceu no Rio em 2 de setembro de 1944 (RM) 1943)

¹⁴⁶ NESTOR VÍTOR DOS SANTOS (nasceu a 12 de abril de 1868 na cidade de Paranaguá, PR e faleceu a 13 de outubro de 1932)

¹⁴⁷ ANTÔNIO VALENTIM DA COSTA MAGALHÃES (nasceu no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1859 e faleceu em 17 de maio de 1903)

¹⁴⁸ AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO (nasceu em Paracatu, MG, 1868 e faleceu em Barcelona em 1916)

¹⁴⁹ ANTÔNIO PÁPI JÚNIOR (nasceu no Rio de Janeiro a 28 de agosto de 1854 e morreu no Ceará a 30 de novembro de 1934) (RM)

	<p>PARAÍSO e O RAJA DE PENDJAB (AB) 2 vol (LMP)</p> <p>***</p> <p>Ignez Sabino Pinto Maia publica o romance LUTAS DO CORAÇÃO (ZM)</p> <p>***</p> <p>Afonso Arinos¹⁴⁸ publica PELO SERTÃO e OS JAGUNÇOS (AB)</p> <p>***</p> <p>Pápi Júnior¹⁴⁹ publica o romance O SIMAS (SA) 2ª. ed. em 1975 (RM)</p> <p>***</p> <p>Rodolfo Teófilo publica VIOLAÇÃO (SA)</p> <p>***</p> <p>Faria Neves Sobrinho¹⁵⁰ edita O MORBUS (SA) (RM)</p> <p>***</p> <p>Manoel Aarão de Oliveira Campos¹⁵¹ publica o romance MAGDÁ, Recife, 294p. (SB)</p> <p>***</p> <p>Continuação da publicação do romance INOCÊNCIA de Visconde de Taunay no jornal <i>O Republicano</i>, Cuiabá, MT, entre os meses de janeiro e maio de 1898. (YJN, p. 339)</p> <p>***</p> <p>Gonzaga Duque publica MOCIDADE MORTA e 2ª. ed em 1971 (RM, p. 242)</p> <p>***</p> <p>José Vicente de Azevedo Sobrinho¹⁵² publica CONTOS E FANTASIAS. (RM, p.80)</p>	<p>“Leitora infatigável, passa da História Universal para a Filosofia e desta para a Literatura, surpreendendo-nos a qualidade das leituras que informavam seu espírito. Leitora de Lisle Adam, de Renan, Spencer e Camões, não desprezou as escritoras como Madame de Staël, Madame de Sevigné ou George Sand”(ZM)</p> <p>“Obra naturalista, cuja personagem central é um sedutor sem escrúpulos (...) dificilmente deixaria de sofrer a influência do mestre que a todos empolgava na época: Eça de Queirós. (...) Já Nestor Vitor observava a indiscutível identidade entre O SIMAS e O PRIMO BASÍLIO” (SA)</p> <p>“Discípulo, ao mesmo tempo de Flaubert, que esculpia a palavra e dos Goncourt, que a pintavam” (Humberto de Campos) In: (RM, p. 242)</p> <p>“Com forte influência de Eça nos diálogos e na estruturação dos tipos, e alcandoramento nefelibata nas descrições” (LMP)</p>
1899	<p>María Feliciano de Oliveira ou Rita Feliciano de Oliveira publica a novela MARTHA, Rio de Janeiro (ZM)</p> <p>***</p> <p>Emília Freitas publica o romance A RAINHA DO IGNOTO (ZM)</p> <p>***</p>	

¹⁵⁰ JOAQUIM JOSÉ DE FARIA NEVES SOBRINHO (nasceu em Recife, PE, a 2 de abril de 1872 e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de janeiro de 1927)

¹⁵¹ MANOEL AARÃO DE OLIVEIRA CAMPOS (nasceu em Afogados de Ingazeira, PE, em 11 de janeiro de 1873)

¹⁵² JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO SOBRINHO (nasceu em São Paulo, a 9 de janeiro de 1875 e faleceu a 2 de março de 1924)

¹⁵³ ANÁLIA FRANCO (nasceu em Matriz de Resende a 29 de março de 1853 e faleceu em 20 de janeiro de 1919.)

	<p>Rodolfo Teófilo publica O PAROARA (SA) ***</p> <p>Coelho Neto publica o romance TORMENTA e A CONQUISTA (LMP) e segundo RM em 1899 e a lenda SALDUNES ***</p> <p>Visconde Taunay publica o romance NO DECLÍNIO. (livro de prefácios) ***</p> <p>Machado de Assis publica PÁGINAS ESCOLHIDAS (MM) ***</p> <p>Anália Franco¹⁵³ publica o romance A filha do artista, Tipografia Globo. (ZM) ***</p> <p>Manuel Duarte Moreira de Azevedo publica NO TEMPO DO REI (conto histórico), Rio de Janeiro. (RM)</p>	<p>“(…) louva o realismo comedido dos ingleses, de Fielding a George Eliot” (AC)</p>
1900	<p>Machado de Assis publica o romance DOM CASMURRO (AB) ***</p> <p>Xavier Marques publica PINDORAMA e HOLOCAUSTO (AB) ***</p> <p>Antônio de Oliveira¹⁵⁴ publica O URSO (SA) 2ª. ed em 1901 (romance de costumes paulistas) (RM) ***</p> <p>Nestor Vitor publica o romance AMIGOS (RM) ***</p> <p>Adolfo Emanuel Guimarães Azevedo¹⁵⁵ publica o romance JORGE DE BARRAL (RM, p. 72) ***</p> <p>Antônio Joaquim da Rosa publica A ASSASSINA (romance de costumes) republicada no ano de 1900 volta a ser publicado em folhetim pelo jornal <i>Correio Paulistano</i>, São Paulo. (JRT, p. 55)</p>	<p>“Excessivamente influenciado por Eça de Queirós” (LMP) In (RM)</p>

¹⁵⁴ ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA (nasceu em Sorocaba, SP a 30 de junho de 1874 e faleceu em 1953)

¹⁵⁵ ADOLFO EMANUEL GUIMARÃES AZEVEDO (nasceu no Rio de Janeiro em 1871)

ANTOLOGIA DOS PREFÁCIOS DO SÉCULO XIX
— 1826-1881 —

PREFÁCIOS ANEXOS

- Statira, e Zoroastes* – Lucas José d'Alvarenga
Amor, Ciúme e Vingança – J.M.Pereira da Silva
O Aniversário de D. Miguel em 1828 – J.M.Pereira da Silva
Os Assassinos Misteriosos ou Paixão dos Diamantes – Justiniano José da Rocha
Jerônimo Corte Real - Romance Histórico – João Manuel Pereira da Silva
O Filho do Pescador - Teixeira e Sousa
A Moreninha – Joaquim Manuel de Macedo
As Tardes de um Pintor - Teixeira e Sousa
O Moço Loiro - Joaquim Manuel de Macedo
Divina Pastora - Caldre e Fião
O Capitão Silvestre e Frei Veloso, ou A Plantação de Café no Rio de Janeiro - Luís da Silva de Azambuja Susano
Romances e Novelas - Joaquim Norberto
A Carteira do Meu Tio - Joaquim Manuel de Macedo
A Bolsa de Seda - Joaquim Manuel de Macedo
O Forasteiro – Joaquim Manuel de Macedo
O Fim do Mundo - Joaquim Manuel de Macedo
O Guarani – José de Alencar
Simá - Lourenço da Silva Araújo e Amazonas
D. Narcisa de Villar - Ana Luiza de Azevedo e Castro
Úrsula - Ma. Firmina dos Reis
Os Romances da Semana - Joaquim Manuel de Macedo
Lucíola – José de Alencar
Escabiosa Sensitiva - Outro Perfil de Mulher – José de Alencar
O Ermitão de Muquém - Bernardo Guimarães
Diva - José de Alencar
O Culto ao Dever - Joaquim Manuel de Macedo
Iracema - José de Alencar
Manuel de Moraes – J.M. Pereira da Silva
Memórias do Sobrinho de meu tio – Joaquim Manuel de Macedo
O Rio do Quarto – Joaquim Manuel de Macedo
As Vítimas Algozes - Joaquim Manuel de Macedo
Um Casamento no Arrabalde - Franklin Távora
Angelina ou dous casos felizes – José Joaquim Azurara
Entre o ceo e a Terra – Flávio Reimar
O Gaiúcho - José de Alencar
Os Francezes no Rio de Janeiro - Manuel Duarte Moreira de Azevedo
A Família Agulha - Guimarães Júnior
As Mulheres de Mantilha – Joaquim Manuel de Macedo
Sonhos d'Ouro - José de Alencar
A Alma de Lázaro – José de Alencar
A Misteriosa - Joaquim Manuel de Macedo
Ressurreição – Machado de Assis

Innocencia – Esconde de Taunay
Aspasia – JM. Pereira da Silva
Contos sem pretensão – Guimarães Jr.
O Índio Afonso - Bernardo Guimarães
O Ermitão da Glória - José de Alencar
O Garatuja - José de Alencar
A Guerra dos Mascates - José de Alencar
Ubirajara - José de Alencar
A Mão e a Luva – Machado de Assis
O ninho de beija-flor – Araripe Jr.
Senhora - José de Alencar
O Pagem Negro - José de Alencar
O Doutor Benignus - Augusto Emílio Zaluar
Marabá - Salvador de Mendonça
Gabriella – JM. Velho da Silva
Helena – Machado de Assis
O Cabeleira - Franklin Távora
Pe. Belchior Pontes - Júlio Ribeiro
Ex-Homem - José de Alencar
Memórias póstumas de Brás Cubas - Machado de Assis

STATIRA E ZOROASTES

(1826)

Lucas José D'Alvarenga

Não importa quando deva florescer,
Ou frutificar a verdade.
O que importa é semear e plantar.
Um dia ou outro alguém aproveitará.

Senhora

O particular motivo de imprimir-se esta novela, o seu contexto e objeto, a analogia que tem com as de V.M. as sublimes verdades da Princesa Heroína, tudo isto inspirou a lembrança de dedicar a V.M.I.

O credor da Natureza aceita com prazer o pequeno grão de incenso que lhe oferece a criatura. Este divino exemplo autorizou-me a crer que a muito alta e generosa imperatriz do Brasil se dignaria a aceitar, como aceitou de um súdito seu.

Tão Alta Proteção Fará florescer e frutificar os meus princípios e o meu nome debaixo de Tão Alto, Majestoso Tronco ficará abrigado à sombra d'Ele.

Tem a honra de beijar a mão augusta de V.M.I.

O seu fiel súdito

Lucas José d'Alvarenga

Sapientibus et insipientibus, graecis et barbaris.

A política é uma das ciências que todo o mundo tem presunção de saber, mais ou menos.

Em Roma, depois da primeira Guerra Púnica, até as damas se entretinham e disputavam sobre s negócios do Estado.

Na Revolução da França elas não só falavam e murmuravam, mas até houveram algumas que se escreveram sobre este objeto e se fizeram admirar tanto pelo sue gênio superior de elevação de sentimentos, como pelos encantos do seu estilo e graças da dicção; tal foi, por exemplo, Madame de Staël, de tanta celebridade.

Depois da revolução do Brasil, todos neste vasto império falam (e às vezes dogmaticamente) em direitos sociais, segurança individual, liberdade de imprensa, constituições, governos representativos, etc., etc.

Em tais circunstâncias não é de admirar que em um império nascente (onde ainda não há uma Universidade), um filho do Brasil, que lhe ceve prestar serviços e que na qualidade de Militar o que mais que pode fazer hoje é dar a vida pela pátria (serviço que faz com gosto qualquer soldado de honra), ou se também levantar um pouco a voz parra dizer alguma coisa sobre esta tão importante e delicada Ciência, pois que sendo ele ao mesmo tempo da Profissão das Letras, Formado na Universidade de Coimbra em Direito Civil, de cuja Faculdade são ramos o direito Natural e das Gentes, o Direito Público e Público Particular, a História Sagrada, a Eclesiástica e Profana, etc., etc., é sem dúvida que tem a seu favor, não a sua própria presunção, mas aquela presunção de direito que outros sem estas favoráveis circunstâncias tão

liberalmente se arrogam, e é também sem dúvida que está autorizado com esta qualidade para falar em público em matérias de semelhante natureza.

Muito mais autorizado deve julgar-se quando munido com estes necessários conhecimentos se propõe modestamente a falar em tal assunto, depois de vinte e oito anos e trinta de uma constante meditação e reflexões sobre tais princípios, que se desenvolveram quase debaixo dos seus olhos. E foram ora uns, ora outros empregados efetivamente na maior das Revoluções que tem visto o mundo civilizado, e nas violentas, rápidas mudanças de Governos, que em seus dias têm constantemente aparecido em cena em ambos os Hemisférios e que, continuando ainda com bem calor no século presente, vão sem dúvida dentro deste mesmo século mudar a face do globo e alterar consideravelmente a política de diferentes Gabinetes.

Acresce ainda a tudo isto que fala nestas matérias tão sublimes como importantes, depois de ter lido e confrontado os principais Autores antigos e modernos, que têm largamente escrito sobre este vastíssimo assunto. E depois de ter estado à testa de um governo, o mais célebre de todos, que n'outro tempo pertencia a S.F.M., e em cujo governo estava em contato e relações imediatas com diferentes corporações estrangeiras e pessoas autorizadas pelos seus respectivos Ministérios, que de certo modo representavam naquele canto do Mundo as principais Nações da Europa e também dos Estados Unidos d'América, os quais todos recebiam freqüentemente nas suas respectivas cortes todas as folhas Inglesas, Francesas, Jornais e mais Periódicos, que continham os grandes acontecimentos de toda a Europa amotinada, as causas de tudo, os novos sistemas, planos de cada uma das Nações interessadas, e enfim todos os movimentos e recursos da Política a mais refinada, que então se desenvolveu, cujos papéis passavam todos pelos seus olhos com aquela atenção que mereciam, e de cuja importantíssima lição procurava constantemente aproveitar-se por entender assim do seu dever e do seu máximo interesse.

E foi neste Governo ultimamente (caso sem exemplo), que em 1808 e 1809, teve a glória de intervir nos importantes Negócios de duas Grandes Nações, as mais célebres no seu sistema de Governo, e as mais ricas do mundo, o Império da China e a Grã-Bretanha; do que tudo não só tem em seu abono e conserva em seu poder as comunicações Officiais daqueles respectivos governos e do comandante em chefe da esquadra britânica o almirante Drury, tudo em seus originais; mas até guarda consigo como raridades preciosas os mais honrosos diplomas que lhe foram depois dirigidos com as mais decididas marcas de afeição e de estima por aqueles respectivos Sábios, generosos Ministérios.

Por último na falta das antigas Escolas da Grécia, essa Pátria das Artes e Ciências, Mãe dos Heróis e Instrutora do Universo, depois de ter gasto naquele Governo muito do seu, só para sustentar ali, como é notório, o respeito do Soberano e a glória da Nação pela convicção em que sempre esteve e estará de que o respeito do soberano depende muito da dignidade e caráter daqueles que o representam, tomou a resolução de despendar o resto da sua fortuna em passar d'Ásia à Europa e demorar-se algum tempo nas duas Capitais de França e da Inglaterra (esta rival de Esparta e ambas rivais de Atenas), sem outro fim mais que limar e polir a sua própria instrução, para o que estava prevenido desde muitos anos antes com o conhecimento das respectivas línguas, para assim poder tirar deste tão dispendioso trabalho e das suas penosas fadigas os melhores frutos, que os seus ardentes desejos pudessem conseguir.

Ora, entre os mais célebres Políticos antigos e modernos que escreveram com todo o conhecimento da história e com bastante filosofia sobre as causas das Revoluções, sobre a elevação e ruína dos impérios e o mais deste gênero, a maior, melhor parte deles o fizeram sistematicamente; porém uns em estilo didático, em máximas, axiomas, outros em romances, alegorias, etc.

Não me convindo o método sentencioso por muitas razões, sendo uma delas a grande dificuldade da concorrência cumulativa de sentença aguda, idéia exata e clara, expressão concisa, requisitos que faltam quase sempre ainda aos mesmos grandes homens, como se observa por exemplo nos Aforismos Políticos de Lord Harrington e outros; e que apenas se encontram com sucesso em muitas das Máximas Morais de La Rochefoucauld e nas Máximas Políticas deduzidas das Memórias do Cardeal de Retz, por Chesterfield, eu escolhi o método alegórico, não tanto por obviar as referidas dificuldades (às quais se vê que me expus nas Máximas Morais, que se encontram no fim desta Peça, e que era um dos objetos que eu tinha em vista), mas porque achava-me empenhado pela minha palavra em fazer uma Novela para certa Senhora, filha de uma das mais Ilustres Famílias de Portugal, em cuja casa fui sempre tratado como filho, desde o meu delicioso tempo em Coimbra, minha idade d'ouro; e também porque não sendo a Novela senão um discurso inventado para instrução dos homens debaixo da alegoria de uma ação, pareceu-me este meio o mais conveniente de dar algumas idéias de Moral e de Política, misturando agradavelmente – o *utile dulci* –, que recomendava Horácio; e finalmente por isso mesmo, que a experiência me tem desenganado, que a vaidade dos homens desde a mais humilde condição até a maior das dignidades repele com indignação qualquer instrução que se lhe dê diretamente; e que ouvem com gosto e se aproveitam daquela que aparece como dirigida a outros fins.

As paixões sempre falam alto e sempre são atendidas. São venenos que nos agradam; são erros que nos acariciam. Enfim, são os nossos cortesãos. A razão pelo contrário precisa de muita desteridade para se introduzir e merecer alguma atenção. A verdade, para parecer bela e fazer-se amável, nunca deve apresentar-se nua; isso é hoje uma grande indecência, grande impolítica e até mesmo trabalho sem fruto. É necessário pois aparecer vestida e até com alguns ornatos singelos; e por fim ainda coberta com o transparente véu da fábula, para atrair a curiosidade.

Na corte de Creso era Esopo ouvido melhor que Sólon. Na praça de Roma um Senador com uma Fábula apaziguou um tumulto furioso do Povo Romano, que não tinha cedido à Sabedoria e à autoridade dos Cônsules. Os Cortesãos de Luís XIV corrigiam-se melhor pelos apólogos de La Fontaine, pelas ficções de Molière, do que pelos pensamentos sublimes e profundos de Pascal e outros. E enfim, o mesmo Luís XIV vendo que um pregador soltava da cadeia da verdade certas reflexões, que lhe pareceram diretas, disse-lhe: - "*Monsieur, je veux bien prendre ma part d'un sermon, mais je n'aime pas qu'on me la fasse*" - o caso todo é - *La sagesse, Qui fait rougir, éloigne; celle que fait sourire, rapproche.*

São precisos anos só para ler os índices das produções do Espírito humano sobre a Moral e Política. Eu, seguindo o exemplo das abelhas para o seu útil e saboroso mel, procurei os princípios de uma e outra Ciência, os mais necessários ao sossego e felicidade do homem, para com eles arranjar esta Peça dentro em seus limites e em cuja redução gastei mais tempo do que no arranjo de toda ela no seu estado primitivo.

Suprimi talvez mais de três partes dela, que continham alguns debates na Assembléia Geral Constituinte, Legislativa com a diluição de princípios e objeções; suprimi as falas de algumas Deputadas; a Constituição toda inteira; várias Proclamações e Decretos; suprimi enfim os Prospectos de dois Códigos Civil e Criminal e o Plano de Legislação, que devia servir-lhes de base; e entreguei com prazer tudo isto às chamas.

Foi-me preciso depois ligar o resto entre si para a perfeita unidade da Peça com a nova forma que lhe dei, visto que eu já não podia dar-lhe inteiramente o mesmo destino, porque nessa data haviam concorrido circunstâncias Imperiosas que, não só a salvaram do fogo, mas até me obrigaram a dar a luz, coisa que nunca me passou pela lembrança. Vejam-se as primeiras palavras da Dedicatória.

Ainda assim mesmo pequena como ele está (porém contendo muito mais do que parece), longe de mim a pretensão de que os meus princípios se tenham como infalíveis. Eu os exponho unicamente como resultado das minhas combinações e experiência e aplicáveis somente em certas circunstâncias. O dom da infalibilidade, segundo os princípios da Religião Dominante deste Império, foi concedido unicamente à Igreja Universal em matérias da sua competência; fora disto esse Dom maravilhoso é, segundo Erasmo, permitido exclusivamente aos Fanáticos, aos Vaidosos e aos Pedantes.

Eu conheci alguns Sultões em Política (do que há também muito em todas as outras Ciências); quero dizer homens que queriam despótica e tiranicamente que as suas opiniões passassem por dogmas; e que fossem por consequência a norma das opiniões dos outros, aliás tão livres como eles; e pode ser que alguns até de melhor senso e de mais apurada instrução, e isto então sob pena atroz e cruel de ser tratados indignamente por ignorantes, destituídos do senso comum, e até faltos de Lógica. Que vaidade!... Que loucura! Que pedanteria!!!! Nem sabem ao menos tais homens que o amor próprio exaltado é o mais tolo dos amores; e que a tirania dos pensamentos é a mais odiosa das tiranias!

O mais é, que por nossa desgraça (tomo a dizer, para ver se aproveita) há entre nós uma prodigiosa abundância de gente infectada desta epidêmica, ridícula moléstia em todos os gêneros de ciência. Dizia o grande Newton: "Pedantry is not profession; but it is a vice in all Professions".

Quanto a mim, há muito pouco de infalível em Política. As circunstâncias são sempre as que governam. São como os lanços dos dados no jogo; infalivelmente se hão de jogar; o caso todo é jogá-los de uma maneira própria e melhor disposta, para se acomodar depois do modo mais vantajoso segundo os lanços que sobrevierem, ainda que sejam maus.

O prever é a mais sublime parte da Política; mas não basta só isso; é preciso prevenir. O futuro é o objeto mais interessante desta Ciência e o mais dificultoso; o presente é o tempo, a ocasião e meio de preparar esse futuro feliz, como se deseja; e um tempo tão precioso é preciso não perdê-lo.

Eu estimaria (para aplicá-lo ao bem) aquela elocução que vejo nas Produções Literárias do decantado Nicolau Machiavel. A imortalidade nunca se pintou com cores tão belas nem a Política foi jamais sustentada com razões mais sedutoras.

O Senado de Roma tinha já feito uso de grande parte daquelas doutrinas. Eram as mesmas máximas; porém ninguém as tinha deduzido com tanta perspicuidade, nem com tão grande fundo de reflexão e desteridade como este célebre Autor, péssimo homem.

Creia pois, quem quiser, na sua Bíblia Política, ou (para melhor dizer) no seu Alcorão. Hoje em dia eu ainda não sei se no seu tratado - Il Príncipe - ele se propôs instruir os Reis, ou alucinar os povos; e ainda que pareça a muitos, que a balança da Instrução pende mais para um dos lados, contudo não me parece assim. E eu vejo que Lord Bacon e outros grandes homens pensaram a este respeito exatamente como eu também pensava ainda antes de os ter lido.

Como quer que seja, a minha humilde opinião é, e será sempre, que a boa Política deve ser fundada na boa moral; não só porque o Direito das Gentes não é senão o mesmo Direito Natural aplicado às Nações e aos Povos, como porque estou intimamente convencido que sendo como é uma verdade eterna que o vício das Leis e a injustiça do Governo, derivados ou da ambição, ou da ignorância de ambos juntamente, são os móveis das desgraças dos Povos e da subversão dos Estados, fica evidente que o esplendor e a prosperidade dos Impérios, quanto ao interior, tem por causa eficaz a Equidade das Leis e a Justiça dos Governos; e que o seu poder de força, quanto ao exterior, tem por medida o número, ou a soma dos interessados e o grau de interesse que eles tem na Causa Pública.

Quem pensar de outra maneira, parece-me, que está prevenido de um erro. E se houver alguém que por esta minha opinião me censure de excessiva bonomia e me julgue muito simples ainda em matérias tão árduas e tão complicadas, respondo-lhes muito simplesmente – *Est modus in rebus, sunt certi denique fines*.

E como o público, principalmente desde o século passado (permita-se-me a expressão), é um Gabinete, a que a Civilização tem dado muita força e influência; é por isso do dever dos verdadeiros amigos da sua Pátria dar ao Público as noções mais claras, as idéias mais luminosas, que se acham espalhadas em uma grande variedade de Autores, em obras volumosas e em Línguas Estrangeiras e das quais não se pode (ou será muito difícil) de outra sorte Ter notícias.

E é por isso, e por muitas outras dificuldades, que me aproveitei desta ocasião para pagar do modo que hoje me é possível o devido tributo ao grande interesse, que sendo particularmente agora da minha Pátria é ao mesmo tempo interesse geral e da humanidade.

Eis quisera inspirar a todo o mundo os sinceros sentimentos de que estou penetrado, mas faltam-me aqueles pensamentos sólidos, que agitam o espírito; aqueles traços brilhantes que subjagam a imaginação; expressões atrevidas; que levam ao fundo do coração as emoções mais vivas; falta-me aquela energia de estilo, elegância de expressão, graças de dicção que fazem remoçar as idéias e dão-lhes aquele colorido encantador, que trai a convicção.

Resta-me, contudo, uma consoladora esperança e é: que minha falta de perspicuidade (algumas vezes voluntária) será suprimida pela penetração e sagacidade dos Leitores. Eu me felicitarei infinitamente se eles, cheios daquela bondade que eu lhes desmereço, pensarem generosamente e disserem de mim o mesmo que pensava Cícero e dizia em análogas circunstâncias: "*Satis est eloquens, Qui narrat fidelissime*".

AMOR, CIÚME E VINGANÇA

(1838)

João Manuel Pereira da Silva

EPÍLOGO

*A los vivos la libertad,
A los muertos la gloria.*

CALDERON, *La Devoción.*

No ano de 1834, quando o exército libertador entrou em Lisboa, e o imortal duque de Bragança plantou naquele país o estandarte da liberdade, um soldado voluntário dirigiu-se a um dos conventos de freiras, estabelecidos naquela cidade, e, levado pela curiosidade, examinou alguns túmulos de sorores, que existiam na igreja; entre eles deparou com um, cuja inscrição parecia denunciar que os restos que nele se haviam sepultado pertenciam a uma soror que entrara para o convento no mês de outubro de 1828, de nome Maria da Purificação. Sua vida, diziam as outras freiras, tinha sido muito atormentada pelas paixões do mundo, de maneira que se recolhera ao convento, onde, entre lágrimas e exercícios religiosos, acabou seus dias em 1831.

Quanto ao médico, consta que conseguira por fim ser nomeado fisico-mor, mas não do reino de Portugal, e só sim de D. Miguel, quando este infante, abandonado e desprezado por todos, mendigava esmolas dos pequenos tiranos da Itália.

P.D.A.S.

O ANIVERSÁRIO DE DOM MIGUEL EM 1828

Romance Histórico

(1839)

Pereira da Silva

PRÓLOGO

What beauties doth Lisboa first unfold!
Lord Byron, *Childe Harold*

Conheces tu Lisboa, amigo leitor? Viste-a algum dia banhar-se majestosamente no Tejo, e o Tejo, como que agradecido, amorosamente recebê-la, e docemente beijá-la? Sentiste acaso refrescar-te as faces sua brisa suave e perfumada? Respiraste sua atmosfera do oriente, atmosfera de paixão e de voluptuosidade, em que o murmúrio das águas do rio, o gemido do vento, o rumor da cidade, o sacudir das árvores parecem uma orquestra universal de amor, em que cada coisa da criação, desde a vaga até a planta, desde a planta até o verme, desde o verme até o homem, parecem exalar suspiros de prazer e de deleite?

É para lá que nós marchamos hoje, meu leitor. É Lisboa o teatro da história que vou narrar-vos. Deixemos por alguns momentos a nossa bela pátria e as nossas grandiosas florestas. Visitemos a terra de nossos gloriosos avós, ouçamos o gemido da guitarra portuguesa, recebamos também algumas inspirações desse país que deu ao mundo o divino Luís de Camões, desse país tão fértil, outrora tão poderoso, e hoje de todos o mais desgraçado.

Se há uma cidade grande e majestosa, que reúna em seu seio tudo o que pode encantar os sentidos, tudo o que pode cativar a imaginação, é sem dúvida Lisboa.

Edificada no melhor canto da Europa, gozando de um clima alegre, saudável e sereno, de uma atmosfera pura, branda e suave, de um céu azul-claro, tão resplandecente, e tão marchetado de brilhantes estrelas, que se diria o manto de uma imperatriz de Bizâncio, colocado no meio da mais esplêndida natureza; nenhuma sultana egípcia, nenhuma odalisca de Constantinopla se espelha nas águas do Cirenaico ou do Bósforo, com mais amor e abandono do que ela o faz, debruçando-se sobre o Tejo, e brincando com suas vagas.

E não é só a natureza que ali é grande; os feitos dos homens antigos — que os de hoje nada valem — são dignos também de serem contados, e de passar à posteridade.

Não se admira somente o Tejo que, rolando suas águas tão brancas como o diamante, através de campinas cultivadas, de quintas majestosas e de lindos pomares, atravessado por mil barcas ligeiras, por navios de todas as grandezas, e de todos os países, vem, como um amante fiel e submisso, curvar-se humildemente aos pés da soberba cidade, e trazer-lhe de mimo as preciosidades dos outros povos, os perfumes da Ásia, as pérolas da África e os tesouros da América.

Não se admira somente os formosos sítios, as amenas planícies, e as sete montanhas pitorescas sobre que se assenta Lisboa, como se fora a Roma dos modernos tempos, tendo por toga consular o cinto magnífico de seus palácios, e, por coroa de flores e de ramos, os zimbórios de seus conventos e as torres de suas igrejas.

Há coisas mais belas e mais esplêndidas ainda, e devidas aos esforços dos homens. Há monumentos primorosos, soberbos edifícios, que transmitirão eternamente aos séculos futuros a glória do povo lusitano.

E se vos não contentais com os que se encerram dentro em seus muros, se vos não agradam o seu palácio da Ajuda, o seu terreiro do Paço, os seus aquedutos, o seu porto, o seu

S. Carlos, a sua estátua equestre, as suas igrejas do Coração de Jesus, S. Vicente de Fora, e Jerônimo, ali mesmo a seu lado, vizinhos a ela, como partes dela, encontrareis Belém com seus lindos jardins, Mafra com seu grandioso convento, Sintra com suas belas quintas, e Almada com suas vistas pitorescas.

Mas, como é lei inexorável do fado que não haja beleza sem senão, Lisboa há por vezes sido vítima dos mais atrozes acontecimentos; erupções da terra, sublevações do povo, anarquia dos nobres, despotismos dos reis e enchentes do rio, tudo a tem assolado e perseguido. E essas tristes cenas que se produziram em seu seio, lhe fizeram perder a reminiscência de sua antiga glória, e olvidar os altos feitos de seus filhos.

É por isso que, ingrata e inconstante, ela se esquece cedo daqueles que há pouco adorara como deuses; é por isso que seus monarcas têm aparecido e desaparecido, e ela se há conservado sem deles guardar a memória. Que lhe importa que reine hoje Miguel ou Maria, que governe Passos ou Pâmela, contanto que sua vida se passe em contínuo divertimento, contanto que lhe não falem festas, jogos de entrudo, procissões religiosas, arcos de triunfo e fogos de artifício; contanto que seus dias sejam alegres, suas noites de voluptuosidade e seus sonhos de ouro!

Que sinais deixaram nessa terra tantos diversos dominadores que, seduzidos por sua doçura e beleza, têm vindo aí procurar abrigo? Passaram os tempos Romanos, e apenas um ou outro resto de mármore quebrado manifesta a sua aparição. Passaram os árabes, os sarracenos, os castelhanos, os mesmos fenícios e os cruzados e as únicas reminiscências que restam deles são essas árvores frutíferas que tão bem ali se aclimataram, o loureiro, a rosa da Lacônia, a palmeira do Egito, o carvalho do Helicão, o cipreste da Itália, a figueira de Túnis e Argel.

Eis tudo o que resta de tantos povos diferentes que dominaram esse punhado de bravos, esse torrão abençoado. Eis tudo: e as igrejas que existem, os templos que sobram, os edifícios que restam são obras todas de lusitanos. Mas esses lusitanos, dignos de sua mãe, fiéis à sua pátria, cumpridores de suas promessas, esses homens que sabiam combater e amar, enristar a lança e entoar cânticos apaixonados, passaram por uma vez; o último deles dorme o sono eterno sobre o sepulcro de Gomes Freire de Andrade.

OS ASSASSINOS MISTERIOSOS

(1839)

Justiniano José da Rocha

Será traduzida, será imitada, será original a novela que vos ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vo-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francas, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, amplificando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só tive em vista, agradar-vos; Deus queira que o tenha conseguido¹.

¹ No *Jornal do Commercio* o autor publica esta nota, que não vem registrada quando da publicação em volume

JERONYMO CÔRTE-REAL
Chronica Portugueza do Século XVI
(1840)
João Manuel Pereira da Silva

PRÓLOGO

Para entreter uns dias de plena ociosidade, escrevi este romance fundado em fatos verdadeiros da história da descoberta e uso do café, que tão interessante se tornou para a nossa pátria. Parece-me o assunto útil e agradável, ainda que des(.....X).. da estrada ordinária dos romances a....(.....), para quem são as intrigas de amor (.....) ponto de suas locrubações: respeitando contudo este gosto e opinião comum desenvolvida sempre nesta espécie de composições, fingi em Deselieux este incentivo, nobre porém e generoso, que lhe valeu os trabalhos e sacrifícios com que transportou de França e Martinica a planta do cafezeiro. Não dar pois o leitor por mal empregada um quarto de hora que despender com a leitura deste romance.

O FILHO DO PESCADOR

(1843)

Romance Brasileiro Original

Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa

Carta
À EMILIA

QUE SERVE COMO PROÊMIO

Tantos são os respeitos, e tão sincera é a estima, que vos tributo, virtuosa Emilia, que não acho desculpa que plausível seja, recusando-me ao vosso pedido.

A leitura da vossa última carta me fez plenamente ver que muito produziu em vossa imaginação a leitura do meu poema ou romance - *Os Três Dias de um Noivado*². Estou contente. Agora exigis de mim um romance em prosa: a tarefa é-me difícil, não pela obra em si própria, mas pelas pessoas a quem ele se deve dirigir; porque me dizeis que desejais um romance para vós, vosso marido, vosso filho e vossa filha!

Que tarefa! Um romance para uma senhora casada e mãe; para um marido e pai, e enfim para dois jovens!...

De quantos sei, nenhum conheci digno disto, e este de que lanço mão é só em falta de outro melhor. Vós julgá-lo-eis. Como minha verdadeira amiga e próxima parenta, conto com a vossa indulgência: quando não puderdes combinar com o meu modo de pensar, rogo-vos que me não arguais sem previamente me ouvirdes. Conto-vos, pois, uma história, que me não contado.

Escrevo para agradar-vos; junto aos meus escritos o quanto posso de moral, para que vos sejam úteis; junto-lhes as belezas da literatura, para que vos deleitem. Não corrijo este meu escrito, porque essa honra vós lhe fareis!

Se me compreenderdes, tenho chegado ao fim a que me propuz. Onde me julgardes muito conciso, estudai-me, e então compreenderdes mais do que digo e até o que não digo; mas onde me virdes muito difuso, crede que há muito mais do que o que digo! Entendei-me e serei feliz. Tenho saudades de vós.

O vosso fiel amigo,
T. e Sousa.

² Obra que estava inédita, quando se publicou este romance.

A MORENINHA

(1844)

Joaquim Manuel de Macedo

DUAS PALAVRAS

Eis aí vão algumas páginas escritas, às quais me atrevi dar o nome de romance. Não foi ele movido por nenhuma dessas três poderosas inspirações que tantas vezes soem amparar as penas dos autores: glória, amor e interesse. Desse último estou eu bem acoberto com meus 23 anos de idade, que não é na juventude que pode ele dirigir o homem; a glória só se andasse ela caída de suas alturas, rojando as asas quebradas, me lembraria eu, tão pela terra que rastejo, de pretender ir apanhá-la. A respeito do amor não falemos, pois se me estivesse o buliçoso a fazer cócegas no coração, bem sabia eu que mais proveitoso me seria gastar meia dúzia de semanas aprendendo numa sala de dança, do que velar trinta noites garatujando o que por aí vai. Este pequeno romance deve sua existência somente aos dias de desenfado e folga que passei no belo Itaboraí, durante as férias do ano passado. Longe do bulício da corte e quase em ócio, a minha imaginação assentou lá consigo que bom ensejo era esse de fazer travessuras, e em resultado delas saiu a Moreninha.

Dir-me-ão que o ser a minha imaginação traquinas não é um motivo plausível para vir eu maçar a paciência dos leitores com uma composição baldia de merecimento e cheia de irregularidades e defeitos; mas que querem? Quem escreve olha a sua obra como seu filho, e todo o mundo sabe que o pai acha sempre graças e bondades na querida prole.

Do que vem dito concluir-se-á que a Moreninha é minha filha: exatamente assim penso eu. Pode ser que me acusem por não tê-la conservado debaixo de minhas vistas por mais tempo, para corrigir suas imperfeições; esse era o meu primeiro intento. A Moreninha não é a única filha que possui: tem três irmãos que pretendo educar com esmero, e o mesmo faria a ela; porém esta menina saiu tão travessa, tão impertinente, que não pude mais sofrê-la no seu berço de carteira e, para ver-me livre dela, venho depositá-la nas mãos do público, de cuja benignidade e paciência tenho ouvido grandes elogios.

Eu, pois, conto que, não esquecendo a fama antiga, o público a receba e lhe perdoe seus senões, maus modos e leviandades. E uma criança que terá, quando muito, seis meses de idade; merece a compaixão que por ela imploro; mas, se lhe notarem graves defeitos de educação, que provenham da ignorância do pai, rogo que não os deixem passar por alto; acusem-nos, que daí tirarei eu muito proveito, criando e educando melhor os irmãozinhos que a Moreninha tem cá.

E tu, filha minha, vai com a bênção paterna e queira o céu que ditosa sejas. Nem por seres traquinas te estimo menos; e, como prova, vou em despedida dar-te um precioso conselho: recebe, filha, com gratidão, a crítica do homem instruído; não chores se com a unha marcarem o lugar em que tiveres mais notável senão, e quando te disserem que por este erro ou aquela falta não és boa menina, jamais te arrepies, antes agradece e anima-te sempre com as palavras do velho poeta:

*"Deixa-te repreender de quem bem te ama,
Que, ou te aproveita ou quer aproveitar-te."*

AS TARDES DE UM PINTOR

ou
As Intrigas de um Jasuíta

(1847)

Teixeira e Sousa

Como o autor soube desta história

O dia de 24 de março de 1825 foi em uma quinta-feira; e esse dia está escrito indelevelmente nos anais de minha vida! Três dias antes, eu havia deixado o meu país natal pela primeira vez: era o dia segunda-feira, 21 de março: neste dia recebi de uma irmã, que não deveria tornar a ver, o último abraço de uma verdadeira amizade, e o derradeiro ósculo fraternal! Tinha eu 13 anos incompletos, quando deixei minha família, e aqueles campos, onde brinquei os primeiros brincos de minha infância. Cheguei pois à cidade do Rio de Janeiro no dia 24; e no dia 28 do mesmo mês de março fiz os meus 13 anos. Permiti que de passagem note o quanto o mês de março me deve ser caro; cinco anos depois, desenganado de urna queixa de peito mandaram os módicos, que me trataram, retirar-me ao meu país. Embarquei-me no Rio de Janeiro no dia 21 de março, e cheguei ao meu país no dia 24 do mesmo mês!

Depois que cheguei ao Rio de Janeiro, meu pai, que me havia acompanhado, retirou-se, e eu fiquei em casa de um meu parente, e a minha residência era no morro do Castelo: ali, todos os domingos de tarde, e dias santos de guarda, eu com outros moços de minha idade, entre eles um meu patrício, íamo-nos sentar detrás da velha igreja de São Sebastião, onde brincávamos, e fazíamos diversos jogos próprios de nossas idades; algumas vezes eu me apartava de meus companheiros e, em algum lugar mais separado deles, deitava-me sobre a grama que alcatifa aquele pequeno campo, e dali devorava com minhas ávidas vistas esse imenso pedaço de oceano, que se balouçava diante de meus olhos, e cujas ondas arfavam tão crespas, e com um respirar tão ameaçador!

Ainda nesse tempo os religiosos barbadinhos não o tinham atravessado tantas, e tão encapeladas ondas de tão empinados topos, que caivando abismos, e levantando serras espumam marulhosas entre os lugares célebres pelas belezas de arte, e os lugares célebres pelas belezas da natureza, quero dizer entre a Itália e o Brasil! E portanto, as cercas da igreja de São Sebastião, isto é, da primeira igreja edificada no Rio de Janeiro, e hoje transformada em igreja de frades capuchos, não impunham entre o oceano e os olhos de quem se ia divertir ao morro do Castelo uma muralha de pedra!

Muitas vezes separado eu de meus amigos, estirado sobre a grama daquele pequeno campo, contemplando esse plano azul, que diante de meus olhos oscilava com um movimento igual e monótono, e que tão longe, lá nesse pardacento horizonte, onde a imensa distância parece semear em toda a extensão unia transparente e esbranquiçada nuvem; onde esse mesmo plano azul parecia, a meus olhos, encontrar um limite em outro espaço azul, que sobre ele se arqueava, até que a extremidade desse grande arco entravado com o extremo do imenso plano inferior oferecia uma barreira à vista eu sentia minha alma prenhe de saudades traspasar essa cesura em que o céu e o mar mutuamente se ligavam, e ir por sobre as ondas até encontrar as praias de meu país, que eu considerava tão distantes de mim, e entretanto essa distância não excedia a 20 léguas talvez!

Havia pois dois anos que eu me achava nesta cidade, sem que tivesse perdido a minha devoção dos domingos e dias santificados, quando uma tarde de um domingo houve mais um sujeito, que casualmente se reuniu a nós: era ele um homem de boa altura, de agradável

presença, e de fisionomia simpática; ele pareceu gostar de nossa conversação, e como quem dela não fazia caso se foi mansamente aproximando. Quase sempre as crianças gostam, quando estão conversando, que os velhos escutem suas conversações. Éramos nós seis meninos, de cujos era o mais velho de 18 anos, e os mais moços (éramos dois, eu e outro) de 15. Eu falava pouco por causa do meu natural acanhamento, e até falta de talento, porque se algum hoje tenho, cumpre confessá-lo, eu não tinha muita confiança nele nesse tempo, mas em abono da verdade releva que o diga, era então espantosa a minha memória.

Falávamos nós sobre os jesuítas e aqueles que tinham mais notícias desses homens extraordinários se dividiram em duas opiniões, uma em prol deles, e outra contra: assim uns alegavam suas maldades, sua ambição, e seus futuros planos; e outros, bem que não desconhecêssem estas verdades, apresentavam seus serviços em favor do Estado; seus trabalhos e coragem na catequese dos indígenas; sua vastíssima instrução; a habilidade que os caracterizava na escolha e aproveitamento dos homens de talento, e enfim muitas outras qualidades, depois traziam a pelo suas grandiosas obras, que revelavam não só a sua sabedoria como o gosto que presidia às suas escolhas.

O homem que se havia aproximado fazia gestos de aprovar estas razões, e como satisfeito de as ouvir deitou-se também junto de nós. Era isto no mês de janeiro, no tempo em que as trovoadas são freqüentes no Rio de Janeiro. Eram talvez quatro horas da tarde, e já desde as duas alguns surdos roncões de trovoadas tinham se anunciado ao longe.

Para a parte do oeste, como em pé sobre o horizonte, erguia-se até o meio do céu uma espessa muralha de cerradas nuvens de um fundo negro, cujo topo era orlado de uma branca e encrespada fimbria, da qual se diria que eram montões de escolhido e cardado algodão sobrepostos uns aos outros formando longas e revoltadas ondas. O lado que olhava para o poente refletindo os raios do candente sol, apresentava uma franja tão crespa, como a do fastígio sim, mas não tão alva porque os raios do sol lhe emprestavam um desfalecido dourado tão f lavo, como ouro virgem, e apenas exumado do sepulcro em que enterrado o criem a natureza. Do lado oposto a escurecia uma pesada orla toda arrepiada de espessas ondulações, cuja cor equívoca se mesclava num só ponto com a luz e as sombras de que resultava esse pardacento, que a escurecia. No centro intumesciam-na os ventos. Lá embaixo, onde trovejavam trovões, e lampejavam raios, pesava a tempestade. A natureza ia jogar a borrasca!

Poucos momentos depois algumas refregas de vento começaram a disparar-se; os trovões tornaram-se mais amiudados e fortes, e algumas gotas de chuva grossas, e pouco bastas, principiaram a açoitar a terra: era forçoso o retirarmo-nos. O homem sem dizer palavra caminhava adiante de nós, e todos apressávamos os pessoa à medida que a chuva se ia aumentando. Quando chegamos ao largo de São Sebastião já a chuva era imensa: o homem que caminhava adiante de nós meteu a mio pelo postigo de uma rótula, e, abrindo-a, voltou-se para nós dizendo:

— Meninos, recolham-se aqui até passar a chuva.

— Sim, senhor.

Disse um de meus companheiros, e entramos.

Entramos em uma pequena casa, cuja sala, além de não ser assoalhada, nem ladrilhada, era de telha vã todavia o chão, que era seu pavimento, estava perfeitamente liso, e inteiramente igual. Os caibros, ripas, e telhas caiados, ou pintados de branco, e as paredes tão alvas, que revelavam que esta habitação era ocupada pele pobreza e pelo asseio: uma barra, ou soco de palmo e meio, cor de café, de rente do chão garnecia toda a sala; e daí para cima crescia até altura de quatro palmos pouco mas ou menos, uma guarnição fingindo pedra azul-celeste e branca, cujos salpicos, e bem lançadas veias dir-se-iam, estas, desenhadas por habilíssimo pincel de caprichoso artista, e aqueles, assombrados por leve e delicada esponja. Sobre esta

bem fingida pedra estendia-se uma caprichosa berra pintada sobre a parede, que nada tinha que invejar às preciosas barras de papel, que hoje com tanto gosto e escolha guarnecem nossas salas: era ela assim. Uma fita de polegada de altura de uma cor bronzeada fingia um vasto plano em que se firmavam colunas de ordem dórica, que figuravam ser de mármore branco com veias de cor-de-rosa um tanto desbotada; sobre estas colunas assentavam-se vasos brancos, que fingiam ser de uma finíssima porcelana, cuja bases, orlas, da parte superior e em cada um centro destes vasos havia uma pintura diversa: em um, era um pássaro pousado sobre uma espiga flexível toda encurvada ao peso do pássaro, em cujo bico tinha atravessada uma flor; noutro, um outro pássaro fingia picar uma fruta que começava a sazonar-se; noutro, havia um coração passado de uma seta; noutro, um cupido fingia disparar uma seta; noutro, uma serpente grimpava-se por uma árvore, em cujo cimo, na extremidade de um ramo, uma avezinha alimentava dois implumes filhinhos; e outras muitas pinturas adornavam os centros destes vasos. Notava-se que estas figuras eram tomadas ao acaso, segundo vinha à caprichosa imaginação do pintor, porque entre umas e outras nenhuma inteligência, nenhuma relação havia. Com efeito, apesar deste capricho, era absolutamente forçoso atender à delicadeza do pincel e ao gosto que presidiu ao artista na escolha de tão bem acertadas cores. Todos estes vasos eram coroados por grandes ramalhetes de bem escolhidas flores, onde sobressaiam vistosos cravos e engraçadas rosas. Presos às asas desses vasos formando um seio, que descia quase até o plano, dependuravam-se vistosos festões de entrelaçadas flores, cujo meio figurava ter mais gravidade, como carregado pelo peso de uma grande rosa que ali avultava: o colorido de todas estas flores era tão vivo e tão brilhante o verniz que animava a toda a pintura; tão frescas eram todas estas cores, que dir-se-ia que naquele instante acabavam de sair das mãos do artista. O campo desta barra era de um verde cor de canas, onde muito sobressaía todo o gosto destas pinturas.

Diversos quadros representando vários bustos, e todos de diferentes tamanhos, faziam parte da decoração desta sala: entre estes quadros, que segundo o dono da casa eram vários retratos de notáveis personagens, distinguia-se um quadro de dez palmos de altura, pouco mais ou menos, e talvez seis de largo cuja moldura de meio palmo de largo se fazia notável não só pelo gosto do hábil entalhador que a fizera, como pelo brilhantismo de seu dourado. A pintura deste quadro representava uma senhora, que teria de idade de 20 a 25 anos: o retrato a representava de uma altura elegante, trajava segundo o gosto de seu tempo, isto é, do século 18. Toda a elegância, todas as perfeições de seu delicado corpo sobressaíam no meio desses adornos, que tanto assentavam e diziam nos corpos delicadamente bem feitos, onde a simples natureza apresentava todos seus mimosos contornos, sem o auxílio do ridículo artifício de numerosas saias.

Não me é possível precisar a cor do seu cabelo atenta a circunstância de ser ele apolvilhado, conforme era o gosto do tempo em que ela devia ter vivido, mas atendendo às suas feições, seu cabelo devia ser preto, e talvez muito preto; sua larga e bem feita testa revelava que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro era o berço desta formosa e encantadora menina: seus olhos eram grandes e em extremo negros; não era bastante clara e nem muito corada; mas esse moreno aciganado dava-lhe uma extrema e indizível graça.

Não me pertence dizer se este precioso retrato era a fiel cópia de seu original, mas, se devo crer em uni de meus companheiros, aprendiz de pintura, muito inclinado a retratista, e de um superior talento, como uma pintura, que representava uma mulher perfeita, era uma obra-prima, era um prodígio de arte!

Tudo era belo nesta criatura angélica, todo era encantador nesta mulher celestial!

O pintor que tal retrato havia feito parece que tirou partido de todas as perfeições desta beleza divinal: e um feiço sorriso com que seu delicado pincel soube animar seu retrato

dava-lhe tal graça, tal magia, e ao mesmo tempo tal requebro, que impossível era ver-se o retrato sem sentir-se abalado, ou antes enamorado pelo original!

Se o autor desta pintura, superior a Apeles retratando a Campaspe, pôde executá-la sem se sentir perdidamente enamorado de seu original, uma das duas, ou ele tinha para com o sexo encantador a frieza glacial de Xenofonte, ou superior às forças da humanidade obrou um milagre!

Nós pouca atenção demos à pintura da casa e aos demais quadros: todas nossas vistas convergiram para um ponto, e esse ponto era o belo retrato da divina beleza!

Depois que saciamos nossa admiração; depois que nos desabafamos em gabos à beleza da pintura; depois que nos desfizemos em elogios a um pincel de tanto gosto; o nosso camarada, discípulo de pintor, perguntou ao dono da casa se aquela pintura era retrato de algum formosíssimo original, ou uma pintura de fantasia.

— É o fiel retrato de uma lindíssima fluminense — respondeu o dono da casa.

— Ainda vive?

— Não: bem vê que seu traje pertence muito ao século passado.

— É verdade.

— Nasceu em 1730; seu retrato foi tirado em 1755 tendo 25 anos de sua idade: morreu dois anos depois, já se vê que tendo 27 anos em 1757.

— E quem foi o retratista que a retratou?

— Meu pai, que tinha então 30 anos.

— Foi notável esta senhora?

— Eu não conheço no Brasil outra personagem mais histórica.

Eu, que na minha mocidade era em extremo inclinado a ouvir histórias interessantes, não pude conter a minha curiosidade, e, voltado para o dono da casa, lhe disse:

— E não nos fará o favor de contar-nos a história desta linda senhora?

— É muito comprida, meu menino.

— Que importa: eu a ouvirei com gosto.

— Durante que tempo?

— Durante o tempo que durar a história, ou quantas me quiser contar.

— Então, meu menino, gosta muito de ouvir histórias?

— Sou até maníaco.

— Pois eu lha contarei com uma condição.

— E qual condição?

— Que quando o senhor for homem a escreva, e a faça publicar.

— Isto é se eu souber escrever para o público.

— Tem em suas mãos remédio para saber.

— Como assim?

— Muito bem: estude pouco; leia menos e escreva muito.

Rimos todos desta sátira, bem que ignorássemos a quem feria ela; e eu continuei:

— Assim não desejo ser escritor.

— Pois se não quiser ser, fará outra coisa.

— E qual?

— Contará a alguém a história que eu lhe contarei, com a condição que eu lhe impus; a saber, que aquele a quem contar a escreverá e publicará.

— Prometo fazer para isso toda a diligência.

— Pois bem; agora é tarde, e não posso começar a história; deixaremos pois para amanhã.

— A que horas?

— Da ave-maria até as oito horas.

— Pois muito bem.

O nosso camarada aprendiz de pintura perguntou ao dono da casa quem era o autor da pintura da saia, e ele disse:

— Esses toscos garramanchos são feitos por mim.

A estas palavras olhamos para o homem com certo ar de espanto, como exprimindo a admiração que nos causavam suas palavras, sem nos lembrarmos que muitas vezes debaixo de uma ruim capa se esconde um bom bebedor.

Era o mais um título pelo qual devíamos respeitar o homem do século passado, que sabia contar histórias interessantes.

Além destes dois méritos, porque o saber contar histórias antigas, e com graça, é um mérito, e ser eminente artista o é sem dúvida, e precioso, ele era homem que gastava sempre, segundo depois notamos, um muito bom humor; era gracioso, e cheio de ditos engraçados, às vezes sentenciosos, e não poucas vezes agudos e picantes.

O mestre pintor divertiu-se pois com várias anedotas, ditos, anexins, sentenças, e algumas vezes sátiras, e cumpre fazer-lhe justiça, bem justas, bem sentenciosas e bem aplicadas.

A trovoada havia cessado, pouco tinha chovido, e a chuva estava inteiramente suspensa; o tempo estava sereno e a natureza tranqüila.

Eram sete horas e meia, pouco mais ou menos. Despedimo-nos do mestre pintor prometendo voltar no seguinte dia à hora prometida.

De fato voltamos no seguinte dia à hora marcada e o mestre pintor, fiel à sua palavra, começou a contar-nos a prometida história. Quase às oito horas, ele suspendeu sua narrativa, adiando o mais para a tarde seguinte. Sem que faltássemos à hora da reunião, no dia imediato fomos prontos em casa do pintor; este depois de muitos ditos e gracejos, disse:

— Não me lembra o ponto em que ficamos ontem...

Eu imediatamente o atalhei, lembrando-lhe o ponto em que havia ficado, com todas suas circunstâncias; ele olhou-me fixamente, e disse:

— É verdade, é isso mesmo.

Tenho para mim que o mestre pintor não se havia esquecido do ponto em que deixara sua história; e que quis por este meio conhecer qual o grau de atenção que dávamos a uma narração, que por nós mesmos fora pedida.

Assim por durante várias tardes íamos nós ouvir a história do pintor.

Era inquestionavelmente eu o que o ouvia com mais atenção e interesse, e apenas chegava à minha casa escrevia tudo quanto ao pintor havia ouvido.

Este manuscrito, há não pouco tempo que não existia em meu poder; felizmente, e como por um milagre, veio ter-me às mãos, depois de uma ausência de mais de dez anos; e hoje, contou, dividindo-a nas mesmas tardes, como ele fez por isso lhe dei o nome de *Tardes de um Pintor*, sem todavia desprezar o nome que o pintor dava à sua história que era *Intrigas de um Jesuíta*.

O MOÇO LOIRO

(1845)

Joaquim Manuel de Macedo

Ce livre/Tremble et palpите sous vos pieds.

PRÓLOGO:

ÀS SENHORAS BRASILEIRAS.

Senhoras: Para que nascesse o Moço Loiro influíram fortemente em mim dois sentimentos nobres e profundos. No empenho de escrever - a gratidão. Na concepção e desenvolvimento do romance - a esperança. Um ano há decorrido desde que um jovem desconhecido, sem habilitações, com fracos e limitadíssimos recursos intelectuais, mas rico de vontade e de bons desejos, temeroso e quase à força, ofereceu à generosidade do público do Rio de Janeiro um pobre fruto de sua imaginação - *A Moreninha* - que ele amava como filha de sua alma. Esse jovem, senhoras, - fui eu. Fui eu, que, com meus olhos de pai, a segui em sua perigosa vida, temendo vê-la cair a cada instante no abismo do esquecimento... fui eu, que (talvez ainda com vaidade de pai) cheguei a crer, que o público a não enjeitava; e, sobretudo, que minha querida filha tinha achado corações angélicos que dela se apiedando, com o talismã sagrado de sua simpatia a levantaram mesmo muito acima do que ela merecer podia. E esses corações, senhoras, - foram os vossos. Oh! mas é preciso ser autor, ao menos pequenino autor, como eu sou, para se compreender com que imenso prazer, com que orgulho eu sonhava vossos belos olhos pretos brasileiros derramando os brilhantes raios de suas vistas sobre as páginas do meu livro! Vossos lábios cor-de-rosa docemente sorrindo-se às travessuras da *Moreninha*! E desde então eu sentia que devia um eterno voto de agradecimento a esse público, que não enjeitara a minha cara menina; e que mais justa dedicação me prendia aos pés dos seres, que haviam tido compaixão de minha filha. E, pobre como sou, convenci-me para logo, que não daria nunca um penhor dos sentimentos, que em mim fervem, se o não fosse buscar no fundo d alma, colhendo minhas idéias, e delas organizando um pensamento. E, acreditando que me não devia envergonhar da oferta, porque dava o que dar podia; e porque, assim como o perfume é a expressão da flor, o pensamento é o perfume do espírito, eu quis escrever... No empenho de escrever, pois, influiu em mim - a gratidão. Ora, o pensamento que dessas idéias pretendia organizar era - um romance; mas, fraco e desalentado, o que poderia exercer em mim influência tão benigna e forte, que, mercê dela, conseguisse eu conceber (mesmo deforme como é) *O moço loiro*, e chegasse a terminá-lo? o quê?... - a esperança. Porque a esperança - é um alimento - sim? o mais doce alimento do espírito! E tudo quanto esperei, espero ainda. Espero que minhas encantadoras patricias vejam n'*O moço loiro* um simples e ingênuo tributo de gratidão a elas dotado; e espero também que o público, quem outrora me animou, e a quem muito devo, de tal tributo me apraza; pois sei, que sempre lisonjeiro lhe é ver render cultos aos astros brilhantes de seu claro céu, às mimosas flores de seu ameno prado. Espero ainda que meu novo filho não será lançado ao longe, como fruto verde e ingrato ao paladar... que *O moço loiro* será, ao menos por piedade, aceito, e compreendido. Espero mais, senhoras, que generosas sempre, perdoando as imperfeições e graves defeitos d'*O moço loiro*, não quereis perguntar a seu débil pai - como ousas escrever? Oh! não mo perguntareis; porque há em vós bastante ardor, imaginação e poesia para sentir, que às vezes o desejo de

escrever é forte, qual o instinto, que manda beber água para apagar a sede, e comer para matar a fome? que às vezes o pensamento arde, e se consome em fogo; e que então é inevitável deixar sair as chamas desse fogo... as idéias desse pensamento... Espero finalmente, que vós, senhoras, dignando-vos adotar *O moço loiro*, permitireis que ele, coberto com a égide de vosso patrocínio, posso obter o favor e encontrar o abrigo, que a sua irmã não foi negado. Sim! que este pobre menino, saído apenas do tão frio e abatido seio de seu pai, se anime e aqueça à vossa sombra!... que por uma compensação - pela mais suspirada das compensações - esse passado de gelo e de abatimento fique para sempre esquecido ante o ardor e a felicidade do futuro!... Oh! que não seja uma ilusão a minha esperança!... Consenti, pois, senhoras, que me eu atreva a dedicar-vos *O moço loiro*, como um primeiro e fraco sinal de reconhecimento, que há de durar sempre... Inspirado pela gratidão, é ele semelhante a uma inocente flor depositada com religioso respeito no altar e nos pés dos anjos. Filho da esperança, pode parecer-se com brando suspiro do coração, que almeje cair no seio da beleza... É enfim, como um fraquinho infante, que medroso dos camaradas, corre a acolher-se no materno colo, *O moço loiro* convosco se apadrinha, senhoras, e a cada uma de vós repete as palavras do salmo: "Protege-me com a sombra de tuas asas!".

DIVINA PASTORA
(1847)
José Antônio do Vale Caldre e Fião

AO LEITOR

Ei-la. A inocente filha do meu coração vai viver vida de peregrina, aqui e ali esmolando uma atençãozinha. Lede-a, se quiserdes; e nela encontrareis o retrato de minha alma plácida como linfa prateada de um lago acantonado num vale baixo e soidoso; o tufão não a perturba, - só a branda aragem ciciando de flor em flor vai lá sentir suas fadigas aproveitando-se dormir da tarde.

Como seu pai, sozinha neste mundo, sabe resignar-se com a dor e diminuir os quilates do prazer. Gozar é a partilha do Céu – sofrer é a existência da terra.

Coitadinha! Como me é doloroso este apartar! Ela vai para o mundo: - ser de todos vista e de todos notada a sua imperfeição.

Sede indulgente, até que eu forrando cabedais de inteligência a revista e paramente e a torne mais bela, se for possível.

Ei-la. À vossa guarda.

O CAPITÃO SILVESTRE

(1847)

Luís da Silva de Azambuja Susano

Para entreter huns dias de plena ociosidade, escrevi este romance fundado em factos verdadeiros da história da descoberta do café, que tão interessante se tornou para a nossa pátria. Pareceo-me o assumnto útil e agradável, ainda que desviado estrada ordinária dos romances [...], para quem são as intrigas de amor [...] de suas lucubrações: respeitando contudo este gosto e opinião commum desenvolvida sempre n'esta espécie de composições. Figura em Desolieux este inventivo, nobre prém e generoso, que lhe valeu os trabalhos e sacrificios com que transportou da França a Martinica a planta do cafezeiro. Não deve pois o leitor por mal empregado hum quarto de hora que despender com a leitura d'este romance.

ROMANCES E NOVELLAS

(1852)

Joaquim Norberto de Souza e Silva

É o romance entre nós de tão moderna data que se não deve esperar por ora se não débeis ensaios³, mormente daquela que nem um interesse ou glória colhem de suas locubrações, pois que toda a pena que entre nós se não prostitui às paixões políticas tem de mendigar, como o desditoso Savage, um pedaço de papel em que eternize os pensamentos de uma imaginação, que Deus iluminou com os raios cheios de luz de sua inteligência:

E a pátria por quem tanto hão feito os filhos
Que digno prêmio lhes há dado? A fome! ⁴

Empreendendo a publicação de uma coleção de romances e novelas, contos e legendas⁵, comeci por aqueles que, escritos de há muito, se achavam dispersos por vários jornais de efêmera existência e limitada circulação; circunstâncias, porém, inopinadamente sobrevindas, obstam que por em quanto realize de todo em todo o meu desígnio: satisfazer-me-ei sobre melhores auspícios? – Deus sabe!

Só para esta pequena explicação, que não para outra coisa, lanço estas palavras às primeiras páginas deste livro, que lhe sirvam de prólogo; não repetirei pois o hino dos mártires da imprensa literária não subvencionada pelos ídolos da política de hoje ou de ontem. Baldado é mostrar ainda uma vez o despreço em que tem vegetado na nossa terra os que se dão às letras – vocação irrisória! De nossos antepassados não só partilhamos a glória e o gênio, como ainda nos veio por herança a indiferença da pátria. “Ninguém, diz um eloqüente escritor português, jovem de brilhante talento⁶, aprecia o que se consome de coragem e de esforço para resistir as lutas que assaltam qualquer vocação literária; é um longo poema de sofrimento: o mundo só se lembra das agonias de um escritor quando elas se terminam por uma sanguinolenta catástrofe”.

Aqui, como lá também, a posteridade admirará tanta resignação a par e passo de onerosos sacrifícios, de árduas fadigas e de tanto tempo desperdiçado em pura perda de interesses mais reais se não menos honrosos.

Mostrava-se Dom João de Castro tão desinteressado em todas as suas ações que até cortava na sua Quinta de Cintra as árvores úteis para plantar e deixar vingar as de nem um

³ Seja-me lícito transcrever o seguinte trecho de um escritor que, sem que me conhecesse, me contemplou em o número dos autores desses ensaios; e ao mesmo tempo aproveitou o lugar para lhe agradecer publicamente a sua bondade maior que o nem um mérito de meus escritos: “Os filhos de Santa Cruz, diz o Sr. Victor de Canovaz, tinham adquirido grande nomeada na poesia clássica, e a literatura romântica também lhes deve primorosas obras entre as quais avultam os *Suspiros Poéticos* do Sr. Magalhães e os *Primeiros Cantos* do Sr. G. Dias. E se poucas são as novelas que as suas penas tem escrito, já nesses mesmos traços de seu pincel romântico, se reconhece a aptidão de seu engenho para este gênero de composições. Seu espírito melancólico e a sensibilidade de sua alma transluzem no vôos juvenis de sua imaginação. Aos Srs. Norberto Pereira da Silva, Porto alegre e Teixeira e Sousa, se devem alguns ensaios de verdadeiro mérito. E nesta casta de romancistas distintos, que orna a lira do autor de *Moreninha* e do *Moço louro*”.

⁴ O Sr. V. de Almeida Garret no seu poema *Camões*.

⁵ Os contos e legendas serão publicados ao depois

⁶ O Sr. ^a P. Lopes de Mendonça.

préstimo⁷; -quem o fizesse hoje dir-se-ia que oferecia uma sátira aos homens do tempo de agora; -eu, se o não imitasse, não escreveria para a imprensa não política.

Nictheroy, Maio, 1852.

⁷ Freire, *Vida de Dom João de Castro*.

A CARTEIRA DE MEU TIO

(1855)

Joaquim Manuel de Macedo

INTRODUÇÃO ET CAETERA

Eu...

Bravo! bem começado! com razão se diz que — pelo dedo se conhece o gigante! — Principiei tratando logo da minha pessoa: e o mais é que dei no vinte; porque a regra da época ensina que — cada um trate de si antes de tudo e de todos.

Aquele que enrugou a fronte com esta minha franqueza, ou é um velhaco ou um tolo: se for velhaco, não espere que eu lhe dê satisfações; pode ir seguindo a sua derrota; abra as velas do seu barco, faça boa viagem, pois que lhe sopra vento galerno e propicio, e não se importe comigo. Agora, se for tolo, o remédio é antigo e sabido: — peça a Deus que o mate, e... *et caetera*.

Egoísmo! Bradarão aqueles que não vêem meio palmo adiante do nariz: *patetas!* Lhes respondo eu de antemão. A regra, à que me cingi, não tem nada de vil nem de baixa; e a prova é que ela nos vem dos grandes, que não são vis, e se observa no poleiro político, que não fica embaixo.

Eu sigo as Lições dos mestres.

No pronome *Eu* se resume atualmente toda política e toda moral: é certo que estes conselhos devem ser praticados, mas não confessados; bem sei, bem sei, isso é assim: a hipocrisia é um pedaço de véu furtado a uma virgem para cobrir a cara de uma mulher devassa: tudo isso é assim; mas o que querem?... ainda não sou um *espírito forte* completo, ainda me não pude corrigir do estúpido vício de franqueza.

Eu digo as cousas como elas são: há só uma verdade neste mundo, é o *Eu*; isto de pátria, filantropia, honra, dedicação, lealdade, tudo é peta, tudo é história, ficção, parvoíce; ou (para me exprimir no dialeto dos grandes homens) tudo é poesia.

Pátria! ... é verdade: por exemplo, que é a pátria? ... ora eu vou dizer em poucas palavras o que ela é, pelo menos aqui na nossa terra.

A pátria é uma enorme e excelente garopa: os ministros de estado, a quem ela está confiada, e que sabem tudo muito, mas principalmente gramática e conta de repartir, dividem toda nação em um grupo, séquito e multidão: o grupo é formado por eles mesmos e por seus compadres, e se chama, — *nós* —, o séquito um pouco mais numeroso se compõe dos seus afilhados, e se chama — *vós* —, e a multidão: que compreendi uma cousa chamada oposição, é o resto do povoe se denomina — *eles* —: ora agora aqui vai a teoria do *Eu*: os ministros repartem a garopa em algumas postas grandes, e em muitas mais pequenas, e dizem eloqüentemente “as postas grandes são para *nós*, as mais pequenas são para *vós*” e finalmente jogam ao meio da rua as espinhas, que são para *eles*. O resultado é que o tolo do povo anda sempre engasgado com a pátria, enquanto o grupo e o séquito passam as mil maravilhas à custa dela!

Eis aí o que da pátria atualmente!

Se pois a religião do *Eu* é tão cultivada lá por cima: porque não a cultivarei também apesar de andar cá por baixo?... a verdade é a verdade em toda parte, e tanto no sobrado, como na casa térrea.

Viva o *Eu!*

Bem fazem os Ingleses que escrevem sempre *Eu* com letra maiúscula seguindo-se daí que cada Inglês entende que não há ninguém no mundo maior do que ele: o povo inglês é por isso um povo maiúsculo; e eu tenho cá para mim, que este respeito que os Ingleses consagram ao pronome *Eu* é a base, e a primeira causa da fidelíssima aliança, que une o nosso governo com o da Inglaterra. Sagrados laços esses, que foram apertados pelo *Eu!*...

Mas que vergonhosa contradição! tenho despendido mil palavras a falar do Eu em abstrato, e ainda não disse nada a respeito de mim mesmo, como o dogma ensina! triunfei pois o concreto sobre o abstrato! o concreto é este criado dos senhores leitores: vou já emendar a mão; estou em cena.

Senhores, eu sou sem mais nem menos o *sobrinho de meu tio*: não se riam, que não há razão para isso: quer o meu nome de batismo ou de família? não valho nada por ele, e por meu tio sim, que é um grande homem. Estou exatamente no caso de alguns candidatos ao parlamento e a importantes empregos públicos cuja única recomendação é neste o ser filho do Sr. Fulano, naquele ser neto do Senhor Beltrano, e até às vezes naquele outro ser primo da Sra D. Sicrana.

Quererão observar-me, que, em vez de me declarar sobrinho de meu tio, deveria antes apresentar-me, como filho de meu pai? . . . eis aí uma asneira como tantas outras! eu gosto de tingir-me aos usos de minha terra, e há nela muita gente, mesmo, ou principalmente entre os senhores fidalgos, que costuma esquecer-se do modo o mais completo, de quem fora seu pai: a moda é esta: agora a razão de tão inocente capricho, que a digam os Excelentíssimos esquecidos.

Sou, portanto, o *sobrinho de meu tio*, e tenho dito: na atualidade já não é qualquer causa ser um homem sobrinho de seu tio: e se não, que responda uma dais primeiras nações do mundo, porque se entregou amarrada de pés e mãos a um *senhor* só e simplesmente por ele ser *sobrinho de seu tio*.

Aceitem-me pois tal qual sou, *sobrinho de meu tio*, e nada mais: e nem preciso, nem desejo ser outra causa.

Aos vinte anos de minha idade parti para Europa, a fim de completar os meus estudos (à custa de meu tio, já se sabe) Estudei com efeito muito em Paris, onde assentei a fatecha: oh! sim, estudei muito! passei pelos *boulevards*; fui aos teatros; apaixonei-me loucamente por vinte *grisettes*; tive dez ou doze primeiros amores: por me faltar o tempo não pude ver uma só biblioteca; por me acordar sempre tarde nunca freqüentei aula alguma; e no fim de cinco anos dei um pulo à Alemanha, arranjei uma carta de doutor (palavra de honra que ainda não tive a curiosidade de examinar em que espécie de ciência), e voltei para este nosso Brasil, apresentando-me a meu tio logo no primeiro instante com as mais irrecusáveis provas do meu aproveitamento, isto é, vestido no último rigor da moda, falando uma algaravia, que é metade francês e metade português, e ostentando sobretudo por cima do meu lábio superior uni bigodinho insidioso, por baixo do meu lábio inferior uma pera fascinadora, e para complemento desses encantos, um charuto aromático preso de contínuo entre os lábios, perfumando a pera e o bigode.

Meu tio ficou quase doido de alegria com a minha chegada: abraçou-me, deu-me beijos, chorou, riu-se, e fez-me trezentas perguntas, que eu muito naturalmente satisfiz com trezentas mentiras: fiquei um mês em companhia do velho para matar-lhe as saudades.

Meu tio, pelo que posso julgar, é um homem que sabe muito, e que fala pouco: nunca foi eleito deputado, por ter essas duas terríveis qualidades — Felizmente eu sou o avesso do bom velho; não sei coisa alguma nesta vida, e falo mais do que uma velha metida a literata: está visto que, se eu já tivesse quarenta anos, entrava necessariamente em alguma lista tríplice para senador.

Passou enfim o mês consagrado a matar as saudades de meu tio, e em uma tarde, em que

eu me achava à janela do meu quarto saboreando um primoroso *havana da Bahia*, e lembrando-me da minha boa vida de Paris, entrou o velho e veio sentar-se defronte de mim.

— Adivinho em que estavas pensando, sobrinho; me disse ele.

— Pois em que, meu tio?... perguntei.

— Pensavas na vida que deves seguir.

Confesso que até aquela data nunca me havia ocupado um só instante de semelhante bagatela; entretanto arranjei, como pude, um certo ar de melancolia, e respondi:

— É verdade. . . é verdade... era isso mesmo.

— Ora vejamos, tomou-me o velho: que é que pretendes ser?...

—Tenho assentado, que devo continuar a ser sempre o sobrinho de meu tio.

Lágrimas de ternura arrasaram os olhos do pobre homem!

— Mas além de seres meu sobrinho, não podes deixar de te ocupar de alguma coisa, disse-me ele.

—Se em suma isso for indispensável...

—Sem dúvida; consulta pois as tuas disposições, e decide.

Pensei... pensei... e pensei...

—Decidiste?

—Sim senhor, e irrevogavelmente.

—O que queres ser então?...

—Político, meu tio.

Com efeito, do mesmo modo que sucede a todos os vadios de certa classe, a primeira Idéia, que me sorria, tinha sido a política!

—Mas olha que a política não é meio de vida; observou o velho.

— Engano, meu tio! a pátria deve pagar bem a quem quer fazer o enorme sacrificio de viver a custa dela.

— Bom: já vejo que estás adiantado na moral do século: julgas-te porém preparado para entrar e aparecer na política?.

— Estou a par de tonos os conhecimentos humanos, cheguei há um mês de Paris.

— Melhor ainda: tens as duas principais qualidades, que são indispensáveis ao homem, que quer subir: és impostor, e atrevido.

— Obrigado, meu tio. Mas cumpre que estudes ainda.

— Convenho: estou pronto a voltar para França.

— Não; não é lá que deves estudar agora. Então onde?.

— Em um grande livro.

— Qual?.

— No livro da tua terra.

— Diabo! eu sabia que no Brasil haviam inteligências descomunais, e homens enciclopédias; tinham-me, porém, asseverado, que, dessas inteligências, umas eram engarrafadas, e outras capazes de tudo, de tudo, e de tudo, menos somente de fazer um livro!

— Não te falo dos livros, que escrevem os homens, sobrinho: refiro-me ao livro que só se pode ler, viajando e observando.

— Ah!

— Concordo pois com a tua sábia resolução: serás político; mas com a condição de fazeres o contrário do que fazem os grandes estadistas da nossa terra.

— Então que é que eles fazem, e que é que eu devo fazer, meu tio?...

— Eles empregam no Brasil uma governação que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho; algumas das quais têm

tanta relação com as nossas circunstâncias, como um ovo com um espeto!

— E eu?...

— E tu estudarás o que convém ao teu país, no que se passa nele, e nos costumes do nosso povo.

— E portanto?...

— E portanto, já amanhã te hás de pôr a caminho.

— Misericórdia!... amanhã já?...

— Sem dúvida: o melhor político é aquele que acorda mais cedo: irás viajar por tua terra: ter-te-ei para isso o meu cavalo ruço-queimado.

— Outra vez misericórdia, meu tio! O seu cavalo ruço-queimado é um roncheiro diabólico! anda mais devagar, do que as obras da nação.

— Por isso mesmo: quero que a tua viagem seja vagarosa e demorada, para que melhor observes.

A só idéia de viajar no ruço-queimado de meu tio era capaz de desanimar ao mais teimoso e emperrado dos pretendentes políticos: o tal cavalo ruço-queimado é uma espécie de hipogrifo, que apenas gasta três horas para vencer uma légua: se ele tivesse existido no tempo dos antigos e sábios sacerdotes do Egito, andar um dia no ruço-queimado de meu tio seria a última prova imposta àqueles que quisessem ser admitidos no sapientíssimo grêmio, e penetrar os recônditos mistérios.

Asneira e soleníssima asneira de meu tio! Que maldita escola política concebeu ele! Pois deveras será necessário estudar nos livros dos homens, ou ainda mesmo no da experiência, para um *moço de esperanças*, como eu, ou qualquer outro tornar-se apto para ser deputado, presidente de província, ou ministro de estado?... Eu entendo que não: nos bailes, nos teatros, nas visitas e nos cumprimentos é que se demonstram os futuros estadistas: vale mais uma carta de um compadre ou sócio de ministro, mais ainda a recomendação da Exa. quarentona, com quem dançamos, e passeamos no baile, do que um diploma da mais célebre academia, e as provas as mais evidentes de uma inteligência superior: o patronato é a placenta da sabedoria, e a medida do mérito: tomara eu ser afilhado de algum bom padrinho, que verã como fico imediatamente sábio, e até mesmo benemérito da pátria!

Mais, de que serve a filosofia, quando se tem por diante um homem teimoso e enfezado, como meu tio?... eu estava desesperado; demonstrei com toda força da lógica a inconveniência da viagem, e a incapacidade do cavalo ruço-queimado, tudo foi em vão: o velho embirrou.

— Hás de ir, exclamou ele, e amanhã sem falta.

— Meu tio, aquele cavalo não merece a minha confiança; não lhe posso dar o meu voto.

— Que me importa!

— Condena-me, portanto, a uma viagem monótona e aborrecida!

— Quero que estudes.

— Não saberei ler, nem entender uma só palavra do seu livro.

— Dar-te-ei uma intérprete, que te ensinará a compreendê-lo.

— Meu tio, *uma* há de concordar por força com *um* substantivo feminino; veja bem o que diz!

— Repito o que disse: *uma* intérprete.

— E quem é ela?...

— A mais bela e respeitável Senhora!

— O que é que está dizendo, tio do coração?... .

- Falo sério.
- A mais bela?!!! E quantos anos tem essa incomparável Senhora?...
- Trinta, Trinta?! Perdôe, meu tio mas, deveras, ela é bonita?
- Adorável
- E há de viajar comigo?
- Ao teu dado.
- Olhe que isso tem seus perigos: suponhamos, que eu me apaixone.
- Estimarei muito, e que lhe sejam *fiel*.
- Por que, meu tio?
- Porque serias o primeiro, que lhe conservasse *fidelidade*.
- Então ela?.
- Já recebeu juramentos de amor e fidelidade sem conta, e nem por isso é menos desamada e atraçoada.
- Pobre moça! já se vê que deve ter sofrido muito! espanta-me porém nunca ter ouvido falar a respeito dela.
- Pois seu nome anda na boca de todos
- E onde mora essa beleza?
- Num túmulo.
- Pior está essa! . . . então ela vive...
- Não; está morta.
- Morta, meu tio?
- E nunca viveu.
- E vossa mercê quer que eu viaje com uma defunta?.
- É verdade.
- Isto é uma *charada* indecifrável!
- Amanhã a decifrarás apronta-te, que, antes de montar a cavalo, receberás em teu seio a tua companheira de viagem.
- No meu seio? uma defunta?
- Meu tio não me deu resposta; sorriu-se tristemente, voltou-me as costas, e foi-se.
- Fiquei fora de mim, e não dormi toda a noite: como sei bem que espécie de homem é meu tio, tratei de arranjar a minha mala de viagem, porque, por fã ou por nefas, estava decidido, que eu partiria na manhã seguinte.
- Ao romper da aurora, veio logo o velho chamar-me; almoçamos juntos, e logo depois recebi de suas mãos uma bolsa bem recheada, e um enorme cartapácio, que ele chamava — *sua Carteira* — e onde eu deveria escrever as minhas impressões da viagem.
- Agora, vem cá, disse-me com ar grave.
- Lembrei-me da formosa defunta; confesso que a curiosidade começava a transpirar-me até pela ponta do nariz.
- Onde vamos, meu tio? perguntei.
- Vou confiar-te a tua bela companheira de viagem.
- Qual? . . . a defunta?.
- Sim: vem comigo.
- Sáimos dá casa.
- À porta estava já selado e pronto para a partida o terrível cavalo ruço-queimado; ah! maldito! no rápido olhar que de passagem lhe lancei, contei-lhe um por um todos os ossos, e o diabo nem por isso estava magro: vejam só que organização de animal!

Acompanhando a meu tio, entrei com ele no seu jardim, e dirigindo-nos ambos a um bosquezinho de ciprestes de árvores da independência, um pouco enfesadas e tristes, descobri por entre alguns pés de perpétuas roxas, um túmulo extremamente pequeno, que teria, quanto muito, um palmo de comprimento, quatro polegadas de largo.

— Eis aqui! disse meu tio suspirando.

— Pois é isto?... perguntei admirado.

— Sim; é isto mesmo.

— E a moça, meu tio?

— Está aí dentro encerrada.

Eu me sentia cada vez mais curioso e surpreso.

— Dize, o que vês, sobrinho?

— Vejo sobre este túmulo uma pintura rude, que representa uma lindíssima donzela escorregando de um berço para uma cova: é célebre!... a desgraçada ainda está com metade do corpo no berço, e já tem os pés metidos dentro da cova!

— É isso mesmo; tornou o velho suspirando outra vez.

— Então, meu tio, esta senhora, que passou logo do berço para o túmulo, já nasceu moça feita?...

— É verdade.

— Cada vez compreendo menos!...

— Lê o seu epitáfio.

Li o epitáfio: continha apenas cinco palavras: era o seguinte:

“AQUI JAZ QUEM NUNCA VIVEU”

— Agora, meu sobrinho, abre este túmulo, abre os caixões que encontrares, e recebe em teu seio a Santa Mártir, que dentro estiver encerrada.

— Meu tio, aqui não pode estar senão uma boneca.

— Abre, sacrílego! Bradou o velho com voz forte e com aspecto ameaçador.

— Abri o túmulo, e encontrei primeiro um caixãozinho de ouro; abri também este, e encontrei outro caixãozinho de prata; abri ainda este, e encontrei um terceiro de chumbo, e defronte deste, finalmente, envolvido em uma espécie de mortalha de veludo verde e amarelo, vi um pequenino livro, em cuja primeira página li o seguinte título:

CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

25 de Março de 1824

TIPOGRAFIA DE SEIGNOT-PLANCHER

Olhei para meu tio: o nobre velho tinha os olhos cheios de lágrimas: depois de um curto silêncio, disse-me:

— Eis aí, pois, a Santa Mártir, meu sobrinho: quando ela nasceu, um povo inteiro saudou-a, como a fonte inesgotável de toda sua felicidade; como o elemento poderoso de sua grandeza futura; saudou-a com entusiasmo e a fé com que os Hebreus receberam as doze Tábuas da Lei: pobre Mártir! Não deixaram nunca fazer o bem que pode: apunhalaram-na, apunhalaram-na ainda hoje todos os dias, e entretanto cobrem-se com seu nome, e fingem amá-la, os mesmos sacrílegos, que a desrespeitam que a ferem, que a pisam aos pés!...

Meu tio respirou um momento, e depois continuou:

— Ei-la aí; eu a deposito em tuas mãos; vai e viaja com ela; observa o que se passa em nossa terra, e compara o que observares com o que ela te disser em seus sábios preceitos: escreve tudo; porque quando a *Carteira de teu tio* estiver cheia das tuas impressões de viagem, e enfim, voltares a ter comigo, terás já aprendido a grande verdade, a única tábua de salvação do Estado, o remédio santo e exclusivo para curar todos os nossos sofrimentos políticos; isto é, terás reconhecido por experiência, que a Constituição nunca foi e não é ainda hoje executada; e que, quando for, o Brasil será feliz e apreciará devidamente e mais que até agora a sua bela monarquia.

Não tive nada que responder a meu tio: voltamos ambos para casa, e fazendo as nossas últimas despedidas, e tendo guardado cuidadosamente no seio a Constituição do Império, minha adorável companheira de viagem, dispus-me a partir, levando-a, como um talismã sagrado, bem ao pé do meu coração.

Tomei a bênção a meu tio, o qual abraçando-me, disse quase chorando de saudade:

— Vai, sobrinho, toma sentido em ti, e no que vires; sobretudo, não escrevas parvoíces na *Carteira de teu tio*; estimo que sejas o avesso de todos os viajantes, isto é, que não pregues mentiras.

— Farei por isso, meu tio.

E já eu estava com o pé no estribo, quando o bom velho me tornou:

— Oh lá, espera, leva mais isto.

Voltei os olhos e vi nas mãos de meu tio alguns outros pequenos livrinhos no mesmo formato da Constituição, que eu já tinha comigo.

— Pois ainda mais?

— Sim, são uns filhinhos de bela moça, que levas contigo; alguns são muito malcriados, outros, verdadeiros inimigos de sua mãe, achando-se com ela em evidente contradição, mas, enfim, são leis do Império, e é preciso respeitá-las; leva-os em tua companhia, e quando tiveres necessidade, consulta com eles.

Recebi os livrinhos: eram os nossos códigos, a lei de eleições, a da guarda nacional, e algumas outras principais da nossa coleção de leis; arranjei este novo presente dentro da minha mala, e disse adeus a meu tio.

— Boa viagem! Exclamou o velho.

— Duvido muito, senhor! Respondi eu enterrando inutilmente as esporas no ventre do impassível ruço-queimado.

Finalmente, parti sem saber para onde; perdi de vista a casa de meu tio, e ao menos por desenfado, pretendo escrever tudo quanto me parecer curioso ou digno de menção na extravagante viagem que vou fazer.

E porque não há livro sem título, darei ao que sou obrigado a escrever, o que melhor lhe compete; pois, *A Carteira de meu tio*.

A BOLSA DE SEDA

(1855)

Joaquim Manuel de Macedo

INTRODUÇÃO

O tremendo flagelo da Ásia que ainda não há muitos anos, Eugênio Sue, personificando-se em uma personagem bíblica, pintou estendendo debalde os braços para América, pois que não podia vencer de um salto o estreito de Bhering, arrojou-se através do oceano Atlântico, e desmentindo a imagem do romancista, invadiu com horrível violência o Império do Brasil.

Em 1855 o cólera-morbus enchia de luto e lágrimas a cidade do Rio de Janeiro; então, porém a população ilustrou-se por uma firmeza, que lhe foi proveitosa e lhe fez honra, e em vez de mostrar-se abatido pelo terror soube engrandecer-se pela constância e pela coragem. A peste flagelava especialmente as classes mais pobres: onde havia miséria se ia encontrar a morte. Esta observação foi como um grito doloroso que despertou a caridade pública, e nunca esta santa virtude se demonstrou mais viva e brilhante.

Todos á porfia corriam a socorrer os infelizes atacados pela cólera: multiplicaram-se os hospitais, e as enfermarias, sobraram os donativos e abundou o ouro para mitigar os sofrimentos da indigência.

E o empenho da caridade foi tal, que levou-se até a exageração essa sublime virtude, que uma ou outra vez perdeu o seu caráter pela ostentação com que foi por alguns praticada.

Foi esta consideração que deu motivo ao brevíssimo romance, a que dei o título de — *Bolsa de Seda* — aproveitando para a ação dele a exposição e leilão de objetos curiosos e interessantes oferecidos por muitas senhoras distintas, para com o produto dessa *feira filantrópica e caridosa* serem socorridos os pobres da freguesia de Nossa Senhora da Glória da cidade do Rio de Janeiro.

Deve-se acreditar que ainda ninguém esqueceu esse interessante e nobre leilão que em 1855: teve lugar no edifício da Academia das Belas Artes.

Esta simples exposição servirá para que mais completamente transpareça o pensamento do nosso romance.

O FORASTEIRO

(1856)

Joaquim Manuel de Macedo

Aos Leitores

Longe estou de ignorar, que em uma obra ligeira, como é de ordinario o romance, um prologo pecca sempre por demais; tambem não é um prologo longo e pretencioso, que pretendo impôr á reconhecida paciência dos meus benignos leitores; é uma simples e breve explicação, de que entendi não dever prescindir.

O romance, que agora dou á luz da imprensa, é a minha primeira composição d'este genero: tinha eu sómente dezoito annos de idade, quando escrevi, cinco annos antes da Moreninha.

Cedo reconheci as imperfeições e os numerosos defeitos d'este meu primeiro trabalho; guardei-o muito tempo por isso; e quando, desejoso de offercel-o ao publico, me vinha á idéa o fazer d'elle uma obra inteiramente nova, confesso que logo depois me faltava animo para destruir com a reflexão do homem de mais de trinta annos a inspiração, embora extravagante, do jovem de dezoito.

Eu guardava este meu pobre livro com amor com que se conserva o anel de cabellos do filhinho roubado pela morte: este meu pobre livro era como um objeto, que pertencêra á minha juventude já morta para mim, e encerrada no tumulto do passado: estimava-o principalmente por isso, e sómente por isso não desejava tocar n'elle. Um meio unico havia para conserval-o sempre em sua completa originalidade, era não publical-o nunca: a isso estava resolvido; mas hoje que tive de ceder ás instancias de um amigo, convindo em que este romance fosse enfim impresso, pude apenas casar o respeito, que devo ao publico, com empenho que eu tinha de não destruir a prenda, que me ficára da idade dos risos.

Assentei, pois, que devia conservar do meu primeiro romance tudo quanto pudesse ser conservado sem grave inconveniente, embora procedendo assim, elle se ressentisse ainda muito da insufficiencia, da precipitação, e da incuria de um autor, que só contava dezoito annos.

Tomando esta resolução, limitei-me especialmente a corrigir os defeitos, que mais pertencião á fórma do que á materia da composição: sujeitei-me até ao estylo, que outrora adoptára, bem que outro preferia hoje, o conservei mesmo capítuloa inteiros, como ostinha escrito em 1839.

O plano da obra, o arcabouço dramatico, são os mesmos que erão.

Offereço, portanto, ao público o meu *primeiro* romance e nunca tive tanta necessidade da sua indulgencia, nem talvez tanto direito a ella, como agora.

Sobretudo, ao ler o - Forasteiro -, não se esqueção nunca os benignos leitores da idade que tinha o autor quando o escreveu.

Rio de Janeiro – 1856

O FIM DO MUNDO

(1856)

Joaquim Manuel de Macedo

O *Fim do Mundo* em 1856 não é certamente um romance: faltam-lhe todas as condições para merecer esse título: foi um simples artigo de ocasião que apareceu publicado no folhetim do *Jornal do Comércio* de 13 de junho de 1856, que então por ventura chegou a agradar, e agora não terá merecimento algum; contemplo-o porém nesta coleção, nem mesmo saberei dizer porque.... talvez para avolumar com algumas páginas mais o meu pequeno livro.

Como se hão de lembrar muitos ainda, estava anunciando um *cometa* para o ano de 1856, e não poucos terroristas improvisando-se profetas, determinavam o dia 13 de junho de 1856, como o prazo fatal de um horroroso cataclismo, cujo resultado seria nada menos que o *fim do mundo*.

O famoso cônego de Liége celebrou-se por esse agouro sinistro.

Muita gente acreditou nos agoureiros, e no Brasil não faltaram crédulos, que viram com indizível terror aproximar-se o dia 13 de junho,

Foi esse o motivo do artigo que então escrevi, e que agora reproduzo nesta pobre coleção.

Fiz representar como protagonista, ou como narrador nesse artigo o senhor Martinho Corrêa Vasques, que é um ator muito conhecido e estimado no Rio de Janeiro. Foi uma liberdade que tomei, e de que ele me fez o favor de não se ofender.

Hoje relendo essas breves e risonhas páginas que em 1856 escrevi, sinto verdadeira tristeza, porque nelas encontro de mistura com inocentes gracejos os nomes de pessoas, algumas das quais a morte já arrancou do mundo, e entre eles o do meu amigo o comendador Manoel Moreira de Castro, de quem sempre recebi provas de estima e confiança extrema.

O que então nos fez rir, faz-me entristecer agora. Não importa: ai vai.

O GUARANI

(1857)

José de Alencar

PRÓLOGO

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura.

Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação.

Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza.

Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida.

Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remover um velho manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei.

Estava abandonado e quase todo estragado pela humildade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclisma.

Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.

Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas.

Adeus.

Minas, 12 de dezembro.

SIMA
ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO AMAZONAS.
(1857)
Lourenço da Silva Araújo Amazonas

INTRODUÇÃO.

Suponde-vos em viagem no Amazonas. A vossos olhos deslumbrados se ostentam majestosas de um e outro lado suas margens, guarnecidas de elevado arvoredado, que por efeito de sua densidade, como duas muralhas de verdura se estendem até o horizonte. Este aspecto apenas interrompido por algumas insignificantes colinas, que todavia guardam entre si distâncias de dezenas de légua, importam uma monotonia, que cresce de ponto na estação do inverno, ou enchente de rio, quando pouco, ou contrário o vento, e excessiva a corrente, sois obrigado muitas vezes a avistar ainda um mesmo objeto durante oito dias consecutivos. (1) Se porém esta monotonia é quebrada por outro objeto, que não aquelas colinas, ou alguma povoação, fazenda ou casa, isto é, pela interrupção da disposição, senão sistema daquelas margens, se apercebeis um arvoredado, não tão elevado e frondoso, porém mais novo, e de nuances mais pronunciadas, entre o qual se recomendem a vista arvores de qualidade bem diferentes, que por si mesmas se denunciem plantadas pela mão do homem; e disso impressionado pedis a vosso guia uma explicação? Ele vos responde. “É uma tapera.” Tapera é em língua Tupica, (conhecida no país por língua geral) as ruínas de uma povoação, fazenda, ou casa, invadidas pelo mato. A antiga perseguição dos Muras (2) que os primeiros estabelecimentos portugueses importou horroroso flagelo, e a praga do Carapanã (3) outro, senão tão fatal, não menos incomodo, obrigando as povoações e estabelecimentos rurais a contínuas mudanças, ocasionaram as taperas, que em outro tempo se notavam no Amazonas e Solimões; e modernamente a revolução de 1835 motivou outras, em número tão crescido, quanto indeterminado, assim no grande rio, como em seus confluente, cuja vista ainda hoje desperta dolorosíssimas recordações, porquanto de seu objeto se ressentem a humanidade. Já sabeis pois o que seja “uma tapera”, e se como Saint Pierre possuís, não direi a extravagância, por cortejo a vós; mas toda a outra qualquer coisa que importe a excentricidade de achar prazer nas ruínas, aí tendes tema.

No princípio do século, que corre, (século precisamente das mais belas pinturas) podia-se ainda observar uma tapera no Rio Negro, pouco acima da freguesia de Santa Izabel, numa formosa enseada do lado da Yapurania, onde o Rio, impetuoso, como é, daquela freguesia para criam, faz um grande e pacífico remanso.

E alguns anos ainda antes podia-se a perceber na grenha da tapera, além das ruínas de algumas casas, os traços de um jardim, e pela disposição de árvores frutíferas, como laranjeiras rumeiras, limoeiros e algumas alamedas: o que tudo induzia a concluir, senão a grandeza daquele antigo estabelecimento, ao menos e incontestavelmente o gosto e esmero de quem em época tão remota se dera a um trabalho, que apenas aparece imitado em 1810 pelo Governador Victorioso em seu horto botânico de Tarumá. (4) Mais quem foi que então, tão perto ainda da infância do alto Amazonas e deu a uma tarefa quase fabulosa? É o que ninguém se quis incumbir de ponderar: não porque alguma pena se não tenha aparado em Mariuá (5) para descrever uma ocorrência desastrosa, na qual precisamente figuramos infelizes habitantes do Sítio do Remanso: mas sim porque o pequeno a ninguém interessa: nem a heroicidade com que sustenta a vida, que a providências lhe impôs, como uma provança, nem a desgraça, que

dela o priva, quando por sua resignação, coragem e trabalho a tornara tão bela a importar-lhe o prêmio de sua virtude. Quando o palácio do Magnate em sua queda esmaga a cabana do pobre, ninguém se apercebe de que o prejuízo deste pode ser maior que o daquele, a tentos os recursos, que lhes restem. Lamenta-se a perda do palácio com toda a indiferença pela cabana: indiferença ainda mais de lastimar quanto a moral: porque ninguém se importa, com relação as virtudes e vícios, que por ventura lhes assistam, se será mais de lamentar a perda do pobre, que contudo desempenhou as vistas da providência, ou o Magnate, que por seus vícios degradou a humanidade.

Dissemos pois que alguma coisa se havia escrito em Mariuá sobre o caso desastroso, que importa o nosso objeto. Com efeito Sampaio no Diário de sua visita de correção no Solimões e Rio Negro menciona uma rebelião, que reduzira a cinzas as povoações de Lamalonga (6) Caboquena, (7) e Bararóá (8) e a igual destino ameaçava todo o Rio Negro; ocasionada pelo fato, (como diz ele) de haver um Missionário pretendido separar um Indígena de sua amante. Se uma tal asserção se avançara em presença de um contemporâneo, este de certo teria respondido com um desses sorrisos de esquívosa significação, em que a lastima não é a mais aventurosa: isto pelo conhecimento que lhe assistia, de que semelhante pretexto não importara mais do que uma fâisca, que fizera explodir uma mina, muito de antemão preparada, de certo que não pelos indígenas, e assim da falsidade das relações entre o indígena e a sua amante. Hoje, conquanto daquela desgraçada ocorrência decorra um século, insuficiente todavia para fazer calar a tradição transcende palpável anomalia na pretensão de Sampaio. Não precisa muita perspicácia para estranhar-se os Manaos, (9) a nação mais dócil e civilizada do Rio Negro, achasse asada para subtrair-se a amizade dos portugueses e tornar-se-lhes infensa a ocasião precisamente, em que a metrópole se tornava toda concessões e favores ao país, já abolindo a escravidão dos indígenas pela áurea Lei de 6 de Junho de 1755, já franqueando-os do governo dos missionários, e integrando-os a seu livre arbítrio, já habilitando-os, como qualquer outro vassalo português as honras e empregos em proporção de seu merecimento e capacidade, e ultimamente elevando o país a categoria de capitania. Transcende pois a probabilidade de qualquer outra causa, que adrede se não quis expender, levado do fatal instinto europeu para fazer recair sobre os indígenas um odioso, tanto mais revoltante, quanto que importará a mais negra ingratição. Sua ignorância, ou antes inocência não lhes permitiu justificarem-se (como aliás fora-lhes tão fácil, quanto natural) além de que para cúmulo de fatalidade tem sempre sobre eles pesado o terrível anatema de carregarem com a imputação dos vícios, se não crimes de uma sociedade, a que forão obrigados a pertencer, sem lhes aproveitar a menor consideração pelas virtudes com que para ela concorrerão. Mas felizmente ai está o tempo, a ilustração e a imparcialidade que lhes é inseparável.

Apercebe pois já o nosso leitor, que tratamos da revolução de Lamalonga de 1757, que se procurou explicar pela alteração odiosa de um fato de pequena significação comparativamente com o que se chamou suas consequências: isto é, que num país, que se desfachava do estado da natureza, onde nenhum dos seus naturais haviam ainda tido nem a Hiliada nem a Eneida, para saberem, que por causa de uma bala se queimara uma cidade, houve um Menelao, genuinamente Manaos, que a despeito da pretensão (não de nossa parte) da indiferença dos indígenas pela união dos sexos, contraditoriamente fundada na autoridade de Montesquieu (*Exprit des Lois*, L. 14 Cap. 2º) devastou, incendiou nada menos de três povoações pela simples preensão da parte de um sacerdote para a separação de sua amante.

Passaremos agora socorrendo-nos da História, que nos diz, que foi aquela a época precisamente do maior movimento e animação do alto Amazonas, não só por quanto já fica expendido, como ainda pela reunião das Partidas de demarcações, portuguesas e Espanhola, e ultimamente pela questão entre o Governo da Metrópole e a companhia de Jesus, que fizeram

do alto Amazonas a liça de sua renhida luta, a qual desfechou inesperada e assombrosamente com o completo extermínio da última; socorrendo-nos pois de tudo isto ponderaremos a incapacidade, a insuficiência e a inconveniência dos indígenas para um procedimento tão anômalo, do que fácil é deduzir por todo corolário o seguinte dilema – ou o alto amazonas era ainda tão selvagem, para indiferente a circunstância tão transcendente não enxergar senão a conveniência de um estúpido capricho, dando inconcebível importância a insignificante questão dos amantes indígenas de Lamalonga, ou existia com efeito tramada uma revolução, para cuja explosão se serviram arteiros da susceptibilidade dos indígenas por aquela ocorrência, arrastando-os a comprometimentos, que lhes atraíssem o desforço das Leis.

Concordando porventura o leitor, em que tudo isto pode ser muito bom, mui bem pensado, e, mas impaciente pelo romance, talvez pergunte – e Simá? O romance? O que tem os jesuítas, a metrópole e seus cidadãos indígenas com Simá? – Muito, amado leitor, muito. A parte romântica se acha por tal forma entrelaçado com a histórica, que não pode ser de outra maneira. É uma completa fusão, se assim admitis atento ao que deixamos dito não precisareis muita perspicácia para que tenhais reconhecido Simá, a Helena do Rio Negro na amante de domingos de Dary. Helena na comparação que tão somente pode admitir, como a mulher, de que se fez pretexto para o incêndio das povoações do rio Negro; e em nada mais, pela diferença entre a esposa adúltera de Menelao, e a virgem inocente de Dary.

D.NARCISA DE VILLAR

(1859)

Ana Luiza de Azevedo Castro

Ao Público

Não é um prólogo que vou escrever: sempre embirrei com eles, e jamais me recordo de os haver lido, por breves que fossem.

Porém, dando publicidade a um de meus escritos, vencendo, enfim a extrema timidez de o fazer conhecido do público, vou rogar a benevolência daqueles que me lerem como um discípulo que se quer instruir. Sem essa vaidade, tão mal cabida em algumas de meu sexo que, compondo alguma coisa, julgam-se poetisas consumadas, eu tanto mais ganharia com o juízo sensato de pessoas de critério, quanto o desprezo com que olhassem para as minhas pobres linhas ser-me-ia prejudicial.

Assim, pois, é com a maior humildade que me apresento a vós, benévolo leitor, rogando-vos animeis com o vosso acolhimento a primeira produção de meu espírito. Se realizardes as minhas esperanças, fareis desenvolver o meu talento, que se aniquilará até a última centelha com o vosso despreço.

D. Narcisa de Villar foi escrita quando apenas tinha eu 16 anos: merece, portanto que desculpeis a mediocridade da linguagem e a singeleza com que decorei as cenas.

A Delphina de Madame Staël não é sem defeitos, e, entretanto ela foi recebida em Paris com estrondoso acolhimento, assim como a tímida e ingênua Clara d'Alba por simples que é de atavio, não deixou de ganhar à boa Madame Cottin, um nome ilustre na república das letras.

Permiti-me contar que fareis também com que um dia seja tão favoravelmente acolhido, por seus compatriotas, o humilde e grato nome com que subscreve os seus ainda mais humildes escritos a

Indígena do Ypiranga

URSULA

(1859)

Maria Firmina dos Reis

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.

Então por que publicas? perguntará o leitor.

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa — os defeitos, os achaques, as deformidades do filho — e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado.

O nosso romance gerou-o a imaginação, e não no soube colorir, nem aformosentar. Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia.

Mas ainda assim, não o abandoneis na sua humildade e obscuridade, senão morrerá à míngua, sentido e magoado, só afagado pelo carinho materno.

Ele semelha à donzela, que não é formosa; porque a natureza negou-lhe as graças feminis, e que por isso não pode encontrar uma afeição pura, que corresponda ao afeto da sua alma; mas que com o pranto de uma dor sincera e viva, que lhe vem dos seios da alma, onde arde em chamas a mais intensa e abrasadora paixão, e que embalde quer recolher para o coração, move ao Interesse aquele que a desdenhou e o obriga ao menos a olhá-la com bondade.

Deixai, pois que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias de arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez que com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós.

OS ROMANCES DA SEMANA

(1861)

Joaquim Manuel de Macedo

PRÓLOGO — AOS LEITORES

Reunindo em um volume estes ligeiros romances, todos escritos ao correr da pena, e já publicados na *Semana* e na *Crônica da Semana do Jornal do Commercio*, riso me seduz a esperança de merecer por isso os aplausos e o louvor do público.

Sou o primeiro a reconhecer a falta de merecimento, a pobreza de ação, e os descuidos e desmazelo de estilo que amesquinham estes pobres romances que improvisei.

Compreendo que com o mais seguro fundamento poderia alguém observar-me, que pensando eu assim, a razão devia ter-me aconselhado a não arrancar do esquecimento esses escritos sem mérito, que não estavam no caso de aparecer à luz da imprensa.

Concordo plenamente com a observação;

Mas.... um autor é como um pai: um pai não desama seus filhos ainda os mais feios; um autor não desama as suas obras ainda as mais defeituosas.

Demais não brigarei com os críticos, e ainda menos me queixarei do público por amor deste livrinho.

Cheguemos todos a um acordo a respeito dele.

Sabe-se que os artigos de *Jornais* participam um pouco da condição dos efêmeros: ficam esquecidos, e morrem portanto um dia depois de serem dados a luz.

Estes romances foram publicados em artigos do *Jornal do Commercio* e por consequência um dia depois o público os esqueceu e os deixou morrer da fatal moléstia, que persegue o jornalismo.

Que pode fazer um pai a seus filhos mortos?.... ajuntar-lhes os restos para guardá-los em uma urna, que sirva de consolação ao seu amor.

Pois bem: assentemos e concordemos todos em que este livro é a urna, um que determinei guardar estes pobres romances que morreram.

Deste modo ganho sempre alguma coisa, porque ficarei livre dos críticos que hão de respeitar o - *parce sepulchris*.

E como é de regra que toda a urna deste gênero tenha o seu epitáfio, darei por epitáfio a este o título — *Romances da Semana*: Título que se explica pelo fato de terem sido, como já disse, todos esses romances publicados na *Semana* e na *crônica da Semana do Jornal do Commercio*.

LUCÍOLA
(1862)
José de Alencar

I

A senhora estranhou, na última vez que estivemos juntos, a minha excessiva indulgência pelas criaturas infelizes, que escandalizam a sociedade com a ostentação do seu luxo e extravagâncias.

Quis responder-lhe imediatamente, tanto é o apreço em que tenho o tato sutil e esquisito da mulher superior para julgar de uma questão de sentimento. Não o fiz, porque vi sentada no sofá, do outro lado do salão, sua neta, gentil menina de 16 anos, flor cândida e suave, que mal desabrocha à sombra materna. Embora não pudesse ouvir-nos, a minha história seria uma profanação na atmosfera que ela purificava com os perfumes da sua inocência; e—quem sabe?—talvez por ignora repercussão o melindre de seu pudor se arrufasse unicamente com os palpites de emoções que iam acordar em minha alma.

Receei também que a palavra viva, rápida e impressionável não pudesse, como a pena calma e refletida, perscrutar os mistérios que desejava desvendar-lhe, sem romper alguns fios da tênue gaza com que a fina educação envolve certas idéias, como envolve a moda em rendas e tecidos diáfanos os mais sedutores encantos da mulher. Vê-se tudo; mas furta-se aos olhos a indecente nudez.

Calando-me naquela ocasião, prometi dar-lhe a razão que a senhora exigia; e cumpro o meu propósito mais cedo do que pensava. Trouxe no desejo de agradar-lhe a inspiração; e achei voltando a insônia de recordações que despertara a nossa conversa. Escrevi as páginas que lhe envio, as quais a senhora dará um título e o destino que merecerem. É um perfil de mulher apenas esboçado.

Desculpe, se alguma vez a fizer corar sob os seus cabelos brancos, pura e santa coroa de uma virtude que eu respeito. O rubor vexa em face de um homem; mas em face do papel, muda e impassível testemunha, ele deve ser para aquelas que já imolaram à velhice os últimos desejos, uma como essência de gozos extintos, ou extremo perfume que deixam nos espinhos as desfolhadas rosas.

De resto, a senhora sabe que não é possível pintar sem que a luz projete claros e escuros. As sombras do meu quadro se esfumam traços carregados, contrastam debuxando o relevo colorido de límpidos contornos.

ESCABIOSA SENSITIVA

Outro perfil de mulher

(1863)

Por G.M.

ESTAVA BEM LONGE de mim, em tempos melhores, só com o que fui outrora, quando recebi o seu bonito livro de *Lucíola*.

Ele é seu, todo seu.

Que importa que aí esteja retalhada, nessas páginas soltas à indiferença a melhor porção de minha alma?... *Anima vilis*.

Foi a senhora quem deu um corpo às minhas recordações e tirou-as à luz da sombra em que a saudade as recatara. Foi ainda a senhora quem as bafejou com as auras do mundo, que murcham tanta rosa e viçam tanto cardo.

Eu fiz uma confidência a senhora fez o livro.

Abri-o com o respeito e santo pavor com que se abre um túmulo querido. Não estão nele sepultadas as cinzas de finado amor?

Passei a noite a ler e reler as páginas que eu tinha de cor. Meu pranto borbulhava ali em cada palavra. Bebi de envolta dores ainda vivas e alegrias falecidas nesse vale de lágrimas.

Dias depois enviei *Lucíola* ao amigo que também vivera algumas horas na breve história do meu amor. A senhora já o conhece é o Dr. Ernesto Sá.

Uma tarde fui vê-lo na sua chácara.

Esse retiro estava cheio de lembrança de minha Lúcia. Seu coração palpitava ali nas sombras do arvoredo; suas falas murmuravam com a brisa que perpassava nas folhas.

Encontrei Sá debaixo da latada de jasmineiros berço de flores, que fora também o berço da minha felicidade. Ele tinha na mão o volume de *Lucíola*. Sá não lia, pensava: havia no seu rosto os vestígios de uma preocupação triste.

— Já o leste todo?

— Duas vezes.

Conversamos cerca de uma hora. Eu falava, Sá ouvia. As recordações transbordavam de minha alma, fonte inexaurível que vazava para logo encher. Quando me calei, era quase noite. A lua já coava os frouxos raios pelas franças rendadas do jasmineiro.

O silêncio que ia pela noite nos sopitara. Ambos recolhíamos em nós para escutar as vozes íntimas, que, durante o crepúsculo da tarde e o crepúsculo do coração, cantam na alma o hino da saudade.

Ernesto falou. Sua voz pareceu afinar-se pelos ecos soturnos da noite.

— Também eu tive uma paixão, Paulo. Extravagante como a tua e mais triste... Oh! mil vezes mais... Uma paixão miserável.

— Por alguma cortesã?

— Não! exclamou com amargura no lábio. Não foi uma Camélia! Era...

Ergueu-se, correndo os olhos pelos alegretes do jardim. Quebrou a haste de uma saudade:

— Conheces esta flor?... A escabiosa?

Respondi-lhe com o gesto.

— É o símbolo da melancolia. Veste roxo como ela. Não sentes, roçando-a de leve, o doce e aveludado deste limbo, e o perfume delicado que exala? Aspira-a de mais perto. O

aroma evaporou-se; o veludo é áspero ao tato.

Falando, Sá arrancava os folíolos da saudade.

Despe-a da sua túnica aveludada. Olha! Só restam espinhos. Agora, nota como esta flor é seca. Espreme-se e não fica nas mãos a umidade sequer de uma lágrima, ou de uma gota de orvalho. Ela exauriu tudo... Entretanto, vê: a planta de que talo são esponjosos. A natureza os fez próprios para sugarem constantemente da terra o humor que não basta à sede insaciável da flor. Mísera flor! Assim foi ela, Paulo!

— Ela quem?

— Queres ouvir? Talvez te inspire um lindo volume como *Lucíola*.

Dirigiu-se a casa e voltou com uma fotografia colorida.

Recolhi para a senhora o que Sá me contou, conservando quando pude o delicado matiz da sua frase.

É outro perfil de mulher.

O presente fragmento, escrito em 1863 por José de Alencar sob o pseudônimo de G.M., conservou-se inédito até 1915, quando foi publicado na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, Campinas, ano XIV. fasc. III. N. 9 40.30 de setembro de 1915.

O ERMITÃO DE MUQUEM

(1864)

Bernardo Guimarães

Prefácio do romance O Ermitão de Muquém

ou

História da Fundação da Romaria de Muquém na Província de Goiás

Ao leitor

Cumpre-me dizer duas palavras ao leitor a respeito da composição do presente romance, o qual (seja dito de passagem) repousa sobre uma tradição real mui conhecida na província de Goiás.

Consta este romance de três partes muito distintas, em cada uma das quais forçoso me foi empregar um estilo diferente, visto como o meu herói em cada uma dela se vê colocado em uma situação inteiramente nova, inteiramente diversa das anteriores.

A primeira parte está incluída no Pouso Primeiro, e é escrita no tom de um romance realista e de costumes; representa cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. É verdade que o meu romance pinta o sertanejo de há um século; mas deve-se refletir, que é só nas cortes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e transformação de tempos em tempos pela continuada comunicação com o estrangeiro e pelo espírito da moda. Nos sertões, porém, costumes e usanças se conservarão inalteráveis durante séculos, e pode-se afirmar sem receio que o sertanejo de Goiás ou de Mato Grosso de hoje é com mui pouca diferença o mesmo que o do começo do século passado.

Do meio d'essa sociedade tosca e grosseira do sertanejo o nosso herói passa a viver vida selvática no seio das florestas no meio dos indígenas. Aqui força é que o meu romance tome assim certos ares de poema. Os usos e costumes dos povos indígenas do Brasil estão envoltos em trevas, suas história é quase nenhuma, incompletas e sem nexos. O realismo de seu viver nos escapa, e só nos resta o idealismo, e esse mui vago, e talvez em grande fictício. Tanto melhor para o poeta e o romancista; há largas enchanças para desenvolver os recursos de sua imaginação. O lirismo, pois, que reina n'esta segunda parte, a qual abrange os Pousos Segundo e Terceiro, é muito desculpável; esse estilo um pouco mais elevado e ideal era o único que quadrava aos assuntos que eu tinha de tratar, e às circunstâncias de meu herói.

O misticismo cristão caracteriza essencialmente a terceira parte, que compreende o quarto e último pousos.

Aqui há a realidade das crenças e costumes do cristianismo, unida à ideal sublimidade do assunto. Reclama, pois esta parte um outro estilo, em tom mais grave e solene, uma linguagem como essa que Chateaubriand e Lamartine sabem falar quando tratam de tão elevado assunto.

Bem sei que a empresa é superior às minhas forças; bom ou mau, ai entrego ao público o meu romance; ele que o julgue.

Ouro Preto, 10 de novembro de 1858

DIVA
(1864)
José de Alencar

A G.M.

Envio-lhe outro perfil de mulher, tirado ao vivo, como o primeiro.

Deste, a senhora pode sem escrúpulo permitir a leitura à sua neta. É natural que deseje conhecer a origem deste livro; previno pois sua pergunta. Foi em março de 1856. Havia dois meses que eu tinha perdido a minha Lúcia; ela enchera tanto a vida para mim, que partindo-se deixou-me isolado neste mundo indiferente. Senti a necessidade de dar ao calor da família uma nova têmpera à minha alma usada pela dor.

Parti para o Recife. A bordo encontrei o Dr. Amaral, que vira algumas vezes nas melhores salas da corte. Formado em medicina, havia um ano apenas, com uma vocação decidida e um talento superior para essa nobre ciência, ele ia a Paris fazer na capital da Europa, que é também o primeiro hospital do mundo, o estádio quase obrigatório dos jovens médicos brasileiros.

Amaral, moço de vinte e três anos, era uma natureza crioula de sangue europeu, plácida e serena, mas não fria; porque sentia-se em torno dela o doce e calmo calor das paixões em repouso. Minha alma magoada devia, pois achar, nesse contato brando e suave, a delícia do corpo alquebrado, recostando-se em leito macio e fresco.

Quanto a mim, Lúcia desenvolvera com tanto vigor em meu coração as potências do amor, que cercava-me uma como atmosfera amante, evaporação do sentimento que exuberava. Havia em meu coração tal riqueza de afeto que chegava para distribuir a tudo quanto eu via, e sobejava-me ainda.

Essa virtude amante, que eu tinha em toda a minha pessoa, exerceu sobre meu companheiro de viagem influência igual à que produzira em mim sua grande serenidade. Ele fora um repouso para minha alma; eu fui um estímulo para a sua.

Sucedeu o que era natural. Desde a primeira noite passada a bordo, fomos amigos. Essa amizade nascera na véspera, mas já era velha no dia seguinte. As confidências a impregnaram logo de um aroma de nossa mútua infância.

Separamo-nos em Pernambuco, apesar das instâncias de Amaral para que eu o acompanhasse à Europa. Durante dois anos nos carteamos com uma pontualidade e abundância de coração dignas de namorados. Em sua volta, estive comigo no Recife; escrevi-lhe ainda para o Rio; mas pouco tempo depois minhas cartas ficaram sem resposta, e nossa correspondência foi interrompida.

Decorreram meses.

Um belo dia recebi pelo seguro uma carta de Amaral; envolvia um volumoso manuscrito, e dizia: "Adivinho que estás muito queixoso de mim, e não tens razão.

"Há tempos me escreveste, pedindo-me notícias de minha vida íntima: desde então comecei a resposta, que só agora concluí: é a minha história numa carta.

"Foste meu confidente, Paulo, sem o saberes; a só lembrança da tua amizade bastou muitas vezes para consolar-me, quando eu derramava neste papel, como se fora o invólucro de teu coração, todo o pranto de minha alma."

O manuscrito é o que lhe envio agora, um retrato ao natural, a que a senhora dará, como ao outro, a graciosa moldura.

P.

O CULTO DO DEVER

(1865)

Joaquim Manuel de Macedo

PRÓLOGO

Há quinze dias pouco mais ou menos um homem de fisionomia muito agradável, apesar dos cinquenta anos de idade que devia ter, apresentou-se em minha casa: era para mim inteiramente desconhecido e não quisera anunciar-se pelo seu nome.

Recebi-o como me cumpria, mas não pude vencer a curiosidade que me inspiravam a sua inesperada visita e o incógnito que ele guardava.

— Ignoro a quem tenho a honra de dirigir-me, disse-lhe.

— Pouco importa o meu nome, respondeu-me, é um pobre e obscuro nome que ouviria pela primeira vez. Sou apenas um seu patrício que vem pedir-lhe um favor, dando-lhe uma prova de merecida confiança.

Agradei o cumprimento e esperei ouvir o pedido.

O desconhecido tirou do bolso um manuscrito que me pareceu pouco volumoso, e entregando-me disse:

— Confio-lhe estes papéis; peço-lhe que os leia com atenção; não é um romance, é uma história que escrevi sem pretensão, sem atavios, sem imaginar episódio algum, para dar-lhe ou aumentar-lhe o interesse; é a mais simples, porque é a mais verdadeira das histórias.

— Mas falou-me em pedir-me um favor, e o prazer que terei lendo este romance ou esta história, não é certamente o favor que lhe devo fazer.

— Não é, não; o favor que desejo merecer é que, se depois de ler o que escrevo, relatando fatos de que fui testemunha, julgar que vale a pena a publicação dessa história, apadrinhe-a com o seu nome, e a entregue à luz da imprensa; se porém não reputá-la digna do conhecimento do público, no fim de um mês eu voltarei para receber o meu manuscrito infeliz.

— Proponho a mais justa modificação a uma das condições com que me entrega o seu trabalho.

— E qual é?

— Em vez de tomar para mim a glória ou a responsabilidade de um romance ou história de que não sou autor, se eu a fizer imprimir, dar-lhe-ei por introdução ou prólogo à narração do que se está passando na visita com que me honra.

— Insiste na modificação que propõe?

— Positivamente.

— Nesse caso submeto-me a ela.

— Estamos de acordo.

O desconhecido, o autor incógnito que teimou em não confiar-me o seu nome, e que até hoje não me tornou a aparecer, apertou-me a mão e retirou-se.

Respeitando este mistério, e nem mesmo procurando esclarecê-lo, cumpro a promessa que fiz, oferecendo aos leitores do *Jornal do Commercio* a muito simples história de *Angelina*.

Ninguém espera encontrar nela nem o delírio das paixões, nem fatos extraordinários e sucessos surpreendentes que arrebatam a imaginação ou enredam o espírito.

É, como já disse, uma história de extrema simplicidade, mas na qual encontra-se ao menos uma sublime lição:

A lição do *dever*.

IRACEMA
(1865)
José de Alencar

Prólogo
(da 1ª edição)

Meu amigo.

Este livro o vai naturalmente encontrar em seu pitoresco sítio da várzea, no doce lar, a que povoa a numerosa prole, alegria e esperança do casal.

Imagino que é a hora mais ardente da sesta.

O sol a pino ardeja raios de fogo sobre as areias natais; as aves emudecem; as plantas languem. A natureza sofre a influência da poderosa irradiação tropical, que produz o diamante e o gênio, as duas mais brilhantes expansões do poder criador.

Os meninos brincam na sombra do outão, com pequenos ossos de reses, que figuram a boiada. Era assim que eu brincava, há quantos anos, em outro sítio, não mui distante do seu. A dona da casa, terna e incansável, manda abrir o coco verde, ou prepara o saboroso creme do buriti para refrigerar o esposo, que pouco há recolheu de sua excursão pelo sítio, e agora repousa embalando-se na macia e cômoda rede.

Abra então este livrinho, que lhe chega da corte imprevisto. Percorra suas páginas para desenfasiar o espírito das cousas graves que o trazem ocupado.

Talvez me desvaneça amor do ninho, ou se iludam as reminiscências da infância avivadas recentemente. Se não, creio que, ao abrir o pequeno volume, sentirá uma onda do mesmo aroma silvestre e bravio que lhe vem da várzea. Derrama-o, a brisa que perpassou nos espatos da carnaúba e na ramagem das aroeiras em flor.

Essa onda é a inspiração da pátria que volve a ela, agora e sempre, como volve de continuo o olhar do infante para o materno semblante que lhe sorri.

O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio das recordações vivaces de uma imaginação virgem. Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os murmúrios do vento que crepita na areia, ou farfalha nas palmas dos coqueiros.

Para lá, pois, que é o berço seu, o envio.

Mas assim mandado por um filho ausente, para muitos estranho, esquecido talvez dos poucos amigos, e só lembrado pela incessante desafeição, qual sorte será a do livro?

Que lhe falte hospitalidade, não há temer. As auras de nossos campos parecem tão impregnadas dessa virtude primitiva, que nenhuma raça habita aí, que não a inspire com o hálito vital. Receio, sim, que o livro seja recebido como estrangeiro e hóspede na terra dos meus.

Se, porém, ao abordar as plagas do Mocoripe, for acolhido pelo bom cearense, prezado de seus irmãos ainda mais na adversidade do que nos tempos prósperos, estou certo que o filho de minha alma achará na terra de seu pai, a intimidade e conchego da família.

O nome de outros filhos enobrece nossa província na política e na ciência; entre eles o meu, hoje apagado, quando o trazia brilhantemente aquele que primeiro o criou.

Neste momento mesmo, a espada heróica de muito bravo cearense vai ceifando no campo da batalha ampla messe de glória. Quem não pode ilustrar a terra natal, canta as suas lendas, sem metro, na rude toada de seus antigos filhos.

Acolha pois esta primeira mostra para oferecê-la a nossos patrícios a quem é dedicada. Este pedido foi um dos motivos de lhe endereçar o livro; o outro saberá depois que o tenha lido.

Muita cousa me ocorre dizer sobre o assunto, que talvez devera antecipar à leitura da obra, para prevenir a surpresa de alguns e responder às observações ou reparos de outros.

Mas sempre fui avesso aos prólogos; em meu conceito eles fazem à obra, o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário. Por isso me reservo para depois

Na última página me encontrará de novo; então conversaremos a gosto, em mais liberdade do que teríamos neste pórtico do livro, onde a etiqueta manda receber o público com a gravidade e reverência devida a tão alto senhor.

Rio de Janeiro, maio de 1865.

J. DE ALENCAR

MANUEL DE MORAES

(1866)

João Manuel Pereira da Silva

DUAS PALAVRAS

AO LEITOR

Encontra-se na *Biografia lusitana* do abade Diogo Barbosa uma sucinta noticia de Manuel de Moraes, nascido em São Paulo (Brasil), pelos fins do século XVI, ou princípios do XVII; autor de uma História da América, que se perdeu inteiramente, e de uma memória em pró da aclamação d'el-rei D. João IV, publicada em Leyde (Holanda), no ano de 1641, com o titulo de *Prognostico y respuesta á una pergunta de un caballero muy ilustre sobre las cosas de Portugal*; condenado pelo tribunal do Santo Oficio, relaxado em estatua no auto de fé de 6 de Abril de 1643, por apostata da religião católica, e casado com mulher carismática; e falecido enfim em Lisboa, naturalmente, segundo o dizer de varias tradições; pela violência, conforme outras não menos procedentes.

Falando dele igualmente *Innocencio Francisco da Silva no seu Diccionario biographico e bibliographico portuguez e brasileiro*, acrescenta que pertencera á companhia de Jesus em São Paulo, e fôra garroteando no auto de fé de 15 de Dezembro de 1647.

Outros escritores, que procurarão lembrar-lhe também o nome, e nós particularmente no suplemento anexo á obra dos *Varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniais*, repetirão somente o que avançara o abade Diogo Barbosa, porque nem uns esclarecimentos lograrão mais a este respeito, por maiores pesquisas que houvessem cometido.

Parece, pois evidente que se não poderá jamais esboçar um estudo biográfico e regular acerca de Manuel de Moraes, por lhe faltarem os elementos precisos que illustrem e aclarem a fisionomia, vida e feitos de um varão tão distinto, e cuja existência é, todavia incontestável.

No desejo, porém de torna-lo conhecido dos leitores, e de pôr a limpo a sua original e extravagante personalidade, traçamos proceder em relação ao escritor paulista como o fizemos a respeito do poeta português Jeronymo Corte Real, cuja biografia nos legarão, todavia menos incompleta os autores passados.

A crônica de Corte Real terá assim uma imitação na de Manuel de Moraes. Compreendia aquela a pintura da nação e da sociedade portuguesa durante os últimos dias de D. Sebastião até o jugo castelhano. Encerrará esta a descrição dos sucessos ocorridos durante o século XVII em São Paulo e nas missões jesuíticas de Guayrá; em Pernambuco e nas guerras dos Holandeses; nos Países Baixos e na emigração dos judeus portugueses; em Portugal e no predomínio sangrento da Inquisição.

Confundir-se-ão no mesmo quadro a historia real e a imaginação aventureira. Não é este o ramo mais popular da moderna literatura, a formula mais estimada pelo publico da atualidade?

MEMÓRIAS DO SOBRINHO DE MEU TIO

(1867)

Joaquim Manuel de Macedo

PRÓLOGO

Faço com a indispensável solenidade literária a declaração de que vou escrever as minhas Memórias; entro, sem dizer porque, na teoria do único amor, retrato os meus semelhantes, escorrego do prólogo acima ou do prólogo abaixo e caio sobre um animal que não posso classificar, cuja cara, porém descrevo, e desasadamente ando às tontas entre as regras do prólogo e a filosofia da escola de que sou sectário e é mestre o governo do Brasil, digo e me contradigo, prometo e falto, juro e perjuro, e não levo ainda além a extravagância, porque termino o prólogo.

Escreverei as minhas *Memórias* e, portanto a história da minha vida, vida jeitosa e ilustre, como a de muitos outros varões ilustres da nossa terra que são o meu retrato *por dentro*, embora nenhum deles queira se parecer comigo *por fora*.

Semelhança *por dentro*, dissemelhança *por fora* é simples questão de aparências que no fundo não pode prejudicar a fidelidade do retrato da família, pois que os pronunciados traços característicos que denunciam a nossa irmandade, estão muito mais no miolo do que na casca.

Escreverei, pois as minhas *Memórias*, serei o Plutarco de mim mesmo, fato mais freqüente do que se pensa, observado no mundo industrial, artístico, científico e, sobretudo no mundo político, onde muita gente boa se faz elogiar e aplaudir em brilhantes artigos biográficos tão espontâneos, como os ramalhetes e as coroas de flores que as atrizes compram para que lh'os atirem na cena os comparsas comissionados.

Eu reputo esta prática muito justa e muito natural; porque não compreendo amor e ainda amor apaixonado mais justificável do que aquele que sentimos pela nossa própria pessoa.

O amor do *eu* é e será sempre a pedra angular da sociedade humana o regulador dos sentimentos, o móvel das ações, e o farol do futuro: do amor do *eu* nasce o amor do lar doméstico deste o amor do município, deste o amor da província, deste o amor da nação, anéis de uma cadeia de amores que os tolos julgam que sentem e tomam ao sério, e que certos maganões envernizam, mistificando a humanidade para simular abnegação e virtudes que não têm no coração e que eu com a minha exemplar franqueza simplifico, reduzindo todos a sua expressão original e verdadeira, e dizendo, lar, município, província, nação, tem a flama dos amores que lhes dispenso nos reflexos do amor em que me abraso por mim mesmo: todos eles são o amor do *eu* e nada mais: a diferença está em simples nuances determinadas pela maior ou menor proporção dos interesses e das conveniências materiais do apaixonado adorador de si mesmo.

Exempli gratia:

Façamos de conta que o mundo acaba de ser felicitado e enobrecido pelo nascimento de senhor *Qualquer-coisa*.

O senhor *Qualquer-coisa* ama o lar doméstico pelos seios da ama que o aleita, depois pelas bonecas que lhe dá a mãe, mais tarde pelo *pequira* que o pai comprou para ele: cresce em anos e ama o município porque é aí escrivão, ou coletor de rendas públicas; passa a amar a província, porque é arrematante de obras provinciais, oficial de secretaria, ou diretor disto ou daquilo: sobe ao amor da nação porque tem por ofício ser presidente de província, já é deputado, e deseja muito a morte de um tio que é senador, para ver se lhe apanha o legado da cadeira

dulcíssima dos augustos e digníssimos ex-candidatos eleitorais.

Pergunto agora: o senhor *Qualquer-Coisa* não é o espelho fiel em que se reproduzem as imagens da maior parte dos nossos beneméritos? Como querem que eu sinta e pense, como devo pensar e sentir em um país, cujas altas escalas sociais estão principalmente ocupadas pela numerosa família dos senhores *Quaisquer-coisas*?...

Ainda não dei principio a minhas *Memórias* e já em meia dúzia de linhas fiz brilhar os retratos de uma grossa dos beneméritos atuais da nossa pátria.

Esta consideração serve para assinalar a extraordinária importância da obra monumental a que me proponho a escrever.

Convenho em que já me desviei um pouco do assunto especial e obrigado do *prólogo* de um livro, o que é erro grave, porque o *prólogo* é sempre uma coisa séria e estúpida, como a cara oficial de um ministro de estado em dia de crise do gabinete; note-se porém que eu disse — *cara oficial* —; porque todo ministro de estado tem, pelo menos, uma cara natural, e uma cara oficial; e há ministro de estado que tem mais de cinqüenta caras.

O ministro de estado *polifronte* não é raro; é porém um animal que ainda precisa ser estudado cientificamente.

Declaro que tenho profundos conhecimentos de zoologia; mas nem por Isso me foi possível até hoje classificar com segurança o ministro de estado *polifronte*.

O mais que pude estabelecer, não sem dificuldades e objeções de algum peso, é que esse animal pertence ao tipo dos vertebrados; chegando, porém ao exame da classe que lhe deve competir, não dei um passo nem para diante nem para trás, porque o curioso animal se acha muito bem colocado em qualquer das cinco classes daquele tipo.

Que é *mamífero*, não se pode contestar, pois aleita, embora a custa da nação, centenas de filhotes que compõem a sua imensa ninhada que se chama ou é a maioria artificial que ele próprio engendra.

Que é *ave*, tudo o demonstra; porque não só modula et Arina, e ainda conforme as suas numerosas espécies, este é águia pelo vôo, aquele águia pelas unhas, um papagaio que repete o que lhe ensinam, e dá o pé a seu dono, Outro coruja pelo símbolo que representa; mas também porque a oposição o *depena*, e o deixa, pelo menos, sem asas, poupando-lhe as penas de cauda para que esta se mostre completa na exposição dada ao público.

Que é *réptil*, tudo indica, porque rasteja pela terra, e morde até a quem o aqueceu no seio, como a serpente; é guloso, devorador a ponto de engolir sem mastigar, como o jacaré, e assemelha-se à tartaruga pelo número dos ovos que empolha, e pelo das tartaruginhas que vai arranjando para glória da nação.

Que é *anfíbio*, todos sabem, pois é capaz de viver no mar, e na terra, e até viveria perfeitamente no inferno: onde não pode viver é no céu.

Que é *peixe*, ninguém o ignora, porque em primeiro lugar a isca é a sua paixão; em segundo tem escamas com as quais nada para o sul ou para o norte, conforme as marés cheias do seu interesse; e em terceiro lugar, porque tem espinhas, e tão grandes que há muitos anos anda o Brasil engasgado com elas.

Como se há de classificar um animal assim?

Bouffon se limitaria a descrevê-lo, e descrevendo-o, ocupar-se-ia em falar das caras do ministro de estado polifronte sem meter-se em camisa de onze varas, pretendendo decifrar-lhe o coração.

E que multiplicidade de caras!

Cara de organização de gabinete, expansiva e pronta para exprimir todos os sentimentos.

Cara de apresentação de programa — com ares de sacrifício, insondável grave, dura, como a do convidado de pedra.

Cara de primeiro dia de conselho no paço, meiga, contemplativa como tendo a alma em êxtases, comprida e fazendo sempre inclinações de cima para baixo, como a de manso cavalo de montaria.

Cara de arranjo de maior risonha, alentadora, promissora, e até patusca; mas pronta a modificar-se em ameaçadora, colérica, vingativa, como a face de Júpiter ao empunhar o raio.

Cara de dia de despacho na secretaria, amarrotada, enfadada, mal-criada e tudo que acaba em nada.

Cara de hora de aperto por emprego que pouco antes dera, cedendo ao empenho de um compadre *imprescindível*, e apesar dos compromissos tomados com um deputado ministerial que pedira o *arranjo* para si e que com ele contava: cara mefistofélica, enrugada, misteriosa, transpiradora de segredo fingido, dizendo em contrações eloqüentes: “que havia de eu fazer? o *homem* não quis...”

Cara de resposta à oposição em minoria, sarcástica, desprezadora, soberba, como a de quem manda plantar batatas a todo ignóbil vulgacho.

Cara de crise que começa a pronunciar-se: aquela cara séria e estúpida que eu chamei de *prólogo*, e que melhor se chamará cara de epílogo de romance desconchavado, ou de desfecho de comédia burlesca.

Cara de crise sem remédio e sem remendo, e de queda sem recurso, transtornada, quase chorona, desconsolada, como a de ator que fez *fiasco* e que é despedido pelo empresário da companhia.

Quantas caras e, todavia não são só estas!

Mas estas só que caras!

Vou reproduzi-las em miniatura.

Cara de nenê que faz festa, vendo a tetéia que vão lhe dar.

Cara de Tartufo representando a primeira cena de hipocrisia.

Cara de animal de sela que parece pedir que o cavalguem.

Cara de mercador de verduras que trata de arranjar freguesia.

Cara de vilão que se acha com a vara na mão.

Cara de mordomo que caloteia a confraria e lança a culpa sobre o juiz.

Cara de Nabucodonosor pouco antes de comer capim.

Cara de comilão que vê o caldo entornado.

E cara de dançarino que torceu o pé em uma pirueta.

Há muitos ministros de estado... vou mal: os ministros de estado são sete, e sete não são muitos.

Corrijo o erro em que ia incorrendo.

Tem havido muitos e haverá ainda agora e no futuro (vejam que me estou segurando pelas pontinhas) alguns ministros de estado que são homens e diferem muito do animal que não pude classificar, ministros (por me apertarem muito) que não têm algumas, e enfim (se me apertam a sufocar!) nenhuma das caras que desenhei.

Não ofendo, pois diretamente a quem por que seja: não admito que haja ministro de estado, passado, presente, nem futuro que tenha o direito de queixar-se ou de ressentir-se do que com inteira verdade acabo de escrever; se algum, porém se queixar, podem ter a certeza de que é o *bicho*.

Mas...

Lá se foi a regularidade, a pureza artística do meu *prólogo*! estou vendo que ele acaba em moxiniçada tão patente, em observação das regras tão às avessas, e em engano tão às direitas, que me acharei obrigado a trocar-lhe o nome de *prólogo* pelo de — *memorandum* diplomático ou declaração de amor de namorado de velha rica, o que vem a dar na mesma coisa.

Não: assim não será: jurei que escreveria um *prólogo* para a minha obra.

Não saio mais do prólogo.

Continuo: e para ligar as idéias cujo fio cortei, lá vai uma tirada da mais pura filosofia.

A vida do homem é um enorme acervo de erros misturados com um punhado de acertos abismados em um dilúvio de nulidades. Cada erro, cada acerto, cada nulidade é obra de um momento quase imperceptível que se chama o *presente*, e vão todos se ajuntando em montões mais ou menos escuros que formam o *passado*, sorvedouro imenso, que tem o tragadouro aberto para engolir os desenganos que têm de sair do seio misterioso de um monstro que está sempre em gravidez de esperanças e em parto de desilusões e que se denomina *futuro*.

O *presente*, (já alguém o disse, e, se ninguém o disse, digo-o eu agora), é espaço que medeia entre o *taque* que bateu e o *tique* que vai bater a pêndula do relógio da vida.

A vida humana é, portanto uma teta, homérica e tremenda; pois consta principalmente do que não existe; porque sem cessar corre entre o tempo que já passou, e o tempo que ainda não chegou.

Todavia os homens de juízo, aqueles que observam com escrupulosa solicitude o culto de seu *eu*, descobriram o segredo de iludir a *teta* homérica, a lei da natureza, reduzindo, ou antes, elevando a vida exclusivamente ao *presente*.

A coisa parece absurdo; mas não é; porque o homem de juízo não faz caso nem dá contas do seu *passado*, e não pensa no *futuro* senão para perpetuar e multiplicar por todos e quaisquer meios os gozos que está fruindo: os gozos que desfrutou são bagaços de frutos que deitou fora, os que está gozando representam a verdadeira vida, os que hão de gozar são frutos que estão amadurecendo, e por pior que corra o tempo, sempre escapa alguma fruta, que perpetua o gozo.

Não pensem que esta filosofia é minha só: não é de uma escola filosófica muito nobre, elevada e prestigiosa: o chefe da escola é o governo do Brasil.

O governo não o diz por modéstia; mas os fatos, a vida e o proceder constante, refletido, sábio dessa entidade política que chamamos governo, triunfam dos véus da sua modéstia, e patenteiam a verdade.

Digam-me os que duvidarem: já houve no Brasil governo que aproveitasse as chamadas lições do *passado*, e que compreendesse e criasse uma série de medidas que tivessem relação com o *futuro*?

Há uns dezoito anos que o governo do Brasil resolveu acabar e acabou definitivamente com o tráfico de africanos escravos, único viveiro de braços para a agricultura, e em dezoito anos não soube fazer coisa alguma, não adiantou idéia para realizar a colonização ou a emigração supridora dos braços que deviam faltar, que foram faltando, que cada dia faltam mais. Em dezoito anos nada! — *de dez vai um e oito nove e nada*: o governo do Brasil sabe pelo menos a taboada, que o Tico-tico ensinava.

É certo que durante esses três lustros e três anos despenderam-se alguns milhares de contos de réis em nome da colonização e da emigração; mas se examinarem bem a verdade dos fatos, hão de todos reconhecer que em resultado de tais despesas o que houve foi simples emigração do dinheiro do tesouro nacional para os bolsos de alguns felizes, que com toda a razão acharam extraordinária utilidade para o país nos *colonos-patações*, e nas *onças-emigrantes* que povoaram os seus cofres.

Eis ai, pois resplendendo ufanosa a escola filosófica do governo: o esquecimento do passado, os gozos do presente, e o descuido e abandono do futuro.

Outro exemplo:

A fonte da riqueza pública no Brasil é quase exclusivamente a agricultura: os vegetais são como os animais sujeitos a moléstias: os nossos dois principais produtos eram o açúcar da cana, e o café: dois só se adocessem os dois, ficávamos em maré de miséria: pois bem: o

governo do Brasil cuidou algum dia da sua vida em explorar, animar, desenvolver alguma outra indústria agrícola? Nem caso! a cana estava dando açúcar, o cafezeiro café, viva a pátria.

E eis senão quando dá o bicho na cana, e a praga no cafezeiro! estávamos bem aviados!

Mas a Providência Divina teima em acudir ao Brasil: a União Norte-Americana desaba em guerra fratricida, e queima e destrói os algodoeiros do Sul: foi o que valeu: o algodão cobriu os prejuízos da praga do cafezeiro, e do bicho da cana.

Se não fosse a Providência Divina, a sabedoria do nosso governo teria ficado dupla e simbolicamente representada pelo bicho e pela praga.

E tudo isso por quê? Porque o governo do Brasil é filósofo e mestre da escola à que pertenco, e que se funda no esquecimento das lições do *passado*, nos gozos do *presente*, e no desprezo dos cuidados do *futuro*.

Escola sublime! dói-me que o nosso governo seja apenas o seu atual grifo-mestre e foi o seu fundador: neste ponto é a glória única que lhe falta; mas diga-se a verdade: o fundador da escola foi Luiz XV que a iniciou em França, dizendo: "*quem vier atrás, que feche a porta.*"

O diabo é que em política no século XIX quem fecha uma porta, abre outra, e quando não quer abrir, às vezes o povo arromba.

Mas ainda bem que o nosso governo não é governo de portas, é de janelas: é um governo que não abre, nem fecha, é uma coisa que se parece muito com qualquer outra coisa, excepto com governo.

Misericórdia! e o prólogo?...

Ali! deixo-me levar pela corrente das idéias, como um chefe de polícia pelo encantamento do arbítrio!

Mas desta vez juro que não tornarei a ultrapassar os limites naturais do *prólogo*.

Encadeiemos outra vez as idéias.

Eu tinha em quatro palavras lançado ou exposto as bases da escola filosófica que sigo, iludindo o despotismo do tempo, e compreendendo a vida sem *passado*, e quase sem *futuro*, exclusivamente vivida nos gozos do *presente*.

Sendo assim, parece uma contradição que eu me resolvesse a escrever as minhas *Memórias*, porque o objeto de todas as *Memórias* está na relação de fatos que pertencem ao domínio do *passado*.

Desçam, porém ao âmago das coisas que não hão de achar contradição: o assunto de todas as *Memórias* é sem dúvida e sempre a desarrumação do *passado*; mas o seu motivo, como o de todos os escritos e livros, é o gozo do *presente*, é a satisfação da vaidade do autor: até nas próprias *Memórias de Além-túmulo* o homem, furioso por não poder escapar à morte, goza, escrevendo-as, a consolação *sui-generis* de preparar um logro à morte, revivendo e immortalizando-se nos aplausos e na admiração que a sua obra deve excitar.

Todavia cumpre-me declarar que nenhuma destas considerações influiu no meu mimo, provocando-me a escrever.

As minhas *Memórias* são nada mais e nada menos do que uma desforra e um castigo.

Eu conto a história com todos os seus pontos e vírgulas em um ou dois períodos do tamanho de todo o trabalho de própria lavra que certos ministros à moderna têm nos relatórios que assinam e apresentam.

Liguei-me (*liguei-me* é exatamente o verbo apropriado) há poucos meses, a um círculo, digo mal a um arco do círculo influente da situação política: escolhi o arco, onde se envergavam os homens mais notáveis da minha escola filosófica; fiz com eles comércio de amizade, e prestei-lhes relevantes serviços sob a condição de adotarem a minha candidatura a deputado da assembléia geral legislativa por qualquer distrito de qualquer das províncias do Império. Firmou-se o contrato bilateral com juramento: quem não assinou o contrato, foi o

povo que me devia eleger, isso, porém não me preocupou; porque o povo só por exceção elege aqui ou ali alguns deputados.

Pois bem! acabam de falar em nome das urnas, acabam de se publicar os despachos eleitorais, e fiquei logrado!... fiquei atirado no meio do povo soberano das galerias a olhar desapontado para o salão-babel do *peço a palavra*.

Lograram-me! lograram ao seu mais parecido, ao vero espelho que reproduz suas imagens! lograram-me: hão de pagar-me.

Pensei, refleti, e planejei uma desforra de estudante em hora de folga na academia, de soldado em quartel de inverno, ou de frade depois do coro.

Os Tartufos que me lograram e eu, pertencemos todos a mesma escola filosófica e política, à escola do amor exclusivo *do eu*, do gozo do *presente*, a escola da barriga física e moral.

Há, porém entre mim e eles uma única, mas considerável distinção: eu patenteio, confesso o que sou, e eles escondem o que são, e fingem ser o que não são.

Eu sou calvo; mas não encubro a falta dos cabelos.

Eles são carecas; mas trazem perfeitíssimas cabeleiras.

Eu nunca em minha vida andei disfarçado.

Eles trazem sempre máscara cobrindo a cara, capote envolvendo o corpo.

Esta diferença entre mim e eles inspirou-me a mais completa desforra da decepção por que me fizeram passar.

Escrevendo as minhas *Memórias* confessarei o que sou, e o que não encubro; e ao mesmo tempo patenteari o que eles são, e o que eles fazem, e que cuidadosamente procuram esconder.

Arrancarei as máscaras.

Rasgarei os capotes.

Porei as calvas à mostra.

Eis o motivo e o fim das minhas *Memórias* que hoje começo a escrever.

Não receio patentear-me tal qual sou, homem de *eu* ganhador político de gravata lavada, barrigudo por instinto e por convicção.

Não receio por duas razões: aí vão elas.

Primeira razão: não dando, não publicando o meu nome de batismo, e o meu nome de família, não haverá abelhudo por mais astuto que seja, que consiga descobrir o impenetrável incógnito que me defende: apresento-me como - *Sobrinho de Meu tio* —, e desafio a que me distingam e me reconheçam no meio do formigueiro dos *Sobrinhos de seus tios* que hoje em dia superabundam nas altas escalas sociais, e nas mais brilhantes posições oficiais.

Segunda razão: admitindo por hipótese que me arrasassem o segredo do anônimo, e me denunciassessem ao público com os meus nomes de batismo e de família, que mal daí me resultaria?

No Brasil ainda não houve homem perdido, homem morto moralmente nem pelas indignidades, nem pela concussão, quanto mais pela franqueza do egoísmo, e do interesse material na vida política e administrativa.

No Brasil ninguém morre moralmente, enquanto não morre fisicamente, exceto os criminosos pobres condenados pelo júri.

Nas camas de tábuas duras da Casa de Correção dorme muita gente, que é menos vil, e menos criminosa, do que alguns ou talvez muitos que se deitam livremente em colchões fofos, e macios, que se envolvem em Cobertas da seda para passar a noite, e que de dia tombam da chamada consciência pública ostentando a opulência que bem ou mal adquirida é sempre a mais preciosa e considerada das recomendações; ou que, no mundo político, pulando de partido em partido, não tendo crenças nem fé, subindo *por* isso cada dia mais, explorando em

seu proveito à fortuna pública, rindo-se dos tolos, enganando a todos, vão andando seu caminho sem se incomodar com as pragas do povo, e com a gritaria dos Censores que ficam por fim de bocas abertas, admirando essa vitalidade corrupta, essa putrefação que tem vida.

Não tenho medo de morte moral na minha terra: o Brasil é um país criado amorosamente por Deus, e conquistado ao seu inocente povo pelos diabos.

Olhem para o que vai por aí e decidam se tem ou não fundamento a minha confiança na impunidade do vício agalado e na regeneração dos leprosos-morais.

Há empregados demitidos de repartições fiscais por prevaricação provada, e poucos meses depois reintegrados nos mesmos, ou arranjados em melhores empregos.

Há negociante tantas vezes quebrado que parece ter negócio de falências e que quanto mais quebra, mais se regenera.

Há presidentes de províncias exonerados pela sua desenvoltura no arbítrio e nas violências e logo depois e pelo mesmo ministério nomeados para presidir outras províncias.

Há chamados estadistas que apenas entram no governo, encalham a nau *do Estado*, e logo que alguns outros menos desastrados conseguem fazê-la safar, voltam eles, sem se saber por que, a tomar conta do leme.

Há ministros comparsas que espantam os próprios amigos pela sua incapacidade: pois são uns achados!, em qualquer nova organização ministerial, podem contar com eles no museu da Combinação.

Há...

E *o prólogo?* faltei ao meu juramento como todos os namorados e a maior-parte das testemunhas de processos de caráter político.

Sou incorrigível como um jogador, como um vadio de profissão, como um parasita do tesouro, como um deputado que arruma a vida, como um ministro cortesão, como um cortesão que adula o rei no paço, e o difama *em segredo* na praça.

Mas protesto e juro de novo que não haverá mais atração nem escorregar de idéias que me façam esquecer o *prólogo*.

E pelo sim, pelo não, pois que não conto muito comigo, vou em duas palhetadas chegar ao ponto final.

Já escrevi uma vez na minha vida, uma única: foi quando tomei aqueles apontamentos de viagem na *Carteira de Meu Tio*: houve quem desse ao prelo esse desconchavado trabalho e dizem-me que saiu nele tanta coisa sem nexos, sem luz, e sem fundo que foi tal qual um jogo de disparates; mas então ao menos tinha eu por colaborador o meu compadre *Paciência!* agora não sei como me hei de improvisar *memorista*.

Quero, porém escrever.

Aceite o público estas *Memórias*, como obra generosa, virginal, puríssima, inspirada exclusivamente pelo *amor da pátria*.

E verdade que eu já confessei que vou escrever por desejo de vingança, por empenho de desforra da derrota da minha candidatura; mas o público já tem aceitado e recebido tantos contrabandos, tantas falcatruas da ambição, tantos desconcertos e desatinos da inveja, tantas obras desordenadas do Ódio com o nome ou em nome do *amor da pátria*, que, apesar da minha ingênua confissão, pode fazer igual favor a estas *Memórias*.

Estou em meu pleno direito exigindo tal obséquio. O público tem estômago de ema: engula e digira, pois mais esta peta.

Por que não há de o público aceitar, engolir e digerir em nome do *amor da pátria* as *Memórias do Sobrinho de Meu Tio?*

O público aceita, engole, digere — boletins do teatro da guerra recheados de mentiras, publicados por amor dos cobres, e vendidos por *amor da pátria*;

Notícias oficiais das operações do exército e da armada na mesma campanha do Paraguai compostas de uma quarta parte de verdades e de três quartas partes de carapetões guerreiros, e tudo isso calculado pelo *amor da pátria*:

Discussões de carne verde, de bois magros e bois gordos, de princípios econômico-liberais adubados com chouriço de carnicheiros, e revolvidos no matadouro do *amor da pátria*:

Conciliações e ligas, coalisões, diretorias centrais, núcleos, programas, e o diabo a quatorze em política, em que entram uns por inocência, outros por divertimento, outros por ambição, outros por curiosidade, outros por patuscada, outros por faro do ganho, e todos proclamadamente por *amor da pátria*:

Ministérios sem cor, sem princípios, sem idéia de futuro, sem base na opinião (que teima sempre em ser alguma coisa), sem consciência, sem capacidade e carregados, como fardos sem préstimo, pelo povo submisso em nome do *amor da pátria*.

Ah! o público a carregar, e o *amor da pátria* a enfardar, a enganar, a encapotar, a mascarar, a arranjar, a...

E o *prólogo*?

Protesto, assevero, juro que nunca, absolutamente nunca mais, haja o que houver, aconteça o que acontecer, nunca mais tornarei a afastar-me da matéria precisa do meu *prólogo*; porque...

Porque acabei o *prólogo*.

POST-SCRIPTUM

O *ponto* que chamei *final* pode muito bem ser simples *pausa de suspensão*. A segunda parte destas *Memórias* é uma coisa que está na ordem das coisas; mas vejo tudo muito escuro, e não quero fazer promessas vis: é possível que a noite se torne ainda mais tenebrosa, e que eu me resolva a não sair à rua para não me expor a encontrões perigosos.

Em todo caso já aí fica pregado por mim um longo sermão, e como é de regra que os nossos pregadores terminem os seus sermões, pedindo três Ave-Marias pelas almas do purgatório, eu remato aqui o meu, pedindo também três Ave-Marias; estas, porém para que Deus nosso Senhor dê mais juízo ao nosso governo e aos nossos homens políticos. Amém.

O RIO DO QUARTO

(1869)

Joaquim Manuel de Macedo

PARA SE LER OU NÃO SE LER

Um célebre poeta polaco, descrevendo em magníficos versos uma floresta encantada do seu país, imaginou que as aves e os animais ali nascidos, se por acaso longe se achavam, quando sentiam aproximar-se a hora de sua morte, voavam ou corriam e vinham todos expirar à sombra das árvores do bosque imenso, onde tinham nascido.

O amor da pátria não pode ser explicado por mais bela e delicada imagem.

Coração sem amor é um campo árido, quase sempre ou sempre cheio de espinhos e sem uma única flor que nele se abra e o amenize.

Haveria somente um homem em quem palpitasse coração tão seco, tão enregelado e sem vida de sentimentos; o homem que não amasse o lugar do seu nascimento.

Depois dos pais que recebem nosso primeiro grito, o solo pátrio recebe nossos primeiros passos: é um duplo receber que é duplo dar.

As idéias grandes e generosas dilatam o horizonte da pátria; a religião, a língua, os costumes, as leis, o governo, as aspirações fazem de uma nação uma grande família, e de um país imenso a pátria de cada membro dessa família.

Mas, deixem-me dizer assim, a grande não pode fazer olvidar a pequena pátria; dessa árvore majestosa que se chama a nação, o país, não há quem não sinta que a raiz é a família e o berço pátrio.

Há nesse santo amor uma escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.

Com efeito é impossível negar que em suas naturais e suavíssimas predileções o coração distingue sempre entre todos os distritos, cidades e diversos pontos do país o torno limitado do berço pátrio; pobre ou mesquinho, esquecido ou decadente, agreste ou devastado é sempre amado por nós e sempre grato para nós.

Por isto e por muito mais, é porque foi meu berço, e berço daqueles a quem mais amei e amo, é porque no seu seio tenho sepulturas queridas, é porque me guarda em seus lares amigos dedicados, é porque desejo ter em seus campos um abrigo na minha velhice que começa, e no seu cemitério um leito para dormir o último sono, é enfim por todos esses laços da vida e da morte que a vila de Itaboraí me é tão querida.

Diz a consciência que tenho evitado esforços, embora sem fruto, para dar a meu pátrio berço a animação e progresso a que tem direito e de que precisa; mas nem me desanimou ainda a má fortuna que até agora esterilizou meus empenhos; nem me creio desobrigado de pagar novos tributos de amor à terra a quem devo tanto, e a seus filhos que são meus irmãos.

Agora, pois, e enquanto mais prósperos tempos se esperam, e mais oportunos ensejos se demoram para trabalhos de outra natureza, provarei com a rude pena de que posso dispor, escrever coisas da minha terra, e tornar conhecidos alguns encantos que a embelezam.

Vou referir em pequenos romances diversas tradições e histórias de tempos que lá foram, de que hoje poucos se lembram, de que ninguém mais se lembraria daqui a alguns anos.

Há sempre mais ou menos poesia nas tradições, nas velhas histórias da nação do passado.

Sei que no nosso país ainda há *sábios* que maldizem de tudo quanto tem relação com a

poesia.

Não escrevo para os *sábios*:

Escrevo para ser lido por aqueles que compreendem que as tradições romanescas do passado enchem de interesse e de encanto a terra, que as soube guardar, perpetuando-as nos nomes dos seus rios, nas cruces levantadas à beira das estradas e nas capelas e ermidas solitárias.

Protesto, que não inventarei.

Hei de repetir o que tenho ouvido — tradições bem fundadas umas — evidentemente filhas da imaginação outras; — todas porém convergindo para poetizar o belo torrão, onde nasci.

Já comecei a escrever a história do meu país e tenho escrito romances imaginando, como melhor pude, nestes últimos por minha conta o risco: que muito é que eu reproduza agora em dois ou três volumes as histórias e os romances que outros me contaram ou imaginaram?

Sou neste ponto pecador velho e incontrito, mau grado certos *homens sérios* que me condenam.

Rio-me dos tais juizes, e escrevo.

AS VÍTIMAS ALGOZES

(1869)

Joaquim Manuel de Macedo

AOS NOSSOS LEITORES

I

Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em as já saberdes e que pode consistir o único merecimento que porventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer.

Serão romances sem atavios, contos sem fantasias poéticas, tristes histórias passadas a nossos olhos, e a que não poderá negar-se o vosso testemunho.

Não queremos ter segredos, nem reservas mentais convosco.

É nosso empenho e nosso fim levar ao vosso espírito e demorar nas reflexões e no estudo da vossa razão fatos que tendes observado, verdades que não precisam mais de demonstração, obrigando-vos deste modo a encarar de face, a medir, a sondar em toda sua profundidade um mal enorme que afeia, infecciona, avilta, deturpa e corrói a nossa sociedade, e a que a nossa sociedade ainda se apega semelhante a desgraçada mulher que, tomando o hábito da prostituição, a ela se abandona com indecente desvario.

E o empenho que tomamos, o fim que temos em vista adunam-se com uma aspiração generosa da atualidade, e com a exigência implacável da civilização e do século.

II

Sob as apreensões de uma crise social iminente, infalível, que a todos há de custar direta ou indiretamente onerosos sacrifícios, o povo brasileiro, e particularmente os lavradores, esperam ansiosos, entre receios por certo justificáveis e clamores que se explicam sem deixar, o pronunciamento legal e decisivo da solução do problema da emancipação dos escravos.

Este estado de dúvidas aflitivas sobre o futuro, de temor dos detrimentos que se hão de experimentar, e que o de costume e certa desconfiança do trabalho livre ainda mais exageram, este mal-estar dos proprietários de escravos, vendo cheio de nuvens o dia de amanhã, pode comparar-se à situação dos espíritos tímidos e das pessoas de organização sobremaneira nervosa, quando em negro horizonte e em atmosfera abafada começam a rasgar-se os fuzis, e a rugir a trovoadas que avança formidável. Esta imagem se nos afigura tanto mais acertadamente aplicada, quanto é sabido que depois das grandes trovoadas vem a pureza do ar, a bonança e a claridade.

Como quer que *seja*, mau grado os interesses que hão de padecer, a despeito das oposições que se fazem e se farto sentir, em balde as fáceis objeções denunciadoras de indubitáveis inconveniências e senões em quantos projetos e imagináveis planos se engendrarem para que menos violenta e dolorosa se resolva a crise, e se opere a revolução social, é positivo que tocamos a véspera da emancipação dos escravos.

Ninguém se iluda, ninguém se deixe iludir. Não há combinação de interesses, não há partido político, não há governo, por mais forte que se presuma, que possa impedir o proceloso acontecimento.

Nunca houve caso em que melhor assentasse a fórmula do fatalismo muçulmano: — *está escrito*.

A famosa profecia do *Velho do Itajuru*, escrita quase há meio século, se realizou em nossos

dias: *a nuvem negra veio do Norte.*

Havia unia grande potência, uma república soberba que em seu seio tolerava a escravidão, e tenaz a mantinha: a confederação norte-americana era barreira tremenda ante a qual estacava o movimento emancipador; mas a filha de Washington depois de uma luta formidável que espantou o mundo, no fim de uma guerra de proporções descomunais, afogou para sempre a escravidão nas águas ensangüentadas do Potomac, que testemunhara as últimas batalhas entre o Sul escravagista com Norte emancipador. O Norte venceu: *a nuvem negra nos veio do Norte.*

Desde então só o Brasil e duas colônias da Espanha mantêm a escravidão aos olhos de todas as nações que protestam contra a exceção.

A voz de Deus, o brado do século da liberdade, a opinião do mundo, o pronunciamento dos governos, o espírito e a matéria, a idéia e a torça querem, exigem, e em caso extremo hão de impor a emancipação dos escravos.

Nas duas colônias da Espanha o problema vai resolver-se com espontâneo decreto da metrópole.

O Brasil só, isolado, marcado com o selo ignominioso da escravidão diante do mundo, seria o escárnio e o maldito do mundo, e se exporta ao opróbrio da coação pela força.

O patriotismo se revolta ao simples imaginar do insulto à soberania nacional pela prepotência estrangeira; mas a razão compreende a possibilidade e a probabilidade do ultraje.

Também vos embalaram com a tolerância do tráfico de africanos; também vos fizeram acreditar que sem ele feneceria a agricultura; também vos falaram da soberania nacional para resistir à prepotência estrangeira, e em dias lúgubres com que a pátria envergonhada escondeu o rosto, lavraram de súbito e precipitadamente a sentença de morte do tráfico de africanos ao som dos tiros dos canhões ingleses que cuspiam injúrias e afrontas nas faces de fortalezas nossas.

Então foi somente a Inglaterra; e o Brasil teve de ceder.

Agora é o mundo, agora são todas as nações, é a opinião universal, é o espírito e a matéria, a idéia e a força a reclamar a emancipação dos escravos.

Imaginais resistência possível?

Não vos iludais, não vos deixeis iludir; preparai-vos: a emancipação dos escravos há de realizar-se dentro de poucos anos.

Está escrito.

III

Não se estirpa o cancro sem dor.

A escravidão, que é cancro social, abuso inveterado que entrou com nossos costumes, árvore venenosa plantada no Brasil pelos primeiros colonizadores, fonte de desmoralização, de vícios e de crimes, é também ainda assim instrumento de riqueza agrícola, manancial do trabalho dos campos, dependência de inumeráveis interesses, imenso capital que representa a fortuna de milhares de proprietário e, portanto a escravidão para ser abolida fará com seus últimos arrancos de monstro cruelíssima despedida.

A emancipação imediata e absoluta dos escravos, que, aliás, pode vir a ser um fato indeclinável e súbito na hipótese de adiamento teimoso do problema, e provocador do ressentimento do mundo, seria louco arrojo que poria em convulsão o país, em desordem descomunal e em soçobro a riqueza particular e pública, com miséria o povo, em bancarrota o Estado.

A emancipação gradual iniciada pelos ventres livres das escravas, e completada por meios indiretos no correr de prazo não muito longo, e diretos no fim desse prazo com indenização garantida aos *senhores*, é o conselho, da prudência e o recurso providente dos proprietários.

Ainda assim o costume com interesse do senhor hão de disputar ao Estado a opressão e o domínio do escravo: é explicável a oposição; é natural a repugnância que aparece no campo invadido ao principio que invade: é a dor que faz gemer na extração do cancro.

Mas o governo e a imprensa devem esforçar-se por iluminar os proprietários de escravos e convencê-los de que está em seus próprios interesses auxiliar o Estado na obra imensa e escabrosa da emancipação para que ela, que é infalível, se efetue com a menor soma possível de sacrifícios.

A imprensa que o não fazer mentiu à sua missão augusta o governo que o não fizer, atraiçoará a causa pública.

IV

Pobre escritor de acanhada inteligência, rude e simples romancista sem arte, que somente escreve para o povo, não nos animaremos a combinar planos de emancipação, nem presumidos de ciência procuraremos esclarecer o público sobre as altas conveniências econômicas, e as santas e irrecusáveis lições filosóficas que condenam a escravidão.

Como, porém, é dever de cada um concorrer a seu modo, e nas suas condições, para o desenlace menos violento desse nó terrível, e servir à causa mais melindrosa e arriscada, porém indeclinável, que atualmente se oferece ao labor e à dedicação do civilismo, pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances.

Trabalhar no sentido de tomar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.

Seguindo dous caminhos oposto, chega-se ao ponto que temos fitado, à reprovação profunda que deve inspirar a escravidão.

Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos do escravo, por essa vida de amarguras sem termo, de árido deserto sem um oásis, de inferno perpétuo no mundo negro da escravidão. É o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo.

O outro mostra a seus lados os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôscios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor.

Preferimos este segundo caminho: é o que mais convêm ao nosso empenho.

Esquecemos o Bug-Jargal, o Toussaint Louverture e o Pai-Simão; o escravo que vamos expor a vossos olhos é o escravo de nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem, e que a escravidão tomou peste ou fera.

Contar-vos-emos, pois, com pequenos e resumidos romances as histórias que vós sabeis, porque tendes sido delas testemunhas.

Se pensardes bem nestas histórias, deveréis banir a escravidão, para que elas não se reproduzam.

Porque estas histórias veracíssimas foram de ontem, são de hoje, e serão de manhã, e infinitamente se reproduzirão, enquanto tiverdes escravos.

Lede e vereis.

UM CASAMENTO NO ARRABALDE

(1869)

Franklin Távora

AO LEITOR

O presente romancete, brinco da minha pena quando ela ainda queria borboletear, mereceu de Aprígio Guimarães menção honrosa na sua Opinião Nacional a que fez companhia a imprensa diária do Recife; e ao nome do finado jornalista veio juntar-se em 1878, no primeiro dos documentos inéditos que compõem o Apêndice a este livro, o nome de um escritor bem reputado, o sr. Rangel de S. Paio, cujas amabilidades deixam em grande dívida o autor do *Casamento na arrabalde*. Produção que tenho por bem fadada, porque a ninguém desagradou que eu saiba, nem mesmo dos que nela entram ainda que com outros nomes por não ficarem de todo conhecidos.

Posso, portanto concluir que este livro está duplamente julgado por um homem do norte que esteve na corte, e julgado por um homem da corte que esteve no norte — duas autoridades dignas de respeito. O primeiro, como jornalista, dou que fazer, por mais de trinta anos, aos prelos do país, ora na polêmica literária, ora na científica, ora na política, foi lente de um curso superior, e teve o batismo cortesão, visto que fez cá os seus primeiros estudos, e posteriormente cá voltou como deputado geral; o segundo é autor de dramas, é crítico, poeta, escritor estudioso, de reputação bem estabelecida, que não pode ser dado por incompetente, porque recebeu os santos óleos (literários) na basílica da corte onde officiam os sacerdotes sumos, guardas da doutrina por excelência.

Por estas razões, pode dizer-se que o livro está com todos os sacramentos.

Todavia, não é por dar prova da perfeita conformidade com os catecismos, ou por ambição de glória que meto nos prelos pela segunda voz esta minha produção.

Sou um herege crônico e pelo que toca a nomeada literária, é muito secundária a importância que lhe dou, por que considero esta nomeada uma espécie de balão que sobe se tem para a soprar uma roda de sujeitos de bons botes, ou desce se lhe atiram um seixo da rua ou um arco de barrei que acerte de fazer-lhe um rombo.

Dou á estampa o romance por uma razão muito simples — porque tenciono tornar conhecidas da corte, em segunda edição, as minhas produções a que ela não se deu ao trabalho de volver um olhar quando apareceram em primeira, naturalmente porque este fenômeno barbaresco se realizou em uma província.

O autor do *Casamento* tem a especial obrigação de expor a sua bagagem aos olhos de nossa polícia — literária — municipal, visto que há cinco para seis anos anda falando em um novo gênero cujo nome — literatura do norte — não pode soar bem em um mercado onde tanto abundam produtores franceses ou lusos que vários tomam por modelo para sua indústria, com prejuízo da indústria nacional que não pode assim desenvolver-se e prosperar.

Neste ponto — o de opposição ao novo gênero literário — o meu amigo Sr. Rangel está com os seus.

Com a modéstia que os distingue pergunta-me se eu deixo que ele chame pseudá a esta literatura.

Pois não. O termo é muito do meu agrado e muito do meu uso, tanto assim que eu já o applicava a literatos da corte quando ainda residia entre os selvagens e era um deles — na província.

Não é retaliação, mas a verdade cronológica.

Na obra que destino à explanação do tema repellido, por imoral, revolucionário, inepto ou de mera propaganda pessoal, hei de fazer ainda aplicação daquele termo que a respeito de certos poetas, romancistas, críticos e escritores de cá, ainda diz pouco.

A obra a que aludo, intitula-se — O Norte, e será dividida em três partes ou tomos: I — Literatura; II — História; III — Política.

Será uma obra de generalização, de exame, e, se o quiserem, de polémica.

Vai entrar já em composição tipográfica para que responda sem tardança às perguntas de alguns impacientes a quem a minha *Literatura do Norte* parece ir tirando o sono.

Isto sumamente me agrada; mas sempre direi que não há razão para incômodos nervosos ou histéricos.

O livro não há de ser um beijo, mas também não será uma explosão.

A dinamite está longe de minha índole, conquanto esteja no caráter das cortes.

Isto mesmo melhor se provará no reter do livro, não neste que é inocente, que é filho de paixões inofensivas e ideais, que é livro para ser lido por mulheres, não meditado por homens, livro meigo, não livro severo como talvez pareça o outro.

Leia-o, leia-o o leitor, que há de dar-me razão.

Laranjeiras, outubro de 1881

ANGELINA OU DOUS ACASOS FELIZES

(1879)

José Joaquim Pereira Azurara

Agradeço muito cordialmente a todas as pessoas que assinaram para aquisição de exemplares deste meu romance a solicitude com que tal fizeram. A todos protesto votar indelével reconhecimento, porque foi grande o serviço que me prestaram: não se deve ser muito grato a quem nos proporciona a guisa de atingirmos nossos puros fins!... Tais pessoas romperam o forte laço que me cerceava as azas desejosas de voarem bem alto!... Ora, posto que muito deveis por inopia de indispensáveis elementos, elas poderão fazer um pequeno vôo até o ponto mais próximo da atenção e consideração dos que constituem a ingente republica das letras, sua meta.

O AUTOR

Entrego-te, meu romance, meu testamento de escritura, á judiciosa censura dos sábios e também ás invectivas dos zoilos.

Dependendo a ilustração e glória do teu autor dos sábios, se eles se dignarem apontar os teus erros, que nimios serão, se-lhes grato; aos zoilos vota desprezo, porque deles nada renderá em prol de quem te escreveu.

O AUTOR

PREFACIO

— Não ouves, Joaquim, um vagido?... Perguntou Maria, moradora no sitio denominado ***, no município de ***, na província do Rio de Janeiro, a seu marido.

— Sim, ouço, Maria. Respondeu Joaquim. Vamos ver quem o causa? Perguntou ele.

Era mais de meia noite quando foi ouvido por Joaquim e Maria o vagido d'um recém-nascido. O casal, ao ouvi-lo, saíram a ver de onde e de quem provinha ele.

Alguns passos dados para o lado de onde parecia provir, encontraram Joaquim e Maria, sotoposto a uma pitangueira, uma criança branca e de sexo masculino. Maria enterneceu-se logo pelo menino; e tanto que disse a seu marido, depois de ter aquele nos braços:

— Joaquim, nós somos pobres, muito pobres é verdade; mas não devemos deixar de criar este inocentinho entregue à nossa caridade!... Ao menos teremos a quem dispensemos nossos afetos; visto que Deus nos não deu um filho!

Joaquim, que também enternecera-se pelo inocentinho, respondeu à sua caridosa mulher:

— Sim Maria, ouço ao que me pedes: não devemos deixar ao desamparo quem de certo foi-nos confiado!... Quem nos diz que, há seu tempo, este menino não preservar-nos-á da pobreza, em que hoje vivemos?!...

No propósito de criar o engeitadinho, e já amando-o, recolheu-se o caridoso casal a seus penates.

ENTRE O CEO E A TERRA

(1869)

Flávio Reimar

- ENTRE O CEO E A TERRA – denomina-se este livro. Tem o título tanto de comum com o assunto quanto a água com o fogo. Pela primeira vez usei dele ha bons três anos passados, dando-o por epigrafe a uma serie de cartas, que comecei a publicar, dirigidas a um amigo, serie interrompida, mas de origem entusiástica e boa. O contexto das cartas nada tinha também de comum com a epigrafe; proveio a denominação de uma circunstancia inteiramente individual, mas grata, e tanto que continuo a conservar o nome, passando-o para este livro, ainda que a circunstancia esteja modificada.

Era esta a circunstancia: residia eu então em uma casa, que rematava em uma espécie de torre altíssima, no cimo da qual uma cômoda saleta abria a todos os ventos e aspectos seis janelinhas góticas. A casa achava-se situada entre a cidade e o campo, em posição magnífica; cheia de luz e ar; francamente aberta nas ogivas e arcadas de sua mista arquitetura; folgada na elevação dos seus tetos; coando por entre as salas a expressão aprazível de um sonho da media-idade enflorido no conforto material do nosso tempo.

Pois para o cimo daquela torre altíssima ia-me eu sozinho e muitas vezes ao amanhecer, a tarde e por noites do esplendido luar d'este clima. Ali desligava-me de tudo para entregar-me á consoladora contemplação da natureza, deixando o espirito errar a seu bel-prazer ou por entre as nuvens do céu, ou por cima das arvores, que formava cortina verde do horizonte, ou ao lado das águas mansas desvendadas ao longe no oceano entre o branco dos cômodos de areia e o azul-violeta das terras distantes. Ali sempre era agradável o sopro d'esta fresca viração, que tanto ameniza o calor pelo sol equatorial derramado abundantemente sobre nós; mas, ao amanhecer muito mais suave e deleitoso era o sopro da viração, que parecia vir carregada dos vários e silvestres aromas, desprendidos das folhas e flores das árvores. Era como um geral embalsamento da atmosfera no meio do qual se desejava respirar ao infinito e viver e morrer n'essa voluptuosidade terna e lânguida do perfume. Ali via eu realizada aos reflexos roxos da alvorada a écloga virgiliana; vinham os passarinhos cantar nos ramos do cajazeiro visinho, e ao longe e de todos os lados erguiam-se gorjeios e chilrados; o gado espalhava-se, mugia e era mungido em uma propriedade fronteira, cujo dono bem podia retratar a imagem de Tityro, se houvesse ali alguma sombra de faia e o bom do homem fosse mais propenso á vida contemplativa e indolente dos pastores do que a fadiga de argumentar o que era seu, construindo ele mesmo de pedra e cal as ilhargas e ensanchas da casa em que morava. Tão lindas que eram as manhãs daquele sitio! Ninguém as tem tido melhores no refrescar balsâmico e suave do espirito e do meio do ambiente puro reinante ali.

De tarde a paisagem era outra, mais viva, mais animada, solene no esplendido colorido do céu, encantadora no aveludado profundo, que as copas de algumas arvores punham nas galas luxuriantes do seu aspecto, refletindo as ondas de luz, que o sol, tombando para o ocaso, lhes mandava na abundancia inexaurível do seu disco. O mar reluzia ao longe no prateado espelho das faíscas cintilantes do sol. O coró das vozes da atividade da vida humana erguia-se no rumor dos carros, no falar dos transeuntes, na harmonia forte e vibrante da musica militar, que a não grande distancia exercitava-se. Mas, sempre uma feiçãozinha de écloga na pastagem do gado pela eminência relvosa e pouco altiva do campo fronteiro e visinho. Se o não acompanhava Tityro, eu o via no cercado de sua propriedade, acumulando trabalho sobre trabalho, removendo pedras, aproveitando estrumes, amassando barro, firme nos seus tamancos e cuidadoso no argumento dos seus teres.

À noite eu procurava ordinariamente aquele cimo nas ocasiões de luar e ás mais das vezes no plenilúnio ou nos dias proximamente subsequētes. Tinha o meu horizonte belíssimo nessas ocasiões; grande diafaneidade no céu unida á expressão doce e melancólica do mais profundo silencio nas regiões superiores. E no meio daquele como que sonho suavemente colorido no espaço a casta deusa do canto inspirado de Adalgisa erguia-se vaporosa, frouxamente aclarando a natureza adormecida. Ia-se-me inteiro o pensamento no formoso quadro do baixo horizonte, acompanhando eu a cisma consoladora do espírito da harmonia lamartiniana nos seguintes versos:

Au sommet de ces monts couronnés de bois sombres
le crépuscule encor jette un dernier rayon,
et le char vapoureux de la reine des ombres
monte et blanchit déjà les bords de l'horison.

Esta magia de expressão e descrição do divino poeta volteava-me nos lábios embalava na languidez melódica do mais vivo sentimento e dava-me um gozo d'alma tão íntimo e grato que jamais me poderei dele esquecer.

São Luiz do Maranhão - 1869

O GAÚCHO

(1870)

José de Alencar

Que significa este nome — *Sênio* — no frontispício de livros que vozes benévolas da imprensa já atribuíram a outrem?

Cada um fará a suposição que entender.

Era preciso um apelido ao escritor destas páginas, que se tornou um anacronismo literário. Acudiu esse que vale o outro e tem de mais o sainete da novidade.

Porventura escolhendo aquela palavra, quis o espírito indicar que para ele já começou a velhice literária, e que estes livros não são mais as flores da primavera, nem os frutos do outono, porém sim as desfolhas do inverno?

Talvez.

Há duas velhices: a do corpo que trazem os anos, e a da alma que deixam as desilusões.

Aqui, onde a opinião é terra sáfara, e o mormaço da corrupção vai crestando todos os estímulos nobres; aqui a alma envelhece depressa. E ainda bem! A solidão moral dessa velhice precoce é um refúgio contra a idolatria de Moloc.

10 de novembro de 1870.

OS FRANCEZES NO RIO DE JANEIRO
ROMANCE HISTÓRICO

(1870)

Moreira de Azevedo

AOS LEITORES

O desejo de ir tornando mais conhecidos certos episódios da história da pátria, de ir lembrando fatos notáveis de que rezam as crônicas, esquecidas e empoeiradas nos arquivos, de apresentar ao povo os vultos venerandos dos seus antepassados, nos tem levado a buscar assumpto para nossos romances nos monumentos históricos, nas memórias da pátria, acreditando que até nos romances, nesses escritos ligeiros e imaginários, deve, o leitor encontrar um eco do passado.

Lourenço de Mendonça foi a primeira tentativa do romance histórico, que o autor delineou e vestiu com simpleza e imperfeição: e este é o segundo ensaio, cuja urdidura saiu da leitura das nossa antigualhas, porque é de lá que vamos buscar inspiração para esses nossos trabalhos, afim de caracterizarmos a índole, as tradições, os costumes do país em que nascemos e nos criamos, e registrar fatos que recordam glórias à pátria.

Cremos que a literatura, assim como a arte, deve ter um cunho nacional, e que mais profícuo torna-se o livro cujas raízes mais profundamente penetram no solo pátrio.

A FAMÍLIA AGULHA

(1870)

Luís Guimarães Júnior

A EX.ma. SRA. D.M.A .G.

Os momentos rápidos que V. Exa. puder furtar ao esplêndido burburinho dos salões, onde é rainha; os poucos instantes que lhe deixarem vagos os passeios, as reuniões elegantes, os caprichos irresistíveis da moda soberana, as raras horas, enfim, que lhe dispensar o mundo delicioso e tentador, de que é V.Exa. o mais imponente ornamento, consagrá-los-á, não é verdade, à leitura fugitiva destes folhetins inúteis e leves como a folha que o vento leva?

São *histórias para gente alegre.*

Creio que acertei mais ou menos com o sentimento que acompanha o século e a sociedade. A criatura humana ri de tudo hoje, e em tudo encontra como que o eco da gargalhada parisiense, que na asa da moda atravessa vibrantemente o mundo!

E depois, estes folhetins — quem melhor poderá julgá-los do que V.Exa? Estes folhetins têm o grande mérito de se fazerem esquecer depressa no borboletear prodigioso da imprensa diária; sem deixarem sequer na passagem o traço do aerólito, ou a espuma da vaga que se desfaz com a brisa!

Perdão: esquecia-me de que V.Exa. possui o divino condão de iluminar tudo em que se pousam os seus prestigiosos e admiráveis olhos; e a pedra bruta sob tão vivos raios fulgura como o diamante e torna-se digna de um diadema real!

Os tipos de que lancei mão para esses ligeiríssimos contos são grotescos e ridículos; meio único de divertir o leitor que não gosta de obituários e prefere o riso franco, rápido, efêmero, como o folhetim que lho arrancar dos lábios, à cruel e sensaborona tristeza, que é afinal de contas partilha de todos nós, os lidos e os leitores da terra!

O folhetim entra hoje de cabeça alta por toda a parte; é uma espécie de *viveur* que tem medo de duelos e provoca-os a todo momento, brinca, passeia, conversa e tira pares infatigavelmente para a contradança da alegria universal!

A humanidade pretende não chorar mais, e o grande ruído das orquestras de baile abafa impiedoso um ou outro soluço vulgar, que ainda persiste em aguilhoar a criatura!

Riamos, pois, e acreditemos que todos riem como nós! O século é ligeiro, é vaporoso, é alegre, é sedutor como um diploma, e amável como um... diplomata!

Lembra-se, minha senhora, do dia em que conversamos a respeito de alguns tipos que V.Exa. encontrara na leitura destes folhetins?... Falamos de Gottschalk, da companhia lírica, dos vestidos da Imperatriz Eugênia, de penteados *à Pantin*, das cavatinas em *lá bemol* e dos confeitos da casa Shoeder. O céu estava de uma azulada tranqüilidade, os carros enchiam as ruas, o leque de V. Exa. palpitava como a asa de uma borboleta, e, pouco distante de nós, os músicos alemães executavam filosoficamente um trecho da *Semiramis*, como se fosse a crítica de razão pura de Kant.

Beijo as mãos de V.Exa.

L.G.-s.-J.-r.

Rio, 1º. de Janeiro de 1870.

AS MULHERES DE MANTILHA

(1871)

Joaquim Manuel de Macedo

INTRODUÇÃO

Os quatro anos que correram de 1763 a 1767 não foram por certo dos mais suaves e agradáveis para os habitantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, embora muito ufanos e orgulhosos devessem eles estar em consequência da definitiva mudança da capital do Brasil que passara da primogênita de Cabral para a bela filha de Mem de Sá, assumindo com caráter de permanência e chefe da grande colônia portuguesa da América a gradação e hierarquia de vice-rei.

Mas o primeiro vice-rei que D. José ou por ele o marquês de Pombal despachou para o Rio de Janeiro, e que governou o Brasil desde 16 de outubro de 1763 até 21 de novembro de 1767, foi D. Antônio Álvares da Cunha, conde do mesmo título, homem talvez animado de boas intenções, porém tão facilmente irritável como violento e déspota.

Não é da nossa conta o que fez o conde da Cunha em Mazagão e Angola que também governara; no Rio de Janeiro, porém deixou ingrata e turva memória pelos desabrimentos e escandalosos abusos da sua administração.

É verdade que lhe podem dar como circunstância atenuante da aspereza e despotismo do seu governo as prevenções bem ou mal fundadas que trouxera contra o corpo do comércio e talvez contra toda a população da nova capital do Brasil.

E precisamente eram os naturais de Portugal habitantes da cidade os mais suspeitos ao vice-rei, que, aliás, estendia a todos sem exceção o rigor e as violências que, ou provinham do seu gênio, ou adotara por sistema.

Os negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro eram todos portugueses, e tendo sofrido grandes prejuízos com a tomada da colônia do Sacramento pelos espanhóis em 1762, vingaram-se no governador geral conde de Bobadela, atando-o e flagelando-o ao pelourinho da maledicência, e injuriando-o e caluniando-o tão furiosamente em pasquins e cartas anônimas que o brioso Gomes Freire de Andrade apaixonou-se a ponto de adoecer gravemente, vindo a morrer no dia 1º de janeiro de 1763.

O conde de Bobadela fora muito amado pelos brasileiros e com especialidade pelos fluminenses; a estes, porém a lembrança desse amor não serviu de escudo contra os golpes do aspérrimo rigor do vice-rei, que incessante lembrava a morte de Bobadela, e por isso agravava sempre a opressão em que desconfiado tinha o povo.

É provável que também uma sinistra medida tomada pelo governo de Lisboa e executada pelo conde da Cunha concorresse muito para o desgosto profundo que causou a sua administração.

Ou porque se quisesse prevenir o muito descaminho do ouro em pó e em folhetas, ou porque, como parece mais verdadeiro, se resolvesse sob aquele pretexto sacrificar os interesses legítimos dos colonos aos interesses egoístas dos ourives da metrópole, a Carta Régia de 30 de julho de 1766 mandou extinguir o ofício de ourives nas capitâneas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e foi o conde da Cunha o infeliz executor desse assassinato da ourivesaria que principalmente no Rio de Janeiro tinha chegado a um grau de perfeição que excluía concurso dos produtos respectivos da metrópole.

A Carta Régia de 30 de julho de 1766 era a pobreza para muitos, e a Iniquidade para

todos. Um castiçal de prata amassado, uma colher de prata quebrada, uma jóia de ouro precisando de conserto, deviam ou perder-se, ou ir pedir conserto a Portugal.

O governo de Lisboa sentenciara à morte a ourivesaria do Brasil, e o conde da Cunha era o algoz que enforcava a vítima no patíbulo levantado pelo despotismo.

Ora um fato de execução de sentença de morte, dos juizes se maldiz, mas do carrasco tem-se horror.

Ao conde da Cunha sobreveio quase no fim do seu governo essa infelicidade

Mas uma outra ainda maior o perseguira desde 1763.

Era opinião corrente e averiguada que muitas vezes e em muitos casos a bolsa aberta em segredo poupava vexames e até iludia a justiça do vice-rei.

Escândalo tão revoltante ajuntava-se à experiência de extorsões do fisco sem regra, às crueldades do mais arbitrário e atroz recrutamento, que deixava mães viúvas e irmãs órfãs ao desamparo, filhos sem pais e esposas sem maridos, os atentados contra a propriedade, e contra a liberdade individual, privando-se em proveito das obras públicas os senhores dos serviços de seus escravos, e coagindo-se homens, livres, sob o pretexto de que eram vadios a ir trabalhar nas obras do rei.

Tudo isso se mandava e tudo isso se cumpria com energia tirânica, e sem que houvesse para as vítimas o direito de queixa: porque a queixa era insulto e crime punidos imediatamente e com descomedimento brutal.

E, pior ainda, era ponto incontroverso a impunidade do ajudante oficial-de-sala e dos protegidos do vice-rei que atentavam contra a honra das famílias, desrespeitando a inocência de donzelas, a honestidade de esposas, e o recato de viúvas.

De duas destas acusações o conde da Cunha defendeu-se confessando-se enganado, e descarregando as culpas da corrupção por dinheiro e depravação por luxúria sobre o ajudante oficial-de-sala tenente-coronel do regimento velho, que se chamava Alexandre Cardoso de Meneses, e a quem despediu mal recomendado para Lisboa.

Mas a tão infames crimes não bastava esse simples banimento, e a suavidade do castigo dado por quem tão severo com todos se mostrava, não é de grande proveito e de convincente defesa para a memória do conde da Cunha, que aliás foi de improviso, sem que o esperasse, e menos aiosamente substituído em novembro de 1767 no vice-reinado do Brasil pelo conde de Azambuja, o que indicia que o marquês de Pombal desagradou-se da sua administração.

Como quer que seja, Alexandre de Meneses, o ajudante oficial-de-sala, foi a asa negra do vice-reinado do conde da Cunha.

Como escrevemos sempre e somente para aqueles que sabem tão pouco que ainda sabem menos do que nós, e não para aqueles que nos podem ensinar, vamos, porque isso é preciso, dizer o que era e o que podia naqueles tempos o ajudante oficial-de-sala do vice-rei.

A melhor lição é o exemplo; é dizer o que nos nossos dias e nos nossos costumes corresponde hoje àquele cargo da época colonial.

O exemplo e a explicação saem ingenuamente e sem malícia alguma.

O ajudante oficial-de-sala do vice-rei era então o que é hoje em dia o oficial-de-gabinete do ministro de estado ou do presidente de província.

Ora o oficial-de-gabinete é meio ministro e meio presidente de província, e às vezes não é meio, é todo, e sem responsabilidade perante os juizes daqueles de quem está na confiança: era tal e qual assim o ajudante oficial-de-sala do vice-rei.

O mais humilde, e especialmente os mais humildes dos pretendentes do nosso tempo sabem de quantos milagres e de quantos abusos é capaz um oficial-de-gabinete, que sendo hábil toma-se em vez de mão direita do ministro ou presidente de província, cabeça e árbitro do ministro ou presidente de província que for menos hábil que ele.

E dão-se casos em que a ilustração e superiores habilitações do ministro ou do presidente de província cedem à firmeza e à energia do oficial-de-gabinete que ou pela simpatia e confiança que inspira, ou pela influência da idade mais vigorosa, do entusiasmo mais fascinador, ou do prestígio da prática e dos conhecimentos minuciosos da administração, governa, fingindo submeter-se, e, quando lhe convém, abusa impunemente, escondendo-se atrás da pobre e inocente sombra do responsável, cuja confiança explora.

O ajudante oficial-de-sala do vice-rei era, pois exatamente como é hoje um oficial-de-gabinete de ministro de estado, ou de presidente de província.

O conde da Cunha era um déspota; não há, porém fundamento para julgar-se que tivesse sido concussionário, nem devasso: era um violento opressor; mas não vendia a justiça, nem atacava a moral das famílias.

Entretanto Alexandre de Meneses abusava da confiança que merecera do vice-rei, o explorando a importância oficial, alimentava indignamente os instintos da sua ambição e da sua lascívia.

Gula de ouro, e sede de prazeres sensuais, dois golfões em que se afoga a honra, duas fontes de corrupção que infamam os corruptores e os corrompidos.

Os habitantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estavam, pois sofrendo muito: o despotismo cruel do conde da Cunha e o desenfreamento de Alexandre de Meneses, que era imitado por alguns companheiros e protegidos seus, traziam a todos em susto contínuo e em tristes incertezas da vida.

Mas os fluminenses tiveram sempre e têm ainda hoje alguns pontos de semelhança com os franceses: dir-se-ia que estes, tendo sido os primeiros ocupadores do Rio de Janeiro, deixaram nesta parte do Brasil o seu gosto pelo sarcasmo e pela zombaria contra o governo que detestam e que só obrigados toleram.

Antes de se revoltar levam anos a ridicularizar a opressão.

Com o seu rir sarcástico desacreditam, solapam, diluem o poder que hão de mais tarde e oportunamente destruir de todo, e quando não podem destruí-lo, vingam-se ao menos, ferindo-o com as setas do epigrama e da zombaria.

No governo do conde da Cunha os fluminenses sofriam muito e riam-se ainda mais.

Eis aqui uma das cantigas desse tempo, cantiga que devemos à memória de um velho octogenário, fiel herdeiro de recordações que lhe foram legadas.

Não é preciso dizer que de 1763 a 1767 somente em segredo e em sociedade bem retirada e cautelosa se ousava cantar a copia audaciosa que aliás todos sabiam de cor.

Ei-la aí vai:

Um dia o conde da Cunha
Em dois seu nome cortou:
Do primeiro se enjoou,
O segundo nada impunha;
Mas o Meneses matreiro
Dele fez comprida *unha*,
Furtando o *u* do primeiro.

A parte o que de menos polido e decoroso se pode adivinhar na cantiga, ai está a condenação do vice-rei e do seu oficial-de-sala sentenciada, lavrada pelo povo a rir.

Salvo o perigo das perseguições, e vinganças tomadas nos parentes, e das seduções impunes com que indignamente se celebrizavam Alexandre de Meneses e seus sócios de perversões, o belo sexo poderia apenas queixar-se da indiferença, com que o tratava o vice-rei

conde da Cunha que, aliás, por fim, e como se há de ver, bem pudera ter sido declarado o benemérito das moças solteiras; mas esposo fiel, recatado e de Costumes austeros em relação à família, nem sequer tinha olhos para ver e dizer que havia na capital da colônia algumas ou muitas senhoras bonitas.

Entretanto andava também o belo sexo descontente da situação: primeiro, porque indiretamente as mães, as esposas e as filhas recebiam por contrapancada os golpes que o despotismo desfechava em seus pais, esposos e filhos; segundo porque o bispo D. Antônio do Desterro inocentemente as contrariava e semeava espinhos na vida de flores a que elas se julgavam com direito incontestável.

Na opinião das senhoras o bispo D. Fr. Antônio do Desterro completava o vice-rei conde da Cunha.

Havia injustiça nesse juízo: o vice-rei era déspota; o bispo era severo, e devia sê-lo.

Queixavam-se, murmuravam do bispo por causa do *Recolhimento do Parto* e do *Recolhimento de Itaipu*, onde muitas vezes abusiva e cruelmente, alguns pais desterravam as filhas, alguns maridos encarceravam as esposas; essas injustas violências, porém não estavam na intenção do virtuoso prelado.

Murmuravam ainda do bispo porque ele sabiamente acabara com os *penitentes de açoites* nas procissões do enterro, com os ajuntamentos de povo e conversações profanas às portas e nos adros das igrejas antes e depois das festas, e com as solenidades religiosas que se celebravam à noite, e de que abusavam os namorados e os libertinos em proveito de seus amores inocentes ou condenáveis.

O Fr. Antônio do Desterro, que prestou os mais importantes serviços à sua diocese, foi um bispo modelo na sua época e a severidade de que usou, de grande socorro à moralidade, ao ensino, à santidade do culto, e aos costumes do século.

Não pensavam assim naquele tempo as senhoras ameaçadas pelas casas de severo recolhimento e contrariadas pelas justas procedências que obstavam a fácil turibulação à sua beleza nos átrios e às portas das igrejas, e nem pensavam assim as moças estouvadas e alguns padres que viviam vida desregrada, que o venerando bispo corrigiu com a mais santa energia.

O bispo D. Fr. Antônio do Desterro não podia escapar aos golpes do epigrama e do ridículo que eram as armas de oposição dos desgostosos.

Esse sábio e honestíssimo prelado, zeloso da moralidade do seu rebanho, fulminara um dia com os raios da sua reprovação as cantigas demasiadamente livres que eram cantadas em companhias pouco discretas, e até recebidas e ouvidas com repreensível tolerância em sociedades estimáveis.

Com efeito o lundu, a cantiga folgazona, sarcástica, erótica e muito popular, exagerava os seus direitos, e ia às vezes até a licença, ofendendo, arranhando os ouvidos da decência, e contribuindo insensivelmente para a corrupção dos costumes.

O bispo Dr. Fr. Antônio do Desterro fulminou o lundu demasiado livre, às vezes até quase obsceno.

A oposição popular reagiu, considerando condenado em absoluto todo e qualquer lundu, e desrespeitosa atacou o bispo com a arma do lundu.

Em toda parte cantou-se com aplauso o seguinte lundu que se compunha de muitas copias, cada qual mais extravagante e zombeteira:

Já não se canta o lundu
Que o não quer o senhor bispo;
Mas eu já pedi licença
Da Bahia ao arcebispo.

E hei de cantar,
E hei de dançar,
Saracotear
Com as moças brincar.
E impunemente
Cantando o lundu,
Ao bispo furente
Direi uhl uh! uh!

Fr. Antônio do Desterro
Quer desterrar a alegria;
Mas eu sou patusco velho,
E teimarei na folia.

E hei de Cantar,
E hei de dançar,
Saracotear
Com as moças brincar.
E impunemente
Cantando o lundu,
Ao bispo furente
Direi uhf uhl uhf

Era com semelhantes cantigas ou lundus, e muitas vezes com pasquins em verso e prosa que se pregavam à noite nas portas das igrejas, nas paredes das casas, e nos muros que os desgostosos justa ou injustamente se pronunciavam, visto como não tinha tribuna parlamentar, onde se falasse por eles, nem imprensa, que fosse livre órgão da opinião de cada um.

Estas breves informações que acabamos de escrever dão idéia embora um pouco obscura da situação, costumes, prevenções, antipatias e disposição dos ânimos dos habitantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na época em que se vai passar o romance histórico que tomamos sobre nós escrever.

Ainda mesmo durante o carrancudo vice-reinado do conde da Cunha a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tinha seus dias e suas noites excepcionais de folgança e de alegria.

O bastão despótico do vice-rei ficava suspenso deixando que os pobres colonos gozassem algumas vezes por ano, horas de inocentes folguedos consagrados por motivos que eram santos e legitimados pelos costumes, que são leis imperiosas embora não sejam decretadas pelo poder. Ao governo opressor até importa muito que o povo se entregue a festas e divertimentos; enquanto o povo brinca, não reflete: *pueri Iudunt*.

Uma daquelas noites excepcionais era a de cinco de janeiro, a noite da véspera do dia dos Reis ou das cantatas dos Reis, que aliás se repetiam animadas na noite seguinte.

OS SONHOS D'OURO (1872)

José de Alencar

BENÇÃO PATERNA

.....posses non meus esse Liber

(OVIDIO)

Ainda romance!

Com alguma exclamação, nesse teor, hás de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno.

Não faltará quem te acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por ai anda a fabricar romances e dramas aos feixes.

Musa industrial no Brasil!

Se já houve deidade mitológica, é sem dúvida essa de que tive primeira notícia, lendo um artigo bibliográfico.

Não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias. E nosso atraso provém disso mesmo, e não daquilo que se vai desacreditando de antemão.

Quando as letras forem entre nós uma profissão, talentos que hoje apenas aí buscam passatempo ao espírito convergirão para tão nobre esfera suas poderosas faculdades.

É nesse tempo que hão de aparecer os verdadeiros intuitos literários; e não hoje em dia, quando o espírito, reclamado pelas preocupações da vida positiva, mal pode, em horas minguadas, babujar na literatura.

Então com certeza se não há de buscar o crítico literário entre os abegões do bezerro de ouro, que passaram a vida a cevá-lo, e com isso cuidam lá no seu bessonuto que se fizeram barões da imprensa.

Ingrato país que é este. Ao homem laborioso, que sobrepujando as contrariedades e dissabores, esforça por abrir caminho ao futuro, ou o abalem pela indiferença mal encetou a jornada, ou se ele alcançou, não a meia, mas um pouso adiantado, o apelidando-lhe a musa de industrial!

Dá-te advertido, pois, livrinho; e, se não queres incorrer na pecha passando por um produto de fábrica, já sabes o meio. É não cáeres no gotto da pouca gente que lê, e deixares-te ficar bem sossegado, gravemente envolto em uma crosta de pó, à espera do dente da traça ou da mão do taberneiro que te há de transformar em cartucho para embrulhar cominhos.

Também encontrarás algum crítico moralista que te receba de sobrolho franzido, somente ao ver-te no rosto o dístico fatal!

Se já anunciaram às tubas que o romance desacredita quem o escreve! De minha parte perguntarás ao ilustrado crítico em quais rodas, ou círculos, como ele as chamou portuguesmente, se não consente que penetre o romance.

Tenho muito empenho em saber disso para fugir o mais longe que possa dessa latitude social. Deve de haver aí tal bafio de mofo, que pode sufocar o espírito não atreito à pieguice.

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste inundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.

Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnam a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a sociedade se lamenta. Dão-se ares de senado romano, com o afã de levantar uns e abaixar outros: — *parcere subjectis et debellare superbos*, como disse Virgílio.

Assim, livrinho, um, ao receber-te, talvez se lembre de teres saído de uma cachola, que na véspera não se descobriu amavelmente à sua passagem e não lhe catou a devida cortesia.

Estoutro te há de acolher com soberbo gesto de enfado, aborrecido como anda de dar notícia de tantos livros de um e mesmo autor. É prudente cortar as asas ao ambicioso para que não tome conta das letras e faça monopólio do público.

Haverá ainda quem, fiel ao preceito jurídico — *do ut des*, te dispense o remoque ou o elogio à medida do que lhe tiver cabido; e neste ponto, coitadinho, tens muito que sofrer, pois bem sabes tu quanto é parco teu autor de fofos encômios, arrançados com epítetos que soam como as teclas de um piano.

E efetivamente outra cousa não é o instrumento de um critico senão um piano, a menos que para alguns não degenera a cousa em cravo ou espineta. As teclas não correspondem a notas de música, mas a uns certos adjetivos, tão sovados, que lá soam a marimba.

Outros críticos te esmagarão com augusto e tenebroso silêncio, *verbis facundior*, crentes de que te condenam à perpétua obscuridade, não dando sequer a notícia de teu aparecimento, como quem dele riem se apercebe.

Lembra-me quando era criança, ter visto um menino muito afadigado em esconder o sol com a mão, para deixar o mundo em trevas. Queria por capricho fazer meia-noite do meio-dia que era.

Não te enchas aí de presunção, livrinho, pensando que te comparo ao astro rei. Não; a imagem dele é a opinião, a publicidade, a qual apesar das anteparas das gazetas, te avistará na tua humildade, como o sol aquece o mesquinho inseto escondido na relva.

Aos amigos, como Joaquim Serra, Salvador de Mendonça, Luís Guimarães e outros benévolos camaradas, tu lhes dirás, livrinho, que te poupem a qualquer elogio.

Para a critica têm eles toda a liberdade, nem carecem que lha dêem; mas no que toca a louvor, pede encarecidamente que se abstenham.

Tenho cá minhas razões; não te quero mira e alvo das iras que os encômios costumam levantar. Há certos adjetivos tão perigosos que importam quase uma excomunhão — *Iatae Sontentiae*.

Também, para dizer toda a verdade, os gabos e aplausos já andam tão corriqueiros, que parece mais invejável a sorte do livro, que merece de um escritor sisudo a critica severa, do que a de tantos outros que aí surgem, cheios de guizos de cascavéis, como arlequins em carnaval.

É para aquela crítica sisuda que te quero eu preparar com meu conselho livrinho, ensinando-te como te hás de defender das censuras que te aguardam.

Versarão estas, se me não engano, principalmente sobre dois pontos, teu peso e tua cor. Achar-te-ão com certeza muito leve, e demais, arrebicado à estrangeira, o que em termos técnicos de critica vem a significar “obra de pequeno cabedal, descuidada, sem intuito literário, nem originalidade”.

Ora, pois não te envergonhes por isto. És o livro de teu tempo, o próprio filho deste século enxacoco e mazorrado, que tudo aferventa a vapor, sela poesia, arte, ou ciência.

Nada mais absurdo do que esperar-se do autor um livro maduramente pensado e corrigido conforme o preceito Horaciano — *multa dies et multa littura coarctat* — para atirá-lo na voragem, donde sai todo esse borralho do combustível, que impele o trem do mundo.

Quantas cousas esplêndidas brotam hoje, modas, bailes, livros, jornais, óperas, painéis, primores de toda a casta, que manhã são pó ou cisco?

Em um tempo em que não mais se pode ler, pois o ímpeto da vida mal consente folhear o livro, que à noite deixou de ser novidade e caiu da voga; no meio desse turbilhão que nos arrasta, que vinha fazer uma obra séria e refletida?

Perca, pois a crítica esse costume em que está de exhibir, em cada romance que lhe dão, um poema. Autor que o fizesse, carecia de curador, como um príodigo que seria e esbanjador de seus cabedais.

Não se prepara um banquete para viajantes de caminho de ferro, que almoçam a minuto, de relógio na mão, entre dois guinchos da locomotiva.

Os livros de agora nascem como flores de estufa, ou alface de canteiro; guarda-se a inspiração de molho, como se usa com a semente; em precisando, é plantá-la, e sai a cousa romance ou drama.

Tudo reduz-se a uma pequena operação química por meio da qual suprime-se o tempo, e obriga-se a criação a pular, como qualquer acrobata. Diziam outrora os sábios: — *natura non facit saltus*; mas a sabedoria moderna tem o mais profundo desprezo por essa natureza lerda, que ainda cria pelo antigo sistema, com o sol e a chuva.

Se isto que aí fica é verdade nos que fazem profissão de fabricar livros, dobrada razão têm para não improvisarem modelos e primores aqueles que aproveitam apenas umas aparas de tempo em rabiscar algum chocho volume, como outros em desenhar uma aquarela.

É o meu caso. Estes volumes são folhetins avulsos, histórias contadas ao correr da pena, sem cerimônia, nem pretensões, na intimidade com que trato o meu velho público, amigo de longos anos e leitor indulgente que apesar de todas as intrigas que lhe andam a fazer de mim, tem seu fraco por estas sensaborias.

A razão deste fraco, não é senão capricho; o povo, como os reis, estão no direito e uso de os ter. Estes fazem ministros de qualquer bípede, e já o houve, que fez senador um quadrúpede. Aquele não lhes fica a dever; e, se a história não mente, fez um rei de uma mulher, e chamou-o Maria Teresa.

A suma de tudo isto vem a ser que, se alguém porventura O incomoda-se com estes volumes, o modo de livrar-se da praga não é decerto a serrazina de critica, para a qual o autor há muito, por força da consoante, fez orelhas moucas. Há meio mais seguro e bem simples.

Persuadam ao leitor que não vá à livraria à cata destes volumes. Em isto acontecendo, lá o editor não os pedirá ao autor, que por certo não se meterá a abelhudo em escrevê-los. Assim todos lucraremos. O literato que não terá agasturas de nervos com a notícia de mais um livro; o critico que salva-se da obrigação de alambicar um centésimo restilo de seu absíntio literário; o leitor que poupa o seu dinheiro; e finalmente o autor que livre e bem curado da obsessão literária, poderá sonhar com a riqueza, desde que fizer da sua pena um côvado, um tira-linhas, uma enxada, ou mesmo um estilete a vintém o pingão.

Que fortuna para teu autor, livrinho, se lhe tirassem esta querida ilusão literária, como lá lhe arrancaram: o outro puro entusiasmo da política: essas duas cordas da pátria, essa gêmea aspiração do belo e do grande, que afagava-lhe os sonhos da mocidade e tocava-os de luz esplêndida.

Tornar-se-ia homem positivo, sabendo o valor ao tempo, medindo as palavras a peso, como fazem os grandes fornecedores desse gênero, tão consumido nos arsenais do governo. Arranjaria um pequeno monopólio; montava-se num milhar de contos; e esperava tranqüilo e sereno o baronato, que é a canonização dos bem-aventurados neste reino do paraíso terrestre.

Quanto ao segundo defeito que te hão de notar, de ires um tanto desbotado do matiz brasileiro, sem aquele picante sabor da terra; provém isso de uma completa ilusão dos críticos a

respeito da literatura nacional.

Eis uma grande questão, que por aí anda mui intrincada e de todo ponto desnorteada, apesar de tão simples e fácil que é. Lá uns gênios em Portugal, compadecendo-se de nossa penuria, tomaram a si decidir o pleito, e decretaram que não temos, nem podemos ter literatura brasileira.

A grande inteligência de Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz. Mas os ditadores não o consentem; que se há de fazer? Resignemo-nos. Este grande império, a quem a Providência rasga infindos horizontes, é uma nação oca; não tem poesia nativa, nem perfume seu; há de contentar-se com a manjerona, apesar de ali estarem recendendo na balça a baunilha o cacto e o sassafrás.

Os oráculos de cá, esses querem que tenhamos uma literatura nossa; mas é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil. Nosso português deve ser ainda mais cerrado, do que usam atualmente nossos irmãos de além-mar; e, sobretudo cumpre erriçá-lo de hh e çç, para dar-lhe o aspecto de uma mata virgem.

Bem vês, livrinho, que uma questão desta monta não é para o teu modesto topete, e sim para algum prólogo campanudo, obra de bom punho. Muito farás se te defenderes dos críticos; e é só no que penso agora.

Aos que tomam ao sério estas futilidades de patriotismo, e professam a nacionalidade como uma religião, a esses hás de murmurar baixinho ao ouvido, que te não escutem praguentos, estas reflexões:

“A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?”

O período orgânico desta literatura conta lá três fases.

A primitiva que se pode chamar aborígene são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo, e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou.

Iracema pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda — *alma mater*, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido.

Ao conchego desta pulante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem *O Guarani* e *As Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquítico como se propôs a ensiná-lo, a nós beócios, um escritor português.

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo é nos íntimos serões da família.

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileira. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.

O *Tronco do Ipê* o *Til* e *O Gaúcho*, vieram dali embora no primeiro sobretudo, se note já, devido à proximidade da corte e à data mais recente, a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro.

Nos grandes focos, especialmente na corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera, e também, do amálgama de elementos diversos.

A importação contínua de idéias e costumes estranhos, que dia por dia nos trazem todos os povos do mundo, devem por força de comover uma sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização.

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família.

Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si, dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embebendo-se dele, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguesa e francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se na alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira.

Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira, são reflexos *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela*, e tu, livrinho, que aí vais correr mundo com o rótulo de *Sonhos D'Ouro*.

Tachar estes livros de com feição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães.

Como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições? Querem os tais arqueólogos literários, que se deite sobre a realidade uma crosta de classismo, como se faz com os monumentos e os quadros para dar-lhes o tom e o merecimento do antigo?

Chame-se à partida de sarau; à recepção, de agasalho; ao leão de janota ou casquilho; aos salões, de casas de boa companhia; à pecadora, de rameira; à reunião, de assembléia; aos círculos, de roda, et sic de *coetera*.

Em vez de andarem assim a tasquinhar com dente de traça nos folhetinistas do romance, da comédia, ou do jornal, por causa dos neologismos de palavra e de frase, que vão introduzindo os novos costumes, deviam os críticos darem-se a outro mister mais útil, e era o de joeirar o trigo do joio, censurando o mau, como seja o arremedo grosseiro, mas aplaudindo a aclimação da flor mimosa, embora planta exótica trazida de remota plaga.

Sobretudo compreendem os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários

incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado; tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino.

E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria.

Nas literaturas-mães, Homero foi procedido pelos rapsodos, Ossian pelos bardos, Dante pelos trovadores.

Nas literaturas derivadas, de segunda formação; Virgílio e Horácio tiveram por precursores Ênio e Lucrecio; Shakespeare e Milton vieram depois de Surrey e Thomas Moore; Corneille, Racine e Molière depois de Malherbe e Ronsard; Cervantes, Ercilla e Lope de Vega depois de Gonzalo de Berceo, Hugo de Mendoza e outros.

Assim foi por toda a parte; assim há de ser no Brasil. Vamos, pois, nós, os obreiros da fancaria, desbravando o campo, embora apupados pelos literatos de rabicho. Tempo virá em que surjam os grandes escritores para imprimir em nossa poesia o cunho do gênio brasileiro, e arrancando-lhe os andrajos coloniais de que andam por aí a vestir a bela estátua americana, a mostrem ao mundo, em sua majestosa nudez: *naked majesty*.

E agora, livrinho, só resta escrever-te o *faciebat* que os escultores antigos costumavam gravar no soco das estátuas, ao contrário de Arquelau que lhe substituiu o pretensioso *fecit*.

Aquele remate, se neles foi modéstia, para mim é uma confissão. As páginas que aí andam com o meu nome, já o disse uma vez, e o repito, nada mais são do que provas tipográficas, a corrigir, para a tiragem.

E não pensem os críticos, que é isso escusa para atenuar a severidade. Bem ao contrário, achasse eu um meio de a estimular, que decerto o empregaria.

Quem mais ganha com esses rigores sou eu. Se provêm do bom gosto e da cultura literária, são lições judiciosas, que se recebem, e mais tarde aproveitam. Se nascem da inveja, do despeito, do desejo de celebrar-se, ou de qualquer outro lodo interior, onde se gere essa praga, ainda assim têm serventia: revelam ao autor o apreço do público, pelo desprezo a que são lançadas essas alicantinas.

Portanto, ilustres e não ilustres representantes da crítica, não se constranjam. Censurem, piquem, ou calem-se, como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a truta que nos mandam em lata.

Tinha bem que ver, se eu desse ao carioca, esse parisiense americano, esse ateniense dos trópicos, uma paródia insulsa dos costumes portugueses, que entre nós saturam-se de dia em dia do gênio francês. A *auréa scintilla* da raça latina, que a família gaulesa herdou da romana, tem de a transmitir a nós, família brasileira, futuro chefe dessa raça.

A manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebentina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente neles um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelos costumes da família e da pátria irmãs, logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os terem conta de senões.

E como não há de ser assim, quando a esposa que lhes balbucia as ternas confidências do amor feliz, e depois os lindos filhinhos que enchem a casa de rumor e alegria, lhes ensinam todos os dias em suas carícias essa linguagem, que, se não é clássica tersa e castiça, é a

linguagem do coração, da felicidade, da terra irmã e hospedeira?

É preciso concluir, para que o *faciebat* não se torne molo-contínuo; e como desejo dar a este proêmio um ar de gravidade que lhe supra a leveza do miolo, terminarei apresentando aos doutores em filologia a seguinte e importantíssima questão, que espero ver magistralmente debatida.

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronuncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspêra?

Sênio

23 de julho de 1872.

ALFARRÁBIOS A ALMA DE LÁZARO

(1872)

José de Alencar

ADVERTÊNCIA

Este alfarrábio, não o devo ao meu velho cronista do Passeio Público. É, como se disse no prólogo, uma escavação dos tempos escolásticos.

Tem ele, porém, se me não engano, o mesmo sabor de antiguidade que os outros, e ao folheá-lo estou que o leitor há de sentir o bafio de velhice, que respira das cousas por muito tempo guardadas.

Para alguns esse mofo literário é desagradável. Há, porém antiquários que acham particular encanto nestas exsudações do passado que ressumam dos velhos monumentos e dos velhos livros.

Rio de Janeiro, dezembro de 1872.

A MISTERIOSA

(1872)

Joaquim Manuel de Macedo

A MODO DE PROLOGO

Fileno não é o nome, é o pseudônimo de um jovem de vinte e dois anos, que há poucos dias lembrou-se de procurar-me para me pedir que escrevesse um romance de certo caso que por último lhe tinha acontecido.

Por último, dizia, porque não era o primeiro nem o segundo do mesmo gênero, de que ele estaria pronto a fazer-me confissão sem reservas, se eu o exigisse.

Sorri-me, considerando o jovem que tão francamente manifestava desejos de ser herói de romance; ele, porém, embora um pouco vexado, insistiu.

Disse que queria a publicação do *seu caso* sob a forma de romance por penitência que se impusera, e para experimentar-se, com a exposição da sua última aventura amorosa, sua sensibilidade e imaginação facilmente inflamáveis o arrojariam menos aos acidentes imprevisíveis e aos perigos do romanesco e do maravilhoso.

Adotara o pseudônimo de *Fileno*, porque este nome pastoril das églogas antigas era o que melhor cabia ao tipo que representava, confessando, entretanto que também o tornara por malícia; pois que sendo muitos os jovens *Filenos*, como ele, na cidade do Rio de Janeiro, cada um desses se julgaria daguerreotipado no protagonista do romance, o que lhe aproveitaria ao disfarce.

Acabando de dar-me com voz abalada estas explicações que eu não provocaria, imediatamente, e sem esperar a minha resposta, levantou-se, deixando sobre a cadeira um maço de papel escrito, e saiu cheio de confusão e como a fugir, e apenas, quando já estava na porta, voltou-se para cortejar-me e dizendo-me por despedida *que não o poupasse*.

O enleio e a turbção do jovem e o seu pedido feito á porta excitaram naturalmente a minha curiosidade.

Li o manuscrito que trazia o título modesto de *Apontamentos*, e acabada a leitura acudiu-me logo a idéia de satisfazer o empenho do jovem, não escrevendo eu o romance, como ele pretendia, mas dando publicidade ao seu manuscrito tal qual me fora confiado, e somente pondo-lhe o título que mais apropriado me pareceu.

Deste modo o senhor *Fileno* fica com toda a responsabilidade, não só dos seus feitos, como da narração deles.

E como ainda dos mais simples *casos* se pode recolher lição, e, como segundo diz e assevera o jovem, há muitos outros *Filenos* na cidade do Rio de Janeiro, e sem contestação abundam hoje também nela certas *romanescoas e maravilhosas criaturas* – aviso aos *Filenos*.

E tem a palavra um deles.

RESSURREIÇÃO

(1872)

Machado de Assis

Advertência da 1ª edição

Não sei o que deva pensar deste livro; ignoro sobretudo, o que pensará dele o leitor. A benevolência com que foi recebido um volume de contos e novelas, que há dois anos publiquei, me animou a escrevê-lo. É um ensaio. Vai despreziosamente às mãos da crítica e do público, que o tratarão com a justiça que merecer.

A crítica desconfia sempre da modéstia dos prólogos, e tem razão. Geralmente são arrebiques de dama elegante, que se vê ou se crê bonita, e quer assim realçar as graças naturais.

Eu fujo e benzo-me três vezes quando encaro alguns desses prefácios contritos e singelos, que trazem os olhos no pó da sua humildade, e o coração nos píncaros da sua ambição. Quem só lhes vê os olhos, e lhes diz verdade que amargue, arrisca-se a descair no conceito do autor, sem embargo da humildade que ele mesmo confessou, e da justiça que pediu.

Ora pois, eu atrevo-me a dizer à boa e sisuda crítica, que este prólogo não se parece com esses prólogos. Venho apresentar-lhe um ensaio em gênero novo para mim, e desejo saber se alguma qualidade me chama para ele, ou se todas me faltam, — em cujo caso, como em outro campo já tenho trabalhado com alguma aprovação, a ele volverei cuidados e esforços. O que eu peço à crítica vem a ser — intenção benévola, mas expressão franca e justa.

Aplausos, quando os não fundamenta o mérito, afagam certamente o espírito, e dão algum verniz de celebridade; mas quem tem vontade de aprender e quer fazer alguma coisa, prefere a lição que melhora ao ruído que lisonjeia.

No extremo verdor dos anos presumimos muito de nós, e nada, ou quase nada, nos parece escabroso ou impossível. Mas o tempo, que é bom mestre, vem diminuir tamanha confiança, deixando-nos apenas a que é indispensável a todo o homem, e dissipando a outra, a confiança pérfida e cega. Com o tempo, adquire a reflexão o seu império, e eu incluo no tempo a condição do estudo, sem o qual o espírito fica em perpétua infância.

Dá-se então o contrário do que era dantes. Quanto mais versamos os modelos, penetramos as leis do gosto e da arte, compreendemos a extensão da responsabilidade, tanto mais se nos acanham as mãos e o espírito, posto que isso mesmo nos esperte a ambição, não já presunçosa, senão refletida. Esta não é talvez a lei dos gênios, a quem a natureza deu o poder quase inconsciente das supremas audácias; mas é, penso eu, a lei das aptidões médias, a regra geral das inteligências mínimas.

Eu cheguei já a esse tempo. Grato às afáveis palavras com que juízes benévolos me têm animado, nem por isso deixo de hesitar, e muito. Cada dia que passa me faz conhecer melhor o agro destas tarefas literárias, — nobres e consoladoras, é certo, — mas difíceis quando as perfaz a consciência.

Minha idéia ao escrever este livro foi pôr em ação aquele pensamento de Shakespeare:

*Our doubts are traitors,
And make us lose the good we oft might win,
By fearing to attempt.*

Não quis fazer romance de costumes; tentei o esboço de uma situação e o contraste de dois caracteres; com esses simples elementos busquei o interesse do livro. A crítica decidirá se a obra corresponde ao intuito, e sobretudo se o operário tem jeito para ela.

É o que lhe peço com o coração nas mãos.

M. A.

INNOCÊNCIA
(1872)
Visconde de Taunay

Azevedo Castro,

Se nos antigos tempos da Grécia, me fôra possível erigir custoso templo, dedicava-o à Amizade para no frontispício gravar o teu querido nome.

Daquele vivo sentimento permite-me hoje, amigo, dentro do círculo de fracos e limitados meios, qualquer demonstração.

Não é em valioso monumento que vou inscrever a tua lembrança; simplesmente na primeira pagina de uma narrativa campestre e despreziosa, de um livro singelo e sem futuro.

Aceita-o como um dos mais, espontâneos movimentos da minha alma, que nesta declaração sincera julga assentar direitos a completo indulto.

A. d'Escragnolle Taunay.

Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1872.

ASPÁSIA
(1872)
J.M.Pereira da Silva

PRÓLOGO

So villst Du treuloss von mir scheiden (SCHILLER)

Leitor!

Se procuras neste livrinho peripécias dramáticas, lances de aventuras, cenas interessantes, surpresas de situações, sucessos imprevistos ou episódios pitorescos, que te agucem a curiosidade e entrettenham as horas vagas e ociosas da vida, fecha-o imediatamente, e atrá-o para longe de ti.

Si intentas por outro lado descobrir fatos verdadeiros e sabes trazidos agora á lume da imprensa, menor te não será a decepção, por que tudo quanto o livrinho encerra brotou dos sonhos escandecidos do imaginar, assim como a água rebenta do rochedo solitário e perdido no seio das brenhas.

CONTOS SEM PRETENSÃO

(1872)

Guimarães Júnior

Meu pai:

Pouco vale este livro, eu o sei; são folhas destacadas que um vento trouxe e outro levará, para sempre talvez. Vai, porém, dentro dele, como em santo cofre, grande parte dos sorrisos e das lágrimas fugitivas, que a fantasia produz em plena mocidade.

Fique, pois o volume como uma recordação e como um adeus. Está a soar para mim a hora da partida; sabe o destino se eu jogo nessa luta do imprevisto as melhores quimeras do presente e as mais vastas crenças do futuro.

No entanto, parto a rir e a chorar; duas asas me conduzem: a saudade e a esperança. Sinto-me forte com essas companheiras de viagem; elas me levam e trar-me-ão um dia, sem que uma só de suas penas seja crestada pela neve ou dilacerada pelo abutre.

Caia a sua bênção, meu pai, sobre estas humildes páginas. O livro ganhará uma égide assim, e o meu coração fortalecido prosseguirá na ampla colheita das suas mágicas ilusões, enquanto a pena se esforça para lhe oferecer um dia coisa que dure tanto como a gratidão, como o amor, que lhe consagra seu filho.

Luis.

Rio, 22 de julho de 1872.

O ÍNDIO AFONSO

(1873)

Bernardo Guimarães

Ao leitor

A notícia começa por estas palavras: — Índio Afonso, herói de um dos contos de Bernardo Guimarães, etc... — Semelhante notícia a ser exata vem desmanchar completamente a figura do meu herói, a quem atribuí caráter magnânimo, índole bondosa e sentimentos generosos.

Ora, em vista disto, para que não se pense que em meu conto tive o propósito de fazer a apologia de um facínora, cumpre-me declarar o que há de real e de fictício em minha narrativa, e em que baseei para prestar ao Índio Afonso o caráter com que aparece em meu romance.

Como se vê, o Índio Afonso é personagem real e vivo ainda. Sua figura, costumes, maneiras, tom de voz, modo de vida são tais quais os descrevi, pois tive ocasião de vê-lo e conversar com ele.

Os dois sobrinhos que andam sempre em sua companhia também realmente existem; Caluta, Batista e Toruna são, porém meras criações de minha imaginação, assim como o são quase todos os feitos e proezas que faço o meu herói praticar.

É verdade que quando estive na província de Goiás em 1860 e 1861, ouvi contar diversas façanhas do afamado caboclo; mas quando me lembrei, há pouco mais ou menos um ano, de escrever este romance, já delas me restava apenas uma vaga-reminiscência e, por isso é possível que uma ou outra tenha algum laivo de veracidade.

Para desenhar-lhe o caráter baseei-me no que em Catalão ouvia dizer a todo o mundo. Todos o pintavam com o caráter e os costumes que lhe atribuo, e era voz geral que ele só havia cometido um homicídio, e isso para defender ou vingar um seu amigo ou pessoa de família.

A descrição dos lugares também é feita ao natural, pois os percorri e observei mais de uma vez. Com o judicioso e ilustrado crítico o Sr. Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, entendo que a pintura exata, viva e bem traçada dos lugares deve constituir um dos mais importantes empenhos do romancista brasileiro, que assim prestará um importante serviço tornando mais conhecida a tão ignorada topografia deste vasto e belo país.

Por isso faço sempre passar a ação dos meus romances em lugares que me são conhecidos, ou pelo menos de que tenho as mais minuciosas informações, e me esforço por dar às descrições locais um traçado e colorido o mais exato e preciso, o menos vago que me é possível.

Eis o que há de real em meu romance. Se, porém o Índio Afonso é um bandido ordinário, um facínora feroz e ignóbil como tantos outros, pouco me importa.

O Índio Afonso de meu romance não é o facínora de Goiás; é pura criação de minha fantasia.

Ouro Preto, 28 de fevereiro de 1873.

Bernardo Guimarães

ALFARRÁBIOS O ERMITÃO DA GLÓRIA

(1873)

José de Alencar

AO LEITOR

São de outro tom os singelos contos que formam este segundo volume dos Alfarrábios.

Não convidam ao riso, que tão excelente especiaria é para um livro de entreter. Bem longe disso, talvez que espremam dos corações mais ternos e sentimentais uns fios de lagrimas.

Caso assim aconteça, será com bem pesar meu, pois sinceramente acho de mau-gosto lembrar-se alguém de produzir choros d'artifício à guisa de jogos de vista, quando não faltam motivos reais de tristeza e aflição.

Prometo porem desde já em expiação deste pecado literário, que o terceiro volume dos Alfarrábios irá mais brincalhão do que o primeiro.

Rio de Janeiro, maio de 1873.

J. DE ALENCAR

ALFARRÁBIOS O GARATUJA

(1873)

José de Alencar

CAVACO

O *GARATUJA* é a primeira de uma série de crônicas dos tempos coloniais, algumas já escritas, outras apenas esboçadas, em tempos idos, quando o pensamento, ainda não de todo enredado nas teias do mundo, tinha folga para vaguear pelo passado, e entreter-se com as pieguices e ingenuidades de nossos pais, a quem o mais simplório garoto de agora enfiaria, não pelo fundo de uma agulha, o que não fora nenhuma façanha, mas pela cabeça de um alfinete.

Todavia, se o leitor folhear estas páginas, tiver tempo de pensar, e se deixe ir a cogitar na singularidade da revolução, que esteve para ensangüentar a heróica, mas pacata, cidade de São Sebastião, lembre-se da magna questão do martelinho, que por pouco não perturbou a paz maçônica, da mesma forma que outrora o hissope na igreja d'Elvas.

Então há de concordar comigo que o homem é sempre menino até morrer de velhice; e que depois das criançadas do pirralho, vêm as travessuras do rapazola, e por último as estrepolias dos barbaças, as quais são as piores, sobretudo quando começa-lhe a grisar o pêlo.

Quem duvidar do cunho histórico desta simples narrativa, poderá facilmente verificá-lo abrindo o 3º volume dos Anais do Rio de Janeiro, escritos pelo Dr. Baltasar da Silva Lisboa.

Naquele tempo o cidadão, porque servira o cargo de juiz de fora e presidente da Câmara, julgava-se obrigado a oferecer a seu país "o fruto dos conhecimentos adquiridos nas diligências do serviço público". Hoje em dia nem a juizes, nem a edis, sobra tempo para se ocuparem com tais rugas, pois todo se vai em subir e descer escadas, pôr e tirar o chapéu, dobrar e torcer a cerviz.

No referido tomo, à página 314, entre os parágrafos 35 e 39, apanhou o cronista fluminense pela rama os acontecimentos que puseram em tumulto a cidade. Aí se encontram até eruditas elucidações do caso jurídico, sobre o qual o Dr. Baltasar entendeu que devia emitir seu juízo.

Não é ele o único dos compiladores de notícias, que neste país se meteu a trapalhão, recheando a história com os lardos de uma erudição rançosa. Outros o excederam de muito nessa mania enciclopédica.

Escaparam, porém ao cronista muitas particularidades, que ele descurou e que eu pude, obter consultando um arquivo arqueológico, bem provido, e que tenho à minha disposição, para o estudar à vontade.

Meu arquivo arqueológico, por cautela vou prevenindo, não custou um ceutil aos cofres públicos, nem aspira à honra de ser comprado pelo governo do Sr. D. Pedro II, como está em voga desde a consciência até as leis, que tudo hoje em dia se vende, por atacado ou a varejo, em códigos ou empreitadas.

A minha preciosidade literária não custou nem mesmo o trabalho de andar cascavilhando papéis velhos em armários de secretarias; ou a canseira de trocar as pernas pela Europa, cosido em fardão agalado a pretexto de representar o Brasil nas cortes estrangeiras.

Que formidável "prosopopéia!"

Quero fazer ao leitor a confidência do meu achado.

Costumava outrora, como ainda hoje, ir pela manhã ao Passeio Público, onde há uma meia dúzia de árvores que o bom Deus ali conserva para refrigério dos emparedados da cidade.

Tem esse jardim urna qualidade mui apreciável: é uma perfeita solidão, no meio do burburinho, com o bonde à porta, e ao alcance do olhar protetor do ministro da Justiça; por conseguinte, facilidade de condução e segurança individual: duas importantes garantias da liberdade. Da verdadeira liberdade prática, e não dessa que anda nos cartazes políticos, para o efeito cênico.

Assim passeia-se ali na maior tranqüilidade de espírito. Às vezes descobre-se, é verdade, um urbano, mas estendido em um banco a dormir; o, que ainda mais serena-me o espírito. Quando a polícia dorme é sinal de que não há a menor partícula de crime na atmosfera; e assim podemos considerar-nos ao abrigo de um e de outra ao mesmo tempo: do crime e da polícia.

Era ali indefectível um velho seco e relho, o qual se me afigurava a metempsicose de algum poento in-fólio da Biblioteca Nacional, que porventura fugira pela janela; e se abrigara à sombra dos castanheiros para livrar-se da fúria arqueológica dos antiquários.

Cortejava-o eu com o respeito devido a um homem que vira dois séculos, talvez se preparava para o terceiro. A minha saudação respondia ele com em modo desconfiado, que eu não levava a mal, por compreender que o indivíduo logrado por três gerações tinha o direito de suspeitar até dos santos.

O meu velho não tomava rapé, nem fumava; aborrecia a política, e não lia gazetas; ajunte-se uma carranca sempre fechada, uma gravata, para não dizer rodilha, que embrulhava-lhe só a metade inferior do rosto, porque a outra lha disputava o chapéu à catimplora; e tudo isso, retocado por uma rabugem veneranda e quase secular.

Bem se vê que encouraçado de tal forma era o sujeito inabordável por qualquer dos meios indiretos, que servem na sociedade para travar um conhecimento. Muito havia eu alcançado em inserir a minha cortesia naquela refohada antigüidade.

Não desanimei, todavia. Há uma fineza a que os velhos maiores de setenta nos não resistem: é tocar na sua longevidade, sobretudo orçando-lhes uns dez anos de menos.

Um dia, pois, tomei de escalada o velho, indo a ele, e dizendo-lhe sem preâmbulos:

— Seguramente o senhor anda rastejando pelos oitenta. Diluiu-se-lhe a carranca em um riso lavado.

— Os oitenta!... Onde vão eles, meu senhor? Então ainda eu me considerava rapaz: vinha a pé da Pavuna e voltava.

— E com quantos está agora?

— Ora, adivinhe!

— Oitenta e seis ou oitenta e sete.

— Oh! Oh!... Noventa.

— Não é possível!

— E três, meu senhor! Este Passeio Público que o senhor está vendo, ainda o Senhor Vice-Rei Luís de Vasconcelos não sonhava de mandar fazê-lo, nem de cá vir, que já eu estava nascido, e quando se abriu, que foi uma função para a cidade toda, também vim com minha mãe e a prima Engrácia, que já estava eu taludinho e com ponta de buço. Ora faça o senhor as contas!

— Não há dúvida; mas fique certo que ninguém acredita!...

Esta palavra pós o remate à conquista. Daí em diante o velho me pertenceu, eu pude folhear à vontade esse volume precioso de anedotas e casos antigos.

Quando tiver folgas, irei dando à estampa o que me confiou esse marco do século passado, por cima do qual vai passando, sem o abalar nem submergir, o turbilhão do presente.
Rio, 1 de dezembro, 1872.

J. DE ALENCAR

A GUERRA DOS MASCATES

(1873)

José de Alencar

ADVERTÊNCIA

INDISPENSÁVEL CONTRA ENREDEIROS E MALDIZENTES

Alinhavou-se esta crônica sobre uma papelada velha, descoberta de modo bem estúrdio.

Ia proceder-se à eleição primária em uma paróquia dos subúrbios do Recife. Desde a véspera que o rábula político do lugar tinha arranjado a cousa a bico de pena e conforme a senha; mas era preciso dar representação e mostra oficial da farsa para embaçar uns escrúpulos ridículos do presidente calouro.

Para êsse fim um grupo de governistas, com o competente destacamento policial, acampou na Matriz, onde a oposição, que tivera o cuidado de meter-se nas encóspias, não apareceu.

Na ocasião de começar a encamisada, deu-se por falta da urna de que ninguém se lembrara. Felizmente lá desencavaram no fundo do armário da sacristia um cofre ou arca de jacarandá, que devia ter servido, no tempo de El-Rei nosso senhor, para guardar os pelouros da vereança.

Havia dentro da tal arca três antigualhas, dignas de uma memória do Instituto Histórico. Eram: uma cabeleira de rabicho que naturalmente pertenceu ao último juiz do povo; uma liga de belbute com atacadores de prata em forma de corações, aderêço casquilho de alguma Egéria dos tempos coloniais; e finalmente um grosso rolo de escrita enleado com um cadarço de Lamego.

Sem o menor respeito atiraram essas preciosas relíquias a um canto, onde as descobriu dois dias depois o sacristão da freguesia.

Era este o Sr. Beltrão, que ao mister de enxota-cães da matriz acumulava o ofício de meirinho do subdelegado, combinação esta que dava boa suma das habilidades do nosso homem. Sentia ele também suas cócegas pela política, e desde certo tempo andava chocando de longe, como jacaré, o lugar de inspetor de quartirão. Até já lhe passara uma vez pela cachola a idéia de trocar a opa vermelha por uma farda azul de alferes da Guarda Nacional; e saindo-lhe a cousa certa, por que não havia de entrar na lista de eleitores, e pilhar a subdelegacia?

Cometera o govêrno de então o êrro gravíssimo de não prestar a consideração devida ao merecimento de um homem dessa marca e a seus relevantes serviços, como fósforo que era e da melhor fábrica. Justamente ofendido em seus brios, o Sr. Beltrão decidiu virar a jaqueta, pois ainda não se tinha metido em casaca; e desandou em oposicionista de quatro costados.

Achando os objetos no canto, o gírio do sacrista contemplou-os um instante com um sorriso manhoso e deitou-se a passo de rafeiro para a casa do escrivão, que era ali o tomo e conselho do partido. Nesse mesmo dia partiu para a cidade um próprio, levando pesado embrulho e uma carta com endereço ao redator do órgão oposicionista.

O tarelo escritor andava a tinir com o malogro de sua candidatura. Ainda garraio em política, tivera a ingenuidade de tomar ao sério a eleição e concebera a louca esperança de furar a chapa do governo, empresa mais difícil do que a de brocar o Pão de Açúcar.

Foi receber a carta e pular o tarouco do publicista à mesa, onde cortadas as tiras de papel almaço, desandou um artigo em estilo de bomba, no qual trovejava deveras contra o despotismo que oprimia o país.

No outro dia apareceu o presidente com cara de demissão, o que logo se conheceu pelas cerdas revoltas do bigodinho, que o excelentíssimo esmerava-se em trazer sempre com um torcido dos mais elegantes. Pudera não! Logo na cama tomara, à guisa de mingau ou chocolate, a sarabanda da folha oposicionista num artigo furibundo, sob a epígrafe - *Ubinam gentium sumus!*... Era o tal sobre a eleição.

Depois de uns rasgos eloqüentes acerca da depravação do sistema representativo, e da corrupção que lastra como uma lepra oficial (isso é lá do publicista pernambucano), descrevia o retumbante artigo os atentados inauditos praticados pelo partido dominante para tomar de assalto as urnas. Esse partido então dominante, confesso que não indaguei qual seria, mas cada um porá o que for mais de seu gosto; assim ficaremos todos contentes, e não haverá motivo de zanga entre conservadores e liberais.

Aí vai a amostra do tal artigo:

Chegou a ponto a ousadia, a impudência, dessa horda de vândalos que não respeitaram as cousas mais sagradas, a santidade do templo, as cãs de uma velhice honrada e a virtude do sexo frágil!

— O honrado capitão-mor, o Sr. A***, esse benemérito ancião, acatado em todos os tempos como um tipo de sisudez e probidade, foi vítima dos insultos e apupadas dos energúmenos, que depois de tentarem contra sua existência, tiveram a protérvia incrível de calcar aos pés a sua cabeleira, esse venerando símbolo da velhice gloriosa do grande patriota.

Não escapou à sanha dos bandidos a ilustre Sr.a D. B***, essa ínclita matrona pernambucana, digna dos melhores tempos de Roma por sua virtude e austeridade. Talhada no molde de D. Maria de Sousa, a heroína brasileira, é adorada como uma providência daqueles lugares por sua caridade inexaurível. Estando na missa, foi ultrajada sem respeito à santidade do lugar e ao recato do sexo. E por quê... Pelo crime imperdoável de ser mãe de um nosso amigo, o Sr. C***, oposicionista importante. Para se avaliar quanto sofreu a ilustre matrona, bastará saber-se que no meio do tumulto caiu-lhe uma liga de preço, e esse penhor da castidade veio a servir - horrescol!... de juguete à canalha.

No dia seguinte o corpo da igreja onde se fez a eleição, apresentava aspecto igual ao teatro de uma bacanal. Rolavam pelo chão, de envolta com aqueles objetos respeitáveis, maços de cédulas arrancados à urna violada, e sobejos da opípara ceia com que banquetearam a seus janízaros.

E o governo, depois de se debochar nessa orgia, ousará ainda com o maior cinismo falar em liberdade de voto e pureza de eleição! Infeliz país, governado por lacaios a quem servem outros lacaios, e outros, desde a antecâmara até a cocheira.

Um esquisitão que havia em Pernambuco, republicano de 1817, convertido em comendador, ao ler aquele trecho saiu-se com estaque não era escrito de pena, mas de chuço.

Tinha uma nota o artigo, e assim concebida:

Ficam em nosso poder, onde podem ser examinados, os objetos a que nos referimos, verdadeiro corpo de delito da saturnal representada pelos esbirros do governo.

Muitas pessoas foram ao escritório da folha ver a cabeleira, a liga e o maço a que aludia o artigo. Entanto era a toda pressa chamado a palácio o chefe do partido. A conferência esteve tempestuosa.

O presidente engrilou-se, declarando que estava disposto a fazer tudo, mas guardadas as aparências. O chefe bateu-lhe o pé; deu-lhe três gritos, e acabou por dizer-lhe que não

faltavam presidentes para Pernambuco. Da secretaria ouviu-se a altercação; e horas depois assoalhou-se que as duas potências estavam desavindas.

Por este tempo o capitão-mor e a matrona, sabendo do artigo, quiseram protestar. O primeiro assegurava que sua cabeleira de rabicho há muitos anos fora roída pelos ratos, e lamentava esse desastre. A segunda, furiosa contra o escritor e disposta a não aturar desaforos, jurava que tivera sempre sua perna bem grossa e carnuda para segurar a meia sem necessidade de ligas. Ambos declaravam que não tinham saído de casa no dia da eleição.

Interpuseram-se, porém, os oráculos da oposição, e usaram de todos os meios de influência para obstar à declaração. Exigiam as conveniências do partido não se tirasse a força moral de um artigo, que produzira grande efeito e dera azo ao rompimento do chefe governista com o presidente.

O subdelegado da freguesia, cabo da eleição, desmentiu em officio e por cartas as acusações do jornal oposicionista; mas ninguém, nem os seus próprios amigos acreditaram nas asseverações do homem, que sabiam capaz de maiores façanhas, useiro e vezeiro nelas. Não obstante, a imprensa do governo desfez-se em elogios à imparcialidade e moderação do prestante cidadão a quem estava confiada a autoridade do lugar.

Um mês depois, cá na corte, o ministro da Justiça voltava do despacho azoadado com uma sabatina que sofrera a respeito da eleição da tal paróquia, cuja existência ele ignorava, pois era homem do Sul. O official de gabinete ouviu no meio de um solilóquio trágico estas palavras inauditas:

— Não se pode ser ministro assim!...

Tirando então da pasta um caderno de papel com o título de extrato dos jornais, o pimpolho do estadista procurou um lugar marcado à margem com uma cruz sinistra riscada a lápis. Era nada menos do que o trecho elo quentíssimo do publicista pernambucano.

Expediu-se nesse mesmo dia um reservado ao presidente exigindo com urgência informações a respeito dos fatos escandalosos referidos pela folha. A oposição em Pernambuco teve logo noticia do que havia, e compreendendo o partido que podia tirar do incidente, remeteu para a corte os objetos a que aludira o artigo, a fim de serem vistos por ALGUÉM.

Foi portador o nosso jornalista. Chegando à corte fez-me o favor de procurar como colega, e pedir que preparasse a opinião com um artigo de minha lavra, confiando-me para este fim o pacote onde estava o corpo de delito do grande escândalo. Há embrechadas de que ninguém se livra: era esta uma das tais.

Atirei o embrulho a um canto muito resolvido a desculpar-me com as minhas lidas, quando o homem viesse buscá-lo 'no sábado próximo, para a audiência que esperava. Nesse ínterim, porém, caiu o ministério; e houve mudança na política.

Disseram nas câmaras que, tendo-se agravado os incômodos do ministro do império, este insistira pela demissão, e o gabinete julgando inconveniente uma reorganização, resolvera retirar-se. O público ouviu estas explicações com o mesmo ar do homem da boa sociedade quando o amigo se desculpa de o não ter visitado ainda, por causa de incômodos de saúde. Sabe-se que é uma calva mentira; mas todos a aceitam e agradecem como uma prova de polidez.

A verdadeira causa da queda do ministério só muito depois vim eu a sabê-la; e como não me pediram segredo, aí vai sem tirar nem pôr.

Recebendo o reservado do ministro da Justiça, o presidente de Pernambuco pressentiu que ali andava dedo de mestre; e desenvolveu um zelo digno dos maiores encômios. É preciso notar que nessa mesma ocasião o fedelho administrativo fora honrado com uma particular do

ministro do Império, na qual o novo Mazarin insinuara habilmente esta máxima profunda: - Aos reis como às crianças, é preciso enganá-los para seu próprio bem.

Apesar de tão salutar advertência, o presidente porventura já fascinado pelo irresistível prestígio do absurdo, tomou ao sério o reservado. No mesmo dia foi demitido o subdelegado da tal freguesia com todos os seis suplentes; e o chefe de policia recebeu ordem de se dirigir imediatamente àquela localidade a fim de sindicarem dos fatos graves ocorridos durante a eleição.

Estes atos foram publicados na folha oficial. O chefe governista, que depois do rompimento resolvera temporizar, bufou. No primeiro paquete veio o seu ultimato: A conservação do atual presidente é uma calamidade. Meus amigos estão sendo sacrificados ao capricho deste moço enfatuado; e a lealdade exige que eu os acompanhe na adversidade.

Andava o ministro do Império muito desgostoso com os colegas porque não conseguira fazer o genro barão. A carta do chefe pernambucano foi um pretexto magnífico. Instou pela demissão do presidente, o que não obteve, como de antemão sabia; pediu então respeitosa vênias para retirar-se do poder, e foi-lhe graciosamente recusada. Não havia motivo para separar-se de seus colegas; devia continuar a prestar bons serviços ao país, e juntos deixarem o governo quando lhes viesse a faltar o apoio do parlamento do que não havia receio. A saída de um membro do gabinete isoladamente não era de boa política.

Tais foram pelo menos as palavras que o ministro do Império trouxe a seus colegas reunidos em conferência na casa do presidente do conselho. O secretário da Marinha, grumete de primeira viagem, expandiu-se como uma papoula, convencido de que o ministério estava mais firme que rocha, e tinha vida para cinco anos, senão dez.

Qual não foi seu pasmo, vendo que o matreiro do ministro do Império apesar daquelas palavras graciosas, insistia calculadamente pela retirada, mas a pretexto de moléstia; e que o presidente do conselho anunciava com um riso jâmbico a resolução de acompanhar seu colega: "Estava cansado e velho; devia passar o fardo a ombros mais robustos."

A bom entendedor meia palavra basta. A trempe do gabinete manobrava para alijar o colega do Império; mas aquela augusta solicitude manifestada pela solidariedade ministerial, abriu-lhe os olhos. Soara o *buona sera*, cumpria se despedirem logo, para não representarem o papel de D. Basílio.

Assim operou-se a mudança política. Mal sabia a essa hora o maroto do sacristão que ele tivera a honra de servir de pretexto a um acontecimento tão importante! Se o adivinhasse, não limitaria suas ambições ao modesto lugar de inspetor, que arranjou-lhe o escrivão, e à patente de alferes que o novo presidente prometeu-lhe.

Decorreram oito ou nove meses.

A câmara fora dissolvida. O jovem escritor tinha sido eleito deputado, e estava com assento na câmara. Um domingo por manhã recebi sua visita, em retribuição do cartão que lhe deixara à chegada. Conversamos a respeito de política; o autor do artigo sobre a cabeleira do capitão-mor pensava que tínhamos demasia de liberdade; a imprensa especialmente carecia de um corretivo salutar.

Trouxe-me à memória o embrulho que ainda atravancava uma gaveta de minha papelaria. Sem advertir que fazia um epigrama ao Cícero pernambucano, perguntei-lhe:

— Que destino devo dar aos objetos que V. Ex.a me confiou? Quer que os envie à sua residência?

— Oh! não vale a pena! respondeu com um rubor de primeira legislatura. A mudança, que se operou na política, tirou a estes objetos sua importância.

Ao sair encontrou-se a visita com um indivíduo esguio, que subia a escada. O feto ministerial não se dignou abaixar o augusto e digníssimo olhar para a zumbaia do desconhecido, cujo ar beguino cheirava de longe a morrão de igreja.

Quem havia de ser o sujeito?

O marreco do sacristão, que já foi encaixado na Guarda Nacional vinha à corte pretender um *empregozinho* para viver. Servia-lhe até mesmo o ofício de seu amigo, o escrivão, arriscado a perdê-lo por certo desfalque no cofre de órfãos.

— Dizem, acrescentou ele; eu não creio; talvez não passem de calúnias; mas enfim tudo pode acontecer.

Trazia-me o mirífico alferes uma carta de recomendação, que lhe dava o direito de importunar-me uma hora a contar sua genealogia, como prólogo necessário e importante da biografia. Mas nunca um tagarela caiu-me tão a propósito do céu como aquele.

— Sr. Beltrão, meus pequenos serviços estão à sua disposição; mas não tenho valimento. É bom que procure os deputados de sua província.

— Qual, sr. doutor. São uns ingratos; já estou escarmentado deles. Não viu este que saía quando entrei? Depois que se encarrapitou, faz que não conhece a gente. Não gosto de falar... Mas se não fosse eu, ele não estaria hoje - senhor deputado!

— Trabalhou a favor de sua candidatura?

O sacristão olhou-me com um sublime gesto de modéstia:

— Fui eu que derrubei o ministério passado.

— Ah!...

O Sr. Beltrão tinha em um saguão ministerial travado conhecimento com o correio do ex-presidente do conselho, que lhe referiu a verdade verdadeira a respeito da queda do último ministério.

— Ora, concluiu ele; quem meteu o capitão-mor na dança fui eu..

— Então ele não perdeu a cabeleira na igreja?

— Qual cabeleira, Sr. doutor. Aqueles cacarecos velhos estavam escondidos numa caixa do defunto vigário, que a tinha metido no armário da sacristia. Eu é que arranje: a tramóia com o escrivão.

— Pois Sr. Beltrão, já vejo que há de ser bem sucedido em sua pretensão. Um homem de seu talento deve ir longe.

Foi-se afinal o sacristão. Tornando ao gabinete, depois de uma manhã perdida, deu-me a curiosidade de examinar as antigualhas do embrulho, antes de mandá-las para o lixo. O rolo de papel, que o escritor pernambucano, jurando na palavra do escrivão, qualificara de maço de cédulas e como tal fora visto por várias pessoas; era nada menos do que um tesouro.

Era o manuscrito de uma crônica inédita da *Guerra dos Mascates*.

Devorei o cartapácio e desde logo fiz tenção de o tirar a lume, espanando-lhe de leve as roupagens do estilo, que me pareceram um tanto poentas. Só agora, no remanso destas férias, à sombra de umas jaqueiras que sem dúvida competem com as faias vergilianas, se pôde levar a cabo a grande empresa; e não sei como, lá se meteram pela velha crônica uns cerzidos ou remendos de estôfo moderno, que seguramente lhe tiram seu ar carrança, o melhor sainete do manuscrito.

Esta advertência, bem se vê que era imprescindível, para evitar certos comentários. Não faltariam malignos que julgassem ter sido esta crônica inventada à feição e sabor dos tempos de agora, como quem enxerta borbulha nova em tronco seco; não quanto à trama da ação, que versa de amores, mas no tocante às cousas da governança da capitania.

Pois não lograrão seu intento; que o público aí fica munido do documento preciso para julgar da autenticidade desta verídica história.

Se os tempos volvem como as vistas de uma marmota, e as figurinhas cá do presépio da terra entram para saírem, com os mesmos engonços e geringonças, embora metidas em

trajos diferentes; disso não tem culpa o cronista. Lá se avenham com o mundo, que é o titereiro-mor de tais bonecos.

O que se tira agora à estampa forma apenas a primeira parte da crônica, e bem se pode chamar o *Prólogo* da comédia, que a seu tempo, quando houver folga e pachorra, também virá a lume.

Tijuca, dezembro de 1870.

S.

NOTA

Sai tardio e já fora de sazão este primeiro volume de uma obra que podia bem estar a esta hora no rol dos alcaides de livraria.

Tendo entrado nos prelos em 1871, como se vê do frontispício, só agora 1873 vem a lume, e ainda assim desacompanhado do outro tomo, que lhe serve de parelha.

A culpa é do autor e ele a confessa contrito.

Poderia alegar em seu favor que logo depois de remetido à tipografia o original, teve necessidade de ir a Baependi fazer uso das águas de Caxambu, que lhe eram aconselhadas.

Nem venha o leitor com a sua contrariedade, lembrando que nesse decurso escrevia ele o Til, para o folhetim da República.

É o Til desses livros que se compõem com material próprio, fornecido pela imaginação e pela reminiscência; e que portanto se podem escrever em viagem, sobre a perna, ou num canto da mesa de jantar.

Não sucede o mesmo com um romance histórico, e ainda mais em nosso país onde as fontes do passado nos ficaram tão escassas, senão muitas vezes exaustas.

Para descrever a nossa sociedade colonial é necessário reconstruí-la pelo mesmo processo de que usam os naturalistas com os animais antediluvianos. De um osso, eles recompõem a carcaça, guiados pela analogia e pela ciência.

O escritor que no Brasil tenta o romance histórico, há de cometer antes de tudo essa árdua tarefa de recompor com os fragmentos catados nos velhos cronistas a colônia portuguesa da América, tal como ela existiu, a separar-se de dia em dia da mãe pátria, e já preparando o futuro império.

Imagine o leitor a cópia de livros de que tem de cercar-se o autor; o isolamento a que deve sujeitar seu espírito a fim de identificá-lo com esses órgãos do passado; a leitura incessante que lhe é necessária para saturar-se da antiguidade que se exala dos velhos alfarrábios.

Isto não se faz em viagem, e ainda menos em viagem de terra, pelos caminhos que temos, e com as pocilgas que às vezes servem de pouso aí por esse interior.

Bem saudades levava eu dos meus personagens da Guerra dos Mascates, com os quais me habituara a tratar, e a quem já conhecia tão bem, que os distinguia de longe pelo gesto ou pelo andar.

Quando, de volta de Caxambu, de novo os procurei, já não eram os conhecidos que eu tinha deixado; e custou-me a entrar de novo em sua convivência.

Este inconveniente, eu o noto todas as vezes que interrompo alguma obra. Se ela ganha pela reflexão, perde muito da energia e abundância que tem o primeiro arrojo da concepção.

A idéia de um livro, para aqueles que o escrevem de inspiração, brota de uma ebulição do pensamento, como a planta do germe que fermenta no solo.

Essa ebulição traz consigo toda a seiva do livro como no torrão em que vem o broto há o sal da terra, que deve formar o lenho, as folhas e a flor da árvore.

Uma vez apagada a efervescência d'alma, sem que o livro esteja concluído, é muito difícil reproduzir o fenômeno, e nunca ele volta com a mesma exuberância e o brilho da primeira expansão.

Malfadada nasceu esta crônica, pois quando o autor se julgava tornado a ela, arrancou-o a enfermidade para levá-lo outra vez em triste peregrinação, mas desta vez pelos arrabaldes da cidade.

Cá ficaram as provas a rever, e os materiais do segundo volume outra vez fechados na pasta à espera de uma folga, que só veio decorrido um ano, e depois de profundos desgostos.

Acudirá o leitor com o Garatuja, que há poucos dias foi dado à estampa?

O Garatuja estava feito; faltava-lhe apenas a forma. A cidade colonial de São Sebastião, eu tenho-a tantas vezes estudado e percorrido por ela, que já a conheço melhor do que a cidade imperial em que habitamos.

Foi para mim um anódino ao tédio da moléstia, essa crônica despreziosa, escrita sem esforço nem cuidado, com o maior desalinho. Outra sorte desejava eu para a Guerra dos Mascates, que todavia sai mau grado, tanto, se não mais, descuidada na composição, como na revisão.

Era minha intenção acompanhar este volume de notas, com referência à parte histórica da obra, mas sobre faltar-me o tempo, careço da paciência para esse trabalho tão fastidioso, quanto em geral desdenhado.

A Guerra dos Mascates é talvez dos fatos da nossa história colonial aquele de que nos ficaram mais copiosos subsídios. Temos acerca dessa grotesca revolução o informe dos dois partidos, os quais, como sempre acontece, exageraram cada um por sua conta.

Dos personagens, que a história memorou, o principal é sem dúvida Sebastião de Castro Caldas, governador e capitão-general de Pernambuco, posto ao qual foi promovido depois que deixou o governo da Capitania do Rio de Janeiro, onde serviu entre os anos de 1695 a 1697.

De seu caráter, como dos fatos que referem os cronistas, não carecemos de ocupar-nos aqui, pois melhor se verá do texto da obra, especialmente do segundo volume, onde a ação se desenvolve.

Foi este governador muito caluniado, em seu tempo, acabando por lhe faltarem os amigos e defensores, em qualquer dos partidos; até mesmo naquele a quem por último se entregara. É a sorte dos caracteres dúbios e perplexos, que dirigindo todo seu esforço a manter-se em equilíbrio entre as idéias e os homens, quando uma vez falseiam, não acham esteio e despenham-se.

Copiando-lhe o vulto histórico, além de vingar sua memória contra a injustiça e o aleive dos coevos, erigi em vera effigie, para exemplo dos pósteros, a estátua dessa política sorna, tibia, sorradeira e esconsa, que à maneira da carcoma rói e corrompe a alma do povo.

Quanto aos outros personagens, tanto os que vieram à tona da história, como os outros que a onda dos acontecimentos submergiu, não são mais do que os manequins da crônica, semelhantes às figuras de pau e cera em que os alfaiates e cabeleireiros põem à mostra na vitrina roupas e penteados.

Se o leitor malicioso quiser divertir-se experimentando carapuças, o autor desde já protesta contra semelhante abuso e pelos prejuízos, perdas e danos que daí possam provir a seu livro, o mais inocente de quantos já foram postos em letra de fôrma, desde que se inventou esse gênio do bem e do mal chamado imprensa.

12 de maio de 1873.

UBIRAJARA
(1874)
José de Alencar

"Todos cantam sua terra/ Também vou cantar a minha"

ADVERTÊNCIA

Este livro é irmão de Iracema.

Chamei-lhe de lenda como ao outro. Nenhum título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena.

Quem por desfazio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar em outras coisas a magnanimidade que ressumbra no drama selvagem a formar-lhe o vigoroso relevo.

Como admitir que bárbaros, quais nos pintaram os indígenas, brutos e canibais, antes feras que homens, fossem suscetíveis desses brios nativos que realçam a dignidade do rei da criação?

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável, sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida.

Homens cultos, filhos de uma sociedade velha e curtida por longo trato de séculos, queriam esses forasteiros achar nos indígenas de um mundo novo e segregado da civilização universal uma perfeita conformidade de idéias e costumes.

Não se lembravam, ou não sabiam, que eles mesmos provinham de bárbaros ainda mais ferozes e grosseiros do que os selvagens americanos.

Desta prevenção não escaparam muitas vezes espíritos graves e bastante ilustrados para escreverem a história sob um ponto de vista mais largo e filosófico.

Entre muitos citarei um exemplo. Barlaeus referindo as justas que se faziam entre os selvagens para obterem em prêmio de seu valor a virgem mais formosa, não se esqueceu de acrescentar este comento - *finis spectantium est voluptas*.

Narrados com este pessimismo, as cenas da cavalaria, os torneios e justas não passariam de manejos inspirados pela sensualidade. Nada resistiria à censura ou ao ridículo.

Por igual teor, senão mais grosseiras, são as apreciações de outros escritores acerca dos costumes indígenas. As coisas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza são deturpados por uma linguagem imprópria, quando não acontece lançarem à conta dos indígenas as extravagâncias de uma imaginação desbragada.

Releva ainda notar que duas classes de homens forneciam informações acerca dos indígenas: a dos missionários e a dos aventureiros. Em luta uma com outra, ambas se achavam de acordo nesse ponto, de figurarem os selvagens como feras humanas. Os missionários encareciam assim a importância da sua catequese; os aventureiros buscavam justificar-se da crueldade com que tratavam os índios.

Faço estas advertências para que ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vezes ridículas. É

indispensável escoimar o fato dos comentários de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens.

A MÃO E A LUVA
(1874)
Machado de Assis

Advertência de 1874

Esta novela, sujeita às urgências da publicação diária, saiu das mãos do autor capítulo a capítulo, sendo natural que a narração e o estilo padecessem com esse método de composição, um pouco fora dos hábitos do autor. Se a escrevera em outras condições, dera-lhe desenvolvimento maior, e algum colorido mais aos caracteres, que aí ficam esboçados. Convém dizer que o desenho de tais caracteres, — o de Guiomar, sobretudo, — foi o meu objeto principal, se não exclusivo, servindo-me a ação apenas de tela em que lancei os contornos dos perfis. Incompletos embora, terão eles saído naturais e verdadeiros?

Mas talvez estou eu a dar proporções muito graves a uma cousa de tão pequeno tomo. O que aí vai são umas poucas páginas que o leitor esgotará de um trago, se elas lhe aguçarem a curiosidade, ou se lhe sobrar alguma hora que absolutamente não possa empregar em outra cousa, — mais bela ou mais útil.

Novembro de 1874.

M. de A.

O NINHO DE BEIJA-FLOR

(1874)

Araripe Junior

Casa-te e obedece ao preceito divino.

(dos livros sagrados da Índia).

SIRVA DE PRÓLOGO

Minha idolatrada mãe:

Oferecendo-te este livro, o menos digno da tua complacência não só pela forma como pela matéria, não posso deixar de dar a razão por que assim o faço.

Talvez não te recordes mais de uma promessa que te fiz há bons anos, quando menino...

Foi no teu colo maternal que acordei para a vida inteligente. As minhas reminiscências não passam além do dia em que começaste a ensinar-me o alfabeto. Daí para trás tudo são trevas; deste dia, porém, que se perde no passado como o oasis no deserto, lembro-me como se fosse hoje: de sorte que estava escrito que no mesmo lugar, onde tinha nascido para o mundo físico, teria de nascer para o mundo moral.

VI

Desvaneço-me de dizer que então compreendias melhor que ninguém a força e influência que exercem as palavras e as carícias de uma mãe sobre a tenra organização das crianças; sem teres ainda lido *Aimé Martin*, desempenhavas com mais eficácia a tua missão do que tantas quantas, sem os teus dotes, houvessem estudado e decorado a *Educação das mães de família*. E assim acontecia porque mais valem as regras do código natural, que Deus gravou no coração das mães do que quantos sistemas e métodos por aí andam, quase sempre considerados letra morta, quando o coração não os tem adivinhado.

Suspeitos que já neste tempo afagavas não sei que planos e esperanças a meu respeito. As aspirações dos filhos são incontestavelmente futura daquelas, que primeiro os embalaram.

Os nossos primeiros movimentos, vícios ou virtudes, dependem menos das tendências naturais, do que do alimento moral que logo nos são ministrados.

Que poder imenso não tem sobre as crianças as histórias que lhes contam, os caracteres que os cercam, os exemplos que lhes citam?! As impressões são mais fortes nessa época, e por isso mesmo deixarão vincos indeléveis.

Um exemplo dessa influência poderosíssima tenho eu mesmo observado em mim, confrontando certos sintomas de melancolia atualmente com as sensações devastadoras, que, quando ainda muito tenro, recebeu meu espírito infantil através das matas seculares e rios tenebrosos do Pará. Desta viagem nunca me pude esquecer, a despeito da debilíssima reminiscência que tenho, sendo de notar que, sempre que quis esboçar algum quadro da natureza, estas impressões predominaram de uma maneira pasmosa.

A exuberância dos trópicos, ali tão ostentosa, a monotonia das imensas selvas, a tristeza das águas rasgaram em minha alma sulcos tão profundos, que ainda hoje perduram arrastando-me muitas vezes à solidão dos nossos campos.

Fenômeno admirável, nem por tanto deixa de ser verdadeiro. A história aí está com milhares de fatos para atestar a verdade do que te afirmo.

“O futuro de um filho, dizia Napoleão, é sempre obra de sua mãe”.

...*My praises first made thee a soldier!* Exclama Volumnia referindo-se a seu filho da célebre tragédia de Shakspeare. Foram os louvores da matrona romana que fizeram de Coriolano um general.

Quem há por aí que não conheça as ternas confidências de Affonso de Lamartine?

Não sei, minha mãe, se porque muito por mim aspiraste, cheguei a criar desejos, a ser levado por iguais arrastamentos. O que é certo é que todas as tuas ambições se me transmitiram, e concorreram para formar uma vocação.

VIII

Falsa ou não ela aí esta. Aí portanto devo inteiras as minhas veleidades literárias.

Houve tempo em que, completamente divorciado dos estudos positivos, os teus louvores concorreram de um modo considerável para fixar as minhas predileções. Não se terá por certo varrido da tua memória o entusiasmo com que te comunicava as impressões, que ia recebendo com as primeiras leituras das obras do autor de *Jocelyn*. Curvada sobre as tuas costuras, metias a bulha o esforço que eu fazia para traduzir fielmente os sentimentos, que me devoravam; e, quando vias-me lutando coma natural dificuldade de exprimir-me, sorrias, e, animando-me, dizias-me, não esqueço, que todos deviam ter sido assim. Era um consolo, mas eu tomava ao sério.

Como era de prever não ficaram as leituras nos castos livros de Lamartine. Para diante afoguei-me com indivisível volúpia no lamaçal horrível dos maus romances. Este excesso queimou-me, entorpeceu-me, e, como inevitável consequência, trouxe consigo uma completa inapetência para tudo quanto era estudo sério e necessário. A indigestão produzia seus efeitos.

IX

É inútil referir as queixas de Justiniano.

Tinha eu neste tempo dezesseis anos, e andava perseguido pela implacável sombra das Pandectas. Conhecendo o marasmo em que eu jazia, não te pudeste conter, e, procurando estabelecer um vivo contraste entre os prêmios, outrora granjeados no colégio e a descuidosa vida de então, denunciaste-me claramente uma decadência, que me causou um enorme espanto. A chaga foi revolvida com uma habilidade imensa; punziu-me a sátira, e, como se me houvessem ferido com o mais acerado dos agulhões, afastei-me gemendo.

A dor tinha sido profunda.

Jurei vingar-me, dizendo comigo que havia de produzir fosse o que fosse. A noite que se seguiu foi angustiada: empregou-se em uma gestação dolorosa.

Saturado de romances não foi possível apartar-me do gênero. Compus um pequeno conto, que depois apresentei-te vitorioso. Aplaudiste ainda.

É provável que, se assim não fosse, mais cedo tivesse regressado aos arraiais do direito Romano. Não foi porém o que aconteceu. Atirei-me inconsideradamente aos mares da publicidade, devorado por um prurido de compor, escrevendo a torto e a direito, sem possuir os elementos necessários, alheio às leituras fortificantes, apenas influenciado pelo *dissolvente* dos romances de Ponson du Terrail e outros.

Ignorava ainda que, para vir a ser alguma coisa em letras, dando como admissível a hipótese, como bem pondera Balzac, seria preciso primeiro *varrer da cabeça o montão de tolices, que a ocupava, antes de principiar a escrever coisas com jeito.*

X

Foi desta vez que prometi oferecer-te o primeiro livro que editasse. Tarde tive ocasião de cumprir a promessa do menino, graças assim mesmo à bondade de um amigo.

Eis tudo.

Agora duas palavras sobre o romance.

Devo dizer-te que começou por um capricho ou lembrança de momento. Roubado às horas que me sobravam da banca de juiz e do estudo dos autos, composto já quando reconciliado com os Lobões e Correia Telles, é provável que se ressinta de todos os efeitos, mau estilo, acanhada inspiração, falta de certa lógica nas cenas, tudo enfim quanto pode constituir uma má obra. Resta-lhe porém a espontaneidade.

O meu propósito fora apenas escrever uns três ou quatro folhetins, e neste intuito, planejei um contosinho para diversão das leitoras da *Constituição*. Quando menos esperava vi alongar-se a pena sobre o papel, e, antes que pudesse reagir, tinham aparecido dezesseis capítulos; o conto tomara as proporções de romance.

Benevolência ou não, comunicaram-me algumas pessoas lisonjeiras impressões. Nestas condições fui instado pelo amigo de que acima falei para publicar em livro o romance, e, acendendo aos seus desejos, concedi-lhe a edição.

Estou convencido, repito, que a obra nenhum merecimento tem em si, e só circunstâncias especiais me fariam publicar um trabalho todo filho do capricho e ao correr da pena.

XI

Se contudo houver leitor que se dê à pachorra do lançar os olhos sobre estas linha, a sua bonhomia desculpará a puerilidade destas confidências e as faltas do livro; esta linha não foram escritas para ele. Reprovem-nas muito embora, dar-me-ei por bem pago se conseguir de tua bondade, minha mãe, um sorriso complacente.

Teu Filho

Fortaleza – Agosto de 1872.

Tristão.

SENHORA
(1875)
José de Alencar

Ao Leitor

Este livro, como os dois que o precederam, não são da própria lavra do escritor, a quem geralmente os atribuem.

A história é verdadeira; e a narração vem de pessoa que recebeu diretamente, e em circunstâncias que ignoro, a confiança dos principais atores deste drama curioso.

O suposto autor não passa rigorosamente de editor. É certo que tomando a si o encargo de corrigir a forma e dar-lhe um lavor literário, de algum modo apropriar-se não a obra mas o livro.

Em todo caso, encontram-se muitas vezes nestas páginas exuberâncias de linguagem e afoutezas de imaginação, a que já não se lança a pena sóbria e refletida do escritor sem ilusões e sem entusiasmos.

Tive tentações de apagar algum desses quadros mais plásticos ou pelo menos de sombrear as tintas vivas e cintilantes.

Mas devia eu sacrificar a alguns cabelos grisalhos esses caprichos artísticos de estilo, que talvez sejam para os finos cultores da estética o mais delicado matiz do livro?

E será unicamente uma fantasia de colorista e adorno de forma, o relevo daquelas cenas, ou antes de tudo serve de contraste ao fino quilate de um caráter?

Há efetivamente um heroísmo de virtude na altivez dessa mulher, que resiste a todas as seduções, aos impulsos da própria paixão, como ao arrebatamento dos sentidos.

José de Alencar

O PAJEM NEGRO

(1875)

José de Alencar

ADVERTÊNCIA

DOS INTREPÍDOS sertanistas que primeiro rodearam as nossas florestas virgens, um dos mais célebres foi Bartolomeu Bueno, denominado o Anhangüera.

Entretanto sobre a sua origem, como sobre a sua vida, reina grande obscuridade.

Muitos o confundem com o filho, que herdando-lhe o nome e até o apelido selvagem, logrou, além das honras, a glória mesma das empresas que pertenciam ao pai.

Na obra de Pedro Laques, a Nobiliarquia Paulistana, onde podíamos colher as melhores e mais puras informações acerca deste ponto histórico, o que *se* encontra são lacunas ou contradições que ainda mais concorrem para a confusão e incerteza.

No título do “Buenos de Ribeira”, cap. 20, acha-se a menção de um Bartolomeu Bueno por alcunha *Anhangüera*, filho de Francisco Bueno e O. Filipe Vaz (*Revista do Instituto* — T.32 — Part. 1^a, p.235).

Mas este não é o verdadeiro *Anhangüera* o descobridor de Goiás, o qual, como consta de documentos autênticos, se chamava Bartolomeu Bueno da Silva.

Acresce que esse Bartolomeu Bueno da Ribeira, casado com Isabel Cardos, não teve descendência; pois não a refere a dita Nobiliarquia nem no título do “Buenos de Ribeira”, cap. 2^o. nem no título de “Lemes” cap. 1^o, § 5^o.

Ora, o Anhangüera deixou filhos; a história faz menção de dois, um o Coronel Bartolomeu Bueno da Silva, segundo do nome, e primeiro capitão-mor de Goiás; outro chamado Simão Bueno da Silva, que auxiliou o irmão na busca das minas de ouro, descobertas pelo pai (*Revista do Instituto* — T.27 — Part. 2^a. p.33).

Não é verossímil que Pedro Taques, tão minucioso a investigação acerca do outros ramos genealógicos menos importantes omitisse por ignorância ou esquecimento a ilustre sucessão do afamado *Anhangüera* cujo apelido se foi transmitindo como um brasão, ou título heráldico. Assim é que o bisneto do descobridor em 1782 assinava-se Bartolomeu Bueno de Campos Leme Gusmão, *Anhangüera* 4^o. (Id. p. 87).

Por outro lado o sobrenome de Silva só aparece na família dos Buenos de Ribeira em virtude do casamento de D. Isabel da Ribeira, filha do Capitão-Mor Amador Bueno, com Domingos da Silva dos Guimarães, em 1642, como se vê na citada *Nobiliarquia*.

Daí proveio talvez a tradição que dá o *Anhangüera* como descendente daquele Amador Bueno, quando em toda a sucessão dos nove filhos do célebre paulista não aparece nenhum Bartolomeu o que se pode verificar no cap. 19 do respectivo título de “Buenos de Ribeira”.

Ainda mais D. Filipa Vaz, mulher de Francisco Bueno, e portanto a suposta mãe do *Anhangüera* era filha de Francisco João Branco, casado com Ana Cerqueira. Assim como a filha mais velha tomou o nome da avó materna, talvez também o segundo filho, Bartolomeu Bueno, usasse do mesmo apelido de Cerqueira.

Não seria então esse o mesmo Bartolomeu Bueno de Siqueira que Pedro Taques, em título de “Toledos Pisas” — cap. 2^o § 2^o., nomeia como companheiro de Carlos Pedroso da Silveira em 1695 e com ele o primeiro descobridor das minas de ouro?

Haveria neste caso confusão entre esse descobridor das minas de Sabará com o descobridor das minas de Goiás; e dessa confusão resultaria o aplicar-se a ele o apelido de *Anhangüera*.

O que, porém mostra a toda a luz a incerteza em que laborava o espírito do escritor paulista é a referência que ele faz no título de “Lemes”, tratando D. Maria Teresa Isabel Pais (*Revista do Instituto* — T.35 — Part. 1ª. — p.247).

Examinando os cartórios, achou ele que esta senhora, sendo viúva de Fernão Dias Leme, convolou a segundas núpcias com o Coronel Bartolomeu Bueno da Silva, “filho de outro do mesmo nome por alcunha o *Anhangüera*, descobridor das minas de Goiás, das quais foi capitão regente”.

Estando na obrigação, como genealogista, de entroncar esse coronel em algum ramo da família *Bueno*, sem escrúpulo nem exame remontou-se ao filho de Francisco Bueno com D. Filipa Vaz de quem afirma ter referido a descendência, o que não é exato, pois tanto no nome de Bartolomeu Bueno, como no de D. Isabel Cardoso nada se encontra.

E como poderia Pedro Taques descrever a sucessão do verdadeiro *Anhangüera*, que nunca foi coronel, nem outra coisa senão sertanista, quando ele o confunde com o filho, capitão-regente e depois capitão-mor da Vila Boa de Goiás?

A verdade é que um mistério parece ter envolvido o nascimento e existência aventureira do famoso sertanista, cujo nome legendário a tradição popular nos transmitiu como um mito semibárbaro daquela primeira era da nossa história.

O livro que publicamos revela esse arcano que o orgulho da família selou por muito tempo. Ele foi tirado de um antigo manuscrito latino, descoberto há anos em um velho contador de jacarandá, que se supõe ter pertencido ao Mosteiro de São Bento.

Janeiro do 1875.

O Dr. BENIGNUS

(1875)

Augusto Emílio Zaluar

AO LEITOR

Não escrevo um prólogo ao presente trabalho pelo mesmo motivo por que lhe não acrescento notas, visto que tanto em um como em outro caso seria a tarefa, ou inútil por abreviada, ou descabida por extensa.

Assim limito-me apenas a transcrever, como única apresentação ao leitor, as benévolas palavras com que a distinta redação do *Globo* encetou esta publicação e a carta que por essa ocasião lhe escrevi. São estas:

“O Dr. BENIGNUS foi na literatura nacional o primeiro ensaio do romance científico ou instrutivo, nobre empresa literária cometida pelo estimado poeta e escritor o Sr. Augusto Emílio Zaluar. Começando hoje a transcrever nas nossas colunas os capítulos dessa bela digressão humorística, empreendida nos domínios até há pouco não incursados pelos poetas e romancistas, cumprimos um dever solicitando a atenção do leitor para essas interessantes páginas e para as seguintes linhas que nos foram dirigidas pelo ilustrado autor”. Ei-las:

Agradecendo cordialmente à ilustrada redação do *Globo* a benevolência com que lhe acolheu o meu trabalho, que hoje principio a publicar, compete-me o dever de declarar que nem apenas chega a ser ele um ensaio, mas o simples pressentimento da nova fase em que necessariamente vai entrar a literatura contemporânea.

O espírito humano, enriquecido com a grande soma de conhecimentos com que as ciências têm opulentado o seu patrimônio intelectual, não pode contentar-se unicamente com as leituras frívolas ou livros de exageradas e às vezes perigosas seduções.

Compreendem-no assim as sociedades mais adiantadas.

Na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos são raras as obras de pura imaginação e essas mesmas passam pela maior parte despercebidas.

Assim deve ser. Para que os trabalhos de um escritor tenham significação aceitável, é preciso primeiro que tudo que eles sejam o transunto das idéias de seu tempo.

Ainda há poucos dias me dizia um amigo:

Os autores antigamente morriam e ficavam suas obras: hoje morrem as obras e vivem os autores. E por quê? A resposta já ficou acima formulada.

Se Júlio Verne tem encontrado, no entanto nas regiões hiperbóreas, e no conhecimento das maravilhas da natureza tão vasto assunto para seus livros, que são em todo mundo lidos com interesse, o que não fará o escritor que queira explorar no mesmo sentido as prodigiosas riquezas científicas do nosso continente?

Dar-me-ei por satisfeito, pois, se as digressões do Dr. BENIGNUS despertarem a idéia destes estudos em outros mais competentes de que eu; assim terminarei estas linhas corroborando a minha opinião com as seguintes palavras do Sr. Draper, professor da universidade de New York, no prólogo do seu recente livro, *Conflitos da ciência e da religião*: ‘Estamos em véspera de uma grande revolução intelectual, diz ele, e as leituras frívolas vão ceder lugar a uma literatura grave e austera, a que os interesses da Igreja em perigo comunicarão a paixão e a força.’

A.E. Zaluar

MARÁBA
(1877)
ROMANCE BRAZILEIRO
Salvador de Mendonça

AO LEITOR

Embora delineado ha três anos, foi o presente livro escrito quase á proporção que ia aparecendo no *Globo* em folhetins.

Não se diz isto no só intuito de atenuar as faltas do autor, que é ele o primeiro a ei-las conhecendo; mas principalmente por amor da arte e culto sincero do belo que certo requeriam trabalho, mas assentado.

Enquanto os pensamentos, vestidos como Deus queria e o permitiam os recursos paternos, enfileiravam-se amparados uns aos outros nas colunas do jornal, onde sem voltar a pagina o leitor enfasiado tinha meio de seguir apenas o entrecho, ainda o peso da responsabilidade era minorado pela certeza da existência fugaz de qualquer produção estampada nas folhas diárias.

Mas no dia em que se tratou de reunir sob a forma de livro os capítulos dispersos, e reuni-los sem o tempo indispensável para modificá-los, ou pelo menos desbastar-lhes as asperezas, dar neste ponto mais luz, naquele mais sombra, comunicando ao todo mais harmonia e remediando os senões que afeiam uma obra que aspira aos foros de obra de arte, cresceu o receio do autor, cujo maior consolo era até hoje nada ter publicado sob esta forma de livro.

Há tanto escritor de bom nome que desejara poder suprimir da sua bagagem literária volumes editados prematuramente que do alheio exemplo tirava o autor proveitosa lição.

Talvez para castigo seu e do seu egoísmo, succedeu que o seu primeiro livro saísse, ao menos na forma, sem a imprescindível colaboração do tempo.

Natural é, porém, que concorram todos, na proporção de suas forças, para o desenvolvimento da literatura nacional, e é muito provável que, no meio da geral indiferença por tais cometimentos, o presente romance nunca viesse a lume, si tivesse de esperar mão mais detida, e não nascesse da própria necessidade de expansão que é dote do espirito humano.

Portanto, si foi melhor, si pior, di-lo-á o acolhimento que o livro deparar.

Nas paginas que se vão ler não espere o leitor encontrar, como de viva voz já se disse ao autor, a sustentação de uma tese: que para decisão de certos casos de ordem moral são insuficientes todas as leis que se preestabeleçam, sendo que para cada temperamento ou para cada individuo se houvera de fazer legislação peculiar.

Este livro não pretende provar cousa alguma: nem sequer que os homens são os mesmos em todos os tempos e com as mesmas paixões.

Não tem em mira propagar, reformar, emendar, nem ao menos discutir.

Aspira, quando muito, a que o leiam com deleite e nobre emoção. Tudo o mais é estranho ao fim da arte, embora por amor dela se venha a cogitar nas mais úteis e poderosas questões com que, aliás, a arte nada tem.

Para rematar este breve *confiteor*, confessa ainda o autor que este seu ensaio no romance já lhe está dizendo que em tempo algum virá a ser o que se chama um romancista popular, condição de que o afastam a sua índole literária, o modo de concepção e a própria forma.

Mas também o autor declara com toda a franqueza que não pretende, nem deseja sê-lo, por mais discordante que á primeira vista pareça esta declaração com as suas conhecidas convicções democráticas.

Não repetirá aqui a palavra de um bom espirito: “o direito do publico vai quando muito até ao ponto de ler-nos”; mas acrescentará por conta própria que em tempo algum o depravado paladar do vulgo lhe ditará a norma de escrever.

Para que o autor persevere na senda encetada, será bastante que os espíritos cultos o entendam e o acoçoem, porque desses nasceu em todos os tempos a luz da opinião, cujo reflexo aparece na turba ignorante, salvo ainda á turba a liberdade de refletir mal.

Não quer isto dizer que ao autor seja indiferente o voto das almas sensíveis, amigas ignoradas do escritor, ecos fraternos que a sua voz desperta sem que ao menos o saiba; verdadeiras urnas de ouro em que, no dizer do poeta, qualquer moeda tine como si fora rico tesouro. Não, para esses corações privilegiados é que de preferênciã a tudo e a todos se escreve e trabalha.

E aqui, para abrir este livro com bons auspícios, transcreve o autor a carta honrosa, quase as suas credenciais, com que a munificência do grande romancista nacional lhe saiu ao encontro, exatamente quando escrevia estas linhas preliminares.

“Meu caro colega,

“Felicitto-o por seu romance, que li com extremo prazer.

“Escrita no meio de graves preocupações que lhe repartiam o espirito; e sob a desagradável influencia da frieza de que a indiferença publica entre nós cerca aos que trabalham; a *Marába* não mostra todo o quilate de sua inspiração, nem dá medida de seu talento, conhecido e provado em outras províncias literárias.

“Mas ai está o seu *anch’io*. Pode soltar as rédeas ao grifo, e deixar que ele remonte-se ás serenas regiões do ideal, fugindo desses afãs mesquinhos em que nós os brasileiros, incorrigíveis pródigos, exaurimos tamanho cabedal de intelligência.

“O drama fisiológico de seu romance suscitou-me duvidas e reparos, que lhe exporei quando nos encontrarmos. É possível que se desvançam com a sua critica; pois ninguém conhece melhor o livro do que o autor que o escreveu, com a consciência de sua arte.

“Ha na critica um sestro intolerável. E’ o de querer que o autor não seja o próprio, mas um títere do censor, obedecendo ao seu menor gesto, ou antes adivinhando seus caprichos.

“Ponha esse pedagogo em face da natureza com o sistema de querer tudo amoldar á sua feição, e verá que disparates não surdem. Pois a inspiração é também uma natureza; e carece de toda a espontaneidade.

“Apreciei muito suas discrições; nem sóbrias a ponto de se tornarem secas; nem minuciosas e prolixas que fatiguem. Poucos traços, e toques necessários para imprimir-lhes o vigoroso colorido.

“Como desenho de costumes a azafama caseira de D. Florinda é perfeita; e deu-lhe quadros de encantadora naturalidade. Acho, porém, que foi pródigo de sua riqueza. Eu si achasse um veeiro como esse, havia de aproveitá-lo; e em vez de o esgotar em rápida narrativa, buscaria animá-lo com o dialogo, que você maneja com a fácil elegância, que é o realce dessa filigrana do romance.

“Aperto-lhe, pois cordialmente a mão. Infelizmente o tempo é de industria e não de arte.

“O que hoje se lê é a biblioteca de caminho de ferro. Os grandes carapetões da ciência, vestidos com a libré da fábula.

“Ressurgiram os gigantes com botas de sete léguas; os anãos endemoniados; mas sem os encantos das ingênuas crendices daqueles bons tempos.

“Por isso, felicitando-o por seu livro, não creio que ele abra, como devia, uma senda brilhante a seus generosos esforços.

“Sou com estima

“Seu amigo e colega

“J. DE ALENCAR.

“S.C. 12 de Fevereiro de 1875.”

GABRIELLA

(1875)

Romance Brasileiro

J.M. Vello da Silva

CRÔNICA DOS TEMPOS COLONIAES

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Muita gente sabe miudamente o que vai pela casa alheia e não vê nem de leve o que se passa na própria. Axioma é este que nos cabe quando se trata das cousas pátrias. Em geral, sabemos bem a história da Grécia, de Roma, da Alemanha, da Itália, da Inglaterra, da França e de Portugal; e pouco ou nada curamos da nossa; posto que seja ela a mais nova de suas irmãs; quando por mais moça e mais modesta a devíamos querer muito, como é de razão.

Dá talvez ensejo á tamanha desatenção, ser ela, ainda que moça, desafetada e singela em demasia; e para os amadores de prestígios e sortilégios, desprovida de pompas e atavios, não seduz pelo maravilhoso, porque não vai buscar seus pergaminhos heráldicos, nas theogonias, nem traz nobiliários dos tempos nebulosos que se esconderam nas dobras espessas de um passado inescrutável.

Dizem-nos da Grécia, que seus habitantes foram os Pelasgos que ocuparam o Peloponeso, a Thessalia, e o Epyro; que ai deram-se os feitos prodigiosos de Teceu, de Hercules e de Jason. Contam-nos as guerras dos Heraclidas, as fundações das colônias egípcias, os jogos olímpicos e as heróicas maravilhas de Maratona e Salamina.

De Roma, referem-nos a mitologia de Rômulo filho de Marte e de uma Vestal, que fôra ele amamentado por uma loba ás margens do Tibre; o rapto das sabinas, e dai as variadas fases e peripécias de sua pasmosa história que assombra e maravilha.

Da Alemanha, contam-nos as lendas dos Cimbro e Theotões, a dominação romana, a valentia dos Cheruscos, e as invasões dos povos germânicos do império do Ocidente.

Da Itália, dizem-nos que Saturno sendo expulso de Creta por seu filho Júpiter e sendo agasalhado por Jano, rei do país, lhe ensinara as letras e a agricultura, e que mais tarde, Enéas á frente de um resto de Troyanos fugidos do furor dos Gregos, aportara á foz do Tybre e casando com a filha do rei Latino edificara a cidade de Lavinia que foi dominada pelos Pelasgos, que vieram os Tyrrenos e os Sículos, e tudo o mais que d'ahi decorre.

Da Inglaterra, contam-nos as invasões de César na Bretanha e de seus exércitos comandados por Agrícola, as guerras dos Pictas e dos Bretões, a invasão e domínio dos Saxônios, a devastação dos Normandos, o reinado de Alfredo, o Grande, e o longo domínio dos Condes de Anjou.

Da França, já conhecido antes da era cristã, referem-nos os feitos assombrosos de Viriato derrotando as legiões romanas e os seus mais valentes pretores, a invasão dos Vândalos, Suevos e Alanos, a guerra dos Árabes e Godos entre o Tejo e o Douro nos séculos IX e X, a luta de Affonso III contra Algarves, a conquista de Celta em 1415 e as descobertas marítimas que abriram aos portugueses o caminho das Índias e lhes asseguraram as possessões da África e da Ásia. Sendo muito de notar-se que essas origens distanciadas, encobertas nos véus misteriosos das theogonias, e problemáticas como os mananciais do Nilo, produzem o efeito das lentes ópticas dos cosmoramas que nos alargam as dimensões dos objetos, alindam-lhes os contornos, realçam-lhes as cores e arrebatam a imaginação pela ilusão dos sentidos.

Da nossa historia, porém, bem somenos é o que nos dizem as crônicas; o mais deplorável desleixo não lhe entregou eivada de lacunas, apresentando-nos raleiros desmembrados em campo de tão bom lavor, e deixando de transmitir-nos os assuntos e os episódios que presenciaram, esses que tão descuidosos foram; legando-nos assim a ignorância do que mais nos convinha saber.

Não se sabe como, nem d'onde vieram para esta terra, seus primeiros habitantes apesar das gratuitas e inúmeras hipóteses do padre Simão de Vasconcelos e de outros. Quanto a uns, cá vieram ter, judeus, atenienses, ou africanos em nós esgarrados de Ophir, quando á outros, vieram pela suposta ilha Atlântica, e quanto finalmente a outros, esta terra foi povoada pelos derrotados arquitetos da Torre de Babel! Não poderão eles como os gregos primitivos dizerem-se autóctones, isto é, nascidos no próprio país?

Quanto a nós, porém, temos como verdade inconcussa a opinião do barão de Humboldt: -- "A questão geral da primeira origem dos habitantes de um continente, dizia ele, está além dos limites prescritos á historia, e talvez mesmo não seja uma questão filosófica."

Pela incúria e desmazelo no apanhar e coligir dos fatos vieram dúvidas e incertezas acerca das primeiras explorações do país; sendo, porém certo que por longo tempo ficou ele esquecido e abandonado pelos reis de Portugal.

Ninguém sabe porque modo e como, se achavam Diogo Álvares, no meio dos Tupinambás na Bahia, e João Ramalho, entre os Goyanazes em S. Vicente. Eles que nos podiam ter dado boa razão de si, não o fizeram; nem pediram ao menos a quem lho fizesse; pois é natural que fazê-lo por si, lhes não coubesse em posses. Pedro de Magalhães Gandavo, foi o primeiro que nos começou a dar noticias d'esta terra; mas só o fez cerca de setenta anos depois das primeiras explorações. E quem nos dirá, qual foi o motivo porque Domingos Fernandes Calabar fugiu dos seus, atraçoando-os tão feiamente para auxiliar com tamanha eficácia e êxito a causa dos intrusos?! Que assuntos homéricos! Que assombrosos episódios, se não deveriam ter dado, dignos do drama e do romance, na guerra holandesa!

Os vinte e quatro anos dessa luta titânica, foram férteis em feitos sublimes de abnegação, de patriotismo e de pujanças. Assombram e maravilham os feitos heróicos dos chefes brasileiro, minguados de educação e disciplina militar, em frente de um inimigo poderoso, aguerrido e avezado na estratégia dos combates. Só um prodígio de coragem e amor da pátria lhes poderia coroar os esforços, de tamanha e tão imorredoura glória! O monte das Tabocas e dos Guararapes são os Termopylas onde aqueles Leonidas brasileiros, poucos em numero, grandes no ardimento e únicos em semelhantes condições, derrotaram os soberbos e bellicosos holandeses. Para que mais venha de molde à paridade, sabe-se que o desfiladeiro chamado Passo dos Termopylas, era uma passagem entre as montanhas e o mar; o desfiladeiro onde foi acometido e de onde fugiu vergonhosamente Segismundo á frente de quatro mil e quinhentos holandeses foi entre os montes Guararapes e as lagoas Corcoranas próximas ao mar.

Abandonadas por distanciado, o que deixamos dito e vamo-nos chegando há tempos mais visinhos.

Esta esplendida e majestosa cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, depois da descoberta da Bahia em 1500, dormira cerca de sessenta anos, entorpecida como a crisálida em seu envoltório de ouro e de esmeraldas.

Princesa encantada e adormecida, com os pés nas orlas do oceano, espreguiçava-se sobre sete montanhas que lhe eram a um tempo, leito para o sonho e sólio para a majestade, e o arruído das catadupas, o ciciar das folhas do arvoredo e o gorjeio dos passarinhos eram os cânticos que a embalavam. Foram os franceses que a vieram arrancar do sonho da inocência; a serpente veio trazer á singeleza e candura deste paraíso a ciência do bem e do mal. Foi então

que a metrópole para que lhe não senhorassem o mais valioso diamante de sua coroa, nos enviou quem lhe assegurasse os direitos. Mem de Sá e seus dois sobrinhos Estácio de Sá e Salvador Corrêa vieram como primeiros paladinos desta cruzada; como Tancredo firmaram seu estandarte, se não nos muros da cidade santa, ao menos nas amplidões de um paraíso novo. Desde aquele capitão-mor, até o capitão general Gomes Freire, e de D. Antonio Álvares da Cunha, primeiro Vice-Rei, até D. Marcos de Noronha, sétimo e ultimo vice-rei do Estado, começaram e foram sucessivamente engrandecendo-se as fundações da futura capital do império da Santa Cruz.

Encontram-se documentos relativos á ordem civil e política daqueles tempos; ainda assim incompletos, não só porque o incêndio que devorou o Arquivo da Câmara, em 1790, devia necessariamente destruir preciosidades históricas que nos fazem hoje grande falta, como porque a inépcia e o desleixo opunham-se a que nos deixassem memórias aqueles que cuidaram do seu presente, não tomavam canseiras por um futuro que lhes não pertencia. Não conhecemos o estado moral da sociedade de então, seus usos e costumes, e suas tendências; e bem assim muitos dos nomes ilustres de varões prestantes que por seus haveres e serviços deveriam ter tido influencia legitima na sociedade de seu tempo.

Fecunda e majestosa foi, sem duvida, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico. Esta associação benemérita das letras pátrias tem-nos prestado relevantes serviços.

Tem-nos ido escavar preciosidades que iam sem duvida, desaparecer nos limbos em que jaziam, e tem cuidadosamente arquivado e dado noticia destes subsídios, fartos mananciais para quem souber e quizer tirar deles bons assuntos para os labores do espírito e para admiração e incitamento dos que nos vieram sucedendo, porque nem sempre a descrença nos há de eivar, e as letras pátrias hão de ter seu período de renascimento. Algum Moysés nos dará água límpida e pura da aridez destes rochedos, nos mostrará as taboas da lei e nos apontará da montanha escarpada, a fertilidade das terras da promessa.

De poucos anos á esta parte alguns bons espíritos se têm occupado em as nossas cousas domesticas e nos têm trazido á lume os repositórios onde se escondiam riquezas desaproveitadas, que eles têm ido respigar em suas investigações com boa vontade e insano trabalho porque entre nós tudo é de subido custo; e depois de muito labutar, entorpece-se á mingua de incitamento e o que é ainda pior... recua-se, e volta-se ao silencio pela mordacidade e a cerimônia da censura que em vez de benévola, conselheira e mestra, é as mais das vezes malfazeja, desarrazoada e esterilizadora porque mata aspirações, convertendo campos prometedores de messes fartas em asneiros infrutuosos e desertos. Só avulta a literatura de um povo com o correr de tempo largo, e nós temo-lhe ainda tão acanhado que nos não dá para larguezas.

Há muito quem nos possa ir opulentando em preciosidades literárias; mas á uns se lhes sobram bons desejos, morre-lhes o intento á mingua de posses, porque quase sempre a riqueza da intelligência e a riqueza do ouro, são como na química, os corpos de afinidade negativa; outros vão deixando sempre para amanhã o que hão de fazer hoje e no encalço desse esperar sem termo vem-lhe pela incúria o desalento invalidar a possibilidade dos cometimentos; outros finalmente vão como gladiadores ensaiando forças, vencendo resistências, desbaratando impedimentos, e trazem-nos nas mãos e á luz do dia as opulências do pensamento apresentando-nos copia mais ou menos farta de jóias de maior ou menor valia, o que tudo é sempre bem vindo.

Quem puder levar sobre os ombros a cantaria lavrada e facetada para a beleza e originalidade do edificio, que o faça; Deus o ajude para tanto; e quem for mais apoucado em forças, nem por isso deixe de levar sua pedra ainda que tosca e achamboada seja, lá encontrará aberta aonde ela lhe irá de jeito. Assim como o ócio tem seus cansaços e aborrecimentos, a

beleza uniforme tem suas monotonias; a sublimidade dos grandes quadros está no segredo dos contrastes da luz e das sombras. Entre essas tarefas de somenos labor irá este livro; para fazê-lo, tomei um período dos nossos tempos coloniais; procurei pôr a geração morta diante da geração viva, e trazer a terreiro o modo de ser da sociedade de nossos avós segundo as idéias do tempo.

Exumei do tumulo secular, os nomes e a memória dos que foram, e de quem hoje ninguém se lembra; e, no entanto foram eles que nos abriram o caminho para a sociedade nova; se melhor, se pior, não o sei eu; o certo é que muito lhes devemos; assim como, muito nos hão de dever os que vierem, porque os nossos desacertos lhes hão de ser corretivo contra os infortúnios e aviso para melhor caminho.

Procurei descrever o tempo dos que nos precederam, com seus abusos e imperfeições, e a sinceridade e pureza de suas crenças; com os desmandos e humilhações de sua cegueira e a candura e inocências de seus costumes.

Descrevi como soube, os caracteres de cada um dos personagens. Procurei que as asperezas da narrativa se aliassem as recreações e desenfadados do drama, e á tudo isto, creio eu, que cabe o nome de romance histórico. Se o é, decidam os mestres e sabedores destas classificações que nem sempre são tão fáceis como de primeira vista se afigura.

Se o livro alguma cousa valer, servirá de passatempo e desenfado por prazo breve e quem tiver a complacência de o ler; se ao contrario, nenhum merecimento lhe for descoberto, tanto pior para o autor que perdeu algum tempo e um tanto de paciência para tornar a si de um erro; julgando que das minas que escavara, lhe não viria nas batéas somente areia grossa e imprestável, senão também alguma palheta de metal prestadio ainda que de somenos quilate.

HELENA
(1876)
Machado de Assis

ADVERTÊNCIA

ESTA NOVA EDIÇÃO de Helena sai com várias emendas de linguagem e outras, que não alteram a feição do livro. Ele é o mesmo da data em que o compus e imprimi, diverso do que o tempo me fez depois, correspondendo assim ao capítulo da história do meu espírito, naquele ano de 1876.

Não me culpeis pelo que lhes achardes romanesco. Dos que então fiz, este me era particularmente prezado. Agora mesmo, que há tanto me fui a outras e diferentes páginas, ouço um eco remoto ao reler estas, eco de mocidade e fé ingênuas. É claro que, em nenhum caso, lhes tiraria a feição passada; cada obra pertence ao seu tempo.

M. de A

O CABELEIRA

(1876)

Franklin Távora

MEU amigo,

A casa onde moro está situada ao lado de uma rua de bambus, em um dos cantinhos mais amenos da bacia de Botafogo.

Vejo daqui uma grande parte da baía, os morros circunstantes cravando seus cumes nas nuvens, o céu de opala, o mar de anil.

Infelizmente este belo espetáculo não é imutável.

De súbito o céu se torna brusco, e só descubro cabeços fumegantes em torno de mim; ribomba o trovão nos píncaros alcantilados; a chuva fustiga as palmeiras e casuarinas; a ventania brame no bambuzal; a casa estala. Parece que tudo vai derruir-se.

Estas tormentas duram horas, noites, dias inteiros, e reproduzem-se com mais ou menos freqüência.

Quando elas têm passado de todo, o céu mostra-se mais puro e belo, o mar mais azul, as árvores mais verdes, a viração tem mais doçura, as flores mais deliciosos aromas.

Pela face das pedreiras correm listrões d'água prateada, que refletem a luz do sol, formando brilhantes matizes. Coberta de frescas louçanias, a natureza sorri com suave gentileza depois de haver esbravejado e chorado como uma criança.

É tempo de cumprir a promessa extorquida pela amizade, que não atendeu às mais legítimas escusas. Essa natureza brilhante e móvel estava a cada instante convidando o meu desânimo a romper o silêncio a que vivo recolhido desde que cheguei do extremo norte do império.

Depois de cerca de dois anos de hesitações, dispus-me enfim a escrever estas pálidas linhas — notas dissonantes de uma musa solitária, que no retiro onde se refugiou com os desenganos da vida não pode esquecer-se da pátria, anjo das suas esperanças e das suas tristezas.

Tive porém que melhor seria leres umas centenas de páginas na estampa, do que traduzires um volumoso *in-fólio* inçado de tantas emendas e entrelinhas que a mim mesmo custa às vezes decifrá-las, pela razão de que tudo aqui se escreveu sem ordem, sem arte, sem se atender a ideal, por aproveitar momentos vagos e incertos de uma pena que pertence ao Estado e à família.

Por isso, em lugar de uma carta, receberás nessa encantadora Genebra, onde te delicias com a memória de Rousseau, Staël, Voltaire, Calvino — astros imortais, que rutilarão perpetuamente no firmamento da civilização — um livro hoje, outro talvez amanhã e alguns mais sucessivamente, até que me tenhas libertado da obrigação que me impuseste, conforme o permitirem as minhas forças diminuídas pelo meu afastamento das coisas literárias de nossa terra.

Inicio esta série de composições literárias, para não dizer estudos históricos, com o Cabeleira, que pertence a Pernambuco, objeto de legítimo orgulho para ti, e de profunda admiração para todos os que têm a fortuna de conhecer essa refulgente estrela da constelação brasileira. Tais estudos, meu amigo, não se limitarão somente aos tipos notáveis e aos costumes da grande e gloriosa província, onde tiveste o berço.

Pará e Amazonas, que não me são de todo desconhecidos; Ceará, torrão do meu nascimento; todo o Norte enfim, se Deus ajudar, virá a figurar nestes escritos, que não se

destinam a alcançar outro fim senão mostrar aos que não a conhecem, ou por falso juízo a desprezam, a rica mina das tradições e crônicas das nossas províncias setentrionais.

Depois de alguns meses de ausência, tornei a ver o Recife, esplêndida visão de teus sonhos nostálgicos. Lamento que, havendo sido transportado muito novo ainda ao velho mundo, não guardes dessa visão a menor lembrança, fugitiva embora. Genebra com o Mont-Blanc coberto de neves e gelos eternos; o lago imenso, que a um sem-número de poetas tem inspirado maviosos e imortais cantos; o Ródano que, ao dizer de um viajante nacional, “foge apressado, resmungando com voz medonha em procura de hospitalidade no Mediterrâneo”, não pode ter a beleza dessa elegante e risonha cidade, que surge dentre mangues verdejantes, águas límpidas, pontes soberbas, e se estende por sobre vasta planície, obrigando os matos a se afastarem de dia em dia ao ocidente para ter espaço onde alongue de improviso suas novas ruas, suas estradas, seus trilhos, testemunhos de sua prosperidade material, comercial e agrícola; onde funde novas escolas e erija novos templos, testemunhos de sua civilização e grandeza moral.

Vi o Pará, e adivinhei-lhe as incalculáveis riquezas ora ocultas no regaço de um futuro que, se não anunciou ainda a época precisa de sua realização, não se demorará muito, segundo se infere do que apresenta, em traduzir-se na mais brilhante realidade.

E que direi do Amazonas, incompreensível grandeza, que tem a índole da imensidade e a feição do escândalo?

Não há prodígio que se possa comparar com aquele no descoberto. Não creio que Rousseau fosse capaz de fantasiar semelhante, ainda que levasse toda a vida a imaginar, ele o filósofo sonhador que com suas idéias revolucionou o mundo; o homem cria a grandeza ideal, a grandeza física porém só Deus a concebe e executa. Staël em vão tentaria descrever esse reino encantado como descreveu Itália em sua imperecedora *Corina* em que o estudo dos monumentos e do passado não desdiz do coração, monumento de todos os tempos.

Entrando ali, pareceu-me entrar em um templo fantástico e sem proporções. É natural o fenômeno: sempre que nos achamos diante das obras-primas da criação, secreto instinto nos adverte que estamos na presença de Deus. A admiração tem então a solenidade de um recolhimento e de uma homenagem. As impressões passam dos sentidos ao fundo da alma onde vão repetir-se com maior intensidade. Todas as nossas faculdades — a inteligência, a imaginação, a própria vontade — deixam-se dominar de uma como volúpia que não é sensual, mas deleitosa, e grande como é talvez o êxtase. Ainda quando tenhamos o espírito cansado dos erros e injustiça dos homens, nós o sentiremos levantar-se imediatamente cheio de vida diante da representação enorme, como se ele se achasse em sua integridade virginal. É o efeito do assombro que percorre, como fluido, o nosso organismo, despertando em nós abrutadas sensações que nunca experimentamos, e que são para nós verdadeiros fenômenos do mundo fisiológico.

Águas imensas serviam de lajeamento ao majestoso templo, que tinha por abóbada o céu sem limites. À visão física escapavam as colunas e paredes dessa catedral-mundo, as quais a minha imaginação fora colocar além dos horizontes invisíveis do Atlântico.

Do lado do norte quebravam a monotonia da superfície envoltos nos vapores matutinos uns como rudimentos gigantesco de arcadas colossais. Em outras quaisquer condições cósmicas esses rudimentos apresentar-se-iam à minha vista como grandiosas ruínas; ali não; que se afigura ao espírito de quem os observa, é uma coisa Indizível; afigura-se que essas arcadas estão em começo de construção e se destinam a romper o céu, porque no meio daquele suntuoso impossível poder-se-á dizer que nenhum átomo tem o direito de se deixar destruir; quando tudo não exista *ali ab initio*, quando tudo não tenha ali uma vida que não teve princípio e que não há de ter fim, só o que resta ao corpo é nascer, agigantar-se, eternizar-se na

matéria, que não acabará senão no fim dos tempos.

O que eu via e acabo de apontar não era outra coisa que a região amazônica que começava a desenhar-se risonha, azulada, esplêndida. Eram ilhas sem-número, umas de comedidas dimensões, outras de descomunal amplitude, todas elas multiformes, marchetando aqui as águas, bordando ali o continente coberto de uma espessa crosta de verdura.

Quem não entrou ainda nesse mundo novo onde ao homem que pela primeira vez nele penetra, se afigura não ter sido precedido por um único sequer dos seus semelhantes; onde há léguas e léguas que ainda não foram pisadas por homem civilizado, e onde há rios que só a canoa do índio tem fendido, não pode formar idéia dessa esplêndida maravilha.

Quando me achei, não em face, mas no seio daquela natureza (porque em breve me vi cercado de ilhas, das quais algumas podem comparar-se a continentes, em que todas as direções iam ficando ou aparecendo), natureza a que a minha imaginação tinha dado formas incríveis, filhas da visão íntima, reconheci só então quanto em seus vãos arroubos me havia a fantasia deixado aquém da realidade.

Nada do que fui descobrindo conformava com as paisagens que eu traçara e colorira na mente não obstante as proporções gigantescas, as linhas corretas, as cores variadas, os matizes estupendos com que eu as tinha feito surgir de minha palheta. Pálidos e somenos hão de ser sempre diante daquela realidade a modo de fortuita os sonhos do maior imaginar.

Muito se há escrito do Pará e Amazonas desde que foram descobertos até nossos dias. Que valem, porém todos os escritos e narrações de viagem a semelhante respeito? Quase nada.

O que eles nos põem diante dos olhos é o traço hirto, e não o músculo vivo e hercúleo; é a ruga, e não o sorriso; é a penumbra, e não o astro; o que eles nos oferecem são formas tesas e secas em lugar dos contornos brandos, delicados e flexíveis dos imensos panoramas e transparentes perspectivas dessas regiões paradisíacas.

Como pintar as miríades de ilhas, rios, furos, igarapés, que se mostram aos olhos do viajante desde a foz do grande rio, desde a confluência deste com os outros rios, que não têm conta, até suas nascentes, que durante muitos anos ainda hão de ser quase inteiramente desconhecidas? Como pintar tais imensidades, se vencer um desses rios, um desses furos, um desses igarapés, deixar atrás ou de lado uma, dez, cem ilhas, é o mesmo que penetrar em novos igarapés, novos furos, novos rios, contornar novas ilhas.

Nem sempre, porém a natureza sorri, ou protege, ou abraça; às vezes ela encoleriza-se e, trocando os afagos da mãe carinhosa com as asperezas da madrasta desamorável, repele o homem por mil formas, e o impele para mil perigos.

A cólera, o açoite, a repulsa, o impulso, o puro franzir do sobreolho da madrasta irritada são terríveis manifestações; é a tempestade que afunda mil vidas — o homem, a cobra, a onça, a ave infeliz que passava trinando venturas; é a correnteza que desagrega, desfaz ilhas, e as apaga da superfície das águas, e arranca o cedro, a palmeira, os quais vão arrebatados no turbilhão, que os engole vestidos de vigente folhagem para os vomitar escalavrados, nus, despedaçados, sórdidos.

A pedra não resiste. A revolução arrasta-a com rapidez inconceptível, e a vai levar em um momento a fundos abismos, que são outros tantos domicílios da vertigem e da morte. Com a pedra desapareceria a montanha, se tivesse a imprudência de ir surgir à frente, ou no meio daquelas impetuosas águas, que alagam, constringem, cavam, desmantelam, pulverizam praias, ribas, fragas e continentes.

— Que não seria deste mundo — pensei eu, descendo das eminências da contemplação às planícies do positivismo, — se nestas margens se sentassem cidades; se a agricultura liberalizasse nestas planícies os seus tesouros; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e neles repercutisse o ruído das suas máquinas? Desta beleza, ora a modo de estática, ora

violenta, que fontes de rendas não haviam de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui a cada passo uma Manchester ou uma New York. A praça, o armazém, o entreposto ocupariam a margem, hoje nua e solitária, a câmara sem vida e sem promessa; o arado percorreria a região que de presente pertence à floresta escura. O estado natural, espancado pelas correntes da imigração espontânea que lhe viessem disputar os domínios improdutivos para os converter em magníficos empórios, ter-se-ia ido refugiar nos sertões remotos donde em breve seria novamente desalojado. Uma face nova teria vindo suceder ao brilhante e majestoso painel da virgem natureza. Não se mostrariam mais aqui as tendas negras da fome e da nudez. O trabalho, o capital, a economia, a fartura, a riqueza, agentes indispensáveis da civilização e grandeza dos povos, teriam lugar eminente nesta imensidade onde vemos unicamente águas, ilhas, planícies, seringais sem-fim.

Mas por onde ando eu, meu amigo? Em que alturas vou divagando nas asas da fantasia? Venhamos ao assunto desta carta.

No *Cabeleira* ofereço-te um tímido ensaio do romance histórico, segundo eu entendo este gênero da literatura. À crítica pernambucana, mais do que a outra qualquer, cabe dizer se o meu desejo não foi iludido; e a ela, seja qual for a sua sentença, curvarei a cabeça sem replicar.

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra.

A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.

A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão.

Por infelicidade do Norte, porém, dentre os muitos filhos seus que figuram com grande brilho nas letras pátrias, poucos têm seriamente cuidado de construir o edifício literário dessa parte do império que, por sua natureza magnificente e primorosa, por sua história tão rica de feitos heróicos, por seus usos, tradições e poesia popular há de ter cedo ou tarde uma biblioteca especialmente sua.

Esta pouquidade de arquitetos faz-se notar com especialidade no romance, gênero em que o Norte, a meu ver, pode entretanto figurar com brilho e bizarría inexcedíveis. Esta verdade dispensa demonstração. Quem não sabe que na história conta ele J. F. Lisboa, Baena, Abreu e Lima, Vieira da Silva, Henriques Leal, Muniz Tavares, A. J. de Melo, Fernandes Gama, e muitos outros que podem bem competir com Varnhagen, Pereira da Silva e Fernandes Pinheiros; que o primeiro filólogo brasileiro, Sotero dos Reis, é nortista; que é nortista Gonçalves Dias, a mais poderosa e inspirada musa de nossa terra; e que igualmente o são Tenreiro Aranha, Odorico Mendes, Franco de Sá, Almeida Braga, José Coriolano, Cruz Cordeiro, Ferreira Barreto, Maciel Monteiro, Bandeira de Melo, Torres Bandeira, que valem bem Magalhães, A. de Azevedo, Varela, Porto Alegre, Casimiro de Abreu, Cardoso de Meneses. Teixeira de Melo?

No romance, porém, já não é assim. O Sul campeia sem êmulo nesta arena, onde têm colhido notáveis louros: Macedo, o observador gracioso dos costumes da cidade; Bernardo Guimarães, o desenhista fiel dos usos rústicos; Machado de Assis, cultor estudioso do gênero que foi vasto campo de glórias para Balzac; Taunay que se particulariza pela fluência, e pelo faceto da narrativa; Almeidinha, que a todos estes se avantajou na correção dos desenhos, posto houvesse deixado um só quadro, um só painel, quadro brilhante, painel imenso, em que há vida, graça e colorido nativo. Estes talentos, além de outros que me não lembram de momento, não têm, ao menos por agora, competidores no Norte, onde aliás não há falta de

talentos de igual esfera.

Não me é lícito esquecer aqui, ainda que se trata do romance do Sul, um engenho de primeira grandeza que, com ser do Norte, tem concorrido com suas mais importantes primícias para a formação da literatura austral. Quero referir-me ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro José Martiniano de Alencar, a quem lá tive ocasião de fazer justiça nas minhas conhecidas *Cartas a Cincinnati*.

Quando, pois, está o Sul em tão favoráveis condições, que até conta entre os primeiros luminares das suas letras este distinto cearense, têm os escritores do Norte que verdadeiramente estimam seu torrão, o dever de levantar ainda com luta e esforços os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vívida e louçã tão ignorada no próprio templo onde se sagram as reputações, assim literárias, como políticas, que se enviam às províncias.

Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brasileiro. Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política.

Enfim não posso dizer tudo, e reservarei o desenvolvimento, que tais idéias exigem, para a ocasião em que te enviar o segundo livro desta série, o qual talvez venha ainda este ano, à luz da publicidade.

— Depois de haveres lido *O Cabeleira*, melhor me poderás entender a respeito da criação da literatura setentrional, cujos moldes não podem ser, segundo me parece, os mesmos em que vai sendo vazada a literatura austral que possuímos.

Teu

FRANKLIN TÁVORA

Rio, — 1876

PE. BELCHIOR PONTES

(1876)

Júlio Ribeiro

AO LEITOR

Este romance, cujo primeiro tomo⁸ sai ora à luz, teve realmente fortuna.

Comecei a escrevê-lo em Sorocaba, sem plano assente, sem seguir escola, sem pretensão de espécie alguma, só e só para encher o espaço de um periódico que aí redigi.

Suas linhas, traçadas em retalhos de papel, ora sobre o “mármore” do prelo, ora sobre as “galés” da “composição” foram-se envolvendo, emaranhando, avultando sem método, como os fios de uma meada que tentam dobar mãos ainda inexperientes.

Nem sei porque, tirei em raquíptico volume o que ora vai sob a epigrafe de “prólogo”.

E que havia de suceder?

A imprensa paulista quase em peso, folhas da Corte e de várias províncias, escritores de mérito reconhecido levantaram “una você” à obrinha, exaltaram-na, glorificaram-na.

Retirando-me do jornalismo por uma serie de infortúnios que não vem a pelo expor aqui, desejei continuar a obra que tanto favor havia merecido: fiz para esse fim uma proposta ao acreditado editor, Sr. Garnier; ele aceitou-a, com a condição, porém, de nada pagar-me pela propriedade do livro.

Conquanto paupérrimo, eu não mirava a interesses: sujeitei-me, pois, e mandei-lhe, para que começasse a impressão, o que eu já havia publicado.

S.S. respondeu-me que definitivamente não daria principio ao trabalho sem que estivesse escrito todo o original.

Sendo contrário ao meu gênio, sendo-me até impossível vasar de um só jato uma obra de fôlego, resolvi deixar dormirem em sossego padre Belchior de Pontes e mais os paulistas e “emboabas” dos tempos coloniais, guardei para memória seis exemplares da edição do prólogo, queimei cento e quarenta e quatro que ainda restavam e, acolhi-me ao silencio, resignado e quase satisfeito.

Parecia estar tudo acabado.

Não contava eu; porém com a generosidade de uma alma sonhadora e nobre que, não se tendo ainda materializado em um cristal de clororeto de ouro, ergue-se de sobre o positivismo dominante, desfere da lira inspirada melodias suavíssimas, e ousa afrontar o século com a manifestação de suas crenças.

Sem o mínimo interesse, espontâneo como o que pode haver de espontâneo, o sr. dr. Francisco Quirino dos Santos incumbiu-se da publicação de “Padre Belchior de Pontes”.

Se o livro algo valesse, ao distinto poeta paulista o deveriam as letras pátrias.

Espaço agora para algumas considerações.

Sobre o que já foi publicado deste tomo nada posso dizer; seria ofender a imprensa depreciar o que ela louvou. O que vai de novo não é, nem poderia ser, grande cousa: foi escrito às furtadelas, em pouquíssimas horas, arrancadas quase às labutações duras da vida.

“Padre Belchior de Pontes” é um romance essencialmente histórico em sua máxima parte: tirados alguns anacronismos necessários ao enredo, algumas ficções e um ou outro personagem de imaginação, tudo o mais teve vida, “passou-se mesmo” como poderá ver quem se quiser dar ao trabalho de compulsar a “Nobiliarquia Paulista” de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, a “Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes” por Manuel da Fonseca, a

⁸ A primeira edição foi publicada em dois volumes

“Crônica da Companhia de Jesus” por Simão de Vasconcelos, as “Memórias da Capitania de S. Vicente” por frei Gaspar da Madre de Deus, o “Quadro Histórico da Província de S. Paulo”, pelo brigadeiro Machado de Oliveira, os “Apontamentos para a Historia dos Jesuítas” pelo Dr. Martim Francisco Junior, a “Cruz de Cedro” pelo exmo. barão de Piratininga, etc., etc.

Um exemplo entre muitos: a riqueza incrível de Doutor Guilherme, a magnificência de sua fazenda em Araçariguama, a visita que lhe fez a Patriarca da Etiópia, nada disso é fabulado: como tive ocasião de verificar “de visa” lá está ainda em S. Paulo, na igreja do Colégio, escondida pelo supedâneo do altar de Santa Rita, a lápide que cobre os restos do Creso americano; acha-se até bem conservado o seguinte gongórico epitáfio em mau latim:

Hoc iacet in Tumulo Guilelmus; presbiter auro,
Et genere et magno nomine Pompeius.

A minha tríplice dedicatória tem uma razão forte de ser: mineiro por nascimento, paulista por criação, eu voto às províncias de Minas e S. Paulo um amor ardente, intenso, bairristico até, Personificando os dois queridos torrões em dois dos seus mais nobres filhos, e dedicando-lhes o meu livro, dou disso uma prova. O nome que precede aos dois conspícuos brasileiros é para mim sagrada: é o de minha mãe.

Termino, tornando publico o reconhecimento que, pelo muito que me secundaram, devo aos ilustrados e dignos gerentes da “Gazeta de Campinas”, srs. Abilio Marques e Pedro Franzen.

Campinas, 1º. de Setembro de 1876.

JULIO RIBEIRO

EX-HOMEM

(1877)

José de Alencar

ESTE ROMANCE não é como o Jocelyn de Lamartine uma obra sentimento; mas um livro de razão. Não foi escrito para comover; só aspira convencer.

Talvez seja ele em nosso país um precursor e lhe esteja reservada a honra de renovar o repto corajoso que outrora lançou Feijó contra a mais ímpia e absurda das superstições.

Essa superstição há de cair como caiu em todas as religiões que ousaram aleijar a imagem de Deus na terra.

Há seguramente cinco anos que este livro foi esboçado e em parte escrito; faltava-lhe um título que apareceu com a vez de publicá-lo.

Ex-homem é um neologismo, mas de boa e pura fonte portuguesa. Literalmente exprime o que já foi homem.

As páginas que seguem dirão se a palavra era necessária para designar essa outra a espécie e a mais cruel do andrógino.

Synerius

MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

(1881)

Machado de Assis

Ao verme
que
primeiro roeu as frias carnes
do meu cadáver
dedico
como saudosa lembrança
estas
Memórias Póstumas

AO LEITOR

QUE STENDHAL confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, cousa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinquenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco. Trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo. Pode ser. Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio. Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual, ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião.

Mas eu ainda espero angariar as simpatias da opinião, e o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo. O melhor prólogo é o que contém menos cousas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado. Consequentemente, evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas Memórias, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas nimiamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus.

Brás Cubas